

PO Algarve 21

PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO ALGARVE

- **Objectivo:** Convergência (phasing out)
- **Decisão de aprovação:** C (2007) 5067 de 10/10/2007
- **Código CCI:** 2007PT161 PO005

Relatório de Execução 2014

(Versão definitiva)

Agosto 2015

PO ALGARVE 21

Relatório de Execução - 2014

ÍNDICE

ÍNDICE	1
SUMÁRIO EXECUTIVO	7
0. INTRODUÇÃO	19
1. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL	21
2. EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL	33
2.1. Realização e análise de progressos:.....	33
2.1.1. Realização física do Programa Operacional	33
2.1.2. Realização financeira do Programa Operacional.....	40
2.1.3. Informação sobre a repartição da utilização dos Fundos.....	55
2.1.4. Informação sobre o apoio por grupos alvo	59
2.1.5. Apoio restituído ou reutilizado.....	61
2.1.6. Análise qualitativa	61
2.2. Informação sobre a conformidade com o direito comunitário:	72
2.3. Problemas significativos encontrados na implementação do Programa Operacional e medidas tomadas	78
2.4. Mudanças no contexto da execução do Programa Operacional:	88
2.5. Alteração substancial na aceção do artigo 57 do Regulamento (CE) nº1083/2006 -Durabilidade das operações.....	107
2.6. Complementaridade	107
2.6.1. Complementaridade com outros instrumentos	107
2.6.2. Instrumentos de engenharia financeira (JESSICA, JEREMIE e SAFPRI)	111
2.7. Acompanhamento e Avaliação:	122
2.7.1. Acompanhamento	122
2.7.2. Avaliação	166
2.7.3. Avaliação Ambiental Estratégica - Avaliação e Controlo dos Efeitos significativos no Ambiente decorrentes da aplicação dos apoios do PO Algarve 21	173
3. EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO	185
3.1. Eixo Prioritário 1:	186
3.1.1. Cumprimento de metas e análise de progressos	186
3.1.2. Análise qualitativa	189
3.1.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver	206
3.2. Eixo Prioritário 2:	212

3.2.1.	Cumprimento de metas e análise de progressos	212
3.2.2.	Análise qualitativa	214
3.2.3.	Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver	224
3.3.	Eixo Prioritário 3:	229
3.3.1.	Cumprimento de metas e análise de progressos	229
3.3.2.	Análise qualitativa	232
3.3.3.	Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver	246
4.	GRANDES PROJETOS E PROJETOS AMBIENTAIS	250
4.1.	Grandes Projetos	250
4.2.	Projetos Ambientais com custo total entre 25 e 50 milhões de euros.....	250
5.	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	251
6.	INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO	255
7.	CONCLUSÕES E PREVISÕES PARA 2014	290
	GLOSSÁRIO E SIGLAS	299
	ANEXOS	302

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS DO RELATÓRIO

TABELAS:

Tabela 2.1 – Indicadores Comuns Comunitários	33
Tabela 2.2 – Operações aprovadas e taxa de compromisso	43
Tabela 2.3 – Realização Financeira e Pagamentos	50
Tabela 2.4 – Pagamentos aos Beneficiários e Pagamentos da Comissão Europeia	53
Tabela 2.5 – Projetos concluídos e em conclusão	54
Tabela 2.6 – Repartição da contribuição da União por Forma de Financiamento	55
Tabela 2.7 – Repartição da contribuição da União por Tipo de Território	56
Tabela 2.8 – Repartição da contribuição da União por Atividade Económica	57
Tabela 2.9 – Repartição das Aprovações e Execução por Tipologia de Beneficiário	60
Tabela 2.10 – Reembolsos no SI	63
Tabela 2.11 – Aprovações e execução por Áreas de Investimento – Temas Prioritários	64
Tabela 2.12 – Apoios concedidos ao abrigo de <i>minimis</i> no período 2008-2014	74
Tabela 2.13 – Aprovações para o Algarve noutros PO do QREN	110
Tabela 2.14 – Execução Instrumento de Engenharia Financeira - JESSICA	116
Tabela 2.15 – Linhas de Crédito PME Invest	118
Tabela 2.16 (A) – Execução Instrumento de Engenharia Financeira	119
Tabela 2.16 (B) – Execução Instrumento de Engenharia Financeira - FINOVA	121
Tabela 2.17 – Trabalho de Parceria desenvolvido pelos Organismos Intermédios	135
Tabela 2.18 – Registo dos montantes FEDER aprovados na flexibilidade inter-fundos	143
Tabela 2.19 – Resultados acumulados dos Planos de Controlo Interno	154
Tabela 2.20 – <i>Follow-up</i> por Auditoria	158
Tabela 3.1 – Indicadores do PO (Resultado e Realização) e Comuns Comunitários – Eixo 1	186
Tabela 3.2 – Eixo 1 – Projetos concluídos e em conclusão	192
Tabela 3.3 – Eixo 1 – Aprovações, execução e pagamentos por tipologia de operação	193
Tabela 3.4 – Projetos aprovados no âmbito do <i>Cluster</i> do Turismo	203
Tabela 3.5 – Indicadores do PO (Resultado e Realização) e Comuns Comunitários – Eixo 2	212
Tabela 3.6 – Eixo 2 – Projetos concluídos e em conclusão	215
Tabela 3.7 – Eixo 2 – Aprovações, execução e pagamentos por tipologia de operação	218
Tabela 3.8 – Indicadores do PO (Resultado e Realização) e Comuns Comunitários – Eixo 3	229
Tabela 3.9 – Eixo 3 – Projetos concluídos e em conclusão	234
Tabela 3.10 – Eixo 3 – Aprovações, execução e pagamentos por tipologia de operação	235
Tabela 5.1 – Assistência Técnica – Execução por anos	252
Tabela 5.2 – Assistência Técnica – Execução por componentes	253
Tabela 5.3 – Indicadores do PO (Resultado e Realização) – Eixo 4	254
Tabela 6.1 – Indicadores de Comunicação	283
Tabela 6.2 – Execução financeira acumulada do Plano de Comunicação	287
Tabela 7.1 – Resultados obtidos face às Previsões efetuadas para 2014	292
Tabela 7.2 – Previsão de despesa (2015)	297

GRÁFICOS:

Gráfico 2.1 – Programação por Anos	40
Gráfico 2.2 – Programação por Eixos	41
Gráfico 2.3 – Aprovações por Eixos	42
Gráfico 2.4 – Variação de admissibilidade/aprovações (2013-2014)	43
Gráfico 2.5 – Taxas de Compromisso por Eixos	44

Gráfico 2.6 – Programado, Aprovado e Executado por anos.....	45
Gráfico 2.7 – Taxas de Execução por Eixo.....	47
Gráfico 2.8 – Aprovações e Execução por Área de Intervenção.....	49
Gráfico 2.9 – Prazos de validação de despesa e pagamento.....	52
Gráfico 2.10 – Formas de financiamento (aprovações).....	55
Gráfico 2.11 – Tipo de território (aprovações).....	57
Gráfico 2.12 – Atividade Económica (aprovações e execução).....	59
Gráfico 2.13 – Tipologia de beneficiário (aprovações).....	60
Gráfico 2.14 – Aprovações e execução por Áreas de Investimento – Temas Prioritários.....	65
Gráfico 2.15 – Investigação e Desenvolvimento Tecnológico.....	66
Gráfico 2.16 – Sociedade de Informação.....	66
Gráfico 2.17 – Transportes.....	67
Gráfico 2.18 – Energia.....	67
Gráfico 2.19 – Proteção do Ambiente e Gestão de Riscos.....	68
Gráfico 2.20 – Turismo.....	68
Gráfico 2.21 – Atividades Culturais.....	69
Gráfico 2.22 – Reabilitação Urbana e Rural.....	69
Gráfico 2.23 – Aumentar a adaptabilidade.....	70
Gráfico 2.24 – Investimento em infraestruturas sociais.....	70
Gráfico 2.25 – Reforço das capacidades institucionais.....	70
Gráfico 2.26 – Assistência Técnica.....	70
Gráfico 3.1 – Taxa de Compromisso.....	185
Gráfico 3.2 – Taxa de Execução.....	185
Gráfico 3.3 – Taxa de Admissibilidade.....	185
Gráfico 3.4 – Taxa de Aprovação bruta.....	185
Gráfico 3.5 – Tempos médios de decisão.....	186
Gráfico 3.6 – Estado de Avanço das operações.....	186
Gráfico 3.7 – Eixo 1 – Aprovações e Execução.....	190
Gráfico 3.8 – Eixo 1 – Taxa de aprovação por tipologia de operação.....	191
Gráfico 3.9 – Eixo 1 – Taxa de realização por tipologia de operação.....	192
Gráfico 3.10 – Eixo 2 – Aprovações e Execução.....	215
Gráfico 3.11 – Eixo 2 – Taxa de aprovação por tipologia de operação.....	216
Gráfico 3.12 – Eixo 2 – Taxa de realização por tipologia de operação.....	217
Gráfico 3.13 – Eixo 3 – Aprovações e Execução.....	232
Gráfico 3.14 – Eixo 3 – Taxa de aprovação por tipologia de operação.....	233
Gráfico 3.15 – Eixo 3 – Taxa de realização por tipologia de operação.....	234
Gráfico 5.1 – Eixo 4 – Aprovação e Execução.....	252
Gráfico 7.1 – Programação Futura – Regra de anulação automática.....	293

ANEXOS:

Anexo I – Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

Anexo II e III – Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário e por Regulamento Específico até 31.12.2014 (valores acumulados)

Anexo IV – Aprovações e execução por NUTS III até 31.12.2014 (valores acumulados)

Anexo V – Aprovações e execução por tema prioritário (contribuição da União)

Anexo VI (I) – Relatório de acompanhamento dos instrumentos de Engenharia Financeira (Fundos de Participação)

Anexo VI (II) – Relatório de acompanhamento dos instrumentos de Engenharia Financeira

Anexo VII – Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade

Anexo VIII – Resumo Implementação Física – Indicadores de Eixo – Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Anexo IX – Resumo Implementação Física – Indicadores Comuns Comunitários – Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Anexo X – Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.2014 (valores acumulados)

Anexo XI – Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário

Anexo XII – Processo de seleção por Eixo Prioritário até 31.12.2014 (valores acumulados)

Anexo XIII – Realização Financeira (31.12.2014)

Anexo XIV – Projetos concluídos e em conclusão

Anexo XV – Legislação Relevante (2007-2013)

Anexo XVI – Ponto de situação do *follow-up* das Auditorias.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Programa Operacional Regional do Algarve (2007-2013) – PO Algarve 21, foi aprovado pela Decisão C (2007) 5067 em 10 de Outubro de 2007 e tem como principal objetivo “*Afirmar o Algarve como uma região dinâmica, competitiva e solidária no contexto da sociedade do conhecimento*”.

Em dezembro de 2011, foi aprovada uma Reprogramação Técnica do Programa com a Decisão C (2011) 9358 de 15/12/2011.

Durante o mês de julho de 2012 foi preparada uma Reprogramação Estratégica dos PO do QREN que pretendia “*o reforço do alinhamento dos objetivos estratégicos do QREN com o Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) e os desígnios da estratégia Europa 2020*”. Para tal procurava estimular “*o investimento privado, orientado sobretudo para os bens transacionáveis, a sustentabilidade do investimento público de qualidade a criação de emprego e a promoção da inclusão social*”. Esta reprogramação, que abrangeu também o PO Algarve 21, foi aprovada na respetiva Comissão de Acompanhamento de 11 de Junho e pelos serviços da Comissão Europeia através da Decisão C (2012) 9482 de 12/12/2012.

Os **4 Eixos Prioritários** do PO apresentam a partir daí as seguintes **dotações financeiras** (FEDER):

Eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento	88.646.031 €
Eixo 2 – Proteção e Qualificação Ambiental	23.322.055 €
Eixo 3 – Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano	55.985.850 €
Eixo 4 – Assistência Técnica	6.998.080 €

A Região do Algarve assumiu neste período de programação (2007-2013) o estatuto de *phasing out* do Objetivo convergência, o que teve como consequência uma forte redução de verbas em relação ao Quadro Comunitário anterior. Após a última reprogramação, o investimento total previsto no Programa aprovado, ascende a 255,8 milhões de euros com uma **comparticipação comunitária FEDER de 175 milhões de euros**, tendo passado de uma taxa média de participação de 49,7% para uma **taxa máxima** de participação de **85%**.

O presente relatório anual de Execução do Programa é referente ao ano de **2014** e é elaborado nos termos do artigo 60º do Regulamento nº1083/2006, de 31 de Julho.

Ao longo do ano 2014 o País deu continuidade ao processo de correção dos desequilíbrios macro económicos acumulados ao longo das últimas décadas, tendo a economia regional continuado a evidenciar sinais de recuperação agora mais acentuados do que a média do país, embora subsistindo alguns sinais contraditórios.

Em Portugal segundo estimativa do INE a taxa de variação real do PIB atingiu 0,9% invertendo-se a tendência de queda dos 3 anos anteriores. Verifica-se igualmente uma recuperação do consumo privado e do investimento face a 2013.

A produção de riqueza por habitante na região (em paridades do poder de compra) em 2013 subiu ligeiramente face aos valores disponíveis no ano anterior, representando agora 79% da média dos 28 países da União Europeia (contra 78% no ano anterior). O índice de disparidade face à média nacional evoluiu de 100,2 para 100,7.

Ao contrário dos 2 anos anteriores o saldo demográfico das empresas foi negativo mantendo-se uma situação de crédito vencido mais gravosa do que a situação do País. Nos indicadores associados à construção a quebra é agora mais suave que a dos anos anteriores, à semelhança da tendência nacional.

O desemprego manteve a tendência decrescente observada em 2013 que apresentou uma inversão da tendência observada desde 2007, registando-se uma redução da taxa de desemprego (14,5%) que tinha atingido um pico de 17,6% em 2012.

A atividade turística regional apresentou uma vez mais um desempenho positivo, demonstrando maior resiliência do que as outras atividades, com um crescimento do movimento de passageiros no aeroporto de Faro (3%) um aumento do número de dormidas na hotelaria (11,2%) e um aumento da receita média por quarto disponível de 4,2%, acompanhando a tendência geral do País.

Durante o ano foi publicada a legislação nacional sobre o modelo de governação do Portugal 2020 e em dezembro (RCM nº 73-B/2014) foram criadas as respetivas Autoridades de Gestão que sucedem às estruturas do QREN¹.

Em 2014 não estiveram abertos concursos no PO Algarve 21 no seguimento das orientações superiores que recomendavam às Autoridades de Gestão que concluíssem as aprovações até 31 de março de 2014.

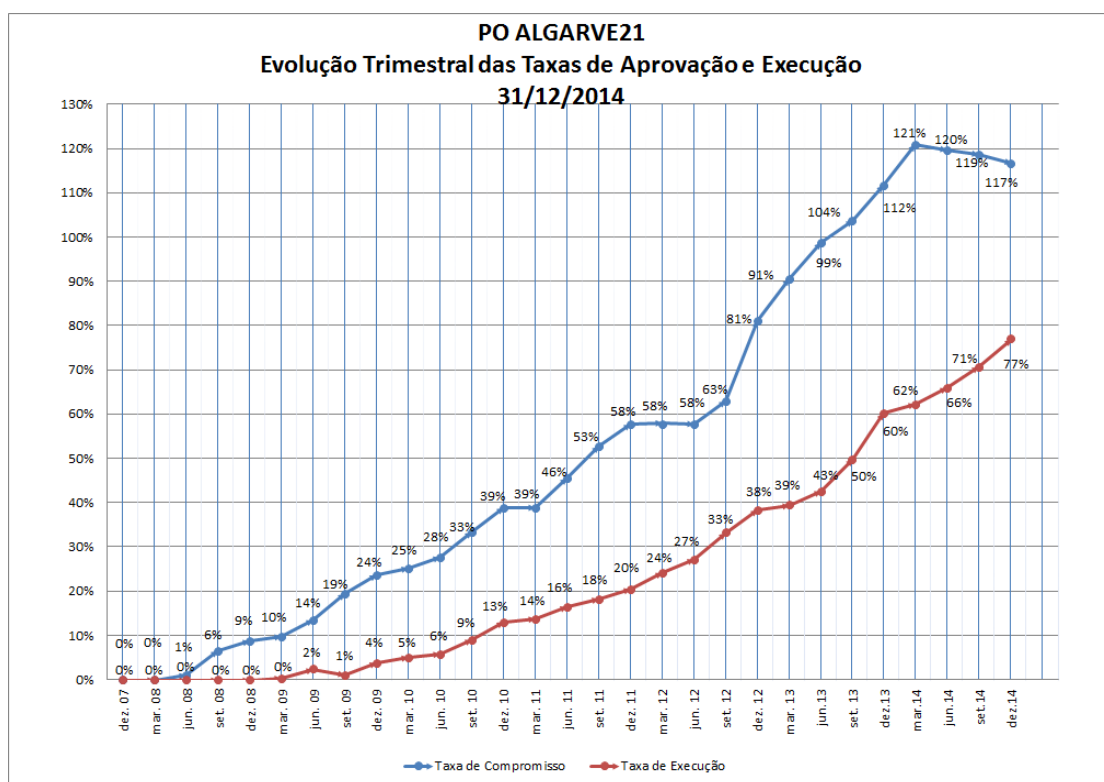
Com vista ao cumprimento deste objetivo e tendo em conta o nível de aprovações significativamente mais baixo no PO Algarve em relação aos restantes PO do Qren que se verificava no início de 2013, a Autoridade de Gestão do Programa desenvolveu um esforço de recuperação com a abertura de 56 concursos no ano 2013 (o maior número de todos os anos do QREN).

¹ A assunção de responsabilidades em relação ao QREN entra em vigor apenas em 2015 (Despacho de transição nº 2566-B/2015) de 9/03

Durante o 1º trimestre do ano 2014 foram assim apreciadas candidaturas dos cerca de 22 concursos que não se encontravam decididos no final de 2013, o que permitiu ao PO do Algarve aumentar em 5 pontos percentuais líquidos o seu nível de aprovações e ultrapassar o nível de compromisso dos restantes PO Regionais, apesar de um trabalho de “limpeza” de compromissos não executáveis efetuado no início do ano.

Em 31/12/2014, atingiram-se 494 milhões de euros de investimento total e 204 milhões de FEDER comprometido, o que significa que o Programa tinha aumentado o seu *overbooking* apresentando um nível de aprovações que rondavam em média os 117% da dotação do Programa.

Este nível de *overbooking* deve-se sobretudo ao Eixo 1 que registava no final do ano um *overbooking* de 22% (122,3% de taxa de compromisso). Este *overbooking* que tem vindo a ser utilizado como uma boa prática de gestão, foi autorizado superiormente por se verificar que historicamente as taxas de quebra e de desistência neste Eixo, que inclui os sistemas de incentivos, têm sido bastante superiores. Este Eixo registou igualmente durante o ano 2014 o maior acréscimo absoluto de aprovações, seguido do Eixo 3. De notar no entanto o rápido percurso descendente ocorrido a partir do pico no final do 1º trimestre de 2014, por via das quebras entretanto ocorridas².



No total do Programa, ao longo de todo o período do QREN, tinham sido lançados 204 processos de seleção com uma dotação de 317 milhões de euros FEDER, abrangendo 26 Regulamentos Específicos do Programa, já encerrados naquela data e dos quais 201 tinham sido alvo de decisão.

² Para as quebras contribuem, entre outras, as correções financeiras por auditoria, as rescisões anuladas e desistências mas também as ocorridas na fase de encerramento, nomeadamente por revisões de preços negativas das empreitadas.

Durante o ano, realizaram-se 4 reuniões presenciais da **Comissão Diretiva** e 9 consultas por escrito para aprovação de operações e acompanhamento da realização do Programa.

No final do ano, tinham sido alvo de decisão 89% das candidaturas resultantes dos concursos encerrados entre 1/11/2013 e 31/10/2014, e registavam-se acréscimos nas *taxas de admissibilidade*, de *aprovação* e de *contratação*, relativamente ao final do ano anterior, para o total do Programa.

Em 31/12/2014 o Programa contava com 642 operações aprovadas, mais 36 do que no final do ano anterior, embora se tenha registado um decréscimo nos sistemas de incentivos de 26 operações, evidenciando o fecho das operações em 2013 e as quebras por anulações e rescisões verificadas em 2014. Este decréscimo foi compensado pelas aprovações ocorridas nos Eixos relativos a beneficiários públicos, que registaram um volume significativo em 2014.

A **execução** embora tenha sido influenciada ao longo do ano, pelas dificuldades económicas e financeiras já referidas, apresentava em 31/12/2014 uma taxa de **77%** tendo os respetivos **valores absolutos** (267 milhões de euros de investimento total e 135 milhões de Euros de FEDER) sofrido um acréscimo de 29% em relação ao valor de dezembro 2013.

A maior taxa de execução registava-se no Eixo 3 (92%). O Eixo 1 registou o maior acréscimo de execução (45%), durante o ano 2014 (em termos absolutos e relativos).

Até final de 2014, tinham sido **pagos aos beneficiários** cerca de 141 milhões de euros, entre adiantamentos e reembolsos dos investimentos efetuados (contra 108 milhões no final de 2013).

Realização Física e Resultados - Ponto de situação da execução face às metas

N.º de Indicadores				Nível de Desempenho		Ponto de situação (31/12/2014)
CORE	Ind. de Eixo	Total				
N.º	N.º	N.º	%			
7	8	15	30%	(-)	FRACO	Execução atrasada. Dificilmente se atingirá as metas face ao baixo nível de compromisso
11	5	16	32%	(- +)	MÉDIO	Execução ligeiramente atrasada, mas com possibilidade de atingir as metas face à recuperação verificada e/ou aos elevados níveis de compromisso
5	4	9	18%	(+)	BOM	Execução superior à média. Prevê-se que venha a atingir as metas fixadas
3	2	5	10%	(+ +)	SUPERADO	Execução igual ou superior a 100%. Metas cumpridas ou ultrapassadas
3	2	5	10%	(n.a)		Indicador a verificar no pós projeto
29	21	50	100%			

Relativamente aos resultados físicos, dos 50 indicadores comuns comunitários e de Eixo verifica-se que 30% apresentam ainda um desempenho fraco com poucas perspetivas de alcançar as metas estabelecidas, cerca de 50% registam um desempenho *médio a bom* e 10% já ultrapassaram as metas definidas.

Apesar desta situação é possível destacar já algumas realizações efetuadas pelo Programa:

Realizações físicas a 31/12/2014

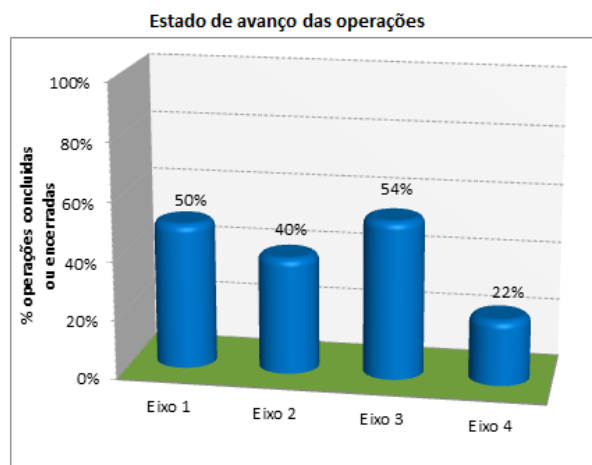
APOIO ÀS EMPRESAS	<p>516 PME apoiadas</p> <p>27 projectos de incentivo à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico</p> <p>100 start ups apoiadas</p> <p>3 projectos especiais</p>
SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO	<p>49 empresas apoiadas</p> <p>18 projectos de modernização administrativa</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 1 Loja do Cidadão ▪ 32 Centros multiserviços e balcões únicos ▪ 104 serviços on-line, orientados para empresas
AMBIENTE PREVENÇÃO DE RISCOS	<p>14 projetos na valorização e qualificação ambiental e 6 intervenções em espaços protegidos</p> <p>1 projeto visando a qualidade do ar</p> <p>16 veículos adquiridos para operações de socorro de protecção civil</p> <p>100% do território coberto por planos de emergência (prevenção de riscos)</p>
LITORAL	<p>19 intervenções para requalificação e segurança das frentes de mar</p> <p>37% da orla costeira intervencionada</p>
ENERGIA	<p>28 equipamentos públicos servidos por energias renováveis</p> <p>1.988 ton/ano de redução de CO2 nas redes de iluminação pública</p>
CIDADES	<p>3 protocolos de regeneração urbana</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 9 parceiros envolvidos ▪ 11.625 residentes abrangidos por intervenções <p>1 programa Estratégico de desenvolvimento urbano para a competitividade e inovação</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 9 beneficiários envolvidos ▪ 60% da população urbana regional abrangida em áreas como: Simplex autárquico/cultura em rede/ <p>11 intervenções de renovação urbana em cidades</p>
CULTURA	<p>1 projecto integrado de valorização e animação do património - Promontório de Sagres</p> <p>6 exposições temáticas da Rede de Museus apoiados no âmbito do Algarve Central</p> <p>94 espectáculos apoiados no âmbito do Algarve Cultural</p>
EDUCAÇÃO	<p>17 escolas básicas e de pré- escolas apoiadas</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 5 630 alunos alunos beneficiados <p>16 municípios envolvidos no Plano Tecnológico da Educação</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ quadros Interactivos e vídeo vigilância nas escolas
SAUDE	<p>1 Parque de Saude (Portimão)</p> <p>Intervenções em 40 unidades de Saúde que dão apoio a 502 763 utentes</p>
MOBILIDADE	<p>129 km de intervenções em troços de estrada novos ou existentes</p> <p>55% do tempo de percurso reduzido</p> <p>5,15 Km de ciclovias</p>

Destacam-se também alguns resultados já conseguidos:

- 35 projetos empresariais apoiados que contribuem para consolidar e valorizar o cluster Turismo/Laser
- 84 serviços orientados para empresas disponibilizados on-line por entidades públicas
- 24 empregos criados na investigação – na fase de contrato
- 318 empregos criados nas PME (em equivalente tempo inteiro)
- 2 projetos de cooperação empresas-instituições de investigação já concluídos
- 102 “start-ups” apoiadas
- 30% da orla costeira abrangida pelos POOC intervencionada
- 6 Mwh/ano de energia primária poupada
- 3925 alunos que beneficiam das intervenções escolares
- 84,8% dos alunos integrados em regime letivo normal
- 60% da população urbana abrangida por programas estratégicos de competitividade urbana
- 34.387 residentes beneficiados por projetos de regeneração urbana apoiados
- 25 projetos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atratividade das cidades
- 18 projetos dirigidos aos jovens que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social

De notar que face ao número de operações concluídas que não ultrapassava em finais de 2014 os 50% é natural que esta situação possa ainda evoluir significativamente³.

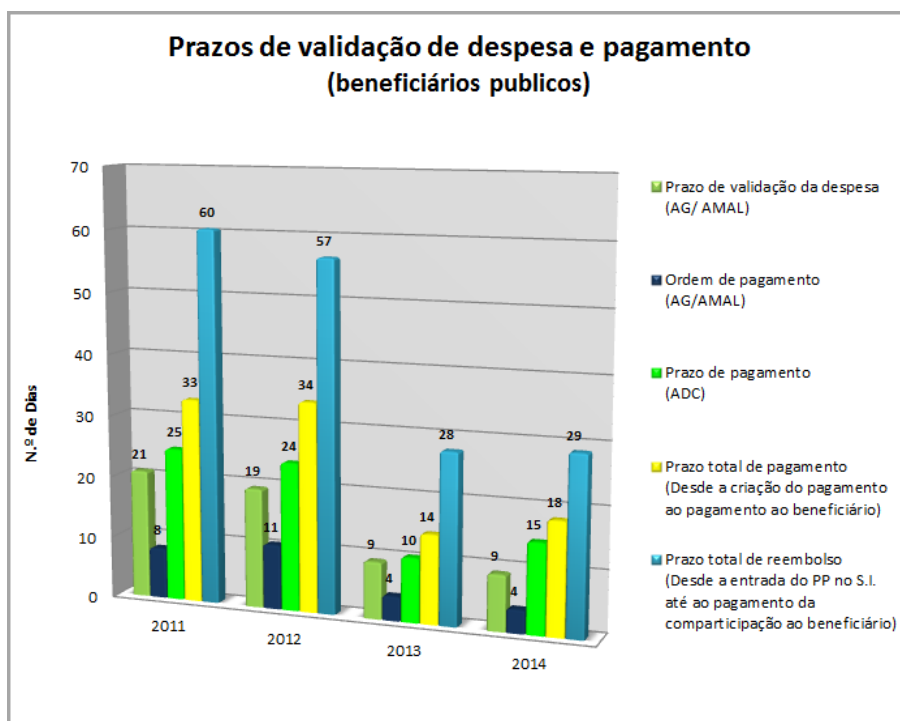
Efetivamente o Eixo 3 apresentava a maior percentagem de operações concluídas (54%) com 42 operações em curso, seguido do Eixo 1 com 50% de operações concluídas (217 operações em curso).



(1) inclui operações encerradas com saldo pago, concluídas física e financeiramente com ou sem relatório final na AG e concluídas apenas fisicamente

³ Para efeitos de contabilização de indicadores físicos apenas contribuem as operações concluídas o que significa que o desempenho físico não é comparável com o desempenho financeiro para o qual é contabilizada toda a despesa efetuada qualquer que seja o estado da operação.

Ao longo do ano 2014 a AG procurou no que estava ao seu dispor desenvolver o trabalho necessário para acelerar a execução, nomeadamente mantendo a pressão para a redução dos tempos de reembolso aos promotores na sequência dos ganhos significativos obtidos em 2013.



Assim foram reduzidos alguns tempos “mortos” no sistema que apesar do ligeiro acréscimo de tempo de pagamento por parte da ADC (de 10 dias em 2013 para 15 dias em 2014) não oneraram especialmente o tempo médio final de reembolso aos beneficiários (29 dias em 2014 contra 28 dias em 2013).

Igualmente devido ao mecanismo de derrogação criado pelo Regulamento (UE) nº 1311/2011 (mecanismo *Top Up*) deu-se continuidade ao acréscimo de 10% à taxa prevista nos Eixos, com benefícios para o volume de pagamentos a transferir pela Comissão Europeia para o Programa e para pagamento aos beneficiários. Até final de 2014, foram efetuados pagamentos de **Top Up** aos beneficiários do PO Algarve 21 no valor de 7 milhões de euros FEDER.

Destacam-se em seguida as principais medidas de gestão tomadas para aumentar a execução e atingir os objetivos do Programa:

- Ao longo do ano 2012, e decorrente das Reprogramações aprovadas, **foram tomadas algumas medidas para** compensar as tendências recessivas da economia e **aumentar a execução**, como sejam o aumento das taxas de comparticipação (2 exercícios) e o início de pagamentos *Top Up* aos beneficiários públicos, bem como a implementação de uma nova linha de crédito bonificada, a criação de um Fundo de capital de risco regional e a preparação de um novo sistema de incentivos de apoio local na Baixa Densidade no que respeita aos promotores privados.

- No ano 2013, deu-se continuidade à implementação e utilização destes instrumentos e foram efetuados mais 2 exercícios de aumentos de taxas pontuais, apenas em casos em que se registaram libertações FEDER evitando crescer o compromisso que já apresentava níveis elevados.
- Igualmente para fazer face à meta de execução particularmente exigente para o Algarve no ano 2013 devido à conjugação da passagem da regra N+3 para a N+2 com o perfil descendente da sua programação (única Região do Continente) foi necessário implementar um conjunto de medidas favorecedoras da execução, acompanhadas por exercícios de monitorização da execução junto dos promotores e reporte semanal à tutela a que se chamou “Plano de Recuperação N+2 – Algarve”.
- Em **2014** e após a reflexão efetuada no âmbito dos exercícios de avaliação do PO (Competitivur e Avaliação Intercalar) e fruto do reconhecimento de desequilíbrios na implementação do PO que já se faziam sentir no respetivo desempenho, podendo pôr em causa o cumprimento das metas N+2.

Para corrigir estes desequilíbrios e tendo já em vista a preparação do encerramento do PO a Autoridade de Gestão após alguns contactos preliminares com as Autoridades Nacionais, preparou uma Reprogramação Interna do PO, com o objetivo de ativar a Área de Intervenção “Valorização do Cluster Turismo/Lazer” equilibrando a execução dos Eixos de forma a respeitar o previsto na Decisão do PO.

Esta reprogramação foi enviada às Autoridades Nacionais em maio, foi apresentada na Comissão de Acompanhamento de 19/06/2014 e foi enviada à tutela em julho. Esta proposta que previa transição para o Eixo 1 das operações enquadráveis no Cluster, conforme texto do Programa, foi apresentada em conjunto com mais 2 medidas complementares da estratégia definida, indispensáveis à sua completa concretização (a autorização para lançar um convite aos portos para reforço da sua componente turística e a possibilidade de realização de “overbooking” no Eixo 1 – público). A alteração aos Regulamentos Específicos que permitia a operacionalização da Reprogramação foi aprovada em 24/09/2014, tendo a 1ª fase destas transições ocorrido em outubro de 2014. No entanto as 2 medidas complementares apenas foram aprovadas em 2015 o que impediu que a concretização da 2ª fase da Reprogramação ficasse concluída em 2014, atrasando também algumas contratações e respetiva execução.

Embora esta questão não tenha tido repercussões negativas no cumprimento das metas N+2 de 2014, acabou por colocar uma maior pressão no cumprimento dos objetivos finais de execução para 2015.

Efetivamente em 2014, foram efetuadas 5 **Certificações de Despesa** do Programa para a ADC, as quais, após verificação, foram enviadas para a Comissão Europeia em julho, agosto, outubro e dezembro. Esta última certificação com despesa a 30/11/2014 permitiu **cumprir a meta N+2** do programa neste ano menos exigente que no ano anterior.

As **previsões** de Pedidos de Pagamento à Comissão Europeia por parte do Programa para o final de 2014 foram igualmente cumpridas tendo o PO no final do ano, na última certificação de 2014, ultrapassado os 95% da dotação programada.

No plano da **Avaliação** foi concluído o trabalho da responsabilidade da Universidade do Algarve sobre o impacto do Programa Operacional no Setor do Turismo da Região “Competitiv TUR”, e foi concluída a versão final do estudo para a Avaliação Intercalar do Programa que tinha sido desenvolvido ao longo do ano 2013.

No decorrer do ano foi ainda dado cumprimento à exigência de **monitorização e reporte** com periodicidade mensal da informação financeira do Programa e trimestral da informação física, tendo sido atualizado mensalmente, ao longo do ano, o espaço relativo aos **principais resultados** do Programa, criado para o efeito no respetivo site (www.ccdr-alg.pt/poalgarve21/). Em Novembro de 2013 tinha sido criado um novo site do PO Algarve 21, autonomizado da CCDR tendo sido carregado ao longo do ano um conjunto significativo de informação sobre as operações concluídas e os respetivos resultados obtidos.

Em junho ocorreu a **Comissão de Acompanhamento** na qual foi aprovado o Relatório de Execução de 2013, foi analisada a situação da execução atualizada do Programa e foi também apresentado o estudo sobre a Avaliação Intercalar do PO Algarve 21.

Durante o mês de maio, no âmbito do **Grande Evento Anual do PO**, decorreram diversas iniciativas de divulgação dos financiamentos comunitários e da Política Europeia com o objetivo de sensibilizar um conjunto variado de públicos para a nossa participação no espaço europeu. As iniciativas associadas às comemorações do “Mês da Europa” iniciaram-se no dia 9 de maio – Dia da Europa com uma Conferência organizada sob o tema “Made in Algarve” que fechou um ciclo de sessões temáticas de resultados nas áreas empresariais e de reflexão sobre a estratégia para o período 2014-2020. As comemorações do grande evento do PO terminaram no dia da Comissão de Acompanhamento (19 de junho) com a “**Sessão de apresentação dos Resultados 2014**” do Programa, conforme previsto no **Plano de Comunicação**, onde para além da intervenção do Gestor do Programa e dos membros da Comissão Diretiva sobre os resultados alcançados pelo PO, foi apresentada a Avaliação Intercalar do Programa e foram convidados os responsáveis da ADC e a Unidade de Portugal da DG Régio para falar sobre o “Ciclo Comunitário 2014-2020”. Foi também visitada nesse dia a exposição “Made in Algarve” nas instalações da CCDR.

O **Encontro Anual 2014** entre as Autoridades nacionais e comunitárias ocorreu a 24/01/2015 no Centro Cultural de Belém em Lisboa.

Durante o ano 2014, deu-se continuidade ao processo evolutivo dos principais **instrumentos de Gestão do Programa** com ajustamentos ao Manual de Procedimentos do PO (através de Orientações de Gestão e melhorias de formulários e *check-lists* essencialmente na sequência de recomendações de auditorias). Foi efetuada uma atualização da Descrição de Sistemas de Gestão e Controlo (aprovada em dezembro 2014), e

finalmente deu-se sequência ao processo de aperfeiçoamento do Sistema de Informação do PO - SIGA.21 (*módulo de Monitorização e Reporte e módulo de Controlo e Gestão de Dívidas* bem como manutenção evolutiva).

Relativamente às funções delegadas a Autoridade de Gestão já realizou 28 ações de **supervisão** do trabalho desenvolvido pelos Organismos Intermédios (Sistemas de Incentivos e AMAL) que cobriram 7% da despesa validada nas áreas contratualizadas do Programa até 31/12/2014.

Durante o ano 2014, o Programa foi alvo de 4 **Auditorias** no âmbito do QREN (2 da Inspeção Geral de Finanças, 1 da ADC e 1 do Tribunal de Contas) e acompanhou os trabalhos de uma Missão da Comissão Europeia realizada ao Compete no âmbito dos Instrumentos de Engenharia Financeira no que respeita aos problemas semelhantes identificados no PO Algarve 21. Na sequência desta última Auditoria foi realizado pela Autoridade de Gestão um Plano de Ação de Controlo complementar com o objetivo de corresponder às solicitações da Comissão Europeia no âmbito das linhas de crédito PME Invest I e II.

Foi implementado o 2º Plano Anual de Controlo (2011-2013) da responsabilidade da Unidade de **Controlo Interno** do PO cuja adjudicação tinha ocorrido no final de 2013, através da auditoria a 24 operações e foram acompanhados os trabalhos realizados para identificação dos **projetos geradores de receitas**, no âmbito do artigo 55º do Reg (CE) nº1083/2006 o qual abrange por um lado a identificação dos projetos geradores de receitas incluídos num universo de 121 projetos públicos, a análise financeira ao conjunto de projetos identificados e por outro a definição de um instrumento de trabalho que permita à AG avaliar, identificar e decidir sobre este tipo de operações.

O módulo definitivo de report de dívidas foi ainda objeto de alguns desenvolvimentos e atualizações ao longo do ano.

Para além dos aspetos já destacados neste Sumário Executivo as principais dificuldades surgidas e medidas tomadas para as resolver encontram-se sistematizadas nos Capítulos 2.3, 3.1.3, 3.2.3 e 3.3.3.

O quadro seguinte sintetiza a evolução da execução real de todo o período do QREN até ao seu encerramento servindo de base às perspetivas para 2015.

unid: euro

Anos	Programação		Execução		
	Feder Programado	Feder Programado Acumulado	Feder Executado	Feder Executado acumulado	Taxa de Execução
	1	2	3	4	5=4/2
2007	42.760.156	42.760.156	-	-	-
2008	37.246.284	80.006.440	170.017	170.017	0%
2009	31.494.752	111.501.192	6.484.852	6.654.869	4%
2010	25.498.262	136.999.454	15.886.477	22.541.346	13%
2011	19.249.314	156.248.768	13.268.132	35.809.478	20%
2012	12.740.209	168.988.977	31.515.501	67.324.979	38%
2013	5.963.039	174.952.016	38.113.895	105.438.874	60%
2014	-	-	29.297.045	134.735.919	77%
2015	-	-	a) 40.216.097	174.952.016	100%
TOTAL	174.952.016		174.952.016		100%

a) Em execução

Os **desafios para 2015** decorrem da evolução dos anos anteriores e centram-se na capacidade de, em situação de debilidade económico-financeira e contexto de consolidação orçamental, com efeitos visíveis nas dificuldades em cumprir compromissos por parte de beneficiários e fornecedores, continuar a contribuir para o relançamento da economia regional, ultrapassando os principais problemas identificados, aos quais foram acrescentadas as preocupações decorrentes da evolução do último ano:

- Conseguir a maximização de resultados promovendo a total realização das ações previstas nas áreas de vocação mais estratégica para a economia algarvia como sejam o apoio às empresas e as áreas de intervenção pública complementares das iniciativas privadas em particular na área de valorização do Cluster Turismo/Lazer.
- Promover o equilíbrio de realização entre Eixos através da concretização de medidas internas e recorrendo à Reprogramação do PO, no final do período de programação para melhor ajuste à realidade do encerramento.
- Dar continuidade ao reforço do nível de aprovações, elevando em todos os Eixos o *overbooking* aos níveis autorizados com base no histórico de quebras do Programa de forma a poder acomodar as quebras finais, promovendo a plena utilização da dotação programada do PO.
- Preparar o encerramento do PO, promovendo atempadamente a resolução das recomendações de “follow up” de auditorias, as correções financeiras, as libertações de verbas nomeadamente as resultantes de adjudicações menos dispendiosas e as que advêm do encerramento das operações, com vista ao apuramento das disponibilidades que permitam antecipar a necessidade de “overbooking” condicionado com concretização de execução em tempo útil (durante o ano 2015).

- Manter promotores e organismos intermédios regularmente informados sobre as questões do *overbooking* e do encerramento, em particular sobre as situações de “concorrência de execução” das respetivas operações como forma de clarificar as “regras de jogo” e com vista à sensibilização para uma conclusão mais célere.
- Monitorizar e acelerar a execução dos projetos, públicos e privados, aprovados reduzindo os tempos de arranque dos investimentos e de pagamento por parte dos beneficiários públicos e de encerramento das operações em contexto de fortes limitações orçamentais, cumprindo as regras comunitárias definidas, evitando cortes finais às dotações do PO e enquadrando a realização nos calendários definidos pela tutela da coordenação do QREN.
- Cumprir as disposições regulamentares em matéria de sistemas de informação, avaliação, controlo interno e comunicação com as limitações do orçamento de Assistência Técnica, verificadas no caso específico do PO do Algarve, tanto nas dotações comunitárias mas sobretudo nas dotações da contrapartida nacional.
- Obter a plena execução do PO Algarve 21 no âmbito das atuais regras comunitárias de encerramento e num contexto de concorrência com o arranque do novo Quadro Comunitário 2014-2020.

0. INTRODUÇÃO

O presente relatório anual de execução do Programa Operacional do Algarve (2007 – 2013) foi elaborado tendo em consideração as disposições regulamentares comunitárias em matéria de Relatórios de Execução Anuais, previstas no artigo 67.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de julho, com a redação dada pelo Regulamento (UE) n.º 1310/2011, de 13 de dezembro, bem como nos Anexos VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009, de 1 de setembro, e do Regulamento (UE) n.º 832/2010, de 17 de setembro, que alteram o Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, de 8 de dezembro.

A abordagem específica de cada ponto seguiu a “Norma AD&C – Programas Operacionais FEDER/FC – Estrutura e conteúdos do Relatório de Execução de 2014”, de 18 de Abril de 2015, da responsabilidade da AD&C. Foram igualmente tidas em conta as observações efetuadas relativamente aos Relatórios de Execução anteriores, em particular pelos serviços da Comissão Europeia e pela AD&C.

No que respeita à organização do documento, foram respeitadas as orientações previstas pela regulamentação comunitária e pelas normas nacionais, quer em relação à arrumação dos grandes pontos, quer em relação aos conteúdos de tratamento obrigatório previstos.

No **Ponto 1 – Apresentação do Programa**, são dadas indicações resumidas sobre as principais características do PO desde o objetivo em que se enquadra, dotação global ou data de aprovação, até à estrutura e conteúdo sumário dos Eixos Prioritários e modelo de governação adoptado.

No **Ponto 2 – Execução do Programa Operacional** são apresentados os dados da realização física e financeira do Programa e respetiva análise qualitativa, bem como a informação que retrata o contexto em que a atividade do Programa se desenrolou com destaque para as alterações mais significativas ocorridas quer no contexto socioeconómico, quer de natureza legislativa ao longo do ano 2014. É fornecida informação sobre a conformidade com o direito comunitário das atuações do Programa e sobre as atividades de Gestão, que incluem os Sistemas de Informação e a Avaliação.

Apresenta uma súmula dos principais problemas sentidos pela Gestão e quais as medidas tomadas para os resolver e são também abordados temas como a repartição de utilização dos Fundos por temas prioritários, tipologia de território ou de beneficiários e ainda a complementaridade com instrumentos de engenharia financeira, entre outros.

O **Ponto 3 – Execução por Eixo Prioritário** fornece informação da execução material e financeira de forma mais detalhada ao nível de cada Eixo prioritário e tipologia de operação. São igualmente indicados os problemas específicos encontrados bem como as medidas tomadas para os contrariar e as boas práticas em cada eixo.

O **Ponto 4 – Grandes Projetos e Projetos Ambientais**, não se aplica à Região do Algarve por não terem sido aprovados ou estarem previstos projetos desta dimensão.

O **Ponto 5 – Assistência Técnica** explica como foram utilizadas as verbas afetas à Assistência Técnica das várias entidades implicadas na Gestão do Programa (CCDR, Comunidade Intermunicipal do Algarve – AMAL e Organismos Intermédios de apoio aos Sistemas de Incentivos) no contexto da limitação financeira regulamentar e conjuntural.

O **Ponto 6 – Informação e Divulgação** apresenta um ponto de situação relativo à implementação do Plano de Comunicação, relatando as principais atividades e iniciativas tomadas ao longo do ano 2014.

Finalmente o **Ponto 7 – Conclusões e Previsões para 2015** sintetiza as informações mais relevantes da implementação do Programa Operacional em 2014 e aponta as perspetivas de evolução para 2015 com informação sobre as previsões de execução, identificação dos principais desafios que se colocarão à gestão, incluindo as ações que visem a preparação do encerramento.

1. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

Programa Operacional	Objetivo: Convergência (<i>phasing out</i>)
	Zona Elegível: Algarve
	Período de Programação: 2007-2013
	Número do Programa (CCI): 2007PT161 PO005
	Designação do Programa: Programa Operacional Regional do Algarve (2007-2013)
Relatório Anual de Execução	Ano de referência: 2014
	Data de aprovação do relatório anual pela Comissão de Acompanhamento:

O Programa Operacional do Algarve para o período 2007-2013 (PO Algarve 21), integra-se nas opções estratégicas da Política de Coesão e do QREN e tem como objetivo geral: ***“Afirmar o Algarve como uma região dinâmica, competitiva e solidária no contexto da sociedade do conhecimento”***.

Este objetivo cuja palavra-chave é a *“competitividade”* desdobra-se em seis vertentes estratégicas:

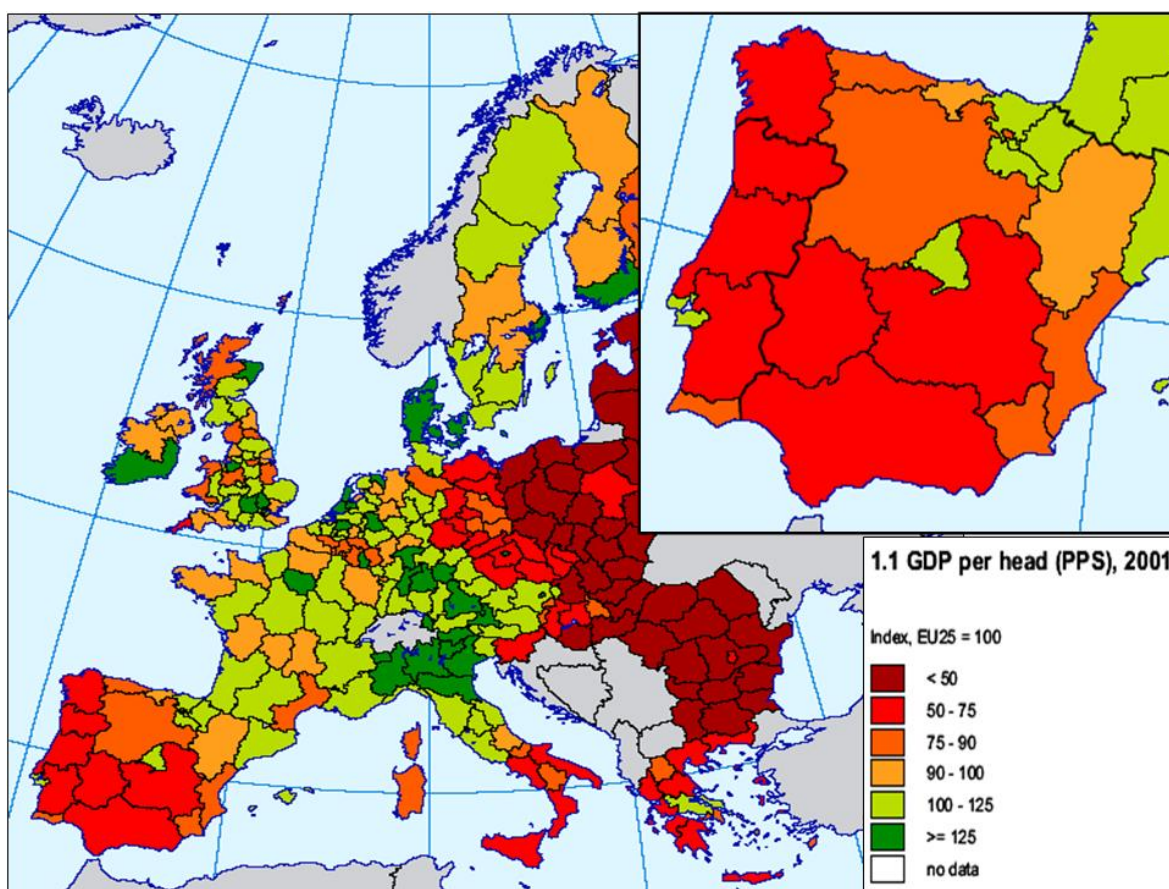
- Um maior dinamismo e inovação empresarial;
- Uma aposta em recursos humanos mais qualificados e com capacidade de adaptação a um Mundo em permanente mutação;
- Um reforço da capacidade de produção de conhecimento comercializável nas entidades do sistema científico regional e nas próprias empresas, bem como o estabelecimento de redes e interfaces para facilitar a endogeneização pelo tecido empresarial dos resultados da investigação regional;
- Um espaço territorialmente mais ordenado, com uma rede urbana devidamente estruturada, e dotado de bons equipamentos e infra-estruturas capazes de viabilizar um processo de desenvolvimento muito dependente das comunicações e da qualidade de vida;
- A preservação e valorização dos recursos naturais e ambientais, atingindo indicadores de excelência que permitam sustentar a prazo a tradicional especialização regional no setor do turismo;
- Uma administração pública, tanto central como local, mais eficiente, enquadradora e facilitadora do desenvolvimento económico e social, capaz designadamente de minorar os atuais custos de contexto para os agentes económicos.

O Programa Operacional Regional do Algarve (2007-2013) – PO Algarve 21 foi aprovado pela Decisão C (2007) 5067 em 10 de Outubro de 2007, e conta com duas reprogramações aprovadas pelas Decisões C (2011) 9358 de 15/12/2011 e C (2012) 9482 de 12/12/2012. O Programa enquadra, ao contrário do período de programação anterior, apenas atuações elegíveis ao FEDER, apresentando um âmbito naturalmente mais limitado que o da estratégia definida para a Região. Por outro lado, foi igualmente estabelecido que todas as atuações FEDER no Algarve, apenas poderiam ser assumidas no âmbito do PO regional, excluindo dos restantes PO nacionais qualquer intervenção deste Fundo na Região. As atividades a desenvolver foram assim estruturadas, tentando maximizar a complementaridade das abordagens específicas de carácter

setorial ou territorial, assumidas pelos diversos instrumentos e programas operacionais que incidirão no Algarve, no período 2007-2015, no que respeita aos restantes fundos estruturais.

Nestes termos, o âmbito restrito do Programa Operacional da Região do Algarve e os recursos financeiros escassos que lhe estão atribuídos, obrigaram a recentrar a estratégia definida, concentrando os apoios disponíveis em fileiras de atuação mais estreitas, de forma a garantir um impacto forte em fatores cruciais para a competitividade da Região.

Enquadramento geográfico



O Programa é constituído por 4 Eixos Prioritários estruturados através de Áreas de intervenção identificadas como as mais apropriadas para a concretização das prioridades estratégicas da região. Estas Áreas de Intervenção desdobram-se por sua vez em Tipologias de Operação que correspondem aos Regulamentos Específicos criados no âmbito do modelo de Governação do QREN. A informação que se segue encontra-se atualizada de acordo com a última Decisão do Programa de 12/12/2012.

Eixo I - Competitividade, inovação e conhecimento

O reforço da competitividade empresarial passa necessariamente por uma aposta clara na inovação do tecido produtivo regional e na promoção de um empreendedorismo de oportunidade, sobretudo baseado no conhecimento.

O setor do turismo quer pelo valor regional que cria quer pelo volume de emprego que gera directa e indirectamente, é o setor no qual tem assentado e continuará a assentar a estratégia de modernização da economia regional. O setor induz em simultâneo dinâmicas inter-setoriais com elevada importância económica, o que reforça o seu papel nuclear a nível regional. Pela sua relevância o turismo permanecerá o pilar do desenvolvimento preconizado para a região do Algarve. Há, no entanto, que redefinir a estratégia regional por forma a corrigir fraquezas identificadas ao nível da oferta na fase de diagnóstico.

O alargamento do cluster Turismo e Lazer a novas atividades, produtos e serviços, assume grande relevância e possibilita a apropriação de maior valor acrescentado pela Região e alcançando novos segmentos turísticos e origens. A consecução de um patamar de excelência neste cluster passa igualmente pela qualificação de algumas áreas turísticas degradadas da Região.

Objetivos específicos do Eixo:

- Incentivar a modernização do tecido produtivo regional, promovendo ganhos de competitividade;
- Contribuir para consolidar e valorizar o cluster Turismo e Lazer;
- Melhorar a envolvente para a inovação empresarial;
- Reduzir os custos de contexto.

Eixo 1	Áreas Prioritárias	Tipologias de Operação / Regulamentos Específicos
	Apoio à competitividade e inovação das empresas	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico • Incentivos à Inovação • Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME • Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação • Incentivos de Apoio Local a MicroEmpresas
	Incentivo ao reordenamento de atividades económicas	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo ao reordenamento de atividades económicas
	Melhoria da envolvente para a inovação empresarial	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da envolvente para a inovação empresarial
Valorização do Cluster Turismo e Lazer	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização do Cluster Turismo e Lazer 	Lista indicativa dos beneficiários
Modernização e Qualificação da Administração Pública/Desenvolvimento da sociedade do conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de apoio à modernização administrativa • Economia Digital e Sociedade do Conhecimento 	Administração Pública (Central e Local) Associações Empresariais Empresas Instituições de Ensino Instituições Particulares de Solidariedade Social Pessoas Coletivas de Direito Público Organizações Não Governamentais Instituições Particulares de Interesse Público Outros
Promoção institucional da região	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção institucional da região 	
Dotação	<ul style="list-style-type: none"> - Investimento total: 154 289 448 € - Despesa pública: 104 289 448 € - FEDER: 88 646 031 € - Taxa de co-financiamento: 57,45 % 	

Eixo II - Proteção e qualificação ambiental

O ambiente (natural e urbano), o património natural e os valores paisagísticos têm de ser vistos como um valor em si mesmo e, também, como um recurso de suporte às atividades económicas. A promoção da qualidade ambiental deve ser encarada como uma questão prioritária, quer na requalificação do litoral de ocupação turística mais intensa, quer na preservação, valorização e salvaguarda dos recursos naturais em áreas de menor densidade urbanística.

Assumindo-se como uma Região com elevado potencial ambiental, com grande diversidade de ecossistemas, alguns dos quais de importância internacional, o Algarve procura conciliar o desenvolvimento da economia com a preservação do património natural, o que constitui, sem dúvida, um dos grandes desafios dos próximos tempos.

Este esforço de valorização e conservação dos valores naturais não deve ser encarado como um obstáculo ao desenvolvimento das atividades económicas, mas pelo contrário constituir uma oportunidade para o desenvolvimento de atividades de valor acrescentado com elevado interesse socioeconómico, o que implica contemplar uma abordagem de múltiplas vertentes

Objetivos específicos do Eixo:

- Proteger, valorizar e promover o património natural;
- Estimular novas soluções e boas práticas ambientais.

Eixo 2	Áreas Prioritárias	Tipologias de Operação / Regulamentos Específicos
	Áreas Classificadas e Biodiversidade	• Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados
	Estímulo à redução, reutilização e reciclagem de resíduos	• Optimização da gestão de resíduos (1)
	Monitorização, informação e promoção ambiental e eficiência energética	• Ações de Valorização e Qualificação Ambiental • Energia
Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos	• Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos - ações materiais (2) • Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos - ações imateriais	
Ordenamento e valorização da orla costeira	• Ações de Valorização do Litoral	
Dotação	Lista indicativa dos beneficiários	
– Investimento total: 29 937 712 € – Despesa pública: 27 437 712 € – FEDER: 23 322 055 € – Taxa máxima: 85,00%	Administração Pública (Central e Local) Associações Empresariais Instituições de Ensino Instituições Particulares de Solidariedade Social Pessoas Coletivas de Direito Público Organizações Não Governamentais Instituições Particulares de Interesse Público Outros	

(1) não aplicável

(2) não aplicável para novas aprovações a partir de dezembro 2011

Eixo III - Valorização territorial e desenvolvimento urbano

Um modelo de desenvolvimento cada vez mais dependente do conhecimento e da inovação pressupõe uma sólida base urbana e exige às cidades e territórios uma elevada qualificação das suas funções e um forte potencial de atração de talentos e de atividades do futuro. Assim, os grandes desafios do desenvolvimento dependem, em grande medida, do modo como as cidades e territórios conseguirem constituir-se em espaços ativos de competitividade, cidadania e qualidade de vida.

Nesse sentido, a prossecução da qualidade de vida urbana, a integração territorial, a revitalização social e urbanística e a competitividade regional, justificam ações com capacidade de regenerar e valorizar as áreas construídas, qualificar os espaços públicos e inventar novas funções urbanas em áreas desvitalizadas ou em risco.

Complementarmente, a política de infra-estruturação, de dotação em equipamentos e serviços e de ações imateriais de visibilidade e diferenciação internacional, mostra-se determinante para a transformação ou consolidação das novas cidades/centros, entendidas como áreas funcionais e nós de redes de inovação e competitividade de âmbito regional.

A ligação de centros/pólos entre si e com o exterior por sistemas de acessibilidades e mobilidade surge como suporte à coesão territorial e à afirmação de uma rede urbana regional equilibrada. A perspetiva é consolidar a rede de acessibilidades intra e inter-regional, assegurando a articulação entre os pólos da rede urbana, reforçando as ligações intermodais e dando corpo à estruturação viária de suporte ao modelo territorial. Ao mesmo tempo, procura-se reforçar as ações no domínio da mobilidade sustentável.

Paralelamente à intervenção em centros da rede urbana, impõe-se a atuação em territórios de baixa densidade, assumindo um caráter emblemático e demonstrativo da capacidade de integrar sustentavelmente uma estratégia de desenvolvimento territorial e a preservação dos valores ambientais, patrimoniais e culturais (elementos de importância estratégica para a dinamização do tecido socioeconómico local e fatores de diversificação e competitividade).

Objetivos específicos do Eixo:

- Reforçar a competitividade da rede urbana;
- Promover a regeneração urbana e a requalificação de áreas específicas das cidades;
- Promover a coesão territorial.

Eixo 3	Áreas Prioritárias	Tipologias de Operação / Regulamentos Específicos
	Parcerias para a Regeneração Urbana	<ul style="list-style-type: none"> • Parcerias para a regeneração urbana • Parcerias para a regeneração urbana (Jessica) • Regeneração urbana
	Competitividade da Rede Urbana Regional	<ul style="list-style-type: none"> • Redes urbanas para a competitividade e inovação
	Equipamentos coletivos/ Estruturantes	<ul style="list-style-type: none"> • Requalificação da rede escolar do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar • Saúde • Património Cultural • Rede de equipamentos culturais • Equipamentos para a coesão
	Acessibilidade e mobilidade para reforço do sistema urbano	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilidade Territorial
	Dotação	Lista indicativa dos beneficiários
	<ul style="list-style-type: none"> - Investimento total: 65 865 706 € - Despesa pública: 65 865 706 € - FEDER: 55 985 850 € - Taxa máxima: 85,00% 	<ul style="list-style-type: none"> Administração Pública (Central e Local) Associações Empresariais Instituições de Ensino Instituições Particulares de Solidariedade Social Pessoas Coletivas de Direiro Público Organizações Não Governamentais Instituições Particulares de Interesse Público Outros

Eixo IV - Assistência Técnica

Criar as condições para uma eficiente e eficaz implementação do Programa, tendo em vista atingir as metas fixadas.

Assegurar um conjunto de atividades indispensáveis à execução, acompanhamento, controlo e avaliação da intervenção operacional e à garantia da concretização dos objetivos propostos, nas melhores condições de eficácia, eficiência e respeito pelos normativos comunitários e nacionais aplicáveis.

Apoiar a realização de estudos de suporte à tomada de decisão sobre ações a levar a cabo no âmbito do Programa e dotar a sua estrutura de gestão das condições logísticas indispensáveis à boa execução dos diversos Eixos Prioritários e a um acompanhamento e controlo eficazes.

Objetivo específico do Eixo:

- Promover a eficácia e eficiência máxima na implementação do Programa.

Eixo 4	Áreas Prioritárias	Tipologias de Operação / Regulamentos Específicos
	Assistência Técnica	• Assistência Técnica
	Dotação	Lista indicativa dos beneficiários
	- Investimento total: 8 233 036 € - Despesa pública: 8 233 036 € - FEDER: 6 998 080 € - Taxa máxima: 85,00%	Administração Pública (Central e Local)

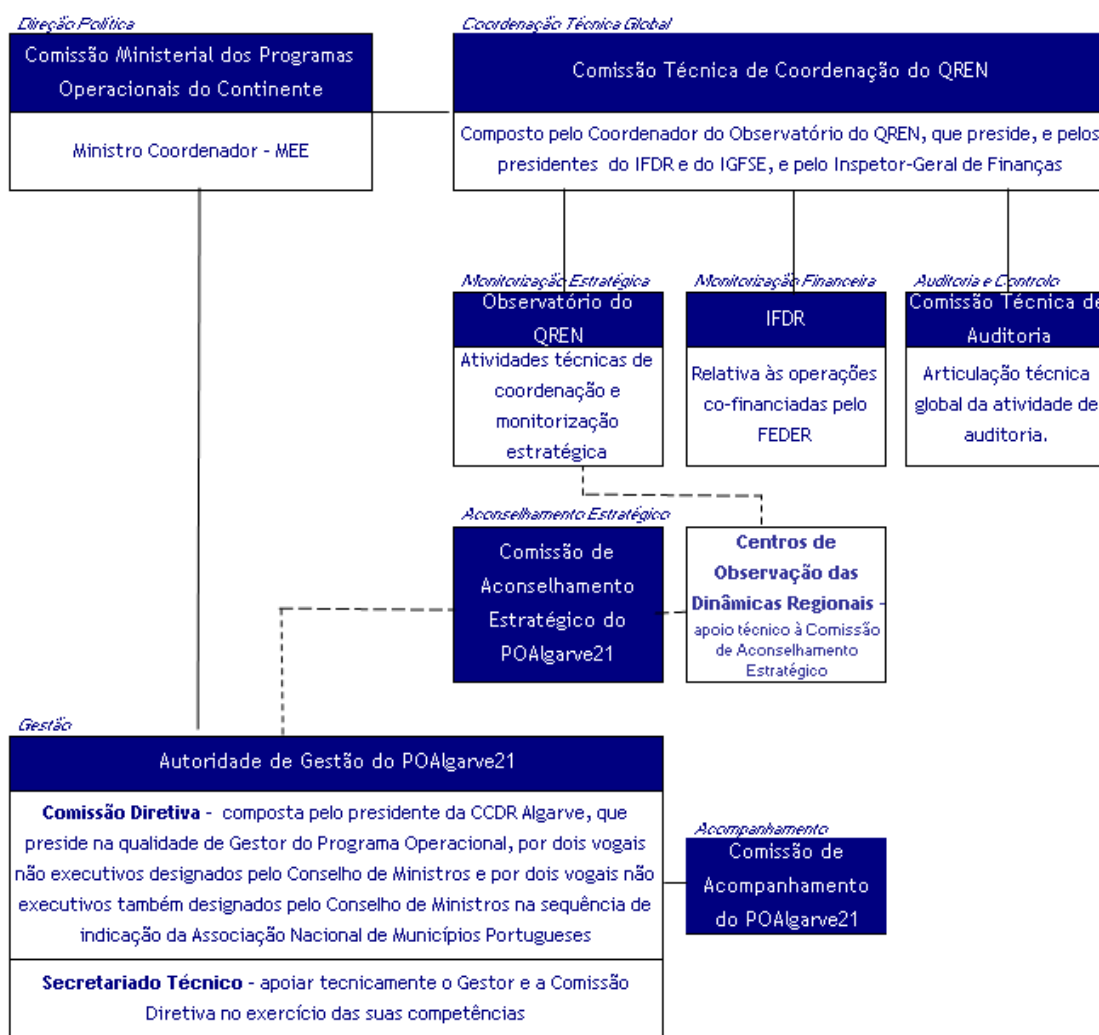
Governança do Programa Operacional

O modelo de governança do PO Algarve21 atende às orientações da Resolução do Conselho de Ministros de 25/2006, de 16 de Fevereiro, tendo sido instituído de acordo com o Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, e compreende quatro tipos de órgãos:

- **Órgão de Direção Política** que corresponde a uma Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais do Continente.
- **Órgão de Aconselhamento Estratégico** que corresponde à Comissão de Aconselhamento Estratégico.
- **Órgão de Gestão** correspondente à Autoridade de Gestão, que é composta pelos seguintes órgãos: Comissão Diretiva e Secretariado Técnico.
- **Órgão de Acompanhamento** que corresponde à Comissão de Acompanhamento do PO Algarve21.

O modelo de governação do PO Algarve21 é representado pelo organigrama seguinte:

Governação do POAlgarve21



Para além destes órgãos, a **Comissão Técnica de Coordenação** emite orientações técnicas que apoiam o exercício das funções da Autoridade de Gestão e o acompanhamento do QREN.

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2007, de 3 de outubro, posteriormente retificada pela Declaração de Retificação n.º113/2007, de 18 de dezembro, foi criada a estrutura de missão responsável pelo exercício das funções de Autoridade de Gestão do Programa Operacional e nomeados os vogais não executivos da **Comissão Diretiva** do Programa Operacional. A Comissão Diretiva do POAlgarve21 é composta atualmente pelo presidente da CCDR Algarve, que preside na qualidade de Gestor e por dois vogais não executivos (RCM nº 41/2012 de 12/04)⁴.

⁴ A RCM nº 73-B/2014 de 11/03 cria a Autoridade de Gestão e nomeia os membros da Comissão Diretiva do POR no DL nº 137/2014 de 12/09 assumem as competências de gestão do POR Algarve (2007-2013) embora apenas a partir de 9/03 (Despacho de transição nº2566-B/2015)

Por sua vez, através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de fevereiro, foi aprovada a dimensão definitiva do **Secretariado Técnico**. De acordo com o respetivo Anexo VIII, alterado pela RCM n.º 76/2012 de 23/08, o secretariado técnico do PO Regional do Algarve integra a partir dessa data um máximo de 30 elementos, entre secretários técnicos, coordenadores técnicos, técnicos superiores e assistentes técnicos⁵.

O Despacho n.º 18348/2008, de 25 de Junho de 2008, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, publicado a 9 de Julho, identifica os termos e condições em que a Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 assume as responsabilidades inerentes ao Programa Operacional do Algarve do QCA III bem como a transição do pessoal ao serviço da estrutura de apoio técnico (QCA III) para o secretariado técnico do PO Algarve 21.

Pelo Despacho n.º 18349/2008, de 25 de Junho de 2008, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, publicado a 9 de Julho, foi nomeada uma **Secretária Técnica**, e por despacho n.º 26194/2008 do Gestor do PO Algarve 21, aprovado na reunião da Comissão Diretiva, de 31 de Julho de 2008, foram nomeados os **4 Coordenadores** das Unidades Orgânicas do Secretariado Técnico, para as seguintes áreas do Programa Operacional:

- Fatores de Competitividade nas Empresas⁶
- Eixo 1 e Apoio Geral
- Eixo 2 e 3
- Controlo Interno⁷

O Despacho n.º 26863/2008, de 23 de Outubro, aprovou a transição do pessoal do PROALGARVE (QCA III) para o PO Algarve 21 (QREN).

Em Março de 2010, foi nomeado um novo **Secretário Técnico**, através do Despacho n.º 4968/2010 de 11/03 do Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, posteriormente exonerado com efeitos a partir de 7/09/2012.

Em Setembro de 2012, através do Despacho n.º 13078/2012 de 20/09/2012, foram nomeados 2 novos Secretários Técnicos, com efeitos a partir de 7/09/2012.

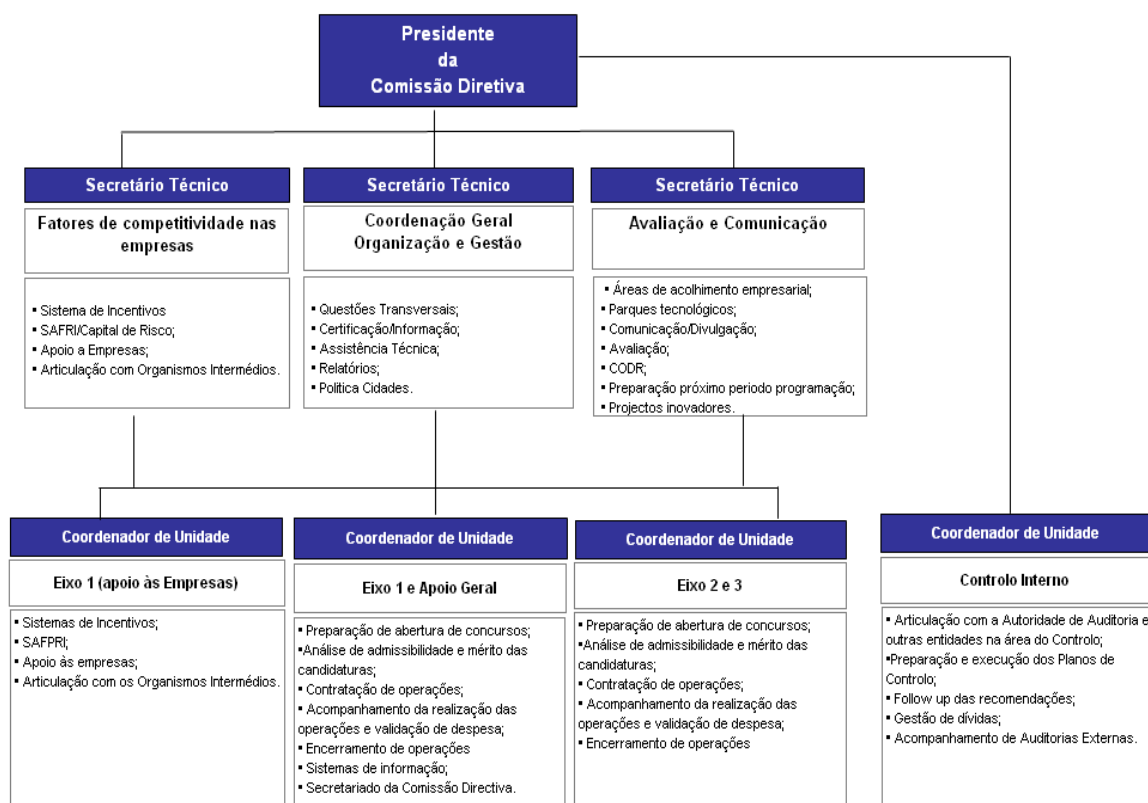
Em 2 de Janeiro de 2013, através de Despacho n.º 5773/2013, publicado em 3/05/2013, foi nomeada uma nova Coordenadora Técnica do Controlo Interno.

A estrutura organizacional da Autoridade de Gestão do PO Algarve 21, a 31/12/2014 era a seguinte:

⁵ Embora se encontrem apenas preenchidos 24 lugares (incluindo contratos por tempo indeterminado).

⁶ Saída em 1/08/2011, por aposentação.

⁷ Saída em 2009. Nova nomeação em janeiro de 2013.



Em conformidade com o texto da decisão de aprovação do PO Algarve 21, foram previstas **delegações de competências** da Autoridade de Gestão, no âmbito de:

- Sistemas de Incentivos às Empresas – QREN;
- Associações de municípios.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro⁸, com base no enquadramento legal proporcionado pelo Decreto-Lei n.º 287/2007⁹, de 17 de Agosto, e de acordo com os Regulamentos relativos dos Sistemas de Incentivos publicados através das Portarias n.º 1462/2007¹⁰, 1463/2007¹¹ e 1464/2007¹², todas de 15 de Novembro (Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME, Sistema de Incentivos à Inovação), foram delegadas funções nos Organismos Intermédios do Ministério da Economia e Inovação.

O suporte formal utilizado para a referida delegação de competências foi a celebração de protocolos entre a Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 e o IAPMEI, Turismo de Portugal, IP, Agência de Inovação e AICEP.

⁸ Alterado pelo DL N.º 74/2008 de 22 de abril.

⁹ Alterado pelo DL n.º 65/2009 de 20 março, retificado pela Declaração n.º 33/2009 de 19 maio.

¹⁰ Alterado pela Portaria n.º 711/2008 de 31 julho, Portaria n.º 353-B/2009 de 3 abril, Portaria n.º 1102/2010 de 25 outubro; Portaria n.º 369/2012 de 6/11, Portaria n.º 233-A/2012 de 06/08 e Portaria 47-A/2012 de 24-02

¹¹ Alterado pela Portaria n.º 250/2008 de 4 abril, Portaria n.º 353-A/2009 de 3 abril e Portaria n.º 1101/2010 de 25 outubro

¹² Alterado pela Portaria 353-C/2009 de 3 abril, Portaria n.º 1103/2010 de 25 outubro, Portaria 274/2012 de 6 setembro e Portaria 262/2014 de 16 dezembro.

Estes Protocolos, assinados em 2008, definem como funções delegadas as relativas à análise dos projetos, à contratação dos incentivos, ao controlo, ao acompanhamento da execução dos projetos e à interlocução com os promotores.

Competências formalmente delegadas pela Autoridade de Gestão nos Organismos Intermédios (Sistemas de Incentivos):

- a) Apreciar a aceitabilidade e o mérito das candidaturas a financiamento pelo PO, assegurando designadamente que as operações são seleccionadas em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO;
- b) Assegurar de que são cumpridas as condições necessárias de cobertura orçamental das operações;
- c) Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO;
- d) Garantir o cumprimento dos normativos aplicáveis, designadamente nos domínios da concorrência, da contratação pública, do ambiente e da igualdade de oportunidades;
- e) Assegurar a conformidade dos contratos de financiamento e dos termos de aceitação das operações apoiadas com a decisão de concessão do financiamento e o respeito pelos normativos aplicáveis;
- f) Verificar que foram fornecidos os produtos e os serviços financiados;
- g) Verificar a elegibilidade das despesas;
- h) Assegurar que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram efetuadas no cumprimento das regras comunitárias e nacionais, podendo promover a realização de verificações de operações por amostragem, de acordo com as regras comunitárias e nacionais de execução;
- i) Assegurar que os beneficiários e outros organismos abrangidos pela execução das operações mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para todas as transações relacionadas com a operação sem prejuízo das normas contabilísticas nacionais;
- j) Assegurar a recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional;
- k) Celebrar contratos de financiamento relativos às operações aprovadas e acompanhar a realização dos investimentos.

As funções delegadas nos Organismos Intermédios são desenvolvidas de acordo com a observância dos procedimentos que se encontram previstos no Manual de Procedimentos – Sistemas de Incentivos QREN, documento orientador que foi desenvolvido durante o ano de 2008 e revisto anualmente a partir daí.

No âmbito da delegação de competências nos Organismos Intermédios do Ministério da Economia e Inovação, não foi fixada uma subvenção financeira global, mas sim consensualizado inicialmente um montante de pré-financiamento (250.000 euros por cada Organismo Intermédio), revisto em função das necessidades de transferências financeiras destes Organismos Intermédios para os beneficiários finais, ou seja em função do ritmo de execução dos projetos.

Igualmente nos termos do Decreto-lei nº 312/2007 de 17 de Setembro e da deliberação da CMC POR de 19 de Março de 2008, foram delegadas funções de gestão na Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL).

Durante o ano de 2009 foi concluído o processo de negociação relativo a este processo de contratualização que abrange toda a área geográfica de intervenção do PO Algarve 21. O contrato de delegação de competências, no âmbito do Eixo 2 e 3 do Programa, foi assinado em 6 de Maio de 2009 envolvendo um total de cerca de 25 milhões de euros FEDER. As tipologias previstas são as do Ensino Básico e Pré-escolar, Valorização e Requalificação Ambiental, Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Mobilidade Territorial.

Este contrato de delegação de competências (sem subvenção global) define como funções delegadas¹³ as seguintes:

Competências formalmente delegadas pela Autoridade de Gestão na Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL):

- i) Assegurar que são cumpridas as condições necessárias de cobertura orçamental das operações;
- ii) Assegurar a organização dos processos de candidatura de operações ao financiamento pelo PO Algarve 21;
- iii) Garantir o cumprimento dos normativos aplicáveis, designadamente nos domínios da concorrência, da contratação pública, dos auxílios estatais, do ambiente e da igualdade de oportunidades;
- iv) Assegurar a conformidade dos contratos de financiamento das operações apoiadas com decisão de financiamento e respeito pelos normativos aplicáveis;
- v) Verificar que foram fornecidos os produtos e os serviços financiados;
- vi) Verificar a elegibilidade das despesas, identificando e justificando a natureza e o montante das despesas elegíveis e não elegíveis previstas nas candidaturas;
- vii) Assegurar que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram efetuadas no cumprimento das regras comunitárias e nacionais, podendo promover a realização de verificação de operações por amostragem, de acordo com as regras comunitárias e nacionais de execução;
- viii) Assegurar que os beneficiários e outros organismos abrangidos pela execução das operações mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para todas as transações relacionadas com a operação sem prejuízo das normas contabilísticas nacionais;
- ix) Assegurar a recolha de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional;
- x) Celebrar contratos de financiamento relativos às operações aprovadas e acompanhar a realização dos investimentos.

Durante o ano 2010, avançou-se na operacionalização das funções previstas neste contrato através de melhorias e adaptação do Sistema de Informação, formação e transferência de processos para a AMAL.

Durante o ano de 2011 foi concluído o processo de certificação da AMAL pela Autoridade de Auditoria no seguimento da atualização da Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo¹⁴, que integra a descrição dos procedimentos previstos no contrato de delegação de competências e permitiu assim assegurar a plena transferência de competências para aquela Associação.

Em 7 de Novembro de 2011 foi celebrada uma Adenda à Contratualização que consistiu apenas no ajustamento do Plano de Ação anexo ao contrato, sem repercussão no valor global do Contrato.

A referida adenda foi posteriormente alvo de ratificação por parte dos membros da Comissão Ministerial de Coordenação do PO Regionais, com deliberação aprovada em 20 de Março de 2012.

Em 26 de Julho de 2013 foi celebrada segunda Adenda e este Contrato de Delegação de Competências, adenda esta que prevê o reforço do montante FEDER atribuído à contratualização e teve essencialmente como objetivo dar cobertura a aumentos de taxa já efetuados ou a efetuar considerados relevantes nesta fase final do Programa, como apoio ao cumprimento dos objetivos do PO e em particular das metas N+2.

¹³ Mais informação sobre estes processos de parceria encontra-se disponível no ponto 2.7 deste Relatório.

¹⁴ Aprovada pela Autoridade de Auditoria (Inspeção Geral de Finanças) em Julho 2011.

Esta proposta de reforço para 27,5 milhões de euros enquadra-se nas disponibilidades financeiras do Programa e nas regras de gestão do overbooking, tendo sido alvo de aprovação por parte dos membros da Comissão Ministerial de Coordenação do PO Regionais, com deliberação aprovada em 8 de Agosto de 2013.

Com vista à clarificação de questões levantadas no âmbito da atualização da Descrição de Sistemas de Gestão e Controlo, relacionadas com a subdelegação de competências no âmbito do Contrato assinado com a AMAL, foi assinada em 26 de Novembro de 2013, nova adenda ao Contrato estabelecido entre a Autoridade de Gestão e esta Comunidade Intermunicipal do Algarve.

2. EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

2.1. Realização e análise de progressos:

2.1.1. Realização física do Programa Operacional

A análise relativa à execução física do Programa é efetuada com base na Tabela 2.1 – Realização Física que reproduz o Anexo VI do Regulamento (CE) nº 846/2009 (*Anexo IX* deste Relatório).

Estes Indicadores Comuns Comunitários são apurados na sua situação de contratados e executados, sendo esta última situação apenas contabilizada com o encerramento das operações. A versão destes Indicadores, em conformidade com toda a informação de Programação constante do Relatório de Execução, foi adaptada à situação prevista na Reprogramação aprovada em Dezembro de 2012.

Dos 41 Indicadores foram referenciados como “*não aplicável*” (n.a) cerca de 8 indicadores, os quais correspondem a tipologias de operação não previstas no PO do Algarve. Estão neste caso os indicadores nº 12, 15, 17, 18, 24, 25, 26 e 27 que não foram incluídos na tabela 2.1.

Os casos referenciados como “*não disponível*” dizem respeito a situações não totalmente esclarecidas quanto à metodologia (caso dos indicadores 20 e 30) ou ausência de dados disponíveis no caso do Algarve (indicadores 2, 3, 19 e 21). A informação do emprego por género no caso de operações com beneficiários privados (Sistema de Incentivos) será confirmada na fase de encerramento dos projetos (3 anos após o encerramento do investimento no caso das PME). Para este Relatório de Execução 2014 foram quantificados os postos de trabalho criados com separação de género para operações com beneficiários públicos. Alguns destes casos referem-se a tipologias onde não existem operações aprovadas, e que provavelmente já não serão ativadas até final do PO (19 e 21).

Como estamos a um ano do final do Programa foi introduzida uma coluna que pretende dar uma aproximação aos resultados finais com base na conjunção dos níveis contratados e executados.

Tabela 2.1 – Indicadores Comuns Comunitários

Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Grau de concretização	
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)												
Emprego Criado	1. Empregos criados (empregos diretos criados, em equivalente tempo inteiro) ^{b)}	Realização - Contratada		–	n.d	926	997	1096	1410	1.651		157%
		Realização - Executada				(a)	22	145	373	509		48%
		Metas									1.050	
	2. dos quais: homens ^{c)}	Realização - Contratada		–	n.d	n.d	n.d.	n.d	14	37		59%
		Realização - Executada							14	30		48%
		Metas									63	
	3. dos quais: mulheres ^{c)}	Realização - Contratada		–	n.d	n.d	n.d.	n.d	58	102		134%
		Realização - Executada							58	95		125%
		Metas									76	

Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Grau de concretização		
Investigação e Desenvolvimento	4. Nº de projetos de I&DT	Realização - Contratada		3	12	14	16	17	22	27		123%	(- +)
		Realização - Executada				0	0	1	2	9		41%	
		Metas									22		
	5. Nº de projetos de cooperação empresas-instituições de investigação	Realização - Contratada		-	2	3	4	6	11	16		200%	(- +)
		Realização - Executada				0	0	0	0	2		25%	
		Metas									8		
	6. Empregos na investigação criados	Realização - Contratada		-	0	62	67	71	62	95		158%	(+)
		Realização - Executada				0	0	1	3	46		77%	
		Metas									60		
Ajudas diretas ao investimento nas PME	7. Nº de projetos	Realização - Contratada		90	189	231	273	284	437	516		152%	(- +)
		Realização - Executada				0	4	16	41	84		25%	
		Metas									340		
	8. dos quais: nº de start-ups apoiadas	Realização - Contratada		3	9	13	17	16	54	102		408%	(- +)
		Realização - Executada				0	1	1	3	4		16%	
		Metas									25		
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização - Contratada		-	0	674	872	977	1198	1371		171%	(- +)
		Realização - Executada				0	22	145	235	318		40%	
		Metas									800		
	10. Investimento total induzido (em Milhões de euros)	Realização - Contratada		-	50,70	73,50	87,25	89,72	100,8	88,50		89%	(-)
		Realização - Executada				0	0,53	1,28	3,47	7,61		8%	
		Metas									100		
Sociedade de Informação	11. Nº de projetos	Realização - Contratada		11	19	29	35	36	54	68		113%	(- +)
		Realização - Executada				0	8	13	17	24		40%	
		Metas									60		
Transportes	13. Nº de projetos ²⁾	Realização - Contratada		-	-	3	5	10	22	26		130%	(+)
		Realização - Executada				1	1	3	6	12		60%	
		Metas									20		
	14. Nº de Km de novas estradas	Realização - Contratada		-	-	0,85	3,85	3,85	5,37	6,08		122%	(- +)
		Realização - Executada				0	0,85	0,85	0,85	0,85		17%	
		Metas									5		
	16. Nº de Km de estradas reconstruídas ou remodeladas ²⁾	Realização - Contratada		-	-	35,59	49,76	57,08	86,08	123,04		205%	(+ +)
		Realização - Executada				0	0	29,93	44,83	68,76		115%	
		Metas									60		
	19. Nº de Km de ferrovias reconstruídas ou qualificadas	Realização - Contratada		-	-	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d		n.d	n.d
		Realização - Executada				n.d	n.d	n.d	n.d	n.d		n.d	
		Metas									n.d		
	20. Valor (em euros/ano) dos ganhos nos tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de estradas (mercadorias e passageiros)	Realização - Contratada		n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d		n.d	n.d
		Realização - Executada				n.d	n.d	n.d	n.d	n.d		n.d	
		Metas									n.d		
	21. Valor (em euros/ano) dos ganhos nos tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de ferrovias (mercadorias e passageiros)	Realização - Contratada		-	-	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d		n.d	n.d
		Realização - Executada				n.d	n.d	n.d	n.d	n.d		n.d	
		Metas									n.d		
22. Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	Realização - Contratada		-	-	15.935	23.214	23.214	40.248	40.248		40%	(-)	
	Realização - Executada				12.902	12.902	15.935	10.622	10.622		11%		
	Metas									100.000			

Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Grau de concretização		
Energias Renováveis	23. Nº de projetos ^{d)}	Realização - Contratada		0	0	33	37	45	62		124%	(- +)	
		Realização - Executada			0	0	1	9	10		20%		
		Metas								50			
Ambiente	28. Nº de projetos visando a melhoria da qualidade do ar ^{e)}	Realização - Contratada		1	1	1	1	1	1		100%	(++)	
		Realização - Executada			0	0	0	0	1		100%		
		Metas								1			
	29. Área reabilitada (em km2) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas) ^{f)}	Realização - Contratada		5,23	6	7,1	6,79	6,99	6,99			70%	(-)
		Realização - Executada			0	0,2	1,2	1,6	2,8			28%	
		Metas								10			
Alterações Climáticas	30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	Realização - Contratada		n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	3,54		n.d	n.d	
		Realização - Executada			n.d	n.d	n.d	n.d	0,21		n.d		
		Metas								n.d			
Prevenção de Riscos	31. Nº de projetos	Realização - Contratada			1	20	19	19	18		90%	(- +)	
		Realização - Executada			0	0	0	2	4		20%		
		Metas								20			
	32. População que beneficia de medidas de proteção contra cheias e inundações ^{f)}	Realização - Contratada			434.023	434.023	451.005	451.005	451.005			104%	(++)
		Realização - Executada			0	0	0	225.503	225.503			52%	
		Metas								434.023			
	33. População que beneficia de medidas de proteção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (exceto cheias e inundações) ^{f)}	Realização - Contratada			434.023	434.023	451.005	451.005	451.005			104%	(++)
		Realização - Executada			0	0	0	290.063	290.063			67%	
		Metas								434.023			
Turismo	34. Nº de projetos	Realização - Contratada	5	11	27	47	46	106	136		151%	(- +)	
		Realização - Executada			0	4	8	23	42		47%		
		Metas								90			
	35. Nº de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização - Contratada		0	360	464	562	749	836			186%	(-)
		Realização - Executada			0	15	15	48	62			14%	
		Metas								450			
Educação	36. Nº de projetos	Realização - Contratada	5	9	17	18	17	17	17		77%	(-)	
		Realização - Executada			7	9	11	11	15				68%
		Metas								22			
	37. Nº de alunos que beneficiam das intervenções	Realização - Contratada	1.840	2.849	5.583	5.946	5.630	5.630	5.630			80%	(-)
		Realização - Executada			1.962	2.447	3.236	3.236	3.925			56%	
		Metas								7.000			
Saúde	38. Nº de projetos	Realização - Contratada			n.d	3	3	3	3		100%	(++)	
		Realização - Executada			n.d	2	3	3	3		100%		
		Metas								3			
Reabilitação Urbana	39. Nº de projetos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atratividade das cidades	Realização - Contratada		0	24	27	31	36	45		136%	(++)	
		Realização - Executada			5	18	22	22	25		76%		
		Metas								33			
Competitividade das Cidades	40. Nº de projetos que visam estimular a atividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização - Contratada		0	5	3	3	6	6		60%	(-)	
		Realização - Executada			0	0	0	0	0		0%		
		Metas								10			
Inclusão Social	41. Nº de projetos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	Realização - Contratada	5	9	17	18	17	20	20		80%	(-)	
		Realização - Executada			7	9	11	14	18		72%		
		Metas								25			

Notas:

- a) Conforme metodologia recomendada pela CE deverá ser apurado após conclusão da operação
- b) Inclui 125 empregos criados (executados) nos projetos de investimento Público e 1512 nas empresas
- c) Nesta fase, só existem dados para a repartição H/M nos projetos Públicos. Embora a meta para estes indicadores esteja como n.d, optou-se por repartir os 139 PT públicos em 45% Homens e 55% Mulheres para "compensar" a atual repartição (pressuposto: dados trimestrais que refletem uma taxa de empregabilidade contrária à meta de 55% H e 45% M)
- d) Inclui 18 operações enquadradas no Regulamento Específico "RUCI"
- e) Trata-se de uma operação enquadrada no Regulamento Específico "Ações de valorização e qualificação ambiental"
- f) As Intervenções aprovadas abrangem todo o território Algarvio - a população residente no território cresceu (atualização de acordo com censos 2011). Uma das operações que contribui para estes indicadores foi rescindida por extinção do promotor, sendo que por razões administrativas, não foi possível efetuar o reembolso FEDER ao beneficiário. No entanto, as componentes que integravam a operação foram executadas, tendo na altura da extinção do Governo Civil sido, as mesmas, disponibilizadas à Autoridade Nacional de Proteção Civil, que as têm utilizado para os efeitos previstos.
- g) As metas dos CORE Indicators foram atualizadas para os valores enviados à CE com a Reprogramação aprovada em Dezembro 2012 (Decisão C (2012) 9482 de 12/12/2012)
- n.d - não disponível
- n.a - não se aplica

Observações:

- 1) Nos resultados deste indicador está incluída a contabilização de um projeto (ALG-01-0430-FEDER-000001) que transitou do Eixo 2 para o Eixo 1. Este projeto contribui em 0,10km2 para a "área reabilitada"
- 2) No resultado destes indicadores estão incluídas a contabilização de dois projetos (ALG-01-0450-FEDER-000001 e ALG-01-0450-FEDER-000002) que transitaram do Eixo 3 para o Eixo 1. Estes projetos contribuem para os seguintes indicadores: CORE 13 (Aprovação= 2 Execução=1) e CORE 16 (Aprovação=5,37 km Execução =2,75km)

(-)	Execução atrasada. Difícilmente atingirá as metas face ao baixo nível de compromisso
(- +)	Execução ligeiramente atrasada, mas com possibilidade de atingir as metas face à recuperação verificada e/ou aos elevados níveis de compromisso
(+)	Execução superior à média. Prevê-se que venha a atingir as metas fixadas.
(+ +)	Execução igual ou superior a 100%. Metas cumpridas ou ultrapassadas
(n.a)	Indicador a verificar no pós projeto

Numa análise sumária da informação referente aos **Indicadores Comuns Comunitários** (*Core Indicators*) destaca-se que:

- ❖ Apesar da retração económica que se seguiu à crise financeira ter afetado durante os últimos anos o ritmo de execução material do Programa, limitando não só a capacidade de concretização dos pagamentos aos fornecedores que permitem por sua vez a realização da despesa a contabilizar no PO, mas também o ritmo de execução da realização física, no ano 2014 verificou-se uma aceleração significativa nos níveis de execução material, quer nos valores contratados mas especialmente nos valores executados.
- ❖ Verifica-se que nalguns casos os níveis de realização contratados ultrapassam largamente as metas para 2015, o que acompanha os níveis de “overbooking” particularmente elevados em que o Programa se encontrava a 31/12/2014, em especial no que respeita aos apoios às empresas. No entanto ao longo do ano 2014 e de forma expectável ao longo do ano 2015, o grau de concretização da realização contratada já iniciou um percurso inverso de aproximação aos 100%, não só por não estarem previstas novas contratações neste ano, como pelo efeito das quebras e desistências que se continuarão a registar. É o caso de alguns indicadores comuns nacionais disponíveis no Capítulo 3 – Análise por Eixo.

A realização material executada por seu lado, apresenta resultados significativamente superiores ao final do ano anterior refletindo um nível crescente de operações concluídas. De notar, no entanto, que a evolução do grau de aproximação às metas no caso da realização física não assume ritmos semelhantes aos da realização financeira, uma vez que a contabilização material é realizada apenas quando as operações são concluídas perdendo-se o efeito proporcional dos resultados financeiros. Como da análise efetuada neste Relatório resulta que apenas cerca de 50% das operações aprovadas se encontravam concluídas, pode-se concluir que se está a trabalhar nesta fase apenas com 50% do universo.

- ❖ Na área do **apoio às empresas** de referir alguns indicadores com resultados positivos, em particular na área da investigação e desenvolvimento:

	Grau de aproximação às metas de 2015	
	Realização contratadas	Realização executada
▪ 27 projetos de I&DT aprovados (9 concluídos)	90%	30%
▪ 95 empregos previstos na investigação (46 criados)	136%	66%
▪ 516 projetos de investimento de PME com ajudas diretas (84 já concluídos)	152%	25%
▪ 1371 empregos previstos criar em PME (318 criados)	196%	45%

- ❖ Na área do **ambiente e prevenção de riscos**¹⁵ as intervenções contratadas dizem respeito à “qualidade do ar” e à “recuperação de passivos ambientais”. As intervenções de “prevenção de riscos” referem-se a

¹⁵ Estas intervenções são complementadas com o Fundo de Coesão.

equipamentos de comunicações das estruturas de proteção civil, abrangendo todo o território regional. As metas encontram-se na sua maioria ultrapassadas.

	Grau de aproximação às metas de 2015	
	Realização contratadas	Realização executada
<ul style="list-style-type: none"> Toda a população (451.005) do território algarvio beneficia de medidas de proteção contra cheias e inundações; 	104% f)	52%
<ul style="list-style-type: none"> Toda a população (451.005) do território algarvio beneficia de medidas de proteção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações). 	104% f)	67%

f) As Intervenções aprovadas abrangem todo o território Algarvio - a população residente no território cresceu (atualização de acordo com censos 2011)

- ❖ Na área do **“Turismo”** registaram-se acréscimos significativos embora as operações já concluídas sejam ainda pouco significativas.

	Grau de aproximação às metas de 2015	
	Realização contratadas	Realização executada
<ul style="list-style-type: none"> 136 projetos contratados dos quais 42 já concluídos 	151%	47%
<ul style="list-style-type: none"> 836 empregos previstos criar dos quais 62 já criados 	239%	18%

- ❖ Os **“Transportes”** cujas intervenções iniciaram as aprovações apenas em 2010, recuperaram significativamente os seus níveis e contavam já com 12 operações concluídas.

	Grau de aproximação às metas de 2015	
	Realização contratadas	Realização executada
<ul style="list-style-type: none"> 26 projetos contratados dos quais 12 já concluídos 	173%	80%
<ul style="list-style-type: none"> 123 Km de estradas reconstruídas ou remodeladas previstos dos quais 67 Kms já executados 	205%	115%

- ❖ Finalmente de referir os apoios nas áreas da **“Educação”, “Inclusão Social”, “Saúde” e “Política de Cidades”** que atingiram no início um grau de concretização mais avançado com as primeiras operações concluídas, registam agora evoluções menos expressivas em 2014.

	Grau de aproximação às metas de 2015	
	Realização contratadas	Realização executada
<ul style="list-style-type: none"> 17 projetos de Educação (15 já concluídos) 	77%	68%
<ul style="list-style-type: none"> 5.630 alunos que se prevê virem a beneficiar das intervenções da Educação (3925 já beneficiam) 	80%	56%
<ul style="list-style-type: none"> 3 projetos na área da Saúde que se encontram já concluídos 	100%	100%
<ul style="list-style-type: none"> 45 projetos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atratividade das cidades (25 já concluídos) 	136%	76%
<ul style="list-style-type: none"> 20 projetos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social (18 já concluídos) 	80%	72%

As realizações apresentadas confirmam o avanço na execução material, bem como na conclusão física das operações em relação ao final do ano anterior o que permite já a contabilização final de um número crescente de indicadores (realização executada). No geral mantêm-se as boas perspetivas para o cumprimento das metas para 2015 para a generalidade dos indicadores que se aplicam ao PO do Algarve, embora reste ainda algum trabalho significativo de encerramento de operações a realizar durante o próximo ano. Esta questão será abordada mais à frente nos pontos 2.1.2 e no Capítulo 3 na análise por Eixo Prioritário.

Destacam-se igualmente algumas realizações previstas a 31/12/2014, retiradas do Anexo I (**Indicadores Comuns Nacionais**) e organizadas pela sua contribuição para as Agendas do QREN. Também neste caso, apesar de algum atraso registado no encerramento das operações, não permitir ainda contabilizar resultados finais de execução muito expressivos, regista-se um avanço significativo relativamente ao ano transato, acompanhando a recuperação dos níveis de execução do Programa.

Realização física:

Agenda Fatores de Competitividade:

- 379 empresas beneficiadas com ajudas diretas ao investimento, das quais 150 em setores intensivos em conhecimento e média e média-alta tecnologia das quais 25 já se encontram concluídas.
- 100 empresas *start up* apoiadas das quais 56 em setores intensivos em conhecimento e média e média-alta tecnologia, das quais 3 operações já se encontram concluídas.
- 57 empresas com apoios contratados em setores de produção transacionável e internacionalizável das quais 17 já se encontram concluídos.
- 126 milhões de euros de exportações, previstos no pós-projeto, para as empresas beneficiárias de ajudas diretas, dos quais 36 Milhões de Euros já concretizadas.
- 275 milhões de euros de vendas previstas, no pós-projeto, para as empresas beneficiárias de ajudas diretas, dos quais 106 milhões de Euros já concretizados.
- 133 empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de Engenharia Financeira.
- 11 milhões de euros de investimento total previsto em I&DT, dos quais 5,6 milhões já efetuados.
- 4215 m² de área infraestruturada em Parques de Ciência e Tecnologia contratados e totalmente executados.
- 773 m² de área infraestruturada nas incubadoras de empresas contratadas e totalmente executados.
- 104 serviços on-line orientados para empresas, disponibilizados por entidades públicas, dos quais 84 já concretizados.
- 1 loja do cidadão (centro multiserviços e balcão único) contratada e já concretizada abrangendo diretamente uma população de 26 mil habitantes.

Agenda Valorização do Território:

- 1050 há de área classificada abrangida por intervenções de gestão ativa de espaços protegidos e classificados dos quais 1030 já executados.
- 3 protocolos aprovados de parcerias para a regeneração urbana com 9 parceiros envolvidos. Uma população geral abrangida por operações de regeneração urbana na Região de 37 mil habitantes e uma área total de intervenção das operações de 62 mil m² já concretizada.
- 1 programa estratégico de desenvolvimento urbano para a competitividade e inovação com 9 parceiros (beneficiários) envolvidos dos quais 6 são Municípios.

Agenda Potencial Humano:

- 17 centros escolares aprovados dos quais 15 já se encontravam concretizados com 5630 alunos abrangidos, dos quais 3925 alunos estão já a usufruir dos investimentos efetuados.

A exceção ao avanço destes números de realização física e de resultados regista-se no número de empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de Engenharia Financeira, uma vez que se verificaram algumas descativações na sequência da Auditoria efetuada¹⁶.

¹⁶ Ação de Controlo Complementar (ver ponto 2.7.1 – Controlo Interno)

2.1.2. Realização financeira do Programa Operacional

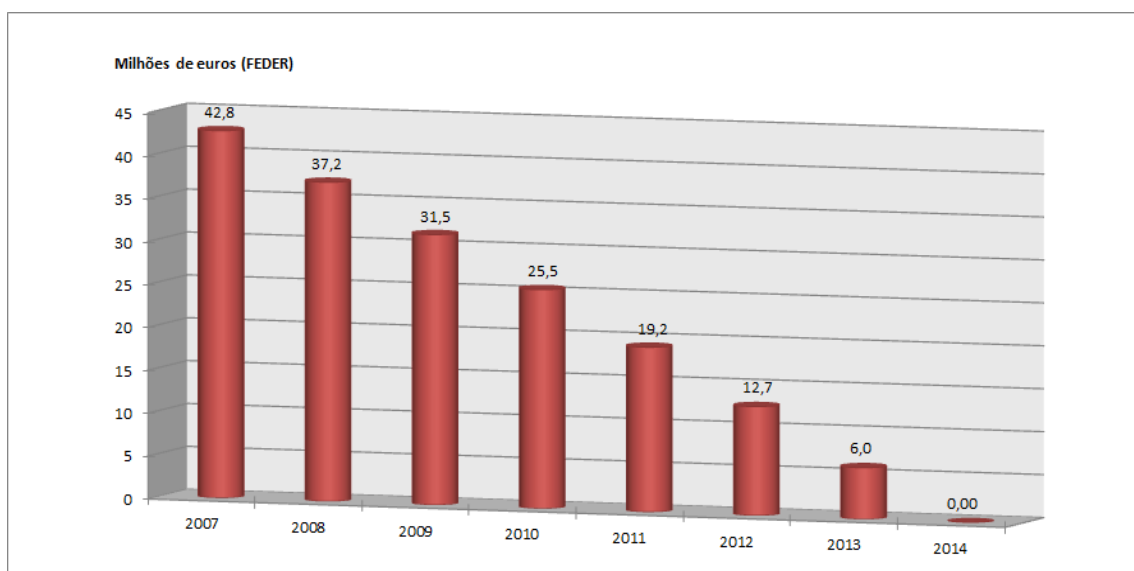
Programação Financeira:

No período de programação 2007-2013, o Algarve entrou em situação de *phasing out* do Objetivo “Convergência” por ter ultrapassado 75% do PIB médio da UE 25, o que determinou uma redução significativa da dotação atribuída em relação ao período de programação anterior (2000 – 2006).

Os valores globais acumulados até final de 2013 previstos na Decisão do Programa C (2007) 5067 de 10/10/2007, ascendem aproximadamente a 175 milhões de euros de dotação FEDER, a que corresponde um investimento total previsto que ultrapassa os 256 milhões de euros (de acordo com a última Reprogramação aprovada em Dezembro de 2012¹⁷).

Relativamente à programação por anos dos montantes FEDER atribuídos, importa referir que em conformidade com as regras em vigor, o estatuto de *phasing out* da Região implica um perfil descendente da programação, conforme Gráfico 2.1, que prevê para os primeiros 3 anos (2007-2009) uma afetação superior a 60% da dotação 2007-2013.

Gráfico 2.1 – Programação por Anos



Torna-se assim mais difícil o cumprimento da programação, nestes primeiros anos, em que a situação de arranque do programa impede que a execução das operações entre de imediato em “fase de cruzeiro”. A partir de 2011 com a aplicação da Regra N+3 (corte automático) e apesar das derrogações introduzidas pelos

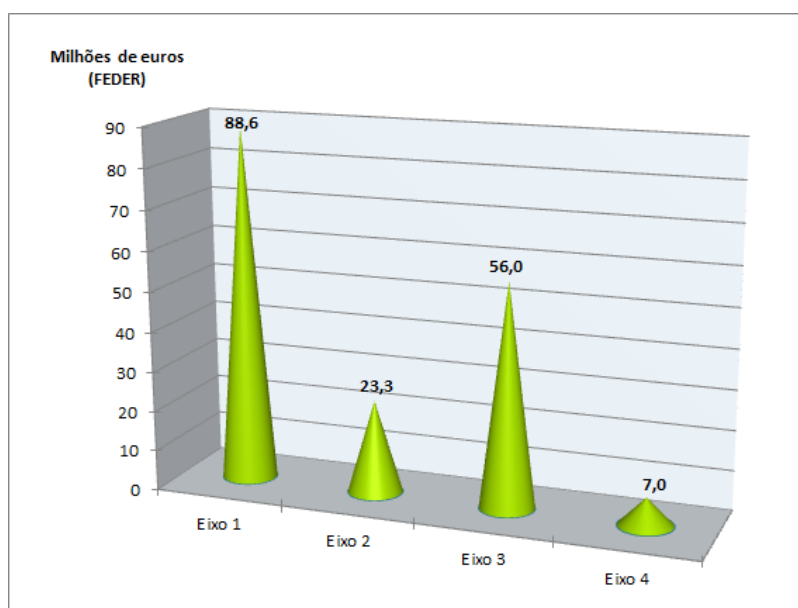
¹⁷ Decisão C (2012) 9482 final de 12/12/2012

Regulamentos (EU) nº 539/2010 e 1311/2011 mas sobretudo em 2013, ano em que a Regra passou de N+3 para N+2, o volume de execução tornou-se particularmente exigente e difícil de cumprir, assumindo uma preocupação particular no contexto da crise económica e financeira. Apesar das perspetivas muito negativas o Programa conseguiu ultrapassar as metas definidas embora a pressão se mantenha até ao final do período QREN.

Dos 3 Eixos do PO Algarve 21, o **Eixo 1 – Competitividade, inovação e conhecimento** é o que apresenta maior dotação, perto de 89 milhões de euros que correspondem a mais de 50% da comparticipação comunitária total atribuída ao Programa e a uma previsão de investimento superior a 154 milhões de euros.

Neste Eixo está previsto o *apoio à competitividade e inovação de empresas e ao reordenamento das atividades económicas*, através de sistemas de incentivos e ações de melhoria da envolvente para inovação empresarial, da valorização do *cluster* turismo e lazer, da modernização e qualificação da Administração Pública com recurso à Sociedade do Conhecimento, entre outras. (*conforme já referido no cap. 1 deste documento*)

Gráfico 2.2 – Programação por Eixos



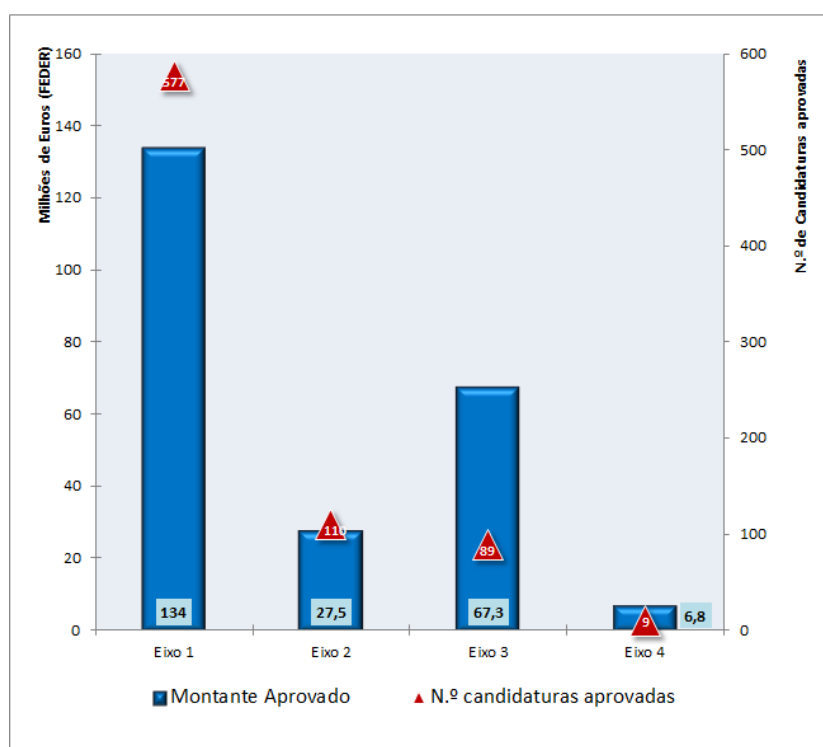
Os **Eixos 2 – Proteção e Qualificação Ambiental** e **3 – Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano** representam respetivamente 13% e 32% do total da programação do PO Algarve 21. (*Gráfico 2.2*) e apontam para investimentos de 27,4 e 65,9 milhões de euros respetivamente.

Face ao estatuto de *phasing out* da Região do Algarve, a execução financeira a apresentar neste Relatório, refere-se integralmente a “**zona que beneficia de apoio transitório**”.

Dinâmica de concursos, aprovações e taxas de compromisso

Até 31/12/2014, tinham sido abertos 204 **concursos** com uma dotação de 318 milhões de euros¹⁸ FEDER, abrangendo 26 Regulamentos Específicos do Programa, os quais já tinham encerrado naquela data tendo sido 201 alvo de decisão (*Anexo XII*). O gráfico¹⁹ 2.3 apresenta os resultados acumulados a 31/12/2014, considerando o valor total dos Planos de Ação/Planos estratégicos aprovados, ou seja o valor das aprovações à data da decisão do processo de concurso. Inclui também por isso as operações anuladas e rescindidas ao contrário do conteúdo do *Anexo II e III* onde são apresentadas as aprovações líquidas.

Gráfico 2.3 – Aprovações por Eixos



Durante o ano 2014, não foram abertos processos de seleção em conformidade com orientações superiores nesta matéria²⁰, apesar da Autoridade de Gestão ter solicitado autorização para lançamento de convites que só vieram a ser autorizados em 2015.

No ano 2014, não estiveram assim abertos quaisquer concursos embora tenham sido decididos 19 concursos, dando origem a um acréscimo de **aprovações** no valor de 18,7 milhões de euros FEDER em 88 candidaturas²¹.

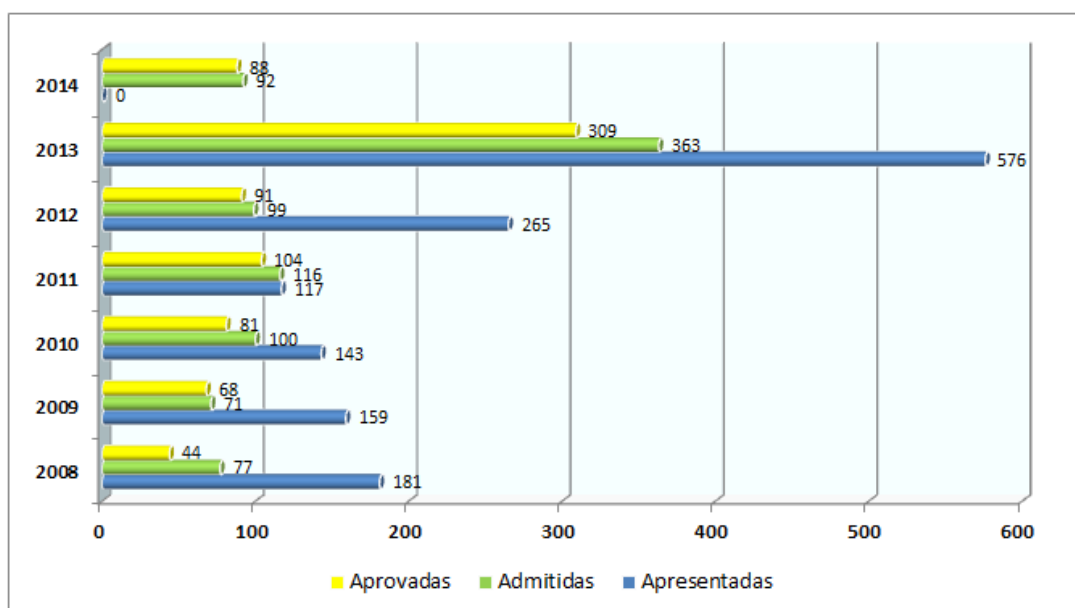
¹⁸ Os restantes 3 concursos não foram considerados decididos durante o ano 2014 uma vez que não tinham atingido 75% de candidaturas em condições de ser admitidas no final do ano (concurso ALG-30-2013-03 (33%); concurso ALG-65-2016-06 (69%) e concurso ALG-32-2013-06 (58%))

¹⁹ Nalguns casos o valor de cada processo de decisão é reforçado pela Comissão Diretiva na fase de aprovação para responder a procuras mais elevadas do que o previsto.

²⁰ Deliberação da CMC de 13/12/2103 sobre "Orientações gerais para a gestão dos PO".

²¹ Foi considerado o valor das aprovações à data da decisão do processo de concurso. Inclui anuladas e rescindidas (*Anexo XII*).

Gráfico 2.4 – Variação de admissibilidade/aprovações (2008-2014)



Conforme o *Anexo XII*, das 1441 candidaturas apresentadas (submetidas) cerca de 918 tinham sido admitidas até ao final do ano 2014, o que representava uma taxa de admissibilidade geral do Programa de 64%. Esta taxa foi superior à registada no final de 2013 (57%). Cerca de 86% das candidaturas admitidas tinham sido aprovadas a 31/12/2014 (92% no Eixo 3).

O valor de investimento elegível médio por candidatura aprovada aproxima-se dos 589 mil euros (na ótica da despesa pública), registando-se o valor mais significativo no Eixo 3, com 1,3 milhões de euros para cuja média conta a operação Jessica.

Tabela 2.2 – Operações aprovadas e taxa de compromisso

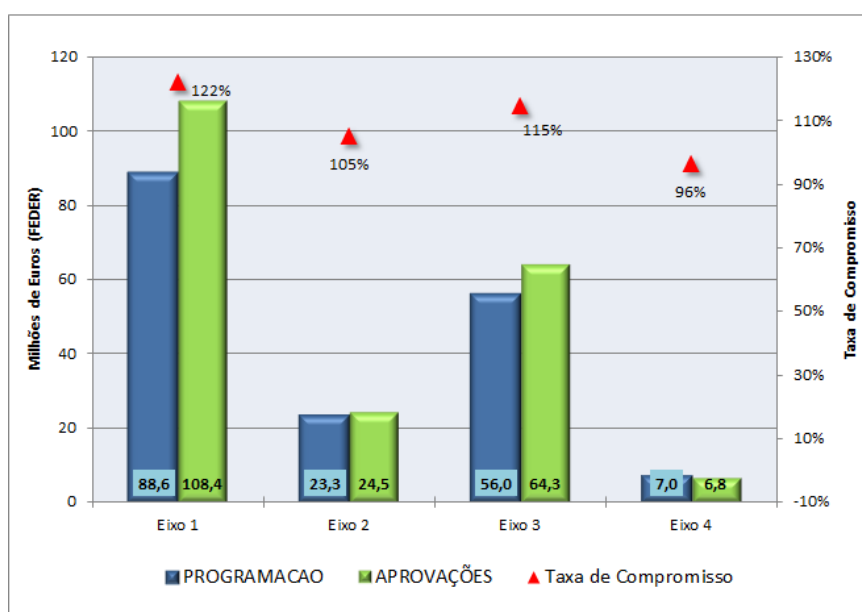
Eixo Prioritário	Fundo Programado	APROVAÇÕES				Taxa de compromisso (%)
		Nº Operações	Investimento Total Elegível	Despesa Pública	FEDER	
	1	2	3	4	5	6=5/1
Eixo Prioritário 1	88.646.031	432	255.376.196	128.946.143	108.391.909	122,3%
FEDER	88.646.031	432	255.376.196	128.946.143	108.391.909	122,3%
Eixo Prioritário 2	23.322.055	88	35.629.070	35.629.070	24.492.543	105,0%
FEDER	23.322.055	88	35.629.070	35.629.070	24.492.543	105,0%
Eixo Prioritário 3	55.985.850	113	104.770.161	104.770.161	64.291.769	114,8%
FEDER	55.985.850	113	104.770.161	104.770.161	64.291.769	114,8%
Eixo Prioritário 4	6.998.080	9	8.419.323	8.419.323	6.752.853	96,5%
FEDER	6.998.080	9	8.419.323	8.419.323	6.752.853	96,5%
Total PO	174.952.016	642	404.194.750	277.764.697	203.929.072	116,6%

Nota:
Informação retirada do Anexo II.

Em 31/12/2014 o Programa contava com 642 operações aprovadas²² num montante total de investimento de 494,1 milhões de euros ao qual correspondia cerca de 203,9 milhões de euros FEDER (Anexo II).

Estas aprovações correspondem, a uma *taxa de compromisso* das dotações do Programa de 117%, a qual ascende no Eixo 1 a 122% e no Eixo 3 a 115% evidenciando a situação de *overbooking* do Programa já generalizada a todos os Eixos depois de uma forte recuperação do nível de aprovações durante os últimos dois anos e meio (após agosto de 2012).

Gráfico 2.5 – Taxas de Compromisso por Eixos



O Eixo 1 registava no final do ano o maior número de operações aprovadas (432 contra 439 no final de 2013) e o maior montante de FEDER comprometido (108,4 milhões de euros contra 104,6 milhões de euros no final do ano anterior), seguido do Eixo 3 com 64 milhões com 113 operações aprovadas.

A redução do número de operações aprovadas no Eixo 1 corresponde já a um conjunto de quebras significativo nos Sistemas de Incentivos as quais foram mais que compensadas ao nível dos montantes aprovados pela área de beneficiários públicos do Eixo 1 onde se registaram algumas aprovações de montantes significativos no decorrer de 2014²³.

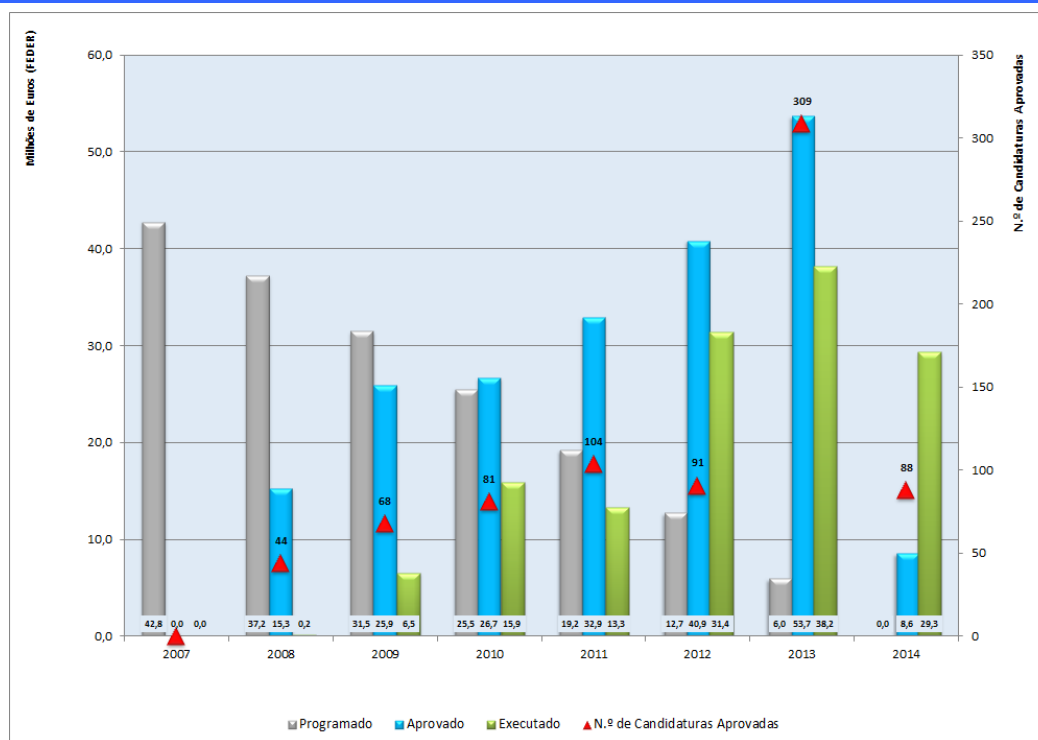
O gráfico 2.6. evidencia o perfil descendente da programação do PO desde o início do QREN que contrasta com o ritmo crescente das aprovações e da execução que em 2014 inletem a tendência.

²² Aprovações líquidas – excluindo anuladas e rescindidas (Anexo II e III).

²³ No capítulo 3 – Execução por Eixo Prioritário encontram-se mais detalhadas estas questões.

O reduzido volume de aprovações em 2014 reflete já, não só as orientações superiores para fechar os processos de aprovações até 31/03/2014 pelo que não foram abertos concursos em 2014, como também as quebras naturais à medida que o Programa se aproxima do final do ciclo.

Gráfico 2.6 – Programado, Aprovado e Executado por anos



As exceções ao percurso ascendente de aprovações e execução, para além do decréscimo absoluto da execução em 2011 que evidenciava já neste ano as dificuldades financeiras dos beneficiários motivados pelos efeitos da crise internacional registaram-se no ano 2014 que não conseguiu manter o ritmo de recuperação excecional dos anos 2012 e 2013. Efetivamente recorda-se que, no que respeita às **aprovações**, a recuperação geral verificada durante o ano 2012 foi bastante significativa se tivermos em consideração a inibição de efetuar aprovações verificada no Eixo 2 e 3 (públicos) durante todo o 1º semestre do ano (até agosto) – *Operação Limpeza* e a inexistência de Gestor do PO durante os primeiros 2 meses do ano (8 meses sem aprovações nesta área do Programa). No ano 2013 reforçou-se ainda mais esta tendência tendo o número de operações aprovadas nesse ano quase duplicado o número acumulado de final de 2012.

Os maiores acréscimos relativos e absolutos nas aprovações em 2013 verificaram-se no Eixo 1, que entrou em *overbooking* em particular no que respeita aos promotores privados.

Em 2014 o volume de aprovações reduz significativamente uma vez que as aprovações efetuadas limitam-se apenas às operações submetidas nos concursos abertos no final de 2013 (outubro a dezembro) e que vieram a ter decisões em 2014. Efetivamente em 2014 já não foram abertos novos concursos em conformidade com

as orientações governamentais previstas pela Comissão Ministerial de Coordenação que apontavam para a conclusão do “processo de aprovação de candidaturas até 31/03/2014”.

Um outro fator que contribui para esta retração dos montantes aprovados relaciona-se com as quebras devidas não só a anulações e rescisões, mas também às quebras de execução finais que vão aumentando à medida que cresce o número de operações encerradas e que contribuem para o ajustamento em baixa dos níveis de “overbooking” efetuados. Este ajustamento foi mais expressivo no âmbito dos Sistemas de Incentivos onde já não se registaram novas aprovações em 2014 e onde as quebras são historicamente mais significativas do que nos Eixos Públicos.

Interessa aqui referir que a aprovação do exercício de programação do *overbooking* como medida de Gestão assente no apuramento dos níveis de quebras verificados, ocorreu no final de 2012 no que diz respeito aos Sistemas de Incentivos e foi apresentado à Comissão Diretiva de janeiro de 2013. Apontava para uma taxa máxima de 48% a qual foi reforçada em maio para 60% após atualização da taxa de quebra prevista integrando o Fundo de Capital de Risco. No caso dos Eixos 2 e 3 foi efetuada uma proposta pela AG de estimativa de quebras com base nos dados históricos do programa, a qual foi aprovada pela CMC, que apontava para 10% de limite máximo de “overbooking” sujeito à confirmação periódica do histórico de quebras. A aprovação destes exercícios permitiu que em 2013 as aprovações do Programa tivessem ultrapassado a programação embora no final de 2014 o nível de aprovações não tenham atingido as médias de quebras históricas em cada área do PO.

Efetivamente no final deste ano não tinham sido autorizadas superiormente as propostas da Autoridade de Gestão para a abertura de 2 convites na área da Mobilidade (Portos) e para a aprovação de 10% de “overbooking” para a área do Eixo 1 (Beneficiários Públicos) remetendo ainda para 2015 a necessidade de efetuar aprovações no Programa.

Execução financeira e pagamentos aos beneficiários

No final de 2014, tinha sido paga pelos beneficiários aos seus fornecedores e contabilizada pela Autoridade de Gestão cerca de 267,1 milhões de euros de despesa total a que correspondia uma despesa pública de 184,3 milhões euros e 134,7 milhões de euros de FEDER, registando um acréscimo de 28% em relação ao nível de execução do final do ano 2013 e representando uma taxa global de execução de aproximadamente 77% (*Anexo II*).

No geral do Programa a dinâmica da execução foi menos forte do que em 2013 em parte porque a lógica da contabilização de despesas das Engenharias Financeiras fez convergir maiores volumes de execução naquele ano (2013) sendo pouco expressiva em 2014, mas também porque não foi possível manter a elevada pressão e a monitorização tão apertada junto dos executores uma vez que as equipas de gestão tiveram já que se dividir entre a atenção a este quadro (2007-2013) e ao trabalho de elaboração e negociação do novo

PO para o período 2014-2020 que exigiu uma forte dedicação ao longo do ano 2014, em particular no 2º semestre.

Recorde-se que por via da grande exigência da meta N+2 de 2013 ao longo do 2º semestre desse ano foi montado um sistema de monitorização semanal de estruturas técnicas e promotores que contribuiu para o cumprimento dos objetivos.

O Eixo 1 registou o maior acréscimo em 2014 relativamente ao verificado em 2013 (+45%) seguido do Eixo 4 (Assistência Técnica) que registou o maior acréscimo da taxa de execução (*gráfico 2.7*). O Eixo 1 ultrapassou mesmo o Eixo 3 em valor absoluto de execução, o que deve em parte a um salto significativo que se verificou na área dos sistemas de incentivos recuperando algum atraso anterior. No entanto, convém referir que a ativação da Área de Intervenção do Eixo 1 “Valorização do Cluster Turismo Lazer” no que diz respeito a operações públicas que se concretizou através da transição de operações do Eixo 2 e 3 para o Eixo 1 cuja 1ª fase (3 operações) ocorreu em 2014, também contribuiu para o acentuar do ritmo de execução do Eixo 1 em detrimento dos outros 2 Eixos.

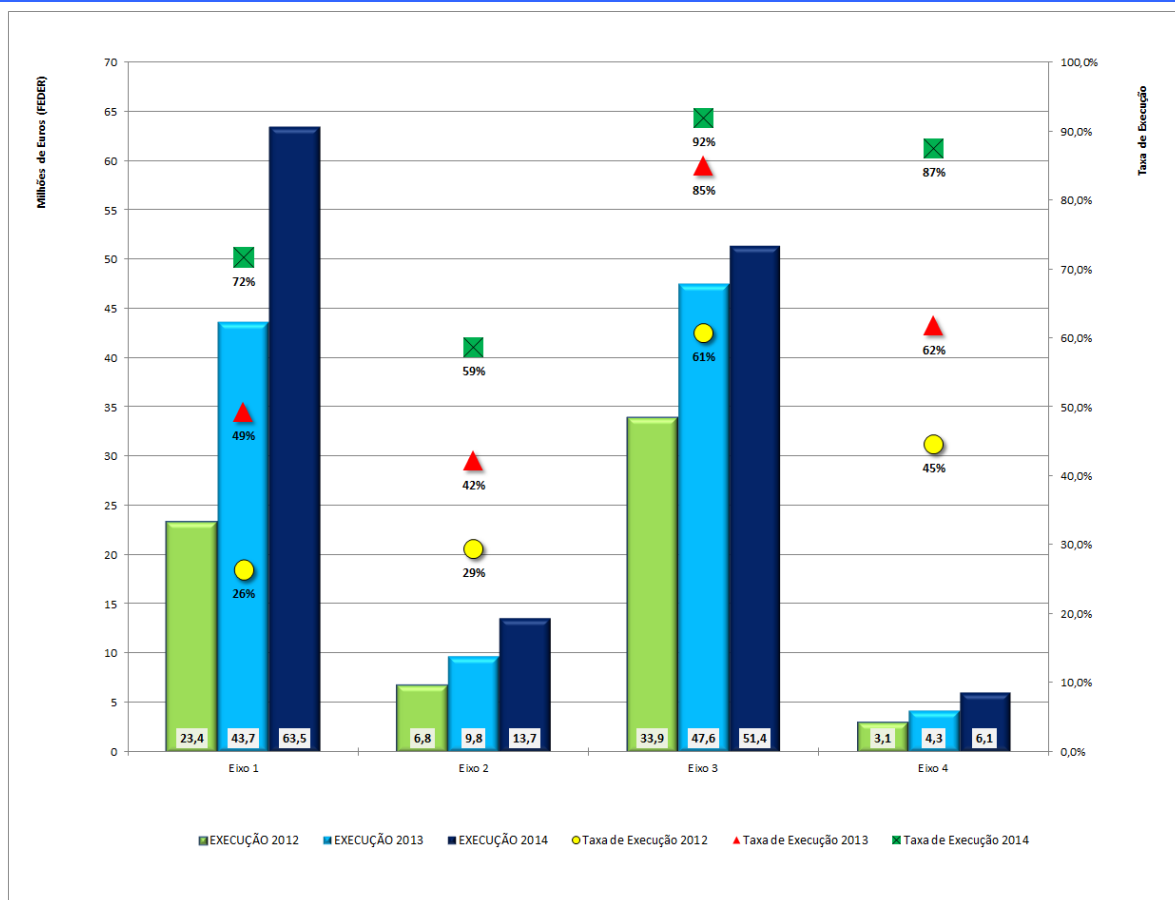
Efetivamente se expurgássemos este efeito a taxa de execução do Eixo 1 seria de apenas de 69% em vez de 72%.

De destacar que mesmo contando com a transição das operações (2 do Eixo 3 e 1 do Eixo 2), o Eixo 2 registou em 2014 um acréscimo (17 pontos percentuais) da sua taxa de execução superior ao do ano 2013 (13 pontos percentuais). Se expurgássemos neste Eixo o efeito da transição de operações a taxa de execução do Eixo 2 seria de 61% em vez de 59%. O Eixo 3 com apenas 7 pontos percentuais de acréscimo de taxa de execução em 2014 começa a sentir o efeito do encerramento de boa parte das suas operações e da aproximação aos 100% de execução através de uma desaceleração do ritmo.

Assim o Eixo 3 – Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano, registava no final de 2014 a maior taxa de execução do Programa (51,4 milhões de euros FEDER com 92% de taxa de execução) e o Eixo 1 registava o maior absoluto de execução (63,5 milhões de euros com uma taxa de execução de 72%).

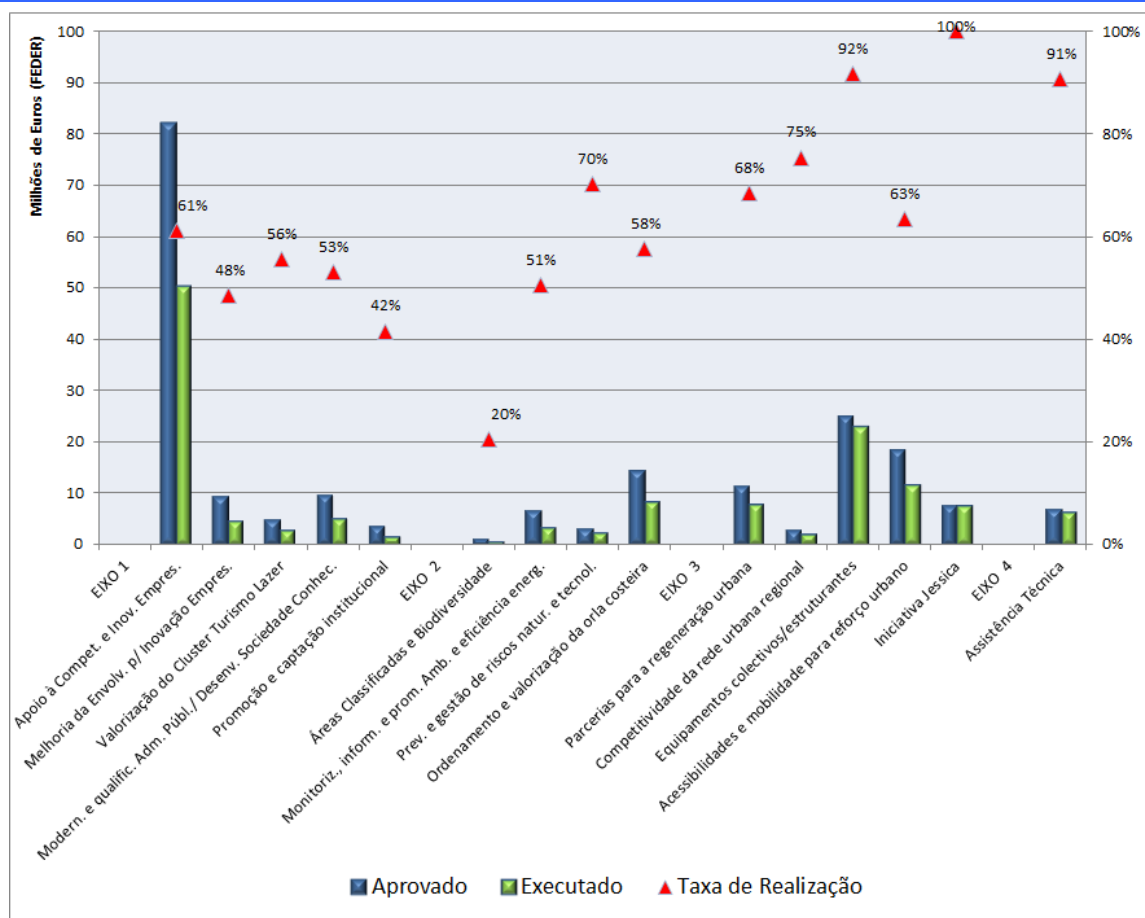
Esta análise encontra-se mais detalhada no Capítulo 3 deste Relatório.

Gráfico 2.7 – Taxas de Execução por Eixo



A área de intervenção “Apoio à Competitividade e Inovação Empresarial”, que corresponde aos incentivos e engenharia financeira de apoio às empresas, apresentava em 31/12/2014 o maior valor absoluto de aprovações com cerca de 82 milhões de Euros de FEDER atribuído, que correspondia a 218 milhões de euros de investimento elegível. A taxa de realização destas aprovações (EX/AP), e apesar de alguma recuperação, é ainda mais baixa (61,2%) quando comparada com as verificadas noutras Áreas como sejam os “Equipamentos Coletivos” (92%), a “Competitividade da Rede Urbana Regional” (75%) ou as “Parcerias para a Regeneração Urbana” (68%), no Eixo 3 ou ainda a “Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos” (70%) no Eixo 2.

Gráfico 2.8 – Aprovações e Execução por Área de Intervenção



A análise mais detalhada ao nível da Tipologia de Operação / Regulamento Específico é efetuada no capítulo “3. Execução por Eixo Prioritário” no âmbito de cada uma das Áreas de Intervenção no Programa. A nível geral destacam-se os Regulamentos Específicos / Tipologias de Operação “Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME” e “Incentivos à Inovação” com o maior número de projetos aprovados (250 no primeiro e 90 no segundo) – *ver Anexo III*. As melhores taxas de realização registam-se nos Regulamentos destinados a beneficiários públicos, Saúde (100%), Economia Digital e Sociedade do Conhecimento (100%), Rede Escolar (99%) e Parcerias para a Reabilitação Urbana (95%), para além da Assistência Técnica e da Engenharia Financeira (Jessica).

A Tabela 2.3 – Realização Financeira²⁴ apresenta nas colunas 3 e 4 os montantes de despesa elegível certificada a 31/12/2014 aos serviços da União Europeia. Este montante de 253,9 milhões de euros corresponde a uma taxa de 99,2%, o que significa que parte significativa do Investimento previsto para este período de programação, se encontra já certificado aos serviços da Comissão Europeia. O acréscimo significativo da taxa de execução (*coluna 5 da tabela 2.3*) que passou de 50,5% em 2012 para 85,1% em

²⁴ Integra a informação do Anexo XIII – Anexo I do Reg. (EU) nº 832/2010, e do Quadro 1 da Norma ADC – Estrutura e Conteúdo do Relatório de Execução 2014.

2013 e 99,2% em 2014 traduz a forte recuperação de execução conseguida nos últimos anos (na ótica da certificação).

Tabela 2.3 – Realização Financeira e Pagamentos (31/12/2014)

unid: euro

Eixo Prioritário	PROGRAMAÇÃO		DESPESA CERTIFICADA			DESPESA EXECUTADA/ VALIDADA		PAGAMENTOS		
	Financiamento total do Programa Operacional (União e nacional)	Base de cálculo da contribuição da União (Custo Público ou Total)	Total da despesa elegível certificada paga pelos beneficiários	Contribuição pública correspondente	Taxa de execução (%)	Despesas pagas pelos beneficiários ¹	Contribuição pública correspondente	Despesa Privada	Despesas pagas aos beneficiários ²	Total dos pagamentos recebidos da Comissão
	1	2	3	4	5=3/1	6	7	8	9	10
Eixo Prioritário 1	154.289.448	Custo Total (3)	151.784.040	73.182.477	98,38%	160.604.252	77.798.327	82.805.925	70.202.880	n.d.
FEDER	154.289.448		151.784.040	73.182.477	98,38%	160.604.252	77.798.327	82.805.925	70.202.880	
Despesas correspondentes à intervenção do FSE			0			0				
Eixo Prioritário 2	27.437.712	Despesa Pública	19.648.426	19.648.426	71,61%	20.028.266	20.028.266	0	13.648.312	n.d.
FEDER	27.437.712		19.648.426	19.648.426	71,61%	20.028.266	20.028.266	0	13.648.312	
Despesas correspondentes à intervenção do FSE			0			0				
Eixo Prioritário 3	65.865.706	Despesa Pública	75.091.682	75.091.682	114,01%	78.848.094	78.848.094	0	51.582.477	n.d.
FEDER	65.865.706		75.091.682	75.091.682	114,01%	78.848.094	78.848.094	0	51.582.477	
Despesas correspondentes à intervenção do FSE			0			0				
Eixo Prioritário 4	8.233.036	Despesa Pública	7.366.105	7.366.105	89,47%	7.656.349	7.656.349	0	6.007.360	n.d.
FEDER	8.233.036		7.366.105	7.366.105	89,47%	7.656.349	7.656.349	0	6.007.360	
Despesas correspondentes à intervenção do FSE			0			0				
Total PO	255.825.902	Custo Total	253.890.252	175.288.690	99,24%	267.136.961	184.331.036	82.805.925	141.441.029	166.204.415
Total das regiões que beneficiam de apoio transitório no total geral	255.825.902	Custo Total	253.890.252	175.288.690	99,24%	267.136.961	184.331.036	82.805.925	141.441.029	166.204.415
Total das regiões que não beneficiam de apoio transitório no total geral										
Total das despesas correspondentes à intervenção do FSE no total geral			0	0	0	0	0	0	0	0

Notas de Preenchimento:

Os montantes das colunas 3 e 4 são expressos em termos cumulativos.

Financiamento Total do PO: Custo Total do Programa.

Base de cálculo da contribuição da União: base para aplicação da taxa de co-financiamento do eixo prioritário (custo total (3) ou despesa pública (4))

Total das despesas elegíveis certificadas pagas pelos beneficiários: despesa elegível certificada

Contribuição pública correspondente: componente pública das despesas elegíveis certificadas.

Taxa de execução (%): calculada de acordo com a base de cálculo aplicável a cada eixo prioritário.

¹ Despesas pagas pelos beneficiários incluídas no pedido de pagamento enviado à Autoridade de Gestão. Corresponde a Custo Total Elegível Executado.

² Despesas pagas pelo organismo responsável pelo pagamento aos beneficiários, com base em informação a fornecer pela Entidade Pagadora (IFDR / OI).

³ A Reprogramação aprovada em 2012 prevê a passagem da base de aplicação da taxa de co-financiamento do Eixo 1 para Custo Total (Decisão C(2012)9482 de 12/12/2012)

Para melhor compreensão foi acrescentada à Tabela 2.3 a informação constante do Quadro 1 anexo à Norma IFDR - Estrutura e Conteúdo do Relatório de Execução 2012

A introdução do mecanismo **Top Up** aprovado pela Comissão Europeia como medida de combate à crise económica e financeira, permitiu que se aumentasse os montantes FEDER a solicitar aos serviços comunitários que passaram a reembolsar os pedidos de pagamento do PO Algarve a 95% desde o início do período de ajuda financeira a Portugal.

Este mecanismo foi igualmente implementado ao nível das operações, na *modalidade de adiantamento* e com o objetivo de injetar liquidez junto dos beneficiários e contribuir para acelerar a execução. O efeito foi

mais visível em 2013 uma vez que a sua utilização ocorreu ao longo de todo o ano. Durante o ano 2012 foram efetuados 2 **aumentos de taxa** que fizeram subir as taxas dos beneficiários públicos de 50% para 65%/70% em média. O primeiro ocorreu em julho e o segundo em outubro e foram operacionalizados na sequência da Reprogramação aprovada em 2011. Apenas após a estabilização destes acréscimos e pagamento dos respetivos retroativos aos beneficiários foi explicado e desencadeado o mecanismo *Top Up* o que veio a ocorrer apenas no final de 2012.

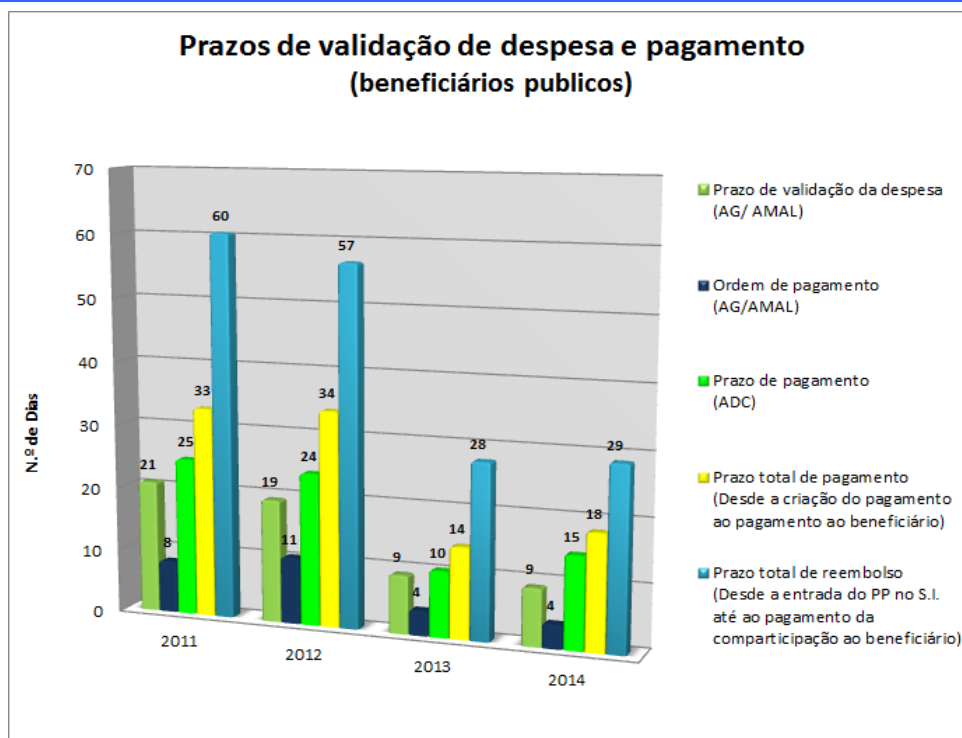
Até final de 2014 foram pagos pela Comissão Europeia ao Programa para suporte do pagamento aos beneficiários em regime de *Top Up*, cerca de 6,8 milhões de euros FEDER.

Durante o ano 2014, foram apresentadas pela Autoridade de Gestão à Autoridade de Certificação (ADC) 5 **certificações de despesa** (com despesa até 28/02, 30/04, 30/06, 07/10 e 30/11), das quais foram enviadas aos serviços da Comissão Europeia 4 certificações respetivamente em julho, agosto, outubro e dezembro. Esta última certificação com corte de despesa de 30/11/2014 permitiu cumprir a **regra N+2** de 2014. No final de 2014, o montante acumulado de FEDER solicitado representava assim 153 milhões de euros, o que adicionado ao montante de pré-financiamento pago inicialmente pelos Serviços da Comissão Europeia corresponde a 95% do FEDER Programado para o PO. A partir deste momento não serão efetuadas mais transferências pela Comissão Europeia ao Programa sendo apenas reembolsado o saldo final com o respetivo encerramento de contas.

Para o cumprimento deste objetivo assinala-se a importância do encurtamento de prazos de pagamento aos beneficiários, conforme é possível verificar no gráfico 2.9.

Efetivamente a partir do ano 2013, em particular no 2º semestre, inserido no Plano de Recuperação *N+2 Algarve* foi possível encurtar significativamente os **prazos de reembolso** aos beneficiários públicos o que contribuiu indiscutivelmente para os resultados finais de execução desse ano.

Gráfico 2.9 – Prazos de validação de despesa e pagamento



Como é visível no Gráfico 2.9, em complemento do esforço efetuado pela AG e AMAL que permitiu encurtar prazos de análise de pedidos de pagamento de 19 dias em 2012 para 9 dias médios (9,2 em 2013 e 9,1 em 2014), foi igualmente possível contar com a colaboração da ADC que reduziu os seus prazos de pagamento de 24 em 2012 para 10 dias em 2013 e 15 em 2014.

Esta redução em todas as fases do circuito (visível no Gráfico) e apesar do acréscimo de 5 dias em média verificado no prazo de pagamento²⁵ da ADC, permitiu atingir um dos objetivos fundamentais do Programa mantendo abaixo de 1 mês o prazo total de reembolso de despesas. Note-se que este prazo contado desde a submissão do pedido de pagamento à transferência do reembolso para a conta do beneficiário, inclui a validação exaustiva de todas as despesas e a validação dos respetivos procedimentos de contratação. A manutenção do prazo total de reembolso quase inalterado de 2013 (28 dias) para 2014 (29 dias) apesar do acréscimo referido deve-se também à eliminação de tempos “mortos” no sistema que tem sido conseguido pela AG.

No que respeita ao circuito de validação e pagamento às empresas e embora não se disponha de informação sobre a evolução dos respetivos prazos é possível igualmente assinalar que a maior celeridade obtida a partir de 2014 na concretização das transferências para os organismos intermédios por parte da Ex-IFDR (ADC) teve impactos significativos na concretização das operações aprovadas e no incremento da execução do PO.

²⁵ O acréscimo de prazo de pagamento aos beneficiários por parte da ADC, ficou a dever-se ao atraso nos pagamentos Top-up, enquanto se aguardou resposta a um esclarecimento junto dos serviços da Comissão Europeia.

As despesas pagas aos beneficiários, como reembolsos ou adiantamentos, ascendiam em 31/12/2014 a 141 milhões de euros o que corresponde a uma *taxa de pagamento* de 69% e de *reembolso* de 104,98% (*Anexo III*). De salientar que, o montante dos reembolsos da Comissão Europeia em 2014 (*coluna 10 da tabela 2.3*) foi superior às necessidades dos beneficiários correspondentes aos pagamentos efetivamente realizados (*coluna 9 da mesma tabela*), com uma folga que garantiu ao longo de todo o ano, a sustentabilidade dos pagamentos aos beneficiários do PO.

Tal como previsto no Artº 82º do Reg. (CE) nº 1083/2006, a Comissão Europeia, na sequência da aprovação da Decisão do Programa (Outubro 2007), enviou em Novembro de 2007, o pré-financiamento de cerca de 3,5 milhões de euros correspondente a 2% da participação dos fundos no Programa Operacional.

A segunda tranche do pré-financiamento (3%) conforme previsto, já foi paga em 2008 (30/04/2008) e a terceira no valor de 4,4 milhões de euros (3,5%) em Abril de 2009, totalizando 13.121.400 Euros.

Tabela 2.4 – Pagamentos aos Beneficiários e Pagamentos da Comissão Europeia (31/12/2014)

Fundo	Pagamentos aos Beneficiários			Pagamentos aos Organismos Intermediários		Pagamentos da Comissão			Taxa*
	Organismo responsável	Montante	Data **	Montante	Data **	Montante	Data	Montante acumulado	
FEDER	ADC ***	95.801.664	31-12-2013			3.499.040	09-11-2007	3.499.040	
	IAPMEI	26.768.574	30-12-2014	28.016.422	03-11-2014	5.248.560	30-04-2008	8.747.600	
	ITP	18.870.791	31-12-2014	20.235.414	06-11-2014	4.373.800	20-04-2009	13.121.400	
						361.191	19-03-2010	13.482.591	
						15.845.866	05-04-2011	29.328.457	
						12.968.320	11-08-2011	42.296.777	
						6.554.889	24-11-2011	48.851.666	
						6.707.687	23-01-2012	55.559.353	
						4.965.447	23-01-2012	60.524.800	
						2.453.977	23-01-2012	62.978.778	
						15.698.642	13-08-2012	78.677.420	
						6.646.711	17-10-2012	85.324.131	
						12.194.121	08-02-2013	97.518.252	
						14.200.997	08-05-2013	111.719.248	
						3.214.614	14-06-2013	114.933.863	
						5.317.921	07-08-2013	120.251.784	
						11.951.469	21-11-2013	132.203.253	
						11.003.364	20-02-2014	143.206.617	
						4.208.646	11-08-2014	147.415.263	
						4.053.739	01-09-2014	151.469.002	
						10.996.405	31-12-2014	162.465.407	
					3.739.007	31-12-2014	166.204.414		
	Total 2013	141.441.029		48.251.835		166.204.414		166.204.414	85%
	TOTAL Geral	141.441.029		48.251.835		166.204.414		166.204.414	

* Taxa = Pagamentos aos Beneficiários / Pagamentos da CE (calculada para total de valores acumulados)

** Data do último pagamento efectuado.

*** Deduzidos das recuperações e devoluções.

O organismo designado pelo Estado Membro como responsável pelo pagamento aos beneficiários é a Agência para o Desenvolvimento e Coesão (ADC), excepto no caso dos Sistemas de Incentivos, onde são os organismos intermediários que efetuam os pagamentos (organismos pagadores).

Até 31/12/2014, foram pagos no total aos beneficiários, pelos Organismos Pagadores no Eixo 1 (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e Inovação - IAPMEI e Turismo de Portugal, IP) cerca de 46 milhões de euros. Foi pago pela ADC aos beneficiários por ordem da Gestão do Programa a verba de 96 milhões de

euros FEDER no âmbito dos 4 Eixos do Programa. De acordo com a Tabela 2.3 foi pago aos beneficiários do Eixo 1 cerca de 50% do montante total (141 milhões de euros) ou seja 70,2 milhões de euros para uma despesa total efetuada de perto de 161 milhões de euros, a que corresponde uma despesa pública de 77,8 milhões de euros.

Os pagamentos efetuados aos beneficiários durante o ano 2014 ascenderam a 33 milhões de euros.

Durante o ano 2014 foram efetuadas transferências da Comissão Europeia num montante de 34 milhões de euros líquidos. As recuperações e devoluções em 2014 ascenderam a 85,1 mil euros e os juros obtidos pelo pré-financiamento representava no final de 2014 um total de 181,5 euros.

Tabela 2.5 – Projetos concluídos e em conclusão (simplificado)

unid: euro

Projetos / EP /PO	N.º Proj.	Aprovado		Executado	
		Custo Total Elegível	Fundo	Custo Total Elegível	Fundo
Total PO	313	207.417.366,66	83.478.076,92	169.650.152,78	75.647.465,85
Encerrados com saldo pago (a)	174	68.367.814,17	42.641.935,81	65.755.225,79	41.194.124,85
Concluídos com relatório final (AG) (b)	1	52.615,05	34.199,77	52.615,05	34.199,77
Concluídos física e financeiramente (a aguardar relatório final) (c)	63	34.346.382,44	22.428.017,83	29.448.918,16	20.413.044,98
Concluídos fisicamente (d)	75	104.650.555,00	18.373.923,51	74.393.393,78	14.006.096,25

(a) Projetos encerrados com saldo pago. Trata-se de operações concluídas com saldo final pago, ou seja, correspondendo ao estado 9 da MOF.

(b) Projetos concluídos com relatório final (AG). Trata-se de operações com relatório aprovado pela AG mas sem saldo final pago.

(c) Projetos concluídos física e financeiramente (a aguardar relatório final ou em análise). Trata-se de operações concluídas física e financeiramente, cujo relatório final ou não foi ainda submetido ou foi já submetido à Autoridade de gestão, mas ainda não foi aprovado, com despesa validada.

(d) Projetos concluídos fisicamente. Trata-se de operações fisicamente concluídas (em funcionamento, ou em condições de entrarem em funcionamento) mas que aguardam encerramento financeiro no beneficiário ou na Autoridade de Gestão/ OI.

Finalmente a Tabela 2.5 apresenta uma simplificação do Anexo XIV e permite analisar o estado de avanço das operações no final do penúltimo ano de execução do PO Algarve 21. Em 31/12/2014 encontravam-se concluídas 314 operações das 642 operações aprovadas no Programa o que corresponde a cerca de 49% das operações e 52% do custo total aprovado.

Destas 314 operações concluídas, 174 encontravam-se totalmente encerradas do ponto de vista processual e com o saldo final pago ao beneficiário, uma encontrava-se concluída física e financeiramente com Relatório final aprovado a aguardar o pagamento de saldo, 63 encontravam-se concluídas física e financeiramente a aguardar relatório final, ou com relatório em análise e 75 encontravam-se fisicamente concluídas, em funcionamento ou prontas a funcionar com pedido final em análise ou ainda não submetido.

O Eixo 3 apresenta a maior percentagem de operações concluídas ou encerradas com 55%, seguido do Eixo 1 com 50%, sendo esta informação mais detalhada no Capítulo 3 deste Relatório.

2.1.3. Informação sobre a repartição da utilização dos Fundos

Repartição da contribuição comunitária por formas de financiamento

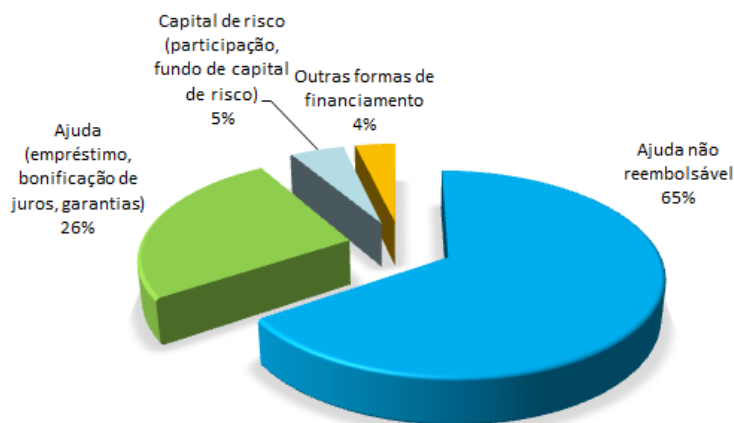
A 31/12/2014, a grande maioria das operações aprovadas integravam-se na forma de financiamento “Ajuda não reembolsável”. Nas “Ajudas reembolsáveis (empréstimos, bonificação de juros, garantias)” estão incluídas algumas tipologias de projeto dos Sistemas de Incentivos e o SAFPRI. Em 2013 foi aprovada na tipologia “Capital de Risco” uma operação que decorre da criação de um Fundo de Capital de Risco (Revitalizar Lisboa, Alentejo e Algarve) que visa o apoio às empresas do Sul do País. Apenas a iniciativa Jessica foi considerada “Outra forma de financiamento”.

Tabela 2.6 – Repartição da contribuição da União por Forma de Financiamento (31/12/2014)

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
1	Ajuda não reembolsável	548	133.714.408	86.416.721	64,63%
2	Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias)	92	52.657.664	36.819.198	69,92%
3	Capital de risco (participação, fundo de capital de risco)	1	10.057.000	4.000.000	39,77%
4	Outras formas de financiamento	1	7.500.000	7.500.000	100,00%
TOTAL		642	203.929.072	134.735.919	66,07%

Verifica-se que 548 das 642 operações aprovadas (66% do FEDER) foram aprovadas através de **ajudas não reembolsáveis** e apenas 38% em **ajudas reembolsáveis**. Para além da Iniciativa JESSICA, os melhores rácios de execução verificam-se nas *ajudas reembolsáveis* com 69,92% de execução face às aprovações, alterando a situação de anos anteriores, devido essencialmente ao acréscimo de execução verificado na área dos sistemas de incentivos.

Gráfico 2.10 – Formas de Financiamento (Aprovações)



Repartição da contribuição comunitária por tipo de território

Relativamente à **abordagem territorial**, 510 das 642 operações aprovadas, correspondendo a 73% do FEDER, foram aprovadas em concelhos classificados como **“aglomeração urbana”** e apenas 13% em **“zonas rurais”** ou **“regiões de fraca ou muito fraca densidade populacional”**. Estes resultados comparados com os anos anteriores parecem acentuar ligeiramente a inversão da tendência de concentração dos investimentos em concelhos urbanos, que já se tinha feito sentir em 2013.

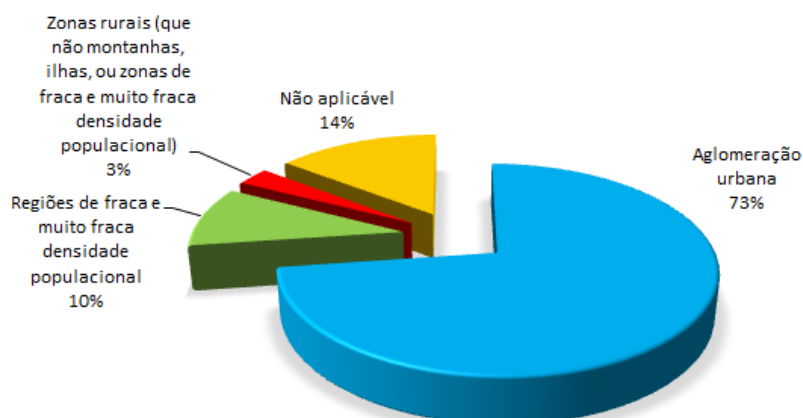
Analisando mais em detalhe, o decréscimo do peso percentual do investimento em **“aglomerações urbanas”** de 79% em 2012 para 75% em 2013 e 73% em 2014, ficou a dever-se também ao crescimento da componente **“não aplicável”**. Esta parcela **“não aplicável”** diz respeito a algumas intervenções imateriais não regionalizáveis, ou seja que, embora se destinem a todo o território regional, acabam por ter maior incidência nos concelhos mais urbanos onde a atividade económica está mais concentrada. No caso dos apoios às empresas, estão incluídos nessa parcela o SAFPRI / Linhas de Crédito PME Investe I e II, capital de risco, bem como os projetos promovidos por associações empresariais e os projetos empresariais multiconcelhos dos Sistemas de Incentivos.

Tabela 2.7 – Repartição da contribuição da União por Tipo de Território (31/12/2013)

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
01	Aglomeração urbana	510	148.502.263	105.262.271	70,88%
02	Zona de montanha				
03	Ilhas				
04	Regiões de fraca e muito fraca densidade populacional	65	19.807.345	11.567.874	58,40%
05	Zonas rurais (que não montanhas, ilhas, ou zonas de fraca e muito fraca densidade populacional)	15	5.954.515	4.866.177	81,72%
06	Antigas fronteiras externas da UE (após 30.04.2004)				
07	Região ultraperiférica				
08	Zona de cooperação transfronteiriça				
09	Zona de cooperação transnacional				
10	Zona de cooperação inter-regional				
00	Não aplicável	52	29.664.949	13.039.598	43,96%
	TOTAL	642	203.929.072	134.735.919	66,07%

As **“zonas rurais”** apresentam um melhor comportamento, relativamente à execução (81,72%), do que o registado nas **“aglomerações urbanas”**, situação que infletiu a tendência no último ano com uma melhoria no comportamento relativo da execução nas **“aglomerações urbanas”** à medida que avança o Quadro Comunitário e algumas situações financeiras dos municípios mais urbanos do litoral entram em processo de recuperação.

Gráfico 2.11 – Tipo de Território (Aprovações)

**Repartição da contribuição comunitária por atividade económica²⁶**

A Atividade Económica da “Construção” acentua a sua posição com um maior montante FEDER comprometido que representa 24% das aprovações do PO, seguida de perto pelas “Ação social e serviços coletivos, sociais e pessoais” (16,7%), pela “Administração Pública” (12,1%) e pelos “Hotéis e Restaurantes” (9,8%) e “Educação” (9,3%).

Tabela 2.8 – Repartição da contribuição da União por Atividade Económica (31/12/2014)

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
03	Indústrias alimentares e das bebidas	22	2.518.887	1.543.601	61,28%
04	Fabrico de têxteis e produtos têxteis	1	14.062	7.031	50,00%
05	Construção de material de transporte	1	14.355	7.178	50,00%
06	Indústrias transformadoras diversas	21	3.462.703	2.240.763	64,71%
08	Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e água quente	44	4.633.065	919.167	19,84%
11	Transportes	16	1.234.893	860.162	69,65%
12	Construção	93	48.134.384	27.668.559	57,48%
13	Comércio por grosso e a retalho	72	4.287.141	2.365.971	55,19%
14	Hotéis e restaurantes	71	19.975.451	13.412.008	67,14%
15	Atividades financeiras	3	18.190.938	11.687.500	64,25%
16	Atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	134	17.841.179	12.479.134	69,95%
17	Administração pública	40	24.716.708	17.750.896	71,82%
18	Educação	17	18.939.816	18.836.045	99,45%
19	Atividades de saúde humana	3	2.642.899	2.642.899	100,00%
20	Ação social e serviços coletivos, sociais e pessoais	92	34.035.589	20.306.578	59,66%
21	Atividades associadas ao ambiente	7	3.203.491	1.949.023	60,84%
00	Não aplicável	5	84.511	59.405	70,29%
TOTAL		642	203.930.072	134.735.919	66,07%

²⁶ A classificação efetuada em anos anteriores foi refeita para o RE 2012 tendo em consideração as recomendações de anos anteriores relativas à coerência desta classificação com as CAE e à redução/eliminação dos “outros serviços não especificados” (Comissão Europeia).

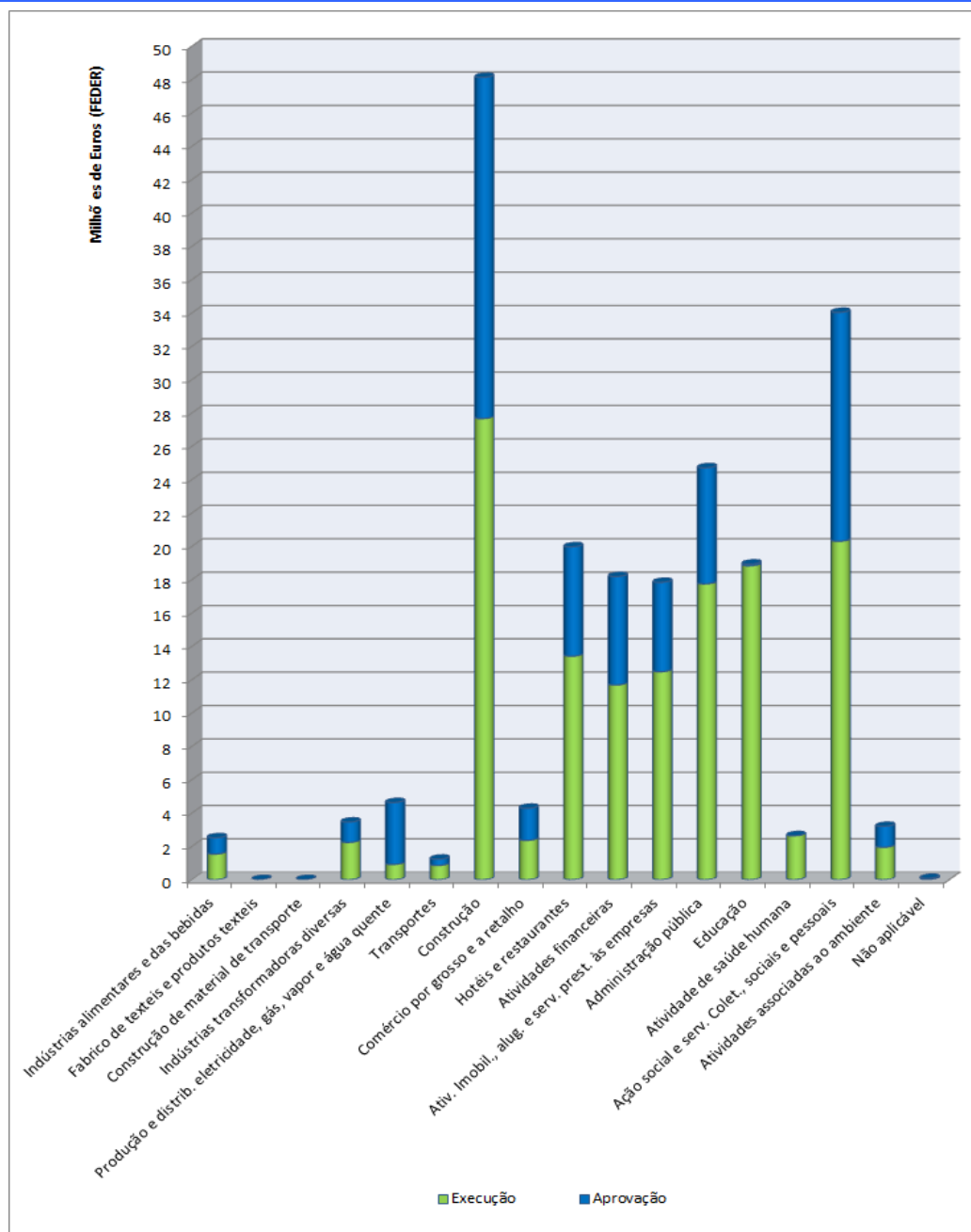
Para tal contribuíram a reclassificação das operações que envolvem construção significativa no âmbito do Litoral e da Reabilitação Urbana, que já havia sido efetuada no Relatório de Execução 2012. À semelhança de 2013 também em 2014 não se registavam alterações significativas nos pesos relativos das principais atividades regionais em relação ao ano anterior. Exceção para a situação das “Atividades Financeiras” que subiu da sétima para a sexta posição por via da continuação da perda de posição da Atividade Económica “Atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas” que embora apresente o maior número de operações aprovadas (134) reduziu 7 operações de 2013 para 2014.

Ao invés a atividade “Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e água quente” reforçou a sua posição com a aprovação de 18 operações em 2014.

As AE “Atividades de Saúde Humana” (100%) e “Educação” (99,5%) apresentam as melhores taxas de execução face às aprovações, seguidas a alguma distância pela “Administração Pública”, “Atividades Imobiliárias” e “Transportes” com 71,82%, 69,95% e 69,65% respetivamente.

Os maiores valores absolutos da execução registaram-se nas Atividades Económicas “Construção” e na “Ação Social e Serviços coletivos sociais e pessoais” (27,7 e 20,3 milhões de euros FEDER)

Gráfico 2.12 – Atividade Económica (aprovações e execução)



2.1.4. Informação sobre o apoio por grupos alvo

A distribuição das aprovações e execução por grupos-alvo (beneficiários) encontra-se identificada na tabela 2.9 e revela um bom equilíbrio entre *públicos* (53%) e *privados* (47%).

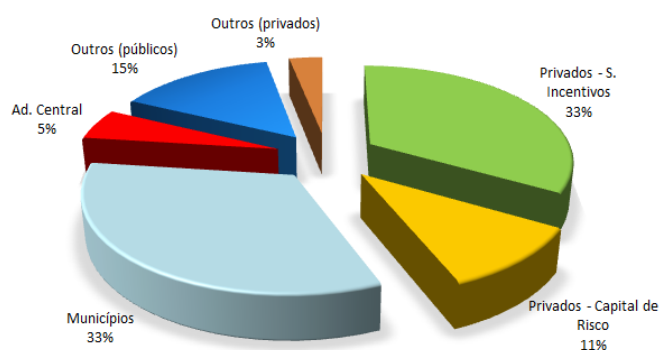
Tabela 2.9 – Repartição das Aprovações e Execução por Tipologia de Beneficiário (31/12/2014)

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
102	Administração Directa Serviços Periféricos	11	10.588.173	7.743.796	73,14%
103	Administração Indirecta Serviços Personalizados	18	5.616.924	4.132.450	73,57%
105	Empresas não Financeiras Públicas participadas maioritariamente pelo Sector Público	40	18.344.336	9.539.053	52,00%
107	Administração Autónoma Local	134	67.553.798	50.392.311	74,60%
109	Instituições do Ensino Superior	8	5.971.551	2.592.418	43,41%
202	Não PME	6	6.415.343	4.800.262	74,82%
203	Empresa de Média Dimensão	40	10.027.429	6.451.842	64,34%
204	Pequena Empresa	88	21.636.185	15.264.161	70,55%
205	Micro-empresa	245	28.727.119	15.997.432	55,69%
207	Soc. Púb. Inv., Soc. Cap. Risco, Invest. Inst. s/ controle na emp.	4	21.455.413	14.843.518	69,18%
212	Entidade Privada sem fis lucrativos	31	2.299.766	542.001	23,57%
213	Instituições do Ensino Superior	1	148.928	95.150	63,89%
215	Associações Empresariais	6	1.224.573	235.966	19,27%
216	Agências e Associações de Desenvolvimento Regional Local	7	2.939.661	1.415.478	48,15%
217	Fundações, Organizações não Governamentais (ONG) e outras Associações	3	979.873	690.081	70,43%
TOTAL		642	203.929.072	134.735.919	66,07%

Verifica-se que os grupos-alvo de maior significado e com pesos equivalentes no âmbito das operações aprovadas no Programa são os Municípios (essencialmente Eixos 2 e 3) com 33% e os Privados (Empresas) com 33% no âmbito dos Sistemas de Incentivos (Eixo 1).

A leitura do gráfico infra permite concluir que os grupos do setor público (Administração Central – 102, Institutos Públicos – 103, Administração Local – 107), que totalizaram 41% das aprovações apresentam taxas de execução superiores à média (73%). Os *beneficiários privados* (microempresas) embora com um maior número de operações aprovadas registam execuções inferiores à média (55,69%). Notou-se no entanto ao longo do ano 2014, uma recuperação significativa do nível das taxas de execução dos promotores privados em particular nos casos das Grandes empresas (código 202) com 74,82% de taxa de execução e as Pequenas Empresas (código 204 – 70,55%).

Gráfico 2.13 – Tipologia de Beneficiário (aprovações)



2.1.5. Apoio restituído ou reutilizado

Apoios restituídos

Até 31/12/2014, foram apuradas recuperações e devoluções no montante de sinalizado um fundo de 883.366,50 euros, na sequência da anulação total ou parcial por motivo de irregularidades verificadas durante a implementação do Programa Operacional tal como previsto no nº 2º do artigo 98º do Regulamento (CE) nº 1083/2006. Estas medidas corretivas foram efetuadas em 26 operações e a sua reutilização noutras operações será efetuada a partir da aprovação em Comissão Diretiva.

Até final de 2014 não tinham sido restituídas verbas na sequência da alteração substancial das condições de atribuição de comparticipação às operações (Artº 57º do Reg. (CE) 1083/2006 de 11 de julho de 2006).

A síntese das auditorias realizadas bem como os montantes auditados, as irregularidades detetadas, a taxa de erro, as correções financeiras ou as despesas retiradas como medida preventiva encontram-se descritas no Capítulo 2.7.1 (atividade de controlo).

2.1.6. Análise qualitativa

Conforme foi possível visualizar através do *Gráfico 2.6*, durante o ano 2014, o nível de compromissos e de execução do PO Algarve 21 abrandou significativamente face ao ano anterior especialmente em montante FEDER aprovado que apenas aumentou 8,6 milhões de euros contra um acréscimo de 53,7 milhões de euros que se tinha verificado em 2013 – *ver Anexos II e III*. Este decréscimo de novas aprovações deve-se essencialmente ao facto de não terem sido abertos novos concursos durante todo o ano de 2014 no cumprimento de orientações gerais dadas, para todo o QREN no sentido de concluir as aprovações até ao final do 1º trimestre de 2014, independentemente do nível de compromisso e execução de cada Programa. No caso do Algarve foram apreciadas nesse prazo todas as candidaturas que deram entrada nos concursos encerrados no final de 2013, tendo sido realizadas para esse efeito 4 reuniões da Comissão Diretiva em menos de um mês e meio.

Apesar do Programa ter entrado em “overbooking” em todos os Eixos no que respeita às aprovações, a AG consciente das taxas de quebras e da fragilidade de algumas dessas aprovações bem como da existência de desequilíbrios entre Eixos que prejudicavam os objetivos do Programa e a capacidade de certificação de despesas, propôs um conjunto de medidas à tutela que serão explicadas com maior detalhe no ponto 2.7.1 – Medidas de Gestão.

Estas medidas (reprogramação interna para ativação da “Valorização do Cluster Turismo-Lazer”, aprovação de “overbooking” de 10% para o Eixo 1 – beneficiários públicos ou a abertura de convites para a área dos Portos) que tinham como objetivo o reforço e o aumento de exequibilidade das aprovações do Programa, foram aprovadas tardiamente (a primeira no último trimestre de 2014 e as outras duas já em 2015) pelo que já não foi possível ter efeitos em 2014 retardando também o nível de execução atingido no final do ano, bem como o arranque das novas operações previstas.

O nível de aprovações contratadas no final do ano encontravam-se dentro dos limites de “overbooking” autorizados nos Eixos Públicos²⁷ e nos Sistemas de Incentivos.

O fraco acréscimo de aprovações líquidas ao longo de 2014, deve-se também ao acréscimo do número de rescisões e anulações em relação a anos anteriores em particular nos Sistemas de Incentivos onde o nível de aprovações decresceu mesmo ao longo do ano quer em montante FEDER (- 74%) quer em número de operações aprovadas (passaram de 393 em final de 2013) para 367 em final de 2014 ou seja uma redução de 26 operações).

Este decréscimo foi compensado no entanto pelo número de operações aprovadas nos Eixos Públicos (mais 20 no Eixo 1; mais 22 no Eixo 2 e mais 21 no Eixo 3) através das quais foi possível aumentar o montante FEDER aprovado nestes Eixos em 5,3%.

No final do ano o nível de aprovações do Programa tinha atingido 494 milhões de euros de Investimento total associado a um investimento elegível de 404 milhões de euros e 204 milhões de euros FEDER.

A taxa de compromisso geral do PO aumentou de 112% para 117%, com todos os Eixos em *overbooking* no final do ano, à exceção da Assistência Técnica. A taxa de *overbooking* mais elevada do Programa atingida no final do ano registava-se no Eixo 1 com 122%. Efetivamente sendo o Eixo com maior registo histórico de quebras permite-se igualmente ir mais além no nível de aprovações acima da dotação. Os estudos de apuramento sobre os níveis de “*overbooking técnico*” recomendados tinham sido aprovados respetivamente em outubro 2012 e junho 2013 pela Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais para as dotações para beneficiários privados e para beneficiários públicos. A aprovação de “*overbooking*” para o Eixo 1 Públicos apesar das insistências do PO Algarve 21 só viria no entanto a ser aprovada já em 2015.

Também o Eixo 3 entrou em situação de *overbooking* a partir de Julho 2013. As aprovações do Eixo 2 não atingiam a 31/12/2013 o nível de dotação previsto para o Eixo ficando a taxa de compromisso ligeiramente abaixo dos 98%.

²⁷ No caso dos Eixos Públicos no final do ano encontravam-se 9 operações por contratar.

Apenas foram aprovadas operações pela primeira vez na tipologia “Valorização do Cluster Turismo-Lazer” que correspondem a transições de operações do Eixo 2 e 3 enquadráveis nesta tipologia.

De notar que ao longo do período QREN e face à exiguidade das verbas (FEDER) disponíveis para o PO (para a Região) não foram abertos concursos para todas as tipologias tendo-se privilegiado os Regulamentos Específicos correspondentes a Tipologias de Operação mais prioritárias face às necessidades evidenciadas na estratégia regional, ou onde o grau de maturidade das operações é maior. Como exemplo de áreas onde não foram abertos concursos no Programa encontram-se a “Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos – ações imateriais” ou “Equipamentos para Coesão”, embora a análise mais detalhada conste do Capítulo 3 - Execução por Eixo Prioritário.

No que respeita à **execução** os montantes de despesa validada pela Autoridade de Gestão ascendia no final do ano a 267 milhões de euros de Investimento total a que corresponde uma despesa pública de 184,3 milhões de euros e 134,7 milhões de euros de FEDER, contra 105 milhões em finais de 2013. A taxa de execução passou de 38,5% no final de 2012, para 60,3% no final de 2013 e para 77% em 31/12/2014.

O acréscimo da execução apesar de ter beneficiado dos significativos níveis de aprovação atingidos no último ano e meio (até final de 2013) e dos acréscimos de taxa de comparticipação implementados em 2012 e 2013 no que respeita aos beneficiários públicos, foi em 2014 mais modesto que no ano anterior por algumas razões já apontadas, entre as quais as relacionadas com o atraso de implementação de medidas de gestão dependentes de autorizações superiores.

A exigência da Meta N+2 a atingir no caso do Algarve abrandou neste ano, o que facilitou o seu cumprimento (última certificação do ano - nov. 2014). Efetivamente não foi possível manter o nível de monitorização e mobilização de beneficiários e organismos Intermédios que tinha sido atingido no 2º semestre de 2013, em virtude da ocupação das equipas de Gestão com a elaboração e negociação do novo PO para o período 2014-2020 particularmente exigente em tempo e dedicação.

Relativamente a **reembolsos** no âmbito dos Sistemas de Incentivos²⁸, até ao final de 2014 foram recebidos, pelos organismos intermédios, reembolsos dos beneficiários na ordem dos 370 mil euros no âmbito do SI Inovação, representando 30% dos reembolsos previstos até final de 2014.

Tabela 2.10 – Reembolsos no SI

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	TOTAL
Previsto	8.902	17.803	160.962	1.062.641	2.228.810	3.954.066	7.579.847	8.447.248	8.189.612	3.093.643	240.679	34.984.214
Realizado	8.902	17.803	27.414	316.151	0	0	0	0	0	0	0	370.270

²⁸ Ajudas reembolsáveis

As áreas de apoio às empresas (Eixo 1) apesar de terem avançado mais rapidamente no início do Programa²⁹, apresentavam níveis de execução mais baixos, que outras áreas de investimento como sejam o “Investimento em Infraestruturas Sociais”, a “Reabilitação Urbana e Rural” ou os “Transportes”.

Tabela 2.11 – Aprovações e execução por Área Temática dos Temas Prioritários (contribuição da União) - 31/12/2014

Nº	Código	Designação do Tema Prioritário	Fundo					unid: euro
			Programado	Aprovação		Execução		
			Montante	Nº Proj.	Montante	Tx AP/PR	Montante	Tx EX/AP
1		Investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT), inovação e empreendedorismo	60.903.895,00	359	87.832.467	144,21%	52.932.937	60,27%
2		Sociedade da Informação	11.709.091	38	11.923.095	101,83%	6.604.292	55,39%
3		Transportes	17.443.768	29	20.800.753	119,24%	13.960.050	67,11%
4		Energia	4.000.000	58	4.774.925	119,37%	1.245.999	26,09%
5		Proteção do ambiente e prevenção de riscos	16.805.447	31	16.131.729	95,99%	8.342.824	51,72%
6		Turismo	7.424.208	20	8.127.550	109,47%	5.048.606	62,12%
7		Atividades culturais	6.500.000	11	4.718.952	72,60%	2.475.078	52,45%
8		Reabilitação urbana e rural	15.922.904	53	18.617.160	116,92%	15.114.433	81,19%
9		Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários	531.169	0	0	0,00%	0	0,00%
10		Investimento em infra-estruturas sociais	24.213.454	20	21.582.715	89,14%	21.478.943	99,52%
12		Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local	2.500.000	12	2.634.282	105,37%	1.381.066	52,43%
13		Assistência técnica	6.998.080	11	6.785.445	96,96%	6.151.690	90,66%
Total Temas Prioritários			174.952.016	642	203.929.072	116,56%	134.735.919	66,07%
Total EARMARKING			118.118.565	527	145.050.736	122,80%	96.813.841	66,74%
% de Earmarking noTotal			67,51%		71,13%		71,85%	

A tabela 2.11 apresenta a programação, as aprovações e a execução do Programa por grandes Áreas de Investimento para a dimensão - Tema Prioritário a 31/12/2014. A previsão efetuada no texto da Decisão do Programa relativamente às despesas de *earmarking*, ou seja que contribuem para a Estratégia de Lisboa, ascendia a 67,5% das despesas totais programadas. Analisando os resultados obtidos com base na situação a 31/12/2014, verifica-se que cerca de 71,13% dos projetos aprovados estavam inseridos em temas prioritários de *earmarking*.

Da mesma forma 71,9% da execução do PO em 31/12/2014 dizia respeito a operações inseridas em temas prioritários.

Os maiores montantes aprovados verificam-se na área de “Investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT), inovação e empreendedorismo” – 87,8 milhões de euros continuando a representar mais de metade das operações aprovadas no Programa apesar da descida verificada no ano 2014. Efetivamente pela 1ª vez este ano o número de anulações e rescisões ultrapassou o número de aprovações no ano. Nas restantes Áreas Temáticas a situação é inversa crescendo em geral neste ano o número de operações aprovadas e o respetivo montante, à exceção do “Investimento em infraestruturas sociais” que mantém o mesmo número

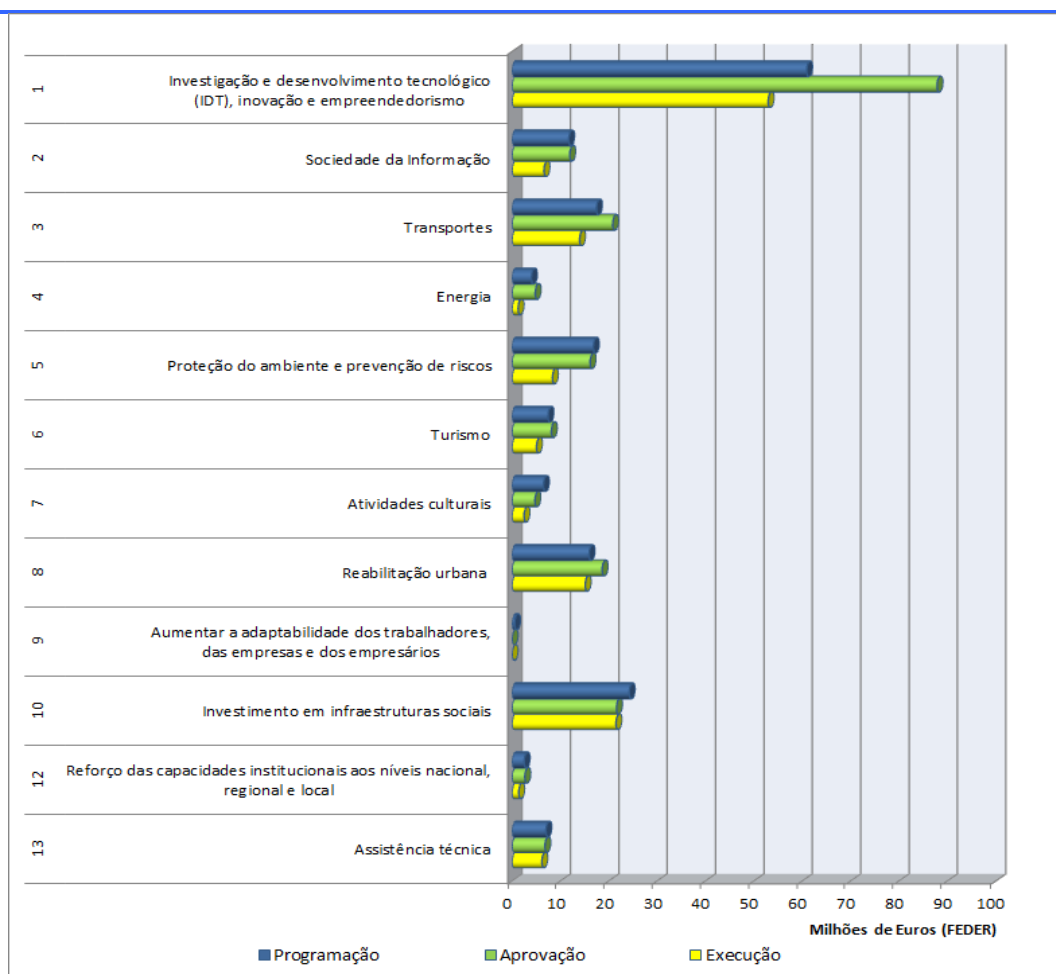
²⁹ Áreas temáticas 1, 2 e 6.

de operações aprovadas no final de 2013, ficando aquém do estimado inicialmente na programação³⁰. As restantes áreas com mais representatividade ao nível das aprovações são os “Transportes” com 20,8 milhões de euros, a “Reabilitação urbana e rural” com 18,6 milhões de euros e à “Proteção do ambiente e a prevenção de riscos” com 16 milhões de Euros de FEDER aprovados, sendo que as 2 primeiras ultrapassam as expectativas da programação do PO (119% e 117% respetivamente).

As áreas com melhor execução, foram o “Investimento em infraestruturas sociais” (99,5% de taxa de execução), a “Assistência Técnica” (90,7%), a “Reabilitação urbana e rural” (81,2%) e os Transportes com 67%.

Até final de 2014, a área da “Adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários” não registava qualquer aprovação, uma vez que se trata de uma área temática mais adequada a intervenções do FSE não disponível no PO Algarve 21, não se prevendo alteração desta situação aquando do fecho do Programa.

Gráfico 2.14 - Aprovações e execução por Áreas de Investimento – Temas Prioritários



³⁰ O investimento nesta área diz respeito a “Escolas de 1º ciclo e pré escolar” que ficou aquém do previsto inicialmente, em parte por via de algum ajuste às dinâmicas demográficas mas sobretudo devido às restrições financeiras sofridas pelos Municípios que motivaram os aumentos de taxa de participação restringindo o Feder disponível.

Dos 43 temas com programação prevista no texto da última decisão do PO, 70% tinham sido alvo de aprovações até ao final de 2014 (30 temas) – Anexo V, prevendo-se que por várias razões como veremos adiante, a situação já não venha a evoluir muito significativamente até ao final do Programa.

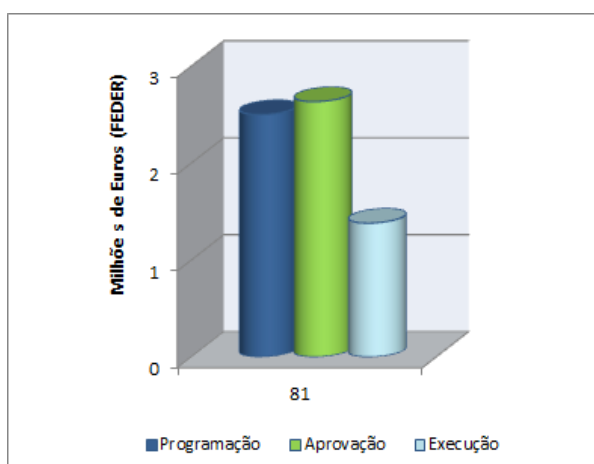
No âmbito dos temas prioritários *earmarking* destaca-se com maiores taxas de execução face às aprovações os temas “14-Serviços e aplicações para PME” (100%), “75-Infraestruturas educativas” (99,5%) e “Projetos integrados de recuperação urbana e rural” (81,2%).

Das 642 candidaturas aprovadas até 31/12/2014, 527 inseriam-se em temas *earmarking*.

O Anexo V, bem como os Gráficos 2.14 a 2.25, permitem uma análise mais detalhada por tema prioritário:

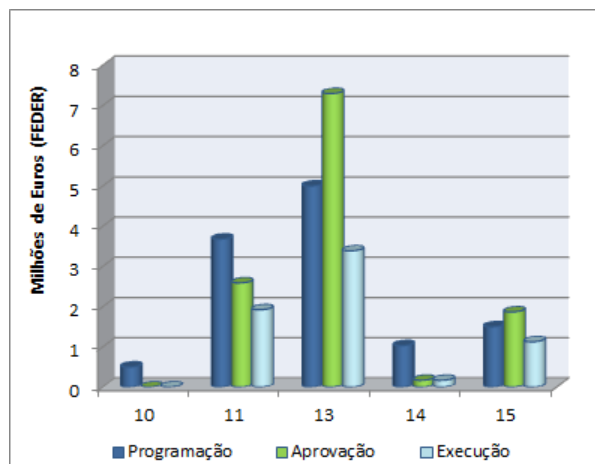
Gráficos por área de investimento

Gráfico 2.15 – Investigação e Desenvolvimento Tecnológico



- 1 Actividades de I&DT em centros de investigação
- 2 Infra-estrutura de I&DT e centros de competência numa dada tecnologia
- 3 Transferência de tecnologia e melhoria de redes de cooperação entre PME, entre estas e outras empresas e universidades, estabelecimentos de ensino pós-secundário de todos os tipos, autoridades regionais, centros de investigação e pólos científicos e tecnológicos (parques científicos e tecnológicos, tecnopolos, etc.)
- 4 Apoio à I&DT, em especial nas PME (incluindo acesso a serviços a serviços de IDT em centros de investigação)
- 5 Serviços de apoio avançado a empresas e grupos empresariais
- 6 Ajuda às PME na promoção de produtos e processos de fabrico amigos do ambiente (introdução de sistemas eficazes de gestão ambiental, adopção e utilização de tecnologias de prevenção da poluição, integração de tecnologias limpas na produção)
- 7 Investimento em empresas directamente relacionadas com investigação
- 8 Outros investimentos nas empresas
- 9 Outras medidas destinadas a estimular a investigação, a inovação e o empreendedorismo nas PME

Gráfico 2.16 – Sociedade de Informação



- 10 Infra-estruturas telefónicas (incluindo redes de banda larga)
- 11 Tecnologias da informação e comunicação
- 13 Serviços e aplicações para os cidadãos (ciber-saúde, ciberadministração, ciberaprendizagem, ciber-inclusão, etc.)
- 14 Serviços e aplicações para PME (comércio electrónico, educação e formação, redes, etc.)
- 15 Outras medidas destinadas a melhorar o acesso à utilização eficiente de TIC por parte das PME

❖ Investigação e Desenvolvimento Tecnológico:

- Área de investimento com maior número de candidaturas aprovadas (359) que corresponde a mais de metade do Programa. A prioridade dada ao financiamento dos temas previstos nesta área de investimento, nomeadamente no que respeita aos temas 3,4, 7, 8 e 9 contribui para a criação de empregos sustentáveis através do apoio direto às pequenas e médias empresas em

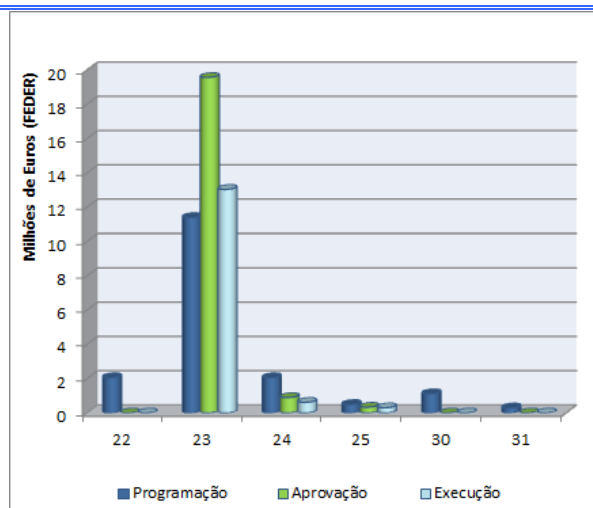
conformidade com a alínea a) do nº 2 do artigo 3º do Regulamento (CE) nº 1080/2006 de 5 de Julho.

- Face à expectativa de maior taxa de quebras nesta Área foi aprovado um forte “overbooking” que ao longo de 2014 tem vindo a baixar uma vez que as anulações e rescisões verificadas não foram compensadas por mais aprovações, devido à fase final em que o Programa se encontra. No final de 2014 a taxa de compromisso era 144,21% (overbooking de 44%) embora a taxa de execução fosse ainda relativamente baixa (60%).
- Todos os temas desta área são “*earmarking*” e apenas os temas 1, 5 e 6 não registavam aprovações, o que já configura a situação de encerramento do Programa. O tema 6 tem investimento aprovado, embora minoritário no âmbito das operações, pelo que não se reflete na classificação (*Quadros/Gráficos*).
- Os temas 7 “Investimento em empresas diretamente relacionadas com investigação”, 8 “Outros investimentos nas empresas”, 2 “Infra-estrutura de I&DT e centros de competência numa dada tecnologia e 3 “Transferência de tecnologia e melhoria de redes de cooperação entre PME (...)” já ultrapassavam largamente a dotação programada (“overbooking” com taxas de aprovação superiores à média) por via do acréscimo de concursos e da procura que tem havido nestas áreas.
- As maiores taxas de execução são as dos temas 4 (88%) e 7 (69%).

❖ **Sociedade de Informação:**

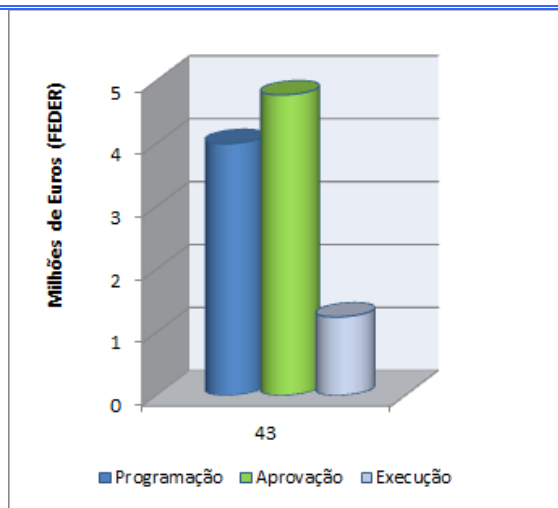
- 38 operações aprovadas (contra 33 no final de 2013)
- Taxa de aprovação de 102% e taxa de execução de 55%. Regista-se um acréscimo na execução (5 p.p) especialmente devido aos temas 11 e 14 (já totalmente executado).
- Todos os temas desta área com programação no PO são “*earmarking*”.
- Dos temas programados no PO, apenas os temas 10 “Infraestruturas telefónicas (incluindo redes de banda larga)” não registou operações aprovadas, uma vez que face às reduzidas dotações do PO, os investimentos nesta área foram efetuados com verbas nacionais. Esta situação configura a posição final do Programa.
- O tema 13 “Serviços e aplicações para os cidadãos (ciber-saúde, ciberadministração, ciberaprendizagem, ciber-inclusão, etc)” regista as maiores taxas de aprovação (146%) e os temas 11 e 14 as maiores taxas de execução do tema (74%) e (100%) respetivamente.

Gráfico 2.17 – Transportes



- 22 Estradas nacionais
- 23 Estradas regionais/locais
- 24 Pistas para ciclistas
- 25 Transportes Urbanos
- 26 Transportes multimodais
- 30 Portos
- 31 Transporte por via navegável (regional e local)

Gráfico 2.18 – Energia



- 43 Eficiência energética, co-geração, gestão da energia

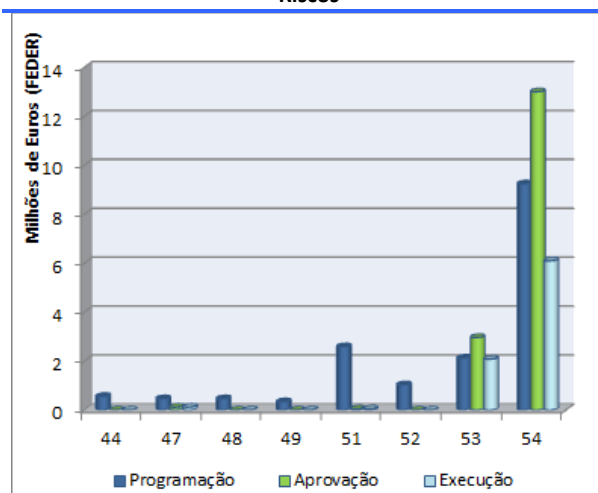
❖ **Transportes:**

- 29 operações aprovadas (contra 23 no final de 2013).
- Taxa de aprovação de 119% e taxa de execução de 67%, sendo o tema 23 o mais expressivo (76% das operações aprovadas). Registou-se ainda este ano um acréscimo significativo das aprovações nesta área de investimento (11 pp) essencialmente devido ao tema 23 que já ultrapassou a dotação prevista.
- O tema 30 “Portos” desta área é “*earmarking*” e até ao momento não registou aprovações, devido a alterações institucionais e atrasos da tutela na autorização para abertura de candidaturas que provocaram que a apresentação de projetos, apenas ocorreu em 2015.
- Todos os temas ativos melhoraram significativamente a sua execução (acima dos 67%).

❖ **Energia:**

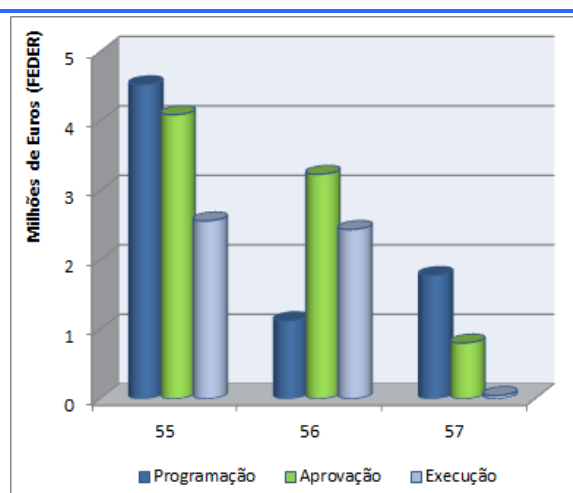
- 58 operações aprovadas contra 40 até final de 2013.
- Tema com acréscimo significativo de aprovações em 2014 (119% da dotação indicativa prevista) embora a taxa de execução seja ainda baixa (26%) o que se prende com as dificuldades apresentadas pelos beneficiários, relativamente às regras da contratação pública e ao facto de se tratar de aprovações relativamente recentes.
- O único tema desta área é “*earmarking*” (43).

Gráfico 2.19 – Proteção do Ambiente e Prevenção de Riscos



- 44 Gestão dos resíduos privados e industriais
- 47 Qualidade do ar
- 48 Prevenção integrada e controlo da poluição
- 49 Alterações climáticas: atenuação e adaptação
- 50 Reabilitação de sítios industriais e áreas contaminadas
- 51 Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo rede Natura 2000)
- 52 Promoção de transportes urbanos limpos
- 53 Prevenção de riscos (incluindo a concepção e execução de planos e medidas destinados a prevenir e gerir os riscos naturais e tecnológicos)
- 54 Outras medidas para preservar o ambiente e prevenir riscos

Gráfico 2.20 – Turismo



- 55 Promoção dos recursos naturais
- 56 Protecção e desenvolvimento do património natural
- 57 Outras ajudas para melhorar os serviços de turismo

❖ **Proteção do Ambiente e Prevenção de Riscos:**

- 31 operações aprovadas (mais 6 que no final do ano passado).
- Taxa de aprovação de 96% e taxa de execução de 52%.
- Apenas os temas 44, 52 e 53 desta área são “*earmarking*” e apenas os temas 47, 51, 53 e 54 registam aprovações. Os restantes temas não irão registar aprovações no PO Algarve uma vez que o investimento nestas áreas será fortemente complementado pelo POVT (Fundo de

Coesão). Verifica-se assim a concentração da execução no caso do PO Algarve apenas nalguns temas.

- Destaca-se o tema 54 “Outras medidas para preservar o ambiente e prevenir riscos” com 25 operações aprovadas (140% de taxa de aprovação, com execução de 70,2%).
- O tema 53 “Prevenção de riscos (incluindo a conceção e execução de planos e medidas destinados a prevenir e gerir os riscos naturais e tecnológicos)” embora com menor expressão financeira também já ultrapassou as previsões iniciais com 139% de aprovações.

❖ **Turismo:**

- 20 operações aprovadas
- Taxa de aprovação de 109% e taxa de execução de 62%.
- Nenhum tema desta área é “*earmarking*” e todos os temas contam já com operações aprovadas ao contrário do ano anterior (o tema 57 registou as primeiras aprovações em 2014). No tema 56 foi efetuada em 2013 uma reclassificação para corrigir incongruências de investimento aprovado dominante não tendo havido oportunidade para realizar o equivalente acerto na programação.
- O tema 55 “Promoção dos recursos naturais” regista o maior volume de aprovações e uma taxa de aprovação face ao programado de 90% e uma execução de 63%.

Gráfico 2.21 – Atividades Culturais

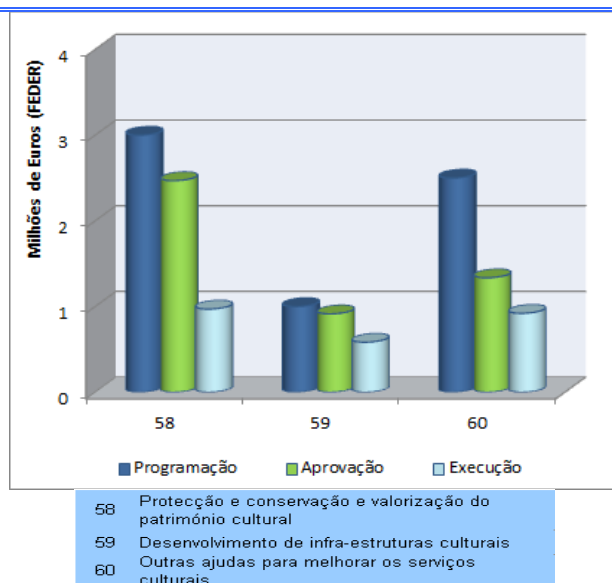


Gráfico 2.22 – Reabilitação Urbana e Rural



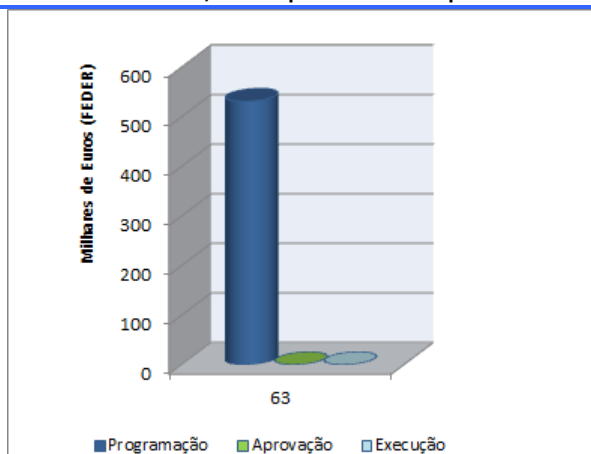
❖ **Atividades Culturais:**

- 11 operações aprovadas (mais 3 que no final de 2013).
- Taxa de aprovação de 72,6% e taxa de execução de 53%.
- Nenhum tema desta área é “*earmarking*”.
- Em 2012 já se encontravam abertos todos os temas desta área.
- As taxas de execução registavam valores inferiores aos do final do ano passado, uma vez que as novas operações aprovadas baixaram a média geral do tema.

❖ **Reabilitação Urbana e Rural:**

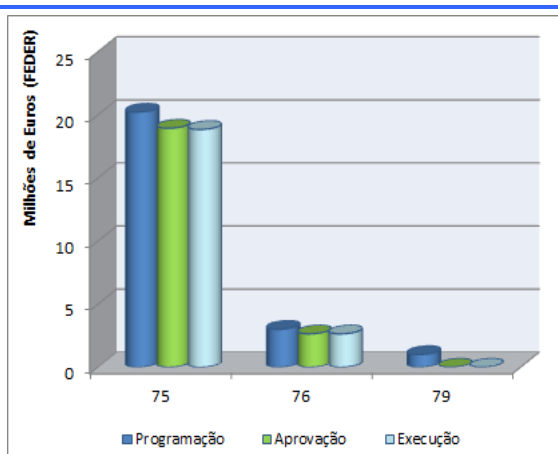
- 53 operações aprovadas (mais 14 do que no final do ano anterior).
- Taxa de aprovação de 117% e taxa de execução de 81%. Registou-se um acréscimo significativo na taxa de aprovação nestes 2 últimos anos (80% no final de 2012).
- O único tema desta área é *earmarking*.

Gráfico 2.23 – Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários



63 Concepção e difusão de formas inovadoras e mais produtivas de organização de trabalho

Gráfico 2.24 – Investimento em infraestruturas sociais



75 Infra-estruturas educativas
76 Infra-estruturas de saúde
77 Infra-estruturas de assistência à criança
79 Outras infra-estruturas sociais

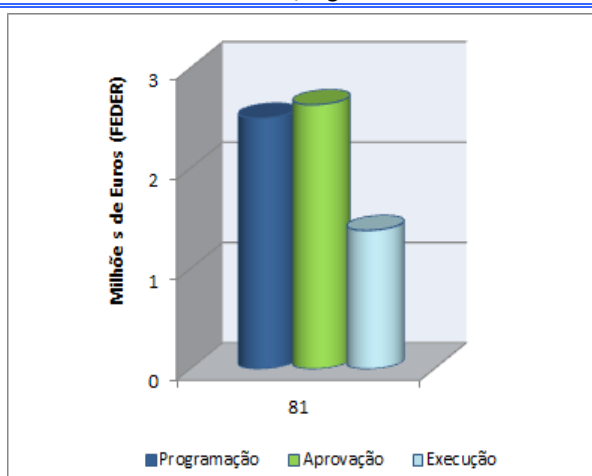
❖ **Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários:**

- Não se registaram operações aprovadas

❖ **Investimento em infraestruturas sociais:**

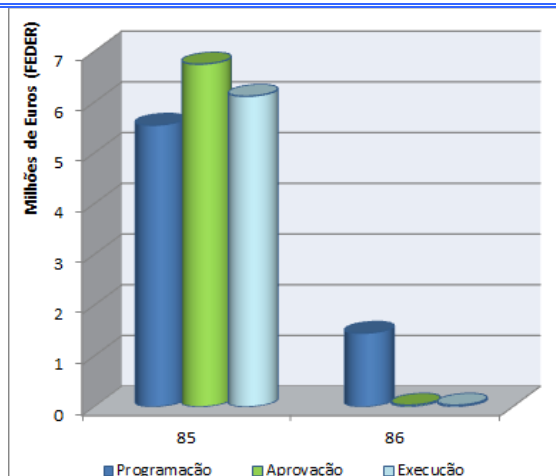
- Estão aprovadas as mesmas 20 operações encontrando-se o tema já relativamente estabilizado (não se prevê que venham a ocorrer aprovações de novas operações até ao final do Programa).
- Taxas de aprovação (90%) e de execução de 99,5%.
- Apenas o tema 75 – “Infraestruturas educativas” é “earmarking”. Os temas 75 e 76 estão praticamente concluídos (todas as operações concluídas fisicamente).

Gráfico 2.25 – Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local



81 Mecanismos para melhorar a concepção, o acompanhamento e a avaliação de políticas e programas aos níveis nacional, regional e local, reforço das capacidades de execução de políticas e programas

Gráfico 2.26 – Assistência Técnica



85 Preparação, execução, acompanhamento e inspeção
86 Avaliação e estudos; Informação e comunicação

❖ **Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local:**

- 12 operações aprovadas (mais 4 do que no ano anterior).
- Taxa de aprovação de 105% e taxa de execução de 52%.
- O tema desta área não é “*earmarking*”.

❖ **Assistência Técnica:**

- 11 operações aprovadas.
- Não existem temas “*earmarking*” nesta área de investimento.
- A taxa de aprovação é de 97% e taxa de execução é de 91%.

2.2. Informação sobre a conformidade com o direito comunitário:

Mercados Públicos

Os regulamentos publicados para acesso às áreas de intervenção do Programa Operacional obrigam ao cumprimento dos preceitos comunitários em matéria de mercados públicos, quando se trate de entidades a que se aplicam as diretivas comunitárias e a legislação nacional que as transcreve.

Nos casos em que é exigido como condição de acesso que o processo de concurso das obras esteja em fase de intenção de adjudicação – ou em que, mesmo sem essa exigência, o avanço dos projetos candidatos já tenha atingido essa fase - é possível verificar logo “à entrada” se os pressupostos e procedimentos básicos para assegurar a transparência e o acesso em igualdade de condições de todos os potenciais concorrentes foram cumpridos. Se for possível verificar nessa fase que o projeto candidato não obedeceu às regras em vigor nesta matéria, o projeto ou alguma das componentes poderão ser logo à partida excluídas.

Para além disso, mantêm-se em vigor as orientações para o secretariado técnico do Programa no sentido de verificar, em sede de pagamento da comparticipação comunitária, o cumprimento da legislação nacional e comunitária em matéria de contratação pública de obras e fornecimentos. Antes da validação da primeira despesa e processamento do primeiro pagamento relativo a um contrato público, a Estrutura Técnica verifica a documentação relevante relativa ao processo de concurso e à adjudicação que o suporta, de acordo com *check-list* criadas para o efeito, e só concretizará a ordem de pagamento depois de obter toda a informação necessária que lhe permita concluir pelo cumprimento da legislação aplicável. Este tipo de procedimento é aliás semelhante para qualquer despesa verificada. Para a correta implementação destes procedimentos contou fortemente a experiência adquirida na segunda metade do QCA III em matéria de contratação pública.

Em 2009, foram aperfeiçoadas as *check-list* e os instrumentos de trabalho em uso nestas matérias com vista à sua integração no Sistema de Informação do PO e foram melhoradas as orientações constantes do Manual de Procedimentos e Descrição de Sistemas de Gestão e Controlo, bem como a sua operacionalização. Em 2010, foi aperfeiçoado o Sistema de Informação do PO como auxiliar dos beneficiários na atualização de informação sobre esta matéria, e da Estrutura Técnica nas verificações necessárias aos procedimentos de contratação pública, nomeadamente através da introdução de alertas e validações automáticas de documentos e processos. Durante os anos seguintes todo este processo de validação decorreu com normalidade. Nos últimos anos, decorrente de recomendações de auditorias e de experiência de gestão, foram efetuados pequenos ajustamentos aos instrumentos de trabalho em vigor com a aprovação da Comissão Diretiva do Programa e que tem como objetivo um aperfeiçoamento constante do Sistema montado para este efeito.

Face à limitação de meios jurídicos afetos ao PO Algarve, e para a resolução de questões que saem da rotina, a Autoridade de Gestão tem recorrido ao apoio da ADC.

Auxílios de Estado às Empresas

A Comissão Europeia considera que os auxílios de *minimis* são auxílios de reduzido valor concedidos a uma empresa que, por essa razão, não são susceptíveis de afetar de forma significativa o comércio e a concorrência entre Estados-Membros.

O Regulamento (CE) nº 1998/2006 de 15 de dezembro fixa um limiar máximo de acumulação dos auxílios, abaixo do qual existe isenção de notificação prévia à Comissão Europeia. Esse máximo é de 200 000 euros durante o período de três exercícios financeiros (ou de 100 000 euros no que se refere às empresas no setor dos transportes rodoviários), sendo que para os anos de 2009 e 2010 foi alargado o limite para 500 mil euros, no contexto das medidas anti-crise.

A Comissão Europeia, no final do ano 2010, através da Comunicação - Quadro Temporário da União relativo às medidas de auxílio estatal destinadas a apoiar o acesso ao financiamento durante a atual crise financeira e económica, de 1 de dezembro de 2010, entendeu não dar continuidade ao regime de exceção temporário - montante limitado de auxílios compatíveis.

No entanto, a Comissão abriu a possibilidade aos Estados-Membros de, mediante pedido de notificação, verem aprovada uma proposta de prorrogação do limite de *minimis* – limite máximo de acumulação de 500.000 euros, no ano 2011 – para as candidaturas apresentadas pelos beneficiários até 31 de dezembro de 2010.

Uma vez que a economia portuguesa não apresentava um comportamento idêntico ao da média da EU, encontrando-se ainda fustigada pela crise e sem sinais de retoma, as autoridades portuguesas decidiram apresentar pedido de notificação para prorrogar a aplicação do limiar temporário de *minimis* – Prorrogação do Auxílio Estatal N13/2009.

Tal pedido de prorrogação do limite de *minimis* foi aprovado pela Comissão, em 7/01/2011, através da comunicação C (2011) 63 final – referência *State Aid* SA.32122 (2010/N) – Portugal, tendo tal sido consagrado no quadro regulamentar nacional, através da Portaria nº 70/2011, de 9 de fevereiro, publicada no Diário da República, Série I, nº 28.

Esta Revisão do Quadro Temporário e a aprovação do pedido de prorrogação do limite máximo de acumulação de 500 mil euros para candidaturas apresentadas pelos beneficiários até 31/12/2010, significou na prática que, por um lado, o limite máximo de acumulação de auxílios de *minimis* de 500 mil euros, se mantém em vigor para as candidaturas que tenham sido apresentadas pelos beneficiários até 31 de dezembro de 2010, devendo a decisão por parte dos Organismos responsáveis pela concessão dos apoios ocorrer durante o ano de 2011.

Os auxílios concedidos a partir de 1 de janeiro de 2011, apresentados pelos beneficiários após 31 de dezembro de 2010, voltaram a ter o limite de 200 000 euros durante o período de três exercícios financeiros (ou de 100 000 euros no que se refere às empresas no setor dos transportes rodoviários).

A Comissão Europeia adotou um regulamento que **autoriza automaticamente uma série de medidas de auxílio**, isentando os Estados-Membros da obrigação de notificação prévia dos auxílios à Comissão (exige apenas o seu envio para informação, após a sua implementação). Este **Regulamento Geral de Isenção por Categoria (RGIC) autoriza auxílios às PME, auxílios à investigação e desenvolvimento a favor das PME, auxílios ao emprego, auxílios à formação profissional e auxílios com finalidade regional, auxílios a favor do ambiente, auxílios à inovação, investigação e desenvolvimento para grandes empresas, auxílios sob a forma de capital de risco e auxílios a favor de novas empresas criadas por mulheres empresárias.**

Em relação aos **regimes de *minimis***, a Comissão Europeia autoriza a sua aplicação desde que os mesmos sejam transparentes e que o Estado-Membro assegure o cumprimento dos limites máximos de apoio. Para este efeito, e à semelhança do que aconteceu no período de programação anterior (2000-2006), manteve-se a opção de uma base de dados nacional dos apoios (Registo Central de Auxílios de *minimis*). À Agência para o Desenvolvimento e Coesão (ADC - Ex-IFDR) cabe a responsabilidade pelo registo, acompanhamento e controlo de acumulação dos apoios financeiros concedidos.

No caso do **Algarve**, sempre que um apoio *de minimis* no âmbito dos sistemas de incentivos é concedido em sede de Comissão Diretiva do PO ALGARVE 21, o mesmo fica condicionado à consulta e verificação dos limites definidos no Regulamento (CE) nº 1998/2006 da Comissão, de 15 de Dezembro de 2006 (calculados em função da referida base de dados nacional). Esta tramitação é desenvolvida pelo Programa Operacional POFC (Compete), enquanto coordenador da Rede Sistemas de Incentivos QREN.

Os auxílios concedidos ao abrigo da regra *de minimis*, no âmbito dos sistemas de incentivos e SAFPRI, totalizaram no período de 2008 a 2014 cerca de 8,5 milhões de euros.

Tabela 2.12 – Apoios concedidos ao abrigo *de minimis* no período 2008-2014

Regime de Auxílios	Enquadramento Comunitário	Apoios Concedidos PO Algarve21	
		Nº Empresas	Montante (€)
SI I&DT	<i>Minimis</i>	13	66.727
SI Inovação	<i>Minimis</i>	42	664.710
SI Qualificação PME	<i>Minimis</i>	121	4.349.511
SI ALM	<i>Minimis</i>	15	205.871
SAFPRI	<i>Minimis</i>	43	3.170.982
TOTAL		234	8.457.801

Fonte: ADC

Até ao final de **2014**, verificaram-se 447 registos no Sistema Central com um investimento relevante de 8,5 milhões de euros, que abrangem 234 empresas.

Para além dos apoios concedidos ao abrigo da regra de *minimis* existem ainda incentivos atribuídos ao abrigo do Regime Geral de Isenção por Categoria (X 404/2009) que totalizaram no caso do Algarve, até 31/12/2014, 62.956.539 euros de incentivo, no conjunto dos Sistemas de Incentivos.

Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

A compatibilização entre os financiamentos comunitários e as políticas em matéria de ambiente tem sido uma prioridade constante ao longo da implementação dos vários Quadros Comunitários na Região, registando-se uma experiência relevante nesta matéria.

A conformidade entre os projetos financiados pelo Programa e as políticas comunitárias em matéria de ambiente, é assegurada através da participação dos serviços responsáveis (CCDR – Ambiente e Ordenamento e ARH – Administração da Região Hidrográfica do Algarve, nos casos aplicáveis) na análise dos projetos apresentados a concurso, emitindo parecer sobre diversas candidaturas, quer da área ambiental, como é o caso das infra-estruturas do litoral, quer de outras áreas, como por exemplo, a rede viária, ficando assim salvaguardados eventuais impactes sobre o ambiente. Para sistematização desta informação e permitir um acompanhamento destas questões durante e após as intervenções efetuadas no âmbito do Programa, foi criada uma *check-list* ambiental que acompanha as operações ao longo da sua implementação.

De referir, como mais valia, a participação de um representante de Organizações Não Governamentais (ONG) da área do ambiente na Comissão de Acompanhamento do Programa, a qual aprova os critérios de seleção de todos os regulamentos das áreas de intervenção do Programa e tem, assim, capacidade para propor ajustamentos ou soluções que permitam que os projetos a aprovar contribuam de forma mais eficaz para a salvaguarda do ambiente e para um desenvolvimento regional sustentável.

Alguns dos Regulamentos Específicos prevêm ainda a existência de critérios de seleção / ponderações relacionados com a incidência ambiental dos projetos como é o caso da Rede de Equipamentos Culturais, Mobilidade Territorial ou Parcerias para a Regeneração Urbana. Esta questão encontra-se no entanto mais desenvolvida no ponto 2.7.3 – Avaliação Ambiental Estratégica.

O Programa aprovou, até 31/12/2014, **111** projetos contratados com incidência positiva direta em termos ambientais que ascendem a um montante de despesa pública elegível de 44,2 milhões de euros e apoio de 28,9 milhões de euros FEDER, no âmbito das tipologias de operação “Qualificação e Internacionalização das PME”, “Ações de Valorização do Litoral”, “Ações de Valorização e Qualificação Ambiental”, “Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados”, “Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos”, “Energia”,

“Parcerias para a Regeneração Urbana”, “Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação” e “Mobilidade Territorial”.

Não discriminação e igualdade de oportunidades

O princípio da não discriminação de género mas também de raça, religião, idade, orientação sexual ou deficiência está consagrado na legislação nacional e, tal como referido no texto do Programa, será integralmente cumprido não apenas pela tomada de medidas de discriminação positiva em favor de grupos de cidadãos com maior dificuldade potencial de acesso ao Programa como também, e sobretudo, pela eliminação de quaisquer entraves que dificultem ou impossibilitem um tratamento igual de todos os tipos de beneficiários.

Salienta-se aqui, pela sua importância neste âmbito, a medida tomada no quadro do Sistema de Incentivos à Inovação, o regime de apoios previsivelmente de maior dotação financeira e impacto na Região, que prevê a atribuição da majoração de 10 pontos percentuais do incentivo a conceder no quadro do empreendedorismo feminino ou jovem.

De acordo com a regulamentação publicada, considera-se para efeito de atribuição de majoração ao empreendedorismo feminino, os projetos liderados por mulheres que reúnam as seguintes condições:

- a. a empreendedora detém, direta ou indiretamente, uma participação igual ou superior a 50% no capital social, durante dois anos;
- b. a empreendedora desempenha funções executivas na empresa e mantém-nas, pelo menos, dois anos após a conclusão do projecto.

A atribuição da majoração “*empreendedorismo jovem*”, por seu lado, depende do preenchimento pelo jovem empreendedor das seguintes condições:

- a. ter uma idade compreendida entre os 18 e os 35 anos;
- b. possuir, direta ou indiretamente, uma participação igual ou superior a 50% no capital social, durante dois anos;
- c. desempenhar funções executivas na empresa e mantê-las, pelo menos, dois anos após a conclusão do projeto.

De notar que, em ambos os casos, a atribuição da majoração está sujeita a parecer positivo das entidades oficiais que velam pela não discriminação destes cidadãos: a Comissão da Cidadania e da Igualdade de Género e o Instituto Português da Juventude.

Poderá destacar-se, no quadro do empreendedorismo feminino ou jovem, a aprovação, até 31/12/2014, de 19 projetos no SI Inovação, com um montante de investimento elegível de 8,7 milhões de euros.

Os contributos positivos do Programa para a igualdade de oportunidades resultam também de atuações de medidas materiais, através do impacto que podem vir a ter na organização da vida dos cidadãos, como é o caso da ocupação das crianças e dos jovens, do apoio social à população idosa nomeadamente através das Unidades de Cuidados na Comunidade e das Unidades de Saúde Familiar e das oportunidades de dinamização de iniciativas de valorização e ocupação das mulheres em zonas deprimidas.

Nesta fase poderá destacar-se a aprovação, até 31/12/2014, no âmbito do Eixo 3, de 17 Centros Escolares (inclui pré-escolar) e 3 operações na área da saúde no Eixo 3, com um montante de investimento elegível de cerca de 28 milhões de euros e 4 milhões de euros, respetivamente.

No que diz respeito à consolidação das unidades de apoio social (Creche, Centro de Dia, Lar de Idosos, Lar de Apoio, etc), o apoio no âmbito do QREN foi canalizado no caso do Algarve para o POPH (FSE – Apoio ao Investimento a resposta integradas de Apoio Social), em face dos reduzidos montantes FEDER atribuídos à Região. Por seu lado, as medidas de animação sócio-económica e equipamentos coletivos (em particular centros escolares) a implementar nos territórios do Interior, com reflexos na ocupação das mulheres nestas zonas deprimidas, ficaram a cargo das intervenções do FEADER³¹.

Resultantes das operações da responsabilidade de beneficiários públicos foram criados 95 postos de trabalho em que 68% são empregos femininos.

³¹ Recorde-se que a Deliberação do Conselho de Ministros nº 420 de 31/08/2006, destinou o montante de 200 milhões de Euros para intervenções FEADER no Algarve, montante superior ao FEDER.

2.3. Problemas significativos encontrados na implementação do Programa Operacional e medidas tomadas

A transição do QCA III (2000-2006) para o QREN (2007-2013) assumiu dificuldades especiais no caso do Algarve, desde logo associadas à redução para um terço das verbas FEDER disponíveis anteriormente decorrentes do estatuto de “phasing out” em que a Região foi enquadrada neste período de programação.

Às naturais dificuldades sentidas no arranque de qualquer novo período de programação, juntaram-se, no caso do PO Algarve 21, condicionalismos que lhe são específicos que exigiam caminhos próprios e que marcaram todo o período de implementação do QREN. A Autoridade de Gestão entendeu assim naturalmente, desde o início, que num contexto de escassez acentuada de recursos, o sucesso na aplicação da estratégia definida passava pela aplicação prática dos princípios de concentração e seletividade e pela definição cuidada dos mecanismos de operacionalização.

No decorrer do período de programação do QREN acentuaram-se alguns fatores de contexto que acrescentaram dificuldades à situação particular do Algarve:

- No início o prolongamento da sobreposição do período de execução dos dois períodos de programação (QCA III e QREN), apesar do efeito claramente positivo desta Medida relativamente ao aproveitamento de recursos do QCA III, prejudicou a disponibilidade de recursos humanos até ao final do 3º trimestre de 2010, data em que foram entregues os processos finais do QCA III aos serviços da Comissão Europeia e pelas mesmas razões atrasou a disponibilidade financeira e material por parte dos beneficiários regionais para iniciar as operações no âmbito do QREN (apesar dos concursos abertos no QREN em 2008 e 2009).
- A crise financeira internacional que agravou os indicadores da economia portuguesa e em particular do Algarve, desmotivou os investidores privados com consequências ao nível da entrada em recessão, falências de empresas e um forte aumento do desemprego, cenário que enquadrou todo o período mais ativo do QREN.
- O contexto de fortes restrições orçamentais motivado pela crise da dívida soberana e pela intervenção externa do País numa 2ª fase, obrigaram a medidas fortemente inibidoras do investimento que afetaram não só a Administração Pública Central e Local, como também os respetivos fornecedores (privados), criando crescentes dificuldades à estabilidade das empresas e pondo em causa a continuidade das operações apoiadas pelo PO.
- A gravidade da situação económico-financeira acabou por ter consequências ao nível da estabilidade política que se repercutiu ao longo do ano 2011 afetando inevitavelmente a capacidade de decisão do PO (mudança de governo, alterações nas tutelas, reformas institucionais e administrativas e finalmente mudanças na gestão do Programa Operacional que já vieram a concretizar-se em 2012).

- A conjugação do atraso do arranque no início do período de programação, com o perfil de programação descendente próprio do estatuto *phasing out*, colocou simultaneamente à região do Algarve uma enorme pressão face a uma exigência relativa muito superior, no que respeita às metas N+3/N+2, para o ano 2012 e seguintes, mas sobretudo em 2013, quando a Regra passa a N+2.

Neste contexto sistematizam-se em seguida os problemas identificados e as medidas tomadas ou a tomar. Questões mais específicas encontram-se detalhadas no Ponto 3 no final da análise de cada Eixo prioritário. Algumas das dificuldades sentidas e apontadas em Relatórios de Execução anteriores não foram ainda resolvidas pelo que se mantém, com os ajustamentos adequados. Nalguns casos necessitam da ajuda de soluções práticas no contexto do encerramento do atual quadro e noutros deverão ser tidas em conta como recomendações para a implementação do próximo período de programação.

- ❖ **Dificuldade na concretização da estratégia regional** – O modelo regulamentar criado, com instrumentos nacionais centralizados, e a pressão para o arranque do QREN, tornaram mais complexa a concretização da estratégia regionalmente definida, espartilhando por setores distintos as diversas iniciativas necessárias à concretização de intervenções territoriais integradas. A resolução de algumas das questões que têm sido identificadas ao longo do processo extravasam em parte as competências da Autoridade de Gestão do PO Algarve, estando dependentes das Autoridades Nacionais do QREN, o que nem sempre facilita a compreensão e a agilização da implementação de medidas específicas necessárias ao PO Algarve.

Medidas tomadas / a tomar:

- Permitir a possibilidade de introdução de Regulamentos de cariz regional ou adaptação /combinação dos setoriais para intervenções territoriais integradas. Algumas das intervenções desenvolvidas através de Planos de Ação respondiam em parte a esta questão (Ex: PROVERE e Planos de Ação da Política de Cidades). O apoio ao **Turismo/Lazer** através de abordagens territoriais públicas previstas no Eixo 1 do PO foi um exemplo que requeria uma via própria que não foi favorecida pela estruturação nacional (uniformizada) dos Regulamentos Específicos. Não tendo sido criado um Regulamento Específico para ativar a Área de Intervenção “Valorização do Cluster Turismo Lazer” foram sobrecarregados os restantes 2 Eixos com operações que contribuem para este fim provocando desequilíbrios entre Eixos que começaram a afetar a capacidade de certificação de despesa do Programa. No início do 2º trimestre de 2014 a Autoridade de Gestão propôs superiormente uma Reprogramação Interna do Programa com o objetivo de ativar a Área de Intervenção através da transição de operações entre Eixos, a qual apenas viria a ser aprovada pela tutela no final de setembro 2014 e que foi operacionalizada pela AG em 2 momentos (o 1º em outubro de 2014 e o 2º já em 2015 uma vez que teve de aguardar pela autorização das 2 medidas complementares propostas (lançamento de convite aos portos e

- autorização de “overbooking” no Eixo 1 públicos)). *(resolvido embora com atraso na operacionalização)*
- Promover a articulação entre Fundos (Ex: FEDER / FEADER) através de grupos de trabalho que identifiquem as áreas e as medidas de complementaridade a operacionalizar em cada Região. *(não resolvido a recomendar para o próximo período de programação)*
 - Diversificação dos conteúdos e dos momentos da abertura de concursos com maior incidência nas áreas mais estratégicas da política regional *(em parte resolvido mas a recomendar para o próximo período de programação)*.
 - Promover uma maior participação nomeadamente através de consulta obrigatória e acompanhamento de todo o processo por parte das Autoridades de Gestão dos trabalhos de ajustamento dos Regulamentos Específicos beneficiando da experiência de “terreno” e confirmando a adaptabilidade das alterações aos territórios e à experiência de cada PO. Este acompanhamento mais próximo facilitaria a apreensão e agilizaria a implementação das alterações introduzidas, por parte das estruturas do PO. *(resolvido pontualmente a recomendar para o próximo período de programação)*
- ❖ **Nível de aprovações/overbooking** – o modelo regulamentar do QREN, na qual estão definidos regulamentos específicos para cada uma das áreas de intervenção dos Programas Operacionais Regionais, associado à obrigatoriedade das candidaturas serem apresentadas mediante concursos, alterou significativamente os procedimentos adoptados no período de programação anterior, principalmente para os promotores públicos. Estas alterações, tendo presente que os promotores públicos não se encontravam familiarizados com os novos procedimentos, dificultaram, num período inicial, a apresentação das candidaturas. A entrada em vigor de novas versões dos sistemas de informação também criou dificuldades iniciais de adaptação que se prolongaram ao longo do ano 2009 e retardaram o arranque inicial.

Por outro lado, o modelo adoptado tornou o processo de aprovações mais moroso e mais complexo para as Estruturas Técnicas, uma vez que obriga à adaptação dos instrumentos de notação, formulários, *check-list*, ..., para cada Tipologia de operação e por vezes para cada concurso.

No caso do Algarve a exigência de maior seletividade motivada pela limitação das dotações do Programa, contribuiu inicialmente para um nível de aprovações genericamente menos elevado do que a média do QREN. Por sua vez a obrigatoriedade de processos de concurso para os promotores públicos “afastou” Autoridades de Gestão e beneficiários numa Região em que, pela exiguidade das dotações do PO, se requeria uma maior articulação em particular na fase de montagem das iniciativas, como forma de obter *focagem* e *concentração* das intervenções. Esta realidade foi intersetada no ano 2012 por fortes restrições às aprovações numa fase de esgotamento de verbas da generalidade dos PO do QREN. Tal não era o caso do Algarve, não tendo esta situação sido devidamente diferenciada pelas

medidas restritivas definidas superiormente. Ao longo de 2013 esta situação de atraso do nível de aprovações foi sendo ultrapassada, o que não deixou de se repercutir em atraso de implementação das ações no terreno com consequências na pressão sobre a execução no final de 2013. Embora o nível de aprovações, no final do 1º trimestre de 2014, tenha atingido os níveis de “overbooking” considerados desejáveis em função do exercício realizado para os Eixos 2 e 3 e para o caso dos Sistemas de Incentivos, subsistia até ao final do ano uma lacuna no Eixo 1 (Áreas de Intervenção Públicas) em que os níveis de quebra atingiram valores na ordem dos 50% no caso do Algarve não havendo autorização de “overbooking” para este caso. Face a esta situação mantiveram-se as *medidas tomadas/a tomar* como enquadramento do processo de encerramento e sinalização de medidas necessárias para facilitar este processo, com mais autonomia para a Gestão dos Programas, uma vez que o “*acentuar de quebras*” ou a “*não-execução atempada*”, poderão determinar a necessidade de soluções rápidas que garantam a “*plena utilização financeira dos fundos programados*”.

Medidas tomadas / a tomar:

- Foram realizadas sessões de divulgação/esclarecimentos para os promotores privados e acompanhamento mais personalizado para consultores e promotores públicos através de documentos de apoio, esclarecimentos por mail/telefone, reuniões presenciais para melhorar a qualidade das candidaturas e prestar apoio sobre o funcionamento dos Sistemas de Informação (nomeadamente através de Manuais de Procedimentos e apoio telefónico). (*resolvido*)
- Entre 2010 e 2012 foram abertos concursos em novas tipologias dos projetos públicos (Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos – ações materiais, Gestão ativa de espaços protegidos e classificados, Energia, Mobilidade territorial, Reabilitação Urbana, Saúde, Áreas de acolhimento empresarial, Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica e Sistema de Apoio às Ações Coletivas). (*ultrapassado*)
- Em 2013 foram abertos concursos *em contínuo* o que permitiu reduzir os tempos individuais de decisão de forma generalizada. Estes concursos, embora com tempos de submissão reduzidos em função dos calendários definidos superiormente, foi uma medida fundamental na fase final do Programa. Efetivamente foram todos encerrados e decididos até ao final do 1º trimestre de **2014** por determinação superior (Deliberação da CMC de 13/12/2013) embora ao final do ano o acentuar de quebras, os atrasos de execução verificados, aliado à ausência de autorização de “overbooking” para o Eixo 1, deixava alguma preocupação para 2015 sobre a necessidade de reforço dos níveis de aprovação que permitam atingir os objetivos. (*parcialmente resolvido*)
- Alterações aprovadas em CMC (*jan. 2012*) permitiram a possibilidade de “convite” de forma generalizada em todos os Regulamentos Específicos embora a CMC de 08/08/2012 (*agosto 2012*) obrigasse a solicitar autorização superior. A agilização destes procedimentos de utilização da modalidade de convite, no caso do Algarve, foi considerada bastante adequada, não só para situações do tipo - operações integradas ou faseadas, promotores únicos, fechos de redes de equipamentos públicos ou assistência técnica, mas essencialmente para substituição de

operações resultantes de quebras, completar ações estratégicas regionais decorrentes do exercício de avaliação intercalar ou ações de preparação para o próximo quadro nomeadamente estudos, planos de ação ou projetos de execução. Efetivamente a reduzida dimensão da Região teria aconselhado, nestes e noutros casos, a autorização de soluções próprias mais ágeis o que na prática nem sempre foi autorizado superiormente, obrigando a abrir concursos em casos mais adequados a convites (1 só promotor) ou alongando o processo de autorização dos convites nos poucos casos em que tal aconteceu.

- Operacionalizar um tratamento diferenciado para o PO do Algarve relativamente à simplificação de procedimentos e a níveis de *overbooking*, flexibilizando as atuações em face da situação particular da Região (níveis de aprovação e execução, exigência das metas N+2 e até os próprios indicadores sócio-económicos). Esta situação em parte foi conseguida ao longo do ano 2013 tendo sido atingidos os objetivos quer ao nível das aprovações, quer da execução. No entanto a evolução verificada ao longo de 2014 justifica manter uma atenção particular a estas questões uma vez que poderá ser necessário operacionalizar, em tempo curto, medidas pontuais no que respeita à gestão do “overbooking” não afastando a necessidade de ajustes à programação. Como exemplo a Autoridade de Gestão propôs à tutela um pedido de autorização para a realização de 10% de “overbooking” no Eixo 1 de execução pública, bem como um pedido de autorização de lançamento de um convite à entidade gestora dos Portos do Algarve para a realização de ações relacionadas com a “Valorização do Cluster Turismo Lazer” que no final do ano não tinham ficado autorizados. *(Não resolvido)*

- ❖ **Fraca execução/dificuldades dos beneficiários e fornecedores** – que se traduziram nalgum atraso de pagamentos e de operacionalização, por parte dos beneficiários, e nalgumas situações de falência com atrasos de execução das empreitadas, por parte dos fornecedores.

Em 2013, e apesar da forte recuperação dos níveis de execução que se verificou a partir de 2012, a questão da execução assumiu uma especial preocupação face à particular exigência da meta N+2 a cumprir no final do ano por via da passagem da meta N+3 para N+2, conjugado com o perfil descendente da programação no caso do Algarve (phasing out).

O ano 2014 e apesar dos níveis menos elevados da meta N+2, conclui com preocupação uma vez que o resultado das auditorias concluídas (ex: engenharias financeiras) com quebras a implementar e o facto da execução em falta no final do ano 2014, ser superior a qualquer ano de execução do QREN, deixam antever para 2015, um ano de maior exigência não só para garantir as metas nacionais encurtadas em relação aos prazos comunitários, mas também para assegurar a plena utilização das dotações financeiras do Programa.

Medidas tomadas:

- Em meados de 2010 foram adotadas pela CMC do QREN um conjunto de 12 medidas destinadas a obstar a atrasos e a acelerar a execução de projetos empresariais, entre as quais se referem: o

- mecanismo excepcional de ajustamento de projetos, a anulação de comprovativos de licenciamento, a simplificação e aceleração do processo de pagamentos e comprovação do investimento, a eliminação da necessidade de pré-avaliação no Sistema de Incentivos à Inovação, a celeridade na resposta aos processos de alegações contrárias e ajustes à decisão e a descativação de incentivos em projetos não contratados.
- As medidas tomadas pela Coordenação do QREN relativamente à atribuição de adiantamentos iniciais, veio em parte melhorar a liquidez dos beneficiários, podendo no entanto, vir a repercutir-se de forma menos positiva, à medida que as operações entram na segunda metade da sua execução, e o efeito do adiantamento se anula.
 - Em paralelo foi efetuado um esforço da parte das Estruturas do Programa para encurtar prazos de análise de pedidos de pagamento, fomentando a utilização dos adiantamentos contra-fatura, em utilização também nos Sistemas de Incentivos desde 2010.
 - Foi igualmente reforçado o acompanhamento dos promotores com vista a ultrapassar dificuldades administrativas, burocráticas ou de utilização do sistema de informação, disponibilizando, em caso de necessidade, a prestação de apoio individual a promotores por parte da Estrutura Técnica.
 - Foi aprovada na Comissão Diretiva do PO de 7 de dezembro de 2010 uma Orientação de Gestão (OG nº 2/2010) para “disciplinar” procedimentos e definir penalizações para atrasos de execução, a qual deveria entrar em vigor a partir de Março de 2011. Com a assinatura do “2º Memorando de Entendimento entre o Governo e a ANMP” foi criada uma *bolsa de observação* a acompanhar pelo Observatório do QREN com recomendações idênticas que foram implementadas a partir daí. Esta bolsa de observação deu lugar no ano 2012 à chamada “operação limpeza”.
 - Estas orientações no caso do Algarve foram vertidas para os contratos de concessão de financiamentos a partir de Setembro. Igualmente em Setembro/Outubro de 2011 foi efetuada uma primeira notificação generalizada aos promotores com situações em incumprimento. No primeiro semestre de 2012 no âmbito da chamada “operação limpeza”, foi efetuado novo controlo das situações de incumprimento com operacionalização das respetivas penalizações. O controlo das situações de incumprimento é assim efetuado de forma regular sendo no caso das operações de beneficiários públicos, desencadeado semestralmente e seguido do acompanhamento caso a caso das situações de cada promotor até à resolução das questões ou à aplicação das penalizações inerentes ao problema em causa.
 - Reprogramação com ajustamento “em alta” de taxas de comparticipação ao nível da operação. A reprogramação técnica efetuada com este objetivo que foi aprovada em 15/12/2011, apenas permitiu operacionalizar até ao final do ano, a subida da taxa nos Pedidos de Pagamento do PO à Comissão Europeia a qual teve como consequência a intensificação do fluxo de pagamentos FEDER ao PO. Em julho de 2012, foi efetuado o ajustamento em alta das taxas de co-financiamento das operações. Este aumento de 15 pontos percentuais em média foi efetuado

dentro dos limites dos Regulamentos Específicos. Em outubro de 2012, decorrente da deliberação da CMC de 8/08 foi efetuado um segundo aumento de taxas, para além dos limites previstos nos Regulamentos Específicos para beneficiários que contribuem para a consolidação orçamental, em média com acréscimos semelhantes ao inicial. Ao longo do ano 2013 foram igualmente operacionalizados, com o objetivo de melhorar a capacidade de execução dos beneficiários, 2 aumentos de taxa (prevenção de riscos e 3 escolas) que abrangeram todos os municípios do Algarve embora apenas em casos em que se tinham registado libertações de verbas.

- Em dezembro de 2012, iniciaram-se os adiantamentos em regime *Top Up*³² aos beneficiários com retroativos desde janeiro de 2012, aumentando assim a liquidez numa fase inicial da realização das operações. Até final de 2014 tinham sido efetuados pagamentos de 7 milhões de euros nesta modalidade.
- Ao longo do ano 2013 e em especial no 2º semestre do ano, devido à particular exigência da meta N+2, foi criado o Plano de Recuperação N+2 – Algarve no âmbito do qual foi efetuada uma sensibilização geral aos beneficiários e uma monitorização permanente da execução com reporte semanal de resultados à tutela.

Este trabalho junto dos beneficiários e Organismos Intermédios por parte da AG que passou pelo acompanhamento de todo o processo de execução desde a execução física no terreno e emissão das faturas até à submissão dos pedidos de pagamento e pagamento dos reembolsos, foi também acompanhado por outras medidas que envolveram as Autoridades Nacionais, nomeadamente a ADC e o Gabinete do SEDR (reforço de engenharias financeiras, ajustamentos a Regulamentos Específicos e maior celeridade de pagamentos).

Com a resposta dos beneficiários e a articulação de todos os intervenientes foi possível atingir as metas N+2 previstas (*última certificação de Dez. 2013*)

- Em 2014 a meta N+2 foi atingida mais cedo (última certificação com corte de novembro 2014) embora com uma execução anual menos elevada do que em 2013. Por essa razão não terminaram aqui as preocupações com a execução em face do valor absoluto da realização financeira a efetuar em 2015.
- ❖ **Atraso nos pagamentos aos beneficiários e nas transferências para os Organismos Pagadores** – Ao longo dos anos 2010/2012, os prazos de pagamento por parte do Ex-IFDR (ADC) (Autoridade de Pagamento) alongaram-se relativamente a anos anteriores, atingindo tempos médios superiores a 20 dias. Este facto dificultou a cadência de reembolsos a cada operação e por consequência aos respetivos empreiteiros e fornecedores prejudicando o ritmo de apresentação de despesas.

³² O mecanismo *Top Up* decorre do Regulamento (EU) nº 1311/2011 de 13 de Dezembro e a Deliberação da CMC do QREN de 17 de Julho de 2012. Este mecanismo prevê que em cada operação, os pagamentos a título de *reembolso* ou de *adiantamento* sejam efetuados à taxa de 95% independentemente da taxa aprovada para o projeto, até ao limite 80%, no caso do Algarve, do montante FEDER aprovado para a operação.

Nas operações da responsabilidade da Administração Pública as demoras de pagamentos afetaram também a capacidade de redução das dívidas e o esforço de consolidação orçamental.

Igualmente, os atrasos nas transferências para os Organismos Intermédios (Pagadores), prejudicavam a celeridade que se queria imprimir aos reembolsos às empresas.

Medidas tomadas:

- Sensibilizar o Ex-IFDR (ADC) para manter prazos de pagamentos/transferências máximos de 10 a 15 dias, o que ajudaria a manter ritmos mensais de apresentação de despesa por parte dos beneficiários de projetos em curso, cumprindo mais facilmente os compromissos perante terceiros e aumentando a execução.

Ao longo do ano 2013 foi possível resolver esta questão, destacando-se o empenho da ADC que passou o seu prazo médio de pagamento de 24 dias em 2012 para 10 dias em 2013 (*conforme Gráfico 2.9*). Esta redução de prazos de pagamento aos beneficiários complementando o trabalho da AG/AMAL que também reduziram os prazos de validação de despesa de 19 para 9 dias, contribuiu decisivamente para o aumento do ritmo da execução, maximizando os resultados obtidos.

Em 2014, o prazo de pagamento aos beneficiários por parte da ADC alongou-se novamente para uma média de 15 dias³³, o que mesmo assim não implicou que o prazo total de reembolso aos beneficiários ultrapassasse em média os 30 dias, devido ao esforço de redução de tempos “mortos” no circuito e à ligeira redução de prazos de validação de despesa (9,2 para 9,1 dias) obtidos por parte das estruturas de gestão do PO (AG/AMAL).

- ❖ **Carência de meios humanos especializados** e limitações financeiras de Assistência Técnica – Após algum atraso inicial na constituição do secretariado técnico do PO (Coordenadores nomeados a 31 de Julho - Despacho de transição a 23/10/2008) que retardou os trabalhos iniciais referentes à definição da estrutura de gestão e controlo e à implementação dos procedimentos do PO Algarve 21, a implementação das estruturas e dos sistemas de gestão apresentou também dificuldades acrescidas no caso do Algarve, pela exiguidade da dotação da Assistência Técnica, associada a uma maior complexidade e diversidade dos instrumentos a implementar, como já referido. Com efeito, a indexação (no início inferior à regulamentar) às reduzidas verbas gerais do Programa, criou dificuldades ao nível da cobertura das novas exigências financeiras relacionadas, por exemplo, com os sistemas de informação, com a contratação de organismos intermédios ou mesmo com a avaliação ou controlo.

Finalmente, o condicionamento de processos de contratação e sobretudo as restrições orçamentais, não facilitaram o preenchimento da Estrutura Técnica relativamente a valências em falta, e à saída de elementos, entretanto verificada.

³³ Ver nota da página 50.

No ano 2009, agravou-se esta situação, com a redução dos meios humanos da Estrutura Técnica que já tinha trabalhado com limitação das dotações em relação às valências em falta (jurídica, sistemas de informação). Em 2009, a estrutura foi reduzida em 1 técnico especialista e um Coordenador técnico (controlo). Os técnicos dos Ex-GAT que acompanhavam a parte física das candidaturas passaram de 9 para 3 também este ano.

Em 2010 não foram resolvidas as dificuldades que impediram o reforço da estrutura em áreas especializadas. Por outro lado, ¼ do ano foram ainda ocupadas com os trabalhos de encerramento de QCA III, que se revelaram, ao contrário do que se esperava, bastante mais exigentes em meios humanos e em tempo.

A partir de 2011, após a entrega dos elementos finais do QCA III foi possível retomar o trabalho da Estrutura Técnica em exclusividade para o PO Algarve 21.

Medidas tomadas:

A Reprogramação Técnica aprovada em dezembro de 2011 reforçou a dotação FEDER do Eixo 4 – Assistência Técnica, permitindo uma maior folga para o cumprimento das obrigações regulamentares do PO e em 2012 foi implementado um aumento de taxa (de 70% para 85%) ao nível das operações, que permitiu reduzir o esforço do Orçamento de Estado nestas matérias.

Em 2012, a estrutura foi reforçada em setembro com 2 Secretários Técnicos, um dos quais em substituição de uma exoneração.

Em Janeiro de 2013 foi possível reforçar a equipa de controlo interno com mais 1 técnico e a nomeação de 1 Coordenadora Técnica que permitiu o cumprimento das exigências mínimas previstas na Descrição de Sistema de Gestão e Controlo.

No final de 2013, foi assinado um Protocolo de reforço de meios humanos tendo em conta o esforço acrescido a realizar pelas estruturas técnicas, quer na preparação e negociação do PO (2014-2020) quer no trabalho de encerramento do PO Algarve 21.

Medidas a tomar:

- Concluir processos de contratação das novas valências ou compensar através da admissão de estagiários ou *out sourcing* em particular na área jurídica tendo em vista o processo de encerramento (*em parte resolvido com recurso ao apoio da ADC*).
- Formação para Secretariado Técnico em áreas especializadas (*em parte está a ser resolvido através de sessões especializadas, providenciadas pela ADC*).

- ❖ **Simplificar o processo de encerramento** – Em geral o processo de encerramento de um período de programação, sobrepõe-se temporalmente com a implementação do período de programação

seguinte, o que num contexto de recursos escassos leva a que se tente no caso atual do QREN antecipar e simplificar os processos de encerramento dos atuais PO. No caso do Algarve esta questão coloca-se com maior aquidade, devido à limitação de recursos, que é proporcional às dotações do PO, embora não existam necessariamente economias de trabalho, proporcionais aos recursos financeiros, nos procedimentos do encerramento.

Medidas a tomar:

- Manter os beneficiários com um nível de **mobilização, sensibilização e informação** através do esclarecimento permanente sobre as questões inerentes ao encerramento (funcionamento do sistema de “overbooking”, metas de execução, resolução de situações de incumprimento, encerramento de operações).
- **Acelerar o encerramento de operações** através de trabalho com Organismos Intermédios e beneficiários cumprindo os prazos estabelecidos.
- Manter uma **atualização constante do “follow-up”** das auditorias com implementação de correções financeiras e resolução de recomendações através de um processo de acompanhamento permanente em articulação com as entidades responsáveis pelas Auditorias.
- Agilização, flexibilização e simplificação dos processos relacionados com **as medidas de gestão necessárias ao encerramento** como sejam ajustes à programação, aos Regulamentos Específicos ou à gestão do “overbooking”, mantendo aberta à Gestão a possibilidade de efetuar aprovações ao longo do ano 2015 em caso de necessidade.

Finalmente e de acordo com os resultados do Relatório Anual de Controlo 2014 da responsabilidade da Autoridade de Auditoria, o PO do Algarve apresenta uma **categoria 1: Funciona bem** em 8 dos elementos-chave avaliados e **categoria 2: Funciona, mas são necessárias algumas melhorias**, em 3 dos elementos-chave avaliados. O sistema comum do qual o PO faz parte apresentava uma taxa de erro mais provável de 1,34% com base em despesa certificada até 31/12/2013. O *Anexo XV* apresenta o ponto de situação simplificado dos *follow-up* das recomendações decorrentes das Ações de Controlo efetuadas ao Programa.

2.4. Mudanças no contexto da execução do Programa Operacional:

Contexto sócio-económico³⁴

Em 2014 a **economia mundial** terá crescido 3,4%, de acordo com o FMI, que reviu em baixa as previsões anteriores. Esta evolução caracterizou-se por uma maior heterogeneidade entre as diversas regiões e ocorreu num contexto marcado por tensões geopolíticas e pela descida significativa do preço do petróleo no segundo semestre do ano. Efetivamente, verificou-se uma aceleração entre as economias avançadas, influenciada sobretudo pelo crescimento observado no Reino Unido e nos EUA, e uma descida do ritmo de crescimento nas economias dos países emergentes e em desenvolvimento. O comércio mundial de bens e serviços cresceu 3,1%, em termos homólogos.

Taxa de variação real do PIB (%)

Fonte: Eurostat, FMI e Thomson Reuters

	2011	2012	2013	2014
Economia mundial	4,2	3,4	3,4	3,4
Economias avançadas	1,7	1,2	1,4	1,8
Zona Euro	1,7	-0,8	-0,4	0,9
Economias dos mercados emergentes e em desenvolvimento	6,2	5,2	5,0	4,6

Do mesmo modo, em finais de 2014 a Comissão Europeia apontou para um crescimento abaixo do previsto, estimando que o PIB tenha aumentado apenas 0,9% na **zona euro**. Apesar de modesta, esta variação representa uma recuperação da economia, uma vez que em 2013 se havia registado uma quebra de 0,4%. O crescimento do consumo privado e da FBCF contribuíram em 0,5 pp e 0,2 pp, respetivamente, para o aumento do PIB da zona do euro. No conjunto dos 28 países da UE a economia cresceu 1,3%.

³⁴ Alguns dos dados apresentados ou que servem de suporte à análise constituem estimativas ou têm carácter provisório

Fontes:

- Boletim Económico, Maio 2015, Banco de Portugal
- Boletim Estatístico Abril 2015, Banco de Portugal
- Contas Nacionais e Regionais, INE
- Destaque do INE. Contas Nacionais trimestrais e anuais preliminares. Fev.2015. INE
- Estatísticas do comércio internacional de bens, INE
- Estatísticas mensais do mercado de emprego e estatísticas mensais dos centros de emprego, IEFP
- Estatísticas sobre prestações de desemprego e RSI, dados mensais, Instituto da Segurança Social, IP
- Impactur, Indicadores de monitorização e previsão da actividade turística, Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo, Universidade do Algarve
- Inquérito à avaliação bancária da habitação, INE
- Inquérito à permanência de hóspedes e outros dados da hotelaria, INE
- Inquérito ao Emprego, INE
- Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios, INE
- Relatório mensal de execução física e financeira, Dezembro de 2013 e Dezembro de 2014, IEFP
- Destaques do INE, vários temas
- Bases de dados on-line do INE e Eurosta

O mercado laboral da zona euro registou alguma melhoria: o emprego aumentou 0,6% e a taxa de desemprego fixou-se em 11,5% (-0,4 pp do que em 2013). Na UE28, a referida taxa foi de 10,3%. A inflação, por seu turno, desceu para níveis historicamente baixos, rondando 0,4% na zona euro e 0,6% na União. Os défices dos Estados-membros continuaram com tendência descendente, fixando-se em 2,6% e 3% do PIB, na zona euro e UE28, respetivamente.

Em **Portugal**, segundo estimativa do INE, a taxa de variação real do **PIB** atingiu 0,9%, invertendo-se a tendência de queda dos três anos anteriores. Este valor, ligeiramente abaixo das previsões do Governo (1%), deveu-se ao comportamento menos favorável da economia no último trimestre de 2014, influenciada pelo menor contributo da procura interna, especialmente a desaceleração do consumo privado.

No entanto, no conjunto do ano verificou-se uma recuperação do consumo privado e do Investimento, face a 2013, o que permitiu que o contributo da procura interna para a variação do PIB avançasse 2pp. Em sentido oposto, o contributo da procura externa líquida foi de -1,1pp.

Em 2014 a **procura interna** aumentou 2%, em termos homólogos. O **consumo privado** registou uma subida de 2,1%, com as despesas de consumo final a apresentarem uma variação de 1,5%. No caso das **Famílias** residentes as despesas de consumo final em Bens duradouros alcançaram um crescimento assinalável de 14,8%, enquanto as despesas em bens não duradouros e serviços aumentaram 1,1%. De acordo com o Banco de Portugal (BdP), o aumento do consumo privado ocorreu “num contexto de desenvolvimentos favoráveis no mercado de trabalho, nomeadamente no que se refere ao crescimento do emprego no setor privado. O crescimento do consumo privado está também associado à descida das taxas de juro praticadas pelos bancos nacionais, em ligação com a política monetária acomodatória do BCE”. As despesas das **Administrações públicas** registaram nova descida (-0,7%), embora esta tenha sido menos marcada do que em anos anteriores. Para esta evolução contribuiu sobretudo da redução das despesas com o pessoal nas administrações públicas.

O **Investimento** evoluiu favoravelmente, subindo 5,2% face ao ano anterior, o que representa uma alteração do cenário dos três últimos anos. Após quebra consecutiva nos últimos cinco anos, a taxa de variação em volume da FBCF atingiu 2,3%, para o que contribuiu sobretudo o aumento na componente “Outras máquinas e equipamentos e sistemas de armamento”. Embora com menor peso na estrutura da FBCF, assinala-se a variação de 22,5% no “equipamento de transporte”. A FBCF na Construção voltou a apresentar uma quebra (-4,3%), apesar desta ter sido agora muito mais suave.

As **Exportações** desaceleraram em relação a 2013, tendo apresentado um crescimento de apenas 3,4%. A exportação de bens teve um melhor desempenho (+3,6%) do que a componente dos serviços (+2,7%). Realce-se que, de acordo com o INE, “a desaceleração das exportações de serviços em 2014 resultou do

comportamento negativo dos outros serviços, dado que a componente relativa ao turismo registou um crescimento significativo”. Segundo o BdP “o peso das exportações no produto aumentou 10 pontos percentuais desde 2010, refletindo expressivos aumentos de quotas de mercado. A criação de novas empresas orientadas para o mercado externo e adaptadas ao atual padrão de vantagens comparativas, bem como a concomitante reorientação de recursos para os setores mais expostos à concorrência internacional, constituem traços importantes do processo de ajustamento da economia portuguesa.

De facto, no caso das **Importações** observou-se uma dinâmica contrária, com a taxa de variação anual (6,2%) a superar o valor do ano anterior. As Importações de bens aumentaram 6,1% e as exportações de serviços, 6,9%.

O **Valor Acrescentado Bruto**, a preços base, evoluiu 0,7%. Para tal contribuiu principalmente o aumento do VAB do “comércio e reparação de veículos, alojamento e restauração” que subiu 2,6% e das “outras atividades de serviços” onde se registou um crescimento de 1,4%. O VAB da “agricultura, silvicultura e pescas”, da “indústria” e da “energia, água e saneamento” também evoluíram positivamente. Em sentido oposto, constatou-se uma quebra no caso das “atividades financeiras, de seguros e imobiliárias”, nos “transportes e armazenagem e comunicação e informação” e na “construção”.

Em 2014, ao contrário do que sucedeu em período homólogo, assistiu-se a um aumento de 1,4% do emprego total. A taxa de desemprego, por sua vez, desceu para 13,9% (-2,3pp do que em 2013). Tendo presente a análise do BdP, “a evolução registada no mercado de trabalho em 2014 espelha a evolução na atividade e também os fortes desequilíbrios acumulados nos últimos anos. Neste contexto, observou-se um crescimento do emprego e uma redução da taxa de desemprego. No entanto, apesar destas evoluções favoráveis, os níveis de utilização do fator trabalho na economia portuguesa mantêm-se muito abaixo dos prevalecentes antes do início da crise internacional. Adicionalmente, a análise dos fluxos totais de indivíduos entre os vários estados do mercado de trabalho revela uma menor dinâmica, observando-se uma menor destruição de empregos mas também **uma limitada criação de novos postos de trabalho**. A persistência de elevados níveis de desemprego envolve custos económicos e sociais muito assinaláveis. Deste modo, a capacidade de absorver um elevado número de desempregados permanece como um dos principais desafios da economia portuguesa”.

Taxa de variação do PIB (em volume)

(2012 a 2014 dados preliminares e estimativas)

Fonte: Contas Regionais (Base 2011), INE, Eurostat



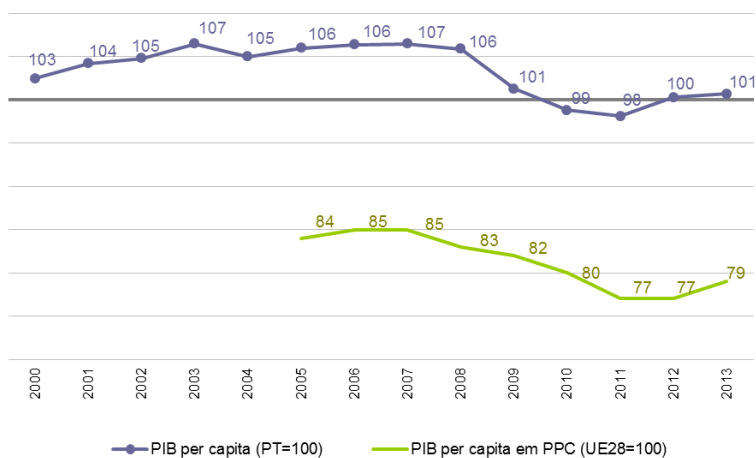
No caso do **Algarve**, apesar de não ter sido ainda disponibilizada informação sobre as Contas Regionais³⁵ para 2014, é expectável uma ligeira contração da economia, embora menos marcada do que em anos anteriores. De facto, os dados preliminares da nova série das Contas apontam para uma tendência de desagravamento em 2012 e 2013. De acordo com a nova série das Contas, em 2012 o **PIB** regional apresentou uma variação negativa de 2,6% (-3,3% no período homólogo) passando a ser a região com o desempenho menos negativo. Em 2013 o Produto teve uma quebra de 1,4%, valor igual à média nacional.

O **PIB per capita** no Algarve rondou os 16,5 mil euros, o que traduz uma ligeira subida em relação a 2012, à semelhança do que ocorreu nas restantes regiões. O índice de disparidade face à média nacional evoluiu de 100,2 para 100,7. A produção de riqueza por habitante na região, em paridades do poder de compra, passou a representar 79% da média dos 28 países da União Europeia.

Algarve. Índice de disparidade do PIB per capita face à média de Portugal e da UE28³⁶

(2012 e 2013: dados preliminares)

Fonte: Contas Regionais (Base 2011), INE, Eurostat



³⁵ As Contas Nacionais e Regionais foram sujeitas a revisão metodológica. A nova série (Base 2011) apresenta revisão retrospectiva dos até 2000.

³⁶ De acordo com o Eurostat há quebra de série em 2005, não sendo possível divulgar os anos anteriores.

Apesar de indicadores macroeconómicos como o PIB e a taxa de desemprego sugerirem uma melhoria da situação económica geral, não se pode ainda reconhecer uma tendência consolidada de recuperação.

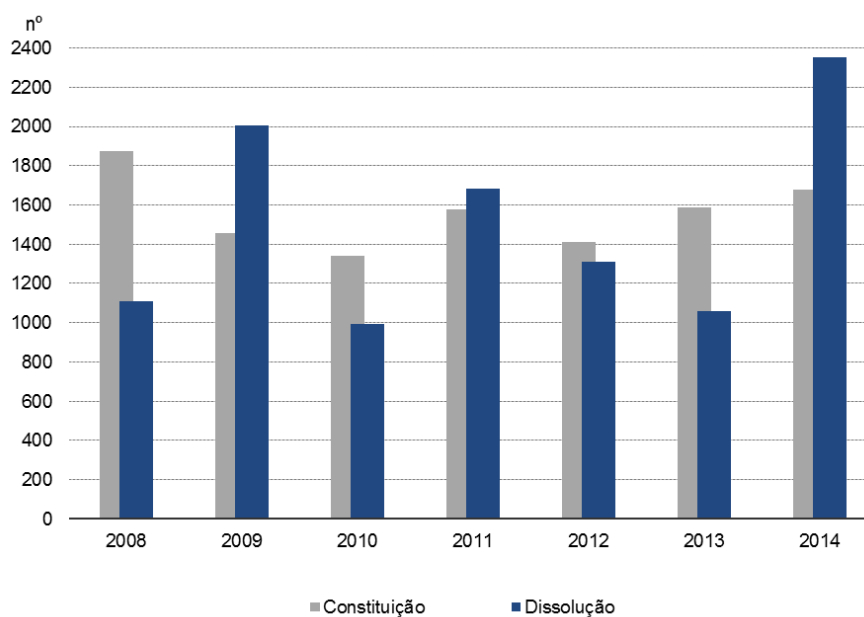
Subsistem sinais contraditórios a um nível mais micro, sendo disso exemplo a evolução da **dinâmica empresarial**. Ao contrário do que sucedeu nos dois anos anteriores, em 2014 a dissolução de pessoas coletivas e equiparadas suplantou largamente o número de constituições, tanto no Algarve como no país. Na região, por cada 10 pessoas coletivas criadas registaram-se 14 dissoluções. Este saldo negativo foi, inclusive, superior ao registado em 2010, embora a informação existente não permita conhecer a proporção de dissoluções decorrente de processos de falência.

Em 2014 foram constituídas, no Algarve, 1.670 novas pessoas coletivas, mais 93 (6%) do que no período homólogo. Cerca de 50% destas novas empresas enquadram-se nas atividades de restauração, do comércio e da construção e imobiliária.

Estas áreas correspondem igualmente às divisões da CAE com maior volume de dissoluções e representam, no conjunto, quase 62% das 2.351 dissoluções registadas, valor este que corresponde a um acréscimo de 122% em relação a 2013. Como nota de interesse, refira-se que foi na “agricultura, produção animal, caça e atividades do serviços relacionados” que se observou o sétimo maior volume de constituições.

Algarve. Constituição e dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas

Fonte: INE



Algarve. Divisões da CAE com maior volume de constituições e dissoluções de pessoas coletivas

Fonte: INE

Divisões da CAE (Rev. 3)	2013		2014		var.2014/13
	nº	%	nº	%	
Constituições					
Restauração e similares	266	16,8	265	15,8	-0,4
Comércio a retalho, exc veículos autom. e motoc.	202	12,7	228	13,6	12,9
Atividades imobiliárias	155	9,8	162	9,6	4,5
Promoção imobil. (desenv.projetos edific.) - construção edific.	100	6,3	86	5,1	-14,0
Comércio p grosso (inc.agentes), exc veículos autom. e motoc.	87	5,5	104	6,2	19,5
<i>sub-total</i>	810	51,1	845	50,3	4,3
Total	1.586	100	1.679	100	5,9
Dissoluções					
Promoção imobil. (desenv.projetos edific.)-construção edific.	153	14,4	427	18,2	179,1
Comércio a retalho, exc veículos autom. e motoc.	161	15,2	329	14,0	104,3
Restauração e similares	135	12,7	302	12,8	123,7
Atividades imobiliárias	91	8,6	214	9,1	135,2
Comércio p grosso (inc.agentes), exc veículos autom. e motoc.	72	6,8	182	7,7	152,8
<i>sub-total</i>	612	57,7	1.454	61,8	137,6
Total	1.060	100	2.351	100	121,8

Embora a informação existente não permita conhecer a proporção de dissoluções que decorreu de processos de falência, é notório que a falta de liquidez continua a ser um obstáculo para muitas empresas que continuam a enfrentar dificuldades para obter financiamento e sobretudo, para honrar os seus compromissos bancários.

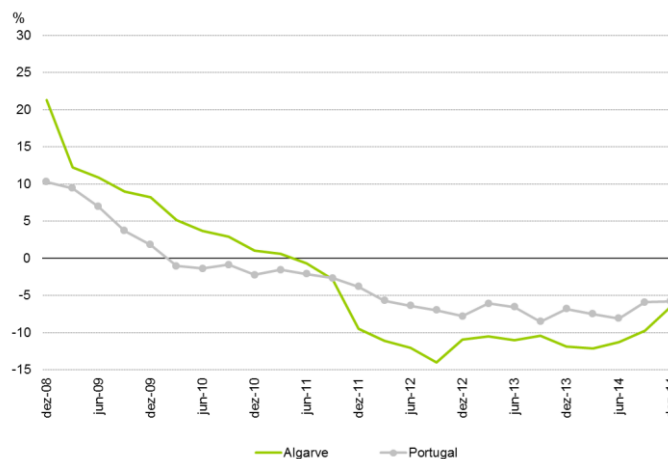
De facto, o saldo dos **empréstimos concedidos às sociedades** não financeiras continua a baixar. Embora com uma variação mais suave do que em trimestres anteriores, em final de 2014 equivalia a menos 6,5% do que em idêntico período do ano anterior. A nível nacional registou-se uma quebra de 5,8%. Esta situação condicionou certamente a capacidade das empresas para investirem e para executarem ou avançarem com novos projetos.

O **crédito mal parado** da responsabilidade das empresas continua elevado, em particular no Algarve, onde ascendeu a 25,7%. Embora se tenha observado alguma estabilidade ao longo dos últimos 12 meses, a proporção de crédito vencido foi bastante mais elevada do que a média nacional (15%) e mais do que duplicou desde 2011.

Taxa de variação homóloga dos empréstimos concedidos a sociedades não financeiras.

(com base no saldo em final de trimestre)

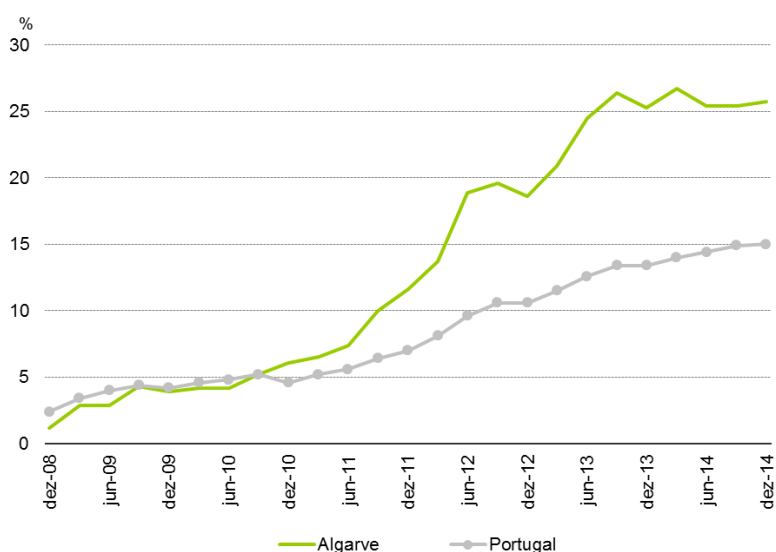
Fonte: Banco de Portugal



Crédito vencido das sociedades não financeiras com sede no Algarve e com sede no país

(Crédito vencido em % do crédito concedido)

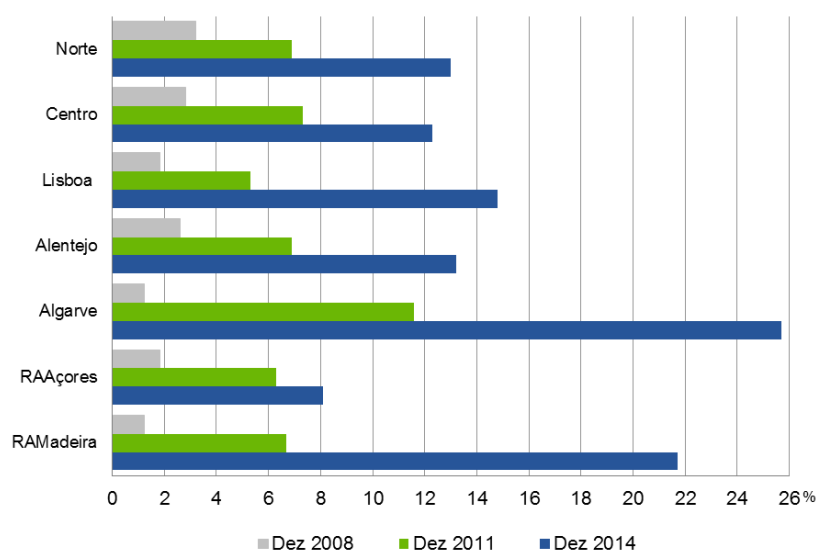
Fonte: Banco de Portugal



Crédito vencido das sociedades não financeiras com sede nas regiões

(Crédito vencido em % do crédito concedido)

Fonte: Banco de Portugal

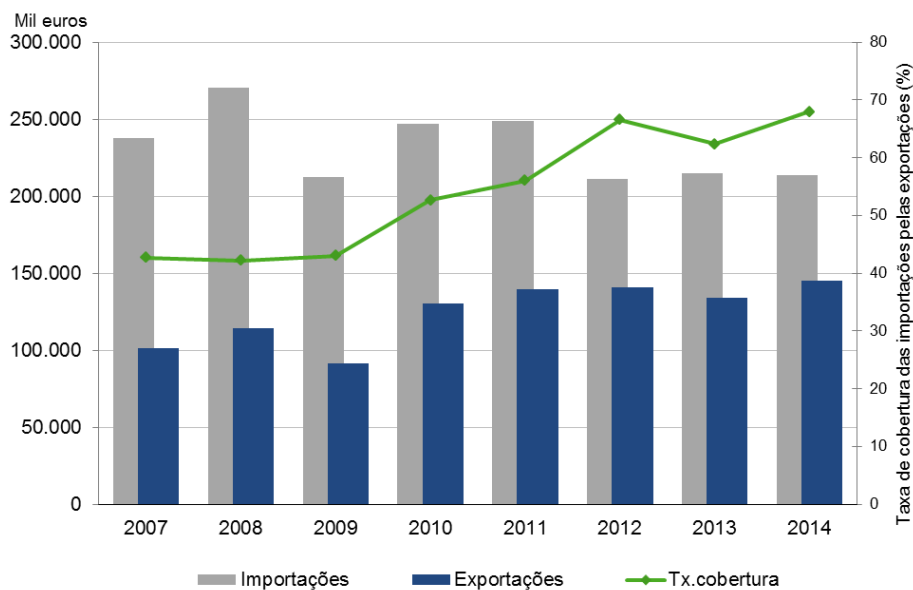


Apesar do contexto menos favorável, as empresas algarvias aumentaram o volume das **exportações de bens**. De acordo com dados provisórios, entre 2013 e 2014 o valor das mercadorias vendidas para o exterior subiu 8,3%, crescimento este superior ao registado no país (1,9%). As **importações**, por seu turno, contraíram-se 0,6%, o que contribuiu para aumentar a taxa de cobertura das importações pelas exportações que passou a representar 68%, quase mais 6 pontos percentuais do que em 2013. A proporção de exportações de bens de alta tecnologia, que havia subido nos 3 anos anteriores, baixou ligeiramente em 2014, passando a representar 3,6%.

Quase 50% das exportações regionais³⁷ referem-se a “peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos” (21%), “frutas, cascas de citrinos e de melões” (11%), “máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som...” (6%), “reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e suas partes” (6%) e “plantas vivas e produtos de floricultura” (6%).

Algarve. Comércio internacional

Fonte: INE

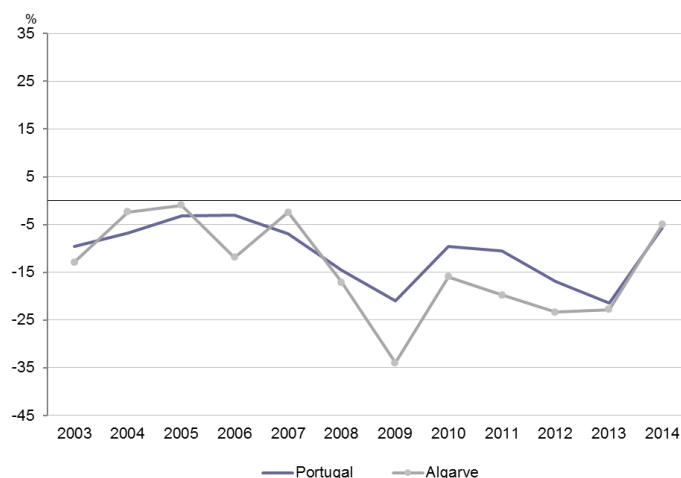


No setor da **construção** manteve-se a quebra do número de obras licenciadas. A oscilação foi semelhante quer no Algarve, quer no país, rondando 5 a 6%. Contudo, importa salientar que esta dinâmica foi agora muito menos marcada do que em anos anteriores, em especial na região que, em 2012 e 2013, apresentou decréscimos anuais de 23%. Em sentido oposto, observou-se um decréscimo homólogo mais intenso das obras concluídas. No Algarve, o número de edifícios terminados em 2014 diminuiu 37,4%, valor muito próximo da média nacional. Em 2013 a contração havia sido de 20%. No caso da conclusão de construções novas a quebra atingiu uns significativos 44%.

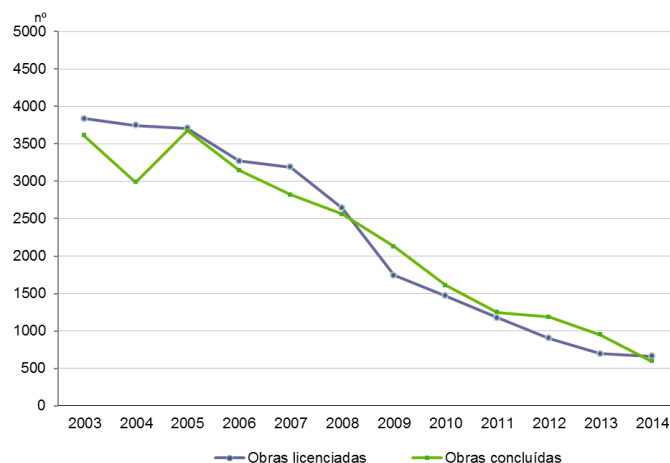
³⁷ Dados de 2013

Taxa de variação homóloga das obras³⁸ licenciadas

Fonte: INE

**Algarve. Obras licenciadas e concluídas³⁹**

Fonte: INE



Refira-se que, no país, a construção continua a ser a atividade com maiores dificuldades para cumprir os seus compromissos bancários e aquela que em que se tem registado um maior crescimento do crédito mal parado. No final de 2014 o crédito vencido correspondia a 29% do crédito concedido. Assinale-se ainda que o VAB nacional do sector registou uma variação de -4% em 2014 e que a FBCF em construção diminuiu 4,3%. Na região, os desempregados oriundos da construção mantêm-se como o segundo grupo (14%) com maior número de inscritos nos centros de emprego, embora se tenha registado uma diminuição dessa proporção face a 2013 (17%). Efetivamente, comparando Dezembro de 2014 com o período homólogo, observa-se uma redução assinalável (-29%) de desempregados da construção, bastante superior à diminuição do total de inscritos (-16%). Sabendo-se empiricamente que parte dos trabalhadores da construção são indivíduos imigrantes, em particular no Algarve, é plausível supor que parte destas pessoas tenha saído da região para procurar emprego noutros territórios.

³⁸ O total inclui obras de edificação e demolição

³⁹ Ver nota de rodapé 4 e 5

Na área da **imobiliária** assinala-se nova descida do valor médio de avaliação atribuído pelos bancos aos imóveis habitacionais localizados no Algarve. O valor médio por m² fixou-se em 1.223€, menos 1,9% do que em 2013, sendo esta descida menos intensa do que em anos anteriores. No país o valor atingiu 1.008€, refletindo um aumento de 0,2% que inverteu a curva descendente que se registava desde 2011.

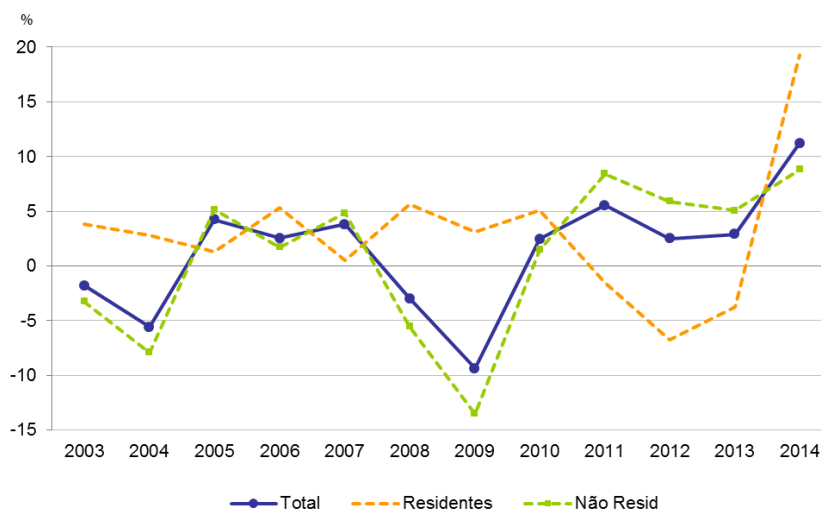
O índice de preços de manutenção e reparação regular da habitação teve uma oscilação ligeira, com sentido positivo no Algarve (0,8%) e negativo no Continente (-0,6%). Refira-se que o índice de preços, cujo ano base é 2000, é mais elevado no Algarve (167) do que no restante território (149).

A **atividade turística** regional apresentou, uma vez mais, um desempenho positivo, demonstrando maior resiliência do que outras atividades. Não existindo informação regionalizada sobre as receitas turísticas, a análise dos proveitos dos estabelecimentos hoteleiros indica um crescimento significativo face a período homólogo (13,9%), acima da média nacional (12,7%) e muito mais marcado do que nos últimos anos.

No aeroporto de Faro o movimento de passageiros⁴⁰ cresceu 3% em relação ao ano transato. No entanto, as dormidas na hotelaria, segundo dados ainda provisórios, aumentaram 11,2%, valor este muito similar à média nacional. Também neste caso a variação foi bastante superior à registada em 2013 (2,9%) e anos anteriores. As dormidas dos residentes em território nacional apresentaram um incremento de 19%, enquanto as de residentes no estrangeiro subiram quase 9%.

Algarve. Taxa de variação homóloga das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros

Fonte: INE



Quase 46% das 16,4 milhões de dormidas ocorreram nos meses de Julho a Setembro. É o segundo ano consecutivo com uma ligeira quebra na taxa de sazonalidade depois de, em 2012, se ter registado um pico que atingiu 47,1%. Esta evolução deveu-se sobretudo ao acentuado crescimento das dormidas em Abril e, em menor proporção, em Outubro. Contudo, o índice de amplitude sazonal, que compara os três meses com

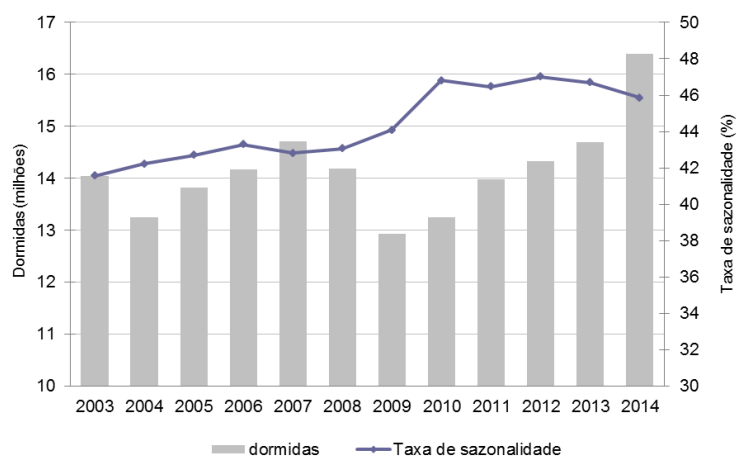
⁴⁰ Não inclui passageiros em trânsito

maior e com menor número de dormidas, manteve a tendência ascendente. Em 2014, por cada dormida nos meses de Novembro a Janeiro registaram-se 5,95 dormidas no período de Julho a Setembro.

Embora não tenham ainda sido disponibilizados dados anuais sobre a estada média dos hóspedes e taxa líquida de ocupação cama, é expectável uma subida dos valores destes indicadores, especialmente no que se refere aos níveis de ocupação.

Algarve. Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros e taxa de sazonalidade

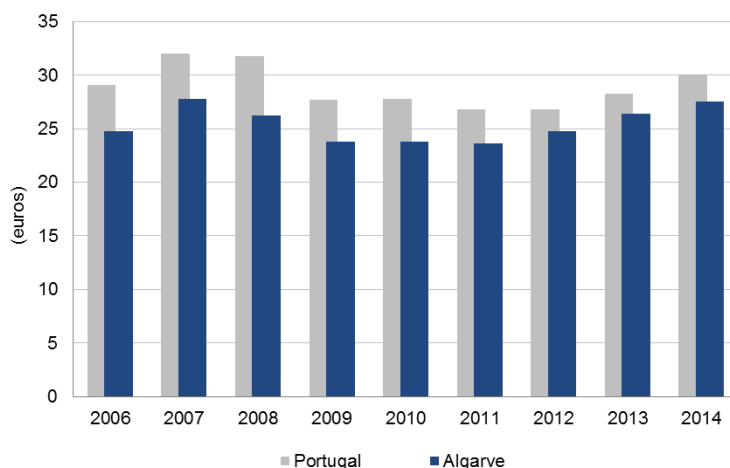
Fonte: INE e CCDRALgarve



A receita média por quarto disponível (REVPAR) evoluiu de 26,4€ em 2013 para 27,5€ em 2014, o que corresponde a um aumento de 4,2%, menor do que o observado no país (5,6%), onde a receita média é de 30€.

RevPar - Receita média por quarto disponível

Fonte: Projecto Impactur, CIITT – Universidade do Algarve



Em 2014 os indicadores relacionados com o **mercado de trabalho** apresentaram um desempenho mais favorável do que em 2013. Nalgumas situações a evolução pode ter sido influenciada, por exemplo, por

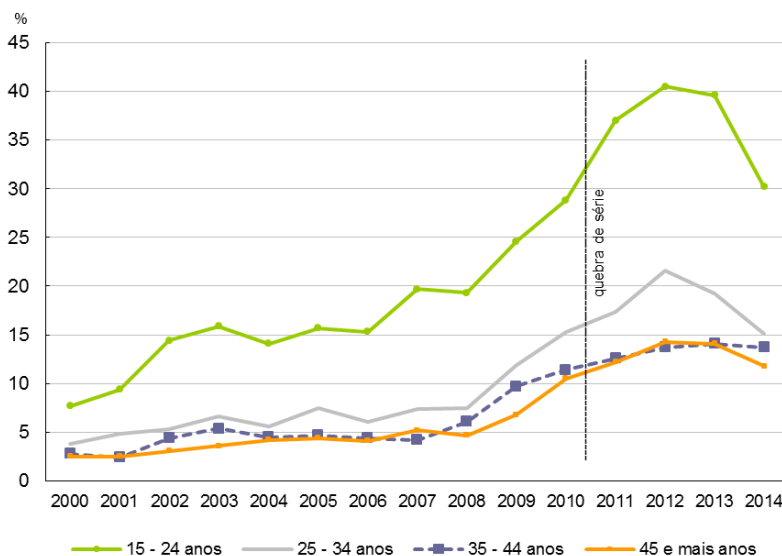
fatores associados à variação populacional, em particular a movimentos migratórios para fora da região, bem como ao reforço das medidas orientadas para desempregados, nomeadamente os programas ocupacionais.

De acordo com os novos dados publicados pelo INE⁴¹ a população residente no Algarve teve uma ligeira quebra de 0,5%, em termos homólogos, o que equivale a -2,1 mil indivíduos. A população ativa aumentou 1,1% durante o mesmo período (+2,5 mil indivíduos), ao mesmo tempo que os inativos diminuíram 2,1% (-4,6 mil pessoas), contrariando a tendência anterior. Neste último grupo, embora o número de reformados tenha subido (+2,5 mil pessoas), constatou-se uma variação negativa nos estudantes com 15 ou mais anos (-3 mil), nos domésticos (-0,4 mil) e nos outros inativos (-3,6 mil).

A evolução do mercado de trabalho foi, no ano em análise, bastante positiva. As estimativas do INE referem o aumento da população empregada em cerca de 7,5 mil pessoas (+4%) em comparação a 2013, enquanto a população desempregada diminuiu 13,2% (-5 mil indivíduos). Em consequência, a taxa de emprego (15 e mais anos) evoluiu de 49,9% para 52%. No grupo etário dos 20 aos 64 anos, a referida taxa fixou-se em 69,9%, isto é, 3,2pp acima do valor do ano anterior. Em ambas as situações o Algarve apresentou uma performance mais favorável do que o país.

Algarve. Taxa de desemprego por grupo etário

Fonte: INE



Em 2014 cerca de 60% da população empregada desenvolvia a sua atividade em 5 “setores” principais: “comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos...”, “alojamento, restauração e similares”, “administração pública, Defesa e Segurança Social obrigatória”, “atividades de saúde humana e apoio social” e “educação”. De notar que a “agricultura, produção animal, caça e floresta” emprega agora tantos

⁴¹ O INE procedeu à revisão dos dados anteriormente publicados, associados ao Inquérito ao Emprego. Os valores foram calibrados tendo por referência as estimativas da população calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011.

indivíduos como a “construção”, que já foi a terceira principal atividade da região em termos de geração de emprego.

Embora o nível de escolaridade da população ativa continue a aumentar, em 2014 ainda se registavam 50% de ativos apenas com o 3º ciclo do ensino básico ou inferior. O número de ativos com ensino superior subiu ligeiramente, passando a representar 19,3%. Importa realçar contudo que, entre a população empregada, os “profissionais não qualificados” continuam a ser o 2º grupo mais numeroso, depois dos “trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores”. Entre 2013 e 2014, os profissionais não qualificados apresentaram o aumento mais significativo (25,8%), seguindo-se os “trabalhadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem” (20,3%). Pelo contrário, os “técnicos e profissões de nível intermédio” tiveram a maior quebra homóloga (-29%).

A este propósito, assinala-se ainda que o Algarve é a região com maior proporção de “trabalhadores não qualificados” e foi praticamente a única NUTS II do país onde ocorreu o reforço (+3,1pp) deste grupo profissional (no Alentejo a subida não ultrapassou 0,1pp e nas restantes regiões verificou-se decréscimo). O rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem diminuiu 3,4% face a 2013, com os “profissionais não qualificados” a receberem o valor mais baixo, cerca de 560€.

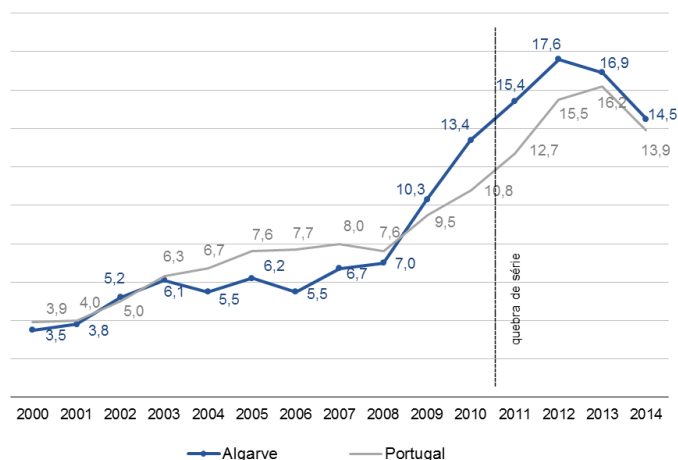
Este cenário sugere um caminho oposto ao que se preconiza para o país e para a região, na medida em que a qualificação dos recursos humanos, essencial para uma maior inovação, são reconhecidos como pilares para uma maior competitividade e para o crescimento económico.

No tocante ao **desemprego** constatou-se uma descida da população desempregada pelo 2º ano consecutivo, reforçada em 2014, ano em que a redução foi de 13,2%, como acima se referiu. Esta evolução originou uma quebra na taxa de desemprego de 16,9% para 14,5% e uma maior aproximação à média nacional (13,9%). Observou-se uma redução mais significativa do desemprego masculino o que conduziu à aproximação do valor da taxa masculina (14,9%) e feminina (14%). A taxa desceu também em todos os grupos etários. O grupo dos 15 aos 24 anos continua a apresentar o valor mais elevado (30,2%) mas foi também aquele onde a descida foi mais acentuada (- 9,4pp).

Destaque-se também como aspeto positivo a quebra da taxa de desemprego de longa duração, que evoluiu de 9,2%, em 2013, para 8,5%, no ano mais recente. Em Portugal a referida taxa fixou-se em 9,1%.

Taxa de desemprego (%)

Fonte: INE

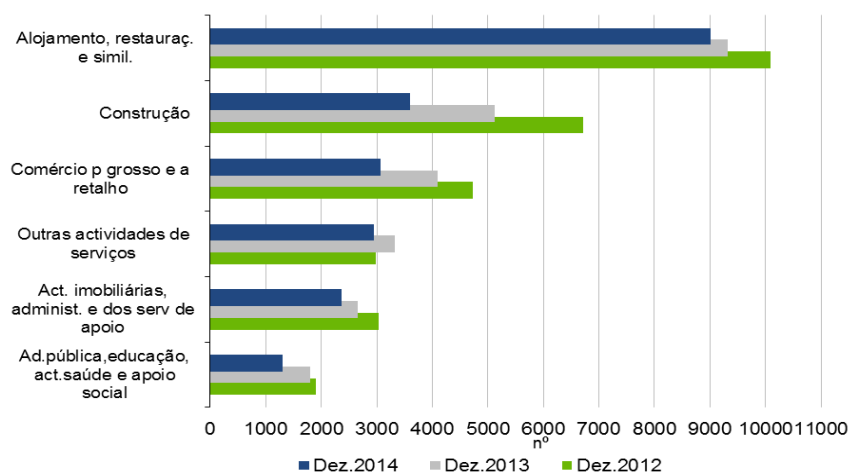


O número de desempregados inscritos nos centros de emprego da região diminuiu uns expressivos 16%. Em Dezembro de 2014 registavam-se 25,5 mil inscritos, menos 5 mil do que em período homólogo. O alojamento, restauração e similares, o comércio por grosso e a retalho e a construção continuaram a ser as atividades que originam o maior número de desempregados, representando, no conjunto, 61% do total.

A redução do desemprego deve-se, em parte, ao aumento do número de inscritos nos centros de emprego da região que foram abrangidos por medidas de apoio à reinserção, formação e reconversão profissional. Pela análise dos dados disponibilizados pelo IEFP constata-se um significativo aumento (95%) dos desempregados abrangidos por estágios emprego. De facto, em Dezembro de 2013 contabilizavam-se cerca de 1,8 mil pessoas em estágio, tendo esse número subido para quase 3,5 mil em final de 2014. Por outro lado, os desempregados inseridos em programas ocupacionais passaram de 3,6 mil para 4,8 mil e os indivíduos em formação profissional de 19,9 mil para 22,8 mil embora, neste último caso, não seja possível distinguir os empregados dos desempregados.

Algarve. Desempregados inscritos nos centros de emprego por atividade económica

Fonte: INE

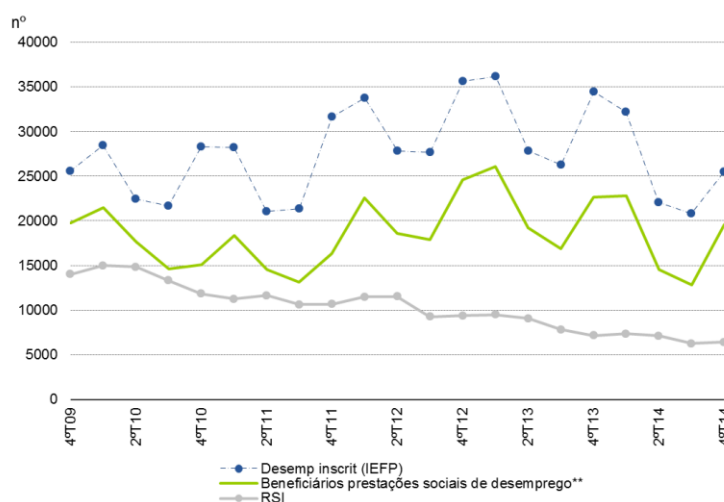


Do universo de desempregados inscritos, cerca de 19.591 cumpriam as condições e encontravam-se a receber uma **prestação social de desemprego**. Este número reflete uma redução de 14%, face ao final de 2013. No entanto, verifica-se também o aumento da taxa de cobertura deste apoio, que passou a abranger 77% dos desempregados inscritos, enquanto em Dezembro de 2013 a proporção era de 66%.

Ainda no campo dos apoios sociais, contabilizavam-se 6,4 mil beneficiários do **Rendimento Social de Inserção**, menos 10%, em termos homólogos. Em Dezembro de 2014 cada uma destas pessoas recebeu, em média, 94 euros.

Algarve. Beneficiários de prestações sociais

Fonte: Segurança Social



Apesar do desagravamento das condições económicas do país, tal não se reflete ainda de forma evidente nas condições de vida de muitas famílias que aparentam dificuldade em recuperar da situação mais difícil de anos anteriores.

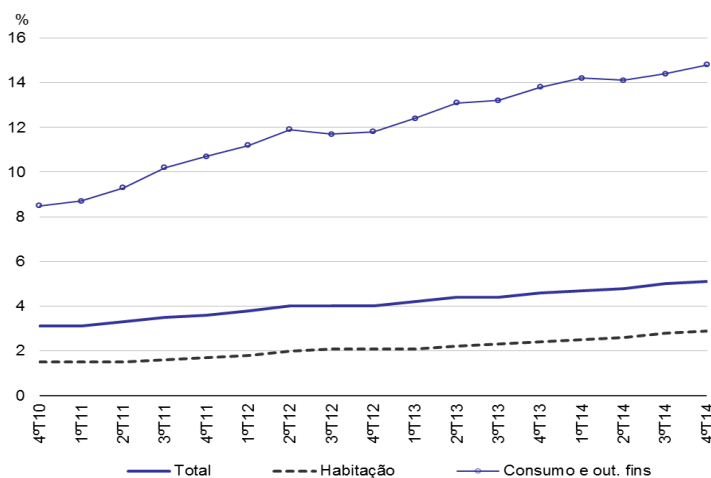
O indicador relativo ao **crédito malparado com origem nas Famílias**⁴² continua a manter uma tendência ascendente. No final de 2014 o crédito vencido das Famílias residentes no Algarve passou a representar 5,1% do crédito concedido, mais 0,5pp do que em período homólogo. Esta percentagem de crédito vencido é ligeiramente superior à média nacional, caso em que se verificou também um aumento similar. O crédito malparado na área dos empréstimos à habitação subiu para 2,5%, enquanto no caso do consumo e outros fins representava quase 15%.

⁴² Atente-se que o termo "Famílias" se refere, neste contexto, ao setor institucional das Famílias, que inclui Empresários em nome individual e Outras pessoas singulares

Algarve. Rácio de crédito vencido das famílias

(crédito vencido em % do crédito concedido)

Fonte: Banco de Portugal



No quadro das medidas que têm sido implementadas para reforçar o **conhecimento e as competências** dos portugueses, assinala-se o decréscimo da população residente no Algarve com idade entre os 30 e os 34 anos com ensino superior completo, cuja proporção passou de 27,1% para 23,7%. A evolução negativa ocorreu apenas em duas regiões, tendo o Algarve apresentado uma descida mais intensa, que implicou um maior distanciamento da média nacional (31%) e colocou a região na posição menos favorável. Esta situação pode provavelmente indiciar uma saída significativa de jovens licenciados da região em busca de oportunidades noutras regiões ou países. Embora não tenham ainda sido publicados os dados sobre a população residente por grupo etário em 2014, lembre-se que nos últimos anos a quebra populacional foi mais intensa precisamente no grupo dos 25 aos 34 anos.

De igual modo, em 2014 assistiu-se a uma ligeira descida na proporção de residentes entre os 25 e os 64 anos que participam em atividades de educação e formação (8,7%) e um aumento da taxa de abandono precoce de educação e formação (21,6%).

O contexto socioeconómico condicionou os resultados do Programa Operacional e cujo efeito mais visível está refletido no *gap* entre os valores registados nas taxas de compromisso dos PO e os valores alcançados nas taxas de execução, apesar da recuperação que se tem feito sentir nos indicadores do PO.

Por seu lado, resultante da atuação do PO é possível identificar alguns impactes diretos no contexto sócio-económico regional.

Desde logo a dinâmica que se tem imprimido às **obras públicas** procurou contrariar os efeitos recessivos da economia. Num contexto de fortes restrições orçamentais nos maiores beneficiários públicos do PO Algarve 21 (QREN), Autarquias e Administração Central, os compromissos para novos projetos têm avançado mais devagar e nem sempre o pagamento da faturação das obras em curso é efetuado dentro dos prazos previstos. Esta situação foi mais difícil no caso do Algarve, sobretudo devido a taxas mais baixas de

cofinanciamento FEDER, embora já incrementadas em 2012 (média de 65%), e em 2013 (casos específicos com poupança de verbas – incremento até 80 a 85%), praticadas na maioria das tipologias de investimento e à quebra de receitas dos Municípios do Algarve, mais acentuada que a nível nacional. Por sua vez as dificuldades do lado das empresas traduzidas nos números referidos anteriormente reduziram a capacidade de resposta e acrescentaram nalguns casos morosidade nos procedimentos de contratação e no andamento das operações, multiplicando-se reclamações e processos de contencioso.

As áreas mais dinâmicas até final de 2014 eram a “Educação” com a construção de 17 escolas, a “Valorização da Orla Costeira” com várias intervenções no litoral do Algarve (Quarteira-Vilamoura, Carvoeiro, Manta Rota, St^a Luzia, Armação de Pêra, Vila do Bispo e Aljezur) e a área da *Cultura* com as obras de modernização do Promontório de Sagres. Destacam-se algumas reabilitações na área da *Política de Cidades* como é o caso do Cine-Teatro de Loulé, da Igreja da Senhora das Ondas ou o Núcleo Museológico Islâmico em Tavira e outras intervenções de reabilitação urbana em centros urbanos como Lagos, Tavira, Faro, Vila Real de St^o António ou S. Brás de Alportel. De referir ainda 1 intervenção no Parque de Ciência e Tecnologia (UALG Business Lab), 21 intervenções de acessibilidades maioritariamente no Interior da Região, 3 projetos na área da *saúde* entre os quais o Centro de Saúde de Portimão, 41 projetos na área da *eficiência energética* de edifícios e *iluminação pública* e 13 projetos na área do *ambiente* (açudes, entre outros) e em *áreas protegidas* (Rocha da Pena, Fonte da Benémola e Ludo).

Com a preocupação de acelerar a execução, foram aprovadas a partir de 2012 algumas medidas na Comissão Ministerial de Coordenação do QREN destinadas a disciplinar a execução e as situações de incumprimento, a aumentar as taxas de comparticipação em particular para as entidades públicas que contribuem para a consolidação das contas públicas e a aumentar os montantes adiantados aos beneficiários por via do mecanismo *Top Up* previsto na regulamentação comunitária.

Em 2013 a gestão do PO promoveu o lançamento de concursos em áreas novas, concretizou um aumento de taxas de comparticipação generalizado (acréscimo em média de 15 pp.) e incrementou o esforço para melhorar os tempos de análise de operações, de verificação de pedidos de pagamento e de pagamentos de reembolsos por parte das entidades pagadoras.

Estas medidas cujo impacto se fez sentir sobretudo em 2013 e 2014 ajudaram os beneficiários públicos a equilibrar as contas e a pagar com mais celeridade aos seus fornecedores.

Outros impactes da atuação do PO no contexto sócio-económico regional destacam-se ao longo de todo o Relatório em particular no que respeita à criação de emprego, investimento induzido, emprego é investimento em investigação, volume de vendas, exportações, entre outros (ver págs. 31 a 37 e capítulo 3).

Também no capítulo 2.7.2 – Avaliação são referenciados os impactes apurados no âmbito dos exercícios de Avaliação, com especial indicação para a Avaliação Intercalar do PO concluída no final de 2013.

Legislação relevante

A legislação identificada neste ponto abrange as publicações efetuadas durante o ano de 2014⁴³, de âmbito comunitário, nacional ou de natureza mais específica, com reflexos diretos na implementação e execução da intervenção do PO Algarve 21.

Diploma	Data de Publicação	Resumo
SI - Orientação de Gestão nº 14/2014	24/01/2014	SISTEMA DE INCENTIVOS À QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE PME, SISTEMA DE INCENTIVOS À INOVAÇÃO E SISTEMA DE INCENTIVOS À INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO CONDIÇÃO ACESSO “ORIENTAÇÃO PARA OS MERCADOS EXTERNOS”
SI - Orientação de Gestão nº 15/2014	24/01/2014	SISTEMAS DE INCENTIVOS QREN - VALIDAÇÃO NO PÓS-PROJETO DO MÉRITO DO PROJETO
Desp. nº 1505/2014	30/01/2014	Determina a criação de um grupo de trabalho com objetivo de identificar e propor as medidas de simplificação administrativa e regulamentar mais adequadas, com vista à sua integração na futura regulamentação de aplicação dos fundos europeus estruturais e de investimento em Portugal para o próximo período de programação (2014-2020)
Com. Minist. Coord. dos PO Regionais do Continente	20/02/2014	Alteração aos Regulamentos Específicos “Reabilitação Urbana” e “Infraestruturas e Equipamentos Desportivos”
OG nº 10/2014	21/02/2014	Revisões de Preços.
Referencial de Avaliação do Mérito do PÓS-PROJETO SI I&DT (PROJETOS INDIVIDUAIS E EM CO-PROMOÇÃO) Guidelines de Avaliação do Mérito do Projeto no Pós-Projeto	21/02/2014	Define um referencial que suporte a avaliação de mérito pós-projeto dos Projetos Individuais e Projetos em Co- Promoção do SI I&DT, por forma a determinar sobre que parâmetros é crítica a reavaliação da pontuação em fase de encerramento dos projetos.
Desp.5407/2014	17/04/2014	Fixa a constituição do Conselho de Coordenação Intersectorial da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
SI - Orientação de Gestão nº 16/2014	23/04/2014	SISTEMAS DE INCENTIVOS QREN - AVISO N.º 03/SI/2010 - SOLAR TÉRMICO - PARECER FINAL DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA (CAT) Autoridades de Gestão estabelecem a presente Orientação de Gestão, considerando que o encerramento e pagamento da tranche final do incentivo dos projetos podem ser efetuados, sem recorrer ao parecer da CAT, desde que os Organismos Intermédios assegurem as verificações necessárias, nomeadamente através de visitas físicas ao local.
Com. Minist. Coord. dos PO Regionais do Continente	06/06/2014	Alteração ao regulamento específico Assistência Técnica dos POR. Deliberação aprovada por consulta escrita em 20 de junho de 2014
OG nº 11/2014	08/09/2014	Terrenos em Domínio Público Marítimo
OG nº 12/2014	08/09/2014	Aprovações – gestão em overbooking (Eixos 2 e 3)
Referencial de Avaliação do Mérito do Pós-Projeto Sistema de Incentivos QREN SI QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE PME E SI INOVAÇÃO Guidelines de Avaliação do Projeto no Pós-Projeto	08/09/2014	Estabelece um conjunto de orientações de suporte à avaliação do Mérito do Projeto (MP) no ano pós-projeto, identificando os parâmetros relativamente aos quais se torna essencial a aferição das metas fixadas nos indicadores publicados nos Avisos de concurso para apresentação de candidaturas.
Dec. Lei nº 137/2014	12/09/2014	Estabelece o modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento para o período de 2014-2020
Com. Minist. Coord. dos PO Regionais do Continente	24/09/2014	Alteração aos regulamentos específicos “Ações de Valorização do Litoral” e “Mobilidade Territorial” (Reprogramação Interna do PO).
SI - Orientação de Gestão nº 05.REV3/2014	30/09/2015	NORMA DE PAGAMENTOS - SISTEMAS DE INCENTIVOS QREN – VALE I&DT E VALE INOVAÇÃO - Estabelece a norma de pagamentos aplicável às tipologias de projetos Vale I&DT e Vale Inovação dos SI QREN
Dec. Lei nº 159/2014	27/10/2014	Estabelece as regras gerais de aplicação dos programas operacionais e dos programas de desenvolvimento rural financiados pelos fundos europeus estruturais e de investimento, para o período de programação 2014-2020

⁴³ A legislação de anos anteriores foi remetida para Anexo (Anexo XIV).

Diploma	Data de Publicação	Resumo
Manual de Procedimentos dos Sistemas de Incentivos QREN versão nº 5	2014-10-27	Aprovada pela Comissão Diretiva do PO Algarve em 2014-10-27 - Atualização o Capitulo 7 – Acompanhamento da Execução
SI - Orientação de Gestão nº 17/2014	04/11/2014	SISTEMA DE INCENTIVOS À INOVAÇÃO VERIFICAÇÃO DA CONDIÇÃO DE ELEGIBILIDADE: FINANCIAMENTO DO PROJETO POR CAPITALS PRÓPRIOS Estabelece que, para efeitos da comprovação do cumprimento da condição de elegibilidade específica (alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º) que impõe a existência de uma percentagem mínima de capitais próprios no financiamento dos projetos, são considerados como capitais próprios do projeto (CPp), os resultados líquidos gerados pela empresa e retidos durante o período da sua realização.
RCM 73-A/2014	16/12/2014	Cria a iniciativa Portugal Inovação Social e a estrutura de missão responsável pela sua execução.
RCM 73-B/2014	16/12/2014	Cria as estruturas de missão para os programas operacionais e as que funcionam junto das comissões de coordenação e desenvolvimento regional como órgãos de acompanhamento das dinâmicas regionais, no âmbito do ciclo de programação dos fundos europeus estruturais e de investimento.
Portaria n.º 261/2014	16/12/2014	Regulamento do Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas (SIALM) - Atendendo a que da conjugação das condições de admissibilidade e aceitabilidade dos projetos previstas nos números 4 e 5 do artigo 6.º e de financiamento previstas no n.º 8 do artigo 8.º do referido Regulamento pode resultar o incumprimento do prazo de conclusão dos projetos, é introduzido um conjunto de alterações que visam obviar esta situação.
Portaria n.º 263/2014	16/12/2014	Estabelece os princípios e prioridades subjacentes à reutilização das verbas provenientes de reembolsos dos Sistemas de Incentivos do QREN, bem como um conjunto de regras de gestão associadas à eficaz utilização desses recursos financeiros, em complemento aos regimes dos sistemas de incentivos com apoios reembolsáveis.

2.5. Alteração substancial na aceção do artigo 57 do Regulamento (CE) nº1083/2006 - Durabilidade das operações

Não ocorreu durante o ano 2014 nenhuma situação que afetasse as condições de atribuição da comparticipação a uma operação, tal como previsto no nº2 do artigo 57º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 de 11 de Julho.

2.6. Complementaridade

2.6.1. Complementaridade com outros instrumentos

Durante os anos 2008/2009 tinham sido efetuados contatos com a Direção Regional de Agricultura do Algarve no sentido de encontrar soluções práticas de articulação entre a atuação do Programa Operacional Regional e algumas áreas do Programa de Desenvolvimento Rural financiado pelo **FEADER** com especial relevância para o desenvolvimento regional. Foi o caso particular, do Subprograma 3 - “Dinamização das Zonas Rurais” onde as estratégias de desenvolvimento local e os grupos de ação local viriam a ter papel preponderante.

Face à limitação de verbas FEDER disponíveis no PO Algarve 21⁴⁴, seria fundamental uma intervenção estruturante do Subprograma referido nas Áreas de Baixa Densidade da Região, que representam 2/3 do território. Uma das áreas concretas em que tem sido desenvolvido trabalho diz respeito à rede de “Centros Educativos Comunitários Multiserviços”.

Durante o ano 2008, foi acordada a listagem de projetos prioritários neste âmbito entre os serviços do Ministério da Educação, a Direção Regional de Agricultura do Algarve, a Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL) e a CCDR e foi iniciado o processo de negociação para a sua integração para apoio do PRODER. Esta listagem constou como anexo do Contrato de Delegação de competências assinado entre a AG e a AMAL, tendo sido feita referência à complementaridade entre FEDER e FEADER no texto do Contrato (Maio 2009). Desta forma seria possível articular as intervenções do FEDER e do FEADER de modo a que este pudesse co-financiar centros educativos nas zonas do interior algarvio. As verbas FEDER, via PO Algarve 21, apoiariam prioritariamente os equipamentos do mesmo tipo situados nas áreas litorais/urbanas da Região.

⁴⁴ Recorde-se que a Deliberação do Conselho de Ministros nº 420 de 31/08/2006, destinou o montante de 200 milhões de Euros para intervenções FEADER no Algarve, montante superior ao FEDER.

Foi assim firmado um compromisso no sentido de integrar no PRODER/FEADER os investimentos em Centros Educativos Rurais localizados em freguesias rurais da região do Algarve, no valor total de 7 milhões de euros (dotação FEADER).

Este trabalho foi acompanhado diretamente pela AMAL, tendo sido concluído com a preparação de uma proposta de alteração ao Programa PRODER para inclusão dos “Centros Educativos Comunitários Multiserviços” no caso específico do Algarve. A AMAL, em conjunto com a Autoridade de Gestão do PRODER, integrou uma equipa de reflexão e procedeu à redação de uma nova medida, a integrar no PRODER, aquando da revisão intercalar do Programa junto da Comissão Europeia.

Esta proposta foi aprovada na Comissão de Acompanhamento do PRODER em consulta escrita de Março de 2011. A nova Medida (3.7 – Centros Educativos Rurais do Algarve) integrada no Subprograma 3 – “Dinamização das zonas rurais”, foi operacionalizada durante este ano através da publicação da Portaria nº 231/2011 de 14 de Junho.

Em Julho de 2011, a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve abriu o concurso para apresentação das candidaturas previstas na Portaria acima referida. Foram submetidas 10 candidaturas, pelos Municípios de Aljezur, Faro, Loulé, Monchique, Silves, Tavira e Vila do Bispo, com um investimento global elegível de 6,7 milhões de euros, cofinanciados em 75% pelo FEADER.

Até 31/12/2013 tinham sido aprovados 10 Centros Educativos nas Áreas de Baixa Densidade em 7 Municípios num montante de investimento de 8,5 milhões de euros ao qual corresponde uma comparticipação FEADER de 5,7 milhões de Euros.

Em 2012 foi aprovada uma Reprogramação do PRODER que procedeu à reutilização para outra finalidade dos montantes ainda disponíveis para equipamentos desta tipologia no Interior da Região. Face ao decréscimo da população escolar, que se perspetiva para um futuro próximo não foi necessário o reforço desta linha.

Foram igualmente desenvolvidos contactos entre as tutelas do Desenvolvimento Regional e da Agricultura, no sentido de articular financiamentos FEDER e FEADER no âmbito dos investimentos associados às “Redes de Nova Geração para as Zonas Rurais” (Banda Larga). Dos contactos estabelecidos concluiu-se que o conjunto de concelhos do Algarve abrangidos por esta intervenção (Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Monchique e Vila do Bispo) obteria financiamento através do FEADER.

No que respeita à Agenda Fatores de Competitividade foi possível assinar em 02-10-2008 o **Protocolo de articulação entre o FEDER e o FEADER**, entre as Autoridades de Gestão do PRODER e as Autoridades de gestão dos PO do QREN, com o objetivo de articular procedimentos e demarcar áreas de atuação entre os 2 Fundos, no que respeita aos apoios às empresas.

Este Protocolo regula a articulação das intervenções do FEADER e do FEDER no que respeita aos Sistemas de Incentivos às Empresas do QREN, designadamente no que respeita a:

- investimentos de empresas com atividades de primeira transformação e de comercialização por grosso de produtos agrícolas;
- investimentos de empresas relativos ao turismo em espaço rural e ao turismo natureza;
- investimentos de microempresas localizados em zonas rurais e abrangidos por Estratégias Locais de Desenvolvimento;
- iniciativas de internacionalização no mercado interno da U.E. de produtos alimentares.

Na área das **Pescas** e também com o objetivo de demarcar as intervenções do Fundo Europeu das Pescas (**FEP**) e do **FEDER**, foram desenvolvidos alguns trabalhos de articulação, dinamizados pelo PO Fatores de Competitividade (coordenador da Rede dos Sistemas de Incentivos). Apesar de não ter sido celebrado um Protocolo nesta matéria, as candidaturas que abrangem esta área de fronteira têm sido devidamente avaliadas nos termos das regras de elegibilidade do FEP e do FEDER.

Ao nível da **governança**, no âmbito dos Sistemas de Incentivos às Empresas, de salientar a articulação estabelecida com o POFC, enquanto organismo coordenador da Rede dos Sistemas de Incentivos QREN. Assim, é o POFC que tem dinamizado, entre outros, a publicitação de Avisos, a receção de candidaturas eletrónicas através do Portal dos Incentivos, a manutenção e atualização do Sistema de Informação SiQREN, as revisões ao Manual de Procedimentos dos Sistemas de Incentivos, bem como algum apoio técnico mais especializado em domínios como as engenharias financeiras ou a definição das metodologias do “overbooking” nacional na área dos Sistemas de Incentivos.

Não obstante a Região Algarve estar em *phasing-out* e esta situação obrigar à concentração dos apoios na região, de registar a **articulação com outros PO** quanto à possibilidade de, nos projetos de investigação em consórcio, as entidades do sistema científico e tecnológico do Algarve que sejam parceiras de empresas nas regiões de Convergência (Norte, Centro, Alentejo) poderem apresentar despesas elegíveis a estes PO da Convergência num montante nunca superior ao valor das despesas elegíveis dessas empresas.

No âmbito da agenda Fatores de Competitividade, e tendo presente que os financiamentos associados à Modernização Administrativa só poderão ser aprovados no Programa Regional, vale a pena referir que, apesar disso, existe uma articulação com o POFC ao nível da produção dos instrumentos de avaliação das operações, nomeadamente, grelhas de análise dos critérios de seleção, bem como nas alterações à Regulamentação Específica em vigor.

Conforme é do conhecimento geral e se encontra explicitado no ponto inicial deste Relatório “Apresentação do Programa”, *“as atuações FEDER no Algarve, apenas poderiam ser assumidas no âmbito do PO regional, excluindo dos restantes PO nacionais (POVT, POPH e POFC) qualquer intervenção deste fundo na Região”*.

As atuações efetuadas no âmbito destes PO na região do Algarve dizem assim respeito a outros Fundos, em particular o Fundo de Coesão no POVT e o FSE no POPH, e encontram-se devidamente retratadas nos respetivos Relatórios de Execução. As áreas de atuação encontram-se assim bem definidas, não tendo sido, até ao momento, desenvolvida nenhuma ação específica de articulação/complementaridade de financiamentos que se justificasse ser indicada neste ponto.

Na área da cooperação/parceria destaca-se o apoio dado pelo POVT no âmbito da montagem do Sistema de Informação definitivo do PO Algarve 21, que se encontra tratado no ponto 2.7.1. deste Relatório.

Finalmente, convirá igualmente esclarecer que as matérias relacionadas com a cooperação inter-regional a nível internacional são apoiadas no âmbito do POCTEP e tratadas consequentemente no respetivo Relatório de Execução.

O quadro apresentado em seguida sintetiza os montantes de investimento aprovados no QREN, para além do FEDER, até 31/12/2014 para o Algarve, ou seja, no âmbito do POVT (Fundo de Coesão) e POPH (FSE):

Tabela 2.13 – Aprovações para o Algarve noutros PO

Eixo Prioritário /Área de Intervenção	Programação (PR) (Fundo)	Proj. Aprov. (n°)	Aprovações (AP)		Taxa de Utilização	Execução (EX)		Taxa de Execução
			Investimento / Custo total elegível	Fundo Comunitário		Investimento / Custo total elegível	Fundo Comunitário	
			3	4		6	7	
POPH (FSE) - Eixo 8 (Algarve) e 10 (AT)	103	1259	146,5	101,8	99%	131,1	90,9	88%
POVT (Fundo de Coesão) - Eixo 11 e 12	100	49	170,5	129,1	129%	93,1	66,9	67%
Eixo 11 - Redes e equip. estruturantes nacionais de transporte e mobilidade sustentável		1	20,3	20,3		0,0	0,0	
Eixo 12 - Sistemas Ambientais e de Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos (FC)		50	150,2	108,8		93,1	66,9	

Relativamente ao POVT, salienta-se a alteração da designação dos Eixos. Esta situação decorre da reprogramação do POVT, aprovada no final de 2011, e que introduziu algumas alterações na estrutura do Programa. Os 50 projetos apoiados no Algarve no âmbito do Fundo de Coesão, até final de 2014 apresentam uma dimensão média individual significativa e distribuem-se pelos domínios “Ciclo urbano da água”, “Proteção costeira”, “Prevenção e gestão de riscos”, “Resíduos Sólidos Urbanos”, “Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento” e “Transportes Ferroviários”. Em finais de 2014 a taxa de aprovação relativamente ao programado para o Algarve⁴⁵ era de 129% no Fundo de Coesão, embora com uma taxa de execução muito baixa (70%) face ao momento do QREN e face aos montantes envolvidos, o que indicia dificuldades de absorção dos montantes comprometidos.

⁴⁵ De acordo com a Deliberação do Conselho de Ministros nº 420 de 31/08/2006 foi atribuído ao Algarve um montante indicativo de 100 milhões de euros de Fundo de Coesão.

No que diz respeito ao POPH, em 2014, regista-se um acréscimo de Fundo aprovado e de número de operações significativo, relativamente ao ano anterior. Lembra-se que as verbas FSE programadas para o Algarve, correspondendo ao Eixo 8 do Programa, ascendem a 103 milhões de euros (Fundo) após reprogramação. Os montantes aprovados para operações do Algarve ascendem a 102 milhões de Euros o que se aproxima do programado inicial (taxa de compromisso de 99%). A taxa de execução no final de 2014 em média para as 1259 operações aprovadas para o Algarve representava 88%.

2.6.2. Instrumentos de engenharia financeira (JESSICA, JEREMIE e SAFPRI)

JESSICA

A iniciativa JESSICA (*Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas*) foi criada pela Comissão Europeia (CE) e pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) com o objetivo de apoiar com fundos comunitários, projetos integrados em Programas de Desenvolvimento Urbano. Esta intervenção é gerida com o apoio do BEI e conta com fundos dos 5 PO regionais, do POVT e da Direção Geral do Tesouro e das Finanças (DGTF). Destina-se a operações que gerem algum “retorno” e recorre a mecanismos de “apoios reembolsáveis” (empréstimos a longo prazo).

O Programa Operacional da Região do Algarve assume uma prioridade a este tipo de iniciativas referindo que face ao reduzido montante de fundos estruturais comunitários afeto à Região do Algarve, há a intenção da Autoridade de gestão de mobilizar recursos adicionais provenientes do Banco Europeu de Investimentos no quadro da iniciativa JESSICA.

As prioridades previstas no PO para operacionalizar esta iniciativa são as intervenções localizadas “preferencialmente nos pólos de hierarquia superior da rede urbana” em centros históricos, espaços urbanos descaracterizados e desqualificados, as zonas urbanas ribeirinhas, bem como intervenções integradas com dimensão social em áreas urbanas degradadas.

Durante o ano 2009, iniciaram-se a nível nacional, algumas iniciativas no âmbito do processo de implementação do **JESSICA**. Concluiu-se o Estudo de Avaliação financiado pela DG Regio e o BEI e foi assinado pelas entidades acima referidas, o “*Funding Agreement*” com vista à criação do “*Jessica Holding Fund – Fundo de Participação*” em 20 de Julho de 2009.

Este Fundo gerido pelo BEI, foi criado com um montante de 130 milhões de Euros, em que 30 milhões são provenientes da contrapartida nacional (DGTF) e 100 milhões provêm do FEDER dos 6 Programas Operacionais envolvidos. A participação financeira do PO do Algarve foi estabelecida inicialmente em 5 milhões de euros FEDER.

Ao longo do ano de 2009, realizaram-se alguns seminários e conferências sobre este tema com entidades bancárias e associações empresariais.

Em Janeiro de 2010, foi realizada a primeira reunião do Investment Board (Comité de Investimento - CI) e realizadas ao longo do ano várias sessões de trabalho (nomeadamente em Junho, Julho e Setembro) que envolveram os membros do CI, da Comissão Europeia e representantes das tutelas governamentais, onde foram discutidas e tomadas decisões sobre a implementação da iniciativa.

Foram assim criadas durante a primeira parte do ano as estruturas operacionais de gestão, designadamente quanto à equipa associada à iniciativa (*JHFP workforce*) e à seleção do representante do BEI em Portugal, para o acompanhamento do JHFP (*Local Holding Fund Officer*). Decorrente da alteração à composição do Comité de Investimentos, em Julho, procedeu-se em Agosto de 2010 à designação do Secretário Geral deste órgão.

Os primeiros pagamentos para criação do Fundo, ocorreram em Agosto / Setembro de 2010 e totalizaram 45 milhões de euros entre os quais 2,5 milhões da parte do Algarve.

A Comissão Diretiva do PO Algarve 21 aprovou e ratificou as medidas tomadas nesta área em 17 de Setembro de 2010.

A segunda reunião do Comité de Investimento realizou-se em Outubro 2010.

Foi preparado um “Plano de Ação” e uma “Estratégia de Implementação” que previa e definia algumas orientações para a realização de um concurso para a seleção dos “Fundos de Desenvolvimento Urbano” em cada Região que iriam receber as candidaturas das operações a apoiar e financiar diretamente as iniciativas no terreno.

Este concurso *Call for Expression of Interest* previa que o processo de seleção das entidades financeiras que iriam constituir os “Fundos de Desenvolvimento Urbano” se desenvolvesse em várias fases:

- 1ª Fase – Aplicação dos **critérios de seleção** dos Termos de Referência do concurso e exclusão das entidades que não cumprem as condições de admissibilidade.
- 2ª Fase – Apresentação de propostas (*Business Plan*) por parte das entidades admitidas e aplicação dos **critérios de mérito**.
- 3ª Fase – Avaliação e negociação das propostas (ofertas) dos concorrentes com o BEI.
- 4ª Fase – Negociação dos termos e condições do Contrato final (*Operational Agreement*) a assinar com o BEI.

Apresentaram-se a concurso 11 entidades potencialmente constituintes de Fundos de Desenvolvimento Urbano.

No final de 2010, o concurso tinha passado à 2ª fase (após notificação das 7 entidades selecionadas) e durante o ano 2011 desencadeou-se o processo de seleção que foi concluído em Abril de 2011 com as seguintes decisões finais:

- FDU Norte e Alentejo – BPI
- FDU Centro e POVT – Consórcio CGD/Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
- FDU Lisboa e Algarve – Turismo de Portugal

Realizaram-se durante o ano 2011, 3 reuniões do Comité de Investimentos (a 19/01/2011 em Coimbra, a 11/03/2011 em Lisboa e a 07/10/2011 em Évora).

As questões tratadas estiveram relacionadas com a seleção e operacionalização dos Fundos de Desenvolvimento Urbano, o Manual de Procedimentos, a Descrição de Sistemas, orçamentos anuais e Plano de Comunicação entre outras.

Em 11 de Outubro de 2011 foi efetuada no Parque das Nações a assinatura dos Acordos Operacionais entre o BEI e as entidades selecionadas para gerir os Fundos de Desenvolvimento Urbano, os quais, começaram oficialmente a desempenhar as suas funções.

No final de 2011 foram preparados os regulamentos de funcionamento e de acesso ao FDU Algarve e o período de apresentação de candidaturas iniciou-se em 2012.

Com o objetivo de sensibilizar e esclarecer os potenciais destinatários desta Iniciativa a nível regional, para os novos mecanismos destes Fundos foram organizadas algumas sessões na Região:

- 13/01/2011 (Faro-CCDR) – sessão pública de apresentação da “Iniciativa JESSICA” aos eventuais beneficiários (autarquias, empresas e outros) que contou com as intervenções do Dr. Nuno Vitorino (Secretário Geral do Fundo JESSICA Portugal) e do Dr. Pedro Couto (Holding Fund Officer – BEI).
- 30/10/2011 (Faro-CCDR) – Sessão de esclarecimento para as Autarquias do Algarve com a presença dos responsáveis (Turismo de Portugal) pelo Fundo de Desenvolvimento Urbano do Algarve. Esta sessão destinou-se a informar os destinatários regionais sobre as regras de funcionamento e abertura de candidaturas e em simultâneo apurar o ponto de situação do desenvolvimento de eventuais iniciativas em preparação públicas/privadas nas áreas de intervenção de cada município do Algarve elegíveis à Política de Cidades. Nesta sequência foi solicitado aos presentes o preenchimento de fichas de intenção de candidatura para as operações em preparação.
- 13/02/2012 (Faro-CCDR) – Sessão de Informação sobre as oportunidades de financiamento Jessica – Política de Cidades. Esta sessão contou com a presença de representantes nacionais do Jessica e do Turismo de Portugal e marcou, o início do período de receção de candidaturas pelo FDU Algarve gerido pelo Turismo de Portugal.



- 1/06/2012 (Portimão-Tempo) – *Workshop* “Regeneração Urbana em tempo de crise” organizado pela Portimão Urbis. Durante a tarde realizaram-se reuniões de esclarecimento sobre a iniciativa Jessica com diversos promotores na qual estiveram presentes representantes da AG do PO Algarve 21 e do Turismo de Portugal.



Algarve 21. Foram apresentados os produtos financeiros disponíveis a uma assistência de potenciais promotores, seguida de esclarecimentos a questões concretas e de uma 2ª fase de contactos individuais para promotores com ideias de projetos em desenvolvimento. Seguiu-se uma reunião de trabalho com os responsáveis do PO para perspetivar o futuro desta iniciativa no âmbito do PO Algarve 21.

- 22/05/2013 (Faro-CCDR) – Sessão JESSICA - “Oportunidades de Financiamento” – Sessão de esclarecimento sobre o fundo para projetos de reabilitação urbana no Algarve. Estiveram presentes representantes nacionais do Jessica e do Turismo de Portugal e representantes da AG do PO



Ao longo destes anos e em particular em 2013 e 2014, realizaram-se diversas reuniões por parte da entidade gestora do FDU Algarve (Turismo de Portugal) e da Autoridade de Gestão do PO com potenciais beneficiários para prestar esclarecimentos e identificar intervenções que se inserem nos objetivos JESSICA, essencialmente com base nas operações previstas nos Programas de Ação e Programas Estratégicos, no âmbito da Política de Cidades (Áreas de intervenção anteriores) e estabelecer demarcações entre a iniciativa JESSICA e os sistemas de incentivos ou apoios públicos do PO Algarve 21, por exemplo. Durante os anos **2013/2014** e havendo já operações no terreno, optou-se por privilegiar este tipo de comunicação havendo um acompanhamento aos potenciais destinatários para esclarecer os passos a dar e ajudar a resolver dificuldades burocráticas.

Em 27/09/2012 foi assinado contrato com a primeira operação aprovada na Região (intervenção de reabilitação urbana no centro histórico de Vila Real de Stº António).

Durante o ano 2012, realizaram-se 2 reuniões do Comité de Investimento (16/04/2012 em Faro e 25/09/2012 no Porto). As questões tratadas foram a situação da Execução das operações Jessica e dos vários

Fundos de Desenvolvimento Urbano, nomeação de representantes no Comité de Investimentos, implementação de operações de eficiência energética, aprovação de Relatórios de Execução e apreciação de Manual de Procedimentos e de Descrições de Sistemas, alterações aos Acordos Operacionais e Plano de Comunicação, Grande Evento Anual e outros.

Durante o ano 2012 foi atualizada a Descrição de Sistemas de Gestão e Controlo do Programa incluindo a Iniciativa Jessica. Foi igualmente aprovado, em outubro de 2012 o Manual de Procedimentos que envolveu na sua elaboração a Estrutura Nacional do Jessica, o Instituto de Financiamento e Desenvolvimento Regional e a Inspeção Geral de Finanças e nalguns casos a própria Comissão Europeia.

Em 2013 foi assinado contrato com o Turismo de Portugal relativo a uma nova operação em Albufeira (parque de estacionamento de 459 lugares e reabilitação de zonas envolventes).

Durante o ano 2013 realizaram-se 4 reuniões do Comité de Investimento (16/01/2013 – Coimbra, 16/07/2013 – Lisboa, 16/09/2013 – Évora e 16/12/2013 em Faro). Foram tratadas, entre outras, as questões do exercício de reprogramação que retirou o POVT do Jessica e reforçou as regiões de convergência Norte, Centro e Alentejo, o ponto de situação da execução dos FDU e iniciativas no terreno, o esclarecimento de regras de elegibilidade em resposta a questões dos FDU, a implementação de projetos de eficiência energética, alterações ao Acordo Operacional e reprogramações de dotações como por exemplo o reforço do PO Algarve e Turismo de Portugal de um total de 5 milhões de euros passando a Iniciativa no Algarve a dispor de 15 milhões de euros em vez dos anteriores 10 milhões de euros, a notificação de Ajuda de Estado apresentada informalmente à Comissão Europeia e discutida em reunião de dezembro de 2013 e as questões da Comunicação.

Em 2014 realizaram-se 3 reuniões do Comité de Investimento (21/05/2014 – Lisboa, 13/10/2014 – Lisboa e 13/11/2014 – Lisboa)

Foram tratados os seguintes temas:

- Pontos de situação das candidaturas Jessica aos Fundos de Desenvolvimento Urbano;
- Eleição do Presidente do Comité de Investimentos e do Coordenador das Autoridades de Gestão;
- Renovação do contrato do Secretário Geral do Comité de Investimentos;
- Aprovação de Relatórios de Execução;
- Aprovação da realização do Grande Evento Anual e participação na semana da Reabilitação Urbana;
- Medidas a tomar para aumentar a execução do JHFP e dos FDU (contratos de financiamento, compromisso, *overbooking*, realização material após 31/12/2015)

Tabela 2.14 – Execução Instrumento de Engenharia Financeira (Jessica Holding Fund)

unid: euro

Produto	Compromissos PO (Montantes)						Transferências PO (Montantes)					
	HF (se aplicável)		IEF		Destinatários		HF (se aplicável)		IEF		Destinatários	
	PO	Fundo	PO	Fundo	PO	Fundo	PO	Fundo	PO	Fundo	PO	Fundo
Empréstimo	7.500.000	7.500.000	15.000.000	7.500.000	11.716.321	5.858.160	7.500.000	7.500.000	7.004.638	3.502.319	4.068.064	2.034.032
TOTAL	7.500.000	7.500.000	15.000.000	7.500.000	11.716.321	5.858.160	7.500.000	7.500.000	7.004.638	3.502.319	4.068.064	2.034.032

Da leitura da tabela 2.14 conclui-se que do total do Fundo aprovado (7,5 milhões de euros) se encontra executada a totalidade da verba que corresponde aos depósitos efetuados no Holding Fund e a uma taxa de realização de 100%.

As operações aprovadas nos destinatários representam cerca de 5,9 milhões de euros de FEDER, faltando ainda comprometer 1,6 milhões de euros FEDER a concretizar ao longo do ano 2015. Até 31/12/2014 tinha sido transferido para os promotores cerca de 2 milhões de euros FEDER e um total de 4 milhões de euros da totalidade do Fundo Jessica.

Registou-se em 2014, em continuação do trabalho já realizado ao longo de 2013, um esforço de acompanhamento no terreno das intenções e da execução dos destinatários finais por parte do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Algarve a cargo do Turismo de Portugal, por um lado e de monitorização e seguimento deste trabalho por parte da Autoridade de Gestão.

Como resultado deste trabalho, em 31/12/2014 tinham sido aprovadas e contratadas 7 operações Jessica pelo Turismo de Portugal (entidade gestora do Fundo de Desenvolvimento Urbano no caso do Algarve) com um montante de investimento total de 22,7 milhões de euros e uma participação Jessica de 11,7 milhões de Euros dos quais 50% correspondem à participação FEDER do Programa Operacional (5,85 milhões de euros). *(ver anexo XVII)*

Encontravam-se ainda aprovados e não contratados 2 projetos no montante de 1,4 milhões de euros e 2 projetos em fase de decisão no valor de 2,4 milhões de Euros, o que permite comprometer a dotação disponível no Jessica Algarve, recuperando assim algum atraso inicial.

Efetivamente, as principais dificuldades na implementação desta iniciativa decorreram essencialmente da mudança de tutelas governamentais ocorrida em final de 2009 e 2011, que atrasou algumas decisões relevantes à mudança de grande parte dos membros do Comité de Investimento em 2012 e 2013 e ao grande peso de procedimentos burocráticos necessários na fase de concurso e de montagem das estruturas para funcionar no terreno. Quando foram criadas condições para a aprovação das operações, a crise tinha já refreado algumas iniciativas de investidores privados o que veio prejudicar a dinâmica das aprovações na Região. O arranque tardio e a opção de não territorializar a estratégia nacional do Jessica também prejudicou a articulação com os instrumentos públicos de Política de Cidades do QREN (em particular as

Parcerias para a Regeneração Urbana). No entanto funcionou bem enquanto experiência-piloto não só como conhecimento do mercado mas também para conhecimento do funcionamento do instrumento financeiro o que é seguramente uma mais valia na preparação dos instrumentos financeiros para a área das Políticas Urbanas do período de programação (2014-2020).

No ponto 3.2 deste Relatório encontram-se referidos os elementos relacionados com a execução deste Instrumento de Engenharia Financeira.

Jeremie

Esta iniciativa não se aplica na Região do Algarve.

SAFPRI

Em paralelo e complementarmente aos Sistemas de Incentivos ao investimento das empresas, os Programas Operacionais do Algarve, de Lisboa e o PO Fatores de Competitividade, previram a possibilidade de criação de mecanismos complementares de financiamento e de partilha de risco no que respeita à Inovação.

Estes instrumentos financeiros proporcionam novas oportunidades de financiamento às PME, contribuindo para reforçar a solidez, a modernização, a competitividade e o potencial inovador do tecido empresarial. Favorecem também o acesso ao mercado de capitais por parte das PME, objetivo que foi definido no PO Algarve.

Nesse contexto, foi criado o Regulamento do Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (**SAFPRI**), após a aprovação em 2 de Julho de 2008 pela Comissão Ministerial de Coordenação do PO Fatores de Competitividade e pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais.

O SAFPRI, através do FINOVA (Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação), ou da intervenção direta das entidades promotoras, poderá apoiar instrumentos de financiamento de empresas através do reforço do capital próprio ou do reforço do financiamento de capitais alheios.

O Finova foi criado através do Decreto-lei nº 175/2008 de 26 de Agosto de 2008, estabelecendo o referido diploma que a empresa *PME Investimentos, SA.*, detida maioritariamente por entidades públicas, será a entidade gestora deste Fundo financeiro.

Neste âmbito e no seguimento da assinatura dos Protocolos entre as Autoridade de Gestão do Programa Operacional Fatores de Competitividade, dos PO Regionais de Lisboa e Algarve, Instituições de crédito e Sociedades de Garantia Mútua, entraram em vigor em Julho de 2008 a Linha de Crédito PME Investe/QREN (Linha de Crédito PME Investe I) e, em Outubro do mesmo ano, a Linha de Crédito PME Investe II.

Em ordem à operacionalização destes instrumentos financeiros e no seguimento do convite dirigido pelo Gestor do PO Algarve, ao IAPMEI e ao Turismo de Portugal, IP, foi apresentado por estes 2 Organismos uma candidatura conjunta ao PO Regional, destinada a garantir o financiamento, pelo FINOVA, dos custos com o pagamento de bonificações de taxas de juro, de comissões de garantia, bem como o reforço do Fundo Contra Garantia Mútua, referentes às Linhas de Crédito PME Investe I e II.

O investimento elegível aprovado da candidatura era de 13,1 milhões de euros, sendo a comparticipação comunitária 3,6 milhões de euros, o que correspondeu a uma taxa de comparticipação FEDER de 27,8%.

Em 31/12/2014 e após correções financeiras decorrentes da Auditoria da CE aos IEF aplicadas a Portugal no âmbito do POFC (Missão 2012/PT/DGREGIO/J4/1182/1), o investimento elegível da candidatura passou a 11,7 milhões de euros, sendo a comparticipação comunitária 3,3 milhões de euros.

A Linha de Crédito PME Investe I foi encerrada logo em julho de 2008, enquanto a Linha de Crédito PME Investe II manteve nos anos de 2009, 2010 e 2011 um movimento residual na região e foi encerrada em maio de 2011.

No final de 2014 estavam enquadradas 132 operações⁴⁶ nas 2 linhas de crédito, envolvendo capital utilizado de cerca de 29 milhões de euros. Deste conjunto, 13 projetos integraram a **Linha de Crédito PME Investe I**, com empréstimos de 6,3 milhões de euros, a que correspondeu um valor médio por operação na ordem dos 491 mil euros. As restantes 119 operações aprovadas integraram a **Linha de Crédito PME Investe II**, envolvendo empréstimos de 23 milhões de euros, a que correspondeu um valor médio por operação de 193 mil euros.

Tabela 2.15 – Linhas PME Investe – Situação em 31/12/2014 (Operações aprovadas)

Unid. Euros					
Linhas de Crédito PME Investe	Nº de Operações	Valor das Operações	Valor Médio Oper.	Valor da Linha	% de utilização
PME Investe I	13	6.384.569	491.121	19.000.000	34%
PME Investe II:	119	23.081.392	193.961	90.000.000	26%
Comércio	40	6.063.037	151.576	10.000.000	61%
Restauração	19	1.919.000	101.000	5.000.000	38%
Geral	60	15.099.355	251.656	75.000.000	20%
Total	132	29.465.961	223.227	109.000.000	27%

Fonte: PME Investe

No âmbito da Linha de Crédito PME Investe II, a par de uma Linha de características genéricas (designada como “Dotação geral”), foram criadas 2 Linhas de crédito específicas: uma para o Comércio e outra para a Restauração. No Algarve das 132 operações que se encontravam aprovadas no final de 2014 neste âmbito,

⁴⁶ A redução do número de operações apoiadas relativamente ao final do ano anterior deve-se à desativação de operações efetuada no âmbito da utilização do fundo de maneo (ver ponto 2.7.1 – Atividades do Controlo Interno).

60 respeitavam à **Dotação geral**, envolvendo empréstimos de 15 milhões de euros, 40 respeitavam ao **Comércio**, envolvendo empréstimos de 6 milhões de euros e os restantes 19 correspondiam à **Restauração** com um valor de empréstimos de perto de 1,9 milhões de euros.

Considerando o valor estimado de 19 milhões de euros de empréstimos a conceder para o Algarve para a Linha de Crédito PME Investe I, e de 90 milhões para a Linha de Crédito PME Investe II e tendo presente os valores de empréstimos contratados até final de 2014, temos que a taxa de utilização daqueles dois instrumentos financeiros no final do ano foi respetivamente de 34% e de 26%.

De acordo com o Relatório Trimestral de Execução do FINOVA reportado pela PME Investimentos, SA à Autoridade de Gestão do PO Algarve, a utilização de FEDER nas Linhas de Crédito PME Investe I e II, até final de 2014 relativa a bonificações de taxa de juro e a comissões de garantia atingiu 0,9 milhões de euros. Além disso, até ao final de 2014, foram acionadas contragarantias correspondentes a 24 operações, com um valor de execução de cerca de 1,4 milhões de euros.

Os empréstimos contratados, a amortizar ao longo de 4 ou 5 anos, apenas permitirão fechar as contas relativas ao FEDER utilizado, no final de 2015.

Ainda no âmbito do Regulamento SAFPRI e nos termos do Despacho n.º 12748/2012, de 6 de setembro, dos Ministérios das Finanças e da Economia e do Emprego foi criada em 2012 a **Linha de financiamento ao Investimento Empresarial, INVESTE QREN**.

Tabela 2.16 (A) – Execução Instrumento de Engenharia Financeira

unid: euro

IEF	Produto	Compromissos PO (Montantes)		Transferências PO (Montantes)			
		IF		IF		Destinatários	
		PO (FEDER + contrapartida nacional pública e privada)	FEDER	PO (FEDER + contrapartida nacional pública e privada)	Fundo	PO (FEDER + contrapartida nacional pública e privada)	Fundo
	Empréstimo	-	-	-	-	-	-
	Capital Próprio /Capital Risco						
	Garantias	375.000,00	375.000,00	187.500,00	187.500,00	-	-
	Outros Produtos Financeiros	258.938,00	633.938,00	17.557,00	17.557,00	1.425,00	1.425,00
	TOTAL	633.938,00	1.008.938,00	205.057,00	205.057,00	1.425,00	1.425,00

A Sociedade Portuguesa de Garantia Mútua, Sociedade de Investimento, S.A. (SPGM), na qualidade de entidade beneficiária do SAFPRI, apresentou uma candidatura ao PO Algarve 21 para assegurar o financiamento por este PO dos custos com o pagamento de Comissões de Garantia Mútua, Comissão de Gestão da SPGM e do reforço do Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM), num montante elegível de 634 mil euros apoiados pelo FEDER a 100%.

Esta linha de financiamento INVESTE QREN, é destinada às empresas com projetos aprovados no âmbito dos Sistemas de Incentivos e entidades beneficiárias do Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC), para:

- a) Financiamento da contrapartida nacional privada associada à realização de operações cofinanciadas pelo FEDER;
- b) Financiamento de custos de investimento não elegíveis associados à realização de operações cofinanciadas pelo FEDER (apenas para empresas);
- c) Financiamento da constituição de fundo de maneo necessário para a realização de operações cofinanciadas pelo FEDER (apenas para empresas).

Até final de 2014 foram contratadas no PO Algarve 8 operações, envolvendo empréstimos de cerca de 2,8 milhões de euros. O valor médio por operação é de 353 mil euros.

Considerando que o valor total estimado de empréstimos a conceder para o Algarve é de 8 milhões de euros, e tendo presente os valores de empréstimos contratados até final de 2014, a taxa de utilização desta linha de financiamento no final do ano era de 35%.

No âmbito do Programa REVITALIZAR, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2012, de 3 de fevereiro, os Programas Operacionais - PO Fatores de Competitividade, PO Regional de Lisboa e PO Regional do Algarve passaram a cofinanciar também, por intermédio do FINOVA, fundos de capital de risco de base regional.

Neste sentido, foram selecionados por concurso três fundos de capital de risco, e as respetivas entidades gestoras. No caso do fundo em que o PO Algarve 21 participa, com a designação **Fundo Revitalizar Lisboa, Alentejo e Algarve (FCR Revitalizar Sul)** a dotação total é de 60 milhões de euros (30 milhões de euros FEDER) e a entidade gestora é a Capital Criativo. Para a NUT II Algarve está previsto um investimento elegível de 20,1 milhões de euros e um apoio FEDER de 10,1 milhões de euros.

Este fundo visa estimular a intervenção do capital de risco no apoio às PME e concretiza a sua intervenção junto das empresas destinatárias de acordo com a seguinte política de investimentos:

- a) Intervenção na gestão das empresas alvo com vista a permitir desenvolver o seu potencial de crescimento e expansão, contribuindo para a criação de emprego e a aceleração do crescimento económico, potenciando a renovação do tecido empresarial nacional;
- b) Aquisição/subscrição de participações em empresas para apoiar o financiamento de projetos de investimento em PME, que apresentem modelos de negócio sustentáveis e que pretendam desenvolver estratégias de crescimento e expansão, através do aumento da capacidade de produção ou do desenvolvimento de um determinado produto ou serviço.

Em relação à aplicação do capital junto das entidades destinatárias, cabe destacar que até final do ano foram aprovados 3 projetos que totalizam um investimento de 9,5 milhões de euros, com uma comparticipação FEDER de 4,75 milhões de euros, o que respresenta uma taxa de aprovação de 47%. Até final de 2014 tinha sido aplicado nas empresas um montante de 6 milhões de euros, sendo o remanescente realizado até novembro de 2015.

A tabela seguinte resume a situação a 31/12/2014 ao nível dos compromissos e execução dos instrumentos financeiros de apoio às empresas:

Tabela 2.16 (B) – Execução Instrumento de Engenharia Financeira (Finova)

unid: euro

Produto	Compromissos PO (Montantes)		Transferências PO (Montantes)					
	HF FINOVA		HF FINOVA		IEF		Destinatários	
	PO (FEDER + contrapartida nacional pública e privada)	FEDER	PO (FEDER + contrapartida nacional pública e privada)	Fundo	PO (FEDER + contrapartida nacional pública e privada)	Fundo	PO (FEDER + contrapartida nacional pública e privada)	Fundo
Capital Próprio /Capital Risco	20.114.000,00	10.057.000,00	12.022.800,00	6.011.400,00	12.022.800,00	6.011.400,00	6.000.000,00	3.000.000,00
Garantias	5.453.000,00	1.515.921,00	5.271.780,05	1.611.964,12	5.271.780,05	1.611.964,12	-	-
Outros Produtos Financeiros	6.289.820,00	1.748.554,00	6.080.789,95	1.859.335,88	6.080.789,95	1.859.335,88	935.001,00	259.928,00
TOTAL	31.856.820,00	13.321.475,00	23.375.370,00	9.482.700,00	23.375.370,00	9.482.700,00	6.935.001,00	3.259.928,00

Verifica-se que do total do Fundo aprovado (32 milhões de euros) se encontra executado (aplicado no Instrumentos Financeiro) cerca de 23,4 milhões de euros o que corresponde a uma taxa de realização de 73%. No total dos instrumentos cerca de 6,9 milhões de euros tinha sido transferido para as empresas.

Como principal constrangimento associado à implementação destes instrumentos destacam-se algumas dificuldades na fase de arranque das primeiras linhas de crédito lançadas pelo PO, no que diz respeito sobretudo à implementação de circuitos de reporte e da adaptação do sistema de verificações no local, aspeto que foi colmatado no decurso do programa.

Para garantir a reutilização dos recursos do PO afetos a estes instrumentos, caso os mesmos não sejam transferidos para os destinatários finais, foi alocada uma verba adicional (4,2M€) aos sistemas de incentivos decorrente de quebras esperadas em instrumentos de engenharia financeira (despachos dos Srs. SEDR e SEIC de 12/09/2013 e de 01/04/2013).

2.7. Acompanhamento e Avaliação:

2.7.1. Acompanhamento

Atividades da gestão

A Autoridade de Gestão promoveu 4 reuniões de Comissão Diretiva e 9 consultas escritas para aprovação de operações e acompanhamento da realização do Programa.

Durante o ano de 2014 não foram abertos novos processos de seleção, nem estiveram abertos concursos anteriores, uma vez que todos foram encerrados até ao final de 2013.

Em setembro de 2014 a Autoridade de Gestão solicitou formalmente autorização para o lançamento de um convite à entidade gestora das Áreas Portuárias no Algarve (APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, SA) para operacionalizar um conjunto de intervenções nos portos de Faro e Portimão, de melhoria dos interfaces de passageiros, no âmbito do reforço do Cluster Turismo – Lazer. Este convite apenas foi autorizado já em 2015 gerando algum atraso na execução das operações.

Até ao final do ano, foram decididas cerca de 99% das candidaturas resultantes dos concursos encerrados até 31/12/2013 (100% no Eixo 1, 92% no Eixo 2 e 99% no Eixo 3).

À semelhança do que foi efetuado nos Relatórios de Execução anteriores, apresenta-se em seguida um cronograma dos momentos relevantes do **sistema de gestão e acompanhamento** do PO Algarve 21 ocorridos durante o ano 2014:

20 fev. – 15º Reembolso de despesas FEDER efetuado pela Comissão Europeia.

21 fev. – 39ª Reunião da **Comissão Diretiva** para aprovação de 27 candidaturas - Sistema de Incentivos (9); SIAC (2); Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados (1); Energia (7); Reabilitação Urbana (7) sendo 4 em áreas de Baixa Densidade; Rede de Equipamentos Culturais (1) e o descomprometimento de 2 candidaturas – Energia (1) e Mobilidade Territorial (1). Foram também aprovadas reprogramações, ajustes à decisão de algumas candidaturas.
Foram igualmente aprovadas alterações ao Manual de Procedimentos - texto e alguns anexos e uma Orientação de Gestão sobre Revisão de Preços.

05 mar. – 40ª Reunião da **Comissão Diretiva** para aprovação de 17 candidaturas - Sistema de Apoio às Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística (1); Promoção e Capacitação Institucional (9); Ações de Valorização do Litoral (1); Energia (4) e Reabilitação Urbana (2).
Ficou ainda decidido que face às disponibilidades orçamentais (overbooking) no Eixo 2 e 3, nesta data, seriam apenas aprovadas as operações sem condicionantes e à medida que as mesmas fossem ultrapassadas e face às disponibilidades as operações seriam aprovadas sem necessidade de irem a nova Comissão Diretiva.

- 21 mar.** – 41ª Reunião da **Comissão Diretiva** para aprovação de 9 candidaturas - Energia (4); Ações de Valorização do Litoral (2); Reabilitação Urbana (2) e Mobilidade Territorial (1).
Foram igualmente aprovadas reprogramações e ajustes à decisão - Sistema de Incentivos (5); Energia (1); Mobilidade Territorial (1) e Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (3).
- 28 mar.** – 15º Pedido de **Certificação** (AG) entrou com êxito no Sistema da Autoridade de Certificação (ADC) com corte a 28/02/2014. A ADC acumulou a despesa desta certificação com a certificação seguinte, tendo sido enviada à Comissão Europeia apenas a 29/07/2014.
- 31 mar.** – 42ª Reunião da **Comissão Diretiva** para aprovação de 30 candidaturas - SAMA (7); AAEL (2); Energia (7); Ações de Valorização do Litoral (3); Reabilitação Urbana (3) e Mobilidade Territorial (6).
Foram igualmente aprovadas reprogramações e ajustes à decisão - Sistema de Incentivos (4); SAMA (1); Ações de Valorização e Qualificação Ambiental (1) e Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (1).
Na sequência da orientação da Comissão Ministerial de Coordenação de 13/12/2013 que recomendava que fosse concluído o processo de aprovações do PO até 31/03/2014, foi efetuado um ponto de situação e definida uma estratégia de orientação futura (ver páginas seguintes – medidas específicas de gestão em particular relativas ao “overbooking”).
- 09 mai.** – Consulta escrita à **Comissão Diretiva** para aprovação de reprogramações, ajustes à decisão e anulações de candidaturas de Sistema de Incentivos (10); Promoção e Capacitação Institucional (1); Energia (1) e Mobilidade (1).
Foram igualmente aprovados “Procedimentos a adotar no SIALM” e “Alterações ao Manual de Procedimentos – minuta do contrato de financiamento”.
- 05 jun.** – 16º Pedido de **Certificação** (AG) entrou com êxito no Sistema da Autoridade de Certificação (ADC) com corte a 30/04/2014.
- 19 jun.** – 8ª Reunião da **Comissão de Acompanhamento** do Programa (Faro), onde foi aprovado o Relatório de Execução de 2013 e efetuado o ponto de situação atualizado do PO 21 e Iniciativa JESSICA desenvolvida pela AG do PO Algarve 21 para resolução de alguns constrangimentos do Programa. Foi apresentada proposta de Reprogramação Interna.
– **Sessão de apresentação de resultados do PO** – “Resultados e apostas para o futuro - Desafios da Estratégia 2014-2020”, com a presença da responsável da Unidade de Portugal da DG REGIO (Judith Rozsa) e do vice-presidente da ADC (Duarte Rodrigues).
- 20 jun.** – Visita ao Algarve da “desk-officer” da DG Regio (Comissão Europeia) – Rosalina Bernon, com a finalidade de tomar contato com a realidade regional e fazer ponto de situação do PO – visita a algumas empresas e projetos apoiados pelo PO.
- 25 jun.** – Consulta escrita à **Comissão Diretiva** para aprovação de reprogramações e ajustes à decisão de candidaturas de Sistemas de Incentivos (1); Ações de Valorização Qualificação Ambiental (1); Ações de Valorização do Litoral (4) e Mobilidade (1).
- 02 jul.** – Consulta escrita à **Comissão Diretiva** para aprovação de alegações contrárias, ajustes à decisão, reclamações e reprogramações de candidaturas de Sistemas de Incentivos (6); SIAC (2) e AAEL (1) e para autorização para a reabertura da FACIE (Ferramenta de Análise de Cálculo do Incentivo em Encerramento).
- 04/05 jul.** – Visita ao Algarve do Senhor Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, inserida num roteiro nacional com a finalidade de tomar contacto com a realidade das áreas de Baixa Densidade do Continente – visita a algumas empresas e projetos apoiados pelo PO e a experiências de sucesso de Desenvolvimento do Interior do Algarve.

- 29 jul.** – 17º Pedido de **Certificação** (AG) entrou com êxito no Sistema da Autoridade de Certificação (ADC) com corte a 30/06/2014.
- 30 jul.** – Consulta escrita à **Comissão Diretiva** para aprovação de alegações contrárias, ajustes à decisão, reclamações e reprogramações de candidaturas de Sistemas de Incentivos (2); Ações de Valorização Qualificação Ambiental (1) e Património Cultural (1).
- 11 ago.** – 16º Reembolso de despesas FEDER efetuado pela Comissão Europeia.
- 01 set.** – 17º Reembolso de despesas FEDER efetuado pela Comissão Europeia.
- Consulta escrita à **Comissão Diretiva** para aprovação de uma candidatura do SAMA e alegações contrárias, ajustes à decisão, reclamações e reprogramações de candidaturas de Promoção e Capacitação Institucional (1) e Assistência Técnica (1).
Foram igualmente aprovadas duas Orientações de Gestão Nº 11 “Terrenos em Domínio Público Marítimo” e Nº 12 “Aprovações – gestão em overbooking (Eixos 2 e 3)”.
- 24 set.** – Aprovação pela Comissão Ministerial de Coordenação de 24/09/2014 da alteração aos Regulamentos Específicos “Ações de Valorização do Litoral” e “Mobilidade Territorial” que permite operacionalizar a Reprogramação Interna do PO e ativação da área de “Valorização do Cluster Turismo-Lazer”.
- 30 set.** – Consulta escrita à **Comissão Diretiva** para aprovação de alegações contrárias, ajustes à decisão, reclamações e reprogramações de candidaturas de Sistemas de Incentivos (4) e Energia (1).
Foram igualmente aprovadas a Metodologia de Implementação da Reprogramação Interna – Proposta de transição para o Eixo 1 das operações aprovadas em Regulamentos Específicos do Eixo 2 e 3 que se enquadrem no conteúdo da Área de Intervenção “Valorização do Cluster Turismo/Lazer” e uma alteração ao Manual de Procedimentos na vertente da minuta ao contrato de financiamento.
- 14 out.** – 18º Pedido de **Certificação** (AG) entrou com êxito no Sistema da Autoridade de Certificação (ADC) com corte a 07/10/2014 (incluía já as operações transitadas para o Eixo 1 “Valorização do Cluster Turismo/Lazer”).
- 24 out.** – Consulta escrita à **Comissão Diretiva** para aprovação de reprogramações de candidaturas de Proteção e Qualificação Ambiental (1); Ações de Valorização do Litoral (2); Valorização e Animação do património Cultural (1) e ajustes à decisão de Sistemas de Incentivos (1) e Promoção e Capacitação Institucional (1) e reprogramações de Sistemas de Incentivos (1) e reclamação AAEL (1).
Foi igualmente aprovada a atualização do manual de Procedimentos dos Sistemas de Incentivos QREN.
- 27 nov.** – Consulta escrita à **Comissão Diretiva** para aprovação de uma candidatura de AAEL e alegações contrárias de 9 candidaturas de Sistemas de Incentivos, reprogramações para decisão de 2 candidaturas – Ações de Valorização do Litoral (1) e Reabilitação Urbana (1) e reprogramações para comunicação de 2 candidaturas SIAC (2) e AAEL (1) e encerramento de uma candidatura de Sistemas de Incentivos.
- 04 dez.** – 19º Pedido de **Certificação** (AG) entrou com êxito no Sistema da Autoridade de Certificação (ADC) com corte a 30/11/2014, o qual permitiu cumprir a meta N+2 do Programa e ultrapassar os 95% de montante certificado do Programa.
- 19 dez.** – Consulta escrita à **Comissão Diretiva** para aprovação da ratificação da decisão de aprovação da Comissão Diretiva de 31/03/2014 de 2 candidaturas da Rede de Equipamentos Culturais, alegações contrárias - Sistemas de Incentivos (1), ajustes à decisão - SAMA (1), anulações - Energia (1) e reprogramações - Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados (1); Parcerias para a Regeneração Urbana (2); Reabilitação Urbana (4) e Equipamentos Culturais.

31 dez. – 18º e 19º Reembolso de despesas FEDER efetuado pela Comissão Europeia.

24 jan. 2015 - Encontro Anual (2014) entre a Comissão Europeia e as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais FEDER e Fundo de Coesão (2007-2013) – Lisboa (Centro Cultural de Belém). Apesar de se ter realizado já no corrente ano, é reportado ao ano de 2014.

No âmbito das competências da Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 são desempenhadas as seguintes tarefas habituais:

- Admissão, apreciação, aprovação e acompanhamento físico e financeiro da execução dos projetos aprovados, nomeadamente através da análise dos pedidos de pagamento recebidos, validação de despesas e da execução no terreno e emissão de ordens de pagamento à ADC para reembolso dos promotores, no âmbito das operações de iniciativa pública ou equivalentes.
- Verificação e acompanhamento do trabalho dos Organismos Intermédios no que respeita à avaliação de candidaturas, prazos de apreciação, atribuição de pareceres regionais e instrução dos processos para aprovação e acompanhamento dos prazos de execução e emissão de ordens de pagamento à ADC para reforço dos fundos de manio dos Organismos Intermédios.

Para além destas tarefas habituais, destacam-se neste ponto alguns aspetos mais relevantes das atuações de Gestão do Programa. Algumas das atuações descritas correspondem a soluções adotadas com vista a problemas identificados nos pontos 2.3, 3.1.3, 3.2.3 e 3.3.3. Nestes últimos 3 pontos encontram-se igualmente referências a algumas boas práticas relativas a cada Eixo.

Reprogramações / alterações à Decisão

Em **maio/junho de 2011**, foi preparada uma **Reprogramação Técnica** dos vários PO do QREN assumida *“como uma revisão programática de natureza técnica e de programação financeira promovida na sequência de alterações sócio económicas significativas e visando antecipar previsíveis dificuldades de execução por força de restrições orçamentais”*.

Esta reprogramação que resultou da conjugação das orientações superiores aplicadas às particularidades da situação do Algarve, e da experiência adquirida nos primeiros anos de execução do QREN, concretizou-se da seguinte forma:

1. **Aumento das taxas de co-financiamento de forma generalizada (ao nível dos Eixos do PO) para 85%** e passagem da **base de cálculo** da comparticipação comunitária **para Despesa Pública**.
2. **Alteração das dotações do Eixo 1 e do Eixo 4 (transferência entre Eixos):**
 - a. Redução ligeira do **Eixo 1** com **reforço previsível dos Sistemas de Incentivos**
 - b. **Reforço do Eixo 4 – Assistência Técnica até ao limite previsto em Regulamento Comunitário**
3. **Alargamento de elegibilidades no POVT e no PO Algarve.**

4. **Atualização/alteração dos quadros financeiros** relativos à repartição indicativa da despesa pelas várias **dimensões do PO**:
 - a. Dimensão 1 – Temas prioritários
 - b. Dimensão 2 – Formas de Financiamento
 - c. Dimensão 3 – Território
5. **Ajustamento de texto e indicadores de Eixo e Comuns Comunitários** decorrentes de ajustamentos estratégicos, de alteração de elegibilidades de adaptações aos modelos de Regulamentos Específicos, ou da revisão do sistema de indicadores resultante da experiência de monitorização, ou de desenvolvimentos recentes do sistema de monitorização do QREN.

Esta reprogramação foi aprovada pelos serviços da Comissão Europeia através da Decisão C (2011) 9358 final de 15/12/2011.

Em **julho de 2012** foi preparada uma **Reprogramação Estratégica** dos PO do QREN que pretendia *“o reforço do alinhamento dos objetivos estratégicos do QREN com o Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) e os desígnios da estratégia Europa 2020”*. Para tal procurava estimular *“o investimento privado, orientado sobretudo para os bens transacionáveis, a sustentabilidade do investimento público de qualidade a criação de emprego e a promoção da inclusão social”*.

Esta reprogramação abrangeu também o PO Algarve, embora com um carácter mais operacional e decorrente das necessidades de gestão, uma vez que a especificidade do Algarve e a abrangência da Reprogramação anterior permitia já acolher algumas das propostas agora previstas de **“estímulo ao investimento privado sobretudo para os bens transacionáveis para reforço da criação de emprego e da competitividade da economia”** e **“reforço da sustentabilidade do investimento público com contributos para a consolidação orçamental em curso”**.

Esta reprogramação concretizou-se da seguinte forma:

1. **Reforço das Medidas de Apoio ao Investimento direcionado para as empresas** através da alocação de verbas para:
 - a) Impulso Jovem – Investimento empresarial – alocação de 1,7 milhões de euros
 - b) Programa Revitalizar – melhoria do ambiente empresarial – alocação de 10 milhões de euros
2. **Alteração da base de cálculo do FEDER da Despesa Pública para o Custo Total no Eixo 1**
3. **Alteração das dotações do Eixo 2 e do Eixo 3** – Reforço do Eixo 2 em 5 milhões de euros a partir de dotações do Eixo 3
4. **Atualização/alteração dos quadros financeiros** relativos à repartição indicativa da despesa pelas várias dimensões do PO (Dimensão 1, 2 e 3) decorrentes da evolução da execução e dos motivos de orientação estratégica, que tiveram repercussões no Plano Financeiro e nas Dimensões 1,2 e 3.

5. **Ajustamentos de texto e de indicadores** decorrentes das propostas integradas em 1, das adaptações ao Plano de Financiamento e de uma maior focalização dos Indicadores Comuns CE nas tipologias de investimento produtivo, em detrimento das infraestruturas.

Esta segunda reprogramação foi aprovada através da Decisão C (2012) 9482 final de 12/12/2012.

Em **abril de 2014** fruto do reconhecimento da acumulação de alguns desequilíbrios da implementação do PO do Algarve ao longo do período do QREN, a Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 iniciou a preparação de uma proposta de **Reprogramação Interna** do PO Algarve 21 que previa a **transição para o Eixo 1 das operações aprovadas em Regulamentos específicos do Eixo 2 e 3 que se enquadrem no conteúdo da Área de Intervenção “Valorização do Cluster Turismo/Lazer”**. Após uma primeira abordagem junto das autoridades nacionais (ADC) a proposta foi formalizada em maio de 2014 e em junho foi apresentada à Comissão de Acompanhamento.

Esta reprogramação tinha como objetivo:

- Ativar a Área de Intervenção **“Valorização do Cluster Turismo/Lazer”** - Domínio de importância estratégica para a Região que tinha sido utilizado de forma incompleta (apenas com aprovações privadas, embora o PO preveja também investimentos públicos complementares.
- Promover um **maior equilíbrio** físico e financeiro **do Programa**.
- Cumprir objetivos relacionados com o Cluster Turismo/Lazer.
- Resolver o estrangulamento relacionado com a **impossibilidade de certificar despesa** no Eixo 3 que se verificava desde Outubro de 2013.
- Contribuir para o **cumprimento da Regra N+2** de 2014, uma vez que, caso não fossem introduzidas estas alterações, a meta 2014 teria de ser atingida apenas com a execução dos Eixos 1, 2 e 4.
- Garantir a **plena utilização da dotação programada** e dos objetivos do PO.

A reprogramação concretizou-se através de:

- **Ajustamento do preâmbulo dos Regulamentos Específicos “Mobilidade Territorial” e “Ações de Valorização do Litoral”**, no sentido de permitir, no caso do Algarve, que os investimentos das tipologias previstas no Cluster pudessem ser enquadrados no Eixo 1, conforme previsto no PO - *competência da Comissão Ministerial de Coordenação do QREN – Aprovação em 24/09/2014.*
- **Aprovação formal da transição das operações enquadráveis** e com maior impacto na “Valorização do Cluster Turismo e Lazer” pela Comissão Diretiva do PO – Aprovação em 07/10/2014.
- **Alteração de códigos das operações transitadas** em conformidade com o enquadramento na Área de Intervenção “Valorização do Cluster Turismo/Lazer” – 07/10/2014.

Medidas específicas de gestão:

Decorrente das possibilidades abertas por estes exercícios de reprogramação e das necessidades operacionais de Gestão, a Autoridade de Gestão promoveu as seguintes **medidas específicas de gestão** com impacto no desempenho do PO:

- Aditamento à Orientação de Gestão nº 9/2012 – **Plano de Ação (AMAL) – gestão de “overbooking”**:
 - Possibilidade de aumento da taxa de comparticipação a partir de final de 2012 para operações cujo promotor liberte verbas FEDER correspondentes. Aplicável a todas as operações contratualizadas à semelhança da Rede Escolar (já em vigor desde o final de 2011).
 - Prorrogação de prazo ou manutenção dos concursos abertos no âmbito da contratualização e de acordo com algumas condições (2013 e seguintes).
 - Revisão do Plano de Ação com reforço de verba que permitiu compensar em parte os aumentos de taxa já ocorridos a propor à CMC dos PO Regionais. Em julho 2013 foi aprovada em CMC a Adenda ao Contrato Programa que prevê o reforço para 27,5 milhões de euros FEDER.
- 2ª fase do mecanismo de *Top Up* a partir de fevereiro de 2013.
- Operacionalização de um **2º aumento de taxas de comparticipação** para casos específicos da Rede Escolar (até 80%) em caso de libertação de verbas FEDER (agosto 2013).
- **Aumento da taxa de comparticipação** em operações de Prevenção de Riscos para 85% aprovado na 36ª Comissão Diretiva por contrapartida de libertação de verbas na operação.
- Metodologia apresentada pela AG do PO como contributo para a definição de **orientações técnicas para aprovação em “overbooking”** (operações com beneficiários públicos) em 12/04/2013. Em junho de 2013 foi aprovado pela CMC a Deliberação que define 10% como limite máximo para aprovação de operações nos Eixos 2 e 3 do PO Algarve 21.
- Em junho 2014 foi atualizado pela **AG** o exercício de identificação do histórico dos Eixos do Programa e foi proposta à tutela a aprovação de 10% de “overbooking” para o **Eixo 1 – Beneficiários Públicos** que apresentava quebras que rondavam os 50% (medida complementar da Reprogramação Interna).
- Pedido de autorização para lançamento de convite às entidades portuárias responsáveis pelos Portos do Algarve (Faro e Portimão) para a qualificação destas estruturas no âmbito da “Valorização do Cluster Turismo Lazer” (medida complementar da Reprogramação Interna).
- **Plano de recuperação N+2 – Algarve (2013/2014)**:
 - Identificação e acompanhamento das faturas das operações e respetiva evolução no circuito de validação de despesas e pagamentos com vista à eliminação de tempos mortos no circuito.
 - Monitorização do trabalho de validação de despesas e pagamento por parte dos OI e beneficiários privados.
 - Apuramento semanal da execução e reporte à tutela.
 - Redução de prazos de validação de despesa de beneficiários públicos (AG, AMAL).
 - Medidas que necessitam de intervenção de Autoridades Nacionais (alterações de Regulamentos Específicos, reforço de Engenharías Financeiras e intensificação da respetiva

- execução, agilização de autorizações do Ministério das Finanças, redução de prazos de pagamento, aprovação de reprogramação interna (2014) e reforço do limite de overbooking (apenas autorizado em 2015), entre outros).
- No final de agosto de 2014 e não tendo sido aprovada nessa altura ainda a Reprogramação Interna a AG perante a urgência em contratar operações aprovadas que ainda viessem a ter execução no ano, e com a preocupação da execução do Eixo 3 não contabilizar para efeitos de N+2, aprovou uma Orientação de Gestão (nº12/2014) em que era dada prioridade à contratação de operações do Eixo 2.

Igualmente decorrente de necessidades sinalizadas no exercício de Reprogramação Estratégica, foi lançado em fevereiro de 2013 um novo sistema de incentivos, o **Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas (SIALM)**, com o objetivo de fomentar o investimento, a criação de emprego e o desenvolvimento regional, assentes na dinamização económica e social de áreas territoriais com problemas de interioridade.

Trata-se de um sistema de incentivos inovador, não só pelo facto de se orientar exclusivamente para o apoio a microempresas situadas em territórios com problemas de interioridade, mas também pelos mecanismos de gestão simplificados adotados.

A análise das candidaturas ao SIALM e o acompanhamento das operações aprovadas são asseguradas pela Unidade de Fatores de Competitividade do PO.

Montagem de iniciativas e de projetos estruturantes especiais

A montagem de iniciativas que contribuam para a implementação da estratégia de desenvolvimento regional que suporta o período de programação do QREN e o próximo período de programação (2014-2020) é um dos desígnios da Comissão de Coordenação da Região do Algarve e tem merecido particular atenção por parte da Autoridade de Gestão do PO Algarve 21.

Com efeito é objetivo da CCDR Algarve e em particular do PO ajudar a **dinamizar**, conjuntamente com outras entidades públicas e privadas, **projetos de natureza estruturante com significativo impacto económico na região do Algarve** que poderão vir a ser apoiados através dos instrumentos disponíveis no âmbito do PO.

Só o efeito conjugado de diversas iniciativas planeadas com uma dimensão de relevo mas executadas integradamente, poderão produzir efeitos numa Região onde a dispersão e a reduzida dimensão caracterizam o panorama das empresas não ligadas ao setor do Turismo.

Neste sentido, têm vindo a ser desenvolvidas um conjunto de iniciativas com vista a reforçar e consolidar os conceitos de um parque tecnológico na região, incubadora de empresas ou uma rede de mobilidade elétrica entre outros.

No que diz respeito ao **parque tecnológico**, designado por PTIA, Parque Tecnológico Internacional do Algarve, foi promovido o envolvimento de diversas entidades, através da elaboração e assinatura de um Memorando de entendimento com a Universidade do Algarve, o Município de Faro e a ANA, Aeroportos de Portugal, SA. Esse entendimento deu origem à consolidação da localização preferencial e a um conjunto de outros pressupostos elencados em relatório utilizado na preparação do necessário Plano de Urbanização (PU) para a zona, já em elaboração, após adjudicação, estando a CCDR Alg a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos. Foi ainda desenvolvido um estudo de oportunidades de iniciativas empresariais relacionadas com o Aeroporto desenvolvido pelo parceiro ANA, Aeroportos de Portugal, SA.

Em 2013, com vista ao reforço da capacidade de incubação de empresas junto da Universidade do Algarve, e como trabalho preparatório do futuro Parque Tecnológico foi aprovado, no âmbito do PO Algarve 21, o projeto UAlg Business Lab. Este projeto, que integra uma solução de acolhimento e apoio às atividades de base científica e tecnológica e de valorização económica e social, pretende claramente posicionar-se como estrutura de prestação de serviços partilhados e complementares com o futuro Parque Tecnológico do Algarve, bem como embrião para atividades já relacionadas com o próximo período de programação 2014-2020. Neste contexto, em **2014**, o projeto UAlg Business Lab, em articulação com a CCDR Algarve, apoiou um conjunto de iniciativas que valorizaram a afirmação da Estratégia de Especialização Inteligente RIS3 Regional e as redes de inovação.

Quanto ao alargamento da **rede de mobilidade elétrica Mobi-e**, promoveu-se o entendimento entre o Gabinete de Apoio à Mobilidade Elétrica em Portugal, e os diversos municípios do Algarve, tendo-se realizado diversas reuniões de trabalho e divulgação, inclusive com a AMAL, Associação de Municípios do Algarve. Foi, neste âmbito, preparado um Acordo para a Mobilidade eléctrica, a ser assinado entre o Estado e os Municípios. Pretendia-se vir a apoiar nomeadamente os diversos Planos Municipais para a Mobilidade Eléctrica (PMME) que visam entre outras a ampliação da rede de postos de carregamento elétrico para outras zonas de Região, que neste momento só existe em Faro. No entanto, embora considerado um projeto de muita relevância para a região, o impasse surgido com a mudança de governo e a consequente extinção da estrutura de missão que corporizava a concepção do modelo de desenvolvimento que vinha a ser seguido, conduziu inevitavelmente a uma suspensão da ideia que só mais recentemente foi retomada em particular no âmbito da preparação do próximo período de programação 2014-2020. Neste contexto e aproveitando as redes estabelecidas encontra-se em preparação um projeto piloto de mobilidade sustentável (a candidatar a Fundos Europeus) de carregamento elétrico rápido, entre Málaga e Sagres, envolvendo as entidades Regionais e parceiros institucionais e tecnológicos.

Entendeu-se também que a futura existência de um **parque tecnológico** na região será fator determinante para a criação de um **fundo de capital de risco** que promova e dinamize os projetos a instalar no primeiro com efeitos de sinergia mútuos. Esta ambição de fomentar a criação de um **fundo de capital de risco** que promova e dinamize os projetos a instalar na região sofreu algum atraso com o anúncio de novas orientações para o setor. No final de 2012 foi criado um Fundo de Capital de Risco (FCR) – Revitalizar para o sul do País que envolve as regiões de Lisboa, Alentejo e Algarve e conta com a participação do PO Algarve 21 no que diz respeito à Região do Algarve.

A criação de massa crítica que viabilize em particular a implementação do Fundo de capital de risco, obriga a dinamizar e incentivar o aparecimento de, por exemplo, projetos em setores emergentes como é o caso das **energias solares** e de **outras energias alternativas**, tendo o PO Algarve 21 concretizado já o apoio a um projecto de demonstração de **energia solar** que vinha acompanhando e que se enquadra no desígnio de estabelecer na região alguma massa crítica na produção de **energias renováveis alternativas**.

A implementação do Pólo Tecnológico constituirá fator crucial de viabilização da Estratégia de Especialização Inteligente e de **dinamização de centros de investigação** e de formação.

Esta prioridade da entidade que vier a dinamizar o PTIA será também prioridade da UALG reforçando as relações com outros centros de investigação internacional e aprofundando as ligações existentes no âmbito dos setores de especialização, nomeadamente no contexto do “*cluster do mar*”.

Nesta matéria e decorrente da criação em julho de 2011 da Plataforma do mar – Associação Maralgarve, que visa a dinamização do “*cluster do mar*” tem vindo a ser desenvolvido com o acompanhamento da CCDR Algarve, um trabalho de reflexão (seminários, reuniões etc.) ao longo dos anos **2012** a **2014** com vista à valorização de recursos do mar através de projetos inovadores e de modelos de colaboração universidade – empresas.

Finalmente, o PO Algarve 21 tem fomentado novas ideias de projetos que sirvam de catalisador de empresas na região, dando ainda apoio, através dos Sistemas de Incentivos, e, do novo instrumento financeiro de capital de risco ao investimento estratégico a desenvolver. Neste contexto, em **2014** foram apoiados dois projetos em parceria no âmbito do SIAC (Sistemas de Incentivos a Ações Coletivas): “Algarve 2015” e “Intersector”. Estes projetos têm como intuito fazer a ponte entre o Quadro que encerra e as agendas temáticas de novo Quadro, estruturando redes de Inovação em torno dos setores da RIS3 Regional.

Em suma, o PO Algarve 21 tem intervenção não só no **apoio aos estudos estratégicos** a desenvolver como na **preparação dos espaços de acolhimento para as empresas**, no **apoio direto a cada empresa** individualmente ou em parceria, através dos Sistemas de Incentivos ou do SIAC, e ainda nos **instrumentos de capital de risco** que impulsionarão investimentos estratégicos a desenvolver, que face à dimensão da massa crítica regional, apresentam ciclos longos de preparação.

QREN – Empréstimo Quadro

Na sequência do contrato de Empréstimo Quadro celebrado entre a República Portuguesa e o BEI, para financiamento da contrapartida nacional de operações aprovadas a co-financiamento pelo FEDER ou pelo Fundo de Coesão no âmbito do QREN, foi publicado em abril de 2011, o Despacho que fixa as condições de acesso e de utilização dos financiamentos no âmbito do Empréstimo Quadro (EQ).

A utilização do EQ compreende dois tipos de modalidade:

- **Financiamento da contrapartida nacional das operações inscritas em PIDDAC**, da responsabilidade de entidades beneficiárias da **Administração Central**
- **Financiamento reembolsável da contrapartida nacional**, das operações a realizar pelas **restantes entidades beneficiárias do EQ**

No âmbito do primeiro período de apoios e conforme definido no Despacho, a Autoridade de Gestão verificou as condições de elegibilidade das operações inscritas em PIDDAC e enviou ao Ex-IFDR (ADC) as propostas de financiamento destas candidaturas, tendo em vista a sua submissão a deliberação da Comissão de Coordenação e Supervisão (CCS). Foram apresentadas 10 candidaturas no valor de 2,4 milhões de Euros, que foram aprovadas na 1ª Deliberação da Comissão de Coordenação e Supervisão que ocorreu em julho 2011.

Em maio de 2011 a Autoridade de Gestão comunicou aos beneficiários do PO Algarve 21, o período para apresentação de candidaturas, as condições de acesso e de utilização do financiamento no âmbito do Financiamento Reembolsável da contrapartida nacional. Foram submetidas 22 candidaturas através do formulário electrónico. A AG validou os campos preenchidos pelos beneficiários e preencheu os campos da sua responsabilidade. Os pedidos de financiamento atingiram um valor de 5,1 milhões de euros.

Até final de 2012 tinham sido aprovadas 14 operações nesta linha de financiamento que envolviam 18 parceiros beneficiários com um financiamento QREN-EQ de 3,1 Milhões de euros. Já em 2013 foi aprovada mais uma operação, totalizando assim este processo 15 operações aprovadas com um financiamento de cerca de 3,3 milhões de euros.

Em julho de 2013, através de Despacho do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, foram fixadas as condições de acesso e de utilização dos financiamentos no âmbito dos montantes disponíveis da 1ª e 2ª tranche do empréstimo quadro contratado entre o Estado Membro e o Banco Europeu de Investimento.

Tendo por base as duas modalidades acima referidas foram apresentados, no âmbito do PO Algarve, 11 pedidos de financiamento junto da ADC. Em outubro de 2013, após análise daquela entidade, desses 11 pedidos, 3 foram considerados elegíveis, 4 não elegíveis e 4 remetidos para decisão posterior uma vez que estavam associados a operações que aguardavam confirmação de aprovação. Aos pedidos de financiamento

considerados elegíveis encontrava-se associado um valor de financiamento QREN-EQ aprovado que ronda os 653 mil euros.

Das 4 operações remetidas para decisão posterior apenas uma acabou por ser alvo de deliberação de CCS em 2013, com decisão final em **2014**, mas cujo processo acabou por ser arquivado, tendo por base a anulação do pedido de empréstimo por parte do mutuário.

Novamente em junho de 2014, através de novo Despacho dos Secretários de Estado do Tesouro e do Desenvolvimento Regional, foram fixadas novas condições de acesso e de utilização dos financiamentos no âmbito de montantes ainda disponíveis da 1ª e 2ª tranche do empréstimo-quadro. Este novo despacho, veio definir que o acesso ao financiamento se faria em contínuo e enquanto se verificassem disponibilidades financeiras.

Assumindo as duas modalidades acima referidas foram apresentados, no âmbito do PO Algarve 21, 4 pedidos de financiamento junto da ADC, 1 sob a forma de pedido de financiamento reembolsável e 3 pedidos de financiamento para a componente PIDDAC.

Em setembro de 2014, após análise da ADC, todos os pedidos apresentados foram considerados elegíveis e aprovados pela CCS. Aos pedidos de financiamento considerados elegíveis encontrava-se associado, em 31/12/2014, um valor de financiamento QREN-EQ aprovado que ronda um total de 809 mil euros.

Contratualização com os Municípios

No início de 2009 foi efetuado um trabalho de recolha de prioridades dos Municípios pelas Estruturas Técnicas da CCDR e da AMAL (concluído em Fevereiro) em continuidade do trabalho já efetuado com a Rede Escolar no final de 2008. Este trabalho serviu de preparação do pacote de projetos que serviu de base à **contratualização com os Municípios** (contrato assinado em **maio 2009**).

Tendo por base o Decreto-Lei nº 312/2007, de 17 de Setembro, alterado pelo Decreto lei nº 74/2008, de 22 de Abril, e pelo Decreto-Lei nº 99/2009, de 28 de Abril, diploma legal que regula a governação do QREN, e as orientações emitidas pela CMC POR, por deliberação aprovada em 19 de março de 2008 foi celebrado no dia 06 de Maio de 2009 e ratificado pela CMC POR a 24 de julho de 2009, o contrato de delegação de competências, sem subvenção global, entre a Autoridade de Gestão e a Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL). Esta contratualização com a Associação de Municípios abrange **toda a área geográfica de intervenção do PO Algarve 21 e envolve um montante financeiro de 25 Milhões FEDER**.

Após a assinatura de contrato foi necessário proceder a adaptações no Sistema de Informação do **PO** e alterar o Manual de Procedimentos e Descrição de Sistemas de Gestão e Controlo em conformidade.

As adaptações do Sistema de Informação foram efetuadas e no final de 2010 tinham sido transferidos os processos dos projetos contratualizados.

Ao longo do ano 2010 decorreu assim um período transitório em que foi efetuada formação e a validação de despesa foi efetuada em conjunto com a Autoridade de Gestão, sob a responsabilidade desta⁴⁷. A apreciação de candidaturas é da responsabilidade da Autoridade de Gestão (competência não delegada).

Durante o ano de 2011 foi concluído o processo de certificação da AMAL pela Autoridade de Auditoria no seguimento da revisão da Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo (DSGC) e da Auditoria efetuada pela IGF, o que viria a acontecer em junho, permitindo assegurar a transferência das competências para aquela Associação.

Esta nova DSGC entrou em vigor em julho de 2011, e a partir de Outubro passou a ser efetuada a validação de despesas pela inteira responsabilidade da AMAL.

Em **novembro de 2011** foi assinada uma Adenda à Contratualização que consistiu apenas no **ajustamento do Plano de Ação** anexo ao contrato, a pedido dos Municípios e sem repercussão no valor global desta contratualização. Esta adenda foi posteriormente alvo de ratificação por parte dos membros da Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais, com deliberação aprovada em 20 de março de 2012.

Em 26 de **julho de 2013** foi celebrada segunda Adenda a este Contrato de Delegação de Competências, adenda esta que prevê o **reforço do montante FEDER atribuído à contratualização para 27,5 milhões de euros** e teve essencialmente como objetivo dar cobertura a aumentos de taxa já efetuados ou a efetuar considerados relevantes nesta fase final do Programa, como apoio ao cumprimento dos objetivos do PO e em particular das metas N+2. Esta proposta de reforço enquadrou-se nas disponibilidades financeiras do Programa e no cumprimento das regras de gestão do “overbooking” (+ 10% de reforço), tendo sido alvo de aprovação por parte dos membros da Comissão Ministerial de Coordenação do PO Regionais, com deliberação aprovada em 8 de Agosto de 2013.

Com vista à clarificação de questões levantadas pela Inspeção Geral de Finanças no âmbito da atualização da Descrição de Sistemas de Gestão e Controlo, relacionadas com a possibilidade de existência de subdelegação de competências, foi assinada em 26 de **novembro de 2013**, nova adenda ao Contrato estabelecido entre a Autoridade de Gestão e a Comunidade Intermunicipal do Algarve. Neste âmbito foram igualmente efetuados ajustamentos ao Protocolo para acompanhamento físico das operações CCDR / AMAL.

Para acompanhamento e apoio do trabalho a desenvolver pela AMAL e no âmbito da **supervisão** prevista na DSGC, passaram a ser efetuadas reuniões periódicas de ponto de situação das questões que envolvem a contratualização (alterações de regulamentos, esclarecimentos sobre orientações de gestão, articulação de procedimentos, níveis de execução, análise da situação das operações em curso, mecanismos de aumentos

⁴⁷ Desta forma a Certificação das despesas integradas no Plano de Ação, junto da Comissão Europeia nunca chegou a ser inibida como aconteceu noutras Regiões.

de taxa, *Top Up*, orientações para o encerramento de operações, esclarecimentos e resolução de questões relacionadas com o sistema de informação, etc).

Durante o ano **2014** realizaram-se várias reuniões, uma das quais incluiu uma visita conjunta a um beneficiário com ida ao local das operações apoiadas.

Até final de 2014 tinham sido realizadas pelo Secretariado Técnico (CCDR) 5 ações de supervisão que cobriram 20% das operações contratualizadas no âmbito da rede escolar, mobilidade territorial e Ações de Valorização e Qualificação Ambiental, em que foram analisados 11 pedidos de pagamento para confirmação do trabalho já efetuado pela AMAL, com vista a cumprir uma amostragem de um mínimo de 3% da despesa verificada conforme previsto na DSGC.

Em 31/12/2014 foi assim supervisionada uma despesa de 934,9 mil euros, representando 6,36% da despesa certificada no âmbito desta contratualização e ultrapassando os mínimos previstos da Descrição de Sistemas.

Contratualização no âmbito dos Sistemas de Incentivos

No âmbito dos Sistemas de Incentivos, são funções delegadas nos **Organismos Intermédios** (IAPMEI, TP, AICEP e ADI) as relativas à análise dos projetos, à contratação dos incentivos, ao controlo, ao acompanhamento da execução dos projetos e à interlocução com os promotores.

As funções delegadas nos Organismos Intermédios são desenvolvidas de acordo com a observância dos procedimentos que se encontram previstos no Manual de Procedimentos – Sistemas de Incentivos QREN.

O trabalho técnico desenvolvido pelos Organismos Intermédios em 2014 encontra-se sintetizado na tabela seguinte e foi significativamente mais intenso do que no ano anterior:

Tabela 2.17 – Trabalho de Parceria desenvolvido pelos Organismos Intermédios (ano 2014)

	IAPMEI	TP	AICEP	ADI	Total
Pareceres emitidos	19	20	9	2	50
Contratos celebrados com promotores	204	104	43	16	367
Pedidos de pagamento analisados	234	144	38	37	453

O procedimento contínuo de supervisão das funções delegadas pela Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 nos Organismos Intermédios (OI) associados à gestão dos sistemas de incentivos⁴⁸ foi desenvolvido conforme previsto em várias dimensões ao longo das diferentes fases do ciclo de gestão dos projetos:

⁴⁸ Exceto SIALM em que a gestão é efetuada diretamente pela AG.

- **Dimensão – Controlo do trabalho** desenvolvido pelos OI nas fases de “*avaliação e seleção de candidaturas*” e de “*verificação de despesa*”

a) Na fase de **avaliação e seleção de candidaturas**

A Autoridade de Gestão supervisiona controlando o trabalho desenvolvido pelos OI na fase de “*avaliação e seleção de candidaturas*” utilizando como principal ferramenta o sistema de informação SiQREN. Como exemplo, por solicitação da Unidade Fatores de Competitividade foram corrigidos vários pareceres dos OI sobre candidaturas (correção do texto do parecer, correção do montante de incentivo, correção de valores minimis, etc.).

Nesta fase têm também importância, enquanto momentos de troca de impressões com os vários OI, sobre o trabalho realizado e o andamento dos processos, as reuniões de Comissão de Seleção (realizaram-se 12 consultas escritas em 2014).

b) Na fase de **verificação de despesa**

A Autoridade de Gestão supervisiona o trabalho desenvolvido pelos OI na fase de “*verificação de despesa*” utilizando como principal ferramenta o sistema de informação SiQREN. Em 2014, a Unidade Fatores de Competitividade do PO 21 concluiu a verificação sobre mais de 3% da despesa acumulada entre 01/01/2007 e 18/12/2014 e procedeu ao envio do relatório aos OI para contraditório.

- **Dimensão – Supervisão Geral** através da avaliação periódica da atividade dos OI, da normalização de critérios, orientações técnicas e de gestão e de procedimentos, e ainda da definição e uso de ferramentas informáticas normalizadas.

a) Avaliação periódica da **atividade dos OI**

A Unidade Fatores de Competitividade do PO monitoriza diariamente a atividade dos OI utilizando como principal ferramenta o sistema de informação SiQREN, mas também através de mapas de alerta de incumprimentos e de contatos por e-mail e telefónicos. Como exemplo, é monitorizado o cumprimento de prazos pelos OI (no âmbito de emissão de pareceres, alegações contrárias, ajustes à decisão, reclamações, celebração de contratos, pagamentos, etc.).

b) Normalização de **critérios, orientações técnicas e de gestão e de procedimentos**

Neste âmbito, a Unidade Fatores de Competitividade define o critério regional a pontuar para os projetos. Além disso, no âmbito da rede dos SI QREN foi articulada entre AG a emissão de Orientações Técnicas e de Gestão (em **2014**, foram publicadas/revistas 4 Orientações de Gestão) e a promoção da harmonização de procedimentos entre os vários OI (ao nível da análise de candidaturas, de análise de pedidos de pagamento, etc.) no âmbito das Comissões de Seleção já referidas.

c) Definição e uso de **ferramentas informáticas normalizadas**

A Unidade Fatores de Competitividade promove junto dos OI as solicitações para atualização da ferramenta informática (pedidos de correção de erros ao nível de incoerências em diferentes módulos, pedidos de dados em falta no sistema de informação, etc.).

Até final de **2014**, foi supervisionada uma despesa de 5,2 milhões de euros representando 6,79% do total da despesa certificada no âmbito desta contratualização.

Parceria e Subvenções Globais

Ao longo do período do QREN tem sido dado cumprimento aos preceitos nacionais e comunitários em matéria de parceria, tanto no que respeita à colaboração com as autoridades locais como com a sociedade civil.

Para além da participação dos agentes regionais mais representativos na **Comissão de Acompanhamento** do Programa (autarquias locais, associações empresariais e sindicais, organizações não governamentais) terem tido um papel ativo na aprovação dos principais instrumentos operacionais para implementação do Programa, designadamente, regulamentos e critérios de seleção dos projetos, há que realçar a habitual estreita colaboração com a **Associação de Municípios do Algarve/Comunidade Intermunicipal de Municípios (AMAL)**.

Com efeito, a AMAL foi consultada com regularidade sobre o processo de programação e implementação do Programa, quer nos processos de negociação, quer no âmbito da contratualização com aquela Associação, a qual decorre com normalidade conforme ponto anterior.

A parceria com os **Organismos Intermédios** materializou-se essencialmente no trabalho desenvolvido no âmbito das reuniões da Comissão de Seleção (12 procedimentos de Consulta escrita ao longo de 2014) onde, ao longo do período do QREN, para além do trabalho referente às funções delegadas no âmbito da gestão do PO, é também discutida a situação da realidade empresarial de cada Região, beneficiando da informação e competência técnica dos OI e do conhecimento regional específico de cada **AG**.

No âmbito das parcerias importa fazer referência ao papel do **Centro de Observação das Dinâmicas Regionais (CODR)**.

De acordo com o previsto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, compete ao CODR o *“acompanhamento da execução e dos efeitos regionais das políticas públicas e dos respetivos instrumentos de execução no âmbito do desenvolvimento económico, social e territorial em cada região, em especial das operações que são objeto de financiamento pelos PO e pelos instrumentos de programação do FEADER e do FEP”*.

As atividades do CODR têm sido exercidas em articulação com o Observatório do QREN (agora integrado na ADC) apoiando o exercício de competências da Comissão de Aconselhamento Estratégico do PO Algarve21.

O modelo de governação do QREN define ainda que, as competências de promoção da prossecução das prioridades do QREN, assegurando designadamente a coerência da implementação dos PO no cumprimento da estratégia de desenvolvimento definida, e de elaboração dos relatórios anuais de monitorização estratégica do QREN, da responsabilidade direta do Observatório do QREN (atualmente ADC), são exercidas em articulação com os Centros de Observação das Dinâmicas Regionais.

Adicionalmente, o texto dos Programas Operacionais estabelece ainda que os Centros de Observação das Dinâmicas Regionais são parte integrante da Rede de Avaliação do QREN 2007-2013, coordenada pelo Observatório do QREN, e que integra todas as Autoridades de Gestão, a ADC, I.P. e o IGFSE, I.P., bem como dos Centros de Racionalidade Temática.

A atividade do Centro de Observação das Dinâmicas Regionais do Algarve é dinamizada pela CCDR, assegurando esta, a articulação das atividades realizadas pelo CODR com o Observatório do Ordenamento do Território e do Urbanismo a que se refere o artigo 5.º do Decreto Regulamentar n.º 54/2007, de 27 de Abril.

O ano de **2014** reforçou o papel desempenhado pelo CODR no contexto das tarefas iniciadas em 2013 e centrada nos mesmos tipos de desafios, por um lado manter o nível de desempenho que tinha conseguido assegurar na produção de informação e no suporte à decisão, e por outro no aprofundamento e dinamização do debate regional tendo por objetivo a preparação e a programação do período de programação 2014-2020.

Ao contrário do processo de programação 2007-2013, em que se recorreu genericamente à prestação de serviços externos, o processo de programação 2014-2020 foi fundamentalmente suportado pelos recursos internos da Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional (CCDR)/CODR e da Estrutura do PO Algarve 21, a que se acrescentaram contributos relevantes com origem na Direção de Serviços de Ordenamento do Território e Ambiente.

O reforço da mobilização de recursos humanos para o apoio à programação do novo Quadro (2014-2020), obrigou no entanto a tomar opções ao nível da produção regular de informação, tendo sido suspenso o boletim de conjuntura regional, mantendo-se a monitorização dos fluxos de mobilidade e transportes.

No âmbito do exercício regular do CODR, é de realçar a continuidade e reforço das parcerias assumidas no contexto da recolha e tratamento da informação disponibilizada, destacando-se:

- Instituto Nacional de Estatística;
- Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- Centro Regional de Segurança Social do Algarve
- Ana, Aeroportos de Portugal, SA – Aeroporto de Faro;

- IMPACTUR, CIITT (Universidade do Algarve);
- CP -Comboios de Portugal;
- Instituto Português e dos Transportes Marítimos;
- EVA Transportes, SA;
- EP – Estradas de Portugal, SA;
- InIR – Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, IP
- Secretariado Técnico do POPH
- Estrutura de Apoio Técnico do PROMAR;
- CCDR Algarve - Organismo Intermédio do POCTEP para o Algarve;
- Estrutura de Apoio do PRODER
- Direção Geral das Pescas e Aquacultura
- Euroscut, SA
- Eva Transportes, SA
- Banco Alimentar – Algarve
- Direção Regional de Educação do Algarve
- Direção Regional de Economia do Algarve
- Comunidade Intermunicipal do Algarve
- Câmaras Municipais do Algarve
- AMAL
- Associações Empresariais
- Câmaras de Comércio e Indústria
- CRIA
- UALG
- Restantes CODR Regionais

No que respeita à **Produção de informação e documentação** destacam-se:

- A produção e divulgação de **3 Boletins trimestrais de Conjuntura – Mobilidade e Transportes**
- Um Boletim anual de **Conjuntura das Dinâmicas Territoriais**;

Relativamente ao **lançamento de temáticas para o debate Regional**, particularmente tendo em conta a preparação do próximo período de programação, foram reforçados durante o ano de 2014, os debates em torno de temas pertinentes para a agenda regional inseridos no **Fórum de Desenvolvimento Regional**. Neste âmbito, o CODR alimentou a informação/indicadores e suportou os documentos apresentados no âmbito dos encontros e iniciativas promovidas, dos quais destacamos:

Ações Transversais:

- CONSELHO REGIONAL DO ALGARVE, Faro, 17/02/14
- Algarve 2020 - Uma Região com Futuro! Seminário: As Perspetivas da Economia Algarvia no Horizonte 2020, F Economia UAlg, Faro, 30/4/2014

- 14º CONGRESSO DA ANTRAM - TRM, Portugal 2020 e Horizonte 2020 - diagnóstico e oportunidades de apoio à competitividade do setor – 11/10/2014
- O PO CRESC ALGARVE 2020 - Reunião com parceiros Regionais CCDR Algarve – 28/11/2014

Ateliers Temáticos - Crescimento Inteligente:

- Empreender e Inovar + | *Focus Group* - RIS3: Turismo, Faro 29/04/2014
- Empreender e Inovar + | *Focus Group* - RIS3: Saúde, Faro 05/06/2014
- Empreender e Inovar + | *Focus Group* - RIS3: Mar, Faro 07/05/2014
- Empreender e Inovar + | *Focus Group* - RIS3: Energia, Faro 19/05/2014
- Empreender e Inovar + | *Focus Group* - RIS3: Industrias Criativas, Culturais e TIC, Faro 20/05/2014
- Empreender e Inovar + | *Focus Group* - RIS3: Agroalimentares / Agroindustriais e Floresta, Faro 04/06/2014
- RIS3 Algarve - Reunião da Comissão de Acompanhamento do Enterprise Europe Network - Faro 19/06/2014
- RIS3 Algarve - Gestão de inovação em PME - Como aplicar o Innovation Scoring na sua empresa Faro 03/07/2014
- TURISMO 2020: PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM PORTUGAL - Turismo e Fundos Comunitários. Que futuro? 25/09/2014
- A RIS3 do Algarve e o próximo período de programação de fundos comunitários
- - INTERSECTOR UAlg, Faro – 16/10/2014
- A RIS3 do Algarve e o próximo período de programação de fundos comunitários, Anadluzaidas IV, Faro – 18/12/2014

Ateliers Temáticos - Crescimento Inclusivo:

- Algarve - 30 Anos de Coesão 1983-2013, eleições Europeias, Europ Direct, 03/04/2014
- O PO CRESC ALGARVE 2020 - Reunião da Plataforma Supraconcelhia do Algarve Faro – 15/12/2014

Ateliers Temáticos - Crescimento Sustentável:

- O PO CRESC ALGARVE 2020 - Volta ao Emprego, Albufeira – 23/10/2014
- O PO CRESC ALGARVE 2020 - Volta ao Emprego, V. Real St. António – 08/10/2014
- Sessão de Trabalho - Instrumentos de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC Rurais, Costeiros e Urbanos) 01/12/2014

Tendo ainda como objetivo, a sensibilização através da divulgação de resultados, o CODR participou na preparação de duas iniciativas em articulação com a estrutura do PO Algarve 21, e a Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional (DSDR):

- A iniciativa MADE-IN Algarve, com uma exposição itinerante com 7 sessões:

Mais Europa no Algarve, 26/02/2014

Sessão Mar, Vila Real de St. António, 27/03/2014

Sessão Serviços, Loulé, 10/04/2014

Sessão Industria, Monchique, 21/04/2014

Sessão Terra, Monchique, 21/04/2014

Sessão Final – Faro, 09/05/2014 – Esta sessão abriu também as comemorações do mês da Europa (grande evento anual do PO)

- A iniciativa Mais Algarve na Europa, com divulgação de outros fundos com intervenção na região:

Horizonte 2020 – Projetos de PME e Financiamento de Risco, 23/09/2014

Mais Algarve na Europa Criativa, 26/05/2014

No âmbito da preparação do Programa Operacional Regional (2014 – 2020), foram ainda durante o ano de 2014, produzidos diversos documentos de subsídios para o diagnóstico e para alimentar a estratégia regional 2014-2020, e a definição do Programa Operacional, que decorreram sob coordenação operacional do CODR e com suporte a contratações externas, destacando-se nomeadamente:

- **Estratégia de Especialização Inteligente RIS3 Algarve**
- Abordagem à **Especialização Inteligente Regional** (por contratação da empresa SIGMA)
- **Política de Cidades** (por contratação do Instituto de Ciências Sociais Universidade de Lisboa)
- **Territórios de Baixa Densidade** (por contratação do Instituto de Estudos Sociais e Económicos)
- **Inclusão Social e Emprego** (por contratação do Instituto de Estudos Sociais e Económicos)
- **Sustentabilidade Energética do Algarve** (por contratação da AREAL)
- **Mobilidade e Acessibilidades do Algarve** (por contratação da TERRAForma)

Os contributos destes diferentes documentos permitiram fechar as diferentes propostas do novo Programa Operacional, que teve versões submetidas aos serviços da Comissão Europeia em Fevereiro, Julho, Outubro e Dezembro de 2014.

O apoio do CODR, com base nestes contributos, permitiu elaborar uma proposta de Plano de Ação Regional (PAR Algarve - Versão *Draft*).

No âmbito institucional, foi assegurada a participação no âmbito da Rede de Avaliação do QREN, conforme descrito no ponto 2.7.2 deste Relatório.

Ainda no âmbito da dinâmica do CODR, é de realçar o apoio ao trabalho desenvolvido (em articulação com a DSDR) em torno do projeto **Algarve Acolhe** e da dinâmica das áreas empresariais e o acompanhamento da **avaliação do contributo do PO Algarve 21 para a competitividade do Turismo na Região (COMPETITIVTUR)**.

A estratégia para 2015, passa por melhorar e manter as parcerias formais estabelecidas e suportar o debate com base na apresentação dos resultados atingidos com o QREN. A entrada em vigor de um novo quadro, particularmente centrado nos resultados, e o novo modelo de Governação, que substitui a figura dos CODR por uma Estrutura de Missão das Dinâmicas Regionais (com poderes, competências e responsabilidades reforçadas nos domínios do acompanhamento e dinamização), irá obrigar a um investimento robusto no sistema de recolha, tratamento e reporte de indicadores como suporte dos respetivos processos de monitorização, execução e avaliação.

Flexibilidade inter-fundos – Despesas FSE

Para utilização da **flexibilidade inter-fundos** prevista nos Regulamentos Comunitários, foi publicado o Regulamento Específico dos Apoios à Formação Profissional que estabelece que sejam apoiados os projetos que, conjuntamente com investimentos em outros domínios, incluam investimentos em formação profissional e sejam susceptíveis de ser apoiados nos eixos prioritários onde está previsto o acionamento de apoios a ações de formação profissional, designadamente no âmbito dos seguintes sistemas de apoios:

- Sistema de Incentivos à Inovação;
- Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME;
- Sistema de Apoios à Modernização Administrativa;
- Sistema de Incentivos a Ações Coletivas.

Em relação a esta componente, importa salientar que é assegurado o seu acompanhamento específico ao longo de todo o ciclo de vida dos projetos, que permite obter um apuramento autónomo, dos respetivos níveis de execução, necessário ao controlo da flexibilidade inter-fundos prevista no n.º 2 do artigo 34.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.

Com efeito, logo em sede de candidatura é recolhida a informação própria necessária ao apuramento e aprovação das respetivas despesas elegíveis, de acordo com as regras de elegibilidade estabelecidas, sobre as quais incidem taxas de apoio específicas (designadamente no âmbito dos sistemas de incentivo às empresas), sendo que em sede de acompanhamento e encerramento de projetos serão igualmente recolhidos os dados de execução correspondentes.

Em relação a cada projeto e em qualquer fase do processo, será sempre possível apurar os montantes aprovados e realizados em formação profissional separadamente dos correspondentes valores globais.

A flexibilidade inter-fundos é alvo de monitorização por Eixo prioritário por parte da Autoridade de Gestão através de Pontos de Situação periódicos.

Até ao final de 2014, foram aprovados 15 projetos com despesa FSE no montante de 127,3 mil euros, resultando num saldo FEDER disponível de 17.367.896,56 euros, para utilização na flexibilidade inter-fundos.

Tabela 2.18 – Registo dos montantes FEDER aprovados na flexibilidade inter-fundos

euros			
Nº Projecto	Promotor	Data aprovação	FEDER aprovado
Dotação PO ALGARVE21 na flexibilidade inter-fundos (10%) *			17.495.201,60
1.998	Garrafeira Soares, S.A.	18-07-2008	52.809,60
2.039	Algadata, S.A.	18-07-2008	3.600,00
6.674	ALL DOMOTICS SA	30-07-2009	17.058,54
7.754	BÖER & SIEBERT, LDA	20-05-2010	2.116,00
16.778	CONCEPTEK, SA	17-09-2010	2.560,00
16.784	PROJECTO 2, LDA	17-09-2010	800,00
25.505	DOLPHINS DRIVEN - ACTIVIDADES MARITIMO-TURISTICAS, LDA	17-10-2012	1.192,00
25.607	SHCL - SHOESCLOSET, LDA	17-10-2012	9.090,00
26.359	PROIBER - SOLUÇÕES E PRODUTOS PARA A CONSTRUÇÃO, LDA	17-10-2012	1.600,00
031899	HORACERTA- COMERCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ARTIGOS DE OURIVESARIA E RELOJOARIA, LDA	26-03-2013	3.392,00
032291	SPAROS, LDA	23-10-2013	4.800,00
039453	SUMMER PORTUGAL RESORTS SA	11-12-2013	21.726,90
039813	ROCHALGARVE - PLANEAMENTO DE FÉRIAS PARA O TURISMO, SA	29-12-2014	2.160,00
040303	ACINET - SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, LDA	21-02-2014	3.200,00
040590	MAIS ALÉM TURISMO NO ESPAÇO RURAL UNIPessoal, LDA	21-02-2014	1.200,00
TOTAL			127.305,04
* prevista no nº 2 do artigo 34º do regulamento (CE) nº 1083/2006.		SALDO	17.367.896,56

Cabe referir que até final de 2014 tinha sido executada uma despesa FSE de 43 mil euros.

Encontro Anual

Em 24 de fevereiro de 2015 realizou-se em Lisboa (Centro Cultural de Belém) o Encontro Anual de 2014 entre as Autoridades Nacionais do QREN, Autoridades de Gestão e os serviços da Comissão Europeia para acompanhamento das questões relacionadas com a implementação/execução do QREN.

Os temas abordados foram os pontos de situação dos compromissos e da execução dos PO, a meta N+3 e as metas *earmarking*, as medidas adotadas para reforçar a execução, a despesa certificada, a situação dos grandes projetos, a implementação dos Instrumentos Financeiros para as empresas e para o desenvolvimento urbano (Jessica), as medidas corretivas para garantir a sustentabilidade das infraestruturas sociais, um ponto de situação de problemas e medidas corretivas, a preparação de eventuais reprogramações e do encerramento.

A intervenção do ponto de situação nacional dos instrumentos financeiros urbanos foi efetuada pelo Presidente da Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 (Eng^o David Santos) enquanto Presidente do Comité de Investimentos da Iniciativa Jessica.



Comissão de Acompanhamento

Durante o ano 2014 a **Comissão de Acompanhamento do Programa** reuniu uma vez, em Faro, no dia **19 de junho** e contou com a participação dos representantes da **Comissão Europeia (DG Régio – Unidade Portugal)**. Esta reunião teve como principais objetivos a análise e aprovação do Relatório de Execução de 2013 e a análise do ponto de situação atualizado do Programa.





Os membros da Comissão de Acompanhamento foram ainda convidados a participar, nesse mesmo dia, na **Sessão Pública de “Resultados e apostas para o futuro – Desafios da Estratégia 2014-2020”**, inserida nas iniciativas “Mês da Europa 2014” que se realizou também em Faro (*grande evento anual do PO*).



Nesta sessão para além dos resultados do Programa, apresentados pelo Presidente da Autoridade de Gestão com comentários da Comissão Diretiva (Dr. Jorge Botelho e Prof. António Covas), foram apresentadas as conclusões da Avaliação Intercalar 2007-2013 – “O que mudou na região do Algarve?”, contando para o efeito com a participação da *Augusto Mateus, Consultores*, responsável pelo estudo.

A sessão contou ainda com intervenções da Chefe da Unidade de Portugal da DG Regio, à data a Dra. Judit Rozsa, que apresentou os Desafios da Estratégia 2020 e do Dr. Duarte Rodrigues, em representação da ADC, que enquadrou o Algarve no Ciclo Comunitário 2014-2020, enquanto região de transição.

Após o encerramento dos trabalhos foi realizada uma visita à exposição “Made in Algarve” (reeditada e ampliada), a qual teve como objetivo a apresentação de uma seleção de empresas, dando visibilidade à diversidade da produção realizada na região no contexto dos seis setores da Estratégia Regional de Especialização Inteligente – RIS3.

No dia seguinte (**20 de junho**) integrada nos trabalhos decorrentes da Comissão de Acompanhamento foi realizada uma visita de trabalho a várias operações apoiadas pelo PO que contaram com a participação da “desk officer” do PO Algarve 21 – Dr^a Rosalina Bernon - DG Régio (Comissão Europeia).

As entidades visitadas foram:

- Município de São Brás de Alportel:
 - “Circular de S. Brás - Fase 3.2” – **Eixo 3 – Mobilidade Territorial**;
 - “Reabilitação Urbana de S. Brás de Alportel – Parque da Vila” – **Eixo 3 – Reabilitação urbana**;
- Município de Olhão:
 - “Requalificação dos Largos da Zona Histórica de Olhão” – **Eixo 3 – Parcerias para a regeneração urbana**;
 - “Intervenção de Arte em Espaço Público Emblemático” – **Eixo 3 – Reabilitação urbana**;
- VISUALFORMA, Tecnologias de Informação, SA - **Eixo 1 – SI I&DT Empresas / Projetos em Co-promoção; SI Qualificação PME/ Projetos Individuais e de Cooperação; Criação e reforço de competências Internas de I&DT / Núcleos de I&DT**
- Tertúlia Algarvia – **Eixo 1 - SI Inovação – Empreendedorismo Qualificado**

Manual de Procedimentos / Descrição de Sistemas de Gestão e Controlo

O Decreto Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, que define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégica Nacional, confere às Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais do Continente, nos termos da alínea a) do n.º 1 do Art.º 46º, as competências para propor regulamentos e aprovar orientações técnicas, administrativas e financeiras relativas às candidaturas a financiamento pelo PO, ao processo de apreciação das candidaturas e ao acompanhamento da execução das operações financiadas.

Os documentos mais relevantes que contém as orientações técnicas do Programa são os seguintes:

Documento	Resumo
Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo – PO Algarve 21	Descreve os sistemas de gestão e controlo criados para o PO Algarve 21 tendo como objetivo ajuizar da sua eficácia.
Manual de Procedimentos – PO Algarve 21	Define o conjunto de regras e procedimentos a observar pelos beneficiários do Programa, desde a instrução das candidaturas ao encerramento das operações, pautando a articulação entre estes e a Autoridade de Gestão.
Manual de Procedimentos – Sistemas de Incentivos QREN	Define os procedimentos inerentes às funções a executar pelos intervenientes na rede do sistema de incentivos às empresas do QREN.
Manuais dos Organismos Intermédios – Sistemas de Incentivos	Definem os procedimentos inerentes às funções de cada um dos Organismos Intermédios do Sistema de Incentivos.

Documento	Resumo
Plano de Comunicação do PO Algarve 21	Define a estratégia de comunicação cujos principais objetivos são divulgar, promover, informar e valorizar o PO e a União Europeia.
Manual de Identidade PO Algarve 21	Define normas básicas de utilização da marca Algarve21 e QREN.
Guia de Informação e publicidade para Beneficiários	Define as obrigações de informação e publicidade dos Beneficiários.

No prazo de doze meses a contar da data de aprovação do PO Algarve 21, foi apresentada à Comissão Europeia uma **descrição dos sistemas de gestão e controlo**, abrangendo designadamente os aspetos relativos à organização e aos procedimentos:

- Das autoridades de gestão e de certificação e dos organismos intermédios;
- Da autoridade de auditoria e de outros organismos que efetuem auditorias sob a sua responsabilidade.

Esta descrição foi acompanhada de um relatório, elaborado pela autoridade de auditoria (Inspeção Geral de Finanças) do qual constaram os resultados da avaliação dos sistemas criados e que dava parecer quanto à sua conformidade. Em resultado do exame efetuado na altura à descrição dos sistemas de gestão e controlo do PO Algarve 21, a Inspeção Geral de Finanças concluiu que os sistemas estabelecidos respeitavam os requisitos aplicáveis, tendo emitido um parecer sem reservas.

O Relatório e Parecer emitidos pela Inspeção-Geral de Finanças sobre a conformidade do Sistema de Gestão e Controlo do Programa Operacional Algarve 21 foram transmitidos à Comissão Europeia a 10/10/2008, via SFC 2007.

O documento foi revisto em 3 fases:

- Foi efetuada em *Fevereiro 2009* uma primeira versão de resposta aos comentários da Comissão Europeia feitos sobre a versão enviada em *Outubro de 2008*.
- Os comentários da Comissão incidiram sobre questões como: sistema de informação, estrutura de organização dos organismos intermédios, recursos humanos afetos à estrutura, verificações administrativas de gestão, segregação de funções e pista de auditoria.
A Autoridade de Gestão teve estes comentários em consideração e em *Agosto/Setembro 2009* o documento foi revisto com base em indicações superiores, no sentido de seguir o modelo do PO Norte para os PO regionais.
- Foram enviados os últimos elementos solicitados pela IGF em *Dezembro de 2009*, quando terminou o trabalho de transferência de dados do Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos para o Sistema de Informação do PO Algarve 21.
- O documento final foi enviado para a Comissão Europeia em *Fevereiro de 2010*, após parecer final positivo da IGF. Foi aceite em *Março de 2010*.

No final de 2010, foram iniciados os trabalhos de revisão da DSGC para, entre outros aspetos, atualizar e integrar as funções da AMAL enquanto entidade intermédia no acompanhamento das operações contratualizadas. Esta revisão foi concluída em Junho de 2011 e aprovada pela Inspeção Geral de Finanças em Julho (Autoridade de Auditoria) passando a vigorar a partir daí.

Em Setembro de 2011 foi ainda efetuada uma nova atualização (enviada em 7/11/2011) que incluía a informação sobre a gestão e controlo das iniciativas SAFPRI e JESSICA. Esta versão não foi aprovada nesse ano, por subsistirem dúvidas das Autoridades de Auditoria sobre o enquadramento nacional da iniciativa Jessica.

Assim, durante o ano 2012 foi efetuado um trabalho entre a estrutura nacional do Jessica, o IFDR e a IGF, tendo sido produzido um Manual de Procedimentos da Iniciativa incluindo as *check-list* necessárias para a atividade contratualizada com as entidades gestoras dos Fundos de Desenvolvimento Urbano (FDU). Apenas na sequência da finalização deste trabalho foi possível produzir uma revisão definitiva da Descrição de Sistemas que veio a ocorrer em outubro de 2012, com encerramento do processo em Dezembro de 2012.

Na sequência do lançamento do SIALM (Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas) em fevereiro de 2013, foram incluídos os procedimentos aplicáveis a este sistema de incentivos, na revisão anual à DSGC (efetuada em novembro e aprovada em dezembro 2013).

Esta revisão inclui ainda alguns ajustamentos que decorrem quer da resolução de questões de “*follow up*” de Auditorias, quer de melhorias de procedimentos relacionados com a experiência de gestão como sejam: atualização de legislação ou de ajustamentos à estrutura técnica, evolução da contratualização (2 Adendas aprovadas, esclarecimento relacionado com segregação de funções e subcontratação) introdução do *Top Up*, entre outras.

A última revisão do documento foi efetuada em outubro de 2014 e aprovada em dezembro de 2014 e inclui atualização de instituições e representantes, legislação e orientações de gestão e ajustamento ao ponto sobre Instrumentos de Engenharia Financeira (SAFPRI) para adaptação aos instrumentos mais recentemente aprovados.

Durante o ano 2008, foi elaborada uma primeira versão do **Manual de Procedimentos** do Programa Operacional Regional do Algarve 2007-2013 (PO Algarve 21), com o objetivo de criar um conjunto de disposições/orientações de gestão e respetivos circuitos, organizados para utilização de todos os intervenientes no processo de análise de candidaturas, decisão de financiamento, acompanhamento, execução e encerramento das operações financiadas em todos os Eixos do Programa, à excepção daqueles que se encontram abrangidos pelos regulamentos específicos dos Sistemas de Incentivos às Empresas – QREN.

Trata-se de documento de carácter normativo diretamente subordinado aos Regulamentos Comunitários, ao Regulamento Geral do FEDER e do Fundo de Coesão e aos Regulamentos Específicos, bem como à legislação nacional e comunitária aplicável, não dispensando o conhecimento e cumprimento do disposto naqueles documentos e diplomas.

O Manual de Procedimentos encontra-se estruturado na ótica do utilizador final (beneficiário), estando a informação organizada de acordo com o percurso expectável das operações. A estrutura aprovada na sua última versão é a seguinte:

- Secção A – Breve Caracterização do PO Algarve 21
- Secção B – Instrução da Candidatura
- Secção C – Decisão de Financiamento
- Secção D – Execução e Acompanhamento
- Secção E – Encerramento da Operação
- Secção F – Certificação de Despesa do Programa
- Secção G – Controlo Interno
- Secção H – Recuperações e Comunicação de Irregularidades
- Secção I – Publicidade e Informação
- Secção J – Avaliação do Programa
- Secção K – Quadros de Monitorização
- Secção L – Quadro Síntese dos Procedimentos
- Secção M – Legislação e Documentação Relevante

Trata-se de um documento dinâmico que deverá ser periodicamente alvo de revisão e atualização em função das melhorias introduzidas nas práticas de gestão e nas adaptações dos processos às realidades que se vão introduzindo em convergência com as estratégias definidas.

Seguindo este princípio, durante o ano 2009, o documento foi todo revisto e completado com a inclusão de formulários e check-list adaptadas. Esta revisão foi efetuada em função de novas orientações de gestão e das observações relativas à Descrição de Sistemas de Gestão e Controlo. A última versão foi aprovada pela Comissão Diretiva em agosto de 2009.

Em 2010 e logo que foi possível disponibilizar meios libertados das tarefas de encerramento do QCA III, iniciou-se um novo exercício de revisão, que deveria incluir as alterações do Regulamento Geral do FEDER e Fundo de Coesão e as novas orientações decorrentes da assinatura dos Memorandos de Entendimento assinados entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, com implicações em curso ao nível de alterações de Regulamentos Específicos.

Este processo prolongou-se durante o ano de 2011 e uma vez que se pretendeu incluir as alterações decorrentes da atualização da Descrição de Sistemas de Gestão e Controlo (incluindo a contratualização com a AMAL), aprovada em julho, foi preparada uma primeira revisão do documento no final de outubro.

As mais recentes alterações aprovadas em final de 2011 (Regulamento Geral) e no início de 2012 (Deliberações da CMC de janeiro, março, abril e agosto) aliada à insuficiência de meios humanos do ST Algarve (valência jurídica) não permitiram ainda estabilizar e aprovar uma nova versão do documento.

Como forma de ultrapassar esta questão, ao longo do período 2011/**2014** a Autoridade de Gestão tem produzido Orientações de Gestão aprovadas pela Comissão Diretiva que vai disponibilizando aos beneficiários através do site do PO e que serão incorporadas no Manual logo que se considere oportuno. Têm sido igualmente aprovados em Comissão Diretiva, alguns ajustamentos a check-list, formulários e procedimentos decorrentes do “follow-up” das recomendações das Auditorias.

Em **2014** foram efetuados ajustamentos em formulários e na minuta de contrato de financiamento e aprovadas 3 Orientações de Gestão sobre Revisões de preços, Terrenos e “Overbooking”.

Como parte integrante do Manual de Procedimentos do PO Algarve 21, foi elaborado o **Manual de Procedimentos - Sistemas de Incentivos QREN**, que pretende garantir a coerência de atuação dos Organismos Intermédios com as Autoridades de Gestão, no que respeita à definição de procedimentos e orientações a executar por cada interveniente da rede de sistema de incentivos visando o completo cumprimento de todos os normativos comunitários e nacionais e a melhoria da competitividade da economia portuguesa.

Este manual define os procedimentos inerentes às funções a executar pelos intervenientes **na rede dos sistemas de incentivos às empresas do QREN**. Aplica-se aos projetos candidatos ao Sistema de Incentivos do QREN, criados para dar cumprimento às atribuições em matéria de Fatores de Competitividade - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico e Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização e integrados no Eixo 1 do PO Algarve 21, nos seguintes regulamentos específicos:

- SI I&DT – Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas, que visa intensificar o esforço nacional de I&DT e criar novos conhecimentos com vista ao aumento da competitividade das empresas, promovendo a articulação entre estas e as entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT);
- SI Inovação – Sistema de Incentivos à Inovação, que visa a inovação no tecido empresarial, pela via da produção de novos bens, serviços e processos que suportem a sua progressão na cadeia de valor e o reforço da sua orientação para os mercados internacionais, bem como do estímulo ao empreendedorismo qualificado e ao investimento estruturante em novas áreas com potencial crescimento;

- SI Qualificação PME – Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME, que visa a promoção da competitividade das PME através do aumento da produtividade, da flexibilidade e da capacidade de resposta e presença ativa no mercado global.

A elaboração deste manual de procedimentos teve por base a proposta apresentada pelo grupo de trabalho, constituído para o efeito por elementos de várias Autoridades de Gestão, cujo trabalho decorreu numa primeira fase a partir de Março 2008 até ao final do ano.

Na sua elaboração foram tidos em consideração os contributos e validações das Autoridade de Gestão do Programa Operacional Fatores da Competitividade e dos Programas Operacionais Regionais pelas Autoridades de Gestão e dos Organismos Intermédios intervenientes.

Durante os anos 2010, 2011 e 2012 foram efetuados ajustamentos a alguns capítulos entretanto introduzidos no Manual de Procedimentos. A 5ª versão do Manual foi ratificada pela Comissão Diretiva do PO Algarve em 27/10/2014.

O “**Plano de Comunicação**”, o “**Manual de Identidade**” do PO Algarve 21 e o “**Guia de Informação e Publicidade**” a utilizar pelos beneficiários foram igualmente concluídos e aprovados em 2008.

Atividades de Controlo Interno

No âmbito da alínea b) do artigo 60º do Regulamento (CE) nº1083/2006 de 11 de Julho a Autoridade de Gestão é responsável pela verificação de que os produtos e os serviços co-financiados foram fornecidos, e assegura que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram realmente efetuadas, no cumprimento das regras comunitárias e nacionais.

Conforme descrito no nº2 do artigo 13º do Regulamento (CE) 1828/2006 de 8 de Dezembro as verificações a realizar pelas Autoridade de Gestão, nos termos da alínea b) do artigo 60º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 de 11 de julho, incidem sobre os aspetos administrativos, financeiros, técnicos e físicos das operações, consoante o caso.

A Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do POAlgarve 21 prevê que a **Unidade de Controlo Interno** seja responsável pelas **verificações no local de operações singulares** (*on-the-spot*) a realizar por amostragem, que incidem sobre os aspetos administrativos, financeiros, técnicos e físicos.

Para além da realização destas verificações, são ainda acompanhadas as **ações de controlo** realizadas ao PO Algarve 21 por **entidades externas** (Tribunal de Contas Europeu, Comissão Europeia, Autoridade de certificação – Ex-IFDR (ADC), Autoridade de Auditoria – IGF).

Com a saída do chefe de projeto, em janeiro de 2009, a equipa da Unidade de Controlo Interno ficou reduzida a apenas 1 técnica, tendo a mesma sido reforçada no início de 2013. A partir daí a estrutura voltou a ter a dimensão mínima prevista na Descrição de Sistemas de Gestão e Controlo.

Neste contexto, e de acordo com o conteúdo funcional da Unidade de Controlo Interno, previsto na pág. 21 deste documento, o trabalho desenvolvido, neste âmbito, incidiu essencialmente sobre as seguintes atividades:

O **1º Plano Anual de Controlo** foi elaborado com base num universo de operações com despesa elegível acumulada desde o início do Programa até 31/10/2010. A amostra de operações foi calculada de forma a integrar todas as tipologias de operação, tendo sido estabelecido, para o efeito, um limiar mínimo de esforço de controlo de 10% para as operações financiadas no âmbito do Sistema de Incentivos e de 5% para as restantes operações.

Assim sendo, foram realizadas 19 ações de controlo com um total de despesa controlada de 16,9 milhões de euros, com a seguinte distribuição:

Eixo 1 – 12 ações com despesa controlada no montante de 14,2 milhões de euros

Eixo 2 - 2 ações com despesa controlada de 880,5 milhões de euros

Eixo 3 – 4 ações com despesa controlada de 1,2 milhões de euros

Eixo 4 – 1 ação com despesa controlada de 667,4 milhões de euros

A execução das auditorias, com recurso à contratação de auditores externos, teve início apenas em setembro de 2011 uma vez que o procedimento para aquisição dos Serviços de Controlo foi objeto de parecer prévio por parte do Ministério das Finanças. O parecer positivo é datado de 14/06/2011 tendo o convite para apresentação de propostas sido enviado em 21.06.2011 e a contratação efetuada apenas em setembro de 2011.

Desta forma, as 19 ações de controlo, foram realizadas durante o período de setembro a novembro (com análise da despesa efetuada até 30/06/2011) tendo sido emitidos os respetivos relatórios preliminares, para efeito do exercício do contraditório, até 31/01/2012.

Durante o ano 2012 foram exercidos os contraditórios (AG e beneficiários) e no final de 2012, encontravam-se concluídas todas as auditorias com despacho de decisão final. O número de operações auditadas representava 5,5% face ao total dos 343 projetos aprovados a 31/12/2012. O total da despesa pública controlada no local representava um esforço de controlo de 16,5% face à totalidade da despesa pública executada àquela data e uma despesa irregular no valor de 14.108 €, correspondente a uma taxa de erro de 0,08%, muito abaixo do limiar de materialidade (2%) referido na COCOF nº 1104101 de 07/12/2011.

O **2º Plano Anual de Controlo (2011-2013)** foi elaborado tendo por base o acréscimo de despesa elegível resultante da diferença entre a despesa acumulada, desde o início do Programa até 30/04/2013, e a despesa acumulada até 31/10/2010.

A amostra de operações foi calculada de forma a integrar todas as tipologias de operação, tendo sido estabelecido, para o efeito, um limiar mínimo de esforço de controlo de 10% para as operações financiadas no âmbito do Sistema de Incentivos e de 5% para as restantes operações.

Apesar do reforço de meios da equipa que foi possível obter no início do ano (mais 1 elemento para a equipa do Controlo Interno), as tarefas previstas relacionadas com a realização das auditorias do 2º PAC ficaram condicionadas pelo atraso verificado na obtenção do parecer prévio do Ministério das Finanças para a aquisição dos respetivos serviços. Este parecer previsto na Portaria nº16/2013 de 17 de janeiro, foi solicitado em junho de 2013 e apenas obtido no final de outubro 2013 contribuindo, desta forma, para o atraso na adjudicação do 2º PAC que veio a ocorrer apenas no final do ano (dezembro de 2013).

Assim sendo, foram realizadas, no ano **2014**, 24 ações de controlo com um total de despesa controlada de 8,8 milhões de euros com a seguinte distribuição:

Eixo 1 – 10 ações com despesa controlada no montante de 1,8 milhões de euros

Eixo 2 - 5 ações com despesa controlada de 1,2 milhões de euros

Eixo 3 – 8 ações com despesa controlada de 4,5 milhões de euros

Eixo 4 – 1 ação com despesa controlada de 1,3 milhões de euros

A empresa de auditores externos iniciou os trabalhos de campo no princípio do ano 2014 tendo emitido os relatórios preliminares de 22 operações entre os meses de maio e dezembro. No final de 2014 e após terem sido integrados os contraditórios dos beneficiários finais, organismos intermédios e autoridade de gestão, encontravam-se concluídos com despacho de decisão final os respetivos relatórios finais, à exceção de uma operação dos sistemas de incentivos, que ficou a aguardar o resultado duma segunda visita ao local por parte da Unidade de Controlo Interno, para confirmação do investimento financiado. Desta forma, foram concluídas, com despacho de decisão final, 21 ações de controlo do 2º PAC com um valor de despesa controlada de 7,8 milhões de euros correspondente a um valor não elegível de 28.091 €.

Das 3 ações de controlo que ficaram por concluir, 2 são relativas a operações de engenharia financeira (JESSICA e SAFPRI) que pela sua maior complexidade e número de entidades envolvidas tornaram a ação de controlo mais morosa com maior dificuldade na recolha de informação no decorrer do trabalho de campo.

Adicionalmente e sem estar previsto nos Planos Anuais de Controlo, foi realizado um **Plano de Ação de Controlo Complementar** com o objetivo de corresponder às recentes solicitações da Comissão Europeia no âmbito das **linhas de crédito PME Invest I e II** (Instrumentos de Engenharia Financeira).

A Comissão Europeia mediante Carta ARES (2014) 1856833, de 6 de junho, deu conhecimento às autoridades nacionais daquele relatório final o qual incidiu sobre os instrumentos de engenharia financeira (IEF) implementados no âmbito do eixo prioritário III - “Financiamento e Partilha de Risco da Inovação” do COMPETE, e manifestou o entendimento de que as conclusões nele vertidas, em especial as formuladas na sequência da análise da operação referente às Linhas de Crédito I e II, deveriam ser ponderadas pelas autoridades de gestão dos Programas Operacionais Regionais de Lisboa e do Algarve, uma vez que as mesmas haviam aprovado operações de natureza similar.

Neste seguimento, foi solicitado pela IGF um Plano de Ação de controlo complementar tendo sido efetuada pela AG do POAlgarve21 uma seleção de 15 operações, para realização de verificações no local, que representam 11% do universo de 132 operações com intervenção no âmbito das linhas crédito PME Investe I e II. Este plano de ação de controlo complementar, no âmbito da operação SAFPRI –Linhas Qren Invest, ficou finalizado em dezembro de 2014 com o apuramento duma despesa não elegível, no valor de 76.529€, incluindo bonificações de juros, e de comissões de garantia e reforço da dotação do FCGM⁴⁹. A taxa de erro utilizada para efeito de extrapolação do erro para o resto da população não auditada, foi de 5%. Para revalidação do trabalho efetuado e para não enviesar os resultados, foram excluídas 3 operações da amostra que haviam sido selecionadas de forma não-aleatória, tendo por base critérios de risco.

Os resultados dos Planos de Controlo Interno efetuados até 31/12/2014 encontram-se apurados na Tabela 2.19.

Tabela 2.19 – Resultados acumulados dos Planos de Controlo Interno

Fundo Estrutural FEDER	Universo				Amostra 2007-2013 (Inclui 1º PAC e 2º PAC e Plano complementar)						
	Investimento Elegível Aprovado	Despesa Elegível Realizada (Custo Total)	Despesa Elegível Realizada (Despesa Pública)	Nº de Projectos	Investimento Elegível Aprovado	Nº de Projectos Previstos em PAC	Nº de Projectos controlados	Despesa Controlada no Local (Despesa Pública)	Esforço de Controlo %	Despesa Irregular (Despesa Pública)	Taxa Erro
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(8)/(3)	(10)	(11)= (10)/(8)
Eixo I - Competitividade, Inovação e Conhecimento	255.376.196	160.604.252	77.798.327	432	60.856.260	23	21	15.550.618	19,99%	90.267	0,58%
Eixo II - Protecção e Qualificação Ambiental	35.629.070	20.028.266	20.028.266	88	15.690.025	7	7	2.071.684	10,34%	27.852	1,34%
Eixo III - Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano	104.770.161	78.848.094	78.848.094	113	32.204.713	12	11	5.361.428	6,80%	0	0,00%
Eixo IV - Assistência Técnica	8.419.323	7.656.349	7.656.349	9	8.197.462	2	2	2.005.549	26,19%	609	0,03%
Total	404.194.750	267.136.961	184.331.036	642	116.948.460	44	41	24.989.278	13,56%	118.727	0,48%

⁴⁹ Fundo de Contragarantia Mútua (FCGM)

Desta forma, e que no que diz respeito às ações realizadas em 2014, encontravam-se concluídas, com emissão de relatório final, 22 ações de controlo, das quais 21 previstas no 2º PAC e 1 ação de controlo complementar relativa à operação Qren Invest.

As ações de controlo interno contribuíram no seu conjunto e incluindo as ações do 1º PAC, para um nível de esforço de controlo acumulado, face à despesa elegível realizada a 31/12/2014, de 13,56%, e uma taxa de erro (valores acumulados) de 0,48%, abaixo do limiar de materialidade (2%) referido na COCOF nº1104101 de 07/12/2011.

A Equipa da Unidade de Controlo Interno esteve ainda envolvida, no decorrer do ano de 2014, no acompanhamento de um estudo e análise financeira aos projetos geradores de receitas no âmbito do artigo 55º do Reg (CE) nº1083/2006 adjudicado à empresa BDO, SROC. o qual abrangeu por um lado i) a identificação dos projetos geradores de receitas incluídos num universo de 121 projetos públicos, a análise financeira ao conjunto de projetos identificados e por outro a ii) a definição de um instrumento de trabalho que permitisse a AG avaliar, identificar e decidir sobre os projetos geradores de receitas. Devida à escassez de meios das equipas de controlo interno e de gestão e à sobreposição de atividades relacionadas com a execução do atual PO com a fase de preparação e negociação do PO (2014 – 2020) não foi possível terminar este trabalho até ao final de 2014.

Está prevista a realização do **3º Plano Anual de Controlo 2013-2015**, a realizar em 2015, com base na metodologia utilizada nos Planos Anuais de Controlo anteriores.

Até ao final de 2014 foram realizadas ao PO Algarve 21 as seguintes **auditorias** levadas a cabo por **entidades externas**, as quais foram acompanhadas pela Unidade de Controlo Interno:

1. Auditorias do Tribunal de Contas Nacional

- *“Auditoria ao Modelo de Governação e Controlo do QREN” (Abril 2009) – Relatório de Auditoria nº50/2009 – 2ª Secção (Dezembro 2009).*
- *“Auditoria ao POAlgarve21 (dez 2014) – Relatório de Auditoria nº25/2014-2ªS de 04 dezembro de 2014.*

2. Auditorias da Inspeção Geral de Finanças

- *“Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do Programa Operacional Regional do Algarve 2007-2013 (POAlgarve21)” (junho 2010).*
Relatório nº 2010/1745 de Dezembro 2010 - Processo nº2010/12/A2/547
- *“Auditoria aos Procedimentos Aplicados pela Autoridade de Gestão do POAlgarve na verificação de despesas realizadas mediante a celebração de contratos públicos)” (junho 2011).*
Relatório nº 2011/1610 de janeiro 2012 - Processo nº2011/12/A2/658.
- *“Auditoria à Segurança dos Sistemas de Informação do POAlgarve21” (março 2012)*

Relatório nº 507/2012 de junho de 2012

- *“Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo no domínio da Igualdade de Oportunidades e não discriminação” (março 2012).*

Relatório nº 2012/1771 de dezembro de 2012 - Processo nº2012/12/A2/396

- *“Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo no domínio dos Custos Indiretos FEDER” (março 2012).*

Processo nº 2012/12/A2/398 de dezembro de 2012

- *“Auditoria ao cumprimento das regras ambientais – FEDER e Fundo Coesão” (julho 2007).*

Processo nº2012/12/A2/716 de dezembro de 2012

- *“Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo FEDER no domínio da Engenharia Financeira” (dezembro 2012).*

Relatório nº2012/1741 de março 2013 Processo nº2012/12/A2/716

- *“Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do Programa Operacional Regional do Algarve 2007-2013 (POAlgarve21)” (outubro 2013).*

Relatório nº2013/1730 de outubro 2013 - Processo nº2013/12/A2/988

- *“Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do Programa Operacional Regional do Algarve 2007-2013 (POAlgarve21)” (outubro 2014).*

Relatório nº2014/1792 de outubro de 2014

- *Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do Turismo de Portugal (novembro 2014).*

Relatório nº2014/1714 de novembro de 2014

3. Auditorias da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP

3.1 Estrutura Certificação:

- *“Ação de Controlo Prévia ao envio da Declaração de Despesa e Pedido de Pagamento à Comissão Europeia” (outubro 2009) – 1º Pedido de certificação de Despesa do PO Algarve 21*

Relatório Final – Informação nº09/00742 de dezembro 2009.

- *“Ação de Controlo Prévia ao envio da Declaração de Despesa e Pedido de Pagamento à Comissão Europeia” (outubro 2010) – 2º Pedido de certificação de Despesa do PO Algarve 21*

Informação nº 12/000205 de dezembro 2012

- *“ Ação de controlo aos Organismos Intermédios com intervenção no âmbito dos sistemas de incentivos dos Programas Operacionais do Qren*

Informação nºI/348/2014 de 17 de julho de 2014

3.2 Estrutura Segregada de Auditoria

- *“Auditoria em Operações no âmbito do POAlgarve21”*
Relatório nº 1/2012/SC1/Algarve 21, de dezembro de 2012
- *“Auditoria em Operações no âmbito do POAlgarve21”*
Relatório nº2013/1/SC1/ALG de novembro de.2013
- *“Auditoria em Operações no âmbito do POAlgarve21”*
Relatório nº2014/1/SC1/ALG

4. Comissão Europeia

- FEOGA – Orientação (**QCA III**) - Missão para exame dos sistemas de Gestão e Controlo relativos aos Programa CC nº 1999PT161PO012, do objetivo nº1, cofinanciado pelo FEOGA-Orientação Investigação nº RDO/2012/018/PT.
Carta ARES 124562 de 31.01.2013 e Carta ARES v3117327 de 26.09.2013. Fechou sem correções financeiras conforme Carta ARES 3117327 de 26.09.2013 com conhecimento da AG em 16.01.2014.
- Auditoria ao PO Fatores competitividade (**QREN**) – Instrumentos de Engenharia Financeira – Linhas de Crédito PME Invest I e II.
Missão nº2012/PTREGIO/J4/1182/1
Carta ARES (2014) 1856833, de 6 de junho.

No final de 2014 (última certificação do ano) foi retirada à despesa a certificar cerca de 241.652 Euros (166.456 € Feder), como medida preventiva, respeitante a auditorias com correções financeiras em análise e em curso.

Foi efetuado igualmente o **follow up** às seguintes auditorias já realizadas no Programa Operacional (PO Algarve 21) com relatórios finais aprovados:

Tabela 2.20 – Follow up por auditoria

Unidade: Euros

Organismo Controlo	Nº Relatório final	Descrição	Data Relatório Final	Nº operações	Montante Auditado	Correções Financeiras (Despesa Pública)	Irregularidades Detetadas	Situação das Recomendações(*)
					(1)	(2)		
CE	Carta ARES (2014) 1856833, de 6 de junho. Missão 2012/PTREGIO /J4/1182/1	Auditoria do PO Fatores de Competitividade - Instrumentos de Engenharia Financeira com recomendações ao POAlgarve21	04-06-2014	0	12.753.750	1.401.180	42- Despesas não Imputadas ao projeto	Recomendação: Satisfeita Correção financeira: Efetuada correção financeira aquando da delimitação do erro (despesa utilizada exclusivamente para financiamento de Fundo Maneio e considerada não elegível por incumprimento do artigo 45º do Reg. Nº1828/2006, de 8 dezembro) na totalidade da população.
TCN - Tribunal Contas Nacional	Relatório nº50/2009 - 2ª secção	Auditoria ao Modelo e Governação e Controlo do Qren – Req. Nº	10.12.2009	(na)	-	0	(na)	Recomendações: Satisfeitas Sem correções financeiras
	Relatório n.º 25/2014-2ªS	Auditoria ao PO Algarve 21	04-12-2014	1	7.255.933	0	(na)	Recomendações: Em curso Sem correções financeiras
IGF	Relatório nº 2010/1745)	Auditoria aos sistemas de gestão e controlo do POAlgarve 21. Auditoria englobada na auditoria conjunta "Avaliação do sistema Comum constituído pelo POFC e regionais FEDER"	10.12.2010 a)	9	10.442.228	529	42- Despesas não Imputadas ao projeto	Recomendações: Satisfeitas Correção financeira: Efetuada
	Relatório nº 2011/1610	Auditoria aos Procedimentos Aplicados pela Autoridade de Gestão do POAlgarve na verificação de despesas realizadas mediante a celebração de contratos públicos)".	2.01.2012 b)	10	8.175.973	29.347	82- Contratos Públicos - Procedimento Incorreto 85- Fracionamento de Despesa	Recomendações: Satisfeitas Correções financeira: Efetuadas
	Relatório nº 2012/507	Auditoria à segurança dos Sistemas de Informação do POAlgarve 21	01-06-2012 c)	(na)	0	0	(na)	Tendo presente a reduzida dimensão do Programa Operacional e da CCDRALgarve, a AG está a analisar as recomendações, no sentido de as ajustar à realidade do POAlgarve21. Foi adjudicado em 14.02.2013 a contratação de uma consultadoria especializada para este efeito cujos trabalhos se encontram em curso.
	Relatório nº 2012/1771	Auditoria aos Sistemas de Gestão e controlo do FEDER no domínio da Igualdade de Oportunidades. O Relatório Final da Auditoria foi integrado no Relatório Anual da IGF realizado nos termos do nº2 do artigo18ºdo Reg.(CE) nº 1828/2006.	10-12-2012 d)	3	1.534.763	93.771	89 - Princípio da igualdade de oportunidades	Recomendações: 4 satisfeitas e 1 parcialmente satisfeita. Correção financeira: por efetuar.
	Processo nº2012/12/A2/3 98	Auditoria aos Sistemas de Gestão e controlo do FEDER no domínio dos custos indirectos O Relatório Final da Auditoria foi integrado no Relatório Anual da IGF realizado nos termos do nº2 do artigo18ºdo Reg.(CE) nº 1828/2006.	13.12.2012	3	393.444	0	46 - Critérios de imputação custos internos/indirectos (3x)	Recomendações: 5 satisfeitas. Sem correções financeiras.
	Processo nº2012/12/A2/7 16	Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo ao Cumprimento das Regras Ambientais. O Relatório Final da Auditoria foi integrado no Relatório Anual da IGF realizado nos termos do nº2 do artigo18ºdo Reg.(CE) nº 1828/2006.	28.12.2012	2	f)	0	(na)	Recomendações: 13 satisfeitas. Sem correções financeiras.
	Relatório 2012/1741	Auditoria aos sistemas de gestão e controlo do FEDER no domínio da engenharia financeira	30.12.2012 e)	1	12.753.750	0	(na)	Recomendações: 2 satisfeitas e 2 parcialmente satisfeitas. Sem correções financeiras.
	Relatório 2013/1730	Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do Programa Operacional Regional do Algarve (ALGARVE 21)	28.10.2013	8	30.840.598	865.138	82- Contratos públicos - procedimento incorrecto 84.2 - Critério de adjudicação incorrectos/discriminatórios	Recomendações: 7 satisfeitas, 1 parcialmente satisfeita e 6 por satisfazer. Correção financeira: efetuada parcialmente - encontra-se por regularizar 176.086,68 € FEDER.
	Relatório 2014/1792	Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do Programa Operacional Regional do Algarve	30-10-2014	2	6.503.210	142.328	86 - Falta de publicitação do procedimento	Recomendação: em curso. O Beneficiário Final notificado (constatação da dívida com Audiência Prévia) em 19.11.2014. O BF reclamou da decisão do Relatório Final.
Relatório 2014/1714	Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do Turismo de Portugal	06-11-2014	0	0	0	(na)	Recomendações: em curso Sem correções financeiras.	

Organismo Controlo	Nº Relatório final	Descrição	Data Relatório Final		Montante Auditado	Correções Financeiras (Despesa Pública)	Irregularidades Detetadas	Situação das Recomendações(*)
					(1)	(2)		
IFDR - Unidade certificação	Processo Inf n.º09/00742	Ação de Controlo Prévia ao envio da Declaração de Despesas e Pedido de Pagamento à Comissão Europeia 1º Pedido Certificação	29.12.2009	1	309.034,62	0,00		Recomendações: satisfeitas. Sem correções financeiras.
	Processo Inf nº12/000205 Inf nº11/000484	Ação de Controlo Prévia ao envio de Declaração de Despesas e Pedido Pagamento à Comissão Europeia – 2º Pedido de Certificação	27.12.2012	5	652.378,53	3.750,00	44- Despesas não quitadas	Recomendações: 13 satisfeitas e 2 com situação ultrapassada. Correção financeira: Efetuada.
ADC- Nucleo controlo declaração despesas	Informação nº1/348/2014	Ação de controlo aos Organismos Intermediários com intervenção no âmbito dos sistemas de incentivos dos Programas Operacionais do QREN	17-07-2014	1	918.715,00	0,00	(na)	Recomendações: situação ultrapassada. Sem correções financeiras.
IFDR - Estrutura Segregada de Auditoria	Relatório nº1/2012/SC1/ALGARVE21	Auditoria de Operações	13.12.2012	4	18.203.122,04	116.866,25	51 - Descontos, devoluções e anulações (3x) 85 - Fraccionamento de despesa 48 - IVA não elegível 84 - Critérios de adjudicação incorretos/discriminatórios	Recomendações: 2 satisfeitas e 6 por satisfazer. Correção financeira: Efetuadas.
	Relatório 2013/1/SC1/ALG	Auditoria de operações	19.11.2013	1	1.278.176,44	82.371,52	44-Despesas não quitadas	Recomendações: Por satisfazer. Correção financeira: Foi identificado um erro no valor de 82.370,52€ (Despesa) e 41.185,26€ FEDER. Dado queo mesmo foi regularizado em 2012, apenas foi considerado para efeitos de apuramento da taxa de erro e não como correção financeira a efetuar.
	Relatório 2014/1/SC1/ALG	Auditoria de Operações	16-12-2014	2	601.305,24	5.589,24	84 - Critérios de adjudicação incorretos/discriminatórios	Recomendações: 1 Ultrapassada e 2 por satisfazer.
TOTAL do PO				52	99.862.631,08	1.339.689,81		

(*) Em anexo a este Relatório encontram-se discriminadas as acções de "follow up" das Auditorias efectuadas ao PO.
(n.a) não aplicável
a) Com despacho do SE Orçamento de 23.02.2011
b) Com despacho do SE Orçamento de 04.07.2012
c) Com despacho do SE Orçamento de 25.07.2012

d) Com despacho do SE Orçamento de 24.01.2013
e) Com despacho do SE Orçamento de 08.04.2013
f) O relatório não apresenta esta informação

• Sistema Contabilístico da Dívida e Comunicação de Irregularidades

Em 2009, procedeu-se à atualização do Sistema Contabilístico de Dívidas (SCD), tendo sido organizado, de acordo com a norma nº02/2008 de 16 de Outubro da ADC, um *Sistema de contingência do registo de Dívidas* com uma rotina de *report* à Autoridade de Pagamento e de Certificação (ADC).

Para os montantes indevidamente pagos foram desencadeados os procedimentos de recuperação, em conformidade com a referida norma do Sistema Contabilístico da Dívida.

Durante o ano de 2012, foi atualizado o guia Prático para a "Gestão da Dívida" da responsabilidade da AG que reflete um conjunto de procedimentos internos a adotar, por cada interveniente, nas diferentes fases do percurso da dívida, desde a sua deteção, constituição, recuperação, registo em sistema de informação e

encerramento do processo, de acordo com a revisão da norma nº02/2008 de 16 de Outubro aprovada em 05/12/2012.

Em 31/12/2014, foram aprovados pela IGF e transmitidos à Comissão Europeia, através do sistema IMS (Irregularity Management System) do OLAF, ao todo oito casos de irregularidades, três dos quais respeitantes às irregularidades identificadas pela IGF e pela ADC no 1º e 4º trimestre de 2014 e cinco casos relativos às irregularidades identificadas pela AG nos últimos dois trimestres de 2013 e 1º e 4º trimestre de 2014.

Ao nível do Sistema de Informação da Autoridade de Gestão, existia um módulo de Controlo e Gestão da Dívida (CGD) em julho de 2011. Durante o ano 2012 foram introduzidos melhoramentos e afinada a ligação com o Ex-IFDR (ADC) através de “web services”.

No início de 2013 entrou em funcionamento o módulo definitivo (CGD), tendo sido efetuada a recuperação de histórico da dívida durante o 1º semestre e o respetivo envio, em Julho de 2013, através de “Web service”. A partir desta data os reports foram efetuados, embora com algumas limitações associadas às várias atualizações de versão do Sistema Contabilístico da Dívida que foram sendo introduzidas pela Autoridade de Pagamento ao longo do ano. A sistematização destas alterações deu origem a um Guia de Utilizador SCD publicitado, pela ADC, em novembro de 2013, com o objetivo de esclarecer e uniformizar procedimentos por parte dos vários intervenientes.

No entanto durante o ano de 2014, o Sistema Contabilístico da Dívida, foi igualmente sendo objeto de atualizações por parte da ADC o que implicou um trabalho adicional de novos registos, atualizações e envios de dívida o que, em conjunto com a necessidade de resolução de códigos de dívida identificados como incorretos, contribuíram alguma maior morosidade na atualização do sistema de gestão de dívidas.

Sistemas de Informação

No final de 2007, o PO Algarve desenvolveu em colaboração com o PO Alentejo uma aplicação de contingência para recepção de candidaturas, bem como o respetivo “Guião de apoio ao preenchimento” disponível no nosso site www.ccdr-alg.pt.

Esta aplicação ficou disponível “on-line” a partir do início de 2008 ou seja foi utilizada para todos os avisos lançados, excepto para os sistemas de incentivos (Eixo 1), que utilizaram também um formulário *on line* no âmbito do Sistema de Informação gerido pelo PO Fatores de Competitividade, o qual é utilizado para a gestão dos Sistemas de Incentivos do QREN em rede com as estruturas dos Programas Operacionais.

Durante o ano 2008 e parte de 2009 foi utilizado o **sistema de contingência** que contou com alguns aperfeiçoamentos decorrentes da evolução das regras e da utilização prática.

Durante o 1º Semestre de 2009, foram igualmente assinados protocolos com a Comissão de Coordenação da Região do Norte e com a Autoridade de Gestão do PO de Valorização do Território no sentido de poder utilizar os desenvolvimentos já efetuados nos respetivos Sistemas de Informação em relação ao Sistema base da Madeira.

Durante o 2º semestre de 2009 procedeu-se à adaptação do sistema em funcionamento no PO Norte à realidade do PO Algarve 21. Esta fase decorreu até à entrada em funcionamento do SI para o exterior e operacionalidade dos módulos que cumprem os requisitos previstos nos Artº 58 a 61 do Reg. (CE) nº 1083 e do Anexo III do Reg. (CE) nº 1828.

Em setembro/outubro de 2009 foi recuperado o histórico de todas as candidaturas que até ao momento tinham sido submetidas ao Programa, nas várias fases em que se encontravam.

Em finais de outubro foi efetuada a primeira certificação de despesa do Programa com transmissão para o Ex-IFDR (ADC), dentro do Sistema de Informação.

Em novembro de 2009 entrou em funcionamento para o exterior, o **Sistema de Informação definitivo** do PO Algarve 21 denominado **SIGA.21**, tendo sido substituído o sistema de contingência.

Após a entrada em produção do *Front Office* SIGA.21 e até ao final do ano foi finalizado o desenvolvimento das interfaces de interoperabilidade com o SIQREN e foram efetuados com êxito testes de certificação de despesa incluindo incentivos.

Durante o ano de 2010 foram efetuados desenvolvimentos necessários ao ajustamento do Sistema a algumas especificidades do PO Algarve 21, para permitir uma maior agilização dos procedimentos da Gestão e dos beneficiários, nomeadamente no que diz respeito ao acompanhamento das operações, reprogramações, validações/alertas e procedimentos de contratação, entre outros. Foram igualmente corrigidos erros da aplicação que foram sendo identificados ao longo do ano.

Em julho de 2010 realizou-se nas instalações da CDDR uma ação de formação para todos os elementos do Secretariado Técnico do PO (incluídos os técnicos da AMAL), desenvolvida pela empresa responsável pela conceção da aplicação informática.

Em novembro o Sistema foi implementado na AMAL, como entidade intermédia nos circuitos de validação da despesa e em Dezembro, após conclusão da recuperação de histórico, foi efetuado um primeiro exercício de certificação incluindo os Sistemas de Incentivos integrado com êxito no SI do Ex-IFDR (ADC) em 28/12. Esta certificação foi enviada com sucesso aos serviços da Comissão Europeia, pelo Ex-IFDR (ADC), já em março de 2011. Desde essa data todos os exercícios de certificação têm sido realizados, com sucesso, através do Sistema de Informação do PO (em média 3 certificações anuais produzidas pela AG).

Em 2011 foram efetuados desenvolvimentos no Sistema, nomeadamente ao nível dos Módulos de Monitorização Mensal, de Controlo e Gestão da Dívida e Indicadores. No entanto, e face à inexistência de

contrato de Manutenção do Sistema de Informação a partir de 31/07/2011, não foi possível concluir os trabalhos iniciados⁵⁰.

Durante o ano de 2011 foi ainda produzido e disponibilizado para os utilizadores, o Manual de Procedimentos do SIGA.21, completo com todas as áreas ativas do Sistema.

Em finais de março de 2012 foi assinado o contrato com a empresa prestadora do serviço de desenvolvimento aplicacional do Sistema de Informação, o que permitiu o retomar dos trabalhos pendentes.

Assim, a partir do segundo trimestre de 2012 deu-se continuidade aos trabalhos de implementação do Módulo de Monitorização Mensal não tendo sido possível, no entanto, o envio formal desta informação para o Ex-IFDR (ADC) através do Sistema de Informação (*via webservice*). Esta impossibilidade deveu-se essencialmente ao facto do processo associado ao envio da informação se ter revelado mais complexo do que o previsto. Os trabalhos desenvolvidos, no sentido de garantir a qualidade da informação a enviar, em particular no que diz respeito aos Sistemas de Incentivos foram mais morosos do que inicialmente previsto.

No entanto e já no decurso do segundo semestre de 2012, realizaram-se testes de envio ao Ex-IFDR (ADC) e a partir de abril de 2013 procedeu-se ao envio definitivo da Monitorização Mensal *via webservices*.

Durante o ano 2013 os trabalhos associados à implementação do Módulo de Controlo e Gestão da Dívida foram igualmente retomados, dando continuidade aos ajustamentos às especificidades do PO Algarve 21. Foram introduzidas melhorias no sistema resultantes de trabalho anterior e efetuados testes de envio do Sistema Contabilística do Dívida (SCD) *via webservice*, para o Ex-IFDR (ADC), para as várias versões disponibilizadas por esta entidade responsável pelo sistema a nível central.

Foram ainda introduzidos melhoramentos ao módulo, quer na sua vertente de “Controlo”, quer na vertente “Gestão da Dívida”, sendo que a partir de julho de 2013 se procedeu ao envio definitivo do Sistema Contabilístico da Dívida para o Ex-IFDR (ADC) *via webservices*

Ao longo do ano 2013, o Sistema de Informação foi sendo alvo de melhoramentos transversais, decorrentes de situações detetadas no decurso da utilização da plataforma. Estes melhoramentos incidiram em particular no módulo de Certificação no qual foi registada uma maior intensidade de trabalho uma vez que a exigência da meta implicou um acréscimo do número de certificações anuais verificadas em relação aos anos anteriores. A agilização dos procedimentos do sistema de informação nesta área permitiram a realização de 6 certificações em 2013, com redução dos tempos de preparação na AG.

⁵⁰ No 2º semestre de 2011 foi desencadeado um procedimento de contratação para a aquisição de serviços de Desenvolvimento Aplicacional do Sistema de Informação da Gestão do PO Algarve 21 (SIGA.21), com o objetivo de garantir a manutenção evolutiva e corretiva do Sistema que sofreu atrasos significativos devido às novas regras de autorizações financeiras por parte do Ministério das Finanças.

Durante o ano de **2014**, com a totalidade dos módulos a funcionar, foi dada continuidade aos trabalhos de melhoria e manutenção evolutiva do Sistema de Informação, em todas as suas vertentes e de forma articulada, tendo sempre em vista a otimização do sistema existente. Foi intensificada a produção interna de mensagens automáticas (Ex: contra fatura) e de “query” (Ex: formatação de relatórios técnicos) em várias áreas (incumprimentos, encerramentos, etc) para resposta mais eficiente às solicitações da gestão e com vista à preparação do encerramento.

O PO Algarve 21 utiliza os seguintes sistemas de informação referenciados nos pontos seguintes:

- Sistema de Informação de Gestão do PO Algarve (SIGA.21)
- Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos QREN-OI (SIQREN)
- Sistema de Informação da Autoridade de Certificação (SIGA – AC)

O Sistema de Informação de Gestão do PO Algarve21 – SIGA.21 foi arquitetado em dois subsistemas interoperantes:

- SIGA.21.FO: FrontOffice
- SIGA.21.BO: BackOffice

O SIGA.21.FO está publicado num servidor da CCDR-ALGARVE para acesso ao público em geral, tendo por objetivo a captação de candidaturas.

Através deste módulo, os Beneficiários podem submeter candidaturas, pedidos de pagamento de operações aprovadas ou relatórios, consultar o estado de um pedido ou operação a que tenha permissões, produzir extratos, entre outras tarefas.

A vertente operacional do Sistema de Informação de Gestão do PO Algarve 21, o subsistema SIGA.21.BO, tem como objetivo principal implementar e gerir as candidaturas de projetos (gestão e acompanhamento de operações públicas ou equiparadas e operações de incentivo).

O SIGA.21.BO tenta agregar toda a informação relativa a um ciclo de vida de uma operação desde a sua fase de candidatura, permitindo um acompanhamento da execução.

Este sistema compreende mecanismos de *workflow* semi-estruturado e de auditoria que permitem definir mecanismos de segurança no acesso à informação e de rastreabilidade sobre as operações efetuadas no Sistema.

O **Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos QREN OI (SIQREN)** funciona em rede integrando as estruturas de gestão do POFC e dos Programas Regionais. Este Sistema de Informação é gerido pelo POFC e é utilizado pelas Autoridades de Gestão dos PO Regionais para gerir os Sistemas de Incentivos dos respetivos Programas. A Autoridade de Gestão do PO Algarve21 comunica com o Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos através de uma VPN.

Apesar de seguir procedimentos normalizados e utilizar a mesma rede em termos físicos e tecnológicos, encontra-se assegurada a segregação de informação relativa a cada PO. A informação por PO relativa aos Sistemas de Incentivos às empresas é disponibilizada à respetiva Autoridade de Gestão que a integra nos respetivos sistemas de informação que incluem informação relativa a outros instrumentos de apoio de cada programa.

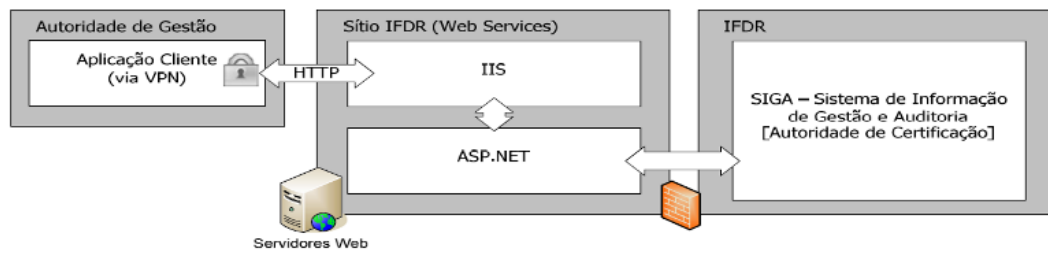
Sem detrimento da interoperabilidade e da passagem de dados mantém-se o acesso da Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 ao Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos, através de um *login* e *password*, sendo que este acesso lhe permite um acompanhamento de todas as fases do ciclo de vida dos projetos.

O modelo de **Sistema de Gestão e Auditoria da Autoridade de Certificação FEDER/Fundo de Coesão (SIGA AC)** corresponde a um plano vertical do Sistema de Informação do QREN e pretende corresponder às funcionalidades de certificação, pagamento, controlo e auditoria.

O SIGA-AC cumpre as exigências quanto à comunicação com o sistema de informação da Comissão Europeia – SFC2007. Assim, sempre que possível, a informação circulante em SIGA-AC tem uma agregação ao nível do eixo prioritário do PO.

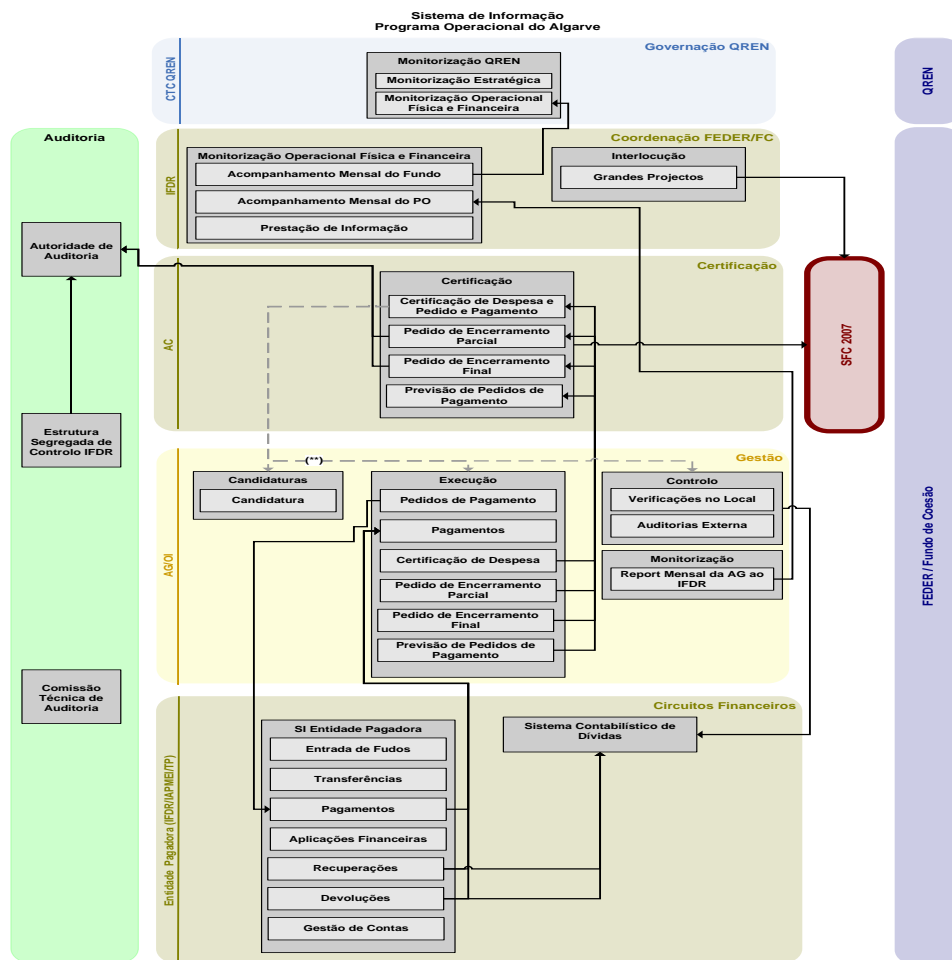
Outro aspecto importante que caracteriza o SIGA-AC releva da segregação clara das funções da Entidade Pagadora FEDER/FC (neste caso, o *Ex-IFDR (ADC)*). Em conformidade, o modelo prevê a existência de uma área específica para a mesma, com a preocupação de segregação clara entre as funções da Autoridade de Certificação e as funções de gestão de recebimentos e pagamentos da Entidade Pagadora.

Na imagem seguinte pretende-se ilustrar de uma forma generalizada as principais componentes aplicacionais e características que suportam a solução de comunicação com a Autoridade de Certificação:



Os pedidos de certificação de despesa, bem como os pedidos de previsão de pagamento, pedidos de encerramento parcial e final, são apresentados à Autoridade de Certificação, através de *webservices* publicados pelo *Ex-IFDR (ADC)* cujo acesso é realizado via VPN, no âmbito do Sistema de Informação da Autoridade de Certificação (SI FEDER/FC). Este serviço permite à Autoridade de Gestão registar e enviar os pedidos de certificação de despesas e respetivos anexos normalizados para o SI FEDER/FC.

Abaixo segue fluxograma dos Sistemas de Informação:



Legenda:
(*) – Neste fluxograma não se encontram espelhados os acessos para consulta
(**) - AC assinala verificações efectuadas no SI AG

Monitorização e reporte

Deu-se continuidade à **atualização mensal dos principais indicadores financeiros do Programa** no site www.ccdr-alg.pt/poalgarve21/. A informação disponibilizada diz respeito à programação financeira,

aprovações e execução por Eixo e tipologia de despesa (bem como os respetivos rácios), listagem de operações aprovadas por Eixo, Área de intervenção e tipologia e finalmente o mapa de concursos abertos desde o início do Programa, contendo a respetiva tramitação até à decisão.

Esta informação, que também é distribuída e analisada em cada Comissão Diretiva do Programa, faz parte de um conjunto mais amplo de variáveis que são enviadas à ADC no Reporte Mensal que por sua vez alimenta o processo de monitorização do QREN.

A partir de dezembro de 2010 esta informação passou a ser submetida diretamente no Sistema de Informação do Ex-IFDR (ADC).

Ao longo do ano 2012 foi efetuado trabalho mais intenso para concretização do envio formal desta informação através do Sistema de Informação (*via webservice*). Esta impossibilidade decorreu inicialmente da morosidade do processo de contratação no âmbito do Sistema de Informação, sendo que, resolvida esta questão, o procedimento associado ao envio se revelou mais complexo do que o previsto, no sentido de garantir a qualidade da informação a enviar em particular no que respeita à integração da informação relativa aos Sistemas de Incentivos).

No entanto e já no decurso do segundo semestre de 2012, realizaram-se testes de envio à ADC no seguimento dos quais foram feitos melhoramentos aos procedimentos e a partir de abril de 2013 procedeu-se ao envio definitivo da **Monitorização Mensal** via *webservices*.

Trimestralmente, é também reportada a informação material através das várias tipologias de indicadores previstas para o efeito.

Desde dezembro de 2010, procede-se ao envio de um **reporte rápido quinzenal** para o Observatório do QREN. Esta monitorização contém valores de aprovações e execução do PO.

Ainda no âmbito da Monitorização e Reporte é de referir que no seguimento de orientações da ADC de julho 2013, a Autoridade de Gestão passou a enviar, desde outubro 2013, informação específica quanto às aprovações de operações de infraestruturas para verificação do cumprimento das regras de auxílios de estado.

2.7.2. Avaliação

O Regulamento Geral dos Fundos Estruturais e de Coesão (Regulamento n.º 1083/2006 de 11 de Julho) define como objetivo geral da avaliação o de “melhorar a qualidade, eficácia e a coerência da intervenção dos Fundos e a estratégia e execução dos programas operacionais no que respeita aos problemas estruturais específicos que afetam os Estados-Membros e as regiões em causa, tendo em conta o objetivo do desenvolvimento sustentável e a legislação comunitária pertinente em matéria de impacto ambiental e de avaliação ambiental estratégica”.

O que difere, em matéria de conceção geral da avaliação, neste atual quadro de programação relativamente aos anteriores, tem essencialmente que ver com uma perspetiva mais flexível do modelo de avaliação. Assim, em alternativa a um processo de avaliação no essencial definido *à priori* – consubstanciado no período 2000-2006, num exercício muito abrangente e complexo, relativamente estandardizado de avaliação intercalar de todos os Programas Operacionais – o Regulamento aponta para uma abordagem da avaliação “à medida das necessidades” do processo de decisão política e de uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis.

Com esse objetivo foi constituído um grupo “Rede de Avaliação do QREN 2007-2013”, composto pelo Observatório do QREN, que coordena, por representantes dos Centros de Racionalidade Temática e dos Centros de Observação das Dinâmicas Regionais, por representantes das Autoridades de Certificação e das Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais.

Até ao final de 2014 foram realizadas dezasseis reuniões da **Rede de Avaliação do QREN 2007-2013**, embora no ano de 2014 não se tenham realizado reuniões da Rede, uma vez que a maior parte dos exercícios de avaliação já haviam concluído, tendo as equipas destas áreas estado particularmente envolvidas na preparação do novo período de programação (2014 – 2020).

Acresce igualmente que em 2014 o Observatório do QREN (organismo que coordenava esta rede) foi extinto e integrado na Agência para o Desenvolvimento e Coesão (ADC) criada a partir da fusão de 3 organismos, o Instituto Financeiro do Desenvolvimento Regional (IFDR), o Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu (IGFSE) e o Observatório do QREN.

Plano de Avaliação do PO

Em 2010/2011 foi feita uma revisão do Plano de Avaliação do PO, fundamentada nas seguintes razões:

- Crise financeira e alterações subsequentes nas condições sócio-económicas da Região que determinaram um atraso visível na execução do Programa, generalizadas também na maioria dos PO do QREN.

- Alterações ao Reg. (CE) nº 1083/2006 DE 11 de Julho, através do Reg. (UE) nº 539/2010 de 16 de Junho, motivados pelo reconhecimento da gravidade da crise financeira e económica instalada, as quais apontavam para uma maior flexibilidade nalguns procedimentos em particular os referentes ao artigo nº48, nº 3.
- As alterações no contexto político português em 2011 com mudança de Governo, que culminaram com a mudança de presidência da autoridade de gestão, motivaram o adiamento do lançamento do procedimento de Avaliação Intercalar do PO para o ano de 2012.

Em 2012 foi revisto calendário de avaliações previsto no PO Algarve 21 (constante na revisão/aditamento ao Plano Global e Avaliação do QREN e dos PO (PGA) e aprovada pela CMC do QREN), de acordo com o seguinte quadro:

Designação	Incidência	Principais Objetivos e Finalidades	Lançamento do procedimento	Conclusão do estudo
Avaliações da operacionalização dos PO no Contexto da Estratégia do QREN (2007-2008)	PO/Fundo	Avaliar o modo de operacionalização dos PO's na prossecução das prioridades estratégicas do QREN. Conteúdos específicos a definir em função das necessidades de cada PO/Fundo. Esta avaliação no caso do Algarve concretizou-se através do documento "Modelo Institucional do PO Algarve 21 – Contributos para uma Avaliação" . A Gestão do PO Algarve 21 integrou o exercício de avaliação efetuado pelo Ex-IFDR (ADC) tendo, os respetivos contributos sido integrados na avaliação desenvolvida pelo Ex-IFDR (ADC) no que respeita a questões de avaliação comuns	Agosto 2007	Julho 2009
Avaliação Intercalar dos Programas Operacionais (2007-2010)	PO	Avaliar a performance e o impacte dos PO a meio do seu período de vigência, tendo em vista sobretudo eventuais necessidades de reprogramação no interior de cada PO	Final do 4º Trimestre de 2012	Julho de 2013
Avaliação Temática do Sector Turismo "Competitivetur"	PO / Sector Turismo	Avaliar a performance e o impacte do PO no Sector do Turismo na Região	Dez. 2009	Julho 2013

As principais conclusões do "Estudo de Avaliação do Modelo de Elaboração dos Regulamentos Específicos dos Programas Operacionais FEDER e Fundo de Coesão" desenvolvido" pelo Ex-IFDR (ADC) são as seguintes:

- a) Revisão global do modelo regulamentar vigente, de forma a uniformizar a sua estrutura, definindo claramente qual o papel e o conteúdo de cada instrumento regulamentador (R11regulamento Geral; Regulamentos Específicos; Avisos);
- b) Simplificação do modelo regulamentar através da transferência de um conjunto de normas de natureza horizontal dos atuais Regulamentos Específicos para o Regulamento Geral, conduzindo a maior uniformização dos conceitos e normativos aplicáveis, sempre que tal se justifique;
- c) Reforço da estabilidade/previsibilidade do modelo regulamentar através da determinação clara no Regulamento Geral de quais as matérias que poderão ser ajustadas por Regulamento Específico e quais as que serão objeto de adaptação em sede de Aviso;
- d) Revisão dos Critérios de Seleção, no sentido de os adequar melhor aos objetivos dos Programas Operacionais. Ao nível da harmonização, evidenciaram-se disparidades na estrutura dos Critérios de Seleção, bem como quanto à sua qualidade e objetividade. Neste contexto, a equipa de avaliação recomendou a diferenciação, por Programa Operacional, dos Critérios de Seleção em cada Regulamento, sempre que se justifique. Os subcritérios

- de seleção e as respetivas ponderações não deverão ser inseridos no texto ou nos anexos dos Regulamentos Específicos, garantindo-se assim a flexibilidade da gestão dos Programas ao longo do tempo, constituindo os Avisos, a sede apropriada para tal publicitação;
- e) Ponderação das modalidades de seleção de candidaturas, em particular da modalidade concursal, num conjunto significativo de casos em que outras soluções parecem mais adequadas. (1. Contratualização com entidades públicas de âmbito sub-regional; 2. Regiões com base económica débil incapazes de gerar uma verdadeira concorrência entre projetos em determinado domínio de intervenção; e 3. Escassez de dotações financeiras, o que pode justificar a preferência por investimentos estruturantes indispensáveis ao desenvolvimento do território). No caso das Assistências Técnicas recomenda-se uma flexibilização do modelo, com a passagem à apresentação de candidaturas em contínuo;
 - f) Ponderação de diversas questões ligadas à elaboração dos regulamentos Específicos e à relação entre eles (fusões, cisões, sobreposições, lacunas, fronteiras ou sobreposições com outros fundos). Linhas divisórias mal definidas (Equipamentos Desportivos, Ambiente e Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos). Sobreposições FEADER e Fundo Social Europeu (sobretudo no caso de equipamentos coletivos de natureza social);
 - g) Garantia da razoabilidade dos prazos de tramitação processual, bem como do seu cumprimento por parte das entidades decisoras. (1. A determinação de prazos para a emissão de pareceres sectoriais e a atribuição de pontuações aos projetos (nos casos em que tal está previsto). 2. Um melhor planeamento das publicações dos Avisos e das datas limites para apresentação dos projetos; 3. A revisão dos prazos de decisão sendo que os 90 dias parecem um período razoável para decisão);
 - h) Promoção em articulação com as Entidades Gestoras, de ações de formação aprofundadas, focalizadas em áreas sensíveis da implementação dos Fundos Estruturais e de Coesão, e concentração, num centro de excelência, dos conhecimentos necessários à gestão do FEDER e FC. Casos identificados no Estado: entidades – Autoridades de Gestão e Comunidades Intermunicipais – e áreas temáticas a privilegiar, sobretudo, contratação pública, ambiente e análise e gestão de projetos);
 - i) Revisão das condições de admissibilidade e aceitabilidade tanto das operações como dos beneficiários e à forma de designação das categorias de beneficiários nos diversos Regulamentos Específicos, de modo a obter uma maior harmonização entre si, na sequência do trabalho efetuado no quadro da Avaliação;
 - j) Valorização formal da regulamentação do QREN – FEDER e Fundo de Coesão. A Equipa propõe elevar o Regulamento Geral a condição de Decreto-lei, passando a Regulamentos Específicos a Portarias dele emanadas.

Relativamente à avaliação temática – “**Competitivtur**” – o objetivo deste exercício foi identificar o contributo que cada uma das áreas de intervenção do PO Algarve 21 teve na competitividade do Turismo e selecionar uma bateria de indicadores que nos permitem avaliar o desempenho e o potencial impacto dos projetos aprovados em cada uma delas. A avaliação global deste trabalho, irá permitir até final do exercício de programação, medir o impacto do PO Algarve 21 na eventual melhoria de competitividade turística da Região.

Em julho de 2014 foi apresentado um relatório “suplementar”, com o objetivo de sistematizar as principais **conclusões** do estudo de “Impacto do Programa Operacional Algarve 21 no Setor do Turismo face aos Objetivos Definidos na Estratégia de Desenvolvimento Regional do Algarve 2007 – 2013”, com análise referenciada à situação em 31 de dezembro de 2013, já num cenário muito próximo da situação de chegada do PO Algarve 21, focado na performance do programa sobre o setor do turismo regional.

- O peso relativo do turismo no PO Algarve 21 à data de 31 de dezembro de 2013 situar-se-á num intervalo entre os 37,1% a 42,9%, um valor que no terreno se deverá situar mais próximo do limite superior, face ao crescente desempenho relativo do investimento executado em turismo. Daqui resulta que no final do programa perspetiva-se que este indicador venha a situar-se muito próximo do peso estimado entre 44,7% a 47,4% do contributo do setor do turismo para o PIB regional (WTTC 2003).
- O peso relativo do turismo no PO Algarve 21 à data de 31 de dezembro de 2013 situar-se-á num intervalo entre os 37,1% a 42,9%, um valor que no terreno se deverá situar mais próximo do limite superior, face ao crescente desempenho relativo do investimento executado em turismo. Daqui resulta que no final do programa perspetiva-se que este indicador venha a situar-se muito próximo do peso estimado entre 44,7% a 47,4% do contributo do setor do turismo para o PIB regional (WTTC 2003).
- O setor do turismo tende a conseguir executar uma maior parcela do investimento aprovado e num prazo mais curto face à globalidade do programa, conjunto assinalável em termos da capacidade do setor gerar efeitos

- multiplicadores no terreno, existindo porém o alerta sobre o aumento progressivo dos prazos de execução, a monitorizar em períodos pós 2013 e menos influenciados pela crise económica e financeira.
- O turismo é um setor de atividade mão-de-obra intensivo, o que é positivo, particularmente em contextos de recuperação de ciclos económicos menos favoráveis e da recuperação da taxa de desemprego. Surge porém muito concentrado em qualificações relativamente menores face ao padrão regional, o que se associado ao baixo ou nulo peso do turismo em Tipologias de Operação como por exemplo o Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, lança um alerta sobre a produtividade de um setor assim menos atrativo do ponto de vista da sua base económica e social e respetivos efeitos multiplicadores;
 - É inequívoca a capacidade do turismo gerar volumes de negócios superiores ao padrão global do PO Algarve 21. Porém, o final do ano de 2013 revela uma diminuição do volume de negócios pós-projeto, tal como já tinha acontecido de 2011 para 2012 e, simultaneamente, uma redução do fator de multiplicação deste volume de negócios. Estas situações quando observadas de forma acumulada traduzem o abrandamento da própria dinâmica de investimento da atividade turística e, em consequência, apesar de não comprometer a liderança regional, induzir uma possível redução relativa do impacto transversal do turismo sobre os demais setores de atividade.
 - Em oposição a este comportamento há o reforço inequívoco da intenção exportadora dos investimentos apoiados em turismo, com uma multiplicação do volume de negócios internacional ante versus pós-projeto muito significativa e crescente, o que é claramente uma vantagem do ponto de vista da estratégia económica regional que importa manter de forma sustentada;
 - Conclui-se que em termos setoriais do turismo, a adesão do PO Algarve 21 às prioridades e linhas de atuação da Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2007-2013 é significativa, atingindo os 44,8 pontos de performance (bom) o que o coloca gradualmente mais próximo do potencial máximo que pode preencher de 55,2 pontos.

Face a este desempenho e à capacidade do PO Algarve 21 influenciar a competitividade do setor do Turismo a nível Regional, o relatório recomenda:

As seguintes orientações sobre este instrumento ao longo do restante período de vigência do Programa e em diálogo com os parceiros:

- Privilegiar o incentivo à atração/criação de postos de trabalho qualificados no turismo, situação desfavorável à partida e que, apesar da ligeira inversão à data de dezembro de 2013, mantém-se como uma desvantagem do setor do turismo face ao todo apoiado pelo PO Algarve 21. A manter-se este desnível tal provocará a prazo fortes limites à base económica e social de atração pelo setor turístico ao nível da educação, formação e emprego, inerentes efeitos multiplicadores potencialmente decrescentes e, em acumulado, perdas setoriais de produtividade e de competitividade. Daqui resulta a recomendação que em futuros sistemas de apoio, um bom desempenho sobre este indicador seja objeto de prémio ou incentivo, opção justificada inclusive pelos efeitos transversais que induz na sociedade;
- Dada a urgência de se verificarem efeitos no terreno, recomenda-se incentivar a redução dos prazos previstos de execução do investimento aprovado no geral e em particular nos projetos com incidência no turismo, os quais executam a um ritmo mais rápido mas com uma evolução acumulada negativa em 2012 e 2013, período em que se verifica um aumento destes prazos;
- Face à dimensão crescente verificada do volume de negócios internacional associado aos investimentos apoiados em turismo, mesmo num contexto de redução do volume de negócios total, esta é uma configuração que se deverá manter na aposta no turismo como setor de internacionalização por excelência da economia regional, com o privilégio da incorporação de recursos materiais e imateriais da região no suporte da oferta e do volume de negócios projetado, tendência com ritmo positivo em 2012 e que importa consolidar sob uma cuidada monitorização. O setor em si possui uma vocação exportadora líder a nível regional e nacional, sendo em 2013 responsável por 12,6% do total de exportações nacionais (IMPACTUR, 2014).

No conjunto dos exercícios de avaliação previstos no Plano Global de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013, decorreu durante o ano de 2010, o estudo de Avaliação da “Operacionalização Inicial dos Sistemas de Incentivos ao Investimento Empresarial” no contexto da Agenda Fatores de Competitividade do QREN, desenvolvido pela empresa Augusto Mateus & Associados. As principais recomendações do estudo de Avaliação da “Operacionalização Inicial dos Sistemas de Incentivos ao Investimento Empresarial” são as seguintes:

- a) Reforçar a indução de "procuras" mais qualificadas, valorizando o papel dos SI no surgimento de mais e melhor iniciativa empresarial;
- b) Aprofundar o carácter estrutural e sustentável das intervenções, com focalização nos ganhos de competitividade e orientação das atividades para os bens e serviços transacionáveis;
- c) Reforçar da seletividade e concentração de recursos;
- d) Adotar melhorias incrementais ao modelo de governação dos SI, reforçando os elementos de flexibilidade e adaptabilidade, para articular mais estreitamente as prioridades estratégicas a especificidades setoriais e a particularidades territoriais;
- e) Adotar reformas mais significativas, para garantir as responsabilidades dos SI na promoção do investimento;
- f) Clarificar as regras de afetação dos projetos de investimento entre Programas Operacionais, privilegiando a consideração da natureza e características específicas dos projetos de investimento;
- g) Agilizar e aprofundar o processo de análise das candidaturas aos SI QREN, com particular incidência no aumento da coerência e capacidade discriminatória global (promotor e projeto) dos critérios de notação do mérito dos projetos de investimento.

Foi igualmente concluído em 2012 **"Estudo de Avaliação Específica com vista à simplificação administrativa no âmbito do FEDER e Fundo de Coesão"** desenvolvido pelo Ex-IFDR (ADC) com a participação das autoridades de gestão.

No que respeita ao **"Estudo de Avaliação Intercalar"** do PO Algarve 21, o procedimento iniciou-se em abril de 2012, contudo, o convite à apresentação de propostas, acabou por só ocorrer em novembro devido à dificuldade em obter autorização para a realização de compromissos plurianuais, que apenas foi comunicada à AG do PO nos primeiros dias de novembro.

O Estudo de Avaliação Intercalar do PO Algarve 21 foi adjudicado no dia 08/02/2013 à empresa **Augusto Mateus & Associados – Sociedade de Consultores, Lda.**

O caderno de encargos previa a elaboração de 5 relatórios que foram entregues nas seguintes datas:

1. Relatório Inicial – abril/2013
2. Síntese Progresso I – julho /2013
3. Síntese Progresso II – setembro/2013
4. Relatório final Preliminar – novembro/2013
5. Relatório Final – dezembro/2013

Com o objetivo de acompanhar o processo avaliativo e apoiar a equipa de avaliadores, foi constituído um Grupo de Acompanhamento, coordenado pela Autoridade de Gestão, que integrou um representante do Observatório do QREN do Ex-IFDR (ADC) e dos Organismos Intermédios.

Em linha com o especificado no correspondente Caderno de encargos, o estudo de avaliação intercalar responde a 10 questões de avaliação, que foram agregadas em dois grupos distintos: por um lado, as questões relativas ao desempenho do Programa a partir das intervenções apoiadas e, por outro, lado, a leitura do seu desempenho a partir da operacionalização.

De forma muito sumária o estudo de avaliação intercalar apresentou as seguintes principais conclusões:

- O ritmo de aprovações até à data de reporte da avaliação, a informação recolhida sobre as aprovações durante o ano de 2013 e sobre o volume de verbas descativadas, permite perspetivar, em termos de valores contratados, a concretização da generalidade das metas de realização física do Programa. Os indicadores "número de PME

abrangidas pelo sistema de garantias apoiado pelo PO”, “número de projetos de I&DT” e “poupança de energia primária” são as principais exceções;

- Quando se considera a performance dos indicadores tendo por base os projetos executados, os riscos de os resultados ficarem significativamente aquém dos objetivos assumem uma maior relevância;
- O perfil de realização do PO Algarve revela o apoio a projetos que potencialmente contribuem de forma efetiva para a operacionalização das agendas temáticas associadas à internacionalização e valorização dos bens e serviços transacionáveis, à qualificação das empresas e renovação dos seus modelos de negócio, ao fomento do empreendedorismo e ao reforço da empregabilidade e da qualificação dos recursos humanos empregues, não sendo tão claros os resultados alcançados em matéria de inovação. A operacionalização da agenda inclusão social assume carácter residual.
- A análise do contributo do PO Algarve para a consolidação e valorização do cluster Turismo e Lazer revela uma forte aposta no setor, alinhada com a sua importância na especialização produtiva e com um leque de investimentos na preservação e requalificação do património e na valorização do território enquanto local para visitar, mas com efeitos modestos no alargamento dos produtos turísticos da região;
- A ambição expressa nos objetivos do Programa deve ser relativizada pelo volume de fundos aprovados e executados, na medida em que este limita o potencial de penetração do PO nos fluxos de investimento da região. Ainda assim, não deve ser negligenciada a importância do PO enquanto fonte de financiamento na atual conjuntura de dificuldades particularmente fortes na região, geradora de efeitos de adicionalidade;
- A análise de impactos efetivos revela efeitos muito favoráveis do Programa na qualificação do tecido produtivo e ao nível do emprego empresarial e menos favoráveis em matéria de orientação para os mercados internacionais;
- As oportunidades de apoio a projetos coletivos no âmbito do PO Algarve 21 não foram plenamente exploradas, numa região em que o estabelecimento de parcerias entre atores e setores é fundamental para que os investimentos comparticipados pelos fundos comunitários ganhem escala e produzam efeitos relevantes;
- A operacionalização do PO Algarve 21 em matéria de acompanhamento e de articulação com outros Programas com incidência na região evidencia limitações com consequências para a sua eficácia;
- O modelo de contratualização permitiu ganhos de eficácia e de eficiência na gestão dos recursos comunitários disponibilizados pelo QREN no exercício das competências conferidas face a um modelo centralizado na Autoridade de Gestão, mas apresenta margem para ser melhorado;
- A estratégia de comunicação adotada pelo PO Algarve 21 tem sido implementada corretamente, respeitando as obrigações regulamentares.

Foi efetuada a apresentação dos resultados do Estudo de Avaliação Intercalar à Comissão de Acompanhamento do PO Algarve 21 realizada a 19 de Junho de manhã e no período da tarde foi realizada a apresentação pública do mesmo Estudo na Sessão Pública de Apresentação de Resultados “Resultados e apostas para o futuro - Desafios da Estratégia 2014-2020”, inserida no Grande Evento anual do Programa Operacional “Mês da Europa 2014”.

A **avaliação ex-post** dos programas operacionais é da competência da Comissão Europeia. Estas avaliações pretendem analisar em que medida os recursos foram utilizados, a sua eficácia e eficiência, bem como o impacto socioeconómico.

Em **2014** foi solicitado à Autoridade de Gestão a colaboração num desses estudos de Avaliação ex-post - Ex-post evaluation of Cohesion Policy programmes.

Essa colaboração consiste na prestação e/ou validação de informação física e financeira do programa, na resposta de inquéritos, ou na prestação de esclarecimentos sobre informação constante dos relatórios de execução.

Designação	Objetivos	Contributos do PO
<i>Ex-post evaluation of Cohesion Policy programmes - European Regional Development Fund (ERDF) and Cohesion Fund (CF) - Work Package Zero: data Collection and Quality Assessment</i>	Esta avaliação pretende aumentar a transparência das realizações e resultados da Política de Coesão, tendo em vista o aumento do foco no desempenho, central na reforma dos fundos para o próximo período de programação.	Na justificação das alterações registadas nos indicadores CORE (relativos aos relatórios de Execução 2012-2013) e nos indicadores específicos relacionados com a redução de emissões de gases (Indicador Comunitário 30) – identificação de boas práticas.

2.7.3. Avaliação Ambiental Estratégica - Avaliação e Controlo dos Efeitos significativos no Ambiente decorrentes da aplicação dos apoios do PO Algarve 21

A Monitorização Ambiental Estratégica

No âmbito do relatório de execução relativo a 2010 foi apresentado um primeiro balanço dos resultados obtidos pelo sistema de monitorização ambiental estratégica aplicado ao PO - e que envolve, na sua dimensão plena, todas as Autoridades de Gestão dos PO financiados pelo FEDER e/ou FdC, o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional e o Observatório do QREN – e que se destina, de forma contínua, a aferir os efeitos significativos sobre o ambiente decorrentes da execução do PO Algarve 21, e, simultaneamente, a avaliar em que medida estão a ser consideradas as recomendações inscritas no Relatório Ambiental da AAE⁵¹.

O capítulo apresentado no Relatório de Execução de 2010, em conjunto com o Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN, traduziu um primeiro reporte enquadrado nos requisitos de continuidade inerentes ao regime de AAE⁵².

A metodologia adotada para a componente de participação do público e envolvimento dos agentes no processo – constituída por um evento de divulgação e discussão pública, realizado em Beja a 8 de outubro de 2010 e pela disponibilização do Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN no website do QREN - permitiu constatar o interesse sobretudo dos parceiros institucionais do setor ambiental nos resultados do exercício efetuado pelas Autoridades de Governação e de Gestão do QREN tendo em conta a natureza inédita do mesmo e um insuficiente envolvimento dos parceiros sociais nos processos de avaliação ambiental estratégica na sua fase de monitorização. Acresce ainda que, na sequência do envio do referido Relatório à Agência Portuguesa do Ambiente, o mesmo foi disponibilizado igualmente no *website* daquela instituição.

No quadro das exigências estabelecidas pelo regime nacional da avaliação ambiental estratégica, será **aqui apresentado um novo balanço dos resultados obtidos** pelo sistema de monitorização ambiental estratégica aplicado ao PO e **os seus resultados serão incorporados no próximo Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente** decorrentes da aplicação do QREN, o qual será objeto de divulgação pública.

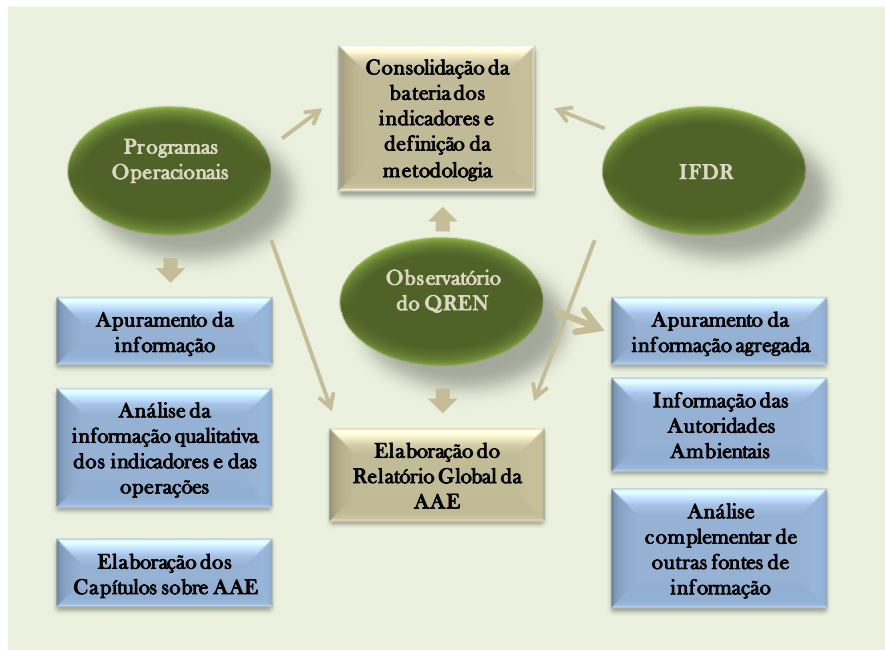
⁵¹ A AAE das intervenções estruturais co-financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e pelo Fundo de Coesão (FdC), foi desenvolvida em 2007 por uma equipa independente constituída por especialistas em ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e dela resultou o Relatório Ambiental que constitui a base de referência para a monitorização ambiental estratégica.

⁵² De acordo com o Decreto-Lei nº 232/2007, as “Entidades responsáveis pela elaboração do “Programa” deverão avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da sua aplicação (...) e “Os resultados do controlo são divulgados pelas entidades referidas (...) através de meios electrónicos e atualizados com uma periodicidade mínima anual”. O mesmo diploma define ainda que “Os resultados do controlo realizado (...) são remetidos à APA, cabendo a esta entidade, por sua vez, assegurar o intercâmbio dessa informação com a Comissão Europeia, bem como a sua disponibilização a todos os interessados”.

Consolidação do Sistema de Monitorização AAE

A criação e consolidação do sistema de avaliação ambiental estratégica e os produtos que dele derivam configuram-se como exercícios complexos, em progressivo aperfeiçoamento, tal como se pode inferir do quadro de responsabilidades ilustrado na figura seguinte.

Quadro de responsabilidades na monitorização ambiental estratégica



Fonte: Sistema de Monitorização do QREN

Nos reportes anteriores a quantificação de alguns dos indicadores de monitorização ambiental estratégica (adiante designados pelo acrónimo MEA) não foi viável. Por um lado, em algumas áreas, ainda não se registavam, à data de análise dos respetivos exercícios, operações aprovadas e contratadas, pelo que a sua quantificação não se justificava; por outro, alguns destes indicadores não são quantificáveis por dificuldade no seu apuramento, requerendo procedimentos específicos de cálculo ou estimação, cuja concretização se verificará apenas em futuros exercícios, beneficiando do recurso a especialistas externos⁵³. Na mesma situação se encontram alguns dos indicadores de mensuração das Recomendações, cuja informação passível de recolha pela Autoridade de Gestão requer um reforço de apuramento através de estudos de caso e avaliações específicas.

Atendendo, às necessidades de recolha e de análise de informação que emergiram dos exercícios anteriores, foram definidos mecanismos suplementares de aferição de dois indicadores **Alterações de uso do solo induzidas pelos projetos apoiados e Afetação de ecossistemas sensíveis para conservação da natureza**.

⁵³ Estão neste caso, por exemplo, os indicadores referentes a emissões GEE ou de consumos energéticos.

Assim, neste sentido encontra-se em desenvolvimento o Estudo “*Alterações do Uso do Solo Induzidas pelos Projetos Apoiados e a Afetação de Ecossistemas Sensíveis para a Conservação da Natureza*”, contratado ao agrupamento Simbiente, Ecosphere e Addition, cujos objetivos são:

- Identificar as metodologias de cálculo e apuramento dos indicadores **Alterações de uso do solo diretamente induzidas pelos projetos apoiados e Afetação dos ecossistemas sensíveis para a conservação da natureza**, os quais constituem indicadores de monitorização da Avaliação Ambiental Estratégica do QREN, tendo por base a necessidade do cumprimento das disposições comunitárias em matéria de ambiente;
- Analisar a contribuição do QREN para os seguintes objetivos da Avaliação Ambiental Estratégica: Reduzir a taxa de perda de biodiversidade; reduzir as pressões humanas sobre a biodiversidade; e manter a integridade e a provisão dos bens e serviços dos ecossistemas.

No ano de 2014 foi apresentado o 2º Relatório deste Estudo que teve como objetivo apresentar os resultados cumulativos e intercalares, decorrentes dos projetos contratados pelo QREN desde 2007 até Dezembro de 2012 (universo em análise).

Neste momento a equipa de avaliação encontra-se a desenvolver o trabalho de campo para o terceiro e último Relatório de Avaliação, que se prevê concluir no 3.º trimestre de 2015.

A integração do ambiente nas atividades de gestão e a aferição dos efeitos no ambiente decorrentes da implementação do Programa Operacional Regional Algarve 21

A integração de considerações ambientais no PO Algarve 21 não se limitou à fase de programação, através da realização de uma avaliação ambiental estratégica pormenorizada. A AG do PO Algarve 21, em linha com o trabalho iniciado no final do QCA III⁵⁴, considerou o ambiente como um importante pilar da sua atividade de gestão, e como fator de competitividade regional, realizando processos de seguimento da Avaliação Ambiental Estratégica e recorrendo a mecanismos e ferramentas cujo principal objetivo é o de garantir um nível de proteção ambiental superior ao que teria sido alcançado na sua ausência.

Estes mecanismos e ferramentas consubstanciam-se em instrumentos sistematizadores de cumprimento das exigências comunitárias e nacionais no domínio ambiental, num envolvimento, sempre que necessário, das autoridades ambientais no processo de avaliação de admissibilidade e de mérito de operações submetidas no âmbito de áreas-chave da intervenção direta no ambiente e na incorporação de critérios e ponderações ambientais em sede de regulamentos específicos e/ou avisos.

⁵⁴ A CCDR Algarve foi a primeira e única Região do País a criar um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve (SIDS), que criando e mantendo um sistema operacional de monitorização do desempenho ambiental da região (com 130 indicadores) e que funciona como uma ferramenta de apoio à decisão. (<https://web.ccdr-alg.pt/sids/indweb/>)

Mecanismos de gestão com o envolvimento de autoridades ambientais

A parceria com as Autoridades Ambientais encontra-se ativa desde a fase de elaboração dos Regulamentos Específicos. Salienta-se a este respeito, a participação das Autoridades Ambientais na determinação dos critérios de elegibilidade e de seleção de projetos inscritos nos Regulamentos Específicos na fase da sua elaboração.

Esta parceria não assumiu, no entanto, uma formalização expressa no caso do PO Algarve 21.

Sempre que necessário, nomeadamente na fase de análise de candidaturas, foram envolvidos técnicos da CCDR Algarve e da APA - ARH Algarve especializados no domínio do Ambiente e Ordenamento do Território. Deste modo, a AG do PO não desenvolveu parcerias mais formais, uma vez que usufruiu dos conhecimentos de especialistas “*in-house*”, ao nível da entidade de acolhimento do Programa, a CCDR Algarve.

Na gestão do PO tem sido também desenvolvido um esforço importante na adoção de instrumentos e práticas ambientais voluntárias por parte dos proponentes de candidaturas nos seus restantes domínios de intervenção, designadamente a adoção de Sistemas de Gestão Ambiental e/ou métodos de Construção Sustentável, ou pela introdução de componentes de produção de energias renováveis como fatores de valorização dos seus projetos.

Apresentação da incorporação de critérios/ponderações ambientais em sede de regulamentos específicos e/ou avisos.

A AG do PO Algarve 21 aplica um conjunto de mecanismos que incorporam, em diversas fases do ciclo da vida das operações, medidas que garantem o cumprimento da legislação de caráter ambiental, bem como medidas que elevam o nível de proteção ambiental das operações apoiadas por este PO.

No que respeita à fase de seleção das operações, e num nível mais abrangente, o Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão prevê, como uma das obrigações dos beneficiários que concorrem aos Programas Operacionais do QREN, o cumprimento das normas comunitárias e nacionais em matéria de ambiente, de forma a salvaguardar de uma forma rigorosa e generalizada a observância das mesmas. Num nível mais particular, os **Regulamentos Específicos** de cada área de intervenção em que o PO Algarve 21 intervém, incorporam um conjunto de critérios de caráter ambiental que visam constituir um enfoque mais reforçado, por tipologia de operações, de ponderações ambientais mais restritivas.

Numa análise mais específica, e tendo em conta cada área de intervenção em concreto, foram integradas nos Regulamentos Específicos, ponderações mais limitativas de cariz ambiental, das quais se destacam as seguintes:

- **Aplicação de critérios na seletividade das candidaturas (exemplos.):**
 - Prosseguir objetivos de valorização e requalificação das áreas litorais (*Ações de Valorização do Litoral*);
 - Valorizar ações previstas em documentos estratégicos de enquadramento ambiental (*Ações de Valorização e Qualificação Ambiental*);
 - Valorizar as que demonstrem ganhos ambientais e de sustentabilidade e contribuição para uma redução de dependência energética (*Gestão Ativa de Espaços Protegidos, Energia e Mobilidade Territorial*);

- **Apresentação de pareceres de entidades com responsabilidade em matérias ambientais:**
 - Parecer da Estrutura de Apoio e Coordenação do Documento de Enquadramento Estratégico (DEE).
 - Pareceres da APA/ARH, ICNF, CCDR-DSA, CCDR-DSOT, entre outros, sempre que aplicável.

- **Demonstração de enquadramento específico e do cumprimento de normas específicas nacionais:**
 - Enquadramento na Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional, nos Planos de Ordenamento da Orla Costeira e no Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral 2012-2015 (*Ações de Valorização do Litoral*);
 - Enquadramento na Estratégia Nacional de Energia, no Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética e no Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis (*Regulamento Específico - Energia*);
 - PDM – Planos Diretores Municipais (*todos os regulamentos no que respeita a ações materiais*);

- **Utilização das melhores práticas ambientais**
 - Usando as Melhores Técnicas Disponíveis (MTD)/Best Available Techniques (BAT) publicados pelo European Integrated Pollution Prevention and Control Bureau (European IPPC Bureau) (OGR, EXT).

Para além de critérios exigidos ao nível dos Regulamentos Específicos, são igualmente fonte de normas de carácter ambiental, o disposto ao nível dos **avisos de abertura de concursos**, que para além de enumerarem os critérios de seleção já apresentados nos Regulamentos a aplicar nas candidaturas, fornecem conforme as tipologias de intervenção, diferentes ponderações a que os mesmos são sujeitos para a sua classificação final. Temos igualmente no caso das operações materiais, como condição de admissibilidade e aprovação a obrigatoriedade da apresentação do Plano de Segurança e Saúde e do Plano de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.

Neste contexto, e com aplicação na fase de análise das candidaturas e com um maior enfoque na verificação física e documental no local, existe uma **check-list** que respeita a mecanismos de controlo do domínio ambiental. Esta **check-list** é utilizada igualmente nos controlos *ex-post*.

Durante o ano de **2014** e à semelhança dos anos anteriores, na fase de apreciação das candidaturas e no acompanhamento das Operações no local, foram realizadas as verificações necessárias para salvaguardar o cumprimento da legislação comunitária e nacional em matéria do ambiente sendo verificadas, sempre que aplicável, para além de aspetos já referidos, a apresentação dos seguintes documentos:

- Declaração de Impacto Ambiental ou Declaração da Autoridade competente em matéria de Avaliação de Impacte Ambiental que confirme ou não o seu enquadramento;
- Apresentação dos documentos que comprovem os licenciamentos e autorizações ambientais necessários no que respeita à fase em que se encontra a candidatura, sendo que a montante o cumprimento da legislação em matéria ambiental se encontra salvaguardado pelas autoridades competentes no decorrer da preparação da candidatura ao Programa.

Sempre que estes mecanismos sejam considerados insuficientes são desencadeadas consultas e pedidos de parecer às entidades competentes.

Em termos de mecanismos de gestão tendentes a assegurar o cumprimento das regras ambientais e de ordenamento do território, os **Sistemas de Incentivos** estabelecem procedimentos verificados pelos Organismos Intermédios em sede de admissibilidade dos projetos. Em sede de candidatura, os promotores dos projetos de investimento enquadrados no setor do Turismo terão que demonstrar que os seus projetos de arquitetura estão previamente aprovados pelos organismos competentes, nomeadamente pelos Municípios e, obviamente, pelo Turismo de Portugal, IP. Já no caso dos restantes setores, o IAPMEI, em termos de admissibilidade, obriga os promotores a comprovarem o licenciamento dos projetos, ou em alternativa a entrega na Direção Geral da Economia de todos os requerimentos de licenciamento necessários para o efeito.

Os projetos abrangidos pelo REAI – Regime de Exercício de Atividade Industrial, até à data da celebração do contrato de Concessão de Incentivos, têm que demonstrar a instrução do pedido de licenciamento, e na fase de encerramento do projeto é feita a comprovação do licenciamento do estabelecimento em que o projeto co-financiado foi realizado.

Na fase do acompanhamento das operações, são assim evidentes as recomendações formuladas no âmbito das questões ambientais.

Efeitos resultantes da implementação do PO com base nos indicadores de monitorização estratégica ambiental.

A análise que a seguir se apresenta pretende refletir duas dimensões fundamentais do processo de monitorização ambiental estratégica:

1. Aferição do desempenho ambiental e de sustentabilidade do PO Algarve 21;
2. Aferição do grau de cumprimento das recomendações da AAE nas quais o PO Algarve 21 é implicado.

Este exercício, na sua componente de aferição de desempenho ambiental e de sustentabilidade, pressupõe que fossem associados aos objetivos estratégicos definidos em AAE os regulamentos e as tipologias de

intervenção que para aqueles contribuíam, bem como uma adequada seleção de indicadores para a mensurabilidade do efeito produzido pelo PO Algarve nos mencionados objetivos estratégicos.

1. Aferição do Desempenho Ambiental e de Sustentabilidade do PO Algarve 21

O PO Algarve 21 integra nos seus objetivos estratégicos as preocupações da Política Comunitária no domínio do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, visível em particular no **Eixo 2 – Proteção e Valorização Ambiental**, através de um conjunto de regulamentos dirigidos à proteção da biodiversidade, à proteção de zonas ambientalmente sensíveis e à prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos.

No entanto, uma leitura mais atenta da formulação estratégica do Programa mostra uma preocupação com a componente ambiental transversal aos outros dois eixos do PO. Esta abordagem centra-se na assunção de que, numa região fortemente dependente da atividade turística, o desempenho da competitividade regional, passa inevitavelmente pela excelência e qualidade dos recursos ambientais. Para atingir este pressuposto, seria fundamental a capacidade de mobilizar os restantes setores de atividade para esse objetivo. Esta preocupação materializou-se na definição de algumas tipologias na área Ambiental e nos requisitos de majoração ao nível das candidaturas de projetos.

Como exemplo destacam-se o estabelecimento de tipologias de investimento específicas no SI Qualificação das PME e no Sistema de Apoio às Ações Coletivas (SIAC) nos domínios do Ambiente e da diversificação e eficiência energéticas, ou em alguns dos Regulamentos Específicos, nomeadamente Apoio às Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística, Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica, Rede de Equipamentos Culturais, Mobilidade Territorial, Energia ou Parcerias para a Regeneração Urbana, onde a metodologia de apuramento do mérito dos projetos prevê critérios ou subcritérios que valorizem a problemática da eficiência energética ou o desenvolvimento sustentável.

No que respeita aos projetos aprovados **até final de 2014** e tendo presente a relação estabelecida entre os objetivos estratégicos definidos em AAE e os indicadores para a mensurabilidade dos resultados esperados com a concretização dessas operações, apresentamos, de seguida, algumas conclusões em matéria de desempenho Ambiental e de Sustentabilidade do Programa.

O contributo do PO Algarve 21 para o objetivo **“Promover a Transparência, Participação, Responsabilidade, Eficácia e Coerência dos Serviços Públicos”** resulta de um projeto em *Tavira* de *“lojas de cidadão/centros multi-serviços/balcão único”*, avaliado através do indicador *“População servida”*, 26.167 habitantes. Os projetos contratados de modernização dos serviços públicos, autarquias e serviços regionais, permitirão criar mais 104 *“serviços on-line orientados para as empresas”*.

Em 2014 no âmbito do Programa de Ação que visa a criação de uma Rede Regional de Espaços do Cidadão, cujo objetivo é aumentar a oferta do atendimento dos serviços públicos, foi aprovada a

operação “Rede de Espaços do Cidadão” que prevê a instalação de 31 Espaços na região durante o ano de 2015.

A prossecução do Objetivo Estratégico **“Garantir a Universalidade no Acesso e Melhorar as Condições do Ensino”**, na vertente de Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar constitui um dos domínios de particular responsabilidade do PO Algarve 21, que com as 17 escolas contratadas, abrange 5.630 alunos desses níveis de ensino. Com estes projetos o PO Algarve 21 contribui igualmente para a **“Redução da Pobreza e Promoção da Equidade, Igualdade de Oportunidades e da Coesão Social”**.

Para este objetivo Estratégico é também relevante o contributo do PO Algarve 21 nas suas intervenções de Regeneração Urbana (3 Programas de Ação aprovados com 28 Operações contratadas), Reabilitação Urbana (23 Operações contratadas) e da Saúde (intervenções em 2 Unidades de Cuidados na Comunidade e em 1 Unidade de Saúde Familiar).

O indicador *“população beneficiada por intervenções de regeneração urbana apoiadas”*, traduz o contributo do PO Algarve 21 para a **“Promoção da Melhoria da Qualidade do Ambiente Urbano”** abrange 168.659 pessoas dos Concelhos de Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Olhão, Tavira, São Brás de Alportel e Vila do Bispo, com intervenções de Regeneração Urbana e Reabilitação Urbana aprovadas até final de 2014.

Para atingir o objetivo **“Reforçar a Competitividade Territorial”** o PO Algarve 21 concorre com duas estratégias de eficiência coletiva – PROVERE, uma Rede Urbana para a Competitividade e Inovação (Programa Estratégico “Algarve Central uma Parceria Territorial” com 8 operações aprovadas) e três Parcerias para a Regeneração Urbana com 28 operações contratadas. No âmbito da Reabilitação Urbana encontram-se contratadas mais 23 operações.

O objetivo estratégico **“Limitar o Crescimento de GEE”**, aferido através do indicador relativo às *“Emissões de GEE dos projetos apoiados”* (estimativas de redução) é aplicável exclusivamente aos grandes projetos. No caso do PO Algarve 21 não é aplicável.

O Eixo 2 do PO Algarve 21 inicialmente previa o financiamento de projetos no domínio do **Estímulo à redução, reutilização, e reciclagem de resíduos sólidos urbanos**, mas em 2011, na sequência da Reprogramação Técnica do PO, esta tipologia de operação transitou para o POVT.

O PO Algarve 21, no seu **Eixo 2**, apoia projetos noutros domínios ambientais, dos quais destacamos:

- **Intervenções em Áreas Classificadas e Biodiversidade:** com 13 projetos contratados que abrangem 1.116,77 hectares, 2,56% das áreas sensíveis da Região. Trata-se de intervenções que concorrem para o objetivo **“Reduzir a taxa de perda de biodiversidade; reduzir as pressões humanas e manter a integridade e a provisão dos bens e serviços dos ecossistemas”**⁵⁵;

⁵⁵ Foram apenas consideradas as “Áreas protegidas” (43 663 ha no Algarve – 8,7% do território)

- **Reabilitação de locais contaminados**, concorre para o objetivo estratégico **“Controlar o Risco de Contaminação do Solo e Recuperar os Passivos Ambientais”** e será avaliado através do indicador *“Área reabilitada (em km2) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)”* abrangida por ações de reabilitação e descontaminação ambiental. Até final de 2014 esta tipologia teve intervenção em 6,99 km²;
- A **“Redução do Risco de Erosão Costeira”** é concretizada, fundamentalmente, através de operações de regeneração dunar, com estruturas de engorda dunar e plantações de espécies autóctones, e caminhos de madeira sobrelevados e de reforço e valorização de falésias com requalificação na sua envolvente (9 projetos aprovados até final de 2014 com área aproximada de 53,9 ha). Destaca-se aqui o papel do Fundo de Coesão que através do POVT tem apoiado complementarmente este tipo de iniciativas na Região.
- A **“Monitorização da Qualidade do Ar”** na região é realizada pelos serviços do ambiente da CCDRALgarve, tendo o POAlgarve 21 contribuído através de uma operação para a aquisição de novos equipamentos certificados, conseguindo-se assim melhoria da qualidade dos dados resultantes da monitorização, redução dos tempos de recolha de dados e na disponibilização da informação ao público. O indicador *“população abrangida por projetos visando a melhoria da qualidade do ar”*, até ao final de 2014 abrangia toda a população do Algarve (451.005 habitantes de acordo com o censo 2011).

No âmbito da prevenção, gestão e monitorização de riscos naturais, destaca-se também o contributo do PO Algarve 21 para o objetivo estratégico **“Minimizar os Danos Decorrentes de Efeitos Extremos Climáticos”**, medido através do indicador *“população abrangida pelos planos de emergência de proteção civil”*, que até ao final de 2014 abrangia toda a população do Algarve (451.005 habitantes de acordo com o censo 2011).

Destacamos ainda com particular relevo o papel da Área de Intervenção: **“Monitorização, informação e promoção ambiental e eficiência energética”**, que não obstante a incapacidade de meios para grandes intervenções, procura ter forte dinâmica demonstrativa em projetos de eficiência energética. Até ao final de 2014 encontravam-se contratadas 41 operações, prevendo-se a redução de 1.958 TEP no consumo energético após a implementação destes projetos, e a redução de 3.542 toneladas em emissões de gases com efeito de estufa (CO₂). No caso da implementação das Agendas Locais 21, mantém-se uma aprovação no âmbito do concurso *“Ações de Valorização Ambiental”* que no final de 2014 já se encontrava concluída.

2. Aferição do grau de cumprimento das recomendações da AAE com base nos indicadores de monitorização das recomendações da AAE

No âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica foi proposto um conjunto de recomendações, as quais mereceram um aprofundado estudo levado a cabo pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, e coordenado pelo Observatório do QREN, com o objetivo de identificar

um sistema que permita avaliar o seu cumprimento através de um conjunto de indicadores que vertessem as preocupações constantes nas referidas recomendações.

A Autoridade de Gestão do PO Algarve 21, e para as recomendações de carácter geral e que constam da Agenda da Valorização do Território, atribuiu uma atenção particular a esta matéria, prestando a informação recolhida ao nível das candidaturas apresentadas, e das operações contratadas até final de Dezembro de 2014 (quando aplicável).

Recomendações Gerais

Recomendação (R1): *Deverão ser considerados critérios de natureza ambiental nos processos de avaliação da viabilidade de financiamento dos projetos*

Todos os Regulamentos aplicados no PO Algarve 21 prevêem a verificação do cumprimento, em sede de apreciação de candidaturas, da legislação ambiental e de ordenamento do território. A verificação é registada nas ferramentas de análise de admissibilidade, técnico e de mérito (quando aplicável) e está prevista até à fase de encerramento das operações.

A aplicação explícita de critérios ambientais na seleção das candidaturas pressupõe um enfoque mais específico, tendo neste âmbito sido aplicados em cerca de 34,6 % das candidaturas aprovadas.

Recomendação (R2): *Devem privilegiar-se as intervenções de natureza imaterial (e.g. requalificação e aproveitamento de infra-estruturas e equipamentos existentes, sistemas de informação, ...) em detrimento da construção de novas infra-estruturas e equipamentos*

As tipologias de operações aprovadas que recaem nesta recomendação, e que se consubstanciam em despesas cuja componente imaterial é superior a 75 % do total elegível, incluem 375 operações constituindo 60,6 % do número de operações aprovadas e 23,7 % do valor total de investimento. Encontram-se neste grupo projetos relativos a prevenção e minimização de riscos, estudos e planos, operações de demonstração e promoção, bem como ações de monitorização ambiental e de proteção de espaços protegidos, modernização administrativa, incentivos às empresas (I&DT e QPME), assistência técnica, entre outros.

Recomendação (R4): *Prevê a inovação empresarial no domínio do ambiente (projetos que possuam valorização nas tipologias ambiente e diversificação e eficiência energética).*

Contribuem para este indicador 23 operações contratadas no âmbito do Tema prioritário “**Eficiência energética, co-geração, gestão da energia**” (16 operações), bem como a intervenção na tipologia de investimento “**Ambiente, Diversificação e Eficiência Energética**” (7 operações) no âmbito do Sistema de Incentivos da Qualificação PME’s, representando uma proporção de 9,2% e 19,8% no número total de operações contratadas e no valor de investimento elegível, respetivamente, até 31 de dezembro de 2014.

Recomendação (R7): *Deve ser promovida a adoção de práticas de construção sustentável e de gestão ambiental na construção e operação das infra-estruturas*

A construção sustentável e a gestão ambiental pressupõem a adoção de processos como a incorporação de materiais reciclados, preocupações decorrentes da melhoria e eficiência energética ou de proteção e preservação de biodiversidade urbana, com enfoque apenas nas operações aprovadas em exclusivo em infra-estruturas, a partir de um montante total de 5 milhões de Euros.

Nesta perspetiva, os investimentos em infra-estruturas com construção sustentável ou gestão ambiental, não foram aqui considerados por não atingirem este montante.

Recomendação (R8): *As ações de proteção e valorização do ambiente devem ser acompanhadas da promoção de ações de sensibilização da população para a poupança de recursos, nomeadamente consumos de água e energia, bem como para a redução da produção de resíduos e reciclagem*

Os dois indicadores que sustentam esta recomendação visam quantificar por um lado, todas as operações que promovem em exclusivo ações destinadas à divulgação, comunicação e formação ambiental que foram apoiadas pelo Programa, e por outro lado, a totalidade dos cidadãos que beneficiaram das mesmas. As operações selecionadas dizem respeito a projetos de valorização e qualificação ambiental e de ações de valorização do litoral.

Foram financiadas 62 ações abrangendo 451.005 pessoas (população residente na Região – Censos 2011). De realçar que estas ações normalmente implementadas em áreas de forte utilização turística abrangem uma população turística que acresce significativamente a residente.

Recomendação (R9): *Devem ser privilegiadas intervenções de natureza preventiva e proativa na resolução dos problemas ambientais em detrimento da implementação de soluções de “fim-de-linha” ou de medidas de natureza exclusivamente curativa.*

Os regulamentos e tipologias que fornecem informação para este indicador dizem respeito ao Eixo 2⁵⁶ e Sistemas de incentivos (SI Qualificação PME e SI Inovação).

O indicador que sustenta esta recomendação visa quantificar as medidas de prevenção e/ou proativas previstas no total de operações de proteção e valorização ambiental, tendo-se atingido até 32,4% (considerou-se por exemplo projetos de medidas preventivas de controlo de erosão costeira e medidas de redução de vulnerabilidade a cheias).

Recomendação (R10): *Nas intervenções de reforço do sistema urbano, bem como nas redes, infra-estruturas e equipamentos para a coesão territorial e social deve privilegiar-se a requalificação de construções e infra-estruturas em detrimento de construções novas*

⁵⁶ Inclui 1 operação de Valorização do Litoral que transitou para a área de intervenção do Eixo 1 – “Valorização do Cluster Turismo-Lazer”

Numa lógica de reconstruir e requalificar as infra-estruturas já existentes em detrimento da construção de novas, incluem-se fundamentalmente, tipologias de intervenção do Eixo 3, concretamente a requalificação da rede escolar, os equipamentos de saúde, a mobilidade territorial, as intervenções de regeneração urbana e reabilitação urbana e rural e redes urbanas para a competitividade e inovação. Nesta perspetiva, 70,7 % das intervenções em infra-estruturas correspondem a projetos de requalificação, remodelação ou adaptação⁵⁷.

A análise de avaliação ambiental estratégica aqui efetuada será complementada no reporte anual de conjunto sobre a avaliação e controlo dos efeitos significativos no ambiente dos apoios ao QREN.

⁵⁷ Não são considerados os projetos imateriais.

3. EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO

Na sequência da análise geral do Programa efetuada no ponto 2.1 deste Relatório e antes de passar a uma análise detalhada de cada Eixo, recordam-se os principais rácios de desempenho do Programa por Eixo, à data de 31/12/2014 com base nos elementos constantes no *Anexo III e XII*.

Gráfico 3.1 – Taxa de Compromisso

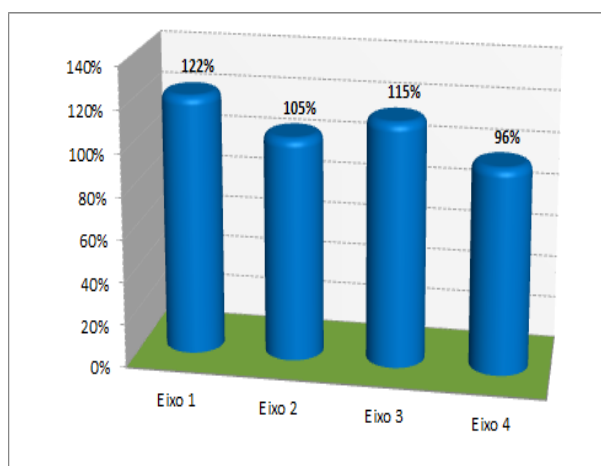


Gráfico 3.2 – Taxa de Execução

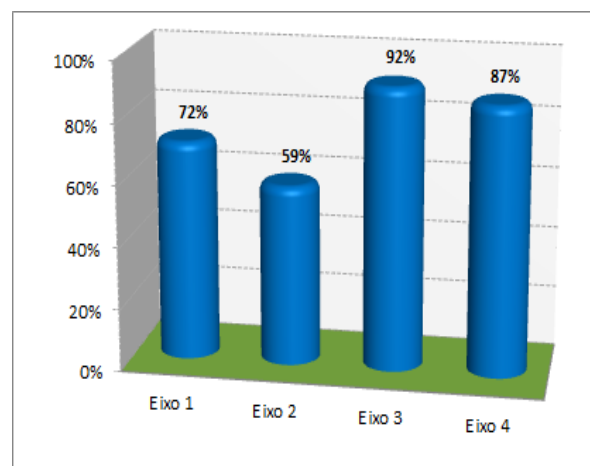


Gráfico 3.3 – Taxa de Admissibilidade

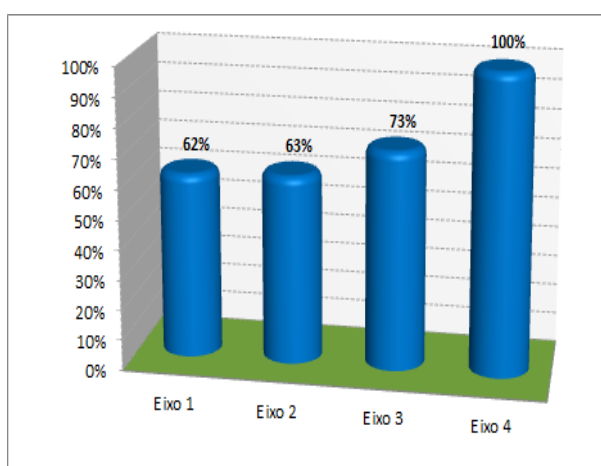


Gráfico 3.4 – Taxa de Aprovação bruta

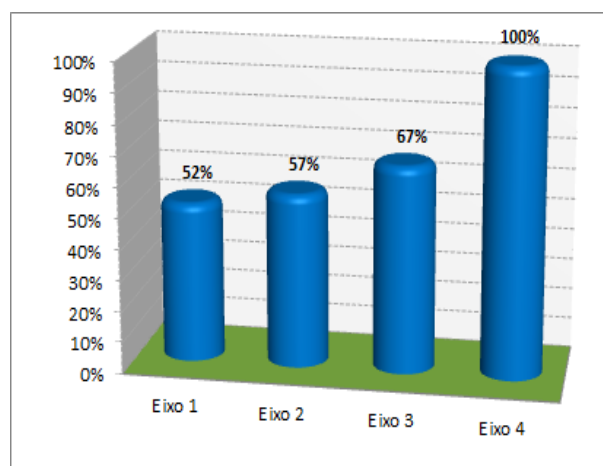


Gráfico 3.5 – Tempos médios de decisão

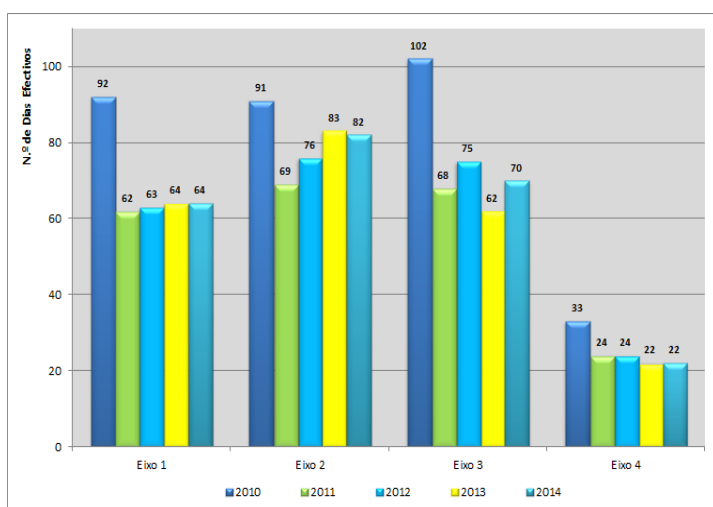
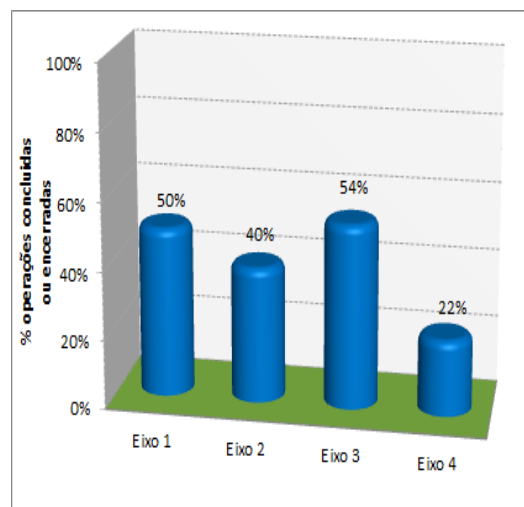


Gráfico 3.6 – Estado de avanço das operações⁵⁸



3.1. Eixo Prioritário 1:

3.1.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Em resultado do avanço expressivo do nível de compromisso do Eixo 1 e da execução dos projetos aprovados ao longo dos anos 2013 e 2014 é possível registar progressos significativos nos resultados e realização física face às metas estabelecidas para o horizonte 2015 (*Tabela 3.1*).

Tabela 3.1 – Indicadores do PO (Resultado e Realização) e Comuns Comunitários – Eixo 1

Indicadores de Realização Física		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total	Grau de concretização 2015
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)											
Projectos empresariais apoiados que contribuem para consolidar e valorizar o cluster do Turismo e Lazer	Realização Contratada		5	10	21	39	40	97	123		154%
	Realização Executada		0	0	0	3	5	19	35		44%
	Metas				30					80	
	Valor de Referência	0									
PME abrangidas pelo sistema de garantias apoiado pelo PO	Realização Contratada		73	124	136	147	148	146	131		52%
	Realização Executada		0	0	0	0	0	0	0		0%
	Metas				50					250	
	Valor de Referência	0									
Parques empresariais e tecnológicos apoiados	Realização Contratada		–	–	0	1	1	3	3		100%
	Realização Executada			–	0	0	0	1	1		33%
	Metas				1					3	
	Valor de Referência	0									
Serviços orientados para empresas disponibilizados on-line por entidades públicas (regionais e locais), apoiados pelo PO	Realização Contratada		33	35	35	89	89	89	104		116%
	Realização Executada		0	1	18	70	71	76	84		93%
	Metas				20					90	
	Valor de Referência	0									

⁵⁸ Inclui as operações encerradas com saldo pago, as concluídas física e financeiramente com ou sem relatório final na AG e as concluídas apenas fisicamente.

Indicadores de Resultado		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total	Grau de concretização 2015
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)											
Taxa de sobrevivência das novas empresas apoiadas que contribuem para a consolidar e valorizar o cluster Turismo e Lazer	Realização Contratada		-	-	-	-	75	80	60		100%
	Realização Executada		-	-	-	-	25	40	40		67%
	Metas				60					60	
	Valor de Referência	40									
Proporção de investimento empresarial em conhecimento, ambiente e média-alta e alta tecnologia, apoiado pelo PO	Realização Contratada		-	40,3	53,84	46,5	46,65	40,2	42,32		85%
	Realização Executada		-	0	0	0,58	0,89	32,3	31,85		64%
	Metas			50						50	
	Valor de Referência	0									
Taxa de ocupação dos parques empresariais e tecnológicos apoiados	Realização Contratada		-	-	-	0	0	1,46	1,46		5%
	Realização Executada		-	-	-	0	0	0	1,46		5%
	Metas				n.d					30	
	Valor de Referência	0									

Áreas Temáticas	Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total	Grau de concretização 2015	
Investigação e Desenvolvimento	4. Nº de projectos de I&DT	Realização - Contratada		3	12	14	16	17	22	27		123%
		Realização - Executada				0	0	1	2	9		41%
		Metas									22	a)
	5. Nº de projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	Realização - Contratada		-	2	3	4	6	11	16		200%
		Realização - Executada				0	0	0	0	2		25%
		Metas									8	
	6. Empregos na investigação criados	Realização - Contratada		-	0	62	67	71	92	85		142%
		Realização - Executada				0	0	1	3	24		40%
		Metas									60	a)
Ajudas directas ao investimento nas PME	7. Nº de projectos	Realização - Contratada		90	189	231	273	284	437	516		152%
		Realização - Executada				0	4	16	41	84		25%
		Metas									340	
	8. dos quais: nº de start-ups apoiadas	Realização - Contratada		3	9	13	17	16	54	102		408%
		Realização - Executada				0	1	1	3	4		16%
		Metas									25	
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização - Contratada		-	0	674	872	977	1198	1371		171%
		Realização - Executada					22	145	235	318		40%
		Metas									800	a)
	10. Investimento total induzido (em M.Euros)	Realização - Contratada		-	50,70	73,5	87,25	89,72	100,8	88,5		89%
		Realização - Executada				0	0,53	1,28	3,47	7,61		8%
		Metas									100	a)
Sociedade de Informação	11. Nº de projectos	Realização - Contratada		11	19	29	35	36	54	68		113%
		Realização - Executada				0	8	13	17	24		40%
		Metas									60	a)

a) As metas dos CORE Indicators já integram os valores das metas nacionais revistas.
n.d - não disponível
n.a - não se aplica

(-)	Execução atrasada. Difícilmente atingirá as metas face ao baixo nível de compromisso
(- +)	Execução ligeiramente atrasada, mas com possibilidade de atingir as metas face à recuperação verificada e/ou aos elevados níveis de compromisso
(+)	Execução superior à média. Prevê-se que venha a atingir as metas fixadas.
(+ +)	Execução igual ou superior a 100%. Metas cumpridas ou ultrapassadas
n.a	Indicador a verificar no pós projeto

Destacam-se como mais significativos os resultados obtidos nos seguintes indicadores:

- ❖ *123 projetos empresariais apoiados que contribuem para consolidar e valorizar o cluster Turismo/Lazer dos quais 35 já se encontram concluídos.*

Grau de concretização: **154%** contratados e **44%** executados (meta 2015)

- ❖ *104 serviços orientados para empresas disponibilizados on-line por entidades públicas dos quais 84 em funcionamento.*

- Grau de concretização: **116%** contratados e **93%** executados (meta 2015)
- ❖ *42% do investimento concentrado em conhecimento, ambiente e média-alta e alta tecnologia*
Grau de concretização: **85%** contratados e 64% executado (meta 2015)
 - ❖ *68 projetos no âmbito da Sociedade de Informação dos quais 24 concluídos.*
Grau de concretização: **113%** contratados e **40%** executados (meta 2015)
 - ❖ *85 empregos criados na investigação – na fase de contrato dos quais 24 já criados (41% executados e 142% contratados)*
 - ❖ *1371 empregos criados nas PME (em equivalente tempo inteiro) – na fase de contrato dos quais 318 já comprovados.*
Grau de concretização: **171%** contratados e **40%** executados.
 - ❖ *16 projetos de cooperação empresas-instituições de investigação.*
Grau de concretização: **200%** contratados e **25%** executados (meta 2015)
 - ❖ *102 “start-ups” apoiadas.*
Grau de concretização: **408%** contratados (meta 2015)

De registar que algumas metas foram incrementadas no âmbito da última Reprogramação do PO pelo grau de concretização de alguns indicadores baixou desde aí. É o caso do “*Emprego criados nas PME (em equivalente tempo inteiro)*”. De referir no entanto que apesar das condições sócio económicas da Região desfavoráveis nesta matéria, o número de empregos criados já comprovados tem vindo a crescer de forma sustentada (145 no final de 2012, 235 em 2013 e 318 em 2014) que representavam 40% da meta prevista para 2015.

Da análise geral dos indicadores físicos e de resultado aplicáveis ao Eixo 1 conclui-se que na generalidade dos casos embora a execução se encontre ligeiramente atrasada, existem possibilidades de atingir as metas previstas para o final de período de programação face à recuperação que se tem verificado e tendo em consideração os elevados níveis de compromisso, mesmo contando com as quebras que no caso do Eixo 1 serão sempre mais significativas.

Acresce que, conforme foi referido no ponto 2.1 deste Relatório, o grau de aproximação às metas no caso da realização física não evolui com o mesmo ritmo da realização financeira. Efetivamente os resultados de desempenho físico foram alcançados apenas com cerca de 50% das operações aprovadas que já tinham concluído fisicamente no final de 2014.

3.1.1 Análise qualitativa

Até ao final do ano 2014, tinha sido colocado a concurso no Eixo 1, um montante de FEDER de cerca de 208,6 milhões de Euros em concursos encerrados a 31/12/2014, nos quais foram admitidas 690 candidaturas e aprovadas 577 candidaturas com um custo total previsto de 353,1 milhões de Euros (*anexo XII e gráfico 3.8*).

Durante o ano de 2014, não houve concursos abertos⁵⁹ embora considerando as candidaturas entradas durante o final de 2013, foram admitidas ao longo do ano 41 candidaturas e aprovadas 39, num montante de 24,2 milhões de Euros de investimento, envolvendo cerca de 10,5 milhões de Euros FEDER⁶⁰.

Cerca de 85% da totalidade das candidaturas aprovadas no Eixo tinham sido contratadas até ao final do ano. Note-se que no final de 2013 a taxa de contratação representava apenas 65% das candidaturas aprovadas.

De acordo com o Anexo III⁶¹, o Eixo 1 registava no final de 2014 um investimento total aprovado acumulado de cerca de 295,4 milhões de euros ao qual está associado um custo elegível de 255 milhões de euros e um FEDER de 108,4 milhões. Estes valores situam a taxa de compromisso face ao programado nos 122%. De destacar o acréscimo do nível de compromisso, com aumento do valor aprovado em “overbooking” da dotação do Eixo. Este nível de “overbooking” (22%) está no entanto ainda aquém do “overbooking” autorizado superiormente, conforme veremos (calculado em função do apuramento do nível histórico de quebras do Eixo).

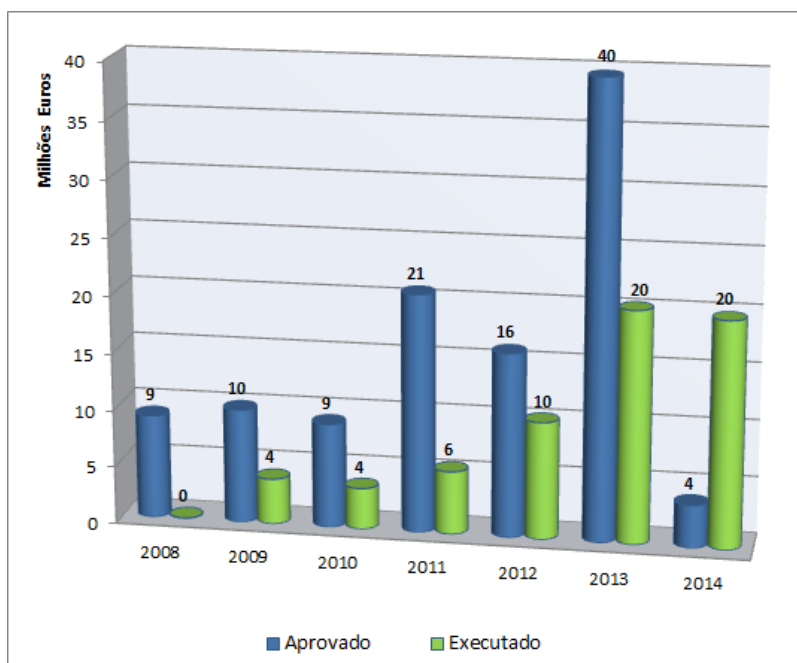
A execução em 31/12/2014 rondava os 160,6 milhões de euros de custo total, com um FEDER de 63,5 milhões de euros, correspondente a uma taxa de execução de 71,6% (contra 49,3% no final de 2013). A estes valores está ainda associado um valor pago aos beneficiários de 70,2 milhões de euros FEDER.

⁵⁹ Registou-se no entanto um acréscimo de 4 operações apresentadas no Eixo 1 em que 1 corresponde a um erro de somatório da Área de Intervenção nº 3 (no RE 2013) e as outras 3 transitaram do Eixo 2 e 3 para a Área de Intervenção nº 4 (Cluster Turismo/Lazer) conforme será detalhado mais adiante.

⁶⁰ Aprovações à data da decisão do processo de concurso. Inclui anuladas e rescindidas.

⁶¹ Aprovações líquidas à data de 31/12/2014.

Gráfico 3.7 – Eixo 1 – Aprovações e Execução

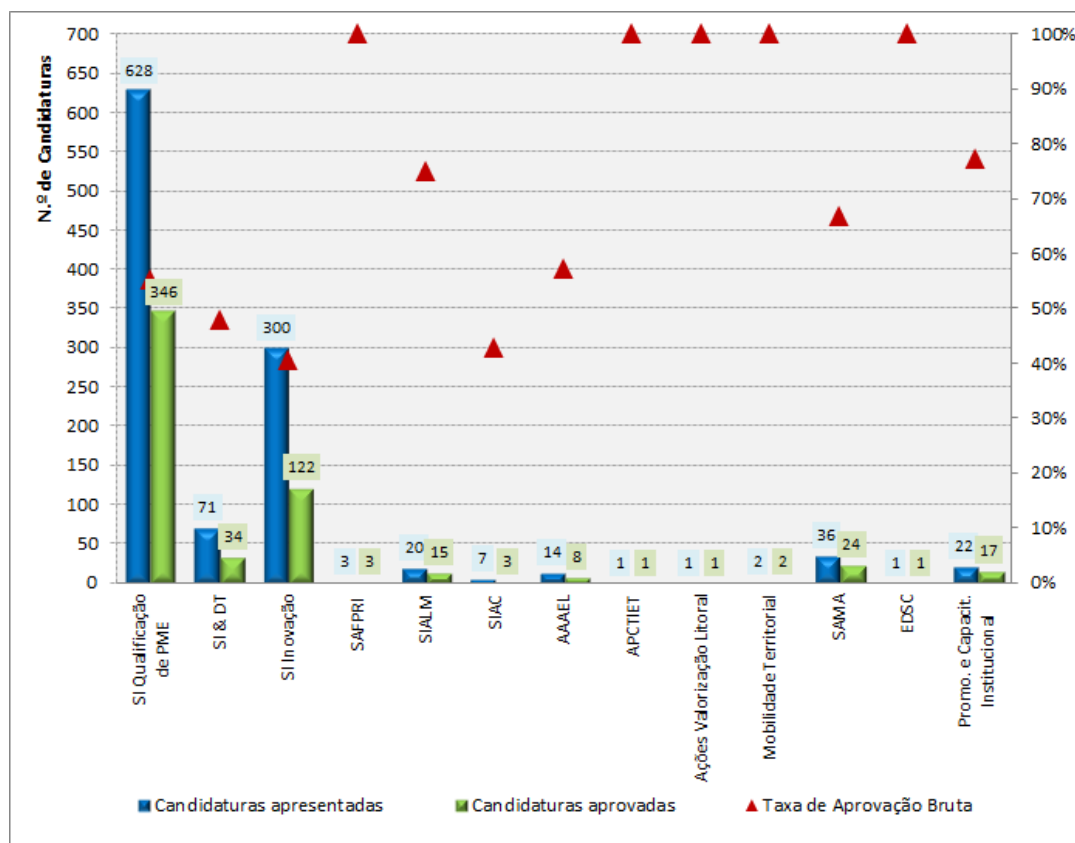


Da análise do gráfico 3.7 é de destacar, em 2014, o reduzido impacto das aprovações⁶² e a manutenção do nível significativo de execução obtido no ano anterior. Apesar da forte recuperação da taxa de execução, o Eixo registava em 31/12/2014 uma taxa ainda inferior à média do Programa.

O desempenho de execução mais positivo ficou a dever-se maioritariamente à dinâmica das empresas através das tipologias de Sistemas de Incentivos e Engenharias Financeiras mais expressivas pelo seu maior peso absoluto, mas também a algumas áreas de intervenções relativas a beneficiários públicos, nomeadamente, “Modernização da Administração Pública e Sociedade do Conhecimento” e “Valorização do Cluster de Turismo e Lazer”.

⁶² Em resposta às orientações da CMC de 13/12/2013 que recomendava que se concluíssem as aprovações no 1º trimestre do ano 2014.

Gráfico 3.8 – Eixo 1 – Taxa de aprovação por tipologia de operação



Até 31 de Dezembro de 2014, o Eixo 1 registava o maior número de aprovações no Programa: 432 operações (*Anexo III*), repartidas pelas seguintes áreas de intervenção:

- 385 operações no Apoio à Competitividade e Inovação das Empresas;
- 8 operações de Melhoria da Envolvente para a Inovação Empresarial;
- 3 operações na Valorização do Cluster do Turismo e Lazer;
- 20 operações de Modernização e Qualificação da Administração Pública/ Desenvolvimento da Sociedade de Conhecimento;
- 16 operações de Promoção Institucional da Região.

Relativamente ao final do ano anterior registam-se acréscimos generalizados no número de operações aprovadas em todas as Áreas de Intervenção Públicas ao contrário do que se registou na Área de Intervenção do Apoio à Competitividade e Inovação Empresarial em que o número de operações aprovadas no ano não compensou o elevado número de descativações.

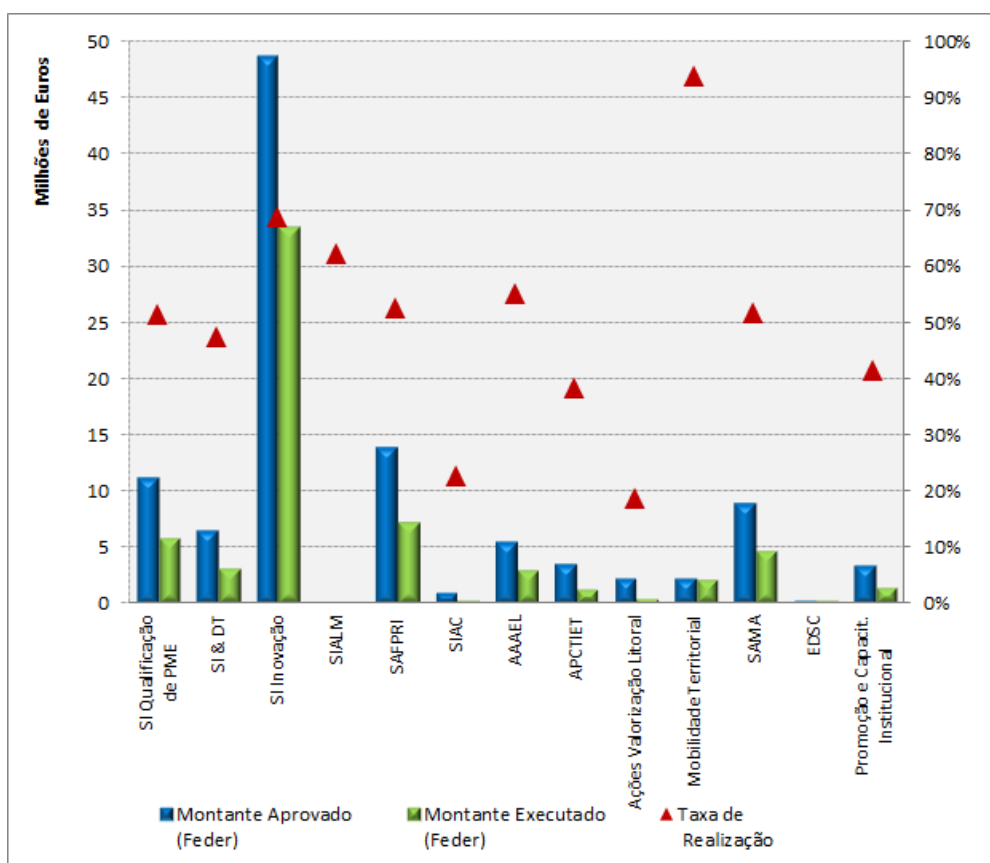
Tabela 3.2 – Eixo 1 – Projetos concluídos e em conclusão

unid: euro

Projetos / EP /PO	N.º Proj.	Aprovado		Executado	
		Custo Total Elegível	Fundo	Custo Total Elegível	Fundo
Eixo Prioritário 1	215	154.194.393,90	48.888.345,98	117.531.049,76	41.125.150,31
Encerrados com saldo pago	102	30.594.473,48	18.075.260,34	28.028.675,29	16.657.863,03
Concluídos com relatório final (AG)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Concluídos física e financeiramente (a aguardar relatório final)	39	19.125.038,42	12.553.349,58	15.270.477,31	10.566.163,84
Concluídos fisicamente	74	104.474.882,00	18.259.736,06	74.231.897,16	13.901.123,44

Apenas cerca de 50% das operações aprovadas no Eixo 1 se encontravam fisicamente concluídas no final do ano (215 em 432 operações aprovadas) e cerca de 24% (102) totalmente encerradas (com saldo pago).

Gráfico 3.9 – Eixo 1 – Taxa de realização por tipologia de operação



Destacam-se as Tipologias de Operação dos “Sistemas de Incentivos às Empresas”⁶³ com um maior número de candidaturas aprovadas (250 no caso do Sistema de Incentivos de Qualificação às PME contra 271 no final de 2013) e com um maior montante de incentivo aprovado (48,8 milhões de Euros no caso do Sistema de Incentivos à Inovação). Em relação ao nível da execução por parte das empresas, destaca-se o Sistema de Incentivos à Inovação que apresenta a taxa de realização mais expressiva no que respeita às empresas (Gráfico 3.9).

⁶³ SI IDT, SI Inovação, SI PME e SI ALM.

Por seu lado, as tipologias destinadas a beneficiários públicos apresentam em geral taxas de realização entre 40% e 60%, registando-se uma melhoria significativa face ao ano anterior nas tipologias SIALM – Sistema de Incentivo de Apoio Local a Microempresas, SIAC – Sistema de Apoio a Ações Coletivas e Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica, cujas aprovações iniciaram apenas em 2013.

Da análise deste Gráfico ressalta também uma melhoria da taxa de realização do SAFPRI (Engenharias Financeiras) no seguimento da aprovação em 2013 de mais 2 operações (Linha Invest QREN e Fundo de Capital de Risco Lisboa, Alentejo e Algarve) que compensam as quebras verificadas nas Linhas de Crédito PME I e II na sequência das auditorias realizadas.

Os principais **resultados** e **realizações** no âmbito do Eixo 1 encontram-se sistematizados de acordo com o modelo previsto no Reg. (CE) nº 846/2009, nos *anexos VIII e IX*. A tabela 3.1, apresentada anteriormente, sintetiza a aproximação às metas destes indicadores.

Tabela 3.3 – Eixo 1 – Aprovações, execução e pagamentos por tipologia de operação

Área de Intervenção / Tipologia de Operação	Nº de Operações	Aprovações (AP)	Execução (EX)	Pagamentos (PG)	Indicadores financeiros	
					Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de reembolso (PG/EX)
Apoio à Competitividade e Inovação Empresarial	385	81.858.044	50.106.044	55.761.543	61,21%	111,29%
Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME	250	11.262.025	5.798.282	6.676.398	51,49%	115,14%
Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	27	6.563.184	3.102.037	3.349.672	47,26%	107,98%
Incentivos à Inovação	90	48.759.251	33.475.680	35.613.294	68,66%	106,39%
SAFPRI	3	13.955.413	7.343.518	9.687.757	62,13%	100,90%
SIALM	12	221.616	137.698	138.935	52,62%	118,75%
SIAC	3	1.096.555	248.829	295.485	22,69%	111,98%
Melhoria da Envolvente para a Inovação Empresarial	8	9.148.639	4.436.233	4.967.694	48,49%	111,98%
Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	7	5.533.522	3.055.658	3.255.707	55,22%	106,55%
Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de base Tecnológica	1	3.615.117	1.380.575	1.711.987	38,19%	124,01%
Valorização do Cluster Turismo Lazer	3	4.623.676	2.574.766	2.713.363	55,69%	105,38%
Ações de Valorização do Litoral	1	2.344.671	434.025	589.035	18,51%	135,71%
Mobilidade Territorial	2	2.279.005	2.140.741	2.124.329	93,93%	99,23%
Modernização e Qualificação da Administração Pública/Desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento	20	9.323.463	4.943.814	5.232.704	53,03%	105,84%
SAMA	19	9.065.042	4.685.393	4.974.283	51,69%	106,17%
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	1	258.421	258.421	258.421	100,00%	100,00%
Promoção e Capacitação Institucional	16	3.438.087	1.428.381	1.527.576	41,55%	106,94%
Promoção e Capacitação Institucional	16	3.438.087	1.428.381	1.527.576	41,55%	106,94%
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	432	108.391.909	63.489.238	70.202.880	58,57%	110,57%

Os valores apresentados no quadro anterior têm por base o anexo III (aprovações liquidas) e serve de suporte à análise seguinte.

Área de Intervenção: Apoio à competitividade e inovação das empresas

Na Área de Intervenção “Apoio à Competitividade e Inovação Empresarial” estão incluídos os 4 Sistemas de Incentivos às Empresas, designadamente, Incentivos à Qualificação das PME, Incentivos à I&DT, Incentivos à

Inovação, e Incentivos às microempresas (SIALM), a Engenharia Financeira no âmbito do SAFPRI e o Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC).

No que diz respeito aos **Sistemas de Incentivos** até 31/12/2014 tinham sido abertos 133 concursos⁶⁴, com uma dotação global de 168 milhões de euros de fundo, todos decididos com um tempo médio de decisão de 54 dias, contra 47 dias previstos (*Anexo XII – ótica dos concursos*).

Durante o ano de 2014 não foram abertos concursos no âmbito dos Sistemas de Incentivos às Empresas, mas foram efetuadas 110 contratações de processos com aprovações ocorridas em 2013.

Ao longo do ano 2014, verificou-se 1 desistência e 44 anulações/rescisões. Importa salientar que relativamente ao ano anterior reduziram-se as desistências (de 43 para 1) mas aumentaram bastante as anulações/rescisões (de 36 para 44). Estes números significativos de desistências e anulações dos últimos anos, resultaram, por um lado, do agravamento da conjuntura económica do país e das condições de acesso aos mercados financeiros, mas também do reforço do acompanhamento da execução resultante da Resolução de Conselho de Ministros n.º 933/2012 de 1 de março. Os promotores que não demonstraram capacidade para executar ou iniciar a execução dentro dos prazos previstos viram os seus apoios anulados, quer por iniciativa própria, quer por deliberação da AG por incumprimento contratual. O maior número de anulações e rescisões verificou-se no SI à Qualificação e internacionalização de PME.

⁶⁴ Não entra em consideração com o Investimento de Engenharia Financeira (SAFPRI) cuja análise qualitativa específica se encontra no ponto 2.6.2, conforme norma EX-IFDR (ADC) “Estrutura e Conteúdo do Relatório de Execução 2012”. Também não entra em consideração com o SIAC não destinado a empresas individuais e portanto não considerado no âmbito dos Sistemas de Incentivos clássicos.

Tipologia – Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME**Resultados** : 516 projetos de investimento de PME com ajudas diretas (84 já concluídos)**Projeto: Promoção Internacional Vinhos do Algarve Quinta dos Vales****Promotor – Quinta dos Vales – Agricultura e Turismo SA**

O projeto realça a capacidade produtiva instalada, bem como alguns factores de valorização do posicionamento da empresa, como seja o reconhecimento internacional de alguns dos seus vinhos. Os mercados que a empresa prevê abordar com a sua estratégia de internacionalização são, os PALOP e Espanha, bem como outros mercados europeus e quatro mercados asiáticos (China, Japão, Taiwan, Hong Kong).

**Projeto – Implementação de um Sistema de Eficiência Energética****Promotor – ALISIOS II – Imobiliária e Turismo SA**

O projeto consiste na implementação de um sistema de eficiência energética no Hotel Alísios e compreende três actividades associadas à implementação desse sistema desde a Auditoria energética e projectos de especialidade, remodelação da instalação eléctrica para instalação do sistema de monitorização e de eficiência e fornecimento e instalação do sistema de monitorização.

Desde o início do Programa, até final de 2014 (*Anexo XII*), foram apresentadas 1019 candidaturas nos Sistemas de Incentivos, tendo sido admitidas apenas 621. Destas, foram aprovadas 517 operações, envolvendo um apoio comunitário de 89 milhões de euros. Se retiramos as operações anuladas posteriormente e rescindidas obtemos um valor líquido de aprovações de 379 projetos e 67 milhões de euros FEDER (*Anexo III*).

Ainda nos Sistemas de Incentivos às Empresas há a salientar, no âmbito do Regime Especial (SI Inovação), a aprovação de três projetos, um referente ao Autódromo Internacional do Algarve em Portimão, com um investimento elegível de 34,4 milhões de euros, e dois empreendimentos turísticos – o Martinhal Resort, com um investimento elegível de 26,1 milhões de euros e a Marope Algarve Hotéis de Portugal, com um investimento elegível de 25 milhões de euros. O Autódromo compreende investimentos em infra-estruturas, redes viárias, pista, edifícios de apoio, equipamento e parque tecnológico. O Martinhal Resort compreende investimentos em infra-estruturas, arranjos exteriores, equipamento, mobiliário, decoração, hardware e software, painéis solares, estudos técnicos, certificações e marketing. A Marope incluiu a requalificação/remodelação do Hotel Crowne Plaza, em Vilamoura, proporcionando um conjunto de melhorias significativas que transformem o Hotel numa referência do panorama turístico nacional, vocacionando-o para a prática do golfe, para o turismo de negócios e de saúde e bem-estar.

Tipologia – Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME**Resultados** : 516 projetos de investimento de PME com ajudas diretas (84 já concluídos)Projeto: **MAROPE ALGARVE**Promotor – **MAROPE ALGARVE - HOTÉIS DE PORTUGAL S.A.**

Consiste na requalificação/remodelação total do actual activo do Grupo Vilamoura Beach Hotel , para operar sob uma nova marca de renome mundial, “Crowne Plaza Vilamoura”, dotando-o de infra-estruturas e equipamentos inovadores que permitam uma clara aposta em actividades de maior valor acrescentado associadas à prática de golfe, ao turismo de negócios e ao turismo de saúde e bem-estar, permitindo a diversificação dos serviços do actual hotel, apenas orientado para o binómio sol-praia.

De um total de 133 concursos encerrados até 31/12/2014 foram colocados a concurso, nos Sistemas de Incentivos, cerca de 168 milhões de euros (FEDER) – *Anexo XII*, tendo sido aprovados cerca de 67 milhões de euros FEDER – *Anexo III*⁶⁵, o que corresponde a uma taxa de utilização do fundo a concurso de 40%.

Comparando o número de candidaturas admitidas na **Área de Intervenção: Apoio à Competitividade e Inovação Empresarial** (630) com as apresentadas (1029), temos uma *taxa de admissibilidade* de 61% Este valor reflete ainda um número relativamente elevado de projetos não elegíveis, maioritariamente devido à insuficiência de mérito das candidaturas e, também, ao não cumprimento de normas de elegibilidade do promotor e do projeto. Entre estas, destaca-se o facto da candidatura não corresponder à despesa mínima elegível prevista no Regulamento/Aviso e à dificuldade de orientação para os mercados externos.

Em contrapartida, relacionando o número de candidaturas aprovadas (523) com as admitidas (630), obtém-se uma *taxa de aprovação* de 83%. Por outro lado, e tendo presente o número de contratos assinados (379) face aos projetos aprovados (379), a *taxa de contratação* situava-se nos 100% (esta informação refere-se a dados líquidos de anulações/rescisões).

A realização financeira ao longo de 2014, no que diz respeito aos Sistemas de Incentivos às Empresas, registou um aumento considerável, cifrando-se no final do ano em 43 milhões de euros de fundo comunitário executado, correspondendo a uma *taxa de realização financeira* de 57%.

⁶⁵ Aprovações líquidas – excluindo anuladas e rescindidas.

Comparando o valor da comparticipação comunitária paga aos promotores (45,7 milhões de euros) com a execução FEDER (43 milhões de euros), temos que a *taxa de reembolso* no âmbito dos Sistemas de Incentivos às Empresas, ascendia no final de 2014 a 106%.

Por último, relacionando os montantes FEDER das candidaturas aprovadas com o correspondente valor total previsto na programação para o horizonte 2007-2013, temos uma *taxa de compromisso* FEDER de 130% na área de Intervenção “Apoio à Competitividade e Inovação Empresarial”. Este “overbooking” destina-se a cobrir uma percentagem de quebras normalmente muito elevada no que respeita aos apoios às empresas⁶⁶.

Nos Sistemas de Incentivos, o **SI Qualificação das PME** concentra o maior número de projetos aprovados (250), o **SI Inovação** apresenta o valor mais elevado em termos de investimento elegível. Daí as diferenças significativas no indicador *Investimento elegível médio por candidatura*. Assinale-se, a propósito, que o valor deste indicador no SI Inovação (1,4 milhões de euros por operação), está largamente influenciado pelos projetos do Regime Especial que, só por si, concentram mais de metade do investimento elegível aprovado no SI Inovação.

Tipologia – Incentivos à Inovação

Resultados : 57 empresas com apoios contratados em setores de produção transacionável e internacionalizável (17 concluídas), e 126,4 M€ de exportações previstas no pós-projeto (35,9 M€ já concretizadas)



Projeto – Inovação Produtiva e Internacionalização

Promotor – VINILCONSTA Publicidade e Serviços, LDA

Visa a aquisição/reforço do parque produtivo da empresa, que por um lado reforça a capacidade produtiva, e ao mesmo tempo, contribui para apoiar o processo de internacionalização que a empresa irá desenvolver.

Projeto com o objetivo estratégico de estruturar e sistematizar uma aproximação sustentada para mercados externos, nomeadamente Andaluzia (Espanha), Marrocos, Cabo Verde.



Projeto – Expansão e Requalificação de uma Unidade de Transformação de Vidro Plano

Promotor – Vidreira Algarvia, Lda

O Projeto consiste na requalificação de uma unidade de produção, comércio e instalação de vidro. Este processo de requalificação consiste em ampliar as instalações (obras de construção civil), adquirir novos equipamentos (equipamento industrial e informático) e desenvolver um novo método organizacional (sistemas de certificação).

A implementação dos Sistemas de Incentivos durante o ano 2014 registou alguns progressos ao nível dos indicadores de resultado e de realização associados, a assinalar o resultado positivo no indicador *N.º de “projetos empresariais apoiados que contribuem para consolidar e valorizar o cluster do Turismo e Lazer”* 123, sendo a meta para 2015 de 80.

⁶⁶ O “overbooking” encontra-se controlado não só pelo efeito de compensação possível no âmbito de outros apoios às empresas como também por estar devidamente enquadrado no exercício efetuado a nível nacional para o efeito.

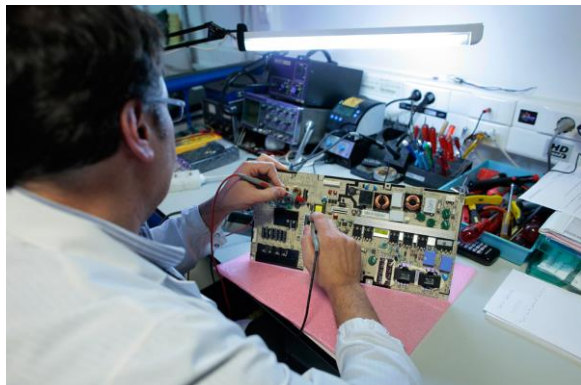
Os projetos aprovados contribuem igualmente para uma expectativa de bons graus de concretização dos indicadores comuns comunitários, nomeadamente ao nível do emprego criado:

- 1512 “Empregos criados (empregos diretos criados, em equivalente tempo inteiro)” (144% da meta);
- 834 de empregos criados no setor turismo (185% da meta).

No âmbito do SI I&DT foram aprovados 27 projetos (123% da meta).

Tipologia – Investigação e Desenvolvimento Tecnológico

Resultados : 27 projetos de I&DT aprovados e 24 empregos criados na investigação



Projeto – Sistema de suporte e atendimento ao cliente, sistema de posicionamento georreferenciado dos colaboradores e clientes, ferramenta de gestão integrada para a empresa Algardata

Promotor – Algardata - Sistemas Informáticos, S.A.

Projeto de investimento para criação de um núcleo de I&DT para desenvolver e implementar novas soluções de software. Criação de uma ferramenta de gestão integrada, que terá características inovadoras no controlo de processos, gestão de assistências, ligação e acesso via internet por parte dos colaboradores e clientes, gestão de prioridades nas intervenções, gestão de contratos entre outros processos inerentes à atividade das organizações.



Projeto – SOS-SystemsOFFShore – Desenvolvimento de Soluções customizadas para sistemas de apoio à Aquicultura de Moluscos Bivalves na Costa Atlântica

Promotor – Companhia de Pescarias do Algarve, SA

O projeto SOS-SystemsOFFShore visa disponibilizar à CPA, e ao setor aquícola em geral, uma solução automatizada com controlo adaptativo para a adequação da profundidade de colocação de long-lines de bivalves de acordo com o nível de agitação marítima, e um sistema eficiente de limpeza de lanternas de ostras que viabilize a sua produção em mar.

Conforme já referido, o grau de concretização dos indicadores relacionados com a área de apoio à competitividade e inovação das empresas já alcançado, antevê o cumprimento da meta fixada para 2015.

No que diz respeito ao encerramento das operações, verifica-se que em 31/12/2014 encontravam-se encerradas com saldo final pago 87 operações (9 do SI IDT, 26 do SI Inovação e 52 do SI Qualificação), o que corresponde a 23% das operações contratadas. Além disso, encontram-se 103 operações fisicamente concluídas mas que aguardam encerramento financeiro no beneficiário ou no Organismo Intermédio. A este respeito, e com o objetivo de “acelerar” o encerramento das operações com a data de conclusão ultrapassado foi articulada no âmbito da rede de sistemas de incentivos uma metodologia de monitorização semanal para acompanhamento dos encerramentos dos projetos.

Em novembro de 2012 foi aberto pela primeira vez um concurso no âmbito do Sistema de Incentivos às Ações Coletivas (SIAC) e em outubro de 2013 um segundo concurso para esta tipologia.

No final de 2014 encontravam-se aprovadas 3 operações com um investimento elegível associado de 1.370 mil euros e um FEDER de 1.096 mil euros. A execução destas operações rondava no final do ano cerca de 416 mil euros de despesa pública.

Área de Intervenção: *Incentivo ao reordenamento de atividades económicas*

Esta área de intervenção foi concebida fundamentalmente para apoio à deslocalização de algumas atividades que se encontram nos centros urbanos, em áreas de vocação turística e ao longo de vias regionais no litoral, para espaços especificamente vocacionados para o efeito.

Durante a primeira parte do QREN, não foram aprovadas operações nesta área, uma vez que não foi operacionalizado o regulamento específico para este tipo de intervenção.

Com efeito a emergência da crise económica e financeira conduziu a uma maior concentração nos sistemas de incentivos tradicionais não se registando procura para este tipo de apoio.

Efetivamente o aumento do número de falências e cessações de atividade encerrou grande parte das atividades que de forma menos ajustada se encontravam localizadas nas áreas litorais referidas anteriormente.

Em fevereiro de 2013 foi lançado um novo sistema de incentivos, o Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas (SIALM), com o objetivo de fomentar o investimento, a criação de emprego e o desenvolvimento regional, assentes na dinamização económica e social de áreas territoriais com problemas de interioridade⁶⁷.

Trata-se de um sistema de incentivos inovador, não só pelo facto de se orientar exclusivamente para o apoio a microempresas situadas em territórios com problemas de interioridade, mas também pelos mecanismos de gestão simplificados adotados.

No âmbito deste sistema de incentivos, no final de 2014, estavam aprovadas 12 operações que correspondem a um apoio FEDER de 222 mil euros. As aprovações efetuadas preveem a criação de 17 postos de trabalho em territórios da baixa densidade.

Área de Intervenção: *Melhoria da Envoltente para a inovação empresarial*

No âmbito da tipologia “**Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística**”, no seguimento de um concurso aberto em 2013, foram aprovadas em 2014 quatro operações que se consubstanciam na dinamização e equipamento do Edifício Multifuncional de Empresas em Castro Marim, no projeto técnico de execução para

⁶⁷ Este reforço positivo de territórios desfavorecidos acompanha os objetivos desta área de intervenção, contribuindo para um melhor ordenamento das atividades económicas e para uma redução de desequilíbrios regionais litoral/interior embora com efeitos limitados face aos reduzidos montantes em causa.

o Parque Empresarial de Vila Real de Santo António, na Área de Acolhimento Empresarial de Monchique e na 2ª fase da Plataforma de Demonstração Solar de Alcoutim.

Esta última intervenção, que se traduz no apoio à infraestrutura da Plataforma de Demonstração Solar de Alcoutim, visa dar continuidade à operação 'Plataforma de Demonstração Solar' através da qual foram apoiados, numa 1ª fase, os estudos e projetos para a implementação daquela Plataforma.

As 7 operações aprovadas nesta tipologia, até ao final de 2014, totalizavam um investimento elegível de cerca de 7,5 milhões de euros, com um FEDER associado de 5,5 milhões de euros. A execução situava-se no final do ano nos 4,1 milhões de euros de investimento, correspondendo a uma taxa de realização de cerca de 55%, inferior à do ano anterior devido não só ao aumento do valor aprovado mas também às quebras verificadas na sequência de correções financeiras.

No âmbito desta tipologia de intervenção, até o final de 2014, tinha sido encerrado com saldo final pago, um projeto dos 7 aprovados.

Tipologia – Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística

Resultados: 47 novas empresas criadas

Contatos:
www.aeloule.pt
E-mail: ae@aeloule.pt
Facebook: www.facebook.com/aaees/Area-Empresarial-de-Loule/
de-Loule/112068118150728

Núcleo de Gestão Operacional
NERA – Associação Empresarial da Região do Algarve
Gabinete de apoio ao empresário e projetos
289 415151 nera@nera.pt

Câmara Municipal de Loulé
Gabinete de apoio à atividade económica e ao empreendedorismo
289 400 829 / gae@cm-loule.pt

Promotores:

Financiamento:

Programa
AEL EMPREENDE
Área empresarial de Loulé

Elaboração de Planos de Negócios
Coaching Empresarial
Apoio na Captação de Financiamento
Pré-incubação

Abertura de Candidaturas

Projeto – **AE Loulé - Acolher, Qualificar e Promover**
Promotor – **Município de Loulé e NERA**

Esta operação visa a qualificação de infraestruturas de apoio à AEL, a gestão da área e a promoção para captar mais investimento e a dinamização e internacionalização das empresas existentes.



Projeto – **Plataforma de Demonstração Solar - 2ª fase**
Promotor – **Enercouthim - Associação Empresarial de Energia Solar de Alcoutim**

Esta operação visa a criação, gestão e exploração de um parque empresarial temático em Alcoutim que permita acolher, num mesmo espaço físico, um conjunto de empresas que se dediquem a atividades económicas relacionadas, essencialmente com diferentes tecnologias solares de ponta.

No que diz respeito à tipologia “**Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Base Tecnológica**”, e face às limitações financeiras de que o PO dispunha, foi opção da AG que este tipo de projeto, de cariz estruturante, resultasse de um processo de planeamento participado, com o envolvimento de diversas entidades da região, no sentido de garantir a sua concretização e contribuição para o reforço da competitividade regional. Nesse sentido, foi dinamizado um trabalho de planeamento com a participação da CCDR, da Universidade do Algarve, do Município de Faro e da ANA, Aeroportos de Portugal, com o objetivo

de consolidar alguns dos pressupostos de base para a implementação de um futuro Parque Tecnológico do Algarve (veja-se informação detalhada no ponto 2.7.1).

Assim foi aberto em dezembro de 2012 o único concurso desta tipologia o qual visou o reforço de capacidade de incubação de empresas junto da Universidade do Algarve, como trabalho preparatório do futuro Parque Tecnológico. O referido concurso teve decisão em 2013, com a aprovação de uma operação da Universidade do Algarve, com um investimento associado de cerca de 4,8 milhões de euros e uma comparticipação FEDER de 3,6 milhões de euros.

A operação “UALg Business Lab”, integra uma solução de acolhimento e apoio às atividades de base científica, tecnológica e de valorização económica e social. Tem como principal objetivo: por um lado, disponibilizar espaços e condições de apoio a atividades de investigação aplicada, orientada para as necessidades do mercado e dos seus agentes, procurando validar conceitos para novas tecnologias, e por outro, disponibilizar espaços para incubação de empresas de base científica e/ou tecnológica. Para além disso será disponibilizada uma oferta de serviços dirigidos à capacitação e reforço do potencial humano dos centros de I&D e a promoção das relações entre empresas, unidades de I&D e a Universidade.

Este projeto pretende claramente posicionar-se como estrutura de prestação de serviços partilhados e complementares com o futuro Parque Tecnológico do Algarve, bem como embrião para atividades já relacionadas com o próximo período de programação 2014-2020.

O conjunto das aprovações associadas a esta área de intervenção, permitiu que o indicador do Eixo 1: “Parques empresariais e tecnológicos apoiados” atingisse no final de **2014**, uma realização contratada de 100%, com 33% executado.

Tipologia – Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Base Tecnológica

Resultados: 1 parque de ciência e tecnologia com 22 empregos na investigação



Projeto – **UALg Business Lab - UALg B-Lab**

Promotor – **Universidade do Algarve**

Pretende viabilizar uma solução de acolhimento e apoio às atividades de base científica, tecnológica e de valorização económica e social.

Área de Intervenção: Valorização do cluster do Turismo e Lazer

Esta área de intervenção prevê um conjunto integrado de ações que, pela sua natureza, têm enquadramento em diferentes tipologias e regulamentos do Programa. Com efeito trata-se de uma estratégia de eficiência coletiva de cariz setorial, pelo que grande parte das operações que darão resposta aos objetivos desta Área de Intervenção, serão apoiadas através dos diferentes Regulamentos Específicos do Programa em que forem enquadrados.

De acordo com esta metodologia têm sido identificadas no âmbito do mesmo Eixo (Eixo 1) um conjunto de operações aprovadas no âmbito do Sistemas de Incentivos à Inovação, que se enquadram naquilo que se considera a Valorização do Cluster Turismo e lazer.

Encontravam-se assim aprovados até 31/12/2014, no âmbito da “Valorização do cluster Turismo Lazer”, 20 projetos na área do turismo, com um incentivo associado que ascende a cerca de 18,5 milhões de euros. (Tabela 3.4)

Estava igualmente previsto no PO Algarve no âmbito desta intervenção, o apoio a projetos públicos com impacto no Turismo, os quais, pelo facto de não existir Regulamento Específico que os enquadrasse no Eixo 1, foram sendo aprovados nos Eixos 2 e 3. Este facto criou alguns desequilíbrios no Programa nomeadamente constrangimentos técnicos à execução o que levou em finais de 2013 a limitações de certificação de despesa no Eixo 3 contribuindo para a dificuldade de cumprimento da Regra N+2. Com a preocupação de resolver esta questão, em abril de 2014 a Autoridade de Gestão propôs à tutela uma reprogramação interna que permitisse a transição das operações em causa para o Eixo 1 na respetiva Área de Intervenção.

Assim em outubro de 2014 e no seguimento das deliberações da CMC e da Comissão Diretiva, foram transitados para o Eixo 1, no âmbito da Valorização do Cluster do Turismo e Lazer, os projetos aprovados em regulamentos específicos do Eixo 2 e 3 que se enquadravam nesta Área de Intervenção.

Por questões de maturidade das operações envolvidas, e de disponibilidade do Eixo de destino, esta transição concretizou-se em 2 fases, uma primeira em 2014 e a segunda já em 2015⁶⁸.

Os projetos transitados em 2014 (um projeto do Eixo 2 e dois projetos do Eixo 3) associados aos regulamentos de “Ações de Valorização do Litoral” e “Mobilidade Territorial”, respetivamente, deram origem a um aumento do compromisso no âmbito do Eixo 1 de cerca de 4,6 milhões de euros FEDER, com uma execução associada de 2,5 milhões de euros FEDER.

A tabela 3.4 identifica assim a 31/12/2014 as operações enquadradas na área de intervenção “Valorização do Cluster Turismo/Lazer”.

⁶⁸ Aguardou, entre outros, pela aprovação de “overbooking” no Eixo 1 público (fevereiro 2015) e pela aprovação das operações de melhorias nos Portos cujo convite apenas foi autorizado no final de janeiro 2015.

Tabela 3.4 – Projetos aprovados no âmbito do Cluster do Turismo e Lazer (31/12/2014)

Nº Proj.	Nome Promotor	Regulamento Especifico/ Tipologia	Designação	Unidade: Euros			
				Investimento	Elegível	Feder	Concelho
ALG-01-0103-FEDER-002751	ALISIOS II - IMOBILIARIA E TURISMO SA	2.1.1 - SI Inovação/Inovação Produtiva	PRODUÇÃO DE NOVOS SERVIÇOS COM ELEVADO CONTEÚDO TECNOLÓGICO, UTILIZANDO AS NOVAS TECNOLOGIAS E ADOÇÃO DE NOVOS MÉTODOS DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E ENERGÉTICOS	278.203	277.453	152.599	Albufeira
ALG-01-0103-FEDER-018018	ANIMARIS - ANIMAÇÃO TURÍSTICA, LDA	2.1.1 - SI Inovação/Inovação Produtiva	ANIMAÇÃO TURÍSTICA - QUALIFICAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DE SERVIÇOS	935.931	835.100	626.325	Faro
ALG-01-0103-FEDER-026528	BAJOMICO - ORGANIZAÇÕES HOTELEIRAS E SIMILARES, LDA	2.1.1 - SI Inovação/Inovação Produtiva	REQUALIFICAÇÃO, AMPLIAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO DO HOTEL ALCAZAR 4 **	1.274.994	1.259.607	944.705	Vila Real de Santo António
ALG-01-0103-FEDER-017942	CASAS DO MOINHO - INVESTIMENTOS TURÍSTICOS, LDA	2.1.1 - SI Inovação/Inovação Produtiva	REQUALIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO CASAS DO MOINHO	354.662	216.413	162.310	Aljezur
ALG-01-003-FEDER-013175	DESCOBERTAS MIL, LDA	2.1.1 - SI Inovação/Inovação Produtiva	QUINTA EVENTOS E DESCOBERTAS ? TRADIÇÃO E DIVERSÃO	424.229	389.570	292.177	Tavira
ALG-01-0103-FEDER-026457	DOLPHINS DRIVEN - ACTIVIDADES MARÍTIMO-TURÍSTICAS, LDA	2.1.1 - SI Inovação/Inovação Produtiva	AQUISIÇÃO DE CATAMARAN PARA AVISTAMENTO DE GOLFINHOS	803.000	803.000	602.250	Albufeira
ALG-01-0103-FEDER-004870	EQUINOSTRUM - CLUBE EQUESTRE E DE LAZER DE FARO, LDA	2.1.1 - SI Inovação/Inovação Produtiva	CRIAÇÃO DE CENTRO EQUESTRE	766.660	713.697	463.903	Faro
ALG-01-0103-FEDER-006875	GOOD MOMENTS - INDÚSTRIA CRIATIVA DE CULTURA E ALIMENTAÇÃO TRADICIONAL	2.1.4 - SI Inovação/Empreendedorismo	TERTÚLIA ALGARVIA	379.037	379.037	246.374	Faro
ALG-01-0103-FEDER-026479	GRACER - SOC. DE TURISMO DO ALGARVE SA	2.1.1 - SI Inovação/Inovação Produtiva	REQUALIFICAÇÃO DO EUROTEL DE TAVIRA	3.681.963	3.223.618	2.000.000	Tavira
ALG-01-0103-FEDER-026516	JCT 28 ADVENTURE CRUISES, LDA	2.1.1 - SI Inovação/Inovação Produtiva	AQUISIÇÃO DE CATAMARANS DE PASSAGEIROS PARA LAGOS	993.900	993.900	745.425	Lagos
ALG-01-0103-FEDER-004907	MARES MARAVILHOSOS - ACTIVIDADES MARÍTIMO-TURÍSTICAS, LDA	2.1.1 - SI Inovação/Inovação Produtiva	AQUISIÇÃO DE CATAMARAN PARA PASSEIOS MARÍTIMO-TURÍSTICOS	657.535	645.335	419.468	Portimão
ALG-01-0103-FEDER-002769	MONTE DAS ESCANXINAS - CULTURA E TURISMO, LDA	2.1.4 - SI Inovação/Empreendedorismo Qualificado	MONTRA DE QUALIDADE DE PORTUGAL PARA O MUNDO	1.018.658	555.019	360.762	Loulé
ALG-01-0103-FEDER-027074	MUNDO AQUÁTICO - PARQUES OCEANOGRÁFICOS DE ENTRETENIMENTO EDUCATIVO, S.A	2.1.1 - SI Inovação/Inovação Produtiva	"ONDAS VIVAS"	3.086.144	3.086.144	2.000.000	Albufeira
ALG-01-0103-FEDER-001639	PARKALGAR PARQUES TECNOLÓGICOS E DESPORTIVOS, SA	2.1.2 - SI Inovação/Projectos do Regime Especial	PARQUE DE DESPORTOS MOTORIZADOS DE PORTIMÃO - AUTÓDROMO INTERNACIONAL DO ALGARVE	40.000.000	34.424.321	2.000.000	Portimão
ALG-01-0103-FEDER-017987	QUINTA DA FONTE DO BISPO - TURISMO RURAL, LDA	2.1.1 - SI Inovação/Inovação Produtiva	CRIAÇÃO E REMODELAÇÃO DE PRODUTO TURISMO NO ÂMBITO DO TURISMO EM ESPAÇO RURAL	3.930.548	2.620.173	1.965.130	Tavira
ALG-01-0103-FEDER-017649	ROCHA DA GRALHEIRA - EXPLORAÇÃO DE RESTAURANTES, UNIPessoal, LDA	2.1.1 - SI Inovação/Inovação Produtiva	RECONVERSÃO DE ALOJAMENTO LOCAL EM HOTEL E REMODELAÇÃO DE RESTAURANTE	442.473	422.429	316.822	São Brás de Alportel
ALG-01-0103-FEDER-005180	SAGRIMAR - EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS SA	2.1.2 - SI Inovação/Projectos do Regime Especial	IMPLEMENTAÇÃO DE APARTAMENTOS TURÍSTICOS, ALDEAMENTO TURÍSTICO E HOTEL	26.759.115	26.113.087	2.000.000	Vila do Bispo
ALG-01-0103-FEDER-006863	SINGULAR CONCEITO, LDA	2.1.4 - SI Inovação/Empreendedorismo	CRIAÇÃO DE HEALTH CLUB-WELLNESS CENTER (SPA)	1.098.883	1.087.758	815.818	Faro
ALG-01-0103-FEDER-026561	SOPROMAR - ESTALEIRO NAVAL DE LAGOS, LDA	2.1.1 - SI Inovação/Inovação Produtiva	CENTRO NÁUTICO SOPROMAR	2.416.824	2.404.824	1.803.618	Lagos
ALG-01-0103-FEDER-022471	VÁRZEAMAR - ACTIVIDADES MARÍTIMO TURÍSTICAS, LDA	2.1.1 - SI Inovação/Inovação Produtiva	BELIZE II	758.220	758.220	568.665	Albufeira
TOTAL Privados				90.060.978	81.208.705	18.486.352	
ALG-01-0432-FEDER-000001	Município de Loulé	Ações de Valorização do Litoral	Req. Urbanística Zona Costeira Quarteira/Vilamoura	3.872.289	3.349.530	2.344.671	Loulé
ALG-01-0450-FEDER-000001	Município de Loulé	Mobilidade Territorial	Beneficiação da E.N. 125 em Almancil	2.553.285	2.404.824	1.803.618	Loulé
ALG-01-0450-FEDER-000002	Município de Loulé	Mobilidade Territorial	Beneficiação da VNC 520 (Almancil-Quinta do Lago)	1.911.094	758.220	568.665	Loulé
TOTAL Públicos				8.336.668	6.512.574	4.716.954	
TOTAL GERAL				98.397.646	87.721.279	23.203.305	

Área de Intervenção: Modernização e Qualificação da Administração Pública/ Desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento

No âmbito da tipologia “Sistema de Apoio à Modernização Administrativa”, foram aprovadas em 2014, seis novas operações, decorrentes de dois concursos abertos em 2013.

Uma destas operações, ‘Rede de Espaços do Cidadão’, encontra-se integrada no Plano de Ação da responsabilidade da AMA, aprovado em 2013, para a instalação de espaços do cidadão na região e consubstancia-se na instalação de 31 novos espaços, permitindo uma maior proximidade dos cidadãos ao serviço público e o fomento da coesão territorial através do estabelecimento de parceiras concretas para operacionalizar aquela instalação.

Ainda no âmbito das novas operações aprovadas em 2014 sublinha-se também a operação ‘MA Intermunicipal 2.0.’ que consolida os investimentos realizados no projeto Simplex Autárquico ‘CRM - Gestão

do Relacionamento com os Municípios' mediante o aprofundamento da modernização administrativa autárquica, através da realização de investimentos complementares e da renovação da parceria em que se baseou o primeiro projeto.

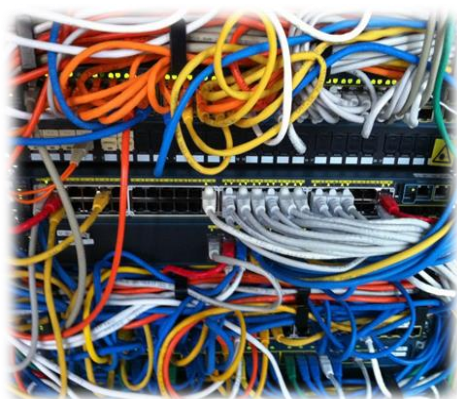
O investimento acumulado elegível associado às 19 operações aprovadas nesta tipologia rondava, até o final de 2014, os 13 milhões de euros, com um FEDER associado de cerca de 9,1 milhões de euros. Por seu turno, a execução situava-se, no final do ano, nos 6,8 milhões de euros de investimento, o que corresponde a uma taxa de realização de 52%.

Até o final de 2014, nesta tipologia, tinha sido possível encerrar com saldo final pago, sete projetos sendo concluídos física e financeiramente mais dois projetos.

O conjunto das aprovações permitiu que o indicador do Eixo 1, associado ao Apoio à Modernização Administrativa, "Serviços orientados para empresas disponibilizados on-line por entidades públicas", atingisse no final de 2014, uma realização contratada de 104 serviços, com 84 serviços em funcionamento.

Tipologia – Sistema de Apoio à Modernização Administrativa

Resultados: 84 serviços on-line, orientados para empresas, disponibilizados por entidades públicas. Já concretizados

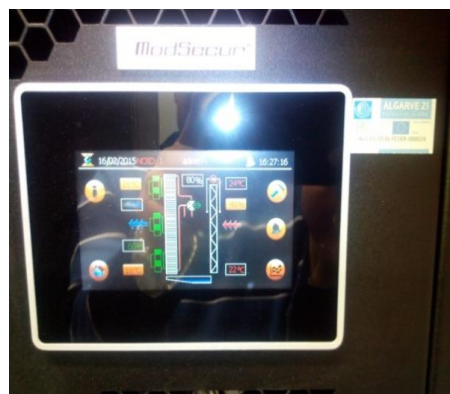


S.Brás de Alportel

Projeto – Simplex Autárquico - Municípios do Algarve Central em Rede

Promotor – Municípios de Faro, Tavira, Loulé, S.Brás de Alportel, Albufeira, Olhão, Fagar

Assegurar a existência das necessárias infraestruturas tecnológicas de suporte às iniciativas em curso de modernização administrativa, promovendo-se a reengenharia de processos, a desmaterialização de documentos e circuitos internos de atendimento, licenciamento e decisão.



Projeto – Reestruturação da base tecnológica de Gambelas

Promotor – Universidade do Algarve

Reestruturação da infraestrutura tecnológica que contribuirá para a modernização tecnológica e para uma integração completa dos sistemas de informação da Universidade.

Do único concurso aberto (em 2009) para a tipologia de operação "Economia Digital e Sociedade do Conhecimento" associada à área de intervenção **Desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento** resultou a contratação de um projeto da responsabilidade da CIM (AMAL), "Apetrechamento Tecnológico da EB1 do

Algarve”, com um investimento associado de 397 mil euros e um FEDER de 258 mil euros, tendo sido encerrado e com saldo pago em 2014.

Esta operação apresentou um nível de execução abaixo do previsto dado que a validação da execução desta operação esteve associada a um conjunto de custos padrão (nacionais) relativamente baixos face aos preços reais de mercado, o que por um lado desencorajou algum do investimento e por outro, tornou não elegível parte do investimento realmente executado.

Refira-se que, apesar disso, a operação em apreço destaca-se como boa prática uma vez que, correspondendo a uma intervenção no âmbito do Plano Tecnológico da Educação que envolvia todos os Municípios, foi apresentada via Associação dos Municípios, ganhando-se assim em escala e simplificação do processo de aprovação (uma operação em vez de 16).

A operação encontra-se encerrada pelo que se encontravam contabilizados no final de 2014, 68 “projetos associados à Sociedade de Informação”, a que corresponde um grau de concretização da meta para 2015 de 113% (Indicador Comum Comunitário).

Área de Intervenção: *Promoção Institucional da Região*

Em resultado de um concurso aberto em 2013 foram aprovadas em 2014 oito novas operações de ações de capacitação institucional.

Assim, a totalidade das operações aprovadas no âmbito da **Promoção e Capacitação Institucional** representava, no final de 2014, um investimento total elegível de 4,9 milhões de euros com um financiamento associado de cerca de 3,4 milhões de euros, contribuindo diretamente para o tema prioritário Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local.

Das dezasseis operações aprovadas, cinco estão associadas à implementação das Estratégias de Eficiência Coletiva – PROVERE, das quais, três operações relacionam-se com as Ações Preparatórias das EEC (encerradas com saldo pago em 2010) e duas dizem respeito aos Projetos de Animação, Gestão e Coordenação das Parcerias das EEC PROVERE reconhecidas para o Algarve (Algarve Sustentável e Âncoras do Guadiana) tendo sido encerradas com saldo pago em 2012.

Tipologia – Promoção e Capacitação Institucional

Resultados: 16 Operações de promoção institucional na região



Projeto: Capacitação estratégica do Turismo do Algarve Promotor – Turismo do Algarve

Elaboração de estudos que permitam um conhecimento mais aprofundado e técnico sobre determinadas valências da oferta turística da região. Constituindo instrumentos de trabalho que contribuam para a definição da estratégia do Turismo do Algarve e que capacitem o desenvolvimento das atividades da competência da Região de Turismo do Algarve, quer ao nível do planeamento (Plano de Marketing Estratégico), quer ao nível da estruturação da oferta turística regional.

As restantes onze operações dizem respeito a ações de capacitação institucional, das quais, uma foi encerrada em 2013 com saldo final pago.

A execução, no final de 2014, situava-se nos 2 milhões de euros de investimento com um FEDER associado de cerca de 1,4 milhões de euros, a que corresponde uma taxa de realização de cerca de 42%.

3.1.2 Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

As principais dificuldades verificadas nos **Sistemas de Incentivos** estão associadas às dificuldades económicas que afetam o tecido empresarial da região do Algarve, nomeadamente ao nível do aumento de incobráveis, do nível elevado de endividamento das empresas com sede na Região e das dificuldades de acesso ao crédito bancário. Esta situação determinou atrasos no arranque de algumas operações e no ritmo de execução das operações aprovadas.

Apesar das dificuldades que ainda se fazem sentir os anos 2013 e 2014 foram claramente anos de viragem no desempenho do Eixo 1 tendo sido possível, graças a uma boa resposta da procura aos concursos abertos, atingir um nível de “overbooking” de aprovações razoável face ao histórico de quebras verificado e acelerar significativamente a execução. No entanto face ao peso que este Eixo tem no Programa mantêm-se algumas das preocupações apontadas, nomeadamente na área dos beneficiários públicos, as relacionadas com a operacionalização de áreas de intervenção estratégicas para a Região, com componentes que se encontram por ativar e as dificuldades em aprovar níveis de “overbooking” compatíveis com o histórico de quebras.

Acesso ao crédito bancário

Apesar de se ter sentido uma ligeira melhoria, mantiveram-se alguns constrangimentos no acesso ao crédito bancário. Esta dificuldade no acesso ao crédito bancário resultou em atrasos na contratação e na execução dos projetos, o que aliado às regras estabelecidas para a caducidade das decisões de aprovação, incrementou as desistências e anulações de projetos.

As principais medidas adotadas para resolver os problemas de acesso ao crédito, pelas empresas, foram detalhadas no ponto 2.6.2. – “*Instrumentos de engenharia financeira – SAFPRI*”, nomeadamente, através da criação da linha de crédito bonificada “*Investe Qren*” e do lançamento do “*Fundo de Capital de Risco Revitalizar*”. Os apoios do Programa destinam-se a financiar bonificações de juros, de comissões de garantia e a apoiar a capitalização das empresas, com situações financeiras sustentáveis, em fases de expansão e crescimento com reforço de capital e fundo de maneio destinados à diversificação de mercados e/ou dos produtos. Apesar da procura e das listagens de intenções assumirem montantes expressivos, a fase já tardia em que alguns destes instrumentos foram implementados e a morosidade por vezes associada à sua negociação, levanta algumas preocupações sobre a completa absorção dos montantes afetos, mesmo contando com o período do suplemento que os Instrumentos Financeiros dispõem para o encerramento.

Dificuldades no reembolso do incentivo

Com a conclusão dos investimentos e, em parte, com o termo dos períodos de carência de capital, verificou-se um aumento significativo dos reembolsos dos incentivos. Sendo o período de carência contado desde a data da primeira utilização do incentivo, verifica-se que o início do processo de amortização ocorre pouco depois do início da exploração dos empreendimentos e estabelecimentos participados, o que tem gerado dificuldades para as empresas em fazer face ao serviço de dívida.

Como principais medidas adotadas para resolver este problema, destacam-se o reforço ao acompanhamento deste tipo de situações e a publicação em 16 de dezembro de 2014 do Regulamento de Gestão dos Reembolsos dos Sistemas de Incentivos do QREN. Este Regulamento prevê a possibilidade de renegociação do contrato de concessão de incentivos com vista ao alargamento do prazo e à alteração das condições de reembolso do incentivo, mediante fundamento na alteração substancial das condições de

mercado e pela demonstração de que a entidade beneficiária não tem condições financeiras para satisfazer as prestações de reembolso contratadas.

Atrasos e quebras no encerramento dos investimentos / projetos

Alguns projetos têm sentido dificuldades em concluir os investimentos com uma alta taxa de execução por dificuldades de gestão de tesouraria. Não só porque consumiram os capitais próprios em despesas não elegíveis imprevistas, mas também porque o contexto económico desfavorável se refletiu negativamente nas contas financeiras das empresas obrigando-as a recorrer a capital alheio/bancário com acesso mais dificultado ou contribuiu para a baixa de preços das aquisições previstas em sede de candidatura.

A este respeito tem sido feito um esforço acrescido no sentido de completar e atualizar as ferramentas de análise para os encerramentos. Em matéria de encerramentos, também os Organismos Intermédios e a Autoridade de Gestão têm adotado uma postura mais flexível tendo em conta o contexto económico desfavorável vigente, no sentido de aprovar encerramentos de projetos que demonstrem ter alcançado os seus objetivos, embora com taxas de execução que não atingem os 100%.

Durante o ano 2014 manteve-se o acompanhamento da AG aos Organismos Intermédios e aos beneficiários privados e públicos com efeitos visíveis nos níveis de execução e no encerramento das operações.

Regista-se no entanto ainda algum atraso geral na tramitação dos processos de encerramento a avaliar pelos números. Efetivamente no Eixo 1 das 432 operações aprovadas apenas 102 estão completamente encerradas com saldo pago.

Dificuldades na concretização da estratégia prevista para o Eixo 1

O modelo regulamentar criado, com instrumentos nacionais centralizados, tornaram mais complexa a concretização de alguns domínios previstos no Eixo não viabilizando o tipo de instrumentos necessários para o apoio das iniciativas pretendidas. A este respeito cabe destacar a dificuldade do tecido empresarial do Algarve (exceto setor Turismo) face à sua limitação e dimensão para cumprir as condições de acesso em matéria de intensidade das exportações no pós projeto definidas a nível nacional. Cabe ainda referir que a inadequação ou inexistência de Regulamentos Específicos para concretização da estratégia regional dificultou a operacionalização de componentes relevantes dessa estratégia, criando distorções no desempenho do Programa que foi necessário corrigir. É o caso da operacionalização das componentes públicas ou público-privadas previstas no Eixo do PO na tipologia “Valorização do Cluster Turismo-Lazer” e que foram aprovadas noutros Eixos contribuindo para um desequilíbrio na utilização das respetivas dotações provocando constrangimentos à execução do PO como um todo.

A dificuldade de entendimento das questões específicas do PO Algarve das quais esta é um exemplo tem gerado atraso nalgumas decisões.

É também o caso da autorização para a realização de “overbooking” no Eixo 1 (beneficiários públicos) a qual foi solicitada em julho de 2014 e apenas veio a ser permitida em 2015 (Fev. 2015) atrasando a contratação de operações, o que pode pôr em causa a execução nesta fase final do Programa.

Verificações aos instrumentos de Engenharia Financeira

Conforme detalhado no ponto 2.7.1 deste Relatório, em 2014 foi implementado um plano de ação de verificações de gestão ao projeto Linhas de Crédito PME Investe I e II, que originou uma correção financeira significativa. Além disso, a Autoridade de Auditoria (IGF) e a Comissão Europeia, através da auditoria realizada em 2012 ao COMPETE, levantaram observações que afetaram este instrumento do PO Algarve 21, no que diz respeito à impossibilidade de financiamento com fundos FEDER de operações de financiamento cujo objetivo é aplicação total em fundo de maneiio, para reforço da atividade.

De forma a permitir um acompanhamento reforçado destes instrumentos e dando assim cumprimento a recomendações da Autoridade de Auditoria, a AG mantém um acompanhamento contínuo dos instrumentos financeiros em implementação, através do contato regular com as sociedades gestoras e da realização de verificações de gestão administrativas e no local.

Dificuldades financeiras dos beneficiários públicos

Refira-se ainda, no que diz respeito aos beneficiários de projetos públicos, as dificuldades sentidas, nomeadamente ao nível financeiro, resultantes de restrições orçamentais significativas e com efeitos negativos na sua capacidade de execução.

No sentido de responder a esta preocupação foi desencadeado em 2012 um processo de ajustamento em alta das taxas de co-financiamento das operações, com o objetivo de reduzir o esforço financeiro associado às contrapartidas nacionais dos beneficiários e com repercussões positivas ao nível da execução.

Foi iniciado em 2012 e prolongado por 2013 e 2014 o pagamento de adiantamento *Top Up* com comparticipações FEDER de 95%, até a limite de 80% do montante aprovado para as operações. Em 2014 foi pago no Eixo 1 cerca de 620 mil euros nesta modalidade.

Boas práticas

No âmbito dos **Sistemas de Incentivos**, podemos apontar alguns projetos e também algumas metodologias de trabalho como boas práticas.

Ao nível dos **projetos do SI I&DT**, destaca-se o projeto n.º 2590 (Alg-I&Dt - Núcleo de I&Dt para Desenvolvimento de Projectos na Área de IT) da empresa *Algardata - Sistemas Informáticos, S.A.* com um incentivo de 124 723 € Feder.

Através do núcleo de I&DT, a empresa celebrou um protocolo com a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Algarve, para a criação de uma equipa de projecto com elementos das duas instituições.

O Núcleo de I&DT foi orientado para o desenvolvimento de 4 novos produtos, que incorporam um elevado grau de conhecimento e tecnologia, que permitem melhorar capacidades, processos e conquistar novos mercados. O principal objetivo foi o desenvolvimento de um produto de software inovador para o suporte à gestão dos processos internos da empresa e dos processos de relacionamento com o cliente.

Com este projeto desenvolveu-se, assim, um conjunto de produtos de software de apoio a diversas áreas de negócio que serão comercializados individualmente ou como solução integrada:

- 1) Desenvolvimento de um sistema de suporte e atendimento ao cliente;
- 2) Desenvolvimento de um sistema de posicionamento georreferenciado dos colaboradores e clientes;
- 3) Desenvolvimento de uma ferramenta de gestão integrada para a empresa;
- 4) Integração dos Produtos/Serviços anteriores.

Os resultados das atividades desenvolvidas no Núcleo de I&DT permitiram à Algardata emergir como uma empresa que responde às necessidades dos seus clientes não apenas no suporte técnico, mas também fornecendo um conjunto inovador de serviços.

No **SI Inovação (produtiva)**, destaca-se o projeto n.º 18028 da *Vinilconsta Publicidade e Serviços, Lda* com um incentivo de 691 516 €. A Vinilconsta é uma empresa especializada na oferta de soluções integradas para a imagem corporativa.

Este projeto permitiu uma modernização da empresa e o desenvolvimento de novos serviços, em concreto uma linha de sinalética "off-the-shelf" para venda direta por catálogo e uma linha de impressões personalizadas para decoração de interiores. Além disso, foi apoiada a criação de uma rede de venda direta de impressões personalizadas e a internacionalização da empresa.

Para reforçar o processo de expansão (ampliação de instalações) e internacionalização desta empresa, foi ainda aprovado no âmbito dos instrumentos de engenharia financeira, no Fundo de Capital de Risco Revitalizar Sul, um projeto de 2M€. A capitalização da empresa será feita em duas tranches, tendo a primeira sido feita no final de 2014 no montante de 1,5 M €. A segunda tranche está prevista para o final de 2015.

No âmbito da **internacionalização**, destaca-se como boa prática o projeto n.º 21936 da empresa *NOVACORTIÇA - Indústria Corticeira, SA* que apresenta uma taxa de realização de 100%. O projeto está relacionado com a dinamização da marca Pelcor, uma marca de moda contemporânea de acessórios *premium* e ecológicos em pele de cortiça.

O projeto aprovado no âmbito do **SI Qualificação** foi fundamental para aumentar a presença da Pelcor nos mercados internacionais com especial destaque para os EUA e lançar uma nova marca de luxo de moda exclusivamente destinada ao mercado internacional. A empresa passou a atuar no mercado com duas marcas neste segmento de negócio: a marca Pelcor que se posicionará enquanto marca de artigos de moda em cortiça e uma nova marca de *limit ediction* destinado ao segmento de luxo internacional.

Como resultado do projeto, destaca-se a angariação de novos clientes (17 novos clientes espalhados por 7 Estados nos EUA) como é o caso do “Museu Art & Design NY”, do “Sooki” e da “House of Fashion”.

Quanto a metodologias de trabalho, de referir a contínua disponibilidade da Equipa dos Sistemas de Incentivos no auxílio a potenciais candidatos (prestação de esclarecimentos) e a promotores de projetos aprovados (apresentação de contactos, prestação de esclarecimentos, orientação no preenchimento de formulários, resolução de questões na contratação, pagamentos, publicitação, devoluções, reembolsos, encerramentos).

De realçar também que os bons progressos nos Sistemas de Incentivos têm sido o resultado de procedimentos de gestão flexíveis e céleres, adaptados ao modo de funcionamento empresarial.

No que diz respeito à tipologia **Economia Digital e Sociedade do Conhecimento** destaca-se como boa prática o projeto da responsabilidade da CIM (AMAL), “Apetrechamento Tecnológico da EB1 do Algarve”, uma vez que, correspondendo a uma intervenção no âmbito do Plano Tecnológico da Educação que envolvia todos os Municípios, esta foi apresentada via Associação dos Municípios, ganhando-se assim em escala, nomeadamente no âmbito da aprovação (uma operação em vez de 16). No âmbito da mesma operação houve também lugar à simplificação de alguns processos ao nível da contratação pública para a aquisição dos quadros interativos de alguns municípios em que a AMAL desencadeou processos de pré seleção conjuntos.

Refira-se que estes modelos foram igualmente utilizados na tipologia **Modernização Administrativa**, em três projetos da responsabilidade dos municípios: “Municípios do Algarve Central em Rede”, envolvendo 6 beneficiários, “CRM – Gestão de Relacionamento com os Municípios” no qual participam 8 municípios e “MA – Intermunicipal 2.0” identificado enquanto 2ª fase do projeto anterior, envolvendo nesta fase 10 municípios.

3.2.Eixo Prioritário 2:

3.2.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Em 31 de Dezembro de 2014, encontravam-se aprovadas, no Eixo 2, 88 operações no âmbito de todas as tipologias previstas nesta Área de Intervenção (mais 22 do que no final do ano anterior).

No decorrer do ano **2014**, registaram-se progressos quer em termos de realização, quer de resultados, relativamente expressivos especialmente se tivermos em conta que grande parte das metas dos indicadores tinham sido reprogramadas⁶⁹ em 2012, ano em que o Eixo foi reforçado com 5 milhões de euros. No entanto face aos níveis de compromisso e às dificuldades sentidas no terreno é provável que algumas metas não venham a ser totalmente cumpridas.

Tabela 3.5 – Indicadores do PO (Realização e Resultado) e Comuns Comunitários – Eixo 2

Indicadores de Realização Física		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL	Grau de concretização 2015	
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)												
Intervenções de valorização da orla costeira apoiadas (planos de praia e de intervenção previstos nos POOC) ⁹⁾	Realização Contratada		4	4	11	17	19	25	29		83%	(-)
	Realização Executada		0	2	4	5	7	8	13		37%	
	Metas				30					35		
	Valor de Referência	0										
Acções imateriais promotoras de boas práticas ambientais apoiadas, de abrangência supramunicipal	Realização Contratada		1	6	9	8	26	27	27		60%	(-)
	Realização Executada		0	0	0	0	4	13	16		36%	
	Metas				20					45		
	Valor de Referência	0										
Indicadores de Resultado		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL	Grau de concretização 2015	
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)												
Proporção de orla costeira valorizada ^{1) (a)}	Realização Contratada		28	28,26	29,39	29,75	33,81	35,87	37,42		62%	(-)
	Realização Executada		0	28,15	28,64	29,02	29,29	29,39	29,7		50%	
	Metas				50					60		
	Valor de Referência	25										
Poupança de energia primária (MWh)/ano ²⁾	Realização Contratada		-	-	-	8,39	6,53	8,34	15,04		100%	(-+)
	Realização Executada		-	-	-	0	0	7,21	6,00		40%	
	Metas									15		
	Valor de Referência											

⁶⁹ Reprogramação 2012 – Decisão C (2012) 9482 de 12/12/2012

Áreas Temáticas	Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL	Grau de concretização 2015		
Energias Renováveis	23. N.º de projectos ³⁾	Realização - Contratada	-	0	0	33	38	45	62		124%	(- +)	
		Realização - Executada				0	0	1	9	10	20%		
		Metas									50		
Ambiente	28. N.º de projectos visando a melhoria da qualidade do ar ⁴⁾	Realização - Contratada	-	1	1	1	1	1	1		100%	(++)	
		Realização - Executada				0	0	0	0	1	100%		
		Metas									1		
	29. Área reabilitada (em km2) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas) ⁴⁾	Realização - Contratada	-	5,23	6	7,1	6,79	6,99	6,99	6,99		87%	(-)
		Realização - Executada				0	0,2	1,2	1,6	2,8		35%	
		Metas									8	6)	
Prevenção de Riscos	31. N.º de projectos	Realização - Contratada	-	-	1	20	19	19	18		90%	(- +)	
		Realização - Executada				0	0	0	2	4	20%		
		Metas									20		
	32. População que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações ⁵⁾	Realização - Contratada	-	-	434.023	434.023	451.005	451.005	451.005	451.005		104%	(+) (+)
		Realização - Executada				0	0	0	225.503	225.503		52%	
		Metas									434.023		
	33. População que beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações) ⁵⁾	Realização - Contratada	-	-	434.023	434.023	451.005	451.005	451.005	451.005		104%	(+) (+)
		Realização - Executada				0	0	0	290.063	290.063		67%	
		Metas									434.023		

1) (Km de orla costeira onde foram implementados a 100% planos dos POOC / km totais de orla costeira abrangida pelos POOC) x 100

2) No Universo das candidaturas aprovadas no Regulamento Específico da Energia (este indicador é novo e foi aprovado em Dezembro de 2012 aquando da reprogramação do PO)

3) Σ (16projectos de incentivos , 28 Energia e 18 projectos do RUCI)

4) Referente ao Regulamento Específico "Acções de Valorização Ambiental"

5) As intervenções aprovadas abrangem todo o território Algarvio - a população residente no território cresceu (atualização de acordo com censos 2011). Uma das operações que contribuiu para estes indicadores foi rescindida por extinção do promotor, sendo que por razões administrativas, não foi possível efetuar o reembolso FEDER ao beneficiário. No entanto, as componentes que integravam a operação foram executadas, tendo na altura da extinção do Governo Civil sido, as mesmas, disponibilizadas à Autoridade Nacional de Protecção Civil, que as têm utilizado para os efeitos previstos.

6) As metas dos CORE Indicators já integram os valores das metas nacionais revistas.

Observações: Não foram colocados os Core Indicators n.ºs 24 e 30 por serem transversais a vários Eixos e não apresentarem dados disponíveis (ver tabela 2.1)

a) Nestes indicadores está incluído um projeto (ALG-01-0430-FEDER-000001) que transitou do Eixo 2 para o Eixo 1. Este projeto contribuiu em 0,66 km de "costa intervencionada"; 0,23% de "proporção da orla costeira valorizada" e 0,10Km2 de "área reabilitada"

n. d - não disponível

n. a - não se aplica

(-)	Execução atrasada. Dificilmente atingirá as metas face ao baixo nível de compromisso
(- +)	Execução ligeiramente atrasada, mas com possibilidade de atingir as metas face à recuperação verificada e/ou aos elevados níveis de compromisso
(+)	Execução superior à média. Prevê-se que venha a atingir as metas fixadas.
(++)	Execução igual ou superior a 100%. Metas cumpridas ou ultrapassadas
n.a	Indicador a verificar no pós projeto

Os indicadores com resultados mais expressivos, são os seguintes:

- ❖ Cerca de 37% da orla costeira abrangida pelos POOC prevista, dos quais 30% já tinha sido intervencionada (ou seja 62% da meta prevista para 2015 e 50% já concretizado).
- ❖ Contratadas 29 das 35 intervenções de valorização da orla costeira previstas – planos de praia (83% da meta para 2015 e 37% já concluídas).
- ❖ Contratada a reabilitação de 7 Km² de áreas degradadas (87% da meta prevista e 35% concretizado).

- ❖ Prevista uma *poupança de energia primária* de 15,04 Mwh/ano nas operações aprovadas (o que representa 100% da meta prevista para 2015) e 6 Mwh/ano já concretizado (40% do previsto).
- ❖ 62 operações aprovadas na área das energias renováveis (124% da meta prevista) e 10 operações já concluídas (20% do total).

A conclusão de um projecto de “*melhoria das condições de monitorização da qualidade do ar*” contribui para o cumprimento do Indicador 28 (Indicadores Comuns Comunitários) – 100%.

Na Área de Intervenção “Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos”, estão previstas 18 intervenções no âmbito das operações aprovadas até 31/12/2014 o que representa 90% da meta prevista para 2015. Apesar de ter sido comprometida uma operação os resultados previstos foram cumpridos. Considera-se que toda a população do Algarve⁷⁰, se encontra servida uma vez que se trata de projetos relacionados com os sistemas de comunicação que abrangem toda a Região.

O desempenho realizado destes indicadores pode ainda sofrer até ao final do Programa uma recuperação significativa em face do atraso das operações aprovadas (apenas 40% das operações estavam concluídas no final de 2014).

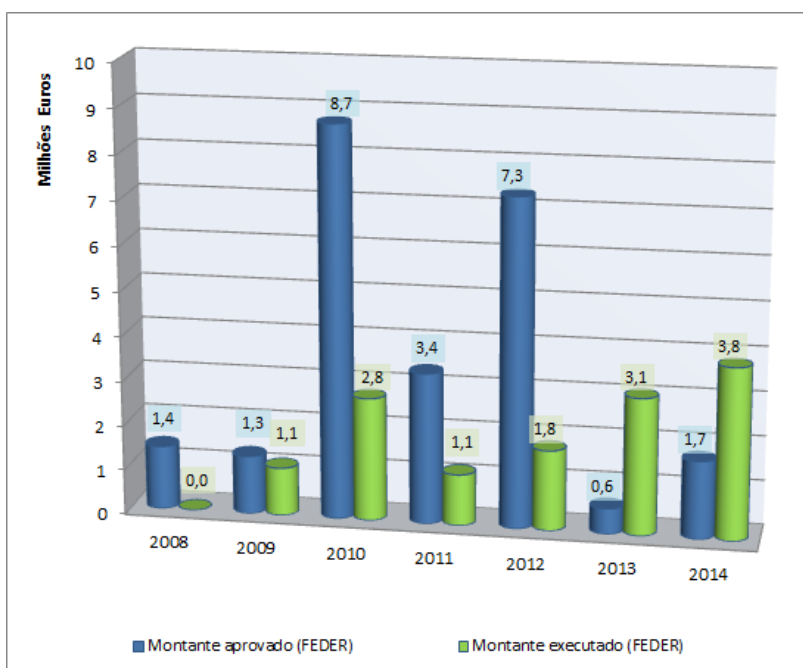
3.2.2. Análise qualitativa

O Eixo 2, foi reforçado em relação à sua dotação inicial através da Reprogramação aprovada em dezembro 2012 e representa 13% do total da programação do PO Algarve 21.

Até final de 2014, tinha sido colocado a concurso no Eixo 2 um montante FEDER de 26,3 milhões de Euros em 20 concursos encerrados até 31/12/2014, nos quais foram admitidas 122 candidaturas, com um custo total previsto de 57,4 milhões de Euros (*Anexo XII*).

⁷⁰ A população da Região foi revista de acordo com o Censo 2011.

Gráfico 3.10 – Eixo 2 – Aprovações e Execução



Durante o ano 2013 foram abertos e encerrados 4 concursos no Eixo 2 que foram decididos em 2014 o que permitiu um acréscimo do volume de aprovações face a 2013, de 7,7% (Gráfico 3.10).

No entanto, este Eixo tem registado ao longo do QREN particulares dificuldades em ultrapassar as condicionantes das operações aprovadas (morosidade nas autorizações das Finanças para lançamento de concursos, fragilidade técnica no caso dos beneficiários na área da Energia, com particular dificuldade no entendimento da contratação pública, dificuldade em obter vistos do Tribunal de Contas e pareceres das entidades competentes no caso das intervenções Polis – Litoral) o que contribuiu para o atraso das contratações das operações aprovadas. A Autoridade de Gestão multiplicou os contactos e reuniões caso a caso para apoiar a resolução destas situações o que em parte permitiu o acréscimo verificado no volume de aprovações de 2014 relativamente ao ano anterior. Também a execução continuou o seu processo ascendente recuperando parte dos níveis baixos de anos anteriores, verificando-se em 2014 o maior volume de execução desde o início do PO (3,8 milhões de Euros FEDER).

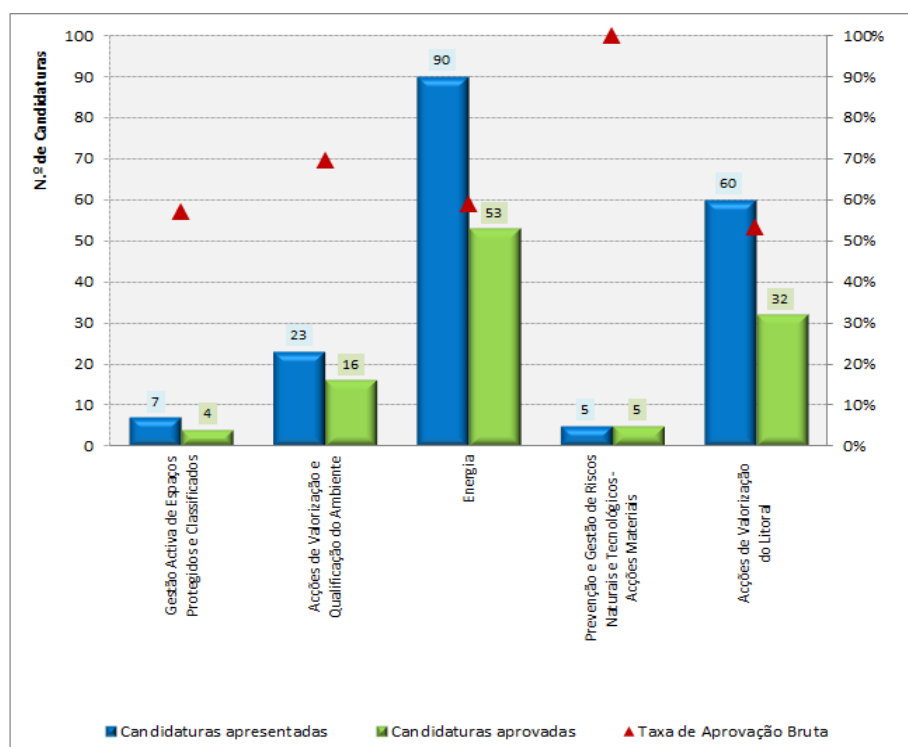
Tabela 3.6 – Eixo 2 – Projetos concluídos e em conclusão

Projetos / EP /PO	N.º Proj.	Aprovado		Executado	
		Custo Total Elegível	Fundo	Custo Total Elegível	Fundo
		unid: euro			
Eixo Prioritário 2	35	10.613.111,66	6.765.819,96	10.581.283,68	6.745.231,79
Encerrados com saldo pago	24	9.532.732,41	6.047.607,13	9.532.732,41	6.047.607,13
Concluídos com relatório final (AG)	1	52.615,05	34.199,77	52.615,05	34.199,77
Concluídos física e financeiramente (a aguardar relatório final)	9	852.091,20	569.825,61	834.439,60	558.452,08
Concluídos fisicamente	1	175.673,00	114.187,45	161.496,62	104.972,81

Até 31/12/2014 e na *ótica dos concursos*, foram apresentadas 194 candidaturas, foram admitidas 122 e aprovadas 110⁷¹ com um montante de 40 milhões de Euros de investimento elegível e uma comparticipação FEDER de 27,5 milhões de Euros (*Anexo XII*).

O tempo médio de decisão de 2014 foi de 82 dias⁷², o que se prende em parte com os constrangimentos anteriormente apontados.

Gráfico 3.11 – Eixo 2 – Taxa de aprovação por tipologia de operação



Retirando as rescisões e anulações, o montante aprovado em finais de 2014 ascendia a 35,6 milhões de euros de investimento elegível que corresponde a 24,5 milhões de euros FEDER dos 23,3 programados. (*Anexo III*)

A **taxa de compromisso** do Eixo atingia no final de 2014, os 105 % embora com um valor contratado relativamente inferior (21,7 milhões de euros Feder) o que representava uma taxa de contratação de 88% (a maior do Programa).

As tipologias com maior taxa de aprovação bruta (Aprovadas/apresentadas) continuavam a ser, no final de 2014, as “Ações de Valorização e Qualificação Ambiental” e a “Prevenção de Riscos” (*Gráfico 3.11*). A tipologia com maior montante de operações aprovadas são as “Ações de Valorização do Litoral” e a tipologia com maior número de operações aprovadas é a “Energia” que registou igualmente o maior aumento do número de operações aprovadas verificado em 2014 neste Eixo.

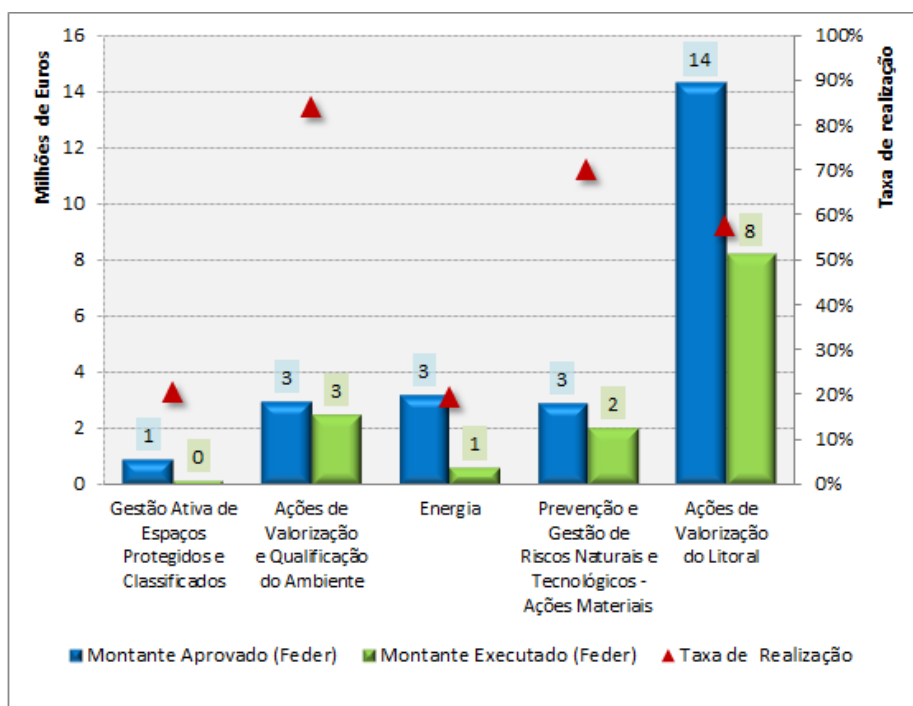
⁷¹ Aprovações à data da decisão do processo de concurso. Inclui anuladas e rescindidas.

⁷² Estes prazos incluem os tempos de espera do Secretariado Técnico por elementos em falta a enviar pelos beneficiários.

Como já foi referido, no ano de 2014 registou-se um aumento na execução do Eixo 2 (3,8 milhões de euros FEDER) face à ocorrida no ano de 2013 (3,1 milhões de euros FEDER) (*Gráfico 3.10*).

A execução em 31/12/2014 atingia assim os 20 milhões de euros de despesa pública e um FEDER total de 13,6 milhões de euros correspondente a uma **taxa de execução** de 58,7% e de realização de 55,9%. A estes valores está ainda associado um valor pago aos beneficiários de 13,6 milhões de euros FEDER (*Anexo III*).

Gráfico 3.12 – Eixo 2 – Taxa de realização por tipologia de operação



As “Ações de Valorização e Qualificação Ambiental” apresentam a maior taxa de realização do Eixo (83,95%) (*Gráfico 3.12*), por ter sido a primeira tipologia a abrir no Eixo apresentando por isso as operações mais avançadas (10 operações encerradas e concluídas das 14 aprovadas), embora as restantes tipologias, com aprovações nalguns casos bastante mais recentes e apesar das dificuldades já referidas, tenham efetuado um percurso positivo no ano 2014.

Tabela 3.7 – Eixo 2 – Aprovações, execução e pagamentos por tipologia de operação

Área de Intervenção / Tipologia de Operação	Nº de Operações aprovadas	Aprovações (AP)	Execução (EX)	Pagamentos (PG)	Indicadores financeiros	
					Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de reembolso (PG/EX)
Áreas Classificadas e Biodiversidade	4	937.408	191.508	222.128	20,43%	0,00%
Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados	4	937.408	191.508	222.128	20,43%	0,00%
Monitorização, Informação e Promoção Ambiental e Eficiência Energética	55	6.263.844	3.167.169	3.178.659	50,56%	100,36%
Ações de Valorização e Qualificação do Ambiente	14	3.019.251	2.534.781	2.536.010	83,95%	100,05%
Energia	41	3.244.593	632.387	642.649	19,49%	101,62%
Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos	2	2.963.274	2.080.135	1.961.087	70,20%	94,28%
Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos - Ações Materiais	2	2.963.274	2.080.135	1.961.087	70,20%	94,28%
Ordenamento e Valorização da Orla Costeira	27	14.328.017	8.246.474	8.286.438	57,55%	100,48%
Ações de Valorização do Litoral	27	14.328.017	8.246.474	8.286.438	57,55%	100,48%
EP2 - Proteção e Qualificação Ambiental	88	24.492.543	13.685.286	13.648.312	55,88%	99,73%

Os valores apresentados no quadro acima têm por base o anexo III (aprovações líquidas) e serve de suporte à análise seguinte.

Área de Intervenção: *Áreas Classificadas e Biodiversidade*

Em dezembro de 2013, ocorreu o encerramento do terceiro concurso no âmbito da tipologia “*Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados*”, com uma dotação FEDER de 400 mil Euros, tendo sido submetidas 3 candidaturas com um custo total de 1,2 milhões de Euros. Face ao encerramento tardio do aviso, em 2014 iniciou-se o processo de análise destas operações.

A 31/12/2014 encontravam-se aprovadas nesta Área de Intervenção 4 operações que atingiam um investimento total elegível de 1,4 milhões de Euros e uma comparticipação FEDER de 937 mil Euros (*Anexo III*).

No final de 2014, registava-se uma execução de 294,6 mil Euros de despesa pública e uma comparticipação FEDER de 191,5 mil de Euros atingindo-se uma taxa de realização de 20,43%, e encontravam-se concluídas 2 operações (1 completamente encerrada e 1 concluída fisicamente).

Das 2 operações restantes, uma delas ainda se encontrava condicionada por razões de clarificação da posse de terrenos e do modelo de gestão e apenas veio a ser contratada já em 2015.

Tipologia – Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados

Resultados: 6 intervenções em espaços protegidos e classificados



Projeto – Conserv. e Valoriz. Praia de Vale Figueiras Promotor – Polis Litoral Sudoeste. – Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

Conc. Aljezur - ordenamento e balizamento da circulação, vedações, passadiços, zonas de estadia, sinalética e recuperação e renaturalização das áreas degradadas



Projeto – Requalificação e Valorização das Paisagens Protegidas Locais

Promotor – Município de Loulé

Preservação da biodiversidade e a qualificação e conservação ambiental nas áreas de paisagens protegidas locais Rocha da Pena e Fonte da Benémola: vedação de proteção em grutas, painéis e mesas interpretativas com informação sobre os recursos ambientais e paisagísticos, recuperação de levada e percurso pedonal.

Área de intervenção: Estímulo à redução, reutilização e reciclagem de resíduos

No ano de 2011, decorreu a reprogramação do QREN e dos PO, que previa a inclusão nos Eixos do POVT co-financiados pelo Fundo de Coesão de todos os projetos previstos e enquadráveis no âmbito da, “**Optimização da Gestão de Resíduos**”, incluindo a transição de projetos já aprovados, com encerramento dessas elegibilidades no âmbito do FEDER. No caso do Algarve, não houve lugar a transição de operações uma vez que o único concurso lançado nesta área já tinha sido anulado sem aprovações.

Área de Intervenção: Monitorização, Informação e Promoção Ambiental e Eficiência Energética

Em 31/12/2014 no âmbito da tipologia “**Ações de Valorização e Qualificação Ambiental**”, as 14 operações aprovadas atingiam um investimento total elegível de 4,5 milhões de Euros e uma comparticipação FEDER de 3 milhões Euros (*Anexo III*).

No final de 2014, registava-se uma execução de 3,8 milhões de Euros de despesa pública e uma comparticipação FEDER de 2,5 milhões de Euros atingindo-se uma taxa de realização de 84% a mais elevada do Eixo. Encontravam-se já concluídas fisicamente 10 operações, enquanto as restantes 4 estavam em curso com taxas de execução em geral superiores à média do Eixo.

Tipologia – Ações de Valorização e Qualificação Ambiental

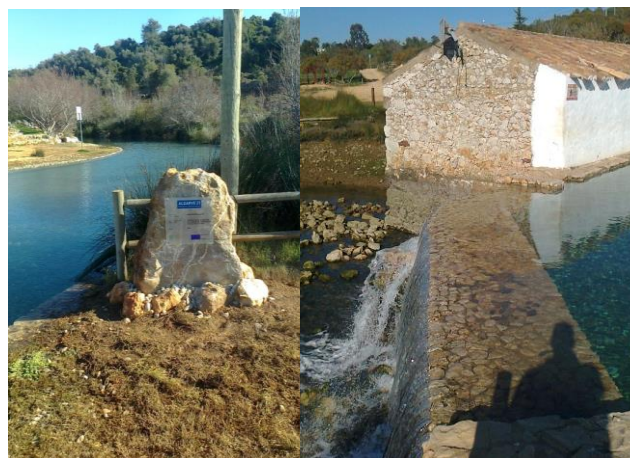
Resultados: Contratadas 20 ações promotoras de boas práticas ambientais das quais 13 já concluídas



Projeto – Plano de Gestão da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve (RH 8)

Promotor – APA – ARH Algarve

A elaboração do Plano constituiu uma imposição da União Europeia nos termos da Diretiva - Quadro da Água - DQA Diretiva 2000/60/CE, de 23 de Outubro), com o objetivo de definir as intervenções e os procedimentos que, ao nível da região hidrográfica garantam a utilização sustentável das águas e a sua proteção e valorização.



Projeto – Remodelação do Sistema de comportas e reparação dos açudes PMSF

Promotor – Município de Lagoa

Parque Municipal do Sítio das Fontes em Estombar. Remodelar o sistema de comportas e reparar os açudes junto à caldeira do moinho de maré e sapal do rio Arade.

Em 2014 procedeu-se à análise e apreciação das operações relativas a dois concursos em contínuo no âmbito da sub-tipologia **“Eficiência Energética de Equipamentos Coletivos”** destinado a equipamentos afetos a uma utilização pública e a equipamentos sociais e da sub-tipologia **“Iluminação Pública”** destinado essencialmente às Autarquias”, ambos com uma dotação FEDER de 400 mil euros.

No concurso destinado a equipamentos afetos a uma utilização pública e a equipamentos sociais, foram submetidas 26 candidaturas com um custo total de 2,8 milhões de euros. Após análise do mérito foram aprovadas 18 operações com um montante total elegível de 1,6 milhões de Euros e um co-financiamento FEDER de 1 milhão de Euros. O facto da maior parte destas entidades beneficiárias estarem pouco habituadas à preparação/instrução de processos de candidatura a fundos comunitários (FEDER) deu origem a algumas dificuldades na resolução das condicionantes de aprovação, impostas pela natureza destes projetos (operações que visam a eficiência energética). O apoio técnico aos beneficiários por parte dos serviços técnicos do PO, permitiu acelerar a resolução de algumas dessas condicionantes, e efetuar a contratação de 15 operações.

Relativamente ao concurso **“Energia – Iluminação Pública”**, foram submetidas 6 candidaturas com um custo total de 800 mil euros. As seis candidaturas apresentadas foram aprovadas e contratadas.

Ao todo, durante o ano 2014 procedeu-se à assinatura de 22 contratos no âmbito da tipologia **“Energia – Eficiência Energética”**.

Durante o ano 2014, registou-se a anulação de 2 candidaturas e a rescisão duas operações com um montante FEDER de 442,670 mil euros.

No final de 2014, encontravam-se aprovadas na tipologia de operação “Energia” 41 candidaturas que atingiam um investimento total elegível de 4,9 milhões de Euros e uma comparticipação FEDER de 3,2 milhões de Euros (*Anexo III*).

Em 31/12/2014 registava-se uma execução de 972,9 Mil Euros de despesa pública e uma comparticipação de 632 Mil de Euros atingindo-se uma taxa de realização de 19,9%.

No final do ano encontravam-se concluídas 12 operações, das quais 5 com os processos completamente encerrados.

Tipologia – Eficiência Energética de Equipamentos Coletivos / Iluminação Pública

Resultados: Prevista uma poupança de energia primária de 15% nas operações aprovadas



Projeto – Eficiência Energética na ETA de Alcantarilha
Promotor – **Águas do Algarve, SA**

A operação consiste na implantação de uma central fotovoltaica na ETA de Alcantarilha para produção de energia, composta por 22 grupos de 80 painéis fotovoltaicos, com 422 kWp de potência nas áreas disponíveis da ETA de Alcantarilha, otimizando as áreas disponíveis e maximizando a utilização da fonte de energia renovável (solar) no espaço circunscrito à instalação de utilização de energia elétrica, evitando as perdas energéticas inerentes ao transporte de energia na rede de distribuição.



Projeto – Instalação de Reguladores de Fluxo Luminoso

Promotor – **Município de Vila do Bispo**

Melhoria da eficiência energética nas redes de iluminação pública e conseqüente diminuição das emissões de CO₂, através da instalação de Reguladores de Fluxo Luminoso que ajustam automaticamente a intensidade luminosa às necessidades, de modo a obter um nível de iluminação uniforme.

Área de Intervenção: *Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos*

Na sequência da Reprogramação Técnica de 2011, o PO Algarve 21 perdeu a elegibilidade para novas candidaturas nas componentes materiais de prevenção de riscos. Com a poupança FEDER em componentes não executadas, nas operações aprovadas, foi possível no ano de 2013, subir a taxa de comparticipação até 85%. As operações aprovadas atingiam assim em 31/12/2014, um investimento elegível de 3,5 milhões de Euros e um co-financiamento de 2,9 milhões de Euros FEDER (*Anexo III*).

No final de 2014, registava-se uma execução de 2,4 milhões de Euros de despesa pública e uma comparticipação de 2 milhões de Euros, atingindo-se uma taxa de realização de 70% (contra 27% no final de 2013).

No âmbito desta tipologia, existia uma operação da responsabilidade do Governo Civil de Faro, que face à redução de funções desta entidade, aguardava a cedência de posição contratual para se concretizarem os reembolsos a um novo beneficiário associado à prevenção de riscos. Face à impossibilidade de se concretizar este procedimento, a Autoridade de Gestão avançou com a rescisão da candidatura, embora a realização física tenha sido concretizada.

Chama-se a atenção para a importância estratégica deste setor a nível regional “*Proteção Civil e combate a incêndios*” sendo este investimento complementar de outros que estão a ser desenvolvidos pelos Municípios (AMAL) e portanto fundamental para o efeito integrado das intervenções nesta área. As metas físicas para 2015 encontram-se ultrapassadas com o nível de aprovações efetuado. Aguarda-se apenas a conclusão da única operação que se encontra em curso para a confirmação dos resultados obtidos.

Tipologia – Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos

Resultados : toda a população do território Algarvio (451.005 hab) beneficiada por medidas de proteção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos



Projeto – Reequipamento Estratégico da Proteção Civil do Algarve

Promotor – AMAL (líder) + 16 Municípios do Algarve

Aquisição 17 Veículos de Comando de Operações Táticas; 9 Veículos Florestais de Combate a Incêndios; 3 Veículos Urbanos Combate a Incêndios; Equipamento de Proteção Individual (EPI) a Incêndios Florestais; EPI Incêndios Urbanos; Equipamentos para a Base de Apoio Logístico da Região; e um Compressor de ar a colocar na Unidade Local de Formação de Vila Real de St.º António.

No âmbito da “**Prevenção, gestão e monitorização de riscos naturais e tecnológicos**”, destaca-se o contributo das operações contratadas (sistemas de comunicações) para os “*Core Indicators*” através do indicador *População abrangida pelos planos de emergência de proteção civil*, que atingiu as metas previstas para 2015 uma vez que abrange a população total da Região (451 005 habitantes servidos – censos de 2011). Para estes resultados destaca-se a contribuição de uma candidatura liderada pela AMAL que integra os 16 Municípios e que conta com um montante aprovado de 3,5 milhões de euros de investimento e com cerca de 3 milhões de euros de comparticipação FEDER, destinada à aquisição de equipamento diverso que abrange a totalidade da Região.

Área de Intervenção: *Ordenamento e Valorização da Orla Costeira*

Em 2014 foram apreciadas 9 candidaturas submetidas no concurso fechado em Dezembro de 2013 com um custo total de 10 milhões de Euros. Também no caso desta tipologia de operações, por via de alguns dos problemas já anteriormente referidos (morosidade nas autorizações das Finanças para lançamento de concursos, dificuldade em obter vistos do Tribunal de Contas e pareceres das entidades competentes no caso das intervenções Polis Litoral) algumas das candidaturas não conseguiram em tempo resolver todas as condicionantes e apresentar a maturidade mínima dos processos que permitia a assinatura de contrato.

Ao longo do ano 2014, foram assim aprovadas 6 operações com um montante total elegível de 4,7 milhões de Euros e um co-financiamento de 3,4 milhões de Euros e contratadas 4 operações num montante de 1,2 milhões de euros de investimento que corresponde a uma contrapartida FEDER de 883 mil Euros.

A 31/12/2014 encontravam-se aprovadas 27 operações que atingiam um investimento total elegível de 29,2 milhões de Euros e uma comparticipação FEDER de 14,3 milhões de Euros (*Anexo III*).

A estes montantes encontra-se já excluído o investimento elegível de 4 milhões de euros e uma comparticipação FEDER de 2,8 milhões de euros respeitante à transição de operações para a da Área de Intervenção “**Valorização do Cluster Turismo/Lazer**”.

Apesar desta transição, em 2014 a execução registou um acréscimo de 82,4% nesta tipologia e no final do ano registava-se uma execução de 12,5 milhões de Euros de despesa pública e uma comparticipação de 8,2 milhões de Euros atingindo uma taxa de realização de 57,6%.

Tipologia – Ações de Valorização do Litoral

Resultados : cerca de 36% da orla costeira abrangida pelos POOC, dos quais 30% já foi intervencionada



Projeto – Criação Parque Subaquático Ocean Revival
Promotor – Musubmar - Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Turismo Subaquático

Criar um destino para turistas subaquáticos e ao mesmo tempo promover a biodiversidade marinha, através do afundamento de 4 navios da Marinha Portuguesa na costa atlântica próxima de Portimão, de modo a desenvolver um grande recife artificial.

Projeto – PERNAS - Percursos da Natureza em arribas
Promotor – Agência Portuguesa do Ambiente, IP

Visa a valorização do litoral do Algarve, através da implementação de um percurso pedestre na orla costeira, assente no aumento do nível da qualidade e segurança face à geodinâmica natural do ambiente costeiro (balizamento de zonas de risco na arriba entre as praias de Porto de Mós e da Luz, em Lagos).

Esta tipologia representa o maior peso financeiro em aprovações e execução do Eixo 2 e o quarto lugar no âmbito das intervenções públicas do Programa assumindo claramente uma aposta estratégica regional.

Com efeito, destaca-se a importância das ações a desenvolver nesta tipologia para a valorização do produto turístico “sol-praia” e “turismo de natureza”, através de intervenções que melhoram a segurança das zonas litorais protegem os valores naturais e qualificam o usufruto de alguns espaços urbanos adjacentes, permitindo uma utilização mais valorizada ao longo de todo o ano.

Estas intervenções públicas têm efetivamente um impacto significativo nas atividades económicas privadas do litoral (hotelaria, restauração e pequeno comércio) reforçando a atratividade dos espaços e a qualificação da oferta turística num período mais alargado de tempo (para além da tradicional época balnear).

A operação transitada para a área de intervenção “Valorização do Cluster Turismo/Lazer” no âmbito da implementação da Reprogramação Interna do PO, designada “Requalificação Urbística da Zona Costeira Quarteira/Vilamoura” é um exemplo claro da complementariedade que se pretende com estas intervenções públicas, através da eliminação de um espaço degradado e da criação de uma zona de usufruto público qualificada, acrescentando valor ao investimento privado através da melhoria da envolvente de equipamentos turísticos (entre os quais destacamos o Hotel Crowne Plaza, objeto de requalificação no âmbito dos Sistemas de Incentivos – regime especial).

3.2.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

“Operação Limpeza” na sequência da deliberação nº 33/2012 de 01/03/2012 – Foram transmitidas à Autoridade de Gestão orientações para suspender temporariamente novas aprovações e para preparar a anulação e revisão das operações com nula ou reduzida capacidade de execução. Esta paragem de 8 meses (no caso do Algarve) quando o Programa estava a atingir a sua fase de cruzeiro embora tenha sido aparentemente ultrapassada em 2012 não deixou de registar impactos significativos na execução em particular deste Eixo, atrasando aprovações e conseqüentemente execução e dificultando acrescidamente o cumprimento das exigentes metas N+2 de 2013.

Durante o ano 2012 registou-se assim um atraso no tempo de análise das candidaturas submetidas no 1º semestre e ocorreram rescisões num montante FEDER de 1 milhão de Euros, o que veio na altura a prejudicar os rácios do Programa.

A Autoridade de Gestão ciente da situação particular do Algarve com níveis de compromisso e execução inferiores aos outros PO, avançou em paralelo com o trabalho de apreciação das candidaturas submetidas até maio 2012, o que permitiu concluir todas as aprovações em outubro de 2012 após o levantamento da suspensão. Foram igualmente acelerados e monitorizados os processos conducentes à assinatura de

contratos o que permitiu registar neste Eixo ainda uma execução significativa referente às operações aprovadas no final de 2012.

A limitação de verbas deste Eixo, tornava indispensável no caso do Algarve, uma pré-definição das prioridades regionais para as áreas do Ambiente, a desenvolver com as entidades públicas com responsabilidades nesta área.

Ao longo da 1ª metade do Programa foi promovida a realização de reuniões com entidades com responsabilidade nestas áreas de intervenção, com o objetivo de identificar a complementaridade e a prioridade das ações previstas nos instrumentos de política como sejam os Planos das Áreas protegidas (Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, Parque Natural da Ria Formosa) e os Programas POLIS e PROVERE. Foram igualmente efetuados contatos com as entidades públicas competentes que deu origem à concretização com a liderança da AMAL de uma operação conjunta em equipamentos de Proteção Civil.

Para resolver a limitação de verbas do Eixo, foi preparada e aprovada a proposta de reforço de 5 milhões de euros FEDER no âmbito da Reprogramação do Programa aprovada em dezembro de 2012.

Em 2013 e 2014 deu-se continuidade à racionalização de meios postos à disposição do Eixo mantendo o contacto regular com os principais promotores do Eixo e em particular, face ao volume financeiro envolvido, no que respeita à “Valorização da Orla Costeira” (Municípios, Sociedades Polis, APA/ARH e tutela do Ambiente no sentido de maximizar o cumprimento dos objetivos previstos nos “Planos de Ordenamento da Orla Costeira” face à importância estratégica que estas intervenções assumem para a Região.

A complexidade técnica subjacente à análise das candidaturas, nomeadamente sobre o mérito das candidaturas, face aos critérios de seleção fixados.

Sempre que necessário, o Secretariado Técnico recorreu à parceria com especialistas “in-house” ao nível da CCDR Algarve, ou a outras entidades com conhecimentos especializados nas áreas a analisar. Ex: Litoral e Energia em que se contou com a colaboração da ARH/APA e da Adene respetivamente.

Os limites temporais para a execução das obras na orla costeira, face às dificuldades climáticas durante o Inverno e ao facto do Verão coincidir com a época turística, têm-se traduzido em atrasos na execução e sobretudo na finalização das obras.

Os anos 2013 e 2014 foram anos particularmente intensos de trabalho com os promotores do Eixo 2. A notificação semestral das situações de incumprimento por parte dos beneficiários tem servido para disciplinar assinaturas de contratos, execução e encerramento de operações. Por outro lado o esclarecimento técnico de questões de contratação pública (ex: Energia) bem como o acompanhamento de perto das situações, tem procurado contribuir para a resolução dos problemas, evitando o prolongamento de questões insolúveis.

Infelizmente, em particular na 2ª metade do ano 2014, o acumular de trabalho no âmbito da preparação do novo período de programação reduziu o tempo disponível para um acompanhamento mais próximo.

Dificuldades administrativas por parte dos beneficiários

As dificuldades administrativas e financeiras que afetam em particular os Organismos da Administração Central correspondentes às regras excecionais introduzidas na sequência do cumprimento dos objetivos orçamentais, que originaram um elevado tempo de espera para desbloqueamento de autorizações prévias e contrapartidas nacionais da parte do Ministério das Finanças, continuaram ao longo do ano 2014 a constituir uma restrição significativa à aplicação da estratégia definida.

Estas dificuldades traduziram-se num elevado número de operações com prazo de conclusão ultrapassado, em pedidos de reprogramação temporal e no conseqüente atraso no encerramento das operações.

As operações de Eficiência Energética que têm como beneficiários as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), são alguns dos exemplos em particular na fase de instrução de candidaturas, tendo a intervenção externa de empresas de consultoria, originado algum distanciamento entre o beneficiário e a conceção do projeto, e dificultando a existência de um único interlocutor para a gestão destes projetos.

Nalguns casos estas situações não se encontram totalmente resolvidas. A Autoridade de Gestão solicitou a colaboração da ADC nalgumas das questões relacionadas com a contratação pública.

Dificuldades financeiras por parte dos beneficiários, decorrentes da situação financeira global, das baixas taxas de comparticipação e do aumento do tempo médio de pagamento por parte do Ex-IFDR (ADC)

Durante o ano 2012 foram implementados 2 exercícios de aumento de taxas de comparticipação (julho e outubro) que permitiram incrementar em média 15 pontos percentuais nas taxas praticadas, reduzindo assim as contrapartidas nacionais dos beneficiários públicos. Foi reduzido o prazo médio de análise de pedidos de pagamento por parte da estrutura técnica do PO para compensar o acréscimo dos prazos de pagamento.

No final de 2012, foi iniciado o processo de pagamento de adiantamentos *Top Up* aos beneficiários públicos (pagamento com taxa de comparticipação de 95%, sem alteração da dotação aprovada). Até final de 2014 foram pagos no Eixo 2 perto de 1,4 milhões de euros nesta modalidade.

Ao longo dos últimos anos foi possível reduzir significativamente os prazos de análise de pedidos de pagamento (por parte da AG) que reduziram em média de 18 dias em 2012 para 12 dias em 2013 e 11 dias em 2014.

Relativamente aos prazos de pagamento (ADC) que em 2013 tinham reduzido no Eixo 2 de 25 dias para 10 dias, ao longo do ano 2014 voltaram a aumentar para 20 dias, influenciados pela paragem de pagamentos *top-up* durante uma parte do 1º semestre do ano⁷³. Esta situação foi regularizada, a partir de julho de 2014.

O Eixo 2 apresenta a taxa de contratação mais baixa do Programa (Contratações/Aprovações)

Excluindo situações conjunturais em que os concursos são decididos no final do ano e não permitem até final do ano a concretização dos passos seguintes, verifica-se que o tempo médio para assinatura de contrato é especialmente mais longo neste Eixo, por via de um número superior de condicionantes de aprovação e da morosidade da respetiva resolução.

Esta questão decorre da submissão de candidaturas numa fase de maturidade inferior ao que se verifica noutros Eixos mas sobretudo em QCA anteriores, devido à maior incerteza e exigência das regras financeiras que não permite a tomada de decisões definitivas de execução e de lançamento de procedimentos concursais antes da decisão de aprovação.

Para resolver esta situação a Autoridade de Gestão montou um sistema de monitorização e de acompanhamento destas situações, com vista a agilizar procedimentos e a pressionar os beneficiários à resolução das questões que lhes dizem respeito. Em 2013 dado à fase final em que o Programa se encontrava a adotou-se o sistema de abertura de concursos em contínuo. Neste sentido no final do ano e 1º trimestre de 2014 foram aprovadas operações que em conjunto com o Eixo 3 permitiam atingir o “overbooking” máximo autorizado pela tutela. O atraso na aprovação da “Reprogramação Interna” do Programa (ver ponto 2.7.1) e agilização dos procedimentos de “overbooking” para beneficiários públicos que apenas foi concretizada através da Deliberação da CIC de fevereiro de 2015 atrasou algumas contratações neste Eixo, comprometendo os prazos de execução.

Como **boa prática**, destacamos os procedimentos adotados no Eixo 2 pela Autoridade de Gestão para garantir o cumprimento das questões ambientais.

Na apreciação técnica das candidaturas são aplicadas ponderações mais limitativas de cariz ambiental nos critérios de seleção das candidaturas e solicitados pareceres/licenciamentos obrigatórios de acordo com a tipologia da operação, nomeadamente:

- Pareceres das Direções de Serviços de Ambiente e Ordenamento da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (nos casos aplicáveis);
- Pareceres da Administração da Região Hidrográfica do Algarve no caso das intervenções no domínio hídrico e marítimo;
- Pareceres do ICNB no caso de intervenções em áreas protegidas.

⁷³ Este aumento ficou a dever-se ao atraso de pagamento Top-up, enquanto se aguardou o esclarecimento aos serviços da Comissão Europeia.

Para além dos pareceres e para reforçar o cumprimento da legislação comunitária e nacional em matéria do ambiente, quando aplicável, estas Entidades validam o preenchimento inicial da “*check list*” ambiental, que permite monitorizar todas as verificações necessárias na fase de apreciação, acompanhamento e encerramento das candidaturas.

No âmbito da tipologia “**Ações de Valorização do Litoral**”, destaca-se como boa prática o projeto “Requalificação da Frente de Mar de Armação de Pêra”, dado que corresponde a uma intervenção urbanística conjugada com uma componente ambiental (reforço da arribas) em toda a frente urbana em contato com o mar, do concelho de Silves, e permitiu reforçar, valorizar e qualificar Armação de Pêra como centro de animação urbano-turístico. Em 2014 foram aprovadas intervenções complementares a poente e a nascente que podem permitir completar o ordenamento litoral do concelho de Silves, complementando os espaços eminentemente urbanos com zonas verdes “tampão” que acrescentam valor e competitividade às atividades turísticas existentes.

No âmbito da tipologia “**Energia**” destaca-se o estímulo às operações que se orientem para a prossecução dos objetivos de eficiência energética e de redução das emissões de gases de efeito de estufa, através da abertura de diversos concursos para a “**Eficiência Energética de Equipamentos Coletivos**” e “**Iluminação Pública**”.

Estes projectos consideram-se não só um bom exemplo em termos da política de “Energia”, através da aposta nas energias renováveis como constituem uma boa prática no que respeita ao desempenho ambiental.

3.3. Eixo Prioritário 3:

3.3.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

A execução física do Eixo 3, tanto dos indicadores de Eixo Prioritário como dos Indicadores Comuns Comunitários consta da Tabela 3.8.

Acompanhando os níveis crescentes de compromisso e execução, registaram-se progressos significativos nos resultados e na realização física do Eixo, face às metas de 2015, embora nalguns casos o baixo nível de compromisso pode indiciar alguma dificuldade no cumprimento das metas previstas.

Tabela 3.8 – Indicadores do PO (Resultado e Realização) e Comuns Comunitários – Eixo 3

Indicadores de Realização Física		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL	Grau de concretização 2015	
Indicadores Eixo (alinea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)												
Escolas do pré-escolar, EB1 e EB2,3 intervencionadas	Realização Contratada		5	9	17	18	17	17	17		77%	(-)
	Realização Executada		0	4	7	9	11	11	15		68%	
	Metas				15					22		
	Valor de Referência	0										
N.º de Projetos inseridos em estratégias para a competitividade da rede urbana	Realização Contratada		0	2	2	9	9	8	8		67%	(-)
	Realização Executada		0	0	0	0	3	3	4		33%	
	Metas				-					12		
	Valor de Referência	0										
Extensão dos troços rodoviários (novos ou existentes) intervencionados ¹⁾	Realização Contratada			-	36,44	53,6	60,94	91,46	129,12		199%	(++)
	Realização Executada			-	0	0,85	30,78	45,68	69,61		107%	
	Metas				20					65		
	Valor de Referência	0										
Projetos inseridos em estratégias (componentes física, social e económica) de regeneração urbana apoiados	Realização Contratada			3	3	27	31	36	45		136%	(+)
	Realização Executada			0	0	18	22	22	25		76%	
	Metas				-					33		
	Valor de Referência	0										
Projetos de reabilitação urbana apoiados nas áreas de baixa densidade	Realização Contratada			-	-	0	0	2	6		200%	(+)
	Realização Executada			-	-	0	0	0	1		33%	
	Metas									3		
	Valor de Referência	0										
Indicadores de Resultado												
Indicadores Eixo (alinea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)												
Proporção de alunos do pré-escolar e EB1 (rede pública) integrados em regime letivo normal	Realização Contratada		66	67	82,6	84,34	83,62	84,6	84,82		94%	(+)
	Realização Executada			63	67	71	73	73,5	76,45		85%	
	Metas				80					90		
	Valor de Referência	60										
Redução do Tempo de percurso nos troços rodoviários intervencionados ²⁾	Realização Contratada		-	-	-	40,26	53,56	56,15	55,34		221%	(++)
	Realização Executada		-	-	-	0,95	0,72	0,66	68,75		275%	
	Metas				-					25		
	Valor de Referência	100										
% de população urbana abrangida por programas estratégicos de competitividade	Realização Contratada		-	54	60	60	60	60	60		75%	(-)
	Realização Executada		-	0	0	0	0	0	0		0%	
	Metas				40					80		
	Valor de Referência	0										
População residente beneficiada por projectos integrados de regeneração urbana apoiados	Realização Contratada		-	10.185	10185	10.185	12.625	15.175	34.387		229%	(- +)
	Realização Executada		-	0	0	0	0	4.315	4.315		29%	
	Metas				5.000					15.000		
	Valor de Referência	0										
Emprego criado pelos projetos integrados apoiados nas áreas de baixa densidade	Realização Contratada		-	-	-	0	0	0	0		0%	(-)
	Realização Executada		-	-	-	0	0	0	0		0%	
	Metas				60					10		
	Valor de Referência	0										

Áreas Temáticas	Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL	Grau de concretização 2015		
Transportes	13. Nº de projectos ⁽¹⁾	Realização - Contratada	-	-	3	5	10	22	26		130%	(- +)	
		Realização - Executada			1	1	3	6	12		60%		
		Metas								20	a)		
	14. Nº de Km de novas estradas	Realização - Contratada	-	-	0,85	3,85	3,85	5,37	6,08		122%	(- +)	
		Realização - Executada			0	0,85	0,85	0,85	0,85		17%		
		Metas								5			
	16. Nº de Km de estradas reconstruídas ou remodeladas ⁽¹⁾	Realização - Contratada	-	-	35,59	49,76	57,08	86,08	123,04		205%	(++)	
		Realização - Executada			0	0	29,93	44,83	68,76		115%		
		Metas								60			
	19. Nº de Km de ferrovias reconstruídas ou qualificadas	Realização - Contratada	-	n.a	n.a	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
		Realização - Executada				n.a	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	
		Metas									n.d		
	21. Valor (em euros/ano) dos ganhos nos tempos de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de ferrovias (mercadorias e passageiros)	Realização - Contratada	-	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
		Realização - Executada				n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	
		Metas									n.d		
22. Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	Realização - Contratada	-	-	15.935	23.214	23.214	40.248	40.248		40%	(-)		
	Realização - Executada			12.902	12.902	15.935	10.622	10.622		11%			
	Metas								100.000	a)			
Educação	36. Nº de projectos	Realização - Contratada	5	9	17	18	17	17	17		77%	(-)	
		Realização - Executada			7	9	11	11	15		68%		
		Metas								22			
	37. Nº de alunos que beneficiam das intervenções	Realização - Contratada	1.840	2.849	5.583	5.946	5.630	5.630	5.630		80%	(-)	
		Realização - Executada			1.962	2.447	3.236	3.236	3.925		56%		
Metas									7.000				
Saúde	38. Nº de projectos	Realização - Contratada	-	-	-	3	3	3	3		100%	(++)	
		Realização - Executada			0	2	3	3	3		100%		
		Metas								3			
Reabilitação Urbana	39. Nº de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades	Realização - Contratada	-	0	24	27	31	36	45		136%	(+)	
		Realização - Executada			5	18	22	22	25		76%		
		Metas								33			
Competitividade e das Cidades	40. Nº de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização - Contratada	-	0	5	3	3	6	6		60%	(-)	
		Realização - Executada			0	0	0	0	0		0%		
		Metas								10	a)		
Inclusão Social	41. Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	Realização - Contratada	5	9	18	18	17	20	20		80%	(-)	
		Realização - Executada			10	9	11	14	18		72%		
		Metas								25			

Notas:

1) Nestes indicadores estão incluídos dois projetos (ALG-1-0450-FEDER-000001 e ALG-1-0450-FEDER-000002) que transitaram do Eixo 3 para o Eixo 1. Estes projetos contribuem para os seguintes indicadores : Extensão dos troços rodoviários (Aprovação=5,37 km Execução=2,75km); CORE 13 (Aprovação= 2 Execução=1) e CORE 16 (Aprovação=5,37 km Execução=2,75km)

2) (somatório dos tempos de percurso em minutos nos troços após intervenção) / (somatório dos tempos de percurso em minutos nos troços antes da intervenção) x 100

a) As metas dos CORE Indicators já integram os valores das metas nacionais revistas.

Observação: Apenas foram considerados nesta selecção os indicadores que contam exclusivamente com a contribuição deste Eixo.

n.d - não disponível

n.a - não se aplica

(-)	Execução atrasada. Difícilmente atingirá as metas face ao baixo nível de compromisso
(- +)	Execução ligeiramente atrasada, mas com possibilidade de atingir as metas face à recuperação verificada e/ou aos elevados níveis de compromisso
(+)	Execução superior à média. Prevê-se que venha a atingir as metas fixadas.
(++)	Execução igual ou superior a 100%. Metas cumpridas ou ultrapassadas
n.a	Indicador a verificar no pós projeto

Educação

- ❖ 17 escolas intervencionadas até final de 2014.

Grau de concretização: 77% contratadas e 68% executadas (meta 2015)

- ❖ 5630 alunos beneficiam das intervenções

Grau de concretização: 80% previsto e 56% dos alunos já beneficiam neste momento.

- ❖ *84,8% dos alunos integrados em regime letivo normal*

Grau de concretização: 94% nas operações contratadas e 85% nas operações encerradas (meta 2015)

Política de cidades

- ❖ *8 Projetos inseridos em estratégias para a competitividade da rede urbana*

Grau de concretização: 67% previsto e 25% já realizado (meta 2015)

- ❖ *60% da população urbana abrangida por programas estratégicos de competitividade urbana*

Grau de concretização: 75% previsto (a verificar com a conclusão dos Planos (meta 2015)

- ❖ *34.387 residentes beneficiados por projetos de regeneração urbana apoiados*

Grau de concretização: 229% (meta 2015)

- ❖ *45 projetos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atratividade das cidades*

Grau de concretização: 136% nas operações contratadas e 76% nas executadas (meta 2015)

Transportes

- ❖ *129 Km de troços novos ou existentes*

Grau de concretização: 199% contratados e 107% executados (meta 2015)

- ❖ *Redução de 55% do tempo de percurso nos troços rodoviários intervencionados*

Grau de concretização: 221% nas operações contratadas e 275% nas operações encerradas (meta 2015)

Inclusão Social

- ❖ *20 projetos dirigidos aos jovens que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social*

Grau de concretização: 80% contratados e 72% executados (meta 2015)

Baixa Densidade

- ❖ *6 projetos de reabilitação urbana nas áreas de baixa densidade*

Grau de concretização: 200% e 33% executados (meta 2015)

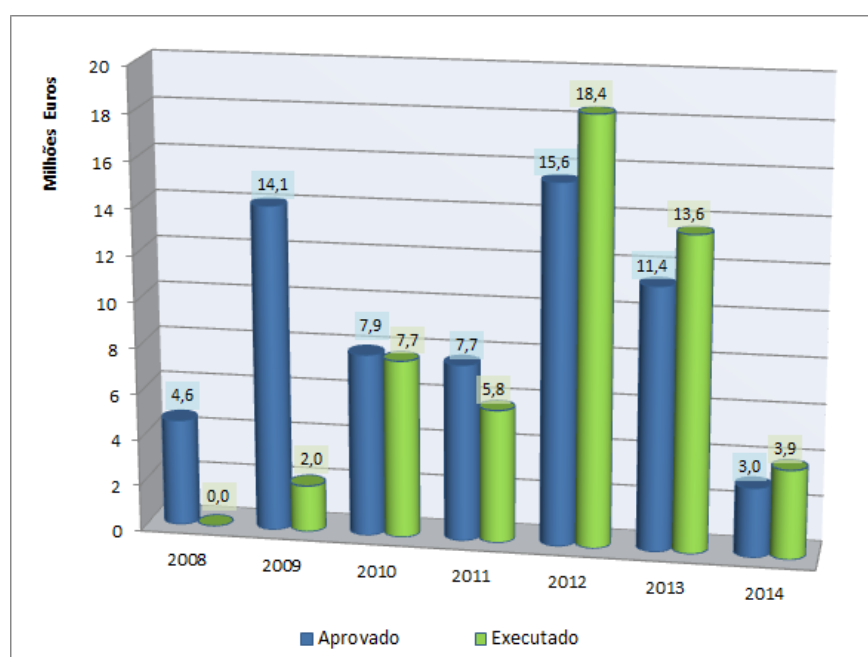
De referir as quantificações diminuta/nula nos 2 indicadores referentes às Áreas de Baixa Densidade, devido essencialmente ao facto das iniciativas nas Áreas de Baixa Densidade estarem mais vocacionadas para os apoios do PRODER (FEADER) e às limitações definidas no Regulamento Específico da Reabilitação urbana que estabelece um limite de 2% para intervenções neste tipo de territórios (muito limitado no caso do Algarve face à dimensão dos Territórios de Baixa Densidade – 2/3 da região).

3.3.2. Análise qualitativa

O Eixo 3 viu a sua dotação reduzida em 5 milhões de euros na Reprogramação aprovada em dezembro de 2012 e representa 32% do total da programação do PO Algarve 21.

Até ao final de 2014, tinha sido colocado a concurso no Eixo 3 um montante FEDER de 80,1 milhões de Euros em concursos encerrados, nos quais foram admitidas 97 candidaturas, com um custo total previsto de 187,6 milhões de Euros (*Anexo XII*).

Gráfico 3.13 – Eixo 3 – Aprovações e Execução



Até 31/12/2014, tinham sido abertos no Eixo 3, 24 concursos, nos quais foram apresentadas 132 candidaturas e aprovadas 89⁷⁴, com um montante de investimento total de 179 milhões de Euros⁷⁵ (investimento elegível 113,7 milhões de euros) e uma comparticipação FEDER de 67,3 milhões de Euros¹⁸. A taxa de aprovação relativamente às candidaturas admitidas, atingia, no final do ano, 92%, a taxa de contratação os 94% (*Anexo XII*) e a taxa de compromisso situava-se em 115%⁷⁶ (*Anexo III*). O tempo médio de decisão neste Eixo foi de 70 dias em 2014.

Da observação do *Gráfico 3.13*, e visível, durante o ano 2014, um decréscimo nas aprovações, devido à necessidade de manter o “overbooking” do Eixo dentro dos limites autorizados superiormente.

Os montantes aprovados em finais de 2014, ascendiam no Eixo 3 a 104,8 milhões de euros de investimento elegível ao qual correspondia 64,3 milhões de euros FEDER dos 56 programados. O montante Feder das

⁷⁴ Inclui apenas os Planos de Ação e Programas Estratégicos que vão a concurso. Não inclui as respetivas operações.

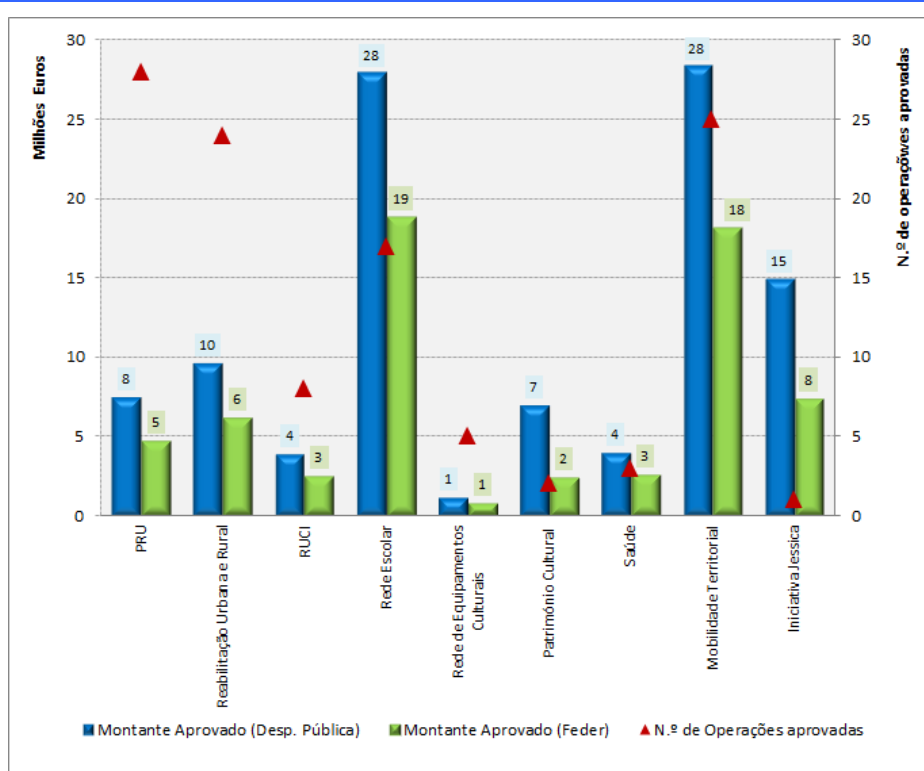
⁷⁵ Inclui o valor aprovado na totalidade dos Planos de Ação aprovados (ótica dos concursos).

⁷⁶ Inclui apenas o valor das operações aprovadas no âmbito dos Planos de Ação.

operações aprovadas correspondia na realidade a aprovações nalguns casos com condicionantes não resolvidas, ou que não dispunham de dotação para serem contratadas. Efetivamente o montante Feder contratado no Eixo correspondia a 63,1 milhões de euros Feder ou seja 112,7% da dotação programada para o Eixo. No final do ano a taxa conjunta para o Eixo 2 e 3 ascendia a 106,9%, ou seja um “overbooking” de 7%, inferior ao autorizado superiormente⁷⁷.

A tipologia com maior volume de investimento aprovado é a “Rede Escolar” seguida da “Mobilidade Territorial”, tipologias onde se concentram as operações com maior dimensão financeira. O maior número de candidaturas aprovadas regista-se no entanto na “Reabilitação Urbana”, ao todo 52 operações.

Gráfico 3.14 – Eixo 3 – Taxa de aprovação por tipologia de operação

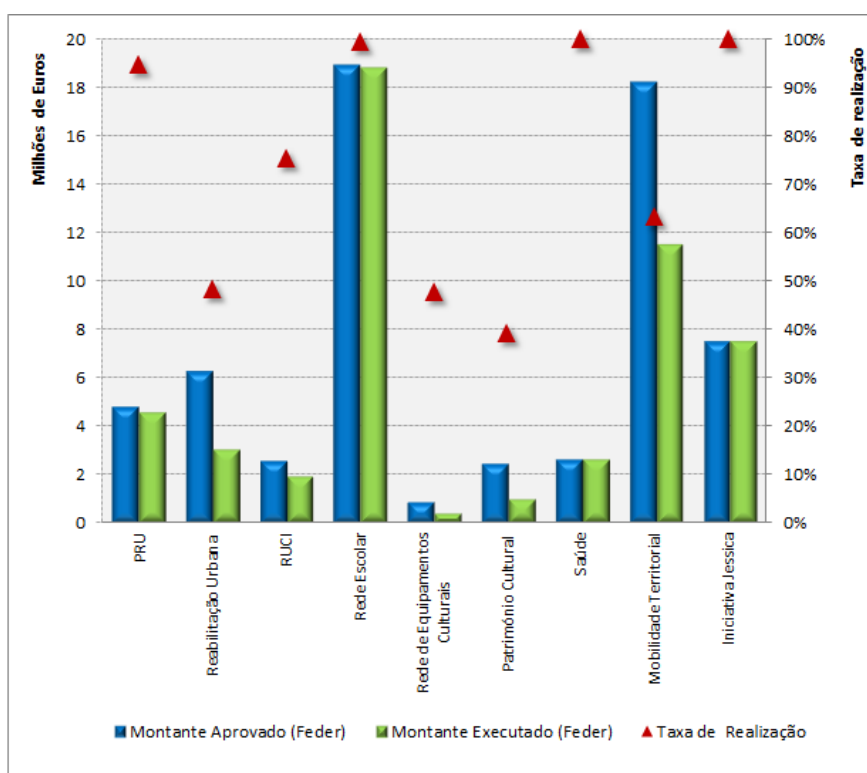


A execução em 31/12/2014 atingia os 78,8 milhões de Euros de despesa pública e um FEDER de 51,4 milhões de euros correspondente a uma taxa de execução de aproximadamente 92% e de realização de 80%, as mais elevadas do Programa. A estes valores está ainda associado um valor pago aos beneficiários de 52 milhões de euros FEDER (Anexo III).

O Eixo 3 registou em 2014 uma execução de 3,9 milhões de euros Feder sendo visível no Gráfico 3.13 um decréscimo absoluto de execução FEDER relativamente à execução verificada em 2012 e 2013, essencialmente devido ao empolamento verificado naqueles anos provocado pelos aumentos de taxa de comparticipação. A seguir ao Eixo 1, foi o Eixo com maior volume de despesa validada em 2014.

⁷⁷ A Deliberação da CMC de 28/06/2013 sobre “Aprovação de Operações acima dos limites de programação” em vigor no ano 2014 permitia no seu ponto 3 b) a possibilidade de utilizar um limite de “overbooking” conjunto para os 2 eixos (2 e 3) que no caso do Algarve estava limitado a 10%.

Gráfico 3.15 – Eixo 3 – Taxa de realização por tipologia de operação



Conforme já referido, a tipologia de operação que apresenta um maior montante aprovado e executado é a “Rede escolar”, seguida da “Mobilidade Territorial” embora se destaquem também a “Regeneração urbana”, e a “Saúde” e “Parcerias para a Regeneração Urbana” no que respeita à taxa de realização.

Tabela 3.9 – Eixo 3 – Projetos concluídos e em conclusão

Projetos / EP /PO	N.º Proj.	Aprovado		Executado	
		Custo Total Elegível	Fundo	Custo Total Elegível	Fundo
Eixo Prioritário 3	61	42.316.154,49	27.618.316,35	41.244.113,14	27.571.489,41
Encerrados com saldo pago	46	27.946.901,67	18.313.473,71	27.900.111,89	18.283.060,35
Concluídos com relatório final (AG)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Concluídos física e financeiramente (a aguardar relatório final)	15	14.369.252,82	9.304.842,64	13.344.001,25	9.288.429,06
Concluídos fisicamente	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Das 113 operações aprovadas no Eixo 3, a 31/12/2014, encontravam-se concluídas cerca de 55% (62 operações) e totalmente encerradas com saldo pago 46 operações destas 62. As restantes 16 encontravam-se uma concluída fisicamente e 15 concluídas física e financeiramente.

As operações apoiadas neste Eixo, dão igualmente um forte contributo para a igualdade de oportunidades de género e para o apoio à vida familiar (crianças e idosos) conforme já foi explicado no ponto 2.2.

Tabela 3.10 – Eixo 3 – Aprovações, execução e pagamentos por tipologia de operação

Área de Intervenção / Tipologia de Operação	Nº e Operações aprovadas	Aprovações (AP)	Execução (EX)	Pagamentos (PG)	Indicadores financeiros	
					Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de reembolso (PG/EX)
Parcerias para a Regeneração Urbana	52	11.117.160	7.614.433	7.523.732	68,49%	98,81%
Parcerias para a Regeneração Urbana (a)	28	4.835.352	4.583.502	4.567.641	94,79%	99,65%
Reabilitação Urbana e Rural	24	6.281.808	3.030.931	2.956.092	48,25%	97,53%
Competitividade da Rede Urbana Regional	8	2.568.708	1.936.856	2.003.666	75,40%	103,45%
Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação (a)	8	2.568.708	1.936.856	2.003.666	75,40%	103,45%
Equipamentos Coletivos/ Estruturantes	27	24.898.323	22.852.158	22.272.856	91,78%	97,47%
Rede Escolar	17	18.939.816	18.836.045	18.242.620	99,45%	96,85%
Rede de Equipamentos Culturais	5	846.525	402.847	414.268	47,59%	102,84%
Valorização e Animação do Património Cultural	2	2.469.083	970.368	1.069.179	39,30%	110,18%
Saúde	3	2.642.899	2.642.899	2.546.789	100,00%	96,36%
Acessibilidades e mobilidade para reforço do sistema urbano	25	18.207.578	11.538.395	12.282.223	63,37%	106,45%
Mobilidade Territorial	25	18.207.578	11.538.395	12.282.223	63,37%	106,45%
Iniciativa Jessica	1	7.500.000	7.500.000	7.500.000	100,00%	100,00%
Parcerias para a Regeneração Urbana	1	7.500.000	7.500.000	7.500.000	100,00%	100,00%
EP3 - Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano	113	64.291.769	51.441.841	51.582.477	80,01%	100,27%

(a) As aprovações contemplam apenas as operações aprovadas incluídas nos Planos de Ação/ Planos Estratégicos e não o valor dos Planos aprovados.

Os valores apresentados no quadro acima têm por base o anexo III (aprovações líquidas) de anuladas e rescindidas e serve de suporte à análise seguinte.

Área de Intervenção: *Parcerias para a Regeneração Urbana*

As Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU), caracterizam-se por requererem uma delimitação coerente da área de intervenção, incluírem vários parceiros e intervenções materiais e imateriais com perspetivas de articulação e de trabalho conjunto a prazo.

Os três Programas de Ação aprovados no âmbito PO Algarve 21, tinham previsto como área de intervenção dois centros históricos e uma zona ribeirinha.

Os Programas de Ação aprovados previam inicialmente a apresentação de 36 operações com um montante FEDER comprometido de 4 milhões de Euros FEDER para um investimento elegível de 6,7 milhões e um investimento total previsto de 26 milhões de Euros. Esta desproporção entre o investimento total e o FEDER atribuído deve-se mais uma vez às limitações de dotação financeira regional.

A 31/12/2014 encontravam-se aprovadas 28 operações que atingem um investimento total de 7,5 milhões de Euros e uma participação FEDER de 4,8 milhões de Euros (*Anexo III*). Embora o montante de investimento total tenha ficado muito aquém do previsto estas políticas não deixaram de representar um importante efeito de alavancagem para as zonas em causa.

O montante que excede o valor FEDER inicialmente aprovado para os Programas de Ação diz respeito essencialmente ao acréscimo de taxa de participação aprovado. Apenas o PRU Loulé verificou um

acréscimo absoluto do custo total das operações devido à reprogramação da operação “Requalificação do Parque Municipal de Loulé”.

As aprovações englobavam 15 operações imateriais com um valor FEDER de 600 mil Euros e 13 materiais que atingem 4,2 milhões de Euros.

A maioria das ações materiais centra-se na reabilitação de património e na recuperação e valorização de edifícios com o objetivo de criar condições de desenvolvimento de atividades culturais e de atração turística. As ações imateriais prevêm em geral a divulgação e dinamização do comércio local e das áreas abrangidas pelos Programas de Ação.

Tipologia – Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana / Reabilitação Urbana

Resultados: 34.387 residentes beneficiados por projetos de regeneração urbana apoiados, 11 parceiros envolvidos e uma área total de 226 mil m2 intervencionada



Projeto – Reabilitação Troço Muralha - Rua dos Pelames - Tavira

Promotor – Município de Tavira

Reabilitação de um troço de muralha da Rua dos Pelames, em Tavira.



Projeto – Reabilitação Urbana da Cidade de Lagos - Fase III

Promotor – Futurlagos (líder) e Município de Lagos

Fase 3 da Reabilitação Urbana da Cidade de Lagos prevê ações de recuperação com carácter urgente em 5 dos equipamentos culturais integrados na ARU: edifício do Centro Cultural de Lagos, Museu Dr. José Formosinho, troço de muralha adjacente ao quintal da Casa Fogaça, **edifício do Clube Artístico Lacobrigense** e Igreja de Santo António.

Até final de 2014, registava-se uma execução de 7,2 milhões de Euros de despesa pública e uma comparticipação de 4,6 milhões de Euros, atingindo-se uma *taxa de realização* de aproximadamente 95% e uma *taxa de reembolso* de 99,8% (*Anexo III*).

No final do ano encontravam-se encerradas 23 operações das 28 operações aprovadas. As 5 operações em curso foram no geral alvo de reprogramações com introdução de novas componentes.

A partir de meados de 2011 entrou em vigor um novo Regulamento Específico que veio substituir o inicial “Parcerias para a Regeneração Urbana”, e que se encontra atualmente em funcionamento com a designação de “Reabilitação Urbana”.

Em Outubro de 2013, foi aberto um concurso em contínuo com uma dotação FEDER de 1,8 milhões de Euros, que encerrou em Dezembro. Face ao encerramento tardio do Aviso, o processo de decisão ocorreu

em 2014. Foram analisadas as 16 candidaturas submetidas com um custo total de 3,3 milhões de Euros, 15 das quais cumpriram as condições mínimas de admissibilidade (taxa de admissibilidade de 94%). Após análise do mérito foram aprovadas as 15 operações com um montante total elegível de 3 milhões de Euros e um co-financiamento de 1,9 milhões de Euros. Relacionando o número de candidaturas aprovadas com as admitidas, obtém-se uma taxa de aprovação líquida de 100%. Foram assinados 14 contratos, o que representava uma taxa de contratação de 93%.

No final do ano encontravam-se aprovadas 24 operações com um custo total elegível de 9,6 milhões de Euros e uma comparticipação FEDER de 6,2 milhões de euros.

Esta tipologia registava no final de 2014, uma execução de 4,7 milhões de Euros de despesa pública e uma comparticipação de 3 milhões de Euros FEDER, atingindo-se uma *taxa de realização* de 48,3% (Anexo III).

Se analisarmos a totalidade desta área de intervenção “12 – Parcerias para a Regeneração Urbana” esta taxa de realização sobe para 68,5%.

No final do ano encontravam-se concluídos, na área da “Reabilitação Urbana”, cerca de 27 projetos dos 52 apoiados. Cerca de 18 operações estavam ainda em curso, das quais 13 integradas no Regulamento Específico em vigor, aprovadas em concursos mais recentes.

Área de Intervenção: Competitividade da Rede Urbana Regional

No âmbito da tipologia **Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (RUCI)** foram aprovados pela Comissão Diretiva do PO Algarve, 3 Programas Estratégicos com um investimento, relativo aos beneficiários do Algarve, de 11,2 milhões de Euros e uma comparticipação FEDER de 5 milhões de Euros.

Estas aprovações incluíam 2 Programas Estratégicos interregionais em que a Região “leader” era o Alentejo. Uma relativa a “Redes ambientais ligadas à eficiência energética” em que participava o Município de Silves, que não chegou a submeter as candidaturas em causa e outra que dizia respeito a uma “Rede de Marinas e Portos de recreio”, onde eram parceiros no Algarve os Municípios de Albufeira, Lagoa, Lagos, Portimão e VRSA para além de outros diversos parceiros nas regiões do Alentejo, Lisboa e Centro. O Protocolo deste último RUCI e apesar do empenhamento dos Municípios do Algarve e da Comissão Diretiva do PO Algarve não chegou a ser assinado face à ausência de decisão de algumas das Comissões Diretivas dos restantes PO regionais envolvidos, em particular do “leader”.

Após a aprovação pela Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais do Continente do Regulamento Específico “**Reabilitação Urbana**”, que veio igualmente substituir o Regulamento específico “Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação”, concluiu-se não ser possível manter a fase transitória de análise e aprovação das operações enquadradas nos regulamentos revogados, pelo que em 2013 foram descomprometidos os 2 Programas Estratégicos interregionais e comunicado aos responsáveis pelos Programas Estratégicos no Algarve a possibilidade de

submeterem as respetivas operações individuais em caso de interesse, no âmbito de próximos concursos ao abrigo do novo Regulamento “Reabilitação Urbana”.

O Programa Estratégico “Algarve Central”, constituído apenas por parceiros regionais, privilegiou projetos orientados para o aproveitamento de sinergias de investimento na relação material/imaterial, para o estímulo de atuações de carácter intermunicipal e para a valorização de parcerias técnicas de gestão e execução entre os 6 Municípios que constituíram a parceria (Faro, Loulé, Olhão, Tavira, S. Brás de Alportel e Albufeira).

Tipologia – Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação

Resultados: 1 Programa Estratégico de desenvolvimento urbano para a competitividade e inovação, com 8 parceiros (beneficiários) envolvidos, abrangendo 60% da população urbana regional



Projeto – Formação e Criação Artística em Rede

Promotor – DEVIR, Associação de Actividades Culturais

Desenvolvimento de um programa cultural que contempla um conjunto de ações diversificadas no âmbito das artes do espetáculo - workshops, espetáculos, residências de criação / ensaios abertos e "encontros da DEVIR" - a ser realizado no território da parceria “Algarve Central”.

As componentes de investimento ligadas à gestão/animação de equipamentos culturais, ao marketing turístico, à eficiência energética e à simplificação e harmonização administrativa para os cidadãos e as empresas representavam um investimento total de 4 milhões de Euros, com um investimento elegível de 3,9 milhões de euros e uma comparticipação FEDER de 2,5 milhões de euros distribuídos por 8 operações (Anexo III).

Em 2014 e apesar das dificuldades financeiras sentidas pelos Municípios a execução deste Programa, atingiu os 3,0 milhões de euros de custo elegível e 1,9 milhões de euros FEDER.

A taxa de realização ascendia no final de 2013 a 75% e a taxa de reembolso a 103,8% (Anexo III).

No final do ano encontravam-se 2 operações encerradas e 2 concluídas física e financeiramente. As restantes 4 operações que se encontravam à data ainda em curso estavam em processo de encerramento.

Área de Intervenção: “Equipamentos Coletivos / Estruturantes”⁷⁸

Enquadrado pelo Contrato de Delegação de Competências celebrado em maio 2009 entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Algarve e a Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), e revisto em novembro de 2011, deu-se continuidade à execução do Plano de Ação da Rede Escolar mantendo um concurso em contínuo na tipologia “**Requalificação da Rede Escolar**” com uma dotação FEDER de 4,9 milhões de Euros.

Face ao atraso na submissão das operações previstas na contratualização que, para além de outros critérios técnicos definidos, tinham sido selecionadas em função da sua prioridade e exequibilidade a curto/médio prazo, no pressuposto de constituírem um forte contributo para a rápida execução do Programa, foi aprovada uma Orientação de Gestão (OG) estabelecendo um prazo para a submissão das candidaturas (31/10/2011), data a partir da qual seriam aprovadas as escolas previstas em “overbooking” na contratualização e atualizados os custos de referência para as operações já aprovadas. Até final de 2011 deu-se cumprimento ao aprovado na OG com a aprovação de uma escola em “overbooking” e atualização dos custos de referência para as restantes operações.

Em 2012 com o intuito de acelerar a execução do Programa, os princípios desta OG foram estendidos às restantes áreas da contratualização. Nesse mesmo ano, na sequência da Reprogramação do PO foi efetuado um aumento de taxa de comparticipação que abrangeu igualmente as operações incluídas nas tipologias contratualizadas.

Em 2013 e na sequência da aprovação pela CMC das regras de gestão do “overbooking” em 28 de junho de 2013, foi assinada uma Adenda ao Contrato Programa que prevê o reforço do montante FEDER atribuído à contratualização para 27,5 milhões de euros essencialmente com o objetivo de dar cobertura a aumentos de taxa já efetuados ou a efetuar considerados relevantes na fase final do Programa, como apoio ao cumprimento dos objetivos do PO e em particular das metas N+2.

Nesta sequência durante o ano de 2013 procedeu-se ao aumento de taxas propostas pelos municípios por conta de desistências assumidas nas respetivas prioridades e sem ultrapassar o montante global previsto no Plano de Ação. Foram contempladas nestes critérios 3 operações em Tavira, Olhão e Portimão.

A 31/12/2014 encontravam-se aprovados no âmbito da “Rede Escolar” 17 projetos com um montante total de investimento de 53,5 milhões de Euros com um investimento elegível de 28 milhões de Euros e uma comparticipação FEDER de 18,9 milhões de euros (*Anexo III*).

A execução financeira desta tipologia de operação registava, no final do ano, uma despesa pública de 27,8 milhões de Euros, a que corresponde uma comparticipação FEDER de 18,8 milhões de Euros e uma *taxa de realização* de 99,5% (*Anexo III*).

⁷⁸ Corresponde a uma autonomização de um conjunto de Regulamentos Específicos, cujas tipologias aquando da feitura do PO se encontravam integradas na Política de Cidades.

No final do ano, comparando o valor da comparticipação comunitária paga aos promotores (18,3 milhões de euros) com a execução FEDER (18,8 milhões de euros), a taxa de reembolso ascendia a 97,2% (Anexo III).

Tipologia – Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar

Resultados : 17 centros escolares aprovados com 5 630 alunos abrangidos, dos quais 3 236 alunos estão já a usufruir dos investimentos efetuados. 84,6% dos alunos integrados em regime letivo normal.



Projeto – Centro Escolar da Lejana - Faro
Promotor – Município de Faro

Construção de raiz da Escola EB1 da Lejana em Faro, com 15 salas de aula , 12 para o 1.º ciclo (300 alunos) e 3 para o pré-escolar (75 alunos), contribuindo para a eliminação dos regimes duplos.



Projeto – Ampliação da EB1/JI de Moncarapacho
Promotor – Município de Olhão

Ampliação e requalificação da EB1 de Moncarapacho com a construção de 6 salas de aula, 4 para o 1º ciclo e 2 para o pré-escolar.

Estas intervenções na tipologia “Requalificação da rede escolar”, permitiram ainda que “5630 alunos fossem beneficiados” pela intervenção nas 17 escolas contratadas, atingindo-se um grau de concretização de 80% face à meta prevista para 2015. Por sua vez estas intervenções apontam já para que 85% dos alunos se encontrem integrados em regime letivo normal – 1 turma/1 sala (94% da meta prevista para 2015) o que representa sem dúvida um forte contributo para a melhoria das condições de aprendizagem e para as condições da vida familiar.

No final de 2014, encontravam-se encerradas 9 operações de “Rede Escolar”, 5 concluídas física e financeiramente e 3 em curso em fase final de encerramento.

No âmbito da tipologia “Rede de Equipamentos Culturais – Teatros e Cineteatros” decorreu entre outubro e Dezembro 2013, um concurso em contínuo com uma dotação FEDER de 200 mil euros no âmbito do qual foram submetidas 2 candidaturas com um custo total de 460 mil Euros. As operações foram admitidas, aprovadas e contratadas com um investimento elegível de 329 mil Euros e uma comparticipação FEDER de 279 mil Euros.

Em 31/12/2014, encontravam-se aprovados nesta tipologia 5 projetos que atingiam o montante de 1,2 milhões de euros de investimento elegível e uma comparticipação FEDER de cerca 846,5 mil euros. Trata-se de 3 operações com parcerias que incluem mais do que um Município e tem como objetivo a animação cultural dos equipamentos já apoiados com fundos comunitários e 2 operações com o objetivo de melhorar as condições dos espaços e prepará-los para mais valências.

No final de 2014, a execução ascendia a 671 mil euros de despesa pública a que corresponde uma comparticipação comunitária de 402,8 mil euros. A *taxa de realização* em 31/12/2014 era de 47,6% (*Anexo III*).

No final de 2014, encontrava-se encerrada 1 operação, concluída física e financeiramente uma outra e 2 estavam ainda por iniciar uma vez que os contratos apenas foram assinados no final do ano.

Relativamente à tipologia “**Valorização e Animação do Património Cultural**”, encontram-se aprovadas 2 operações no âmbito do “Promontório de Sagres”, um projeto estruturante regional com um apoio Feder de de 2,5 milhões de Euros.

A execução financeira, registava, no final do ano, uma despesa pública de 2,4 milhões de euros, a que corresponde uma comparticipação FEDER de 970,3 mil euros e uma *taxa de realização* de 39,3% (*Anexo III*). Os pagamentos FEDER efetuados ascendem a 1 milhão de euros.

Tipologia – Valorização e Animação do Património Cultural

Resultados: 1 Monumento Nacional apoiado com 2 operações aprovadas



Projeto – **Promontório de Sagres - Requalificação e Valorização**

Promotor – **Direção Regional de Cultura do Algarve**

Operação integrada no Promontório de Sagres, requalificando e valorizando este equipamento cultural de carácter estruturante para a Região do Algarve

Sendo o monumento regional mais visitado do Algarve, dispondo de condições para suporte de um desenvolvimento económico e turístico sustentável e constituindo um elemento estruturante na qualificação e diversificação da oferta turística regional, a Autoridade de Gestão efetuou um convite público à Direção Regional de Cultura, entidade responsável pelo monumento, para a apresentação da candidatura para a realização de um Centro Expositivo Multimédia para valorizar a oferta cultural deste monumento. O valor Feder aprovado ascende a 1,3 milhões de euros.

No âmbito da tipologia “**Saúde**” a 31/12/2014 encontravam-se concluídas as 3 operações aprovadas com um investimento total de 4 milhões de euros e uma comparticipação FEDER de 2,7 milhões de euros. Neste momento duas operações encontram-se encerradas e uma concluída física e financeiramente, apresentando esta tipologia a maior taxa de realização (100%).

De salientar que os projetos aprovados abrangem 39 unidades de saúde (9 Unidades de Saúde Familiar, 19 Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados e 11 Unidades de Cuidados na Comunidade), que asseguram uma cobertura de cuidados de saúde em toda a Região (451.005 utentes).

Área de Intervenção: Acessibilidade e Mobilidade para Reforço do Sistema Urbano

Relativamente à tipologia “**Mobilidade Territorial**”, encontravam-se aprovados em 31/12/2014, 25 operações com um investimento elegível de 28,3 milhões de Euros e um co-financiamento de 18,2 milhões de Euros (*Anexo III*).

A execução financeira registava, no final do ano, representava uma despesa pública de 18 milhões de Euros, a que corresponde uma comparticipação FEDER de 11,5 milhões de Euros e uma *taxa de realização* de 63,4%. Os pagamentos FEDER efetuados ascendiam a 12,5 milhões de euros atingindo uma taxa de reembolso de 108%.

No final de 2013 ocorreu o encerramento de um aviso em contínuo no âmbito da contratualização, com uma dotação FEDER de 1,4 Milhões de Euros, que não registou a submissão de candidaturas.

Ainda no âmbito da tipologia “**Mobilidade Territorial**” (extra-contratualização) em outubro de 2013, foi aberto um concurso em contínuo que encerrou em dezembro com uma dotação FEDER de 1 milhão de euros. Foram submetidas 9 candidaturas com um custo total de 9,6 milhões de euros. Duas operações não foram admitidas, registando-se uma taxa de admissibilidade de 88,8%. Após análise do mérito foram aprovadas 5 operações com um montante total elegível de 6,1 milhões de Euros e um co-financiamento de 4 milhões de Euros. Relacionando o número de candidaturas aprovadas com as admitidas, obtém-se uma taxa de aprovação líquida de 71,4% neste concurso.

Até final do ano foram assinados 4 contratos, o que permitiu obter uma taxa de contratação de 80%.

Tipologia – Mobilidade Territorial

Resultados : 91,46 km de intervenções em troços novos ou existentes, com redução de 56,5% do tempo de percurso



Projeto – Intervenção de Recuperação da Ponte D. Maria II – Lagos

Promotor – M. Lagos e Futurlagos

Recuperação da Ponte D. Maria II, em Lagos. Trata-se de uma ligação que em tempos integrou a EN125 com elementos de origem romana e com benefícios efetuados nos sec. XVII e XIX.

A intervenção prevê uma recuperação da estrutura antiga da ponte, adaptando-lhe uma solução estrutural, alterando o mínimo possível o aspecto estético e histórico da obra. Será privilegiada a circulação pedonal, nomeadamente dois passeios, um de cada lado da faixa de rodagem, o mais amplos possível, funcionando um deles também como ciclovia.

Projeto – EM 507 – Pavimentação da EN 122 a Alcoutim

Promotor – Município de Alcoutim

Repavimentação da EM 507 - Troço da EN 122 a Alcoutim, sendo a continuidade da EN 122.1/EN 124, numa extensão de 9.858,10m.

O segundo concurso em contínuo, destinava-se a “**Mobilidade Territorial – ciclovias**” e decorreu nos mesmos prazos, com uma dotação FEDER de 400 mil euros. Foram submetidas 3 candidaturas com um custo total de 5 milhões de euros, e a respetiva decisão já veio a ocorrer no primeiro trimestre de 2014, uma operação não foi admitida e após análise de mérito foram aprovadas 2 operações com um montante elegível de 449,6 mil euros e um co-financiamento de 292 mil euros. Durante o ano de 2014 foi contratada uma operação.

No âmbito da “Mobilidade Territorial” no final de 2014, das 25 operações aprovadas encontravam-se encerradas 7 operações e 4 operações encontravam-se concluídas física e financeiramente.

Área de Intervenção: *Coesão Territorial nas Áreas de Baixa Densidade/Valorização Económica de Recursos Endógenos*⁷⁹

Esta área de intervenção é operacionalizada através de *programas integrados de ações* que em conformidade com a sua natureza são enquadradas em diferentes tipologias/regulamentos do PO. Foram

⁷⁹ Na reprogramação do PO, aprovada em Dezembro de 2011, as Áreas de Intervenção territoriais, *Coesão Territorial nas Áreas de Baixa Densidade/Valorização Económica de Recursos Endógenos* e *Valorização do Guadiana e do Arade* pela semelhança da sua natureza, foram fundidas para permitir uma melhor integração dos espaços a intervir.

assim criadas *estratégias de eficiência colectiva* de cariz territorial que enquadram as operações públicas e privadas que, por sua vez, são apoiadas através de vários Regulamentos Específicos setoriais.

Esta abordagem foi considerada a mais adequada para a intervenção em territórios com debilidades específicas, deu origem no âmbito desta Área de Intervenção aos PROVERE “Algarve Sustentável” e “Âncoras do Guadiana” no âmbito dos quais já foram aprovadas as seguintes operações:

Designação do Projecto	Concelho	Montantes Aprovados		EEC - PROVERE	Tipologia/Reg. Específico
		Fundo Comunitário	Investimento Elegível		
Operações de iniciativa pública:		1.586.482,90	2.303.866,00		
Valorização dos Açudes de Alcária Cova, Galaxos, Várzea	Alcoutim	282.727,90	434.966,00	PA "Algarve Sustentável"	Acções de valorização e Qualificação Ambiental
Estação de Biodiversidade de Loulé	Loulé	19.500,00	30.000,00	PA "Algarve Sustentável"	Acções de valorização e Qualificação Ambiental
Parque de Merendas e Autocaravanismo do Pereiro	Alcoutim	159.656,00	228.080,00	PA "Algarve Sustentável"	Acções de valorização e Qualificação Ambiental
Pólo Museológico da Água - Equipamento e Conteúdos	Loulé	156.912,00	224.160,00	PA "Algarve Sustentável"	Acções de valorização e Qualificação Ambiental
Via Algarviana 2	Multi concelhos	915.278,00	1.307.540,00	PA "Algarve Sustentável"	Acções de valorização e Qualificação Ambiental
Estação de Biodiversidade de São Brás de Alportel	São Brás de Alportel	13.734,00	19.620,00	PA "Algarve Sustentável"	Acções de valorização e Qualificação Ambiental
Remodelação do Sistema de Comportas e reparação dos Açudes do Parque Municipal do Sítio das Fontes	Lagoa	38.675,00	59.500,00	PA "Algarve Sustentável"	Acções de valorização e Qualificação Ambiental
Operações de iniciativa privada:		246.374,08	379.037,04		
Tertúlia Algarvia - Espaço de Bem-Estar e Lazer com Serviço de Alimentação	Faro	246.374,08	379.037,04	PA "Algarve Sustentável"	SI Inovação - Empreendedorismo
Subtotal Algarve Sustentável		1.832.856,98	2.682.903,04		
Operações de iniciativa pública:		118.108,00	168.725,00		
Cultivo Sustentável de Halófitas na RNSCM/VRSA	Castro Marim e VRSA	118.108,00	168.725,00	PA "Âncoras do Guadiana"	Acções de valorização e Qualificação Ambiental
Operações de iniciativa privada:		376.565,25	502.087,00		
Crescimento Produtivo com Recurso a Qualidade e Internacionalização	Alcoutim	67.190,25	89.587,00	PA "Âncoras do Guadiana"	SI Inovação Produtiva
Reforço do Alojamento e Oferta Turística - Guerreiros do Rio	Alcoutim	309.375,00	412.500,00	PA "Âncoras do Guadiana"	SI Inovação Produtiva
Subtotal Âncoras do Guadiana		494.673,25	670.812,00		
TOTAL GERAL (PROVERE)		2.327.530,23	3.353.715,04		

Área de Intervenção: *Iniciativa JESSICA*⁸⁰

Conforme referido no ponto 2.6.2, no âmbito da implementação da iniciativa JESSICA, em Novembro de 2010 foi lançado um procedimento público, seguido de um processo negocial iniciado em Abril de 2011 para a seleção dos Fundos de Desenvolvimento Urbanos e respetivas entidades gestoras.

A Entidade selecionada para gerir o Fundo de Desenvolvimento Urbano para o Algarve – foi o **Turismo de Portugal**.

Em dezembro de 2011, a Autoridade de Gestão efetuou uma 2ª transferência para a criação do JESSICA HOLDING FUND, no valor de 2,5 milhões de euros, que ficou disponível para o Fundo em Janeiro de 2012

⁸⁰ Ver ponto 2.6.2 para mais informação – conforme norma EX-IFDR (ADC) nº 2/2012.

registando-se uma taxa de realização de 100%. Com esta transferência foram integralmente pagas as verbas FEDER comprometidas pelo PO Algarve 21.

Atendendo ao número de iniciativas em preparação no terreno e respetivos montantes de investimento envolvidos e face à limitação de verbas iniciais alocadas ao JESSICA (total 10 milhões de euros – 5 milhões FEDER e 5 milhões provenientes da Entidade Gestora) a Autoridade de Gestão decidiu em 30/09/2013 reforçar a verba FEDER para apoio da iniciativa em mais 2,5 milhões de euros que seriam acompanhados do mesmo montante pelo Turismo de Portugal.

Em finais de 2014 tinham sido efetuadas as transferências do BEI e do Turismo de Portugal para a conta do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FDU) do Algarve no montante de 3,5 milhões de euros da parte do Turismo de Portugal e de 3,5 milhões de euros do BEI.

Em 31/12/2014 tinham sido aprovadas e contratadas 7 operações Jessica pelo Turismo de Portugal com um montante de investimento total de 22,7 milhões de euros com um total Jessica de 11,7 milhões de euros repartido entre uma tranche Jessica FEDER de 5,85 e uma tranche Turismo de Portugal de igual montante. Até 31/12/2014 tinham sido desembolsados para os destinatários finais um montante FEDER de 2 milhões de euros.

Contratos de Financiamento Assinados até 31 de dezembro de 2014 por Concelho

unid. euro

Concelho	Investimento total	Contratado JESSICA	Contratado FDU	Contratado JESSICA + FDU	Desembolso JESSICA	Desembolso FDU	Nº de projetos
Albufeira	3.508.538	750.000	750.000	1.500.000	675.000	675.000	1
Alvor	7.600.000	1.500.000	1.500.000	3.000.000	450.000	450.000	1
Portimão	5.600.945	1.532.500	1.532.500	3.065.000	469.688	469.688	2
Quarteira	652.254	162.500	162.500	325.000	0	0	1
VRSA	5.315.930	1.913.160	1.913.160	3.826.320	439.344	439.344	2
TOTAL	22.677.667	5.858.160	5.858.160	11.716.320	2.034.032	2.034.032	7

No final de 2014, encontravam-se já aprovadas e a concluir os procedimentos para a assinatura do contrato, 2 operações com um investimento total de 1,4 milhões de euros e em fase de decisão 2 operações com um investimento de 2,4 milhões de euros.

Durante o ano realizaram-se diversas sessões de esclarecimento com os promotores e encontravam-se em análises várias operações submetidas no sistema criado para o efeito pelo Turismo de Portugal.

3.3.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Problemas gerais

As consequências da crise económica e financeira acentuou as dificuldades dos promotores em dispor de capacidade financeira suficiente para pagamento dos compromissos decorrentes das aprovações do PO Algarve 21.

Durante o ano 2013 em particular devido à especial exigência das metas N+2, foi possível reduzir significativamente os prazos de análise dos Pedidos de Pagamento da responsabilidade da AG e da AMAL, bem como os prazos de pagamento da responsabilidade do Ex-IFDR (ADC) que passaram de 24 dias em 2012 para 12 dias em 2013.

No final de 2012, foi iniciado o processo de pagamento de adiantamentos Top Up aos beneficiários públicos (pagamento com taxa de comparticipação de 95%, sem alteração da dotação aprovada). Até final de 2014 foram pagos aos beneficiários do Eixo 3 cerca de 3,6 milhões de euros nesta modalidade.

Foi possível igualmente reduzir os prazos de pagamento de 23 dias em 2012, para 12 dias em 2013 e 15 dias em 2014, apesar das interrupções dos pagamentos top-up, no 1º semestre de 2014, conforme já referido.

Este ligeiro acréscimo deve-se à paragem de pagamentos “top-up” durante o 1º semestre do ano, devido a dúvidas colocadas aos serviços comunitários sobre a interpretação da situação do Eixo. No 2º semestre esta questão foi ultrapassada, foram identificados os pagamentos que se justificavam perante a evolução de cada operação e foi retomado o ritmo normal de pagamento, embora os prazos médios anuais tenham sido naturalmente afetados.

Problemas específicos

- ❖ A **baixa taxa de execução** sentida na 1ª metade do Programa neste Eixo ficou a dever-se, de forma mais específica, ao peso significativo das aprovações dos **Programas de Ação** e dos **Programas Estratégicos**, onde existia um desfasamento temporal entre a aprovação dos Planos e a submissão e posterior execução das operações. Algumas regras demasiado rígidas previstas nos Regulamentos da Política de Cidades dificultavam a gestão operacional dos Planos e das respetivas operações a considerar. Deveria ser permitido à Autoridade de Gestão, avaliar as propostas de evolução/reprogramação dos Planos e após análise e ponderação dos objetivos a cumprir, poder viabilizar a substituição ou ajustamento de operações e flexibilizar prazos. A rigidez imposta pelos Regulamentos atrasou a operacionalização de soluções para os problemas, atrasou a execução e dificultou a obtenção de resultados.

Embora se considerasse útil a figura de Plano/Programa no sentido de enquadrar estrategicamente as parcerias, o Regulamento Específico “Reabilitação Urbana” aprovado em Junho de 2011 veio a abolir o enquadramento em Planos/Programas considerando uma abordagem mais simplificada na sua aplicação, não tendo, no entanto, resolvido alguns dos principais constrangimentos existentes.

Conforme já foi objeto de análise anterior, registou-se um progresso significativo no que respeita à execução deste Eixo logo durante o ano de 2012, por via dos acréscimos de taxa implementados. Ao longo de 2013 e 2014 os efeitos positivos decorrentes da monitorização dos beneficiários, dos pagamentos *Top Up* e do encurtamento de prazos de análise e pagamento já referido anteriormente contribuíram claramente para os bons resultados alcançados em matéria de execução (Taxa de execução do Eixo no final de 2013 de 85% e em 31/12/2014 de 92%).

❖ **Dificuldade de gerir um elevado número de solicitações, aliado à escassez de recursos do Programa.**

No início esta questão colocou-se com especial pertinência no âmbito da contratualização e em particular no âmbito da Mobilidade Territorial. Para facilitar a solução deste problema a Autoridade de Gestão elaborou um documento técnico orientador com o objetivo de indicar prioridades para as intervenções face à estratégia definida para o PO.

Foi proposta pelos Municípios e assinada em Novembro de 2011 uma Adenda ao Contrato de Delegação de Competências com um ajustamento do Plano de Ação face às novas prioridades municipais que permitiu ultrapassar este problema nesta fase inicial.

Em finais de 2013 e início de 2014, perante o esforço de aumento da execução para cumprimento das metas N+2 e a orientação para concluir as aprovações do Programa em 31 de março de 2014, conduziram o Eixo 3 a uma situação de impossibilidade de contratar as operações aprovadas e de impedimento de certificação de despesa por ter atingido os 95% da sua dotação.

Para atenuar esta situação ajudou a possibilidade aberta na Deliberação da CMC de junho/2013 de poder utilizar em conjunto, o “overbooking” do Eixo 2 e 3 com um limite máximo de 10% no caso do Algarve, embora não fosse suficiente.

A situação apenas viria a ser em parte resolvida no final do ano com a aprovação da Reprogramação Interna e a transição das operações enquadradas na “Valorização do Cluster Turismo/Lazer” (conforme explicado no ponto 2.7.1). No entanto as duas restantes medidas complementares, apenas foram autorizadas já em 2015, contribuindo para o atraso no arranque da contratação de algumas operações e colocando algumas preocupações para o cumprimento das metas de encerramento do Programa.

❖ No âmbito do Regulamento “**Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação**”, por exemplo registaram-se atrasos significativos, na assinatura de protocolos nos casos em que as operações integram, entidades beneficiárias de várias Regiões, pelo facto de exigirem a articulação de

procedimentos entre os vários Programas Operacionais. Por outro lado trata-se geralmente de operações com vários beneficiários o que obrigou sempre a um tempo de preparação e montagem da operação (incluindo os procedimentos de contratação) substancialmente superior ao de uma operação individual, uma vez que cada decisão necessita de validação de todos os parceiros (nomeadamente com reuniões para discussão e articulação de posições). Este é um custo do trabalho em parceria que embora possa ser agilizado deve ser aceite na medida em que se acredita ser compensável pelas vantagens do trabalho em rede.

Neste sentido deveria haver nestes casos uma maior tolerância de prazos relativamente a este tipo de operações que implicam vários beneficiários ou seja vários decisores, sobretudo evitando colocar questões operacionais nos avisos de concurso os quais não têm condições de serem ajustados em caso de necessidade após o seu encerramento. Trata-se de matérias de gestão operacional na aplicação dos princípios gerais e orientações das autoridades nacionais.

- ❖ **As condições de elegibilidade do Regulamento “Reabilitação Urbana”**, das quais se dá como exemplo as limitações dos montantes elegíveis para financiamento dos projetos nas áreas de baixa densidade, foram estabelecidas a nível nacional de forma muito restritiva pelo que dificilmente se adaptam às situações estratégicas particulares de cada Região e de procura e níveis de compromisso de cada PO Regional. Deveria ser conferida flexibilidade à Autoridade de Gestão (Comissão Diretiva) para ajustamentos à situação do PO e da Região.

Boas práticas

- Como **boa prática**, destaca-se um projeto no âmbito da “**Programação Cultural em Rede**”, assente numa Rede de Teatros que foram apoiados por fundos comunitários do QREN e do QCA III, com todas as condições para se produzirem espetáculos de grande nível técnico e artístico. A aposta de 5 Municípios (Faro, Olhão, Tavira, Loulé e S. Brás de Alportel) centrou-se no vetor cultura como elemento de desenvolvimento social e material das populações. Considera-se uma boa prática pela grande adesão do público mesmo em tempo de crise, pela participação do público nos espetáculos e pelo efeito de mais valia e aprendizagem obtido através do trabalho cultural em rede desenvolvido com recursos humanos de nível nacional, internacional e locais (profissionais e não profissionais).
- Considera-se igualmente como boa prática em termos de metodologia de trabalho a **realização de operações em parceria** não só na Política de Cidades no âmbito de um modelo nacional criado para o efeito, mas também noutras tipologias onde no caso do Algarve, face à escassez de verbas disponíveis, se trataram os problemas e se definiram as prioridades de forma integrada.

Sob a liderança da AMAL (Prevenção de Riscos, Sama e Economia Digital) ou de “Conselhos executivos” de parceiros (cidades) criados conforme a escala da intervenção, foram montadas as iniciativas como operações em parceria, na generalidade dos casos com o apoio de entidades da administração

regionalmente desconcentrada do setor aplicável consoante os casos. Trata-se de operações que visam a implementação de iniciativas conjuntas intermunicipais (plataformas comuns, conceção e promoção conjunta de iniciativas culturais em rede, processos de aquisições conjuntas, entre outras) como forma de ultrapassar a dimensão municipal das iniciativas, dando-lhes uma escala regional ou sub-regional. Beneficiando da reflexão em conjunto, traduziram-se todos os casos em soluções mais estratégicas, mais integradas e mais sustentáveis no futuro.

4. GRANDES PROJETOS E PROJETOS AMBIENTAIS

4.1. Grandes Projetos

Aquando da apresentação do Programa Operacional à Comissão Europeia, não foi preenchida a lista indicativa de grandes projetos por não se encontrar prevista a ocorrência dos mesmos. Caso se venha a concretizar algum projecto deste tipo, serão cumpridas as disposições legais previstas nomeadamente na Secção 2 do Capítulo II do Reg. (CE) nº 1083/2006 (Artº 39º, 40º e 41º).

4.2. Projetos Ambientais com custo total entre 25 e 50 milhões de euros

Não se encontra prevista a ocorrência de projetos ambientais com custo total entre 25 e 50 milhões de euros, nos termos do previsto no Reg. (EU) nº 539/2010.

5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Inicialmente, pela Decisão de Aprovação do Programa (Decisão CE (2007) 5067 de 10 de Outubro), a dotação da Assistência Técnica (Eixo 4) atribuída ao PO Algarve 21 representava 3,25% no total da dotação do Programa, ou seja, era inferior aos 4% previstos no n.º 1 do artigo 46º do regulamento (CE) n.º 1083/2008 alterado pelo Regulamento (CE) n.º 284/2009.

Tal significava que a disponibilidade FEDER de 5,7 milhões de euros de FEDER a distribuir por 6 beneficiários (Autoridade de Gestão, Comunidade Intermunicipal do Algarve no âmbito da contratualização e os 4 organismos intermédios no âmbito dos Sistemas de Incentivos) era claramente insuficiente para cobrir as despesas com as obrigações regulamentares previstas.

Tendo em conta estas limitações agravadas pelas necessidades de consolidação orçamental, a Autoridade de Gestão, na sua proposta de Reprogramação Técnica do PO, preparada em Maio/Junho de 2011, solicitou um reforço do Eixo 4 por contrapartida do Eixo 1, onde se concentravam as maiores dotações do PO.

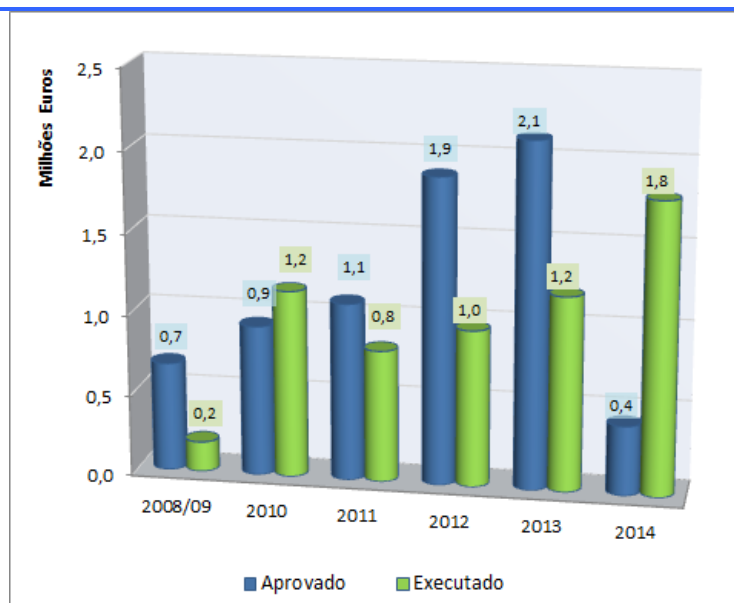
Desta forma, a reprogramação do PO aprovada no final de 2011, integrou já este reforço, passando o Eixo 4 a ter uma dotação FEDER de 6.998.080 €. Para dar continuidade ao esforço de consolidação orçamental em Julho de 2012, inserido no exercício global de reforço de taxas do PO foi aprovado um acréscimo de taxa para a Assistência Técnica do PO para 85% embora apenas com efeitos a partir de 01/01/2012.

Finalmente no final de 2013 e aproveitando o disposto no Capítulo I do Título V do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 de 11 de Julho foi aprovada uma operação com despesas apoiadas a 100%, diretamente relacionadas com as obrigações regulamentares do PO (controlo, avaliação, sistemas de informação e publicidade, estudos e ações de preparação do próximo período de programação e do próximo PO Regional) uma vez que a folga FEDER resultante das quebras de despesa na sequência das restrições orçamentais dos últimos anos assim o permitiu. Esta nova operação resulta essencialmente do facto do PO Algarve 21 se encontrar em fase de encerramento, sendo necessário intensificar um conjunto de ações, que se prendem não só com a conclusão das operações na fase final do PO (visitas finais, monitorização e controlo), como também com a preparação para o próximo período de programação 2014-2020.

Acresce a esta necessidade o facto de se estar num contexto com fortes restrições orçamentais que dificulta a realização destas tarefas obrigatórias e inadiáveis. Tal poderia colocar em causa o encerramento do atual Programa e a preparação do próximo, com graves consequências para a região.

No final de 2014 a *taxa de compromisso* (AP/PR) neste eixo era de 97% com uma *taxa de execução* (EX/PR) de 88%.

Gráfico 5.1 – Eixo 4 – Aprovações e Execução



Tendo em conta o previsto na alínea b) do ponto 8 do aviso de concurso “cada candidatura aprovada poderá ser sucessivamente reprogramada para exercícios seguintes, mediante aprovação da Comissão Diretiva do PO”, todas candidaturas foram reprogramadas para incluir o orçamento de 2015.

Habitualmente, o reforço para o ano seguinte ocorre no final do ano. Contudo, por razões que se prendem com a transição de quadros e pelo facto do orçamento 2014 ainda ter folga financeira no final do ano, desta vez este reforço só veio a ocorrer no início de 2015. Por questões de comparação com os anos anteriores a coluna 2014 do gráfico 5.1 reflete a dotação anual aprovada para utilização em 2015⁸¹ a qual foi calculada por diferença em relação à dotação programada (6.998.080 euros Feder)

Tabela 5.1 – Assistência Técnica – Aprovação e Execução a 31/12/2014

COMPONENTES	APROVAÇÃO		EXECUÇÃO												TOTAL Execução		TAXA DE REALIZAÇÃO (2)/(1)
	INVESTIMENT O ELEGÍVEL	FEDER ASSOCIADO (1)	Despesa	FEDER	Despesa	FEDER	Despesa	FEDER	Despesa	FEDER	Despesa	FEDER	Despesa	FEDER	INVESTIMENT O ELEGÍVEL	FEDER ASSOCIADO (2)	
			2008 e 2009		2010		2011		2012		2013		2014				
DESPESAS COM PESSOAL	5.623.701 €	4.510.579 €	229.060 €	160.342 €	1.125.577 €	787.904 €	857.480 €	600.236 €	785.453 €	667.726 €	942.138 €	800.817 €	1.619.973 €	1.376.977 €	5.559.681 €	4.394.002 €	97%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.701.621 €	2.166.878 €	36.281 €	25.396 €	510.935 €	357.655 €	295.692 €	206.984 €	333.851 €	283.774 €	428.670 €	399.629 €	404.746 €	381.914 €	2.010.175 €	1.655.353 €	76%
DESPESAS DE CAPITAL	94.001 €	75.395 €	117 €	82 €	12.448 €	8.714 €	9.578 €	6.705 €	18.263 €	15.523 €	148 €	125 €	45.940 €	39.049 €	86.494 €	70.198 €	93%
TOTAL DESPESA	8.419.323 €	6.752.852 €	265.457 €	185.820 €	1.648.961 €	1.154.273 €	1.162.750 €	813.925 €	1.137.567 €	967.023 €	1.370.956 €	1.200.572 €	2.070.659 €	1.797.940 €	7.656.349 €	6.119.553 €	91%

Relativamente à execução por grandes componentes, sistematizada na tabela 5.2, verificamos que a maior fatia (72%) corresponde à componente “despesas com pessoal”.

Isto deve-se essencialmente à forte limitação dos orçamentos que por vezes não cobrem outras obrigações das AG e OI, optando estas entidades por não incluir nestas candidaturas algumas despesas que embora regulamentares são suportadas com orçamentos próprios.

Da leitura da tabela é ainda possível constatar que, o valor das aprovações está já muito próximo da dotação do Eixo (96,5%) e que própria taxa de realização a 31/12/2014 ultrapassa os 85% (87,45%).

O valor da taxa de execução é resultado, por um lado, da forte execução que ocorreu em 2014, (ver tabela e gráfico 5.1) e, por outro lado, do facto do valor das aprovações não incluir ainda o reforço para o ano 2015.

Tabela 5.2 – Assistência Técnica – Execução por beneficiário/operação

COMPONENTES	Despesa Executada até 31/12/2014						TOTAL	OBSERVAÇÕES
	CCDR Algarve ALG-04-1873-FEDER-000001 ALG-04-1873-FEDER-000004 ALG-04-1873-FEDER-000009	AMAL ALG-04-1873-FEDER- 000003	AICEP ALG-04-1873-FEDER- 000002 ALG-04-1873-FEDER- 000005	ADI ALG-04-1873-FEDER- 000006	TP ALG-04-1873- FEDER-000007	IAPMEI ALG-04-1873- FEDER-000008		
DESPESAS COM PESSOAL	4.910.764 €	348.677 €	93.832 €	37.337 €	78.719 €	90.350 €	5.559.678 €	Incluiu todos os encargos obrigatórios com pessoal afecto ao PO Algarve 21
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.970.415 €	39.761 €	0 €				2.010.176 €	Incluiu despesas obrigatórias com Estudos de Avaliação do PO, Sistema de Informação, sistema de controlo interno, divulgação e comunicação do PO e despesas gerais de funcionamento do Secretariado Técnico (nomeadamente viaturas e deslocações para verificações físicas das operações e outras)
DESPESAS DE CAPITAL	78.729 €	7.765 €	0 €				86.494 €	Valor residual para renovação de equipamento (informático e administrativo/básico) afeto ao Secretariado Técnico.
TOTAL DESPESA	6.959.909 €	396.202 €	93.832 €	37.337 €	78.719 €	90.350 €	7.656.348	

As realizações físicas e de resultado encontram-se retratadas na tabela seguinte:

⁸¹ Independentemente da data de aprovação.

Tabela 5.3 – Indicadores do PO (realização e resultado) – Eixo 4

Indicadores de Realização Física		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL	Grau de concretização 2015
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)											
Proporção de candidaturas submetidas on-line ao Programa	Realização - Contratada		100	100	100	100	100	100	100		100%
	Realização - Executada		100	100	100	100	100	100	100		100%
	Metas				60					100	
	Valor de Referência	0									
Indicadores de Resultado		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Grau de concretização 2015
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)											
Cumprimento das regras n+3 e n+2 (%)	Realização - Contratada		–	–	n.a	n.a.	n.a	n.a	n.a		n.a.
	Realização - Executada ³		–	–	n.a	49,9	84,4	130 4)	148,7 5)		87,4%
	Metas				– 1)	17,90%	39,9%	73,7%	85%	100 2)	
	Valor de Referência / Situação de Partida	0									

1) A meta de 2010 deixou de existir porque a alteração do Regulamento Comunitário n.º 1083/2006 de 11 de Julho, através do reg (CE) n.º 539/2010 de 16 de Julho, alterou a meta n+3 que passou a ser aplicável apenas em 2011.

2) Meta N+3 a cumprir no final de 2015 (174.952.016 €) - total da programação.

3) Unidade: Milhões de Euros FEDER certificados

4) A meta N+2 para 2013 é 128.873.982 €

5) A meta N+2 para 2014 é 148.740.883 €

O indicador “Proporção de candidaturas submetidas *on-line* ao Programa” tem apresentado todos os anos os níveis de concretização máximos, previstos para 2015.

No que respeita à Meta N+2, o grau de concretização da meta 2015 é de 87,4% tendo sido ultrapassado o objetivo para 2014 (85%), o que corresponde a 103% de concretização da meta 2014.

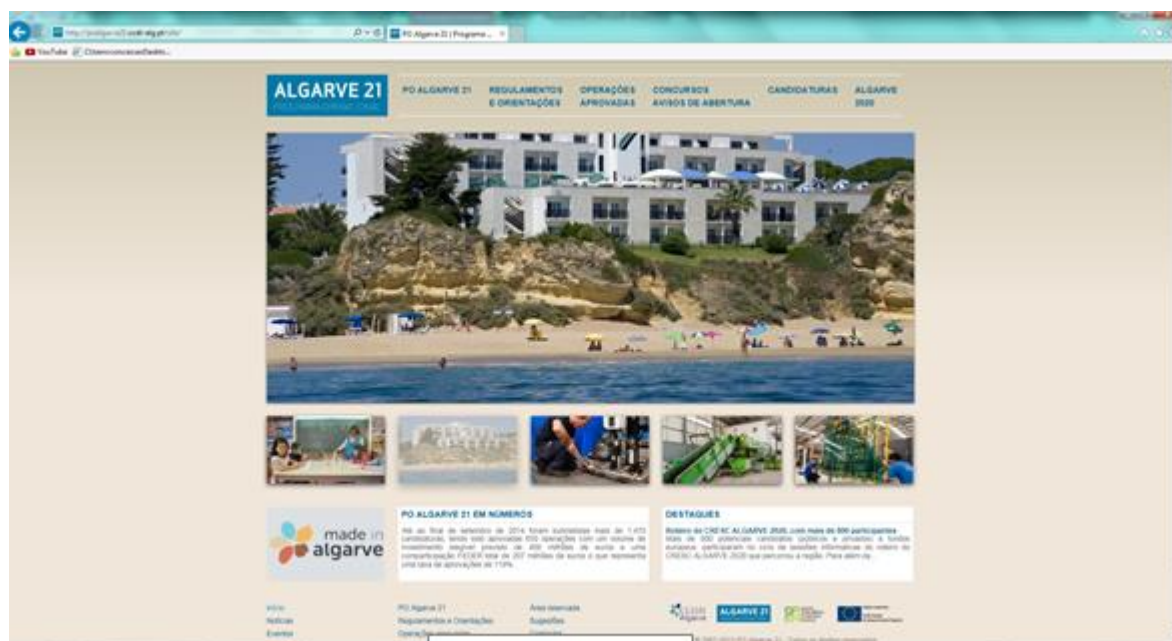
6. INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO

No âmbito do cumprimento das obrigações dispostas no n.º 2 do art.º 4.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, da Comissão, de 8 de Dezembro de 2006, “...avaliação dos resultados das medidas de informação e publicidade em termos de visibilidade e notoriedade dos programas operacionais...”, e de acordo com os objetivos programados no Plano de Comunicação do PO Algarve 21, foram desenvolvidas ações de informação e divulgação em linha com as orientações da estratégia nacional de comunicação do QREN.

O ano de 2014 centrou-se no dar a conhecer o balanço dos resultados alcançados pelo QREN e na preparação do arranque do próximo quadro comunitário 2014-2020.

Web Site

O sítio Web do PO Algarve 21 assumiu um novo papel, associando à sua dimensão operacional, o foco na comunicação de resultados e boas práticas. Tornou-se um espaço de participação e comunicação do processo de construção da nova programação 2014-2020. A construção de um site autónomo facilitou, de um modo geral a visibilidade e divulgação do programa regional.



site do PO Algarve 21

O PO ALGARVE 21 através da sua ferramenta www.poalgarve21.qren.pt, disponibilizou informação sobre os avisos de abertura de concursos, projetos aprovados e conteúdos noticiosos sobre as principais iniciativas, realizações, execução e boas práticas e permitiu também a consulta da regulamentação e legislação comunitária, nacional e de gestão.

Durante o ano 2014, e com a sua nova imagem, o PO Algarve 21 teve um impacto e uma visibilidade acrescida junto dos beneficiários e público em geral com a imagem e gestão autónoma. Os conteúdos do PO Algarve 21 foram organizados de forma mais simples e de fácil acesso. A informação está organizada num formato dinâmico e atrativo, numa plataforma moderna e de fácil atualização, com novas funcionalidades, de organização e partilha e com o foco nos resultados e nos projetos.

No capítulo «Projetos Aprovados» estão publicados os resultados dos concursos por tipologia de operação com a designação dos beneficiários e das operações bem como dos montantes aprovados. Para além da divulgação de notícias e das iniciativas realizadas, o site permitiu efetuar inscrições *online* para os vários eventos que se foram realizando.

A página *web* do PO Algarve 21 recebeu cerca de 60 mil visitas em 2014.

Comunicação Social

No âmbito da divulgação sobre a atividade do Programa Operacional da Região do Algarve, foram utilizados os meios de comunicação disponíveis na região.

Durante o ano de 2014 foram distribuídos 55 comunicados e publicadas cerca de 118 notícias na imprensa, relacionadas com a atividade do PO Algarve 21 e com a divulgação dos projetos apoiados pelo programa. Os principais canais de comunicação utilizados foram a internet, a imprensa escrita e a *web* tv.

Desassoreamento da Foz do Guadiana em fase de Concurso

A Agência Pública de Portos da Administração do Território e o grupo de trabalho da comissão para a dragagem da Foz do Guadiana, os trabalhos deverão começar no final do verão, concretizando-se a primeira fase do projeto. «Navegação da Guadiana», aprovado no Programa Operacional de Cooperar Transição Espacial, Regional (POAR) 2014-2020, foi aprovado pelo Conselho de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR) em 2013. O projeto prevê a dragagem da foz do Guadiana para permitir a navegação de embarcações de recreio e comerciais.



Os trabalhos deverão começar no final do Verão.

Ministro Poiares Maduro visitou Baixo Guadiana

Uma delegação do Baixo Guadiana, liderada pelo presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR) David Santos, recebeu o ministro português Miguel Poiares Maduro, em visita oficial ao Baixo Guadiana. Durante a visita, o ministro português acompanhou os trabalhos de desassoreamento da foz do Guadiana, realizados pela Agência Pública de Portos da Administração do Território e pelo grupo de trabalho da comissão para a dragagem da Foz do Guadiana. O ministro português também participou numa reunião com o presidente da CCDR, David Santos, e outros membros da delegação.



Ministro Poiares Maduro visitou o Baixo Guadiana, acompanhado pelo presidente da CCDR, David Santos.

VRSA é município pioneiro na promoção turística interativa

Vila Real de Santo António é o primeiro município do Algarve a promover um site interativo de promoção turística. O site, desenvolvido pela Associação de Turismo e Desenvolvimento do Algarve (ATDA), permite aos visitantes explorar a região de forma interativa, com vídeos, imagens e informações detalhadas sobre os pontos turísticos, cultura e gastronomia locais. O projeto foi financiado pelo Programa Operacional Regional do Algarve (POAR) 2014-2020.

Agosto é mês de início de (algumas) obras da EN 125

Depois de ter sido aprovada em Maio, a obra de obras da EN 125, a ligação de ferro entre a foz do Guadiana e a foz do Sado, vai avançar em Agosto. O presidente da CCDR, David Santos, afirmou que o início das obras é uma grande oportunidade para o desenvolvimento económico da região. A obra prevê a construção de uma linha ferroviária de 125 km, ligando a foz do Guadiana a Vila Real de Santo António. O projeto é financiado pelo Programa Operacional Regional do Algarve (POAR) 2014-2020.

Suiinformação

David Santos já tomou posse como Gestor do novo Programa Operacional do Algarve

Por Sul Informação • 24 de Dezembro de 2014 - 11:33



David Santos, presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR) e gestor do CRESC Algarve 2020, o Programa Operacional Regional do Algarve para o período 2014-2020.

David Santos é, assim, presidente da Comissão Diretiva daquele programa, tendo como vogais não executivos Efigénio Rebelo (professor da Universidade do Algarve) e Jorge Botelho (presidente da AMAL e da Câmara de Tavira).

A cerimónia da tomada de posse, realizada na passada sexta-feira, 19 de dezembro, em Lisboa, foi presidida pelo ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional Miguel Poiares Maduro, numa cerimónia em que esteve presente a Comissária Europeia para a Política Regional, Corina Creţu.

O CRESC Algarve 2020 dispõe de uma dotação de 318,6 milhões de euros, dos quais 224,3 milhões de euros do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e 94,3 milhões de euros do Fundo Social Europeu (FSE). Este valor representa um acréscimo de 84% face ao atual período de programação (2007-2013).

<http://www.suiinformacao.pt/2014/12/david-santos-ja-tomou-posse-como-gestor-do-n-05-01-2015>

CISION™

Tragem: 5000
País: Portugal
Períod.: Mensal
Área: Economia, Negócios e

Pág. 20
Cores: Cor
Área: 20,85 x 22,94 cm²
Corte: 1 de 1

ALCOUTIM QUER ESTAR no mapa europeu da energia solar

Na sequência da sua atividade no desenvolvimento da Plataforma de Democratização da Energia Solar, a Associação Empresarial de Energia Solar de Alcoutim (Associação) tem centrado a sua atuação na criação de infraestruturas que permitam captar investimento em tecnologia solar. Em discurso direto, Marc Reichert, um dos responsáveis pela empresa, apresenta uma visão que quer tornar Portugal um player importante, a nível europeu, com uma especial valorização dos recursos de que o país dispõe ao nível solar e marítimo.

Localidade no sul do país, que foi o principal beneficiário da criação da Associação Empresarial de Energia Solar de Alcoutim? De que forma tem sido possível atrair investidores estrangeiros locais, em regiões longe que visavam esta região no mapa como uma referência local solar?

Associação - Associação Empresarial de Energia Solar de Alcoutim, tem vindo a ser a referência de desenvolvimento da Plataforma de Democratização da Energia Solar, tem como principal objetivo a criação de infraestruturas que permitam atrair o investimento em tecnologia solar, proporcionando economias de escala e reduzindo o tempo necessário para a instalação e produção de energia solar. A Associação tem participado em eventos locais e internacionais, em conjunto com a Universidade de Alcoutim, para promover a tecnologia solar e a sua utilização no território. A Associação tem participado em eventos locais e internacionais, em conjunto com a Universidade de Alcoutim, para promover a tecnologia solar e a sua utilização no território.

De que forma é que este projeto tem sido fundamental para Alcoutim e, em particular, para atrair e estimular o turismo local?

Como mencionado antes, encontramos este projeto importante para a região, pelo que tem sido acompanhado pela associação, pela indústria local através da criação direta e indireta de empregos e criação de serviços locais, que se promovem de forma integrada, quer no processo de construção da mesma, quer no processo de operação e manutenção, que garante a sustentabilidade do projeto, pelo menos, no próximo 20 anos.

Seguindo dados da EPIA (European Photovoltaic Industry Association), embora Portugal seja dos países da Europa com maior capacidade solar, não se encontra a 1ª posição no ranking dos melhores produtores de energia solar na Europa. De que forma se pode e deve inverter esta situação?

Uma diferença para Europa é a maior produção de energia solar fotovoltaica por unidade de área, o que se deve ao maior número de horas de sol por ano. No entanto, a maior produção de energia solar fotovoltaica por unidade de área, o que se deve ao maior número de horas de sol por ano. No entanto, a maior produção de energia solar fotovoltaica por unidade de área, o que se deve ao maior número de horas de sol por ano.

Para o futuro, o que podemos esperar da atuação da Associação Empresarial de Energia Solar de Alcoutim? Que objetivos espera ser alcançados?

A Associação tem a intenção de continuar a desenvolver a Plataforma de Democratização da Energia Solar, com o objetivo de atrair o investimento em tecnologia solar e a sua utilização no território. A Associação tem a intenção de continuar a desenvolver a Plataforma de Democratização da Energia Solar, com o objetivo de atrair o investimento em tecnologia solar e a sua utilização no território.

VidaEconómica

Tragem: 15100
País: Portugal
Períod.: Semanal
Área: Economia, Negócios e

Pág. 6
Cores: Cor
Área: 20,85 x 17,57 cm²
Corte: 1 de 1

31-01-2014

PO Algarve 21 ultrapassa os 100% de aprovação

MAIS DE 80 MILHOES DE INVESTIMENTO EXECUTADO

Um ano (8,9% incluindo a iniciativa Jovial), "Mobilidade Terrestre" (8,6%) e "Acesso à Validação do Litoral" (7%).

Investimento elegível de 78 milhões de euros.

Durante o ano 2013 estiveram alocados 55 milhões de euros, sendo aprovados 229 projetos com um investimento elegível de 78 milhões de euros e uma participação FEDER de 48 milhões de euros.

O Algarve recebeu em 2013 uma dotação de cerca de 60% relativamente à dotação programada tendo ultrapassado a meta relativa à meta da programação (N+2) prevista na Regulamento Comunitário, demonstrando assim a hipótese de cortes nas dotações do Programa. É de salientar o esforço de todos os intervenientes e beneficiários do Programa para atingir este objetivo apesar da sua especial exigência para os Regiões "blaming out" como é o caso do Algarve.

O volume de execução registada assim em 31/12/2013 os 229 milhões de euros de investimento total, ao qual correspondia uma participação de fundos comunitários (FEDER) de 115 milhões de euros e representava um aumento de 80 milhões de euros de investimento em relação ao final do ano anterior.

O pagamento efetuado aos beneficiários atingiu no final do ano a 108 milhões de euros.

Em termos qualitativos, a distribuição do investimento aprovado continua a ser predominantemente nos Eixo 1, mas tipicamente de apoio direto às empresas - Sistema de Incentivos que representam 44,5% do total das aprovações do Programa. Nos Eixos 2 e 3 destacam-se as operações "Rock Escal" (10%), das "Parcerias para a Regeneração

Os programas efetuados nos beneficiários excederam no final de 2013 a 108 milhões de euros.

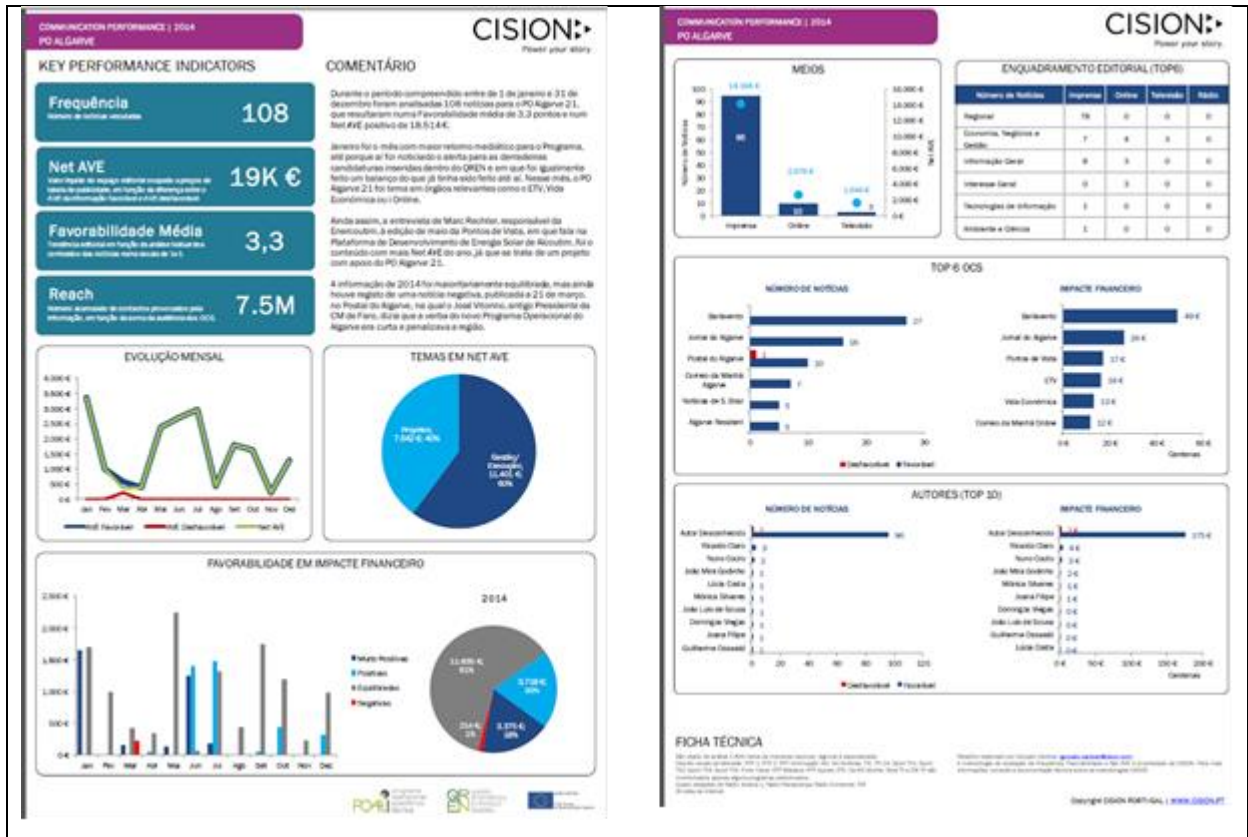
Ante os dados de 2013 concernentes ao Programa Operacional Regional do Algarve (POAR) 2014-2020, mais de 1470 candidaturas, sendo sido aprovadas 666 projetos, com um volume de investimento elegível superior a 392 milhões de euros e um apoio financeiro no orden de 195 milhões de euros. No final do ano, o Programa atingiu já, na sua globalidade, níveis de compromissos superiores à dotação disponível para o período 2007-2013, embora algumas áreas de intervenção estejam ainda aquém da programação. Estes níveis de "overbooking" dos programas são naturais

nessa fase final dos períodos de programação como forma de fazer face às quotas normalmente verificadas garantindo assim a plena utilização dos recursos financeiros disponíveis.

Para o futuro, o que podemos esperar da atuação da Associação Empresarial de Energia Solar de Alcoutim? Que objetivos espera ser alcançados?

A Associação tem a intenção de continuar a desenvolver a Plataforma de Democratização da Energia Solar, com o objetivo de atrair o investimento em tecnologia solar e a sua utilização no território. A Associação tem a intenção de continuar a desenvolver a Plataforma de Democratização da Energia Solar, com o objetivo de atrair o investimento em tecnologia solar e a sua utilização no território.

O relatório da CISON apresenta um balanço de 2014 muito positivo da imagem e intervenção do Programa e uma notoriedade relevante da marca PO Algarve21. Este resultado reflete todo o trabalho desenvolvido internamente, de execução e divulgação de notas de imprensa.



Eventos, Mostras e Feiras

No âmbito do Plano de Comunicação, a organização e presença em eventos torna-se um importante meio de interação, dirigido a públicos específicos. A participação nos eventos, sendo voluntária, tem a vantagem de reunir participantes interessados e ativos, que procuram informação e conhecimento ajustado às expectativas.

A boa prática de associar o Grande Evento Anual do PO à celebração da nossa participação na construção do projeto Europeu ao longo do mês de maio/junho manteve-se, acolhendo um conjunto de iniciativas que têm como ponto alto a Comissão de Acompanhamento e a Sessão de Apresentação de Resultados do PO.

No ano 2014, pretendeu-se divulgar, junto da opinião pública, casos de sucesso e de boas práticas empresariais, de projetos apoiados pelos Fundos Europeus, enquanto instrumentos financeiros ao serviço do desenvolvimento socioeconómico da região.

Neste contexto, com base na marca “Made in Algarve” que foi criada em 2012 pelo PO Algarve 21, para divulgar as empresas que produzem na região bens transacionáveis e fora do setor do Turismo, realizaram-

se um conjunto de debates temáticos ligados ao setor dos serviços, do mar, do turismo, da terra e da indústria, com o objetivo de valorizar resultados dos projetos apoiados e os públicos-alvo atingidos. Estes debates decorreram em Vila Real de Santo António, Tavira, Loulé, Monchique, Albufeira, com a sessão de encerramento em Faro. No dia 9 de maio, teve lugar o grande evento anual do PO realizado em parceria com o Europe Direct. Nestes debates pretendeu-se reforçar a divulgação dos projetos desenvolvidos na região, com exemplos do que se produz no Algarve em especial nos vários setores de atividade em que a região é menos conhecida, bem como dar a conhecer as linhas de força do novo período de programação no que respeita à estratégia para as empresas.

A iniciativa fez a ponte da comunicação entre os resultados obtidos nos fundos comunitários no período 2007–2013 e despertou o interesse da opinião pública para o período de programação 2014–2020 (baseado no crescimento inclusivo, inteligente e sustentável).

- **“Made in Algarve” – Sessão Debate Turismo – Albufeira, 28 de fevereiro**



Programa Sexta 28 Fevereiro '14
Biblioteca Municipal Lídia Jorge, Albufeira
Debate Turismo no Horizonte 2014 - 2020

moderador
Elisabete Rodrigues - Sul Informação
14:30h às 17:30h

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve e o PO Algarve 21, promove, no âmbito do ciclo de debates temáticos sob a designação “Made in Algarve”, um evento onde são convidados para a reflexão empresários e actores locais. A iniciativa tem por objectivo despertar o interesse das PME para o próximo período de programação 2014 - 2020.

Abertura
David Santos
Presidente da CCDR Algarve e gestor do PO Algarve 21
Carlos Silva e Sousa
Presidente da Câmara Municipal de Albufeira

Oradores
Rui de Sá Fernandes
Administrador da Sonel Hotels
Desidério Silva
Presidente da Região de Turismo do Algarve

Inscrição na e a entrada gratuitamente.
Inscrição obrigatória em: www.ccdr-alg.pt
Lugares limitados à capacidade da sala



- **“Made in Algarve” – Sessão Debate Terra – Tavira, 13 de março**

Programa Quinta 13 Março '14
DRAP Algarve, Delegação de Tavira, ex-Estação Agronómica
Debate Terra no Horizonte 2014 - 2020

moderador
Fernando Reis - Diretor do Jornal do Algarve
14:30h as 17:00h

Abertura
David Santos
Presidente da CCDR Algarve e gestor do PO Algarve 21
Jorge Botelho
Presidente da Câmara Municipal de Tavira e da AMAL
Fernando Serrinha
Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Algarve

Oradores
Humberto Teixeira
Administrador do Grupo Hubel
Cláudia Costa
Diretora Adjunta do GPP - Gabinete de Planeamento e Política da Agricultura e do Mar

Intervém na sessão gratuitamente
Inscrição obrigatória em www.madein.algarve.pt
Lugares limitados e capacidade de sala



- **“Made in Algarve” – Sessão Debate Mar – Vila Real de St.º António, 27 de março**



Programa Quinta 27 Março '14
Biblioteca Vicente Campino, Vila Real de Sto António
Debate Mar no Horizonte 2014 - 2020

moderador
Ricardo Clara - Jornalista do Postal do Algarve
14:30h as 17:00h

Abertura
David Santos
Presidente da CCDR Algarve e gestor do PO Algarve 21
Luís Gomes
Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

Oradores
Ribeira Esteves
Presidente da Câmara Municipal de Aveiro e da Associação Oceano XXI
António Farinha
Administrador da Companhia das Pescarias do Algarve

Intervém na sessão gratuitamente
Inscrição obrigatória em www.madein.algarve.pt
Lugares limitados e capacidade de sala

- **“Made in Algarve” – Sessão Debate Serviços – Loulé, 10 de abril**

Programa Quinta 10 Abril '14
Auditório da NERA, Loteamento Industrial, Loulé
Debate Serviços no Horizonte 2014 - 2020

moderador
Almeida Sousa - Jornalista do Baixo Guadiana
14:30h as 17h

Abertura
David Santos
Presidente da CCDR Algarve e gestor do PO Algarve 21
Jorge Botelho
Presidente da Câmara Municipal de Loulé e do Conselho Regional do Algarve

Oradores
Dália Costa
Diretora Adjunta do GPP
Administrador da SPAST - Grupo Elis
Presidente da NERA

Intervém na sessão gratuitamente
Inscrição obrigatória em www.madein.algarve.pt
Lugares limitados e capacidade de sala



- **“Made in Algarve”– Sessão Debate Indústria– Monchique, 21 de abril**



- **Grande Evento Anual**

O Grande Evento Anual do PO Algarve 21 integra as comemorações do “Mês da Europa” através de uma campanha de divulgação das políticas europeias junto de públicos diversificados (beneficiários efetivos e potenciais, público em geral, público jovem e jornalistas).

Em 2014, o grande evento do PO Algarve 21 iniciou-se no dia 9 de maio, Dia da Europa, no Teatro Municipal de Faro, com a realização de uma conferência que culminou com o encerramento do ciclo de debates Made in Algarve, os quais decorreram durante três meses no território algarvio. Este evento envolveu diversos meios e parcerias os quais permitiram desenvolver um trabalho com uma abrangência territorial regional. Esta iniciativa visou a



demonstração de boas práticas, a apresentação anual dos resultados do PO Algarve 21 e de outros programas com apoios comunitários, contemplando ações que abrangeram não só os beneficiários diretos dos Fundos Comunitários, como também os cidadãos em geral.

No âmbito das comemorações do “Mês da Europa”, as ações do grande evento anual, deste programa operacional, foram organizadas em parceria com o Centro Europe Direct da CCDR Algarve.

No âmbito do **Grande evento anual**, foram organizadas as seguintes iniciativas pelo PO Algarve 21:

➤ **9 de maio** - Comemorações do Dia da Europa:

- **Hastear da bandeira**, às 9h00, pelo Presidente da Comissão Diretiva do PO Algarve 21, no edifício da Autoridade de Gestão em Faro;



Edifício da Autoridade de Gestão

- Pelas 14h30, deu-se início à grande **Conferência “Made in Algarve”** que se realizou em Faro no Teatro Municipal onde o empreendedorismo e a inovação foram as palavras-chave. Para a sessão de abertura da conferência contou-se com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Faro, seguindo-se o Delegado Regional de Estabelecimentos Escolares da Região do Algarve, que introduziu a temática do Empreendedorismo Jovem.



Esta temática incluiu a apresentação de uma edição da iniciativa IGNITE Algarve, da responsabilidade da empresa Worklovers/ Ignite Algarve com a colaboração do INOVA. Esta iniciativa que nasceu em 2006 em Seattle e que atualmente já marca presença em diversas cidades a nível mundial organiza *workshops* em que vários oradores partilham com a plateia as suas experiências pessoais, conhecimentos, ideias, desafios profissionais.



IGNITE Algarve



Seguiu-se a cerimónia da entrega de prémios de empreendedorismo aos quinze vencedores do Concurso de Ideias de Negócio “Ideias em Caixa 2014”, uma iniciativa promovida pela Universidade do Algarve com o objetivo de promover a criação de empresas inovadoras.



Para anunciar e entregar os prémios aos vencedores estiveram presentes representantes da Universidade do Algarve e do CRIA - Centro Regional de Inovação do Algarve.



“Ideias em Caixa 2014”

O painel seguinte foi preenchido por um debate informal, sob o tema Empresas com futuro, dinamizado pelo jornalista Ricardo Claro do jornal regional Postal do Algarve, entre diversos empresários de referência da região, nomeadamente os responsáveis pelas empresas Rolear, Hubel; Zoomarine; e o Vice-Presidente da CIP e Presidente do NERA.



Painel do Debate

A sessão de encerramento da Conferência contou com a presença do Gestor do PO Algarve 21 com o Secretário de Estado do Turismo, o qual desafiou os responsáveis do turismo a refletir sobre o que deve ser feito para estimular o setor, reforçando a prioridade à requalificação, e aos fatores que potenciam a procura.



Gestor do PO Algarve 21



Sec. Estado Turismo

No final da Conferência, foi inaugurada pelo Secretário de Estado do Turismo a exposição “Made in Algarve” com painéis por empresa e com mostras de produtos como exemplos do melhor que o Algarve faz em vários setores da atividade empresarial.

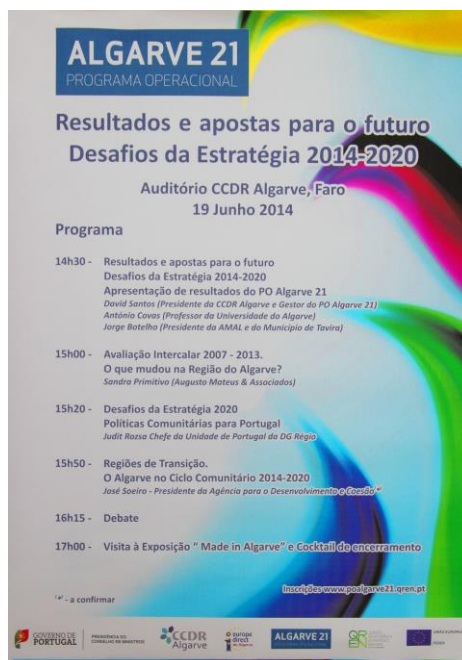


O programa do dia foi preenchido com apresentações e atividades dirigidas ao público de todas as idades, em particular à comunidade escolar.

- **29 de maio “Europa Criativa”** - dando continuidade às comemorações do Mês da Europa realizou-se em Faro uma sessão de apresentação do “Europa Criativa” o novo Programa da União Europeia para os setores Cultural e Criativo 2014-2020. A sessão contou com a presença do Gestor, da Diretora Regional da Cultura do Algarve e da representante do CRIA. Para a apresentação do Programa contou-se com a responsável do subprograma Cultura do Centro de Informação Europa Criativa, e com o Coordenador Executivo e responsável pelo subprograma Média também do Centro de Informação Europa Criativa. No intervalo da sessão, realizou-se uma visita à exposição do Made in Algarve, na sala de exposições da CCDR Algarve.



- **19 de junho – 8ª Comissão de Acompanhamento – 10h.** - A Comissão de Acompanhamento tem como principal responsabilidade avaliar a evolução do programa operacional e aprovar os relatórios anuais de execução. Nesta reunião fechada aos membros, realizou-se a aprovação do relatório de execução anual de 2013, apresentou-se do ponto de situação e a avaliação intercalar do programa.



- **Seminário público de Apresentação de Resultados do PO 21 – Resultados e apostas para o Futuro – Desafios da estratégia 2014-2020 – 14h30.**

No Seminário apresentou-se o balanço geral da atividade e dos resultados do PO Algarve 21. Reuniu decisores, entidades públicas e privadas,

comunicação social e público em geral. A sessão de abertura esteve a cargo do Gestor do PO Algarve 21 e Presidente da CCDR Algarve, David Santos, que apresentou os resultados alcançados pelo PO Algarve 21. Seguiram-se as intervenções dos vogais da Comissão Diretiva (António Covas da Universidade do Algarve, e Jorge Botelho, Presidente da AMAL). Num 2º painel a representante da Augusto Mateus & Associados apresentou os resultados do Estudo de Avaliação Intercalar do PO, a chefe de Unidade de Portugal da DG Região (Judith Rozsa), veio falar sobre o tema “Desafios da Estratégia 2020 – Políticas Comunitárias para Portugal” e finalmente da intervenção do vice-presidente da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, Duarte Rodrigues, foi “O Algarve no Ciclo Comunitário 2014 – 2020”.



- **20 de junho – Road Show** - Visitas técnicas a projetos financiados pelo PO Algarve 21, com a presença do Gestor do Programa e da *Desk Officer* Rosalina Bernon, aos concelhos de S. Brás de Álportel, Olhão e Faro:



Requalificação dos Largos da Zona Histórica de Olhão (Eixo 3 – Parcerias para a Regeneração Urbana - Olhão)



Circular de S. Brás – Fase 3.2 (Eixo 3 – Mobilidade Territorial - contratualização)



Intervenção de Arte em espaço público emblemático – Olhão (Eixo 3 – Reabilitação Urbana)



Tertúlia Algarvia – Eixo 1 – SI Inovação – Empreendedorismo Qualificado

Competitividade e horizonte de programação 2014-2020

- **17 de fevereiro – Conselho Regional do Algarve –**

Esta reunião, para além do Gestor do PO Algarve 21, contou com a presença do ministro do Desenvolvimento Regional, e do secretário de Estado do Desenvolvimento Regional. Na reunião explicaram-se as linhas orientadoras do quadro comunitário de apoio para 2014 – 2020 e foi apresentado o ponto de situação da execução do Programa Operacional do Algarve (PO Algarve 21), 2007 – 2013. Por fim foi eleito para Presidente do Conselho Regional do Algarve, o autarca Vítor Aleixo, Presidente da Câmara Municipal de Loulé e membro da AMAL.

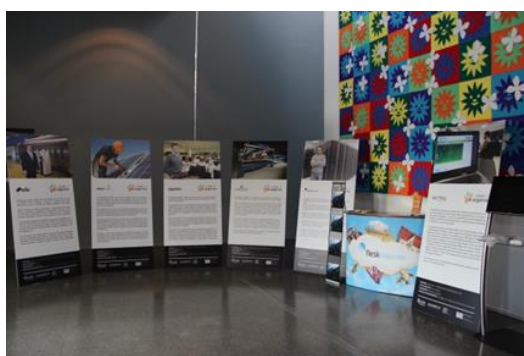


- **26 de fevereiro – Sessão de informação “Mais Algarve na Europa”** sobre as oportunidades de financiamento do Programa Comunitário para a investigação e inovação, sucedendo ao 7º Programa-Quadro de I&DT “HORIZONTE 2020”. Realizado em colaboração com o Gabinete de Promoção de Programa - Quadro (GPPQ) da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Este evento teve como objetivo promover e dinamizar a participação da região do Algarve em Programas Europeus. Contou com a presença do Presidente da CCDR Algarve; do Coordenador dos NCPs (National Contact Points) do GPPQ (Gabinete de Promoção do Programa-Quadro de I&DT), do Presidente da Direção do CCMAR da Universidade do Algarve, do Administrador da Necton, e de outros peritos convidados.



Exposições

- **9 de maio – Exposição “Made in Algarve”**, no Teatro Municipal de Faro - Uma mostra com exemplo do que faz no Algarve, dividida em cinco núcleos: mar, terra, serviços, turismo e indústria. Para além de painéis e filmes, estiveram expostos alguns dos produtos das trinta empresas participantes e novas peças de artesanato do projeto TASA.



- **12 de maio a 9 de julho – Exposição “Made in Algarve”,** na sala de Exposições da CCDR Algarve, em Faro.



- **23 de outubro – Exposição “Made in Algarve”,** na III Feira do Emprego & Empreendedorismo, no Espaço Multiusos em Albufeira.



- **15 a 24 agosto– Exposição “Made in Algarve”,** na FATAcil - Feira de Artesanato, Turismo, Agricultura, Comércio e Indústria, em Lagoa.

Outros Eventos

- **30 de janeiro – Encontro entre os Senhores Embaixadores da América Latina e vários Empresários da Região do Algarve** – Este encontro de trabalho com empresários da nossa região realizou-se em Loulé, no NERA - Associação Empresarial da Região do Algarve, com o apoio do PO Algarve 21, e pretendeu impulsionar a cooperação entre as diferentes comunidades empresariais portuguesas e os países da América Latina; a promoção da Região do Algarve, relevando os fatores de atratividade para o Investimento Externo daqueles países; potenciar as oportunidades que aqueles mercados configuram para as empresas portuguesas, divulgar as oportunidades de negócio atuais; e promover o desenvolvimento das relações económicas e comerciais entre Portugal e os países latino-americanos. Para além dos Senhores Embaixadores Latino-Americanos, contou-se com a participação do Presidente da Direção do NERA, da Secretária-Geral da Casa da América Latina, do Gestor do PO Algarve 21, e do Presidente da Câmara Municipal de Loulé.



- **4 de abril – Sessão Pública de Apresentação do Livro “Ocupação Dispersa, custos e benefícios à escala local”, na CCDR Algarve, em Faro.**



EDIFICAÇÃO DISPERSA
Custos e Benefícios à Escala Local

Conferência-Debate

CCNVIII

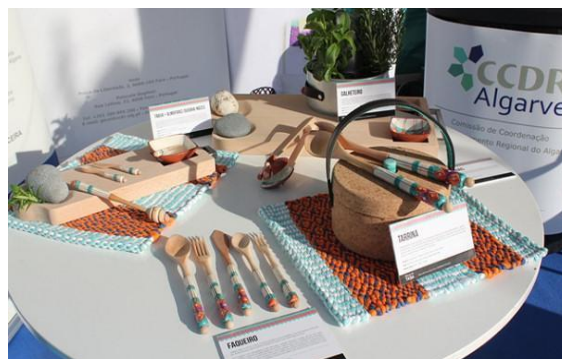
O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve tem a honra de convidar V. Ex.^ª para participar na conferência-debate subordinada ao título "Edificação Dispersa, Custos e Benefícios à Escala Local", conforme programa em anexo, a qual terá lugar no próximo dia 4 de abril de 2014, entre as 10h15 e as 13h15, no auditório da CCDR Algarve, na Praça da Liberdade, em Faro.

Agradeço-se a confirmação até ao dia 2 de abril através do site www.ccdr-algarve.pt ou pelos seguintes contactos:
Tel: 289 895 225/ 289 895 214; e-mail: gab.presidencia@ccdr-algarve.pt





- **5 e 6 de setembro** – Lançamento dos novos produtos do projeto TASA, na II Feira da Dieta Mediterrânica, em Tavira. Contou com a presença de dois dos artesãos envolvidos, de duas *designers* da Proactivetur, empresa que está a executar a 2ª fase do TASA, do Presidente da Câmara Municipal de Tavira, do Gestor do PO Algarve 21, e do Secretário de Estado da Cultura.



- **1 de dezembro** - A CCDR Algarve recebeu nas suas instalações, a reunião ordinária da Comissão Distrital de Proteção Civil de Faro (CDPC) seguindo-se a sessão pública de Apresentação do “Balanço do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (DECIF) 2014 na Região do Algarve”, promovida pela Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), através do seu Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Faro. Na sessão estiveram presentes para além do Gestor do PO Algarve 21, o Presidente



do Município de Tavira e da AMAL e vários Presidentes de Municípios, Presidente da Federação dos Bombeiros do Algarve. No final da sessão visitou no Largo da Pontinha em Faro a exposição estática de veículos e materiais adquiridos no âmbito do Programa Operacional Algarve 21, pelos 16 Municípios do Algarve, cujo promotor foi a Comunidade Intermunicipal do Algarve – AMAL. Este equipamento, específico de proteção civil, financiado pelo PO Algarve 21, foi distribuído por todos os municípios do Algarve.

- **Visitas Programadas**

O processo de comunicação e de aproximação aos beneficiários e à Região, passa também por visitar os projetos e os empresários, valorizando as boas práticas e assegurando uma resposta mais próxima do território e das necessidades. Estas iniciativas, tiveram como duplo objetivo mostrar aos beneficiários que a

Estrutura pretende valorizar as suas metas e mostrar à Região o impacto dos investimentos Europeus e o alcance que permitem na consolidação dos fatores de competitividade.

- **17 de junho** – Visita à Região da Primeira Vice-Presidente da Comissão Europeia e Comissária responsável pela área da Justiça, Direitos Fundamentais e Cidadania, desde 2009, Viviane Reding. David Santos, Gestor do PO Algarve 21, acompanhou a visita ao espaço físico do Centro Europe Direct do Algarve e também ao espaço da rede Enterprise Europe Network com sede na CCDR Algarve. O Secretário de Estado para a Modernização Administrativa, apresentou os “Espaços do Cidadão - Um novo paradigma na prestação de serviços públicos”, e em seguida visitaram o Mercado Municipal de Faro para a visita formal à Loja do Cidadão, um projeto de inovação e eficiência, inaugurado em Abril de 2009, e financiado no âmbito do PROALGARVE – QCA III, com um investimento realizado de 1.870.611€ e um FEDER associado de 1.234.603€.



- **4 e 5 de julho** – **Visitas organizadas**, com Ministro Adjunto do Desenvolvimento Regional, Miguel Poires Maduro, a projetos no Algarve no âmbito do “Roteiro pelos Territórios de Baixa Densidade” com o objetivo de dar destaque aos territórios e às “boas práticas” no domínio de iniciativas públicas e empresariais do Interior Algarvio. Visitaram-se projetos diferenciadores que se apresentam como respostas eficazes e inovadoras e que valorizam a importância do território como fator de competitividade e de criação de emprego.

Dia 4 de julho – Visitas pelos Concelhos do Sotavento:



*Alcoutim - Visita ao projeto Enercoutim –
Plataforma de demonstração Solar.*



*Vila Real de Santo António - Visita à empresa
Nautiber – Estaleiros Navais do Guadiana, Lda.*



Castro Marim - Visita à Cooperativa Terras de Sal SRL, seguida de almoço na Casa do Sal.



Tavira - Apresentação da Dieta Mediterrânea no Museu Municipal de Tavira.



São Brás de Alportel - Visita à empresa Nova Cortiça – Indústria Corticeira SA



Faro - Visita à Unidade de Cuidados Continuados de Estoi.



Loulé - Visita ao projeto TASA (Técnicas Ancestrais Soluções Atuais), em Alte.

Dia 5 de julho – Visitas pelos Concelhos do Barlavento:



Monchique - Visita à Loja do Mel e do Medronho.



Monchique - Assinaturas de Protocolos sobre instalação do Espaços do Cidadão no Algarve.



Monchique - Visita Fábrica de Enchidos Tradicionais Evangelista Oliveira.



Vila do Bispo - Visita à Fortaleza de Sagres.



Aljezur - Apresentação do Polis Litoral Sudoeste, do "Puro Algarve" pela Associação In Loco e da Bienal de Turismo Natureza pela Associação Vicentina



➤ **Feiras**

A participação do PO Algarve 21 nas feiras é feita com a presença do stand oficial do programa, prestando informações, apresentando os resultados do Programa Operacional do Algarve e divulgando as apostas estratégicas para o desenvolvimento da Região.

- **FATACIL** em Lagoa - 15 a 24 agosto – Trata-se da Feira de Artesanato, Turismo, Agricultura, Comércio e Indústria, que atrai milhares de visitantes provenientes de vários pontos do país, que visitam os cerca de 210 artesãos nacionais, 345 empresas comerciais e industriais, 70 expositores de artesanato comercial, com representações de todos os continentes e 140 criadores do setor agropecuário. É considerado o maior evento do género que se realiza no Algarve e que tem permitido a interação de públicos tão variados como população residente, população turística, empresas, associações, autarquias, escolas, instituições de solidariedade social, organismos da administração central e regional, coletividades e região de turismo. Em 2014, a Fatacil, teve perto de 150.000 visitantes e contou, no dia da inauguração, com a visita da Ministra da Agricultura e Mar, Assunção Cristas. No espaço da CCDR Algarve estiveram patentes alguns painéis do “Made in Algarve” (rede ED, e da Cooperação Transfronteiriça) catálogos e um espaço de animação (para entrevistas e programa de rádio) e ainda *roll-up(s)* de divulgação dos parceiros e do projeto Dieta Mediterrânica apoiada pelo PO Algarve 21.



- **II Feira da Dieta Mediterrânica** em Tavira – 5, 6, e 7 de setembro – Esta Feira insere-se na promoção da candidatura transnacional da Dieta Mediterrânica (DM) como Património Cultural Imaterial da Humanidade que conta com a participação de 7 Estados da bacia do Mediterrâneo. A segunda edição da Feira da Dieta Mediterrânica, em Tavira, juntou milhares de pessoas, envolvendo a comunidade, instituições públicas, associações e empresas. Teve como objetivo dar a conhecer a



classificação da da UNESCO, valorizar e divulgar os produtos e as atividades da DM, bem como as culturas relacionadas com o estilo de vida mediterrâneo. Contou com a presença do Ministro Adjunto do Desenvolvimento Regional, e dos responsáveis máximos das entidades impulsionadoras do projeto, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, a região de Turismo do Algarve e a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve.



Stand do PO Algarve 21 na II Feira da Dieta Mediterrânica 2014

- **MarAlgarve Expo 2014** – Portimão - 9 e 11 de outubro - Esta feira juntou diversas componentes, tais como:

- **Técnica**, através da realização de seminários dedicados a temas de interesse geral e particular;
- **de Negócios**, através da promoção de encontros entre empresários da região algarvia com empresários de outras regiões (nacionais e internacionais);



- **de Exposição**, através da criação de uma área com expositores de diversos sectores representativos da economia do mar;
- **Educativa**, mais direcionada para escolas e, por último,
- **Gastronómica**, com os produtos do mar. O PO Algarve 21 apoiou e participou nesta iniciativa com um espaço para divulgação dos seus resultados.

- **Feira de Santa Iria 2014** em Faro - 17 a 26 de outubro. Trata-se de uma feira tradicional regional com muitos visitantes de Faro e concelhos limítrofes. O PO Algarve 21 apoiou e participou com um stand para divulgação dos resultados e dos projetos apoiados pelo Programa.



- **III Feira do Emprego & Empreendedorismo**, no Espaço Multiusos em Albufeira - 23 de outubro.
É uma iniciativa do Gabinete de Empreendedorismo (**AGE**) da respetiva Câmara Municipal com vista à promoção da empregabilidade, criação do próprio emprego, divulgação da oferta formativa e empreendedorismo. O evento que contou com a presença do Secretário de Estado do Emprego, e de diversas entidades públicas e privadas ligadas à área. O PO Algarve 21 participou com respetivo *stand* e técnicos para esclarecimento e informação sobre oferta formativa, programas de apoio e serviços para empresas.



Boa Prática de Comunicação

Em ano de demonstração de resultados, identificámos como Boa Prática da Comunicação 2014 o “Made in Algarve”, o evento que englobou uma exposição, um catálogo e um ciclo de **debates temáticos**, revelando os bons exemplos do que se produz na região do Algarve.

Os objetivos inicialmente programados, para o evento “Made in Algarve”, foram atingidos. A iniciativa teve um período de duração de três meses, durante os quais foram realizados cinco **debates temáticos** (turismo, mar, terra, indústria e serviços), em cinco cidades da região algarvia (Albufeira, Loulé, Monchique, Tavira e Vila Real de Santo António), culminando com uma **grande conferência** de apresentação das conclusões deste ciclo, que decorreu no Teatro das Figuras, em Faro, no dia 9 de maio de 2014, Dia da Europa.

A exposição foi composta por 30 painéis de 80x2,00cm cada um, de projetos empresariais apoiados pelos fundos europeus através do PO, com conteúdos de elevada componente visual, centrados em casos de sucesso de empresas, com exemplos de produtos, serviços e marcas de sucesso que incorporaram inovação no seu processo produtivo e que encontraram nos fundos europeus uma alavanca para a sua estratégia de internacionalização e consolidação. A larga maioria foram beneficiários diretos do PO Algarve21 / QREN. Empreendedorismo, Inovação e Competitividade foram as palavras chave transversais ao programa da conferência final, o qual contou com um encontro IGNITE, dirigido às escolas, um momento onde oradores partilharam com a plateia as suas experiências pessoais, conhecimentos, ideias e desafios profissionais, durante 5 minutos. Na segunda parte, foram anunciados os vencedores do Concurso de Ideias de Negócio, “Ideias em Caixa 2014”, uma iniciativa promovida pela Universidade do Algarve que mobilizou a comunidade académica. Seguiu-se um debate dirigido ao público empresarial. O encerramento e a inauguração da

exposição a qual contou com a presença do Secretário de Estado do Turismo, com o objetivo de promover a reflexão sobre a relação do Turismo com as outras atividades regionais que pode fortalecer o conjunto da economia regional.

Participaram nos debates autarcas, associações empresariais, empresários, empreendedores, investigadores, associações de desenvolvimento local, representantes da sociedade civil, deputados, líderes regionais e locais e estudantes das escolas secundárias e profissionais. O evento contou com participação direta das empresas que integraram a exposição/ catálogo bilingue, participantes nos encontros e na conferência e os visitantes da exposição patente em Faro, Lagoa e Albufeira. Todos eles contribuíram para os números globais da adesão.

Alguns números chave:

- **10** notas de imprensa produzidas.
- **30** notícias publicadas na imprensa.
- **1** publireportagem no jornal nacional Expresso.
- **5** videoreportagens dos debates;
- **30** empresas participantes no catálogo;
- **580** presenças na conferência final;
- **1000** número total de participantes (somatório dos encontros com a conferência final);
- **1500** visitantes da exposição.

A campanha de comunicação foi desenvolvida numa lógica integrada e multicanal, com a produção de comunicados de imprensa, campanha em jornais *online* da região, publicação de publireportagem no semanário Expresso, disponibilização de videoreportagens dos debates em DVD e no site do PO Algarve 21. Foi contratualizada a conceção e *design* do material gráfico, bem como a captura fotográfica em registo profissional para alimentação do banco de imagens do PO e QREN.

O evento Made in Algarve, foi igualmente um meio de comunicação de resultados e balanço da execução do PO e de lançamento de desafios para o quadro comunitário de apoio 2014 – 2020.





Regional (4) JORNAL DE ALGARVE

Vai Avançando Que Estou Chegando

CICLO "MADE IN ALGARVE" CHEGA A LOULE

Serviços na economia do turismo vão estar em debate no NERA

O quarto debate do ciclo "Made in Algarve", sobre os serviços na economia do turismo, vai estar em debate no NERA, no dia 27 de abril, em Loulé. O evento é organizado pelo NERA, em parceria com o Município de Loulé, e terá como convidados o presidente do NERA, Carlos Luís Pinheiro, e o presidente do Município de Loulé, José Carlos de Sousa. O debate abordará o papel dos serviços na economia do turismo, as oportunidades e os desafios, e as medidas que devem ser tomadas para promover o setor. O evento será realizado no auditório do NERA, em Loulé, e terá início às 19h30. A entrada é gratuita.

Evento visa sensibilizar população para poluição na costa Algarvia

Maratona inédita de 'stand-up paddle' entre Sagres e Vila Real de Santo António

A AMMA - Algarve Surf and Marine Activities Association, vai organizar uma maratona de stand-up paddle (SUP) entre Sagres e Vila Real de Santo António, no dia 27 de abril. O evento é destinado a todos os níveis de experiência e terá início às 8h30. O percurso terá um comprimento de 15 km e será realizado em condições de segurança. A inscrição é gratuita e pode ser feita através do site da AMMA.

Descontabilizar a história do movimento e transformá-lo em um movimento para o futuro

O movimento estudantil em Portugal tem uma história rica e importante. No entanto, nos últimos anos, tem vindo a perder visibilidade e a ser esquecido. É importante que a história do movimento seja descontabilizada e transformada em um movimento para o futuro. Isso pode ser feito através de ações de sensibilização e de projetos de intervenção social.

Regional (4) JORNAL DE ALGARVE

Presidente da CCRD defende diversificação da economia da região

Apostar no mar para preparar o futuro

O ciclo de debates "Made in Algarve", organizado pela CCRD, prossegue no último sarnento em Vila Real de Santo António. O mar foi o tema escolhido para o debate, que abordou a importância do mar para a economia da região e as oportunidades que se abrem para a diversificação da economia. O presidente da CCRD, David Santos, defendeu a aposta no mar como uma estratégia para preparar o futuro da região. O debate foi moderado por Carlos Luís Pinheiro e contou com a participação de vários especialistas. O evento foi realizado no auditório do NERA, em Vila Real de Santo António, e teve início às 19h30.

Companhia das Pescarias do Algarve quer ser o maior operador privado europeu de bivalves

A Companhia das Pescarias do Algarve, que está a crescer rapidamente, quer ser o maior operador privado europeu de bivalves. A empresa, que tem uma produção anual de cerca de 10 mil toneladas, está a investir em novas tecnologias e a expandir a sua atividade para outros países europeus. O objetivo é tornar-se o maior operador privado europeu de bivalves em 2020. A empresa tem uma equipa de cerca de 50 pessoas e está a trabalhar para melhorar a sua eficiência e a qualidade dos produtos.

...o ciclo de debates "Made in Algarve", organizado pela CCRD, prossegue no último sarnento em Vila Real de Santo António. O mar foi o tema escolhido para o debate, que abordou a importância do mar para a economia da região e as oportunidades que se abrem para a diversificação da economia. O presidente da CCRD, David Santos, defendeu a aposta no mar como uma estratégia para preparar o futuro da região. O debate foi moderado por Carlos Luís Pinheiro e contou com a participação de vários especialistas. O evento foi realizado no auditório do NERA, em Vila Real de Santo António, e teve início às 19h30.

...a Companhia das Pescarias do Algarve, que está a crescer rapidamente, quer ser o maior operador privado europeu de bivalves. A empresa, que tem uma produção anual de cerca de 10 mil toneladas, está a investir em novas tecnologias e a expandir a sua atividade para outros países europeus. O objetivo é tornar-se o maior operador privado europeu de bivalves em 2020. A empresa tem uma equipa de cerca de 50 pessoas e está a trabalhar para melhorar a sua eficiência e a qualidade dos produtos.

Intermarché

DE 1 A 7 DE ABRIL

• SUIZ DE FRANCO KG	3,90 €
• PAVÃO MARALTO KG	4,90 €
• SUIZ DE FRANCO KG	3,90 €
• SUIZ DE FRANCO KG	3,90 €
• SUIZ DE FRANCO KG	3,90 €
• SUIZ DE FRANCO KG	3,90 €
• SUIZ DE FRANCO KG	3,90 €
• SUIZ DE FRANCO KG	3,90 €
• SUIZ DE FRANCO KG	3,90 €
• SUIZ DE FRANCO KG	3,90 €

...a Companhia das Pescarias do Algarve, que está a crescer rapidamente, quer ser o maior operador privado europeu de bivalves. A empresa, que tem uma produção anual de cerca de 10 mil toneladas, está a investir em novas tecnologias e a expandir a sua atividade para outros países europeus. O objetivo é tornar-se o maior operador privado europeu de bivalves em 2020. A empresa tem uma equipa de cerca de 50 pessoas e está a trabalhar para melhorar a sua eficiência e a qualidade dos produtos.

➤ **EXEMPLO DE MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO PRODUZIDOS**



Lonas Exteriores



Roll-up



Painel retro iluminado



Programas



Cartazes



DVD's



Convite

Anúncios de Imprensa

A promoção e publicitação de algumas atividades e eventos organizados pelo PO foram feitas através de anúncios de imprensa e de publicidade *online*. Optou-se pela modalidade de anúncios em jornais impressos, em revistas, e especialmente em *websites* (promoção *online*), dada a forma prática e rápida de atingir o público em geral.

Em 2014 foram realizadas campanhas, publicados anúncios na imprensa para promover as iniciativas do PO Algarve 21, para anúncios de consulta pública, para publicitar resultados e para aumentar as visitas em Feiras em que o PO 21 esteve presente.

Jornal do Algarve, 13 de março de 2014

Expresso, 3 de maio de 2014



RUA FM, 17 a 20 de agosto de 2014, programas/entrevistas, com duração de 60 minutos, entre as 19h00 e as 20h00.



➤ **Articulação do PO 21 com a Estratégia Nacional**

A articulação entre o Plano de Comunicação do PO Algarve 21 e o Plano de Comunicação do QREN, decorreu da nossa participação regular nas reuniões da rede do Observatório do QREN ao longo do ano. Para além da troca de ideias, de experiências e da monitorização constante, permitiu a concretização das seguintes iniciativas conjuntas:

- Acompanhamento do Serviço de **Clipping** e da **Análise Qualitativa do QREN**, dos Fundos e do Programa Operacional - PO Algarve 21, através da recolha diária de notícias e beneficiando do apoio do serviço da CISION.
- **Portugal Sou Eu 2020**

A convite da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDRA), através do PO Algarve 21, o "Portugal Sou Eu" promoveu-se no dia 16 de agosto, no stand do PO 21 na Fatacil 2014, disponibilizando aos visitantes sessões de esclarecimento e ações de animação com o objetivo de



sensibilizar o público para os propósitos da iniciativa. O programa "Portugal Sou Eu" foi lançado em Dezembro de 2012 para melhorar a competitividade das empresas portuguesas, promover o equilíbrio da balança comercial, combater o desemprego e contribuir para o crescimento sustentado da economia. A iniciativa tem financiamento do programa Compete.

➤ **Obrigações de Informação e Publicidade a beneficiários**

As **ações de comunicação** direcionaram-se, essencialmente, para os beneficiários, para os potenciais beneficiários do PO e para a comunicação social.

É feito, com regularidade, um acompanhamento aos beneficiários sobre o **Guia de Informação e Publicidade para Beneficiários**, bem como apoio ao cumprimento do **Manual de Identidade da Marca**. Para além do atendimento diário feito pelo telefone, por e-mail e presencial, realizaram-se diversas reuniões, ao longo do ano, com visita aos projetos co-financiados nas instalações das empresas.



JCT 28 Adventure Cruises, lda



Hotel Eurotel Tavira



Empresa Nautiber

Ao longo do ano de 2014, foram realizadas 27 visitas de acompanhamento a projetos de empresas aprovados e contratados nos Sistemas de Incentivos do PO Algarve21. As visitas presenciais tiveram por objetivo monitorizar a execução dos projetos e fornecer explicações personalizadas, de carácter prático, sobre a política de Comunicação e Imagem do PO Algarve 21. De um total de 379 projetos, contratados até 31/12/2014, já foram visitados 153 projetos de empresas dos Sistemas de Incentivos do PO Algarve21.

➤ **Indicadores de Comunicação**

No Plano de Comunicação do PO Algarve 21, 2007-2013, foi inicialmente definido um conjunto de indicadores de acompanhamento, com respetivas metas, de forma a avaliar o cumprimento dos objetivos programados.

Ao longo do período de execução do programa operacional os objetivos propostos, no Plano de Comunicação, foram cumpridos. Contudo, verificou-se que as metas previstas em alguns dos indicadores foram claramente subestimadas. Neste contexto, as metas inicialmente definidas foram largamente ultrapassadas, o que resultou em graus de concretização bastante elevados. Tal como o referido no relatório de Execução 2012, que *“se previa uma revisão das metas com base nos resultados de avaliação externa ao Plano de Comunicação em curso (integrada na avaliação intercalar do PO)”*, as metas foram revistas.

De acordo com a **Avaliação Intercalar do Programa Operacional Algarve 21** (realizado pela Augusto Mateus & Associados, em 2014), *“a definição da bateria de indicadores de acompanhamento e respetivas metas teve por base a experiência da AG com a implementação do Plano de Comunicação do PROAlgarve 2000-2006, num período em que a estratégia de comunicação adotada foi relativamente menos ambiciosa (tal como na generalidade dos PO do QCA III) e a própria experiência e capacidade da AG neste domínio era mais reduzida (menos recursos humanos)”*. Nos primeiros anos do período de programação, detetaram-se alguns problemas na definição de uma metodologia de recolha dos indicadores no Plano de Comunicação e *“um quadro de conceitos claro (por exemplo, definindo se são contabilizados todos os comunicados de imprensa reproduzidos na comunicação social, ou apenas as notícias produzidas efetivamente por esses órgãos, ou como contabilizar as notícias em jornais impressos e online)”*.

Neste sentido, e com base na avaliação intercalar do Plano de Comunicação do PO Algarve 21, em relação à desadequação das metas iniciais, foram elaboradas as respetivas revisões e definidas novas metas.

As Tabelas de indicadores que se seguem, demonstram os resultados obtidos até final de 2014, tendo já por base a revisão das metas para 2015.

Tabela 6.1 – Indicadores de Comunicação (Realização)

Indicadores de Realização	Unid	Metas Previstas no Plano de Comunicação		Metas Revistas (*)	Até 31/12/2014		Observações
		2010	2013	2015	Realização Acumulada	Grau de concretização	Realizações efetivas em 2014
				(a)	(b)	(b)/(a)	
Potenciais beneficiários							
Participantes em ações face aos convites enviados	%	40	40	40	40	100%	40
Beneficiários							
Downloads do manual de procedimentos de comunicação	N.º	100	145	3900	3.882	100%	58
Público							
Iniciativas realizadas (exposições, participação em feiras, visitas organizadas)	N.º	6	9	106	110	104%	24
Comunicados de imprensa emitidos para a comunicação social	N.º	30	40	180	194	108%	55
Grandes eventos	N.º	3	5	8	7	88%	1
Comunicação Social							
Notícias publicadas na imprensa escrita	N.º	15	20	500	516	103%	118
Reportagens na rádio e tv	N.º	3	5	43	51	119%	12

(*)As metas apresentadas na tabela, coluna de 2015, já são as metas revistas, conforme proposta da avaliação intercalar que ocorreu em 2013, pela empresa de consultoria Augusto Mateus & Associados, Sociedade de Consultores, Lda.

Durante o ano 2014, participaram em média nas ações realizadas, cerca de 40% das entidades convidadas (grau de concretização de 100%). O Manual de procedimentos de comunicação e identidade PO Algarve 21, esteve à disposição dos beneficiários no seu site, no entanto o número de “downloads” decresceu comparativamente aos anos anteriores, o que é perceptível uma vez que o PO Algarve 21 está na sua fase final.

No que respeita ao público, realizaram-se 4 visitas organizadas pelo Sistema Incentivos (SI); com a presença do Gestor do programa e com a Desk Officer do PO Algarve 21. Realizou-se, 1 sessão pública para divulgação dos resultados do PO Algarve 21 e 11 sessões de divulgação e esclarecimento, nomeadamente seminários e conferências. O PO Algarve 21 participou, ainda, em 5 feiras: **FATACIL** em Lagoa; **II Feira da Dieta Mediterrânica** em Tavira; **MarAlgarve Expo 2014** em Portimão; **Feira de Santa Iria 2014** em Faro; e na **III Feira do Emprego & Empreendedorismo** em Albufeira. A **Exposição “Made in Algarve”**, para além do momento inaugural no Teatro Municipal de Faro, esteve em itinerância na CCDR Algarve, em Faro; em Albufeira e em Lagoa. Somando as iniciativas realizadas, estas perfazem um total de 24 iniciativas com larga visibilidade apoiadas pelo PO 21.

Todas as comunicações enviadas para a imprensa foram, igualmente, publicadas como notícias no site do PO Algarve 21. No final de tinham sido publicados no *site* 55 comunicados.

O *grande evento anual* 2014 do PO Algarve 21 ocorreu durante as Comemorações do Mês da Europa. Para além do hastear da bandeira da União Europeia, no dia 9 de maio, realizou-se a Grande Conferência “Made in Algarve”, no Teatro da Figuras em Faro, com vários momentos associados.

Dos comunicados de imprensa enviados para a comunicação social (55) foram publicadas 118 notícias na imprensa escrita relacionadas com o Programa Operacional do Algarve e realizadas 7 reportagens de Rádio e 5 na web tv.

Realizaram-se visitas a empresas beneficiárias do sistema de incentivos do PO – QREN, para explicação das regras de publicitação.

Cerca de 60 mil pessoas visitaram o site deste programa operacional: <http://poalgarve21.ccdr-alg.pt/site/>

Tabela 6.1 – Indicadores de Comunicação (Resultado)

Indicadores de Resultado	Unid	Metas Previstas no Plano de Comunicação			Metas Revistas (*) (a)	Até 31/12/2014		Observações Realizações efetivas em 2014
		2010	2013	2015		Realização Acumulada (b)	Grau de concretização (b)/(a)	
Potenciais beneficiários								
Acessos à página internet do PO Algarve e descargas	N.º	35.000	75.000	120.000	136.000	113%	18.000	
Comunicados publicados no site	N.º	36	54	100	95	95%	6	
Beneficiários								
Comunicados de imprensa por projecto aprovado (**)	N.º	50	60	38	35	92%	2	
Público								
Participantes em sessões de inauguração	N.º	300	750	1300	1.291	99%	1	
Comunicação Social								
Artigos/ reportagens em órgãos de comunicação social regional em que o PO é referido	N.º	12	18	200	176	88%	37	

(*)As metas apresentadas na tabela, coluna de 2015, já são as metas revistas, conforme proposta da avaliação intercalar que ocorreu em 2013, pela empresa de consultoria Augusto Mateus & Associados, Sociedade de Consultores, Lda.

(**) Os comunicados de imprensa associados aos projetos aprovados, por norma, ocorrem pós comissão directiva, divulgando, assim, o conjunto dos vários projetos aprovados, ou seja, esta divulgação não se refere aos projetos de uma forma individual.

Dos 60 mil visitantes ao site do PO Algarve 21, estima-se que 18 mil são potenciais beneficiários que consultaram a página do PO e efetuaram *downloads* de documentos.

Todas as comunicações que foram enviadas para os órgãos de comunicação social foram igualmente publicadas como notícias no site do PO. Das notícias publicadas no site, 6 foram para potenciais beneficiários. No que respeita a comunicados de imprensa por projeto aprovado, foram publicados 2.

Em 2014 uma sessão de inauguração, contabilizou-se uma média de 150 participantes no total: Exposição Made in algarve, no Teatro da Figuras, em Faro, no dia 9 de maio.

No que respeita aos artigos/reportagens, em órgãos de comunicação social regional, em que o PO é referido o número alcançado em 2014 é de 37.

Tabela 6.1 – Indicadores de Comunicação (Impacto)

Indicadores de Impacto	Unid	Metas Previstas no Plano de Comunicação		Metas Revistas (*)	Até 31/12/2014	
		2010	2013	2015 (a)	Realização Acumulada (b)	Grau de concretização (b)/(a)
		Inquiridos que identificam PO Algarve 21/ FEDER	%	15	20	100
Inquiridos que sabem que o projecto teve apoio de fundos comunitários	%	20	25	100	100	100%

(*)As metas apresentadas na tabela, coluna de 2015, já são as metas revistas, conforme proposta da avaliação intercalar que ocorreu em 2013, pela empresa de consultoria Augusto Mateus & Associados, Sociedade de Consultores, Lda.

Em 2015 preve-se que as metas revistas sejam alcançadas uma vez que coincide com encerramento do PO Algarve 21 e com a transposição da comunicação para o novo quadro de programação para o Algarve (2014-2020).

O número de notícias publicadas na imprensa escrita decresceu, uma vez que o enfoque está direcionado para o novo período de programação 2014-2020.

➤ **Orçamento do Investimento Financeiro em Informação e Publicidade.**

Tabela 6.2 – Execução financeira acumulada do Plano de Comunicação

Tabela 6.2 - Execução Financeira acumulada do Plano de Comunicação PLANO DE COMUNICAÇÃO - ORÇAMENTO/GASTOS 2014

COMPONENTES	TOTAL				ANO 2008/2009				ANO 2010				ANO 2011				ANO 2012				ANO 2013				ANO 2014			
	Orçamento Previsto no Plano 2007-2015		Orçamento executado (2007-2014)		Orçamento Previsto no Plano 2008		Orçamento Executado 2008		Orçamento Previsto no Plano 2010		Orçamento Executado 2010		Orçamento Previsto no Plano 2011		Orçamento Executado 2011		Orçamento Previsto no Plano 2012		Orçamento Executado 2012		Orçamento Previsto no Plano 2013		Orçamento Executado 2013		Orçamento Previsto no Plano 2014		Orçamento Executado 2014	
	Despesa Total	FEDER	Despesa Total	FEDER	Despesa Total	FEDER	Despesa Total	FEDER	Despesa Total	FEDER	Despesa Total	FEDER	Despesa Total	FEDER	Despesa Total	FEDER	Despesa Total	FEDER	Despesa Total	FEDER	Despesa Total	FEDER	Despesa Total	FEDER	Despesa Total	FEDER	Despesa Total	FEDER
LOGOTIPO E MAT. COMUNICAÇÃO	93.000	65.100	61.126	44.868	72.000	50.400	33.178	23.225	3.000	2.100	11.400	7.980	3.000	2.100	3.156	2.209	3.000	2.550	962	818	12.000	10.200	11.952	10.159			477	476
DIVULGAÇÃO E PUBLICITAÇÃO (anúncios de imprensa e outros)	19.000	13.300	40.264	30.610	9.000	6.300	6.516	4.561	3.000	2.100	13.822	9.675	3.000	2.100	3.760	2.632	2.000	1.700	572	486	2.000	1.700	3.593	3.054			12.001	10.201
BOLETINS/ PUBLICAÇÕES	30.000	21.000	8.170	6.195	20.000	14.000	0		10.000	7.000	5.000	3.500	0	0	0	0		0	0	0		0					3.170	2.695
PRODUÇÃO DIGITAL	10.500	7.350	0	0	4.000	2.800	0		2.000	1.400		0	1.500	1.050	0	0	1.500	1.275		0	1.500	1.275						
INTERNET e PUB ON LINE	20.000	14.000	8.420	6.351	8.000	5.600	1.072	750	3.000	2.100	2.153	1.507	3.000	2.100	2.153	1.507	3.000	2.550	3.043	2.587	3.000	2.550						
EVENTOS E FEIRAS	40.000	28.000	43.445	32.801	15.000	10.500	15.240	10.668	10.000	7.000	9.897	6.928	5.000	3.500	2.374	1.662	5.000	4.250	1.629	1.385	5.000	4.250	10.508	8.932			3.796	3.227
REPORTAGENS MULTIMEDIA	33.000	23.100	15.829	11.881	9.000	6.300	6.940	4.858	6.000	4.200	3.550	2.485	6.000	4.200	0	0	6.000	5.100	1.920	1.632	6.000	5.100	344	293			3.075	2.614
TRANSPORTES E LOGISTICA	7.200	5.040	7.578	6.278	2.400	1.680	0		1.200	840	1.090	763	1.200	840	0	0	1.200	1.020		0	1.200	1.020	6.488	5.515				
DISTRIBUIÇÃO PAPEL E ELECTRONICA	6.000	4.200	0	0	2.000	1.400	0		1.000	700		0	1.000	700	0	0	1.000	850		0	1.000	850						
RECURSOS HUMANOS / CUSTOS DE PESSOAL	230.961	161.673	174.251	137.018	56.400	39.480	18.622	13.035	33.210	23.247	31.463	22.024	34.040	23.828	23.889	16.722	34.891	29.657	32.574	27.688	35.763	30.399	30.284	25.742	36.657	31.158	37.420	31.807
RELAÇÕES PÚBLICAS	6.000	4.200	0	0	2.000	1.400	0		1.000	700		0	1.000	700	0	0	1.000	850		0	1.000	850						
AVIAÇÃO EXTERNA DO PLANO	5.000	3.500	6.520	5.542	0	0	0		0	0		0	3.000	2.100	0	0				0		0	6.520	5.542	2.000	1.700	0	0
TOTAL	500.661	350.463	365.603	281.542	199.800	139.860	81.568	57.098	73.410	51.387	78.374	54.862	61.740	43.218	35.331	24.732	58.591	49.802	40.700	34.595	68.463	58.194	69.689	59.236	38.657	32.858	59.940	51.020
% Execução (FEDER) relativamente ao orçamento anual previsto (2)/(1)				80%				41%				107%				57%				69%				102%				155%

O montante indicativo do orçamento do Plano de comunicação para 2008 - 2013 é de 500 mil euros a que corresponde uma comparticipação de 350 mil euros Feder. Até 31/12/2014 tinham sido gastos 365.603€ de despesa, ou seja, cerca de 80% do orçamento previsto.

A componente com gastos mais significativos é a referente aos *recursos humanos*, com cerca 60% do total da despesa em 2014. A *divulgação e publicitação* relativas a anúncios de imprensa e outras contrapartidas por publicitação do PO representam 10% e os *materiais de comunicação diversos* 9%, (que inclui não só cartazes, convites, *banners*, *roll-up* e folhetos, como também material específico relativo aos stands, produzido para participação em eventos e feiras).

➤ **Avaliação do Plano de Comunicação**

Face às limitações de verbas, da assistência técnica do PO Algarve 21, foi decidido incluir a avaliação das medidas de informação e divulgação do Programa no exercício de Avaliação Intercalar que decorreu em 2013, tendo sido apresentado o Estudo no final em julho de 2014, no dia da Comissão de Acompanhamento.

A Avaliação Intercalar do Programa Operacional Algarve 21 (PO Algarve 21) 2007-2013 teve como principal propósito contribuir para um maior conhecimento sobre a eficácia e eficiência do Programa Operacional, através da análise das suas realizações, dos resultados e sua sustentabilidade, bem como do contributo do Programa Operacional para os mesmos.

A Avaliação Intercalar, analisou a estratégia de comunicação, mais especificamente a implementação e os resultados do Plano de Comunicação do Programa.

O Plano de Comunicação do PO Algarve 21 tinha como objetivos: divulgar e promover um maior e mais profundo conhecimento sobre as oportunidades associadas ao Programa Operacional da Região do Algarve e ao QREN; o garantir o acesso a toda a informação relevante, a transparência, a confiança e a proximidade entre os diversos intervenientes; e reforçar a visibilidade e notoriedade do Programa e do papel da União Europeia, destacando o contributo efectivo na vida dos cidadãos, das empresas e organizações.

Foi possível avaliar os objetivos atingidos do Plano de Comunicação; a sua implementação ao longo deste período, sua eficácia da estratégia de comunicação junto da comunicação social; e o impacte da estratégia de comunicação do PO em termos da sua notoriedade junto da opinião pública, através da realização de sessões *Focus Group*, onde representantes de órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais foram convidados a falar sobre estas temáticas.

O Estudo de Avaliação Intercalar do Programa Operacional Algarve 21, desenvolvido pela empresa de consultoria Augusto Mateus&Associados, Sociedade de Consultores, Lda, apresenta, de forma sistematizada e sintética, as grandes conclusões e recomendações resultantes do exercício de avaliação desenvolvido.

Segundo o Estudo, *“A estratégia de comunicação adotada pelo PO Algarve 21 tem sido implementada corretamente, respeitando as obrigações regulamentares”* mesmo com as diversas restrições financeiras que o PO21 tem sido sujeito, condicionando por vezes o cumprimento de alguns compromissos anteriormente assumidos. Numa análise geral *“os objetivos principais previstos no Plano de Comunicação estão a ser cumpridos em termos qualitativos e quantitativos. Não obstante, as metas quantitativas estabelecidas neste Plano para a maior parte dos indicadores de acompanhamento encontram-se claramente subestimadas, o que dificulta a análise do progresso na sua implementação, impondo a necessidade da sua revisão integral.”*

Em relatório ficou o facto do PO Algarve 21 **não ter uma presença institucional nas redes sociais**, como por exemplo o *Facebook* ou o *Twitter*. Apesar do programa fazer uma enorme utilização da comunicação via internet, as redes sociais têm-se afirmado nos últimos anos como canais poderosos meios de comunicação institucional, seria desta forma mais uma possibilidade do Programa aumentar a sua visibilidade e notoriedade. **Esta recomendação, será tida em conta em atuações futuras.**

Foi igualmente considerado que a implementação da estratégia de comunicação é na sua globalidade adequada às características do Programa e da região, uma vez que o elevado nível de reputação e de apreciação atingido pelo PO Algarve 21, junto da população da região, veiculada pelos beneficiários do Programa e pela comunicação social, é muito positivo.

No entanto foram redigidas no relatório da avaliação intercalar algumas recomendações de forma a melhorar a eficácia da Política da comunicação, nomeadamente, e ao nível nacional, na definição de **“um quadro comum de indicadores de acompanhamento da comunicação para os Programas Operacionais, com uma metodologia clara e única de recolha, sistematização e divulgação. Em paralelo, é importante promover a monitorização dos impactos da estratégia de comunicação dos Programas Operacionais tendo por base estudos de opinião realizados a nível nacional.”** – **Recomendação aceite e em fase de operacionalização.**

Assegurou-se a execução da estratégia e dos objetivos do Plano de Comunicação *“otimizando os recursos financeiros disponíveis para o seu desenvolvimento”*. No que respeita aos indicadores do PO Algarve 21, o estudo revela a importância da revisão das metas associadas aos indicadores de acompanhamento, os quais foram de imediato revistos e alterados.

7. CONCLUSÕES E PREVISÕES PARA 2015

Breve retrospectiva e conclusões

Se o ano 2008 foi o ano de arranque das aprovações e execução do Programa e em 2009/2010 foi concretizado o processo de implementação dos procedimentos internos de gestão e controlo, os anos seguintes foram já anos de “cruzeiro” do PO, mesmo apesar das dificuldades que a grave crise económico-financeira acompanhada de fortes medidas de consolidação orçamental vieram introduzir com algumas inevitáveis perturbações nos resultados esperados.

Conforme previsto no Artº 71º do RE (CE) 1083/2006, “os Estados Membros apresentam à Comissão uma **descrição dos sistemas de gestão e controlo**, que deve abranger designadamente os aspectos relativos à organização e aos procedimentos” (...). Esta descrição, enviada pela primeira vez em outubro de 2008 aos serviços da Comissão Europeia passou por um processo nacional de alterações/negociação com a CE que envolveu todos os PO, IGF e Ex-IFDR (ADC) e que no caso do Algarve foi concluído em março de 2010, com a aprovação do documento.

Dando continuidade ao processo de atualização anual da Descrição de Sistemas, em 2011, foi aprovada a integração da AMAL, oficializando-se assim o processo de transferência de processos no âmbito da contratualização de funções que já tinha ocorrido em 2010, em 2012 foram integrados os instrumentos de Engenharia Financeira (Jessica e SAFPRI), em 2013 foram acrescentados os procedimentos referentes ao Sistema de Incentivos de Apoio Local às Microempresas (SIALM), e em **2014** foi ajustado o ponto sobre Instrumentos de Engenharia Financeira (SAFPRI) para adaptação dos instrumentos aprovados mais recentemente.

Embora tenham ficado, em 2009, estabilizadas as funções e procedimentos de relacionamento externo e interno do Programa, bem como a definição do sistema de informação, o sistema de controlo, o manual de procedimentos interno e externo, ao longo do ano de 2010 foram ainda desenvolvidos aperfeiçoamentos significativos que implicaram algumas alterações de fundo do **Sistema de informação** para agilização dos procedimentos da Gestão e dos beneficiários (procedimentos de contratação, reprogramações, validações/alertas e produção de relatórios, entre outros), integração da AMAL enquanto entidade intermédia nos circuitos da validação de despesa e melhoria do módulo de Certificação de despesa.

A morosidade do processo de adjudicação da 2ª fase do Sistema de Informação em 2012 motivada pelas regras de consolidação orçamental retardou o processo geral de desenvolvimento, pelo que em 2013/2014 decorreram ainda trabalhos de conclusão do processo de envio da monitorização mensal via *webservices* à ADC (abril 2013), bem como o aperfeiçoamento dos módulos da certificação e de controlo e gestão de dívidas. Estes últimos prolongaram-se ao longo de **2014** através de adaptações decorrentes das alterações

introduzidas pela ADC no Sistema geral. Incentivou-se também a produção de relatórios do Sistema de Informação em resposta às necessidades da Gestão e antecipando o encerramento.

Uma outra preocupação, na linha do já referido no *ponto 2.3* deste Relatório, prende-se com a necessidade de concluir a **reflexão estratégica** e operacionalizar medidas sobre a concretização regional dos instrumentos nacionais criados, de forma a garantir uma cobertura eficaz das principais prioridades regionais, num contexto de recursos financeiros muito escassos.

Esta reflexão foi iniciada pelo trabalho efetuado pela CCDR “Modelo Institucional do PO Algarve 21 – Contributos para uma Avaliação” e pela Avaliação contratada pelo Ex-IFDR (ADC), no 2º semestre de 2009, subordinada ao tema “Modo de operacionalização dos PO na prossecução das prioridades estratégicas do QREN – Estudo de avaliação do Modelo de elaboração dos Regulamentos Específicos dos PO Regionais FEDER e Fundo de Coesão (2007-2013)”. Faltaria avançar com um modelo de operacionalização das Áreas de Intervenção com maior especificidade regional, passando necessariamente por afinar instrumentos já implementados (Regulamentos Específicos), o que não chegou a produzir os efeitos necessários.

As duas Reprogramações efetuadas concretizaram a resolução de alguns problemas específicos permitindo, no caso do Algarve, o aumento das taxas de comparticipação ao nível das operações (2012 e 2013) e a clarificação entre algumas áreas de intervenção do FEDER e do Fundo de Coesão.

Em 2012, foram implementadas algumas soluções de reanimação da economia nacional com o apoio do QREN no âmbito das quais foi atribuída especial atenção à situação da Região do Algarve, particularmente grave na altura (Investe QREN, criação do Fundo de Capital de Risco Regional e abertura de concursos públicos pela primeira vez em áreas mais estratégicas de suporte ao investimento privado – SIAC e Parques Tecnológicos).

Ao longo de 2013 deu-se continuidade à implementação de medidas estratégicas de apoio direto ou indireto às empresas que passaram pela operacionalização dos instrumentos criados, pela criação de um novo Sistema de Incentivos adaptado a zonas de baixa densidade sócio-económica, o SIALM e pela abertura de novos concursos na área dos Sistemas de Incentivos às Ações Coletivas (SIAC), Áreas de Acolhimento Empresarial, Sistemas de Apoio à Modernização Administrativa, ou Promoção e Capacitação Institucional.

O exercício de Avaliação Intercalar embora tardio ajudou a suportar esta reflexão podendo ainda contribuir no âmbito das conclusões e recomendações (já abordadas no ponto 2.7.2) para a implementação de soluções específicas necessárias para o caso do Algarve, nesta fase final do QREN.

De referir neste caso, já em **2014**, a operacionalização da componente pública da Área de Intervenção “Valorização do Cluster Turismo/Lazer” (Eixo1) que previa um conjunto de investimentos de suporte à competitividade territorial, complementares das atuações privadas no setor turístico. Recorda-se que não tendo sido criada regulamentação específica para enquadramento destes investimentos, foram sendo

sobrecarregados os restantes Eixos 2 e 3 com as respetivas aprovações, com consequências negativas para o Programa como sejam a impossibilidade de contratar operações aprovadas ou de certificar despesa no Eixo 3 dificultando o cumprimento das metas N+2.

Em outubro de 2014 com a transição da 1ª fase das operações enquadradas no cluster, esta questão ficou em parte ultrapassada. A resolução completa da situação com a transição das restantes operações ficou ainda a aguardar a alteração das Regras de “overbooking” o que só viria a acontecer já em 2015.

Para melhor entendimento dos resultados a atingir em 2015, importa recordar que “o impacto da crise financeira na economia real, no mercado de trabalho e nos cidadãos” levou os serviços da Comissão Europeia em 2010 a modificar a metodologia de cálculo da **Regra N+3/N+2**, através da aprovação do Reg. (EU) nº539/2010 de 16/06, que altera o Reg. (CE) nº1083/2006. Esta modificação, remetia a primeira aplicação desta Regra para 2011 (antes o efeito de corte automático previsto aplicava-se logo em 2010). Por sua vez em 2011, foi ainda criado um mecanismo de derrogação criado pelo Regulamento (EU) nº 1311/2011 de 13/12 que altera o Regulamento (CE) nº 1083/2006 no que diz respeito às *disposições de gestão financeira* relativamente a *Estados Membros afetados ou ameaçados por graves dificuldades de estabilidade financeira*. Este mecanismo vulgarmente chamado *Top Up* e que pôde ser aplicável ao Algarve, permitiu incrementar em 10% o montante do Fundo (pagamento) a solicitar aos serviços da Comissão Europeia com a mesma despesa certificada, o que tem tornado mais célere a disponibilização dos reembolsos FEDER aos beneficiários pelas Autoridades Nacionais do QREN, melhorando a tesouraria dos beneficiários e facilitando a implementação das operações.

Desta forma e antes de analisar o cumprimento da **regra N+2**, convém observar a tabela 7.1 para se concluir que as previsões da Autoridade de Gestão para 2014, calculadas em abril de 2014 foram ultrapassadas com as certificações efetuadas ao longo do ano (até 31/12/2014).

Tabela 7.1 – Resultados obtidos face às Previsões efetuadas para 2014

	Previsão de Pedidos de Pagamento (*)		Total de Despesa Certificada em 2014 (**)		
	2014	2015	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
	Fundo	Fundo			
Eixo 1			24.328.294	17.706.047	16.806.270
Eixo 2			5.055.254	5.055.254	4.389.603
Eixo 3			4.794.699	4.794.699	0
Eixo 4			1.976.575	1.976.575	1.801.924
TOTAL	20.000.000	2.997.798	36.154.822	29.532.575	22.997.798

Nota: os valores respeitam apenas aos períodos indicados, ou seja não são acumulados

(*) Informação de despesa prevista certificar durante o ano de 2014 enviada pela AG à ADC em abril de 2014 e para suporte do envio à CE.

Previsão 2014: 20.000.000 € (proposta pela AG)

Previsão 2015: 2.997.798 € (diferença para os 95% da programação - proposta pela ADC)

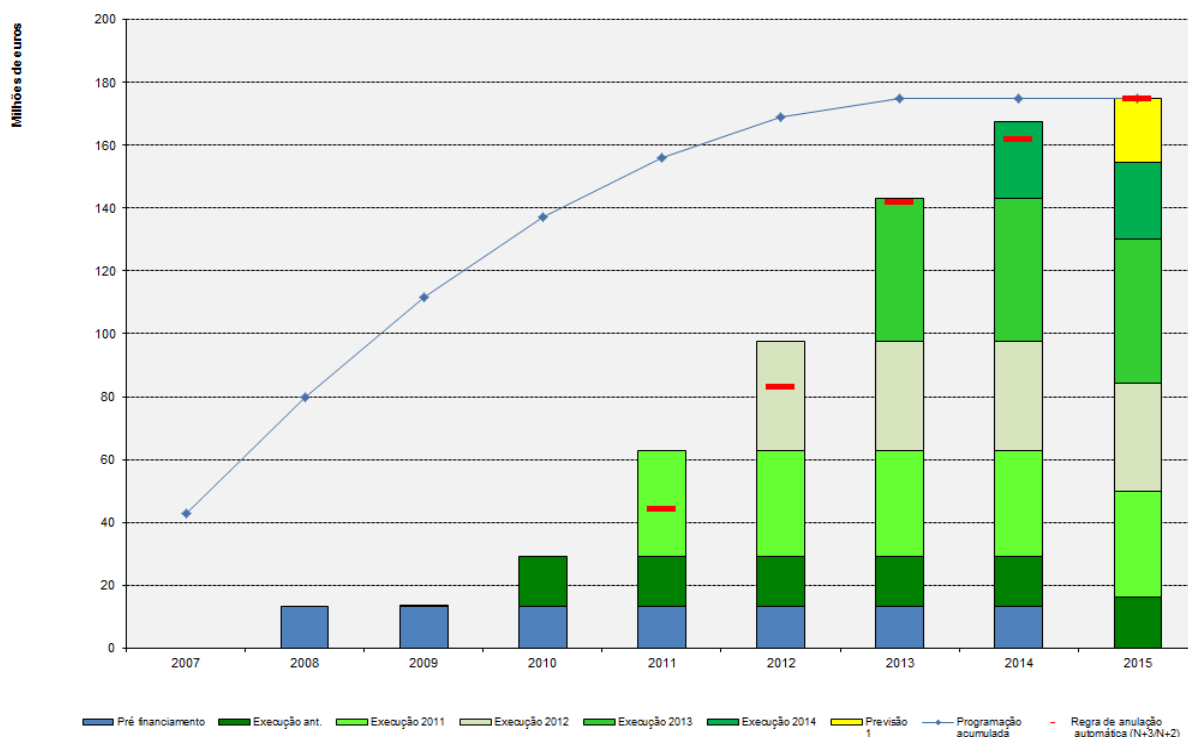
(**) Certificações/ PP efectuados à CE em 2014 inclui top-up

Para o cálculo da tabela 7.1 foi efetuada a comparação entre as previsões e a despesa efetivamente certificada durante o ano 2014. No global **as previsões efetuadas foram ultrapassadas em 15%**. De referir que a última certificação de 2014 (corte 30/11/2014) ultrapassou até os 95% da programação do PO, tendo sido apresentado à ADC um montante acumulado de 154.471.500 €, que corresponde a uma certificação Feder de 24.386.284 € durante o ano 2014. Assim o PO Algarve não só ultrapassou as previsões efetuadas para 2014 como antecipou a estimativa de certificações a efetuar para 2015 no montante de 2.997.798 € (não acumulado). Note-se que esta previsão de 2015 é calculada por diferença em relação aos 95% da programação, uma vez que os 5% finais de reembolsos da Comissão Europeia aos Programas apenas será pago após a aprovação dos documentos de encerramento, dos quais faz parte o envio da Certificação Final do Programa.

O Gráfico 7.1, que ilustra o perfil de programação acumulada, bem como o limite mínimo de execução admitido de forma a evitar cortes relativos às regras de anulação automática, permite confirmar o **cumprimento da Regra N+2 no ano 2014**.

Efetivamente à semelhança dos anos anteriores, em 2014, foi possível cumprir a regra com base no montante FEDER certificado (pagamento solicitado à CE acumulado), como é visível através da coluna 2014 do gráfico (a coluna verde ultrapassa de forma mais significativa o limite de “guilhotina” vermelho).

Gráfico 7.1 – Programação Futura – Regra de anulação automática⁸²



⁸² Execução na ótica da certificação

Como é também visível da análise do Gráfico, o cumprimento da regra em 2014 foi conseguido com uma folga bastante maior que em 2013.

Efetivamente o acréscimo da exigência da meta em 2013, medido pelo diferencial das metas (traços vermelhos) é muito superior ao verificado em qualquer dos outros anos anteriores e futuros.

Recorda-se aqui que, apesar do efeito facilitador já explicado que foi introduzido, a partir de 2012 com a subida de taxa dos Eixos constante da Reprogramação e o efeito *Top Up* que incrementou o FEDER associado à Despesa Certificada, a tarefa de cumprir as previsões e as metas regulamentares encontrava-se em 2013 significativamente dificultada, no caso do Algarve, pela existência de uma concentração anormalmente elevada da programação nos primeiros anos⁸³ o que com a passagem da Regra N+3 a N+2 implicava um sobre-esforço de execução no ano 2013, assinalável.

Consciente desta dificuldade e conforme tem sido referido, a Autoridade de Gestão implementou um conjunto de medidas que passaram pela aplicação de novos instrumentos de apoio aos privados já referidos, pelo reforço das engenharias financeiras e respetiva execução e por dar continuidade aos aumentos de taxas já efetuados em 2012, embora neste caso apenas para casos específicos em que se registaram em paralelo, poupanças ou libertações FEDER, devido aos níveis de compromisso já relativamente elevados que o Programa apresentava.

O cumprimento das metas neste ano não teria no entanto sido possível sem o especial empenhamento dos beneficiários e estruturas intermédias do Programa acompanhadas por uma forte monitorização semanal por parte da Autoridade de Gestão que procurou reduzir tempos mortos nos circuitos de despesa/pagamento desde a execução física, faturação e submissão de pedidos de pagamento pelos promotores, até à validação de despesa pela AG e pelos OI⁸⁴ e ao pagamento das participações FEDER pela ADC⁸⁵.

De acordo com as regras comunitárias aplicadas à programação do PO do Algarve o esforço em **2014** foi já significativamente menor como é visível nos montantes certificados (23 milhões de euros Feder em 2014, contra 45,7 milhões de euros em 2013) – ver gráfico 7.1. De notar que foram iniciadas as negociações do novo POR (2014-2020), em simultâneo com a execução do POR (2007-2013).

⁸³ Devido ao seu estatuto *phasing out*. (ver gráfico 2.1)

⁸⁴ Organismos Intermédios (IAPMEI, AICEP, ADI, Turismo de Portugal e AMAL).

⁸⁵ A evidência destes resultados no caso dos beneficiários públicos é visível no Gráfico 2.9.

Previsões e perspetivas para 2015

Antes de perspetivar o próximo ano e os desafios que se lhe colocam, importa, através do Gráfico 7.1, rever a evolução do Programa ao longo do período do QREN.

No ano 2008, foi possível a operacionalização efetiva das aprovações do Programa, com abertura de todos os Eixos. Em 2009 as aprovações já efetuadas, começaram a produzir efeitos ao nível da execução. Em face da necessidade de executar totalmente o QCA III e com a consciência da forte redução financeira do QREN a iniciar, não foi exercida grande pressão, junto dos beneficiários, para execução na 1ª metade de 2009, no âmbito do PO Algarve 21 (QREN).

Finalmente em 2010 iniciou-se uma “fase de cruzeiro” no que respeita à execução do QREN. Com efeito, apesar do agravamento da crise, no final de 2010, os níveis de execução quase tinham quadruplicado o nível do final de 2009, passando a taxa de execução de 3,8% para 12,9%.

Em 2011 e essencialmente devido ao acentuar da crise e à maior instabilidade económico-financeira nacional e internacional, a execução cresceu a um ritmo ligeiramente inferior, quando seria desejável o contrário. Em 2012 e apesar das limitações impostas pelas regras de consolidação orçamental foi possível compensar estas dificuldades através de 2 aumentos de taxas e do início dos pagamentos *Top Up*, o que aumentou a liquidez dos beneficiários e permitiu acelerar a execução. Neste ano o PO manteve-se alinhado com os restantes PO regionais embora com um nível mais baixo de execução, ainda influenciado pela estratégia de contenção ao nível das aprovações (compromisso) assumida no início, face às baixas dotações atribuídas à Região no âmbito do QREN. Os atrasos verificados na concretização de aprovações em 2012, essencialmente devido à Operação Limpeza, apenas permitiu elevar as aprovações para um nível compatível com os prazos do QREN já no final do ano, o que requeria ainda uma forte atividade de aprovações ao longo de todo o ano 2013.

Durante o primeiro semestre do ano (2013) foi encerrado um conjunto significativo de concursos que tiveram como resultado um acréscimo do número de operações de apoio às empresas de 200%. Em contrapartida no caso dos beneficiários públicos, eventualmente por indefinições relacionadas com a situação económico-financeira da Administração Central e Local foram rejeitadas algumas candidaturas por falta de maturidade dos respetivos processos. Tentando que os beneficiários “ganhassem” tempo para ultrapassar estas debilidades investindo na preparação e na valia das operações, a Autoridade de Gestão retardou a abertura deste processo de concursos do 2º semestre 2013 que se pretendia como final. A grande maioria das decisões foram tomadas já no 1º trimestre de 2014.

O Programa atingiu no final de 2013 um nível de compromissos razoável, em particular nos Sistemas de Incentivos, em “overbooking” (na média do Programa e em 2 dos Eixos) tendo passado para 1º lugar do “ranking” dos PO regionais do Continente, para 4º lugar em matéria de execução⁸⁶ e 3º no que respeita aos Sistemas de Incentivos, logo após o PO Norte e Centro.

Em **2014** por via de quebras devidas a correções financeiras de auditorias a um aumento de rescisões e anulações, bem como à desistência de alguns promotores mais pressionados, o nível de compromisso baixou tendo pela 1ª vez no caso dos privados reduzido o número efetivo de operações aprovadas.

Por outro lado, nos Eixos públicos não era possível, face aos desequilíbrios do Programa já explicados, contratar as operações aprovadas de forma manter o nível de compromisso compatível com as quebras verificadas e expectáveis.

Ao longo do 1º semestre do ano a AG preparou um conjunto de propostas que apresentou de forma consolidada em *julho de 2014* em resposta ao apelo da tutela intitulada “*Medidas de Gestão a tomar com urgência para garantir o cumprimento dos objetivos do PO Algarve 21 e acelerar o seu encerramento*” e que tinha como preocupação elevar o nível de aprovações (contratos) que não se considerava ainda satisfatório face aos objetivos, aumentar a execução garantindo a utilização plena das dotações do PO e antecipar a execução, para concretizar mais cedo o encerramento do Programa, mas também para não concentrar uma demasiada execução em 2015.

Das 3 medidas propostas e já explicadas no ponto 2.7.1 apenas a Reprogramação Interna foi aprovada já no final de setembro o que ainda permitiu um efeito ligeiro nas aprovações e execução do ano, ajudando ao cumprimento da Regra N+2. O maior efeito, no entanto, não foi possível concretizá-lo em 2014 uma vez que as restantes duas medidas complementares⁸⁷ apenas foram aprovadas em 2015. Assim para **perspetivar o ano 2015**, importa finalmente conhecer a evolução da **execução real** agora já sem o efeito de *top-up* e das regras das certificações intermédias (N+2) para poder avaliar **a despesa efetiva a realizar para garantir a completa absorção das dotações do PO**. (Tabela 7.2)

⁸⁶ Ultrapassando o PO Alentejo.

⁸⁷ Autorização para lançar um convite aos portos para reforço da sua componente turística e autorização para realização de “overbooking” no Eixo 1 público.

**Tabela 7.2 – Previsão de Despesa (2015)
(Período de Programação 2007-2013)**

unid: euro

Anos	Programação		Execução		
	Feder Programado	Feder Programado Acumulado	Feder Executado	Feder Executado acumulado	Taxa de Execução
	1	2	3	4	5=4/2
2007	42.760.156	42.760.156	-	-	-
2008	37.246.284	80.006.440	170.017	170.017	0%
2009	31.494.752	111.501.192	6.484.852	6.654.869	4%
2010	25.498.262	136.999.454	15.886.477	22.541.346	13%
2011	19.249.314	156.248.768	13.268.132	35.809.478	20%
2012	12.740.209	168.988.977	31.515.501	67.324.979	38%
2013	5.963.039	174.952.016	38.113.895	105.438.874	60%
2014	-	-	29.297.045	134.735.919	77%
2015	-	-	a) 40.216.097	174.952.016	100%
TOTAL	174.952.016		174.952.016		100%

a) Em execução

A tabela 7.2 evidencia assim a verdadeira dimensão do esforço e permite compreender os desafios que se colocam ao Programa para 2015.

Efetivamente a despesa FEDER a executar em 2015 representa o *maior valor anual de execução* que será necessário concretizar desde o início do PO Algarve 21.

Os **desafios para 2015** decorrem da evolução dos anos anteriores e centram-se na capacidade de, em situação de debilidade económico-financeira e contexto de consolidação orçamental, com efeitos visíveis nas dificuldades em cumprir compromissos por parte de beneficiários e fornecedores, continuar a contribuir para o relançamento da economia regional, ultrapassando os principais problemas identificados, dos quais foram acrescentadas as preocupações decorrentes da evolução do último ano:

- Conseguir a maximização de resultados promovendo a realização de **convites nas áreas de vocação mais estratégica para a economia algarvia**, como sejam as áreas de intervenção pública complementares das iniciativas privadas, em particular na área de **valorização do Cluster Turismo/Lazer**, dentro do tempo útil.
- Promover o **equilíbrio de realização entre Eixos** numa 1ª fase através de alterações internas, e recorrendo à **Reprogramação Final do PO**, no 3º trimestre do ano para melhor ajuste à realidade do encerramento.
- Dar continuidade ao **reforço do nível de aprovações** elevando (em todos os Eixos) o *overbooking* até aos limites autorizados com base no histórico de quebras, e **deixar aberta, até ao final do**

Programa, a possibilidade de **reforçar o compromisso como margem de gestão** em “overbooking condicionado” ou em regime normal, de forma a poder **acomodar as quebras finais promovendo a plena utilização da dotação programada do PO**.

- Preparar o encerramento do PO, promovendo atempadamente a **resolução das recomendações de “follow up” de auditorias**, as **correções financeiras**, as **libertações de verbas** nomeadamente as resultantes de adjudicações menos dispendiosas e as que advém do encerramento das operações, com vista à **agilização dos processos de encerramento** e ao apuramento das disponibilidades que permitem antecipar a necessidade de compromissos com realização em tempo útil (durante o ano 2015).
- Manter promotores e organismos intermédios regularmente informados sobre as **questões do overbooking e do encerramento**, em particular sobre as situações de “*concorrência de execução*” entre as respetivas operações como forma de clarificar as regras de jogo e com vista à sensibilização para uma **conclusão mais célere**.
- **Monitorizar e acelerar a execução dos projetos, públicos e privados, aprovados** reduzindo os tempos de arranque dos investimentos, de pagamento por parte dos beneficiários e de encerramento das operações em contexto de fortes limitações orçamentais, cumprindo as regras comunitárias definidas, **evitando cortes finais** às dotações do PO e enquadrando a realização **nos calendários definidos** pela tutela de coordenação do QREN.
- Cumprir as disposições regulamentares em matéria de sistemas de informação, avaliação, controlo interno e comunicação com as **limitações do orçamento de Assistência Técnica** verificadas no caso específico do PO do Algarve, tanto nas dotações comunitárias como nas dotações da contrapartida nacional.
- Garantir **concentração de esforços na execução da totalidade das verbas do QREN**, bastante ambiciosas para o Algarve, num contexto regional de arranque do novo Quadro que **concorre em atenção e em recursos materiais, humanos e financeiros** numa Região com limitação de ativos e de atores ao nível de **estruturas de gestão**, de **organismos intermédios** e de **beneficiários**.

GLOSSÁRIO E SIGLAS

AAE – Avaliação Ambiental Estratégica
AC – Áreas Classificadas
ADC - Agência para o Desenvolvimento e Coesão
ADENE – Agência para a Energia
ADI - Agência de Inovação
AE “Atividades de Saúde Humana
AG - Autoridades de Gestão
AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
AMAL – Grande Área Metropolitana do Algarve
ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses
AP – Áreas Protegidas
AP/PR – Aprovação sobre Programação
APA-ARH – Agência Portuguesa do Ambiente - Administração da Região Hidrográfica do Algarve
AT – Assistência Técnica
BEI – Banco Europeu de Investimento
CAE – Classificação Portuguesa de Actividades Económicas
CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CCMAR – Centro de Ciências do Mar
CCS – Comissão de Coordenação e Supervisão
CE – Comunidade Europeia
CGD – Caixa Geral de Depósitos
CI – Comité de Investimento
CIITT – Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo
CIM – Comunidade Intermunicipal
CMC – Comissão Ministerial de Coordenação
COCOF – Comité de Coordenação de Fundos
CODR – Centro de Observação das Dinâmicas Regionais
Competitiv TUR – Estudo da Competitividade no Turismo no Algarve
Core Indicators - Indicadores Comuns Comunitários
CRIA – Centro Regional para a Inovação do Algarve
CRM – Gestão de Relacionamento com os Municípios
D.L. – Decreto-lei
DEE – Documento de Enquadramento Estratégico
DGTF – Direcção Geral do Tesouro e Finanças
DSGC – Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo
EEC – Estratégias de Eficiência Colectiva
EQ – Empréstimo Quadro
EU – União Europeia
EUROSTAT – Gabinete de Estatísticas da União Europeia
FC – Fundo de Coesão
FCGM – Fundo de Contragarantia Mútuo
FCR – Fundo de Capital de Risco
FDU – Fundos de Desenvolvimento Urbano
FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
FEP – Fundo Europeu das Pescas
FINOVA – Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação
FSE – Fundo Social Europeu
GAT – Gabinete de Apoio Técnico
GEE – Gases com Efeito de Estufa
HACCP – Análise de Perigos e Controlo de Pontos Críticos / Hazard Analysis and Critical Control Point
I&DT – Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação
ICNB - Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
IFDR – Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional
IGF – Inspeção-Geral de Finanças
IGFSE – Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu

IMPACTUR – Indicadores de Monitorização e Previsão da Atividade Turística
INE – Instituto Nacional de Estatística
IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social
JEREMIE - *Joint European Resources for Micro to Medium Enterprises*
JESSICA - *Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas*
MEA – Monitorização Ambiental Estratégica
MEE – Ministério da Economia e do Emprego
MINIMIS - Ajudas de reduzido valor concedidas a uma empresa
MTD – Melhores Técnicas Disponíveis
n.a. – Não aplicável
n.d. – Não disponível
NUTS - Nomenclaturas de Unidades Territoriais
OG – Orientação de Gestão
OI – Organismos Intermédios
OLAF – Organismo Europeu de Luta Antifraude
ONG - Organizações Não Governamentais
PAEF – Programa de Assistência Económica e Financeira
PDM – Plano Diretor Municipal
PGA – Plano Global e Avaliação
PIB - Produto Interno Bruto
PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PME – Pequenas e Médias Empresas
PMME - Planos Municipais para a Mobilidade Eléctrica
PMME – Planos Municipais para a Mobilidade Eléctrica
PO – Programa Operacional
PO ALGARVE – Programa Operacional Regional do Algarve
POCTEP – Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha -Portugal
POFC – Programa Operacional Factores de Competitividade
POOC – Planos de Ordenamento da Orla Costeira
POPH – Programa Operacional do Potencial Humano
POR – Programa Operacional Regional
POVT – Programa Operacional Valorização do Território
PROALGARVE - Programa Operacional do Algarve (2000/2006)
PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural
PROMAR – Programa Operacional das Pescas
PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território
PROVERE – Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos
PRU – Parcerias para a Regeneração Urbana
PTIA – Parque Tecnológico Internacional do Algarve
PU – Plano de Urbanização
QCA – Quadro Comunitário de Apoio
QREN – Quadro de Referência de Estratégia Regional
RCM – Resolução do Conselho de Ministros
Regulamento (CE) – Regulamento (da Comunidade Europeia)
RGIC – Regulamento Geral de Isenção por Categoria
SAFPRI – Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação
SCD – Sistema Contabilístico de Dívidas
SCT – Sistema Científico e Tecnológico
SEEDR – Secretário de Estado da Economia e do Desenvolvimento Regional
SEDR – Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional
SI I&DT – Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
SI Inovação – Sistema de Incentivos à Inovação
SI QPME – Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação PME)
SIAC – Sistema de Apoio às Ações Colectivas
SIALM - Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas
SIDS – Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve
SIGA – AC – Sistema de Informação da Autoridade de Certificação
SIGA.21 – Sistema de Informação de Gestão do PO Algarve
SiQREN – Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos às Empresas do QREN
SPGM - Sociedade Portuguesa de Garantia Mútua, Sociedade de Investimento, S.A
TASA – Técnicas Artesanais Saberes Ancestrais
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

TP – Turismo de Portugal, IP
UALG – Universidade do Algarve
VPN – Virtual Private Network
VRSA – Vila Real de Santo António
ZEC – Zonas Especiais de Conservação
ZPE – Zona de Protecção Especial

ANEXOS

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2012)		Realização (31/12/2013)		Realização (31/12/2014)		Execução Financeira (mil euros - FEDER)		Observações
				Executada	Contratada	Executada	Contratada	Executada	Contratada	Executada	Contratada	
Agenda Fatores de Competitividade												
FC-ICN-Tri-001 (*)	Realização	nº	Empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento (no âmbito dos sistemas de incentivos)	16	140	44	282	87	379	14.063.050,77	68.197.370,87	
FC-CN-Anual-002	Realização	nº	Empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento nos sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia Nota: Os sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia são identificados pelo código CAE na Tabela I	5	51	14	114	25	150	5.163.259,51	32.050.288,82	
FC- ICN-Tri-002_a	Realização	Euros	Investimento total nos projetos de apoio a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos	3.351.658,53	133.418.594,92	15.106.964,32	196.636.637,90	29.820.190,31	210.101.573,61	14.063.050,77	68.259.103,37	
FC- ICN-Tri-002_b	Realização	Euros	Investimento elegível nos projetos de apoio a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos	3.057.003,40	117.720.670,36	14.063.466,60	173.565.089,83	24.037.985,33	186.667.006,52			
FC-ICN-Tri-003	Realização	Nº	Novas empresas/start-up apoiadas (no âmbito dos sistemas de incentivos)	1	16	3	54	8	100			
FC-ICN-Tri-004	Realização	Nº	Novas empresas/start-up apoiadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia Nota: Os sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia são identificados pelo código CAE na Tabela I	1	10	2	32	3	56			

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2012)		Realização (31/12/2013)		Realização (31/12/2014)		Execução Financeira (mil euros - FEDER)		Observações
				Executada	Contratada	Executada	Contratada	Executada	Contratada	Executada	Contratada	
FC-ICN-Anual-003_a	Resultado	Euros	VAB gerado pré-projecto por empresas apoiadas classificadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	347.694,57	3.740.523,81	2.254.773,09	12.356.768,17	3.473.350,88	12.349.469,44			
FC-ICN-Anual-003_b	Resultado	Euros	VAB gerado pós-projecto por empresas apoiadas classificadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	968.207,93	32.496.440,16	5.260.780,86	51.399.533,11	7.589.098,34	55.939.635,29			
FC-ICN - Anual-004	Realização	nº	Empresas apoiadas em sectores de produção transacionável e internacionalizável	5	34	10	49	17	57			
FC-ICN -Anual-005_a	Resultado	Euros	VAB gerado pelas empresas apoiadas, no pré-projecto	6.454.086,45	41.089.219,90	35.289.201,07	60.109.927,49	37.860.384,52	65.376.841,18			
FC-ICN -Anual-005_b	Resultado	Euros	VAB gerado pelas empresas apoiadas, no pós-projecto	14.554.404,75	104.134.997,06	58.703.386,25	151.626.836,27	64.046.453,34	164.136.639,78			
FC-ICN -Anual-006_a	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pré-projecto	3.059.000,54	17.574.514,04	12.620.542,13	32.872.716,24	16.249.571,27	38.682.032,51			
FC-ICN -Anual-006_b	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pós-projecto	5.383.030,83	54.988.410,05	29.903.301,36	109.492.400,54	35.994.232,36	126.354.510,60			
FC-ICN -Anual-007_a	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento em sectores intensivos em conhecimento e média e alta tecnologia, no pré-projecto	0	441.757,87	298.138,73	358.367,87	298.367,87	358.367,87			
FC-ICN -Anual-007_b	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento em sectores intensivos em conhecimento e média e alta tecnologia, no pós-projecto	405.652,76	17.434.233,42	2.208.260,25	32.730.352,80	2.774.721,25	38.608.694,98			
FC-ICN - Anual-008_a	Resultado	Euros	Valor das vendas das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pré-projecto	13.831.304,00	84.101.597,09	66.768.417,38	132.232.296,85	74.200.063,24	141.264.917,47			

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2012)		Realização (31/12/2013)		Realização (31/12/2014)		Execução Financeira (mil euros - FEDER)		Observações
				Executada	Contratada	Executada	Contratada	Executada	Contratada	Executada	Contratada	
FC-ICN - Anual-008_b	Resultado	Euros	Valor das vendas das empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento, no pós-projeto	25.813.681,82	168.169.418,32	94.247.561,74	255.448.612,33	105.697.007,14	274.652.715,16			
FC-ICN - Anual-009	Realização	N.º	Garantias prestadas às PME	0	156	0	160	0	140			Contabilização que resulta da soma das bonificações da taxa de juro com as comissões de garantias
FC-ICN-Tri-005	Realização	N.º	Empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de Engenharia Financeira	0	148	0	151	0	132			
FC-ICN - Anual-010	Realização	Euros	Investimento realizado em capital de risco	0	0	0	4.000.000	0	4.000.000			
FC-ICN-Tri-006_a (**)	Realização	Euros	Investimento Total em I&DT	32.990,00	5.474.201,25	369.365,11	7.982.300,96	5.600.066,40	10.848.200,33			
FC-ICN-Tri-006_b (**)	Realização	Euros	Investimento Elegível em I&DT	32.990,00	4.848.155,60	344.797,96	7.248.018,43	1.843.494,14	10.028.449,03			

Ref ^a Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2012)		Realização (31/12/2013)		Realização (31/12/2014)		Execução Financeira (mil euros - FEDER)		Observações
				Executada	Contratada	Executada	Contratada	Executada	Contratada	Executada	Contratada	
FC-ICN - Anual-012_a	Realização	Euros	Investimento total em projetos de cooperação empresas-instituições de investigação	0,00	2.895.987,80	0,00	5.404.087,51	3.235.896,03	8.269.986,88			
FC-ICN - Anual-012_b			Investimento elegível em projetos de cooperação empresas-instituições de investigação	0,00	2.781.153,21	0,00	5.181.016,04	637.092,25	7.961.446,64			
FC-ICN-Tri-007 (***)	Realização	nº	Ações Coletivas	0	0	0	3	0	8			
FC-ICN - Anual-014_a	Realização	Euros	Investimento total nas Ações Coletivas	0	0	6.088,50	610.849,56	311.036,76	1.504.086,98			
FC-ICN - Anual-014_b			Investimento elegível nas Ações Coletivas	0	0	6.088,50	587.448,00	311.036,76	1.370.694,00			
FC-ICN - Anual-015_a	Realização	m2	Área infraestruturada nos Parques de C&T	0	0	0	4.215	4.215	4.215	1.380.574,88	3.615.117,00	Ualg- B Lab
FC-ICN - Anual-015_b	Realização	m2	Área infraestruturada nas Incubadoras de empresas	0	0	0	773	773	773			
FC-ICN - Anual-015_c	Realização	m2	Área infraestruturada nas áreas de acolhimento empresarial	195.496	195.496	195.496	195.496	195.496	810.992	2.830.578,81	3.887.104,59	Área Industrial de Santa Margarida + Enercoutim
FC-ICN - Anual-016	Realização	Nº	Projetos pilotos de eficiência energética	0	0	0	0	0	0			

Ref ^a Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2012)		Realização (31/12/2013)		Realização (31/12/2014)		Execução Financeira (mil euros - FEDER)		Observações
				Executada	Contratada	Executada	Contratada	Executada	Contratada	Executada	Contratada	
FC-ICN - Anual-017_a (****)	Realização	MWh	Consumo energético antes da implementação do projeto	0	61847,68	3559,78	48968,52	5.721,64	60559,31			O regulamento de energia teve projetos descomprometidos
FC-ICN - Anual-017_b (****)	Resultado	MWh	Consumo energético após a implementação do projeto	0	57820,09	3322,9	44882,92	5.395,93	51450,90			
FC-ICN-Tri-008	Realização	nº	Lojas do cidadão, centros multisserviços e balcões únicos	1	1	1	1	1	1	66.895,21	66.895,21	Tavira Loja de Portimão desistiu
FC-ICN-AAE-001	Resultado	nº	População servida pelas lojas do cidadão, centros multisserviços e balcões únicos	26.167	26.167	26.167	26.167	26.167	26.167			atualizado acordo com o novo censos 2011 população Tavira
FC-ICN-AAE-002	Resultado	nº	Serviços on-line orientados para empresas disponibilizados por entidades públicas	71	89	76	89	84	104			
FC-ICN-AAE-003	Realização	%	Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d			
FC-ICN-AAE-006	Resultado	nº	Estratégias de Eficiência Coletiva reconhecidas, por tipo de estratégia (polos de competitividade e tecnologia, outros clusters, PROVERE, ARDU)	0	21	2	21	2	21			13 Sistemas Incentivos (só contabilizadas as que têm âmbito territorial no Algarve) + 2 PROVERE+6 ARDU

Ref ^a Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2012)		Realização (31/12/2013)		Realização (31/12/2014)		Execução Financeira (mil euros - FEDER)		Observações
				Executada	Contratada	Executada	Contratada	Executada	Contratada	Executada	Contratada	
Agenda Valorização do Território												
VT-ICN-Tri-009	Realização	km	Km de rede viária construída/beneficiada/retificada	30,78	60,94	45,68	91,46	69,61	129,12	10.876.157,53	17.410.020,93	Neste indicador estão incluídos dois projetos (ALG-01-0450-FEDER-000001 e ALG-01-0450-FEDER-000002) que transitaram do Eixo 3 para o Eixo 1. Estes projetos contribuem com (Contratada=5,37 km Executada =2,75km)
VT-ICN-Tri-010	Realização	km	Km de ferrovia construída/beneficiada	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	
VT-ICN-Tri-011	Realização	km	Km de rede de abastecimento de água (nova ou a reabilitar/intervencionar) nos sistemas em baixa e alta	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	
VT-ICN-Tri-012	Realização	km	km de coletores de drenagem de águas residuais (nova ou a reabilitar/intervencionar)	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	
VT-ICN - Anual-018	Realização	nº	ETAR construídas	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	
VT-ICN - Anual-019	Realização	ton/ano	Quantidade de RUB valorizados organicamente por ano	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	
VT-ICN - Anual-020	Realização	Nº	Ações de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	
VT-ICN - Anual-021	Resultado	Nº	População abrangida por ações de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos	0	0	0	0	0	0			

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2012)		Realização (31/12/2013)		Realização (31/12/2014)		Execução Financeira (mil euros - FEDER)		Observações
				Executada	Contratada	Executada	Contratada	Executada	Contratada	Executada	Contratada	
VT-ICN - Anual-022	Realização	nº	Operações de gestão ativa de espaços protegidos e classificados	0	0	0	6	3	6	191.508,29	561.564,76	
VT-ICN - Anual-023	Resultado	ha	Área classificada abrangida por intervenções de gestão ativa de espaços protegidos e classificados	0	0	0	1049,7	1030,4	1049,7			
VT-ICN-Tri-013_a	Realização	nº	Projetos contratados/concluídos de combate à erosão e defesa do litoral	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d			
VT-ICN-Tri-013_b	Realização	nº	Projetos contratados/concluídos de prevenção e gestão de Riscos naturais e tecnológicos	0	19	2	19	4	18	2.080.135,35	2.963.274,25	
VT-ICN-Tri-013_c	Realização	nº	Projetos contratados/concluídos de recuperação do passivo ambiental	3	9	4	11	6	11	1.491.950,82	1.903.965,58	Contabilizamos o Regulamento Especifico das Acções de Valorização e Qualificação Ambiental (9) + Regulamento das acções de valorização do Litoral [(2), sendo que o projeto ALG-01 0430-FEDER-000001 transitou do Eixo 2 para o Eixo 1]]. Caso contrário o indicador mantém-se a zero.
VT-ICN - Anual-024	Resultado	nº	População abrangida por Planos de emergência de protecção civil	0	451.005	290.063	451.005	451.005	451.005			Atualizamos o valor da população do Algarve de acordo com o censo 2011
VT-ICN - Anual-025	Realização	Nº	Protocolos de parceria para a regeneração urbana	3	3	3	3	3	3	4.583.502	4.583.502	O montante contratado corresponde ao valor aprovado para os programas de ação. O valor executado corresponde à execução das operações do PRU
VT-ICN - Anual-026	Realização	Nº	Parceiros envolvidos nas parcerias para a regeneração urbana	13	13	9	9	9	9			O n.º de parceiros envolvidos baixou relativamente ao RE 2012 uma vez que saíram 4 parceiros (PRU - Oihão saiu mercado de olho; PRU Loulé saiu INUAF e Sta CASA Loulé e PRU Tavira saiu Tavira Verde)
VT-ICN - Anual-027	Resultado	Nº	População abrangida por operações de regeneração urbana	0	12.625	4.315	132.037	36.829	168.659			atualizamos o valor da população de acordo com o censo 2011
VT-ICN - Anual-028	Realização	m2	Área intervencionada por operações de regeneração urbana	51.928	72.224	51.928	93.282	61.496	226.094			reabilitação urbana + PRU

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2012)		Realização (31/12/2013)		Realização (31/12/2014)		Execução Financeira (mil euros - FEDER)		Observações
				Executada	Contratada	Executada	Contratada	Executada	Contratada	Executada	Contratada	
VT-ICN - Anual-029	Realização	Nº	Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)	0	2	0	1	0	1	1.759.277	3.060.000	O montante contratado corresponde ao valor aprovado para os programas de ação. O valor executado corresponde à execução das operações do RUCI. Um PG ação foi descomprometido
VT-ICN - Anual-030	Realização	Nº	Municípios envolvidos nos programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)	6	12	6	6	6	6			Um Programa de ação RUCI foi descomprometido o que explica que o valor tenha baixado relativamente ao RE de 2012
VT-ICN - Anual-031	Realização	Nº	Outros parceiros envolvidos nos programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)	4	8	3	3	3	3			
VT-ICN-Tri-014	Resultado	nº	Equipamentos sociais	0	0	0	0	0	0	0	0	
		nº	Equipamentos desportivos	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	0	0	O Algarve não prevê esta tipologia
		nº	Equipamentos culturais (bibliotecas públicas, arquivos públicos, teatros e cineteatros, cinema digital e centros de arte contemporânea)	1	1	1	2	2	3	1.011.403,93	1.305.741,93	cine-teatro de Loulé (PRU) e centro Cultural de Lagos (reabilitação urbana) Teatro FARO
		nº	Unidades de saúde	5	5	5	5	5	5	2.642.899	2.642.899	

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2012)		Realização (31/12/2013)		Realização (31/12/2014)		Execução Financeira (mil euros - FEDER)		Observações
				Executada	Contratada	Executada	Contratada	Executada	Contratada	Executada	Contratada	
VT-ICN - Anual-032	Resultado	nº	População abrangida por equipamentos sociais	0	0	0	0	0	0			
		nº	População abrangida por equipamentos desportivos	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a			
		nº	População abrangida abrangidas por equipamentos culturais (bibliotecas públicas, arquivos públicos, teatros e cineteatros, cinema digital e centros de arte contemporânea)	70.622	66.085	101.670	97.133	166.230	163.693			A execução foi atualizada de acordo com o censos 2011
		nº	População abrangida por unidades de saúde	451.005	434.023	451.005	434.023	451.005	451.005			Todo o território coberto. A execução foi atualizada de acordo com o censos 2011
VT-ICN-AAE-018	Resultado	%	Variação na taxa de desvio de RUB para aterro	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a			
VT-ICN-AAE-023	Resultado	km	Extensão de costa intervencionada para redução do risco associado à dinâmica costeira	0	5,8	0	5,8	0	18,45			
VT-ICN-AAE-024	Resultado	km	Extensão de costa intervencionada para contenção ou diminuição da ocupação antrópica em área de risco	0	0,8	0	0,8	0	5,8			
VT-ICN-AAE-025	Resultado	%	Grau de cobertura do território por planos de emergência	100	100	100	100	100	100			Todo o território coberto

Ref ^a Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2012)		Realização (31/12/2013)		Realização (31/12/2014)		Execução Financeira (mil euros - FEDER)		Observações
				Executada	Contratada	Executada	Contratada	Executada	Contratada	Executada	Contratada	
Agenda Potencial Humano												
PH-ICN-Tri-015	Resultado	nº	Centros escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar construídos e/ou ampliados/requalificados	11	17	11	17	15	17	18.836.045	18.939.816	
		nº	Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídos e/ou ampliados/requalificados	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	
		nº	Escolas do ensino secundário construídos e/ou ampliados/requalificados	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	
		nº	Universidades construídos e/ou ampliados/requalificados	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	
		nº	Centros de formação construídos e/ou ampliados/requalificados	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	
PH-ICN - Anual-033	Resultado	nº	Alunos abrangidos por centros escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar construídos e/ou ampliados/requalificados	3.236	5.630	3.236	5.630	3.925	5.630			
		nº	Alunos abrangidos por escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídos e/ou ampliados/requalificados	0	0	0	0	0	0			
		nº	Alunos abrangidos por escolas do ensino secundário construídos e/ou ampliados/requalificados	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a			
		nº	Alunos abrangidos por universidades construídos e/ou ampliados/requalificados	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a			
		nº	Formandos abrangidos por centros de formação construídos e/ou ampliados/requalificados	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a			

Notas

(*) Este indicador na versão Sistema de Informação será desagregada e corresponde ao FC-ICN-Anual-001.

(**) Este indicador na versão Sistema de Informação será desagregada e corresponde ao FC-ICN-Anual-011.

(***) Este indicador na versão Sistema de Informação será desagregada e corresponde ao FC-ICN-Anual-013.

(****) Metodologia de cálculo em consolidação. O indicador deverá ser preenchido como não disponível (n.d).

Anexo II - Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário até 31.12.2014 (valores acumulados)

unidade: euro

Designação de Eixo Prioritário / Área de Intervenção / Tipologia de Operação	Programação Financeira 2007-2013 (PR)			Nº Operações	Aprovações (AP)				Execução (EX)			Fundo Comunitário pago ao Beneficiário (PG)				Indicadores financeiros (Fundo) %				
	Investimento/Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário		Investimento/Custo total	Investimento/Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Investimento / Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Total	Adiantamentos certificáveis	Adiantamentos não certificáveis	Reembolsos	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)	Taxa de reembolso (PG/EX)
Total Programa Operacional	255.825.902	205.825.902	174.952.016	642	494.131.397	404.194.750	277.764.697	203.929.072	267.136.961	184.331.036	134.735.919	141.441.029	1.748.556	13.574.780	126.117.694	116,56%	77,01%	66,07%	69,36%	104,98%
FEDER	255.825.902	205.825.902	174.952.016	642	494.131.397	404.194.750	277.764.697	203.929.072	267.136.961	184.331.036	134.735.919	141.441.029	1.748.556	13.574.780	126.117.694	116,56%	77,01%	66,07%	69,36%	104,98%
(Fundo de Coesão)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0					
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	154.289.448	104.289.448	88.646.031	432	295.372.718	255.376.196	128.946.143	108.391.909	160.604.252	77.798.327	63.489.238	70.202.880	1.748.556	7.280.108	61.174.216	122,27%	71,62%	58,57%	64,77%	110,57%
EP2 - Proteção e Qualificação Ambiental	27.437.712	27.437.712	23.322.055	88	45.733.625	35.629.070	35.629.070	24.492.543	20.028.266	20.028.266	13.685.286	13.648.312	0	1.211.689	12.436.623	105,02%	58,68%	55,88%	55,72%	99,73%
EP3 - Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano	65.865.706	65.865.706	55.985.850	113	144.320.456	104.770.161	104.770.161	64.291.769	78.848.094	78.848.094	51.441.841	51.582.477	0	5.082.983	46.499.494	114,84%	91,88%	80,01%	80,23%	100,27%
EP4 - Assistência Técnica	8.233.036	8.233.036	6.998.080	9	8.704.598	8.419.323	8.419.323	6.752.853	7.656.349	7.656.349	6.119.553	6.007.360	0	0	6.007.360	96,50%	87,45%	90,62%	88,96%	98,17%

Notas

(a) As aprovações contemplam apenas as operações aprovadas incluídas nos Planos de Acção/ Planos Estratégicos e não o valor dos Planos aprovados.



ALGARVE 21

PROGRAMA OPERACIONAL

PROGRAMA: PO ALGARVE21

OBJECTIVO: CONVERGÊNCIA (Phasing Out)

CÓDIGO CCI: 2007PT161PO005

DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2012) 9482 de 12-12-2012

Anexo IV - Aprovações e execução por NUTS III até 31.12.2014 (valores acumulados)

unid: euro

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Aprovações				Execução			
	Nº Projs	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Tx EX/AP (Fundo)
Total Programa Operacional	642	404.194.750	277.764.697	203.929.072	267.136.961	184.331.036	134.735.919	66,07%
FEDER	642	404.194.750	277.764.697	203.929.072	267.136.961	184.331.036	134.735.919	66,07%
Fundo de Coesão								
Regiões Convergência								
Regiões Competitividade								
NORTE								
Minho-Lima								
Cávado								
Ave								
Grande Porto								
Tâmega								
Entre Douro e Vouga								
Douro								
Alto Trás-os-Montes								
CENTRO								
Baixo Vouga								
Baixo Mondego								
Pinhal Litoral								
Pinhal Interior Norte								
Dão-Lafões								
Pinhal Interior Sul								
Serra da Estrela								
Beira Interior Norte								
Beira Interior Sul								
Cova da Beira								
ALENTEJO								
Alentejo Litoral								
Alto Alentejo								
Alentejo Central								
Baixo Alentejo								
ALGARVE	642	404.194.750	277.764.697	203.929.072	267.136.961	184.331.036	134.735.919	66,07%
Região Autónoma dos Açores								
Região Autónoma da Madeira								
Multi-região Convergência								
Não regionalizável								

Anexo V - Aprovações e execução por Tema Prioritário (contribuição da União) (31/12/2014)

unidade: euro

Código	Designação do Tema Prioritário	Fundo					
		Programação Indicativa	Aprovação			Execução	
			Nº Proj.	Montante	Tx AP/PR	Montante	Tx EX/AP
Investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT), inovação e empreendedorismo		60.903.895,00	359	87.832.467	144,21%	52.932.937	60,27%
1	Atividades de I&DT em centros de investigação	1.000.000	0	0	0,00%	0	0,00%
2	Infra-estrutura de I&DT e centros de competência numa dada tecnologia	2.000.000	1	3.615.117	180,76%	1.380.575	38,19%
3	Transferência de tecnologia e melhoria de redes de cooperação entre PME, entre estas e outras empresas e universidades, estabelecimentos de ensino pós-secundário de todos os tipos, autoridades regionais, centros de investigação e pólos científicos e tecnológicos (parques científicos e tecnológicos, tecnopolos, etc.)	3.436.364	17	5.756.147	167,51%	2.144.358	37,25%
4	Apoio à I&DT, em especial nas PME (incluindo acesso a serviços a serviços de IDT em centros de investigação)	3.280.519	9	634.654	19,35%	556.631	87,71%
5	Serviços de apoio avançado a empresas e grupos empresariais	1.093.506	0	0	0,00%	0	0,00%
6	Ajuda às PME na promoção de produtos e processos de fabrico amigos do ambiente (introdução de sistemas eficazes de gestão ambiental, adopção e utilização de tecnologias de prevenção da poluição, integração de tecnologias limpas na produção)	2.093.506	0	0	0,00%	0	0,00%
7	Investimento em empresas diretamente relacionadas com investigação	26.000.000	92	49.184.916	189,17%	33.901.345	68,93%
8	Outros investimentos nas empresas	7.000.000	230	18.419.863	263,14%	8.340.702	45,28%
9	Outras medidas destinadas a estimular a investigação, a inovação e o empreendedorismo nas PME	15.000.000	10	10.221.771	68,15%	6.609.327	64,66%
Sociedade da Informação		11.709.091	38	11.923.094	101,83%	6.604.292	55,39%
10	Infra-estruturas telefónicas (incluindo redes de banda larga)	500.000	0	0	0,00%	0	0,00%
11	Tecnologias da informação e comunicação	3.677.922	6	2.589.661	70,41%	1.923.102	74,26%
13	Serviços e aplicações para os cidadãos (ciber-saúde, ciberadministração, ciberaprendizagem, ciber-inclusão, etc.)	5.000.000	14	7.296.625	145,93%	3.386.504	46,41%
14	Serviços e aplicações para PME (comércio electrónico, educação e formação, redes, etc.)	1.031.169	1	168.663	16,36%	168.663	100,00%
15	Outras medidas destinadas a melhorar o acesso à utilização eficiente de TIC por parte das PME	1.500.000	17	1.868.145	124,54%	1.126.023	60,27%
Transportes		17.443.768	29	20.800.753	119,24%	13.960.050	67,11%
22	Estradas nacionais	2.062.338	0	0	0,00%	0	0,00%
23	Estradas regionais/locais	11.394.416	22	19.558.707	171,65%	13.032.888	66,63%
24	Pistas para ciclistas	2.062.338	4	902.850	43,78%	621.223	68,81%
25	Transportes Urbanos	500.000	3	339.196	67,84%	305.939	90,20%
30	Portos	1.124.676	0	0	0,00%	0	0,00%
31	Transporte por via navegável (regional e local)	300.000	0	0	0,00%	0	0,00%
Energia		4.000.000	58	4.774.925	119,37%	1.245.999	26,09%
43	Eficiência energética, co-geração, gestão da energia	4.000.000	58	4.774.925	119,37%	1.245.999	26,09%
Proteção do ambiente e prevenção de riscos		16.805.447	31	16.131.729	95,99%	8.342.824	51,72%
44	Gestão dos resíduos privados e industriais	557.532	0	0	0,00%	0	0,00%
47	Qualidade do ar	462.468	1	118.643	25,65%	118.643	100,00%
48	Prevenção integrada e controlo da poluição	462.468	0	0	0,00%	0	0,00%
49	Alterações climáticas: atenuação e adaptação	340.304	0	0	0,00%	0	0,00%
51	Promoção da biodiversidade e proteção da natureza (incluindo rede Natura 2000)	2.585.117	3	45.495	1,76%	45.495	100,00%
52	Promoção de transportes urbanos limpos	1.031.169	0	0	0,00%	0	0,00%
53	Prevenção de riscos (incluindo a conceção e execução de planos e medidas destinados a prevenir e gerir os riscos naturais e tecnológicos)	2.124.675	2	2.963.274	139,47%	2.080.135	70,20%
54	Outras medidas para preservar o ambiente e prevenir riscos	9.241.714	25	13.004.317	140,71%	6.098.550	46,90%
Turismo		7.424.208	20	8.127.550	109,47%	5.048.606	62,12%
55	Promoção dos recursos naturais	4.523.377	9	4.090.711	90,43%	2.563.002	62,65%
56	Proteção e desenvolvimento do património natural	1.124.675	7	3.233.034	287,46%	2.438.289	75,42%
57	Outras ajudas para melhorar os serviços de turismo	1.776.156	4	803.805	45,26%	47.315	5,89%
Atividades culturais		6.500.000	11	4.718.952	72,60%	2.475.078	52,45%
58	Proteção e conservação e valorização do património cultural	3.000.000	2	2.469.083	82,30%	970.368	39,30%
59	Desenvolvimento de infra-estruturas culturais	1.000.000	3	914.145	91,41%	583.886	63,87%
60	Outras ajudas para melhorar os serviços culturais	2.500.000	6	1.335.724	53,43%	920.825	68,94%
Reabilitação urbana e rural		15.922.904	53	18.617.160	116,92%	15.114.433	81,19%
61	Projetos integrados de recuperação urbana e rural	15.922.904	53	18.617.160	116,92%	15.114.433	81,19%
Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários		531.169	0	0	0,00%	0	0,00%



ALGARVE 21

PROGRAMA OPERACIONAL

PROGRAMA: PO ALGARVE21

OBJECTIVO: CONVERGÊNCIA (Phasing Out)

CÓDIGO CCI: 2007PT161PO005

DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2012) 9482 de 12-12-2012

Anexo V - Aprovações e execução por Tema Prioritário (contribuição da União) (31/12/2014)

unid: euro

Código	Designação do Tema Prioritário	Fundo					
		Programação Indicativa	Nº Proj.	Aprovação		Execução	
				Montante	Tx AP/PR	Montante	Tx EX/AP
63	Conceção e difusão de formas inovadoras e mais produtivas de organização de trabalho	531.169	0	0	0,00%	0	0,00%
Investimento em infra-estruturas sociais		24.213.454	20	21.582.715	89,14%	21.478.943	99,52%
75	Infra-estruturas educativas	20.213.454	17	18.939.816	93,70%	18.836.045	99,45%
76	Infra-estruturas de saúde	3.000.000	3	2.642.899	88,10%	2.642.899	100,00%
79	Outras infra-estruturas sociais	1.000.000	0	0	0,00%	0	0,00%
Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local		2.500.000	12	2.634.282	105,37%	1.381.066	52,43%
81	Mecanismos para melhorar a conceção, o acompanhamento e a avaliação de políticas e programas aos níveis nacional, regional e local, reforço das capacidades de execução de políticas e programas	2.500.000	12	2.634.282	105,37%	1.381.066	52,43%
Assistência técnica		6.998.080	11	6.785.445	96,96%	6.151.690	90,66%
85	Preparação, execução, acompanhamento e inspeção	5.548.560	9	6.752.853	121,70%	6.119.553	90,62%
86	Avaliação e estudos; Informação e comunicação	1.449.520	2	32.592	2,25%	32.137	98,60%
Total Temas Prioritários (a)		174.952.016	642	203.929.072	116,56%	134.735.919	66,07%
Total EARMARKING		118.118.565	527	145.050.736	122,80%	96.813.841	66,74%
% de Earmarking noTotal		67,51%		71,13%		71,85%	

 categorias de earmarking

Anexo VI - Template 1: Operações de Instrumentos de Engenharia Financeira implementadas com um Fundo de Participação

OP Algarve
2007PT161PO005

PROGRAMA:

PA3
Territorial enhancement and urban development

No.	Required information/data	Required format	Instruction
Question 1	Number of financial engineering instrument operations implemented with a holding fund	1	A FEI operation is constituted by the financial contributions from an OP to FEIs (including HFs) and the subsequent investments made by the specific fund(s) to final recipients. Consequently, for financial engineering instrument operation implemented with a holding fund, a number of funding agreements signed between a Managing Authority and a holding fund should be indicated in this section. A number of financial intermediaries under each holding fund is not relevant here, as the question concerns the number of operations.
I. Description and identification of the entities which implement the financial engineering instrument(s) - level of holding fund (Article 67(2)(j)(i&ii) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)		////////////////////////////////////	////////////////////////////////////
I.1	Holding fund (name and registered place of business)	JESSICA Holding Fund Portugal - Luxembourg	Name: in English (if possible) or in national language; Registered place of business: city name only.
I.2	Legal status of holding fund	////////////////////////////////////	////////////////////////////////////
	independent legal entities governed by agreements between the co-financing partners or shareholders		choice of only 1 option allowed
	separate block of finance within a financial institution	Separate block of finance	
I.2.1*	name and registered place of business of co-financing partners	MA Algarve	Official name, country and city where the holding fund co-financing partner(s) was/were officially registered. This section can be repeated as many times as many co-financing partner(s) holding fund has.
I.3	Holding fund manager	////////////////////////////////////	////////////////////////////////////
	European Investment Bank (EIB)	European Investment Bank (EIB)	Choice of only 1 option allowed
	European Investment Fund (EIF)		
	financial institution other than the EIB/EIF		
other body			
I.3.1	name and registered place of other body	text	Official name, country and city where the financial institution other than EIB/EIF or other body was officially registered.

No.	Required information/data	Required format	Instruction
I.4	Procedure for selecting the holding fund manager	////////////////////////////////////	////////////////////////////////////
	award of a public contract in accordance with applicable public procurement law		Choice of only 1 option allowed
	award of a grant (in the meaning of Article 44, second paragraph, point (b) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)		
	award of a contract directly to the EIB or the EIF	Contract to EIB	
I.5	Date of signature of funding agreement with Managing Authority	20-07-2009	Date of signature of funding agreement between a Managing Authority and a holding fund.
I.6	Number of financial engineering instruments implemented under this specific holding fund	1	Number of specific funds (loan, guarantee, equity/venture capital or other funds) implemented through a holding fund. If there are several financial intermediaries implementing the same product (e.g. the same loan) they are considered to be distinct specific funds which should be reported separately. For each specific fund section II (below) should be repeated.
II. Description and identification of the entities which implement financial engineering instrument - level of the specific financial engineering instrument implemented with a holding fund (Article 67(2)(j)(i&ii) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)		////////////////////////////////////	Sections II.1 – II.7 relate to a specific fund and should to be repeated accordingly for each specific fund implemented with the holding fund described previously in section I.
II.1	Financial engineering instrument (name and registered place of business)	Turismo de Portugal - JESSICA Loans, Portugal (Contract 81250)	Official name of the specific fund implemented with a holding fund: in English (if possible) or in national language; Registered place of business: city name only.
II.2	Attributable to Article 44, first paragraph (a), (b) or (c) of Council Regulation (EC) No 1083/2006?	////////////////////////////////////	////////////////////////////////////
	(a) financial engineering instruments for enterprises		Choice of only 1 option allowed
	(b) urban development funds	UDF	
(c) funds or other incentive schemes providing loans, guarantees for repayable investments, or equivalent instruments, for energy efficiency and use of renewable energy in buildings, including in existing housing			
II.3	Type of financial product offered by the financial engineering instrument to the final recipients	////////////////////////////////////	////////////////////////////////////
II.3.1	equity		Choice of min. 1 and max. 4 options allowed
II.3.2	loan	Loan	
II.3.3	guarantee		
II.3.4	other product (interest rate subsidies, guarantee fee subsidies and equivalent measures)		
II.4	Financial engineering instrument manager (name and registered place of business)	Turismo de Portugal IP, Portugal	Official name of specific fund manager: in English (if possible) or in national language; Registered place of business: city name only.

No.	Required information/data	Required format	Instruction
II.7	Legal status of the financial engineering instrument	////////////////////////////////////	////////////////////////////////////
	independent legal entities governed by agreements between the co-financing partners or shareholders		Choice of only 1 option allowed
	separate block of finance within a financial institution	Separate block of finance	
III. Operational Programme contributions paid to the financial engineering instrument (Article 67(2)(j)(iii) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)		////////////////////////////////////	Sections III.2 - III. 4 relate to the contributions paid by the MA to the holding fund. Sections III.5 - III.6 relate to the contributions paid by the holding fund to the specific fund.
III.2	Operational Programme contributions paid to the holding fund	////////////////////////////////////	////////////////////////////////////
III.2.1	Amounts of assistance from the Structural Funds paid to the holding fund	////////////////////////////////////	////////////////////////////////////
III.2.1.1*	ERDF amounts of assistance committed in the funding agreement with Managing Authority (in EUR)	7.500.000,00	ERDF allocation from this operational programme committed in the funding agreement signed between a Managing Authority and a holding fund should be indicated in this section.
III.2.1.2	ERDF amounts of assistance paid to the holding fund (in EUR)	7.500.000,00	ERDF amounts of assistance effectively paid to holding fund, means the ERDF assistance committed in the funding agreement and paid-into the account of the holding fund. If part of ERDF assistance has been withdrawn from the Holding fund then the MA should report the net ERDF amount (ERDF amount paid –ERDF amount withdrawn).
III.2.1.3*	ESF amounts of assistance committed in the funding agreement with Managing Authority (in EUR)		ESF allocation from this operational programme committed in the funding agreement signed between a Managing Authority and a holding fund should be indicated in this section.
III.2.1.4	ESF amounts of assistance paid to the holding fund (in EUR)		ESF amounts of assistance effectively paid to holding fund, means the ESF assistance committed in the funding agreement and paid-into the account of the holding fund. If part of ESF assistance has been withdrawn from the holding fund then the MA should report the net ESF amount (ESF amount paid –ESF amount withdrawn).
III.2.2	Amounts of national co-financing paid to the holding fund	////////////////////////////////////	////////////////////////////////////
III.2.2.1*	National public co-financing committed in the funding agreement with Managing Authority (in EUR)	-	National public co-financing constituting part of the Operational Programme committed in the funding agreement signed between a Managing Authority and a holding fund. Any other national public financing which do not constitute part of Operational Programme contributions should not be reported.
III.2.2.2	National public co-financing paid to the holding fund (in EUR)	-	National public co-financing constituting part of the Operational Programme committed in the funding agreement and paid into the account of the holding fund.
III.2.2.3*	National private co-financing committed in the funding agreement with Managing Authority (in EUR)		National private co-financing constituting part of the Operational Programme committed in the funding agreement signed between a Managing Authority and a holding fund. National private co-financing means only this part of national private financing which is part of the OP resources [only for OPs under Article 53(1)(a) of General Regulation]. Any other national private financing which do not constitute part of Operational Programme contributions should not be reported.
III.2.2.4	National private co-financing paid to the holding fund (in EUR)		National private co-financing constituting part of the Operational Programme committed to holding fund in the funding agreement and paid into the account of the holding fund [only for OPs under Article 53(1)(a) of General Regulation]. Any other national private financing which do not constitute part of Operational Programme contributions should not be reported.
III.2.3	Other ERDF or ESF Operational Programme(s) providing contributions to the holding fund	OP Centro - 2007PT161PO003 - PA3 - Urban and local cohesion; OP Alentejo - 2007PT161PO004 - PA3 - Urban and local cohesion; OP Lisbon - 2007PT162PO001 - PA 3 - Social cohesion; OP Norte - 2007PT161PO002 - PA4 - Urban and local cohesion;	Titles and CCI numbers of other Operational Programme(s) contributing to the same holding fund should be reported in this section. If the reply is "Yes", the CCI numbers of other OPs should be filed in the comment box.

No.	Required information/data	Required format	Instruction
III.3*	Amounts of other assistance paid to the holding fund outside this Operational Programme (in EUR)	125.000.000,00	This section relates to funding paid to the holding fund which does not constitute part of the Operational Programme concerned. As the national/ regional authorities or any other body or investor may decide to provide additional funding to a holding fund, the optional section III.3 cover this possibility.
III.4	Management costs and fees paid to the holding fund (in the meaning of Article 78(6)(d) of Council Regulation (EC) No 1083/2006) (in EUR)	276.924,99	Total amount of management costs and fees paid from Operational Programme contributions to the holding fund until 31 December 2013, in accordance with the conditions of the relevant funding agreement. Management costs and fees paid from other Operational Programmes contributing to the same holding fund should not be reported.
III.5	Operational Programme contributions paid from the holding fund to the specific fund	////////////////////////////////////	Sections III.5 –III.6 relate to the specific fund and have to be repeated accordingly for each funding agreement signed between a holding fund and a specific fund.
III.5.1*	Operational Programme contributions committed to the specific fund in the legal agreement with holding fund (in EUR)	15.000.000,00	This section relates to Operational Programme contributions (Structural Funds and national public and private co-financing) committed in the funding agreement signed between a holding fund and a specific fund. Resources committed from other Operational Programmes or other sources should not be reported.
III.5.1.1*	out of which amounts of assistance from the Structural Funds (in EUR)	7.500.000,00	This section relates only to this part of the amount indicated under III.5.1* which comes from the Structural Funds (ERDF or ESF resources).
III.5.2	Operational Programme contributions paid to the specific fund in line with the legal agreement with holding fund (in EUR)	7.004.638,34	Amount of operational programme assistance paid from the holding fund to specific fund, means the amount of assistance committed in the funding agreement and paid-into the account of the specific fund. This amount relates to the operational programme contribution (Structural Funds and national co-financing). Resources paid from other OPs (contributing to the same FEI) or other sources should not be reported.
III.5.3	out of which amounts of assistance from the Structural Funds (in EUR)	3.502.319,17	This amount relates only to this part of the amount indicated under III.5.2 which comes from Structural Funds (ERDF and ESF resources)
III.5.4	out of which national public co-financing paid to the specific fund (in EUR)	3.502.319,17	This section relates only to this part of amount indicated in section III.5.2 which constitutes national public co-financing of this particular Operational Programme.
III.5.5	out of which national private co-financing paid to the specific fund (in EUR)		This section relates only to this part of amount indicated in section III.5.2 which constitutes national private co-financing of this particular Operational Programme [only for OPs under Article 53(1)(a) of General Regulation].
III.6	Management costs and fees paid by the holding fund to the specific fund (in the meaning of Article 78(6)(d) of Council Regulation (EC) No 1083/2006) (in EUR)	-	Operational Programme contribution to management costs and fees paid by the holding fund to the specific fund until 31 December 2013, in accordance with the conditions of the relevant agreement.
IV. Operational Programme contributions paid by financial engineering instrument(s) to final recipients (Article 67(2)(j)(iv) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)		////////////////////////////////////	////////////////////////////////////
IV.1	Operational Programme contributions paid to final recipients in loans	////////////////////////////////////	If the holding fund signed with the specific fund (= financial intermediary) only one funding agreement for different types of loan product (for example: loans for SMEs and microloans), we suggest to group them together in one section IV.1. Example: in 2008 HF signed with specific fund a funding agreement for two types of loan products: loans for SMEs and for microloans. For this case, section IV.1 should be completed only once: together for loans for SMEs and for microloans. If the holding fund signed with the same specific fund (= financial intermediary) a separate funding agreement for each type of loan product, the entire section IV.1 should be repeated as many times as many funding agreements for different types of loan products have been signed. Example: in 2008 HF signed with specific fund (= financial intermediary) a funding agreement for one type of loan product: for SMEs, and in 2009 with the same specific fund, a funding agreement for microloans. For this case, section IV.1 should be completed separately for loans for SMEs and for microloans.
IV.1.1	Name of loan product	TdP JESSICA Loans	Name of loan product supported with Operational Programme resources and offered by specific fund (= financial intermediary) to final recipients. The name of loan product(s) should not be confused with the name of the specific fund or the fund manager. For different loan products under the same funding agreement, there is no need to provided names of each specific loan products but one general description, for example: "Loans for SMEs and microenterprises".
IV.1.2*	Number of final recipients supported	////////////////////////////////////	It should be reminded that a number of final recipients supported reported in sections IV.1.2.1*-IV.1.2.4* can be equal or lower (but not higher) to the number of loan contract reported in section IV.1.3*.
IV.1.2.1*	out of which large enterprises	number	Total number of large enterprises which signed a contract for loan product with the specific fund, and to which the latter disbursed a loan (or a part of loan) until the end of 2013. Based on the Commission Recommendation 2003/361/EC of 6 May 2003 and for purposes of this document, by "large enterprises" should be understood the enterprises with more than 250 employees and a turnover of > EUR 50 million / balance sheet total of > EUR 43 million.
IV.1.2.2*	out of which SMEs	number	Total number of small and medium-sized enterprises(SMEs) which signed a contract for loan product with the specific fund, and to which the latter disbursed a loan (or a part of loan) until the end of 2013. Definition of a " SME" according to Article 2.1 of the Commission Recommendation of 2003/361/EC of 6 May 2003, i.e. small and medium-sized enterprises (SMEs) is made up of enterprises which employ less than 250 persons and which have an annual turnover not exceeding EUR 50 million, and/or an annual balance sheet total not exceeding EUR 43 million.
IV.1.2.2.1*	out of which microenterprises	number	Total number of microenterprises which signed a contract for loan product with the specific fund, and to which the latter disbursed a loan (or a part of loan) until the end of 2013. Definition of a "microenterprise(s)" according to Article 2.3 of the Commission Recommendation of 2003/361/EC of 6 May 2003 i.e. enterprises which employs less than 10 persons and whose annual turnover and/or annual balance sheet total does not exceed EUR 2 million.

No.	Required information/data	Required format	Instruction
IV.1.2.3*	out of which individuals	number	Total number of individuals who signed a contract for loan product with the specific fund, and to whom the latter disbursed a loan (or a part of loan) until the end of 2013. "Individuals" means all natural persons not covered by the definition of enterprise in the Commission Recommendation 2003/361/EC of 6 May 2003 (Title I, Article 1 of the Annex 1) or not covered by the definition of legal person in the national legislation.
IV.1.2.4*	out of which urban projects	7	Total number of urban projects supported with loan. "Urban projects" means the projects included in the integrated plan for sustainable urban development and/or regeneration or structured in public-private partnerships.
IV.1.2.5*	out of which other recipients supported	number	Total number of other types of final recipients, which do not fall under the scope of sections IV.4.2.1* -IV.4.2.3*, but are supported with loan.
IV.1.3*	Number of loan contracts signed with final recipients	7	Number of loan contracts that the specific fund signed with final recipients (including the contracts for loans for which no disbursement took place).
IV.1.4*	Total value of loans committed in contracts signed with final recipients (in EUR)	22.677.399,93	Total value of loans in contracts signed with final recipients should be indicated. This amount should include Operational Programme contributions and other resources (e.g. commercial bank resources or additional regional contribution) which do not constitute part of OP.
IV.1.4.1*	out of which Operational Programme contributions	11.716.320,80	Operational Programme contributions assistance (i.e. ERDF/ESF + national public and private co-financing) committed in signed loans should be reported in this section. If the loans were also financed from other resources (e.g. commercial bank resources or additional regional contribution) which do not constitute part of the Operational Programme, those other resources should not be reported.
IV.1.5	Amounts of Operational Programme contributions paid to final recipients in loans (in EUR)	4.068.063,73	Amounts of Operational Programme contribution (i.e. ERDF/ESF + national public and private co-financing) should be indicated in the section. Other resources (e.g. commercial bank resources or additional regional contributions) which contribute to this product but do not constitute part of the Operational Programme should not be reported in this section. This section refers to the amounts of Operational Programme effectively disbursed, means paid into the account of the final recipients until the end of 2013. Resources returned to the operation from investments in final recipients are not considered amounts of Operational Programme contributions. Consequently, resources returned to the operation and reinvested in final recipients should not be reported in this section.
IV.1.5.1	out of which amounts of assistance from the Structural Funds (in EUR)	2.034.031,86	This section relates only to this part of amount indicated in section IV.1.5, provided from Structural Funds (= ERDF & ESF resources).
IV.1.6	Date of signature of funding agreement between holding fund and specific fund for this loan product	11-10-2011	Date of signature of funding agreement between a holding fund and a specific fund for the loan product.
IV.2	Operational Programme contributions paid to final recipients in guarantees	////////////////////////////////////	If the holding fund signed with the specific fund (= financial intermediary) only one funding agreement for different types of guarantee product in relation to loans or to other risk-bearing instruments, we suggest to group them together in one section IV.2 If the holding fund signed with the same specific fund (= financial intermediary) a separate funding agreement for each type of guarantee product, the entire section IV.2 should be repeated as many times as many funding agreements for different guarantee products have been signed.
IV.2.1	Name of guarantee product	text	Name of guarantee product supported with Operational Programme resources and offered by specific fund (= financial intermediary) to final recipients. The name of guarantee product should not be confused with the name of the specific fund or the fund manager. For different guarantee products under the same funding agreement, there is no need to provided names of each guarantee product but one general description, for example: "Guarantees for SMEs".
IV.2.2*	Number of final recipients supported	////////////////////////////////////	////////////////////////////////////
IV.2.2.1*	out of which large enterprises	number	Total number of large enterprises to which the loans guaranteed with Operational Programme contribution was (fully or partially) disbursed until the end of 2013. Based on the Commission Recommendation 2003/361/EC of 6 May 2003 and for purposes of this document, by "large enterprises" should be understood the enterprises with more than 250 employees and a turnover of > EUR 50 million / balance sheet total of > EUR 43 million.
IV.2.2.2*	out of which SMEs	number	Total number of small and medium-sized enterprises (SMEs) to which the loans guaranteed with Operational Programme contribution were effectively (fully or partially) disbursed until the end of 2013. Definition of a "SME" according to Article 2.1 of the Commission Recommendation of 2003/361/EC of 6 May 2003, i.e. small and medium-sized enterprises (SMEs) is made up of enterprises which employ less than 250 persons and which have an annual turnover not exceeding EUR 50 million, and/or an annual balance sheet total not exceeding EUR 43 million.
IV.2.2.2.1*	out of which micro-enterprises	number	Total number of micro-enterprises to which the loans guaranteed with Operational Programme contribution were (fully or partially) disbursed until the end of 2013. Definition of a "microenterprises" according to Article 2.3 of the Commission Recommendation of 2003/361/EC of 6 May 2003 i.e. enterprises which employs less than 10 persons and whose annual turnover and/or annual balance sheet total does not exceed EUR 2 million.
IV.2.2.3*	out of which individuals	number	Total number of individuals to whom the loans guaranteed with Operational Programme contribution were (fully or partially) disbursed until the end of 2013. "Individuals" means all natural persons not covered by the definition of enterprise in the Commission Recommendation 2003/361/EC of 6 May 2003 (Title I, Article 1 of the Annex 1) or not covered by the definition of legal person in the national legislation.
IV.2.2.4*	out of which urban projects	number	Total number of urban projects to which the loans guaranteed with Operational Programme contribution were (fully or partially) disbursed until the end of 2013. "Urban projects" means the projects included in the integrated plan for sustainable urban development and/or regeneration or structured in public-private partnerships.

No.	Required information/data	Required format	Instruction
IV.2.2.5*	out of which other recipients supported	number	Total number of other types of final recipients, which do not fall under the scope of sections IV.4.2.1* -IV.4.2.3*, but to which the loans guaranteed with Operational Programme contribution were (fully or partially) disbursed until the end of 2013.
IV.2.3*	Amounts of Operational Programme contributions blocked for guarantee contracts signed with final recipients (in EUR)	number (amount)	Operational Programme contribution is not equal to the total value of guarantee(s). In line with section 4.1 of the Guidance Note on Financial Engineering Instruments (COCOF-10-0014-05 of 08/02/2011), amounts of Operational Programme contributions should be based on the appropriate multiplier ratio and cover only expected and unexpected losses from loans. Therefore, the amounts requested in this sections are the Operational Programme contributions blocked for guarantee contracts signed (for guarantees provided and guarantees committed) irrespective whether the loan was disbursed or not.
IV.2.4	Amounts of Operational Programme contributions blocked for guarantee contracts for loans paid to final recipients (in EUR)	number (amount)	Operational Programme contribution is not equal to the total value of guarantee(s). In line with section 4.1 of the Guidance Note on Financial Engineering Instruments (COCOF-10-0014-05 of 08/02/2011), amounts of Operational Programme contributions should be based on the appropriate multiplier ratio and cover only expected and unexpected losses from loans. Therefore, the amounts requested in this sections are the Operational Programme contributions blocked for guarantee contracts signed (for guarantees provided and guarantees committed) for the loans which were disbursed by the end of 2013.
IV.2.4.1	out of which amounts of assistance from the Structural Funds (in EUR)	number (amount)	This section relates only to this part of the amount indicated under IV.2.4, which was provided from Structural funds (= ERDF or ESF resources)
IV.2.5*	Number of loans paid to final recipients in relation to guarantees contracts signed with final recipients	number	Number of loans disbursed (fully or partially) until the end of 2013 in respect of which the guarantees supported from Operational Programme contributions have been committed/provided.
IV.2.6	Amount of loans actually paid to final recipients in relation to guarantees contracts signed (in EUR)	number (amount)	Total amount of loans guaranteed with OP resources and actually disbursed to final recipients.
IV.2.7	Date of signature of funding agreement between holding fund and specific fund for this guarantee product	DD/MM/YYYY	Date of signature of funding agreement between a holding fund and a specific fund for the guarantee product.
IV.3	Operational Programme contributions paid to final recipients in equity/venture capital	////////////////////////////////////	If the holding fund signed with the specific fund (= financial intermediary) only one funding agreement for different types of equity/venture capital product, we suggest to group them together in one section IV.3. If the holding fund signed with the same specific fund (= financial intermediary) a separate funding agreement for each type of equity/venture capital product, the entire section IV.3 should be repeated as many times as many funding agreements for different equity/venture capital products have been signed.
IV.3.1	Name of equity/venture capital product	text	Name of equity/venture capital product supported with Operational Programme resources and offered by specific fund (= financial intermediary) to final recipients. The name of equity product should not be confused with the name of the specific fund or the fund manager. For different guarantee products under the same funding agreement, there is no need to provided names of each guarantee product but one general description, for example: "venture capital investments".
IV.3.2*	Number of final recipients supported	////////////////////////////////////	////////////////////////////////////
IV.3.2.1*	out of which large enterprises	number	Total number of large enterprises which signed a contract for equity/venture capital product with the specific fund, and to which the latter effectively made investment until the end of 2013. Based on the Commission Recommendation 2003/361/EC of 6 May 2003 and for purposes of this document, by "large enterprises" should be understood the enterprises with more than 250 employees and a turnover of > EUR 50 million / balance sheet total of > EUR 43 million.
IV.3.2.2*	out of which SMEs	number	Total number of small and medium-sized enterprises (SMEs) which signed a contract for equity/venture capital product with the specific fund, and to which the latter effectively made investment until the end of 2013. Definition of a "SME" according to Article 2.1 of the Commission Recommendation of 2003/361/EC of 6 May 2003, i.e. small and medium-sized enterprises (SMEs) is made up of enterprises which employ less than 250 persons and which have an annual turnover not exceeding EUR 50 million, and/or an annual balance sheet total not exceeding EUR 43 million.
IV.3.2.2.1*	out of which microenterprises	number	Total number of microenterprises which signed a contract for equity/venture capital product with the specific fund, and to which the latter effectively made investment (or a part of it) until the end of 2013. Definition of a "microenterprises" according to Article 2.3 of the Commission Recommendation of 2003/361/EC of 6 May 2003 i.e. enterprises which employs less than 10 persons and whose annual turnover and/or annual balance sheet total does not exceed EUR 2 million.
IV.3.2.3*	out of which urban projects	number	Total number of urban projects supported with equity/venture capital product. "Urban projects" means the projects included in the integrated plan for sustainable urban development and/or regeneration or structured in public-private partnerships.
IV.3.2.4*	out of which other recipients supported	number	Total number of other types of final recipients, which do not fall under the scope of sections IV.4.2.1* -IV.4.2.3*, but to which the specific fund effectively made investment until the end of 2013.
IV.3.3*	Number of equity/venture capital investments made in line with agreements signed between holding fund and specific (equity/venture capital) fund	number	Number of agreements with final recipients for which investment was made by end of 2013.
IV.3.4	Amounts of Operational Programme contributions paid to investments made in line with agreements (in EUR)	number (amount)	Amounts of Operational Programme contribution (i.e. ERDF/ESF + national public and private co-financing), paid to final recipients should be indicated in the section. Other resources (e.g. commercial bank resources or additional regional contributions) which contribute to this product but do not constitute part of the Operational Programme should not be reported in this section. This section refers to the amounts of Operational Programme effectively disbursed, means paid into the account of the final recipients until the end of 2013. Resources returned to the operation from investments in final recipients are not considered amounts of Operational Programme contributions. Consequently, resources returned to the operation and reinvested in final recipients should not be reported in this section.

No.	Required information/data	Required format	Instruction
IV.3.4.1	out of which amounts of assistance from the Structural Funds (in EUR)	number (amount)	This section relates only to this part of amount indicated in section IV.3.4, which was provided from Structural Funds (= ERDF & ESF resources).
IV.3.5	Date of signature of funding agreement between holding fund and specific fund for this equity/venture capital product	DD/MM/YYYY	Date of signature of funding agreement between holding fund and specific fund for the venture capital/equity product.
IV.4	Operational Programme contributions paid to final recipients in other financial products	////////////////////////////////////	"Other financial product" means the products other than those covered by the provisions under sections IV.1.1, IV.2.1, IV.3.1 of this template. Under section IV.4 the products like guarantee fee subsidies, interest rate subsidies and other products in line with section 4.3 of the Guidance Note on Financial Engineering Instruments (COCOF-10-0014-05 of 08/02/2011) should be reported. If the holding fund signed with the specific fund only one funding agreement for different types of other financial product, we suggest to group them together in one section IV.4. If the holding fund signed with the same specific fund a separate funding agreement for each type of other financial product, the entire section IV.4 should be repeated as many times as many funding agreements for different other financial products have been signed.
IV.4.1	Name of other financial product	text	Name of other financial product supported with Operational Programme resources and offered by specific fund (= financial intermediary) to final recipients or for the benefit of final recipients. The name of other product should not be confused with the name of the specific fund or the fund manager.
IV.4.2*	Number of final recipients supported	////////////////////////////////////	////////////////////////////////////
IV.4.2.1*	out of which large enterprises	number	Total number of large enterprises supported with other financial product. Based on the Commission Recommendation 2003/361/EC of 6 May 2003 and for purposes of this document, by "large enterprises" should be understood the enterprises with more than 250 employees and a turnover of > EUR 50 million / balance sheet total of > EUR 43 million.
IV.4.2.2*	out of which SMEs	number	Total number of small and medium-sized enterprises (SMEs) supported with other financial product. Definition of a "SME" according to Article 2.1 of the Commission Recommendation of 2003/361/EC of 6 May 2003, i.e. small and medium-sized enterprises (SMEs) is made up of enterprises which employ less than 250 persons and which have an annual turnover not exceeding EUR 50 million, and/or an annual balance sheet total not exceeding EUR 43 million.
IV.4.2.2.1*	out of which microenterprises	number	Total number of micro-enterprises supported with other financial product. Definition of a "microenterprises" according to Article 2.3 of the Commission Recommendation of 2003/361/EC of 6 May 2003 i.e. enterprises which employ less than 10 persons and whose annual turnover and/or annual balance sheet total does not exceed EUR 2 million.
IV.4.2.3*	out of which individuals	number	Total number of individuals supported with other financial product. "Individuals" means all natural persons not covered by the definition of enterprise in the Commission Recommendation 2003/361/EC of 6 May 2003 (Title I, Article 1 of the Annex 1) or not covered by the definition of legal person in the national legislation
IV.4.2.4*	out of which urban projects	number	Total number of urban projects supported with other financial product. "Urban projects" means the projects included in the integrated plan for sustainable urban development and/or regeneration or structured in public-private partnerships.
IV.4.2.5*	out of which other recipients supported	number	Total number of other types of final recipients, which do not fall under the scope of sections IV.4.2.1* -IV.4.2.3*, but are supported with other financial product.
IV.4.3	Amounts of Operational Programme contributions paid to the final recipients (in EUR)	number (amount)	Amounts of Operational Programme contribution i.e. ERDF/ESF + national public and private co-financing, paid to final recipients or paid for the benefit of final recipients (in a case when the subsidy is paid directly to the financial intermediary), should be indicated in the section. Other resources (e.g. commercial bank resources or additional regional contributions) which contribute to this product but do not constitute part of the Operational Programme should not be reported in this section. This section refers to the amounts of Operational Programme effectively disbursed, means paid into the account of the final recipients or to the benefit of final recipients, until the end of 2013. Resources returned to the operation from investments in final recipients are not considered amounts of Operational Programme contributions. Consequently, resources returned to the operation and reinvested should not be reported in this section.
IV.4.3.1	out of which amounts of assistance from the Structural Funds (in EUR)	number (amount)	This section relates only to this part of amount indicated in section IV.4.3, which was provided from Structural Funds (ERDF and ESF) and paid to final recipients or paid for the benefit of final recipients until the end of 2013.
IV.4.4*	Number of other financial products provided to final recipients	number	Total number of final recipients supported with other financial product.
IV.4.5	Date of signature of funding agreement between holding fund and specific fund for this (other)financial product	DD/MM/YYYY	Date of signature of funding agreement between a holding fund and a specific fund for the other product.
IV.5	Indicators	////////////////////////////////////	////////////////////////////////////

No.	Required information/data	Required format	Instruction
IV.5.1*	Number of jobs created	192	<p>Core indicator n°1 for ERDF and CF at OP level (definition: gross direct jobs created, full time equivalents. Source: "Working Document No. 7. Indicative Guidelines on evaluation methods: Reporting on core indicators for the European Regional Development Fund and the Cohesion Fund" (http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/working/sf2000_en.htm)).</p> <p>Given the specificity of FEI operations under the ESF Operational Programmes, we suggest MAs to provide, if possible, information on number of participants in operations (in accordance with Annex XXIII of the Implementing Regulation 1828/2006). This information should be provided cumulatively from the year when operation was set-up until the end of the reporting year (2013). This information could be filled in the 'comment' box. Consequently, an appropriate comment i.e. 'not applicable' should be filled in Section IV.5.1 for ESF programmes.</p>

Sections marked with *** are optional, however we encourages Managing Authorities to complete these sections as well.

Anexo VI - Template 2: Operações de Instrumentos de Engenharia Financeira implementadas sem um Fundo de Participação

PROGRAMA:

No.	Required information/data	Required format	Instruction
Question 2	Number of financial engineering instrument operations implemented without a holding fund	1	In case of financial engineering instrument operation implemented without a holding fund, a FEI operation is constituted by the financial contribution from an OP to the specific fund and the subsequent investments made by the specific fund(s) to final recipients. Consequently, a number of funding agreements signed between a Managing Authority and a specific fund should be indicated in this section. This number should neither contain holding funds which are counted in Question 1, nor all specific funds implemented under the holding fund.
II. Description and identification of the entities which implement financial engineering instrument - level of the specific fund implemented without a holding fund (Article 67(2)(j)(i&ii) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)		////////////////////////////////////	Sections II.1 – II.6 relate to a specific fund and should be repeated accordingly for each specific fund implemented without a holding fund
II.1	Financial engineering instrument (name and registered place of business)	Linha de crédito Investe Qren, Porto	Official name of the specific fund implemented without a holding fund: in English (if possible) or in national language; Registered place of business: city name only
II.2	Attributable to Article 44, first paragraph (a), (b) or (c) of Council Regulation (EC) No 1083/2006?	////////////////////////////////////	////////////////////////////////////
	(a) financial engineering instruments for enterprises	x	Choice of only 1 option allowed
	(b) urban development funds		
(c) funds or other incentive schemes providing loans, guarantees for repayable investments, or equivalent instruments, for energy efficiency and use of renewable energy in buildings, including in existing housing			
II.3	Type of financial product offered by the financial engineering instrument to the final recipients	////////////////////////////////////	////////////////////////////////////
II.3.1	equity	<input type="checkbox"/>	Choose minimum 1 and maximum 4 options
II.3.2	loan	<input type="checkbox"/>	
II.3.3	guarantee	x	
II.3.4	other product (interest rate subsidies, guarantee fee subsidies and equivalent measures)	x	
II.4	Financial engineering instrument manager (name and registered place of business)	SPGM - Sociedade de Investimento, SA - Porto	Official name of specific fund manager: in English (if possible) or in national language; Registered place of business: city name only.

No.	Required information/data	Required format	Instruction
II.7	Legal status of the financial engineering instrument	////////////////////////////////////	////////////////////////////////////
	independent legal entities governed by agreements between the co-financing partners or shareholders		Choice of only 1 option allowed
	separate block of finance within a financial institution	x	
II.6	Date of signature of funding agreement with Managing Authority	19-03-2013	Date of signature of funding agreement between a Managing Authority and a specific fund.
III. Operational Programme contributions paid to the financial engineering instrument (Article 67(2)(j)(iii) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)		////////////////////////////////////	Sections III.2 - III. 4 relate to the contributions paid by the MA to the specific fund.
III.2	Operational Programme contributions paid to the specific fund	////////////////////////////////////	////////////////////////////////////
III.2.1	Amounts of assistance from the Structural Funds paid to the specific fund	////////////////////////////////////	////////////////////////////////////
III.2.1.1*	ERDF amounts of assistance committed in the funding agreement with Managing Authority (in EUR)	633.938	ERDF allocation from this operational programme committed in the funding agreement signed between a Managing Authority and a specific fund should be reported in this section.
III.2.1.2	ERDF amounts of assistance paid to the specific fund (in EUR)	205.057	ERDF amounts of assistance effectively paid to the specific fund, means the ERDF assistance committed in the funding agreement and paid-into the account of the specific fund. If a part of ERDF assistance has been withdrawn from the specific fund then, Managing Authority should report a net ERDF amount (ERDF amount paid –ERDF amount withdrawn) in this section.
III.2.1.3*	ESF amounts of assistance committed in the funding agreement with Managing Authority (in EUR)	0	ESF allocation from this operational programme committed in the funding agreement signed between a Managing Authority and a specific fund should be reported in this section.
III.2.1.4	ESF amounts of assistance paid to the specific fund (in EUR)	0	ESF amounts of assistance effectively paid to the specific fund, means the ESF assistance committed in the funding agreement and paid-into the account of the specific fund. If part of ESF assistance has been withdrawn from the specific fund then the MA should report a net ESF amount (ESF amount paid –ESF amount withdrawn) in this section.
III.2.2	Amounts of national co-financing paid to the specific fund	////////////////////////////////////	////////////////////////////////////
III.2.2.1*	National public co-financing committed in the funding agreement with Managing Authority (in EUR)	0	National public co-financing constituting part of the Operational Programme committed in the funding agreement signed between a Managing Authority and a specific fund. Any other national public financing which do not constitute a part of Operational Programme contributions should not be reported.
III.2.2.2	National public co-financing paid to the specific fund (in EUR)	0	National public co-financing constituting part of the Operational Programme committed in the funding agreement and paid into the account of the specific fund.
III.2.2.3*	National private co-financing committed in the funding agreement with Managing Authority (in EUR)	0	National private co-financing constituting part of the Operational Programme committed in the funding agreement signed between a Managing Authority and a specific fund. National private co-financing means only this part of national private financing which is part of the OP resources [only for OPs under Article 53(1)(a) of General Regulation]. Any other national private financing which do not constitute part of Operational Programme contributions should not be reported.
III.2.2.4	National private co-financing paid to the specific fund (in EUR)	0	National private co-financing constituting part of the Operational Programme (only for OPs under Article 53(1)(a) of General Regulation) committed to the specific fund in the funding agreement and paid into the account of the specific fund. Any other national private financing which do not constitute part of Operational Programme contributions should not be reported.
III.2.3	Other ERDF or ESF Operational Programme(s) providing contributions to the specific fund	CCI 2007PT162PO001 CCI2007PT161PO001	Titles and CCI numbers of other Operational Programme(s) contributing to the same specific fund should be reported in this section. If the reply is "Yes", the CCI numbers of other OPs should be filled in the comment box.
III.3*	Amounts of other assistance paid to the specific fund outside this Operational Programme (in EUR)	0	This section relates to funding paid to the specific fund which does not constitute part of the Operational Programme concerned. As the national/ regional authorities or any other body or investor may decide to provide additional funding to a specific fund, the optional section III.3 cover this possibility.

No.	Required information/data	Required format	Instruction
III.4	Management costs and fees paid to the specific fund (in the meaning of Article 78(6)(d) of Council Regulation (EC) No 1083/2006) (in EUR)	10.313	Total amount of management costs and fees paid from Operational Programme contributions to the specific fund until 31 December 2013, in accordance with the conditions of the relevant funding agreement. Management costs and fees paid from other Operational Programmes contributing to the same specific fund should not be reported.
IV. Operational Programme contributions paid by financial engineering instrument(s) to final recipients (Article 67(2)(j)(iv) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)			
IV.1	Operational Programme contributions paid to final recipients in loans	////////////////////////////////////	//////////////////////////////////// If the Managing Authority signed with the specific fund (= financial intermediary) only one funding agreement for different types of loan product (for example: loans for SMEs and microloans), we suggest to group them together in one section IV.1. Example: in 2008 MA signed with specific fund a funding agreement for two types of loan products: loans for SMEs and for microloans. For this case, section IV.1 should be completed only once: together for loans for SMEs and for microloans. If the Managing Authority signed with the same specific fund (= financial intermediary) a separate funding agreement for each type of loan product, the entire section IV.1 should be repeated as many times as many funding agreements for different types of loan products have been signed. Example: in 2008 MA signed with specific fund (= financial intermediary) a funding agreement for one type of loan product: for SMEs, and in 2009 with the same specific fund, a funding agreement for microloans. For this case, section IV.1 should be completed separately for loans for SMEs and for microloans.
IV.1.1	Name of loan product	text	Name of loan product supported with Operational Programme resources and offered by specific fund (= financial intermediary) to final recipients. The name of loan product(s) should not be confused with the name of the specific fund or the fund manager. For different loan products under the same funding agreement, there is no need to provided names of each specific loan products but one general description, for example: "Loans for SMEs and microenterprises".
IV.1.2*	Number of final recipients supported	////////////////////////////////////	It should be reminded that a number of final recipients supported reported in sections IV.1.2.1*-IV.1.2.4* can be equal or lower (but not higher) to the number of loan contract reported in section IV.1.3*.
IV.1.2.1*	out of which large enterprises	number	Total number of large enterprises which signed a contract for loan product with the specific fund, and to which the latter disbursed a loan (or a part of loan) until the end of 2013. Based on the Commission Recommendation 2003/361/EC of 6 May 2003 and for purposes of this document, by "large enterprises" should be understood the enterprises with more than 250 employees and a turnover of > EUR 50 million / balance sheet total of > EUR 43 million.
IV.1.2.2*	out of which SMEs	number	Total number of small and medium-sized enterprises (SMEs) which signed a contract for loan product with the specific fund, and to which the latter disbursed a loan (or a part of loan) until the end of 2013. Definition of a " SME" according to Article 2.1 of the Commission Recommendation of 2003/361/EC of 6 May 2003, i.e. small and medium-sized enterprises (SMEs) is made up of enterprises which employ less than 250 persons and which have an annual turnover not exceeding EUR 50 million, and/or an annual balance sheet total not exceeding EUR 43 million.
IV.1.2.2.1*	out of which micro-enterprises	number	Total number of microenterprises which signed a contract for loan product with the specific fund, and to which the latter disbursed a loan (or a part of loan) until the end of 2013. Definition of a "microenterprise(s)" according to Article 2.3 of the Commission Recommendation of 2003/361/EC of 6 May 2003 i.e. enterprises which employs less than 10 persons and whose annual turnover and/or annual balance sheet total does not exceed EUR 2 million.
IV.1.2.3*	out of which individuals	number	Total number of individuals who signed a contract for loan product with the specific fund, and to whom the latter disbursed a loan (or a part of loan) until the end of 2013. "Individuals" means all natural persons not covered by the definition of enterprise in the Commission Recommendation 2003/361/EC of 6 May 2003 (Title I, Article 1 of the Annex 1) or not covered by the definition of legal person in the national legislation.
IV.1.2.4*	out of which urban projects	number	Total number of urban projects supported with loan. "Urban projects" means the projects included in the integrated plan for sustainable urban development and/or regeneration or structured in public-private partnerships.
IV.1.2.5*	out of which other recipients supported	number	Total number of other types of final recipients, which do not fall under the scope of sections IV.4.2.1* -IV.4.2.3*, but are supported with loan.
IV.1.3*	Number of loan contracts signed with final recipients	number	Number of loan contracts that the specific fund signed with final recipients (including the contracts for loans for which no disbursement took place).
IV.1.4*	Total value of loans committed in contracts signed with final recipients (in EUR)	number (amount)	Total value of loans in contracts signed with final recipients should be indicated. This amount should include Operational Programme contributions and other resources (e.g. commercial bank resources or additional regional contribution) which do not constitute part of OP.
IV.1.4.1*	out of which Operational Programme contributions	number (amount)	Operational Programme contributions assistance (i.e. ERDF/ESF +national public and private co-financing) committed in signed loans should be reported in this section. If the loans were also financed from other resources (e.g. commercial bank resources or additional regional contribution) which do not constitute part of the Operational Programme, those other resources should not be reported.
IV.1.5	Amounts of Operational Programme contributions paid to final recipients in loans (in EUR)	number (amount)	Amounts of Operational Programme contribution (i.e. ERDF/ESF + national public and private co-financing) should be indicated in the section. Other resources (e.g. commercial bank resources or additional regional contributions) which contribute to this product but do not constitute part of the Operational Programme should not be reported in this section. This section refers to the amounts of Operational Programme effectively disbursed, means paid into the account of the final recipients until the end of 2013. Resources returned to the operation from investments in final recipients are not considered amounts of Operational Programme contributions. Consequently, resources returned to the operation and reinvested in final recipients should not be reported in this section.
IV.1.5.1	out of which amounts of assistance from the Structural Funds (in EUR)	number (amount)	This section relates only to this part of amount indicated in section IV.1.5, which was provided from Structural Funds (= ERDF & ESF resources).

No.	Required information/data	Required format	Instruction
IV.1.6	Date of signature of funding agreement between a Managing Authority and a specific fund for this loan product	DD/MM/YYYY	Date of signature of funding agreement between a Managing Authority and a specific fund for the loan product.
IV.2	Operational Programme contributions paid to final recipients in guarantees	////////////////////	If the Managing Authority signed with the specific fund (= financial intermediary) only one funding agreement for different types of guarantee product in relation to loans or to other risk-bearing instruments, we suggest to group them together in one section IV.2. If the Managing Authority signed with the same specific fund (= financial intermediary) a separate funding agreement for each type of guarantee product, the entire section IV.2 should be repeated as many times as many funding agreements for different guarantee products have been signed.
IV.2.1	Name of guarantee product	Reforço do Fundo Contra Garantia Mútua, no âmbito da Investe QREN	Name of guarantee product supported with Operational Programme resources and offered by specific fund (= financial intermediary) to final recipients. The name of guarantee product should not be confused with the name of the specific fund or the fund manager. For different guarantee products under the same funding agreement, there is no need to provided names of each guarantee product but one general description, for example: "Guarantees for SMEs".
IV.2.2*	Number of final recipients supported	////////////////////	////////////////////
IV.2.2.1*	out of which large enterprises	0	Total number of large enterprises to which the loans guaranteed with Operational Programme contribution were (fully or partially) disbursed until the end of 2013. Based on the Commission Recommendation 2003/361/EC of 6 May 2003 and for purposes of this document, by "large enterprises" should be understood the enterprises with more than 250 employees and a turnover of > EUR 50 million / balance sheet total of > EUR 43 million.
IV.2.2.2*	out of which SMEs	8	Total number of small and medium-sized enterprises (SMEs) to which the loans guaranteed with Operational Programme contribution were effectively (fully or partially) disbursed until the end of 2013. Definition of a "SME" according to Article 2.1 of the Commission Recommendation of 2003/361/EC of 6 May 2003, i.e. small and medium-sized enterprises (SMEs) is made up of enterprises which employ less than 250 persons and which have an annual turnover not exceeding EUR 50 million, and/or an annual balance sheet total not exceeding EUR 43 million.
IV.2.2.2.1*	out of which micro-enterprises	0	Total number of micro-enterprises to which the loans guaranteed with Operational Programme contribution were (fully or partially) disbursed until the end of 2013. Definition of a "microenterprises" according to Article 2.3 of the Commission Recommendation of 2003/361/EC of 6 May 2003 i.e. enterprises which employs less than 10 persons and whose annual turnover and/or annual balance sheet total does not exceed EUR 2 million.
IV.2.2.3*	out of which individuals	0	Total number of individuals to whom the loans guaranteed with Operational Programme contribution were (fully or partially) disbursed until the end of 2013. "Individuals" means all natural persons not covered by the definition of enterprise in the Commission Recommendation 2003/361/EC of 6 May 2003 (Title I, Article 1 of the Annex 1) or not covered by the definition of legal person in the national legislation.
IV.2.2.4*	out of which urban projects	0	Total number of urban projects to which the loans guaranteed with Operational Programme contribution were (fully or partially) disbursed until the end of 2013. "Urban projects" means the projects included in the integrated plan for sustainable urban development and/or regeneration or structured in public-private partnerships.
IV.2.2.5*	out of which other recipients supported	0	Total number of other types of final recipients, which do not fall under the scope of sections IV.4.2.1* -IV.4.2.3*, but to which the loans guaranteed with Operational Programme contribution were (fully or partially) disbursed until the end of 2013.
IV.2.3*	Amounts of Operational Programme contributions blocked for guarantee contracts signed with final recipients (in EUR)	375.000	Operational Programme contribution is not equal to the total value of guarantee(s). In line with section 4.1 of the Guidance Note on Financial Engineering Instruments (COCOF-10-0014-05 of 08/02/2011), amounts of Operational Programme contributions should be based on the appropriate multiplier ratio and cover only expected and unexpected losses from loans. Therefore, the amounts requested in this sections are the Operational Programme contributions blocked for guarantee contracts signed, irrespective whether the loan was disbursed or not.
IV.2.4	Amounts of Operational Programme contributions blocked for guarantee contracts for loans paid to final recipients (in EUR)	375.000	Operational Programme contribution is not equal to the total value of guarantee(s). In line with section 4.1 of the Guidance Note on Financial Engineering Instruments (COCOF-10-0014-05 of 08/02/2011), amounts of Operational Programme contributions should be based on the appropriate multiplier ratio and cover only expected and unexpected losses from loans. Therefore, the amounts requested in this sections are the Operational Programme contributions blocked for guarantee contracts signed (for guarantees provided and guarantees committed) for the loans which were disbursed by the end of 2013.
IV.2.4.1	out of which amounts of assistance from the Structural Funds (in EUR)	375.000	This section relates only to this part of the amount indicated under IV.2.4, which were provided from Structural funds (= ERDF or ESF resources).
IV.2.5*	Number of loans paid to final recipients in relation to guarantees contracts signed with final recipients	8	Number of loans disbursed (fully or partially) until the end of 2013 in respect of which the guarantees supported from Operational Programme contributions have been committed/provided.
IV.2.6	Amount of loans actually paid to final recipients in relation to guarantees contracts signed (in EUR)	2.825.344	Total amount of loans guaranteed with OP resources and disbursed to final recipients.
IV.2.7	Date of signature of funding agreement between a Managing Authority and a specific fund for this guarantee product	19-03-2013	Date of signature of funding agreement between a Managing Authority and a specific fund for the guarantee product.
IV.3	Operational Programme contributions paid to final recipients in equity/venture capital	////////////////////	If the Managing Authority signed with the specific fund (= financial intermediary) only one funding agreement for different types of equity/venture capital product, we suggest to group them together in one section IV.3. If the Managing Authority signed with the same specific fund (= financial intermediary) a separate funding agreement for each type of equity/venture capital product, the entire section IV.3 should be repeated as many times as many funding agreements for different equity/venture capital products have been signed.
IV.3.1	Name of equity/venture capital product	text	Name of equity/venture capital product supported with Operational Programme resources and offered by specific fund (= financial intermediary) to final recipients. The name of equity product should not be confused with the name of the specific fund or the fund manager. For different guarantee products under the same funding agreement, there is no need to provided names of each guarantee product but one general description, for example: "Venture capital investments".

No.	Required information/data	Required format	Instruction
IV.3.2*	Number of final recipients supported	////////////////////	////////////////////////////////////
IV.3.2.1*	out of which large enterprises	number	Total number of large enterprises which signed a contract for equity/venture capital product with the specific fund, and to which the latter effectively made investment until the end of 2013. Based on the Commission Recommendation 2003/361/EC of 6 May 2003 and for purposes of this document, by "large enterprises" should be understood the enterprises with more than 250 employees and a turnover of > EUR 50 million / balance sheet total of > EUR 43 million.
IV.3.2.2*	out of which SMEs	number	Total number of small and medium-sized enterprises (SMEs) which signed a contract for equity/venture capital product with the specific fund, and to which the latter effectively made investment until the end of 2013. Definition of a "SME" according to Article 2.1 of the Commission Recommendation of 2003/361/EC of 6 May 2003, i.e. small and medium-sized enterprises (SMEs) is made up of enterprises which employ less than 250 persons and which have an annual turnover not exceeding EUR 50 million, and/or an annual balance sheet total not exceeding EUR 43 million.
IV.3.2.2.1*	out of which micro-enterprises	number	Total number of microenterprises which signed a contract for equity/venture capital product with the specific fund, and to which the latter effectively made investment (or a part of it) until the end of 2013. Definition of a "microenterprises" according to Article 2.3 of the Commission Recommendation of 2003/361/EC of 6 May 2003 i.e. enterprises which employs less than 10 persons and whose annual turnover and/or annual balance sheet total does not exceed EUR 2 million.
IV.3.2.3*	out of which urban projects	number	Total number of urban projects supported with equity/venture capital product. "Urban projects" means the projects included in the integrated plan for sustainable urban development and/or regeneration or structured in public-private partnerships.
IV.3.2.4*	out of which other recipients supported	number	Total number of other types of final recipients, which do not fall under the scope of sections IV.4.2.1* -IV.4.2.3*, but to which the specific fund effectively made investment until the end of 2013.
IV.3.3*	Number of equity/venture capital investments made in line with agreements signed between a Managing Authority and a specific (equity/venture capital) fund	number	Number of agreements with final recipients for which investment was made by end of 2013.
IV.3.4	Amounts of Operational Programme contributions paid to investments made in line with agreements (in EUR)	number (amount)	Amounts of Operational Programme contribution (i.e. ERDF/ESF + national public and private co-financing), paid to final recipients should be indicated in the section. Other resources (e.g. commercial bank resources or additional regional contributions) which contribute to this product but do not constitute part of the Operational Programme should not be reported in this section. This section refers to the amounts of Operational Programme effectively disbursed, means paid into the account of the final recipients until the end of 2013. Resources returned to the operation from investments in final recipients are not considered amounts of Operational Programme contributions. Consequently, resources returned to the operation and reinvested in final recipients should not be reported in this section.
IV.3.4.1	out of which amounts of assistance from the Structural Funds (in EUR)	number (amount)	This section relates only to this part of amount indicated in section IV.3.4, which was provided from Structural Funds (= ERDF & ESF resources).
IV.3.5	Date of signature of funding agreement between Managing Authority and specific fund for this equity/venture capital product	DD/MM/YYYY	Date of signature of funding agreement between Managing Authority and specific fund for the venture capital/equity product.
IV.4	Operational Programme contributions paid to final recipients in other financial products	////////////////////	"Other financial product" means the products other than those covered by the provisions under sections IV.1.1, IV.2.1, IV.3.1 of this template. Under section IV.4 the products like guarantee fee subsidies, interest rate subsidies and other products in line with section 4.3 of the Guidance Note on Financial Engineering Instruments (COCOF-10-0014-05 of 08/02/2011) should be reported. If the Managing Authority signed with the specific fund only one funding agreement for different types of other financial product, we suggest to group them together in one section IV.4. If the Managing Authority signed with the same specific fund a separate funding agreement for each type of other financial product, the entire section IV.4 should be repeated as many times as many funding agreements for different other financial products have been signed.
IV.4.1	Name of other financial product	Bonificação das comissões de garantia da linha Investe QREN	Name of other financial product supported with Operational Programme resources and offered by specific fund (= financial intermediary) to final recipients or for the benefit of final recipients. The name of other product should not be confused with the name of the specific fund or the fund manager.
IV.4.2*	Number of final recipients supported	////////////////////	////////////////////////////////////
IV.4.2.1*	out of which large enterprises	0	Total number of large enterprises supported with other financial product. Based on the Commission Recommendation 2003/361/EC of 6 May 2003 and for purposes of this document, by "large enterprises" should be understood the enterprises with more than 250 employees and a turnover of > EUR 50 million / balance sheet total of > EUR 43 million.
IV.4.2.2*	out of which SMEs	8	Total number of small and medium-sized enterprises (SMEs) supported with other financial product. Definition of a "SME" according to Article 2.1 of the Commission Recommendation of 2003/361/EC of 6 May 2003, i.e. small and medium-sized enterprises (SMEs) is made up of enterprises which employ less than 250 persons and which have an annual turnover not exceeding EUR 50 million, and/or an annual balance sheet total not exceeding EUR 43 million.
IV.4.2.2.1*	out of which micro-enterprises	0	Total number of micro-enterprises supported with other financial product. Definition of a "microenterprises" according to Article 2.3 of the Commission Recommendation of 2003/361/EC of 6 May 2003 i.e. enterprises which employs less than 10 persons and whose annual turnover and/or annual balance sheet total does not exceed EUR 2 million.

No.	Required information/data	Required format	Instruction
IV.4.2.3*	out of which individuals	0	Total number of individuals supported with other financial product. "Individuals" means all natural persons not covered by the definition of enterprise in the Commission Recommendation 2003/361/EC of 6 May 2003 (Title I, Article 1 of the Annex 1) or not covered by the definition of legal person in the national legislation.
IV.4.2.4*	out of which urban projects	0	Total number of urban projects supported with other financial product. "Urban projects" means the projects included in the integrated plan for sustainable urban development and/or regeneration or structured in public-private partnerships.
IV.4.2.5*	out of which other recipients supported	0	Total number of other types of final recipients, which do not fall under the scope of sections IV.4.2.1* -IV.4.2.3*, but are supported with other financial product.
IV.4.3	Amounts of Operational Programme contributions paid to the final recipients (in EUR)	1.425	Amounts of Operational Programme contribution i.e. ERDF/ESF + national public and private co-financing, paid to final recipients or paid for the benefit of final recipients (in a case when the subsidy is paid directly to the financial intermediary), should be indicated in the section. Other resources (e.g. commercial bank resources or additional regional contributions) which contribute to this product but do not constitute part of the Operational Programme should not be reported in this section. This section refers to the amounts of Operational Programme effectively disbursed, means paid into the account of the final recipients or to the benefit of final recipients, until the end of 2013. Resources returned to the operation from investments in final recipients are not considered amounts of Operational Programme contributions. Consequently, resources returned to the operation and either reinvested in final recipients or paid to final recipients or for the benefit of final recipients) should not be reported in this section.
IV.4.3.1	out of which amounts of assistance from the Structural Funds (in EUR)	1.425	This section relates only to this part of amount indicated in section IV.4.3, provided from Structural Funds (ERDF and ESF) and paid to final recipients or paid for the benefit of final recipients until the end of 2013.
IV.4.4*	Number of other financial products provided to final recipients	1	Total number of final recipients supported with other financial product.
IV.4.5	Date of signature of funding agreement between a Managing Authority and a specific fund for this (other) financial product	19-03-2013	Date of signature of funding agreement between a Managing Authority and a specific fund for the other product.
IV.5	Indicators	////////////////////////////////////	////////////////////////////////////
IV.5.1*	Number of jobs created	402	Core indicator n°1 for ERDF and CF at OP level (definition: gross direct jobs created, full time equivalents, Source: "Working Document No. 7. Indicative Guidelines on evaluation methods: Reporting on core indicators for the European Regional Development Fund and the Cohesion Fund" (http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/working/st2000_en.htm)). Given the specificity of FEI operations under the ESF Operational Programmes, we suggest MAs to provide, if possible, information on number of participants in operations (in accordance with Annex XXIII of the Implementing Regulation 1828/2006). This information should be provided cumulatively from the year when operation was set-up until the end of the reporting year (2013). This information could be filled in the 'comment' box. Consequently, an appropriate comment i.e. 'not applicable' should be filled in Section IV.5.1 for ESF programmes.

Sections marked with "*" are optional, however we encourage Managing Authorities to complete these sections.

Anexo VII - Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade

PROGRAMA: PO ALGARVE21

OBJECTIVO: CONVERGÊNCIA (Phasing Out)

CÓDIGO CCI: 2007PT161PO005

DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2012) 9482 final de 12-12-2012



Refª Indicador	Unidade	Indicador	Realização Contratada (31-12-2014)
FCOMP-04-025	%	Redução do número de contactos necessários entre o cidadão e/ou as empresas e a AP em processos administrativos (*)	
FCOMP-04-026	%	Taxa de desmaterialização dos serviços da administração pública (*)	
FC-ICN-Anual-017_a	MWh	Consumo energético antes da implementação do projeto	60.559
FC-ICN-Anual-017_b	MWh	Consumo energético após a implementação do projeto	51.451
CORE-024	MWh	Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	n.a
FC-ICN-AAE-001	nº	População servida pelas lojas do cidadão, centros multisserviços e balcões únicos	26.167
FC-ICN-AAE-002	nº	Serviços on-line orientados para empresas disponibilizados por entidades públicas	104
FC-ICN-AAE-003	nº	Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos	n.d
FC-ICN-AAE-006	nº	Estratégias de Eficiência Coletiva reconhecidas, por tipo de estratégia (polos de competitividade e tecnologia, outros clusters, PROVERE, ARDU)	21
VT-ICN -Anual - 019	ton/ano	Quantidade de RUB valorizada organicamente por ano	-
VT-ICN -Anual - 23	ha	Área classificada abrangida por intervenções de gestão ativa de espaços protegidos e classificados	1049,7
VT-ICN -Anual - 024	Nº	População abrangida por Planos de emergência de proteção civil	451.005
VT-ICN -Anual - 027	Nº	População abrangida por operações de regeneração urbana	168.659
VT-ICN -Anual - 028	m2	Área intervencionada por operações de regeneração urbana	226.094
VT-ICN -Anual - 032	Nº	População abrangida por unidades de saúde	451.005
CORE -022	Nº	Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	40.248
CORE -025	Nº	Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados	-
CORE -026	Nº	Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados	-
CORE -029	KM2	Área reabilitada (em km2) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	6,99
CORE -030	CO2 equivalentes, kt	Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	3,54
VT-ICN-AAE-018	%	Variação na taxa de desvio de RUB para aterro	n.a
VT-ICN-AAE-023	km	Extensão de costa intervencionada para redução do risco associado à dinâmica costeira	18,45
VT-ICN-AAE-024	km	Extensão de costa intervencionada para contenção ou diminuição da ocupação antrópica em área de risco	5,8
VT-ICN-AAE-025	%	Grau de cobertura do território por planos de emergência	100
CORE - 037	média por ano	Nº de alunos que beneficiam das intervenções (Educação)	5.630
CORE - 041	Nº	Nº de projetos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	20

Notas

(*) Apuramento obrigatório pelo POFC e recomendado para os PO Regionais.

(**) Metodologia de cálculo em consolidação. O indicador deverá ser preenchido como não disponível (n.d.).

Anexo VIII - Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Eixo Prioritário	Indicadores de Realização Física	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)												
Eixo Prioritário 1	Projectos empresariais apoiados que contribuem para consolidar e valorizar o cluster do Turismo e Lazer	Realização - Contratada		5	10	21	39	40	97	123		
		Realização - Encerramento		0	0	0	3	5	19	35		
		Metas				30					80	
		Valor de Referência / Situação de Partida	0									
	PME abrangidas pelo sistema de garantias apoiado pelo PO	Realização - Contratada		73	124	136	147	148	146	131		
		Realização - Encerramento		0	0	0	0	0	0	0		
		Metas				50					250	
		Valor de Referência / Situação de Partida	0									
	Parques empresariais e tecnológicos apoiados	Realização - Contratada		-	-	0	1	1	3	3		
		Realização - Encerramento				0	0	0	1	1		
		Metas				1					3	
		Valor de Referência / Situação de Partida	0									
	Serviços orientados para empresas disponibilizados on-line por entidades públicas (regionais e locais), apoiados pelo PO	Realização - Contratada		33	35	35	89	89	89	104		
		Realização - Encerramento		0	1	18	70	71	76	84		
		Metas				20					90	
		Valor de Referência / Situação de Partida	0									
Eixo Prioritário 2	Intervenções de valorização da orla costeira apoiadas (planos de praia e de intervenção previstos nos POOC) ^(a)	Realização - Contratada		4	4	11	17	19	25	29		
		Realização - Encerramento		0	2	4	5	7	8	13		
		Metas				30					35	
		Valor de Referência / Situação de Partida	0									
	Ações promotoras de boas práticas ambientais apoiadas, de abrangência supramunicipal	Realização - Contratada		1	6	9	8	26	27	27		
		Realização - Encerramento		0	0	0	0	4	13	16		
		Metas				20					45	
		Valor de Referência / Situação de Partida	0									

a) Nestes indicadores está incluído um projeto (ALG-01-0430-FEDER-000001) que transitou do Eixo 2 para o Eixo 1. Este projeto contribui em 0,66 km de "costa intervencionada" e 0,23% de "proporção da orla costeira valorizada".

Anexo VIII - Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Eixo Prioritário	Indicadores de Realização Física	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	
Eixo Prioritário 3	Escolas do pré-escolar e EB1 e EB2, 3 intervenções	Realização - Contratada		5	9	17	18	17	17	17		
		Realização - Encerramento		0	4	7	9	11	11	15		
		Metas				15					22	
		Valor de Referência / Situação de Partida	0									
	Projectos inseridos em estratégias para a competitividade da rede urbana	Realização - Contratada		0	2	2	9	9	8	8		
		Realização - Encerramento		0	0	0	0	3	3	4		
		Metas				-					12	
		Valor de Referência / Situação de Partida	0									
	Extensão dos troços rodoviários (novos ou existentes) intervenções ^{b)}	Realização - Contratada			-	36,44	53,6	60,94	91,46	129,12		
		Realização - Encerramento			-	0	0,85	30,78	45,68	69,61		
		Metas				20					65	
		Valor de Referência / Situação de Partida	0									
	Projectos inseridos em estratégias (componentes física, social e económica) de regeneração urbana apoiados	Realização - Contratada			3	3	27	31	36	45		
		Realização - Encerramento			0	0	18	22	22	25		
		Metas				-					33	
Valor de Referência / Situação de Partida		0										
Projectos de reabilitação urbana apoiadas nas áreas de baixa densidade	Realização - Contratada			-	0	0	0	2	6			
	Realização - Encerramento			-	0	0	0	0	1			
	Metas				-					3		
	Valor de Referência / Situação de Partida	0										
Eixo Prioritário 4	Proporção de candidaturas submetidas on-line ao Programa	Realização - Contratada		100	100	100	100	100	100	100		
		Realização - Encerramento		100	100	100	100	100	100	100		
		Metas				60					100	
		Valor de Referência / Situação de Partida	0									

b) Neste indicador estão incluídos dois projetos (ALG-01-0450-FEDER-000001 e ALG-01-0450-FEDER-000002) que transitaram do Eixo 3 para o Eixo 1. Estes projetos contribuem para a "extensão de troços rodoviários" (Aprovação=5,37 km Execução =2,75km)

Anexo VIII - Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Eixo Prioritário	Indicadores de Resultado	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
------------------	--------------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	-------

Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)

Eixo Prioritário 1	Indicadores de Resultado	Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)										
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	
	Taxa de sobrevivência das novas empresas apoiadas que contribuem para a consolidar e valorizar o cluster Turismo e Lazer	Realização - Contratada		-	-	-	-	75	80	60		
		Realização - Encerramento		-	-	-	-	25	40	40		
		Metas				60					60	
		Valor de Referência / Situação de Partida	40									
	Proporção de investimento empresarial em conhecimento, ambiente e média-alta e alta tecnologia, apoiado pelo PO	Realização - Contratada		-	40,3	53,84	46,50	46,65	40,2	42,32		
		Realização - Encerramento		-	0	0	0,58	0,89	32,3	31,85		
		Metas				50					50	
		Valor de Referência / Situação de Partida	0									
	Taxa de ocupação dos parques empresariais e tecnológicos apoiados	Realização - Contratada		-	-	-	0	0	1,46	1,46		
Realização - Encerramento			-	-	-	0	0	0	1,46			
Metas					n.d					30		
	Valor de Referência / Situação de Partida	0										

Eixo Prioritário 2	Indicadores de Resultado	Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)										
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	
	Proporção de orla costeira valorizada ^(a)	Realização - Contratada		28	28,26	29,39	29,75	33,81	35,87	37,42		
		Realização - Encerramento		0	28,15	28,64	29,02	29,29	29,39	29,70		
		Metas				50					60	
		Valor de Referência / Situação de Partida	25									
Poupança de energia primária (MWh)	Realização - Contratada		-	-	-	8,39	6,53	8,34	15,04			
	Realização - Encerramento		-	-	-	0	0	7,21	6			
	Metas				-					15		
	Valor de Referência / Situação de Partida	100										

a) Nestes indicadores está incluído um projeto (ALG-01-0430-FEDER-000001) que transitou do Eixo 2 para o Eixo 1. Este projeto contribui em 0,66 km de "costa intervencionada" e 0,23% de "proporção da orla costeira valorizada".

Anexo VIII - Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Eixo Prioritário	Indicadores de Resultado	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	
Eixo Prioritário 3	Proporção de alunos do pré-escolar e EB1 (rede pública) integrados em regime lectivo normal	Realização - Contratada		66	67	82,6	84,34	83,62	84,6	84,82		
		Realização - Encerramento		0	63	67	71	73	74	76,45		
		Metas				80					90	
		Valor de Referência / Situação de Partida	60									
	Redução do tempo de percurso nos troços rodoviários intervencionados	Realização - Contratada		-	-	-	40,26	53,56	56,15	55,34		
		Realização - Encerramento		-	-	-	0,95	0,72	0,66	68,75		
		Metas				-					25	
		Valor de Referência / Situação de Partida	100									
	% de população urbana abrangida por programas estratégicos de competitividade	Realização - Contratada		-	54	60	60	60	60	60		
		Realização - Encerramento		-	0	0	0	0	0	0		
		Metas				40					80	
		Valor de Referência / Situação de Partida	0									
	População residente beneficiada por projectos integrados de regeneração urbana apoiados	Realização - Contratada		-	10.185	10.185	10.185	12.625	15.175	34.387		
		Realização - Encerramento		-	0	0	0	0	4.315	4.315		
		Metas				5.000					15.000	
Valor de Referência / Situação de Partida		0										
Emprego criado pelos projectos integrados apoiados nas áreas de baixa densidade	Realização - Contratada		-	-	-	-	0	0	0			
	Realização - Encerramento		-	-	-	-	0	0	0			
	Metas				60					10		
	Valor de Referência / Situação de Partida	0										
Eixo Prioritário 4	Cumprimento das regras n+3 e n+2	Realização - Contratada		-	-	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a		
		Realização - Encerramento ³⁾		-	-	n.a	49,9	84,4	130			
		Metas				- ¹⁾	17,9%	39,9%	73,70%		100 ²⁾	
		Valor de Referência / Situação de Partida	0									

1) A meta de 2010 deixou de existir porque a alteração do Regulamento Comunitário n.º 1083/2006 de 11 de Julho, através do reg (CE) n.º 539/2010 de 16 de Julho, alterou a meta n+3 que passou a ser aplicável apenas em 2011.

2) Meta N+3 a cumprir no final de 2015 (174.952.016 €) - total da programação.

3) Unidade: Milhões de Euros FEDER certificados

Anexo IX - Resumo Implementação Física - Indicadores Comuns Comunitários - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)												
Emprego Criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro) ^{b)}	Realização - Contratada		–	n.d	926	997	1096	1468	1651		
		Realização - Executada				(a)	22	145	373	509		
		Metas									1.050	
	2. dos quais: homens ^{c)}	Realização - Contratada		–	n.d	n.d	n.d	n.d	14	37		
		Realização - Executada							14	30		
		Metas									63	
	3. dos quais: mulheres ^{c)}	Realização - Contratada		–	n.d	n.d	n.d	n.d	58	102		
		Realização - Executada							58	95		
		Metas									76	
Investigação e Desenvolvimento	4. Nº de projectos de I&DT	Realização - Contratada		3	12	14	16	17	22	27		
		Realização - Executada				0	0	1	2	9		
		Metas									22	g)
	5. Nº de projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	Realização - Contratada		–	2	3	4	6	11	16		
		Realização - Executada				0	0	0	0	2		
		Metas									8	
	6. Empregos na investigação criados	Realização - Contratada		–	0	62	67	71	92	95		
		Realização - Executada				0	0	1	3	46		
		Metas									60	g)
Ajudas directas ao investimento nas PME	7. Nº de projectos	Realização - Contratada		90	189	231	273	284	437	516		
		Realização - Executada				0	4	16	41	84		
		Metas									340	
	8. dos quais: nº de start-ups apoiadas	Realização - Contratada		3	9	13	17	16	54	102		
		Realização - Executada				0	1	1	3	4		
		Metas									25	
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização - Contratada		–	0	674	872	977	1198	1371		
		Realização - Executada				0	22	145	235	318		
		Metas									800	g)
	Realização - Contratada		–	50,70	73,50	87,25	89,72	100,8	88,5			

Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	
	10. Investimento total induzido (em Milhões de euros)	Realização - Executada				0	0,53	1,28	3,47	7,61		
		Metas									100	g)
Sociedade de Informação	11. Nº de projectos	Realização - Contratada		11	19	29	35	36	54	68		
		Realização - Executada				0	8	13	17	24		
		Metas									60	g)
	12. Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização - Contratada		-	-	-	n.a	n.a	n.a	n.a		
		Realização - Executada				-	n.a	n.a	n.a	n.a		
		Metas									n.a	
Transportes	13. Nº de projectos	Realização - Contratada		-	-	3	5	10	22	26		
		Realização - Executada				1	1	3	6	12		
		Metas										20
	14. Nº de Km de novas estradas	Realização - Contratada		-	-	0,85	3,85	3,85	5,37	6,08		
		Realização - Executada				0	0,85	0,85	0,85	0,85		
		Metas										5
	15. Nº de Km de novas estradas nas RTE	Realização - Contratada		-	-	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a		
		Realização - Executada				n.a	n.a	n.a	n.a	n.a		
		Metas										n.a
	16. Nº de Km de estradas reconstruídas ou remodeladas	Realização - Contratada		-	-	35,59	49,76	57,08	86,08	123,04		
		Realização - Executada				0	0	29,93	44,83	68,76		
		Metas										60
	17. Nº de Km de novas ferrovias	Realização - Contratada		n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a		
		Realização - Executada				n.a	n.a	n.a	n.a	n.a		
		Metas										n.a
	18. Nº de Km de novas ferrovias nas RTE	Realização - Contratada		n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a		
		Realização - Executada				n.a	n.a	n.a	n.a	n.a		
		Metas										n.a
	19. Nº de Km de ferrovias reconstruídas ou qualificadas	Realização - Contratada		n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d		
		Realização - Executada				n.d	n.d	n.d	n.d	n.d		
		Metas										n.d
20. Valor (em euros/ano) dos ganhos nos tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de estradas (mercadorias e passageiros)	Realização - Contratada		n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d			
	Realização - Executada				n.d	n.d	n.d	n.d	n.d			
	Metas										n.d	
21. Valor (em euros/ano) dos ganhos nos tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de ferrovias (mercadorias e passageiros)	Realização - Contratada		n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d			
	Realização - Executada				n.d	n.d	n.d	n.d	n.d			
	Metas										n.d	
22. Acréscimo de população servida por	Realização - Contratada		-	-	15.935	23.214	23.214	40.248	40.248			

Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	
	22. Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	Realização - Executada				12.902	12.902	15.935	10.622	10.622		
		Metas									100.000	g)
Energias Renováveis	23. N.º de projectos ⁴⁾	Realização - Contratada		–	0	0	33	37	45	62		
		Realização - Executada				0	0	1	9	10		
		Metas									50	g)
	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Realização - Contratada		n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a		
		Realização - Executada				n.a	n.a	n.a	n.a	n.a		
		Metas									n.a	
Ambiente	25. Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados	Realização - Contratada		n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a		
		Realização - Executada					n.a	n.a	n.a	n.a		
		Metas									n.a	
	26. Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados	Realização - Contratada		n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a		
		Realização - Executada					n.a	n.a	n.a	n.a		
		Metas									n.a	
	27. N.º de projectos de Resíduos Sólidos	Realização - Contratada		–	–	0	n.a	n.a	n.a	n.a		
		Realização - Executada				0	n.a	n.a	n.a	n.a		
		Metas									n.a	
	28. N.º de projectos visando a melhoria da qualidade do ar ⁵⁾	Realização - Contratada		–	1	1	1	1	1	1		
		Realização - Executada				0	0	0	0	1		
		Metas									1	
29. Área reabilitada (em km2) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas) ¹⁾	Realização - Contratada		–	5,23	6	7,1	6,79	6,99	6,99			
	Realização - Executada				0	0,2	1,2	1,6	2,8			
	Metas									8	g)	
Alterações Climáticas	30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	Realização - Contratada		–	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	3,54		
		Realização - Executada					n.d	n.d	n.d	0,22		
		Metas									n.d	
Prevenção de Riscos	31. N.º de projectos	Realização - Contratada		–	–	1	20	19	19	18		
		Realização - Executada				0	0	0	2	4		
		Metas									20	
	32. População que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações ¹⁾	Realização - Contratada		–	–	434.023	434.023	451.005	451.005	451.005		
		Realização - Executada				0	0	0	225.503	225.503		
		Metas									434.023	
	33. População que beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações) ¹⁾	Realização - Contratada		–	–	434.023	434.023	451.005	451.005	451.005		
		Realização - Executada				0	0	0	290.063	290.063		
		Metas									434.023	
Turismo	34. N.º de projectos	Realização - Contratada		5	11	27	47	46	106	136		
		Realização - Executada				0	4	8	23	42		
		Metas									90	

Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	
Turismo	35. Nº de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização - Contratada		–	0	360	464	562	749	836		
		Realização - Executada					15	15	48	62		
		Metas									450	g)
Educação	36. Nº de projectos	Realização - Contratada		5	9	17	18	17	17	17		
		Realização - Executada				7	9	11	11	15		
		Metas									22	
	37. Nº de alunos que beneficiam das intervenções	Realização - Contratada		1.840	2.849	5.583	5.946	5.630	5.630	5.630		
		Realização - Executada				1.962	2.447	3.236	3.236	3.925		
		Metas									7.000	
Saúde	38. Nº de projectos	Realização - Contratada		–	–	n.d	3	3	3	3		
		Realização - Executada				n.d	2	3	3	3		
		Metas									3	
Reabilitação Urbana	39. Nº de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades	Realização - Contratada		–	0	24	27	31	36	45		
		Realização - Executada				5	18	22	22	25		
		Metas									33	
Competitividade das Cidades	40. Nº de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização - Contratada		–	0	5	3	3	6	6		
		Realização - Executada				0	0	0	0	0		
		Metas									10	g)
Inclusão Social	41. Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	Realização - Contratada		5	9	17	18	17	20	20		
		Realização - Executada				7	9	11	14	18		
		Metas									25	e)

Notas:

a) Conforme metodologia recomendada pela CE deverá ser apurado após conclusão da operação

b) Inclui 125 empregos criados nos projetos de investimento Público e 1592 nas empresas

c) Nesta fase, só existem dados para a repartição H/M nos projetos Públicos. Embora a meta para estes indicadores esteja como n.d, optou-se por repartir os 125 PT públicos em 45% Homens e 55% Mulheres para "compensar" a atual repartição (pressuposto: dados trimestrais que refletem uma taxa de empregabilidade contrária à meta de 55% H e 45% M)

d) Inclui 18 operações enquadradas no Regulamento Específico "RUCI"

e) Trata-se de uma operação enquadrada no Regulamento Específico "Acções de valorização e qualificação ambiental"

f) As Intervenções aprovadas abrangem todo o território Algarvio - a população residente no território cresceu (atualização de acordo com censos 2011). Uma das operações que contribui para estes indicadores foi rescindida por extinção do promotor, sendo que por razões administrativas, não foi possível efetuar o reembolso FEDER ao beneficiário. No entanto, as componentes que integravam a operação foram executadas, tendo na altura da extinção do Governo Civil sido, as mesmas, disponibilizadas à Autoridade Nacional de Proteção Civil, que as têm utilizado para os efeitos previstos.

g) As metas dos CORE Indicators já integram os valores das metas nacionais revistas.

n.d - não disponível

n.a - não se aplica

Observações:

1) Neste indicador está incluído um projeto (ALG-01-0430-FEDER-000001) que transitou do Eixo 2 para o Eixo 1. Este projeto contribui em 0,10Km2 para a "área reabilitada"

2) Nestes indicadores estão incluídos dois projetos (ALG-01-0450-FEDER-000001 e ALG-01-0450-FEDER-000002) que transitaram do Eixo 3 para o Eixo 1. Estes projetos contribuem para os seguintes indicadores: CORE 13 (Aprovação= 2 Execução =1) e CORE 16 (Aprovação=5,37 km Execução =2,75km)



Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.2014 (valores acumulados)

Unid:euro

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE	
													1
TOTAL PO ALGARVE 21									642	404.194.750	277.764.697	203.929.073	110.736
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento									432	255.376.196	128.946.143	108.391.909	110.736
Apoio à Competitividade e Inovação das Empresas									385	217.886.713	91.456.660	81.858.044	110.736
ALG-01-0101-FEDER-000361	REFORÇO DAS CAPACIDADES DE DESENVOLVIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO COM VISTA À INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Média empresa	501773622	NOVACORTIÇA - INDÚSTRIA CORTICEIRA, SA	33.906,15	11.867,15	11.867,15	0,00		
ALG-01-0101-FEDER-000437	MELHORIA DO SISTEMA DE CONTROLO DE GESTÃO E DE LOGÍSTICA, CERTIFICAÇÃO DE SERVIÇOS E INTERNACIONALIZ	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Pequena empresa	503420344	HUBEL VERDE - ENGENHARIA AGRONÓMICA, SA	245.835,44	110.625,95	110.625,95	0,00		
ALG-01-0101-FEDER-000590	CERTIFICAÇÃO SISTEMA GESTÃO QUALIDADE PELA NORMA ISO 9001:2000; MODERNIZAÇÃO E REFORÇO DO RECURSO A	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	505133300	ECOSSISTEMASOL - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS VERDES, LDA	75.123,00	33.805,35	33.805,35	0,00		
ALG-01-0101-FEDER-000915	MOTIVATOURS - VOCACIONAR A EMPRESA PARA O MODELO DE NEGÓCIO DO FUTURO	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Pequena empresa	503171310	TURISMO MOTIVATOURS, LDA	89.440,24	40.248,11	40.248,11	0,00		
ALG-01-0101-FEDER-001998	QUALIFICAÇÃO DA GARRAFEIRA SOARES	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Média empresa	501496912	GARRAFEIRA SOARES - COMÉRCIO DE BEBIDAS, SA	166.576,52	80.758,00	80.758,00	39.962,72		
ALG-01-0101-FEDER-002038	"ECOSALT - ROTULAGEM ECOLÓGICA DO SAL MARINHO TRADICIONAL E DA FLOR DE SAL"	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Pequena empresa	504032194	NECTON - COMPANHIA PORTUGUESA DE CULTURAS MARINHAS, SA	62.573,57	28.158,11	28.158,11	0,00		
ALG-01-0101-FEDER-002039	DIVULGAÇÃO/IMPLEMENTAÇÃO DOS NOSSOS PRODUTOS E SERVIÇOS NO MERCADO ARGENTINO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	502420227	ALGARDATA - SISTEMAS INFORMÁTICOS, SA	72.900,00	27.540,00	27.540,00	3.600,00		
ALG-01-0101-FEDER-002256	GESTÃO DE QUALIDADE NA HUBEL INDÚSTRIA DA ÁGUA E INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Pequena empresa	503550841	HUBEL INDUSTRIA DA ÁGUA, AMBIENTE E OBRAS PÚBLICAS, SA	145.146,90	65.316,11	65.316,11	0,00		
ALG-01-0101-FEDER-003136	OPTIMIZAÇÃO DE SISTEMAS DE CONTROLO DE PRODUÇÃO E MARCAÇÃO CE	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	503363243	ROFICER - CERÂMICA DA FONTE SALGADA, LDA	5.000,00	3.750,00	3.750,00	0,00		
ALG-01-0101-FEDER-003808	CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DA EXPLORAÇÃO	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Média empresa	500091366	EDUARDO PINTO CONTREIRAS & FILHOS, LDA	31.500,00	23.625,00	23.625,00	0,00		
ALG-01-0101-FEDER-004072	IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO SISTEMA QUALIDADE E MELHORIAS NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Média empresa	502442786	APOLONIA SUPERMERCADOS, SA	219.566,47	76.848,26	76.848,26	0,00		
ALG-01-0101-FEDER-005978	ESTUDO GEO-ECONÓMICO DE PEDREIRA DE CALCÁRIO	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Média empresa	500091366	EDUARDO PINTO CONTREIRAS & FILHOS, LDA	26.800,00	20.100,00	20.100,00	0,00		
ALG-01-0101-FEDER-006118	COMPETIVIDADE E SUSTENTABILIDADE RUMO À EXCELÊNCIA	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Média empresa	502217235	MUNDO AQUÁTICO - PARQUES OCEANOGRÁFICOS DE ENTRETENIMENTO EDUCATIVO, S.A	170.043,78	68.206,03	68.206,03	0,00		
ALG-01-0101-FEDER-006325	IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE PRODUTOS E PROCESSOS	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	507344731	ALGARSTONE - MARMORES E GRANITOS, LDA	5.680,00	4.260,00	4.260,00	0,00		
ALG-01-0101-FEDER-006431	PRODUÇÃO DE CHOURIÇO DE ATUM COM ELEVADO TEOR DE ANTIOXIDANTES: VIABILIZAÇÃO DO PROJECTO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO.	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	507094417	CONSERVAS DE PEIXE DÂMASO, UNIPESSOAL, LDA	24.550,00	18.412,50	18.412,50	0,00		
ALG-01-0101-FEDER-006674	CENTRAL DE PROJECTOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	507850963	ALL DOMOTICS SA	76.790,18	42.018,69	42.018,69	17.058,54		
ALG-01-0101-FEDER-006702	GESTÃO DE RESERVAS, CALL CENTRE E TIC	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Pequena empresa	502142693	ALGARVE T - COOPERATIVA DE AUTOMÓVEIS DE TURISMO DO ALGARVE CRL	95.555,54	42.999,99	42.999,99	0,00		
ALG-01-0101-FEDER-006739	INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Pequena empresa	107647176	RUI FRANCISCO NEVES DIAS	34.844,06	15.679,83	15.679,83	0,00		
ALG-01-0101-FEDER-011438	PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CONTEÚDOS UTILIZADOS EM PROGRAMAS DE ECOTURISMO NA RIA FORMOSA	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	508455316	NATURANAUTICA, LDA	21.773,76	16.330,32	16.330,32	0,00		
ALG-01-0101-FEDER-011609	PLANO DE PORMENOR DE ÁREA INDUSTRIAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	500091366	EDUARDO PINTO CONTREIRAS & FILHOS, LDA	35.625,00	25.000,00	25.000,00	0,00		

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALG-01-0101-FEDER-012325	QUALIFICAÇÃO DA VISUALFORMA	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Média empresa	503536717	VISUALFORMA - FORMAÇÃO E PROGRAMAÇÃO EM NOVAS TECNOLOGIAS, LDA	620.892,84	248.357,14	248.357,14	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-012432	QUALIFICAÇÃO TURALVOR	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Pequena empresa	501577602	TURALVOR - EXPLORAÇÃO APARTAMENTOS TURISTICOS, LDA	76.975,88	34.639,15	34.639,15	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-012593	MARREIROS GLOBALENQUADRAMENTO NAS TIPOLOGIAS 1)DESENVOLVIMENTO E ENGENHARIA DE PRODUTOS, SERVIÇOS E PROCESSOS IREMOS ADOPTAR UM NOVO SISTEMA DE GESTÃO TOTAL, NOMEADAMENTE AO NÍVEL DE LOGÍSTICA QUE PE	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	501072160	MARREIROS, LDA	26.901,00	12.105,45	12.105,45	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-012653	PALAVRAS SEM FRONTEIRAS	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	504400576	INPOKULIS - TRADUÇÕES E EVENTOS. UNIPESSOAL, LDA	139.037,30	62.566,79	62.566,79	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-012879	INOANGOLA2010	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Pequena empresa	507567862	INOFORMAT - SOLUÇÕES PARA A GESTÃO, LDA	62.853,90	28.284,26	28.284,26	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-012880	INTERNACIONALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO LONGEVITY WELLNESS RESORT MONCHIQUE	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	500386960	MONTINHO DE MONCHIQUE, SA	494.739,87	247.369,94	247.369,94	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-016206	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA; CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA; CERTIFICAÇÃO QUALIFICADA	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Pequena empresa	504901095	ALISIOS II - IMOBILIARIA E TURISMO SA	28.994,50	13.047,53	13.047,53	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-016323	INOVAÇÃO NA ÁREA DA GESTÃO, COMERCIALIZAÇÃO E APOSTA NA ECONOMIA DIGITAL	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Pequena empresa	502711868	AVE DE OIRO-SOC. DE COMÉRCIO DE AVES E CARNES, LDA	54.764,84	24.644,18	24.644,18	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-016528	FRUSTOCK SUL IBÉRICO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	502899581	FRUSTOCK - PRODUTOS ALIMENTARES, SA	103.970,00	43.663,00	43.663,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-016656	INTERNACIONALIZAR PARA ESPANHA E ITÁLIA	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	507859448	SYSTEMSIT - SISTEMAS INFORMÁTICOS, LDA	708.051,34	318.623,10	318.623,10	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-016668	INTERNACIONALIZAR PARA BRASIL E ARGENTINA	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	508845815	BPO CONSULTING, UNIPESSOAL, LDA	746.120,01	335.754,00	335.754,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-016678	REALIZAÇÃO DA AUDITORIA ENERGÉTICA E AUDITORIA DA QUALIDADE DO AR INTERIOR	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Média empresa	501549072	GRAMPIAM- INVESTIMENTOS HOTELEIROS, SA	28.000,00	14.000,00	14.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-016681	QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Pequena empresa	508838754	BLUE SEVEN - BUSINESS SOLUTIONS, LDA	193.727,60	87.177,42	87.177,42	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-016683	REALIZAÇÃO DA AUDITORIA ENERGÉTICA E AUDITORIA DA QUALIDADE DO AR INTERIOR	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Média empresa	501181695	VALE DO GARRÃO-URBANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO, LDA	26.000,00	13.000,00	13.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-016740	REFORÇO DAS CAPACIDADES DE COMERCIALIZAÇÃO, MARKETING, DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Pequena empresa	508295157	RELEVE - RECURSOS ENERGÉTICOS, LDA	58.646,96	26.391,13	26.391,13	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-016778	DESCREVER SUCIENTAMENTE O TIPO DE PROJECTO/INVESTIMENTO	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Pequena empresa	508910587	CONCEPTEK - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO SA	75.314,51	33.891,53	33.891,53	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-016784	CERTIFICAÇÃO DA EMPRESA PELA ISO 9001:2008	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	502012064	PROJECTO 2 - GABINETE DE ENGENHARIA E ARQUITECTURA, LDA	76.660,00	34.847,00	34.847,00	800,00
	ALG-01-0101-FEDER-016991	INSTALAÇÃO DE SISTEMA SOLAR TÉRMICO E DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM PARQUE DE CAMPISMO	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	506583864	PARQUE DE CAMPISMO RIA FORMOSA, LDA	94.867,00	41.770,08	41.770,08	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-017020	IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE UM SISTEMA SOLAR TÉRMICO	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Pequena empresa	501244336	SOARES & NETO, LDA	76.650,00	34.492,50	34.492,50	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-017195	INSTALAÇÃO DE SISTEMA SOLAR TÉRMICO E DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM RESTAURAÇÃO	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	505169274	ROCHA DA GRALHEIRA - EXPLORAÇÃO DE RESTAURANTES, UNIPESSOAL, LDA	43.456,26	18.966,10	18.966,10	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-018144	CONSOLIDAÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	505681447	GEO EXPLORER - AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO, SA.	416.045,00	180.560,00	180.560,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-018223	IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO E AUMENTO DE COMPETITIVIDADE PARA 2011 E 2012	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	506838315	X TUBOS - COMERCIALIZAÇÃO DE SISTEMAS DE CANALIZAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO, LDA	253.397,98	114.029,09	114.029,09	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-018234	ROLEAR MAIS - NOVAS ENERGIAS EM ÁFRICA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	509100562	ROLEAR MAIS-SOLUÇÕES E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS, SA	385.208,00	163.738,20	163.738,20	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-018328	INTERNACIONALIZAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO E NOVOS MERCADOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	503935387	ON PRO TRAVEL SOLUTIONS, SA	350.355,00	151.024,50	151.024,50	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-018348	INTERNACIONALIZAÇÃO DO MARTINHAL BEACH RESORT & HOTEL	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Pequena empresa	507261992	FOUR GOLD WINDS RESORTS - EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, SA	525.834,19	256.945,37	256.945,37	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-018387	LONGEVITY WELLNESS RESORT MONCHIQUE ? HOTEL- APARTAMENTO DE 5 ESTRELAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	500386960	MONTINHO DE MONCHIQUE, SA	462.916,00	217.533,00	217.533,00	0,00

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALG-01-0101-FEDER-021706	MONTE DO MALHÃO - DIFERENCIAÇÃO E COMPETITIVIDADE	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	509106811	DELAURENT - TURISMO, COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA, LDA	34.322,00	17.137,96	17.137,96	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-021748	QUALIFICAÇÃO DA MULTI TRIAGEM E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS, LDA.	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Pequena empresa	507247620	MULTI TRIAGEM E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS, LDA	90.928,61	40.917,87	40.917,87	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-021936	PELCOR	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Pequena empresa	501773622	NOVACORTIÇA - INDÚSTRIA CORTICEIRA, SA	509.390,00	207.610,80	207.610,80	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-023424	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SEGUNDO O REFERENCIAL NP EN ISO 9001:2008	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	506736997	CARS AND CARS - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, UNIPESSOAL, LDA	33.333,33	25.000,00	25.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-023435	ORGANIZAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DOCUMENTAL - GESTÃO INTEGRADA DA INFORMAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	504769740	PREVIGARB - ENGENHARIA DE SEGURANÇA, LDA	33.333,33	25.000,00	25.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-023457	PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E ACÇÃO COMERCIAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509312705	CARS AND CARS GARAGE - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, LDA	33.333,33	25.000,00	25.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-023462	PLATAFORMA DIGITAL B2B E B2C	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Pequena empresa	503364363	PORTITOURS - AGÊNCIAS DE VIAGENS E TURISMO, LDA	33.333,33	25.000,00	25.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-023490	ESTRATÉGIA COMERCIAL 2012/2023	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	504165771	CAMPICONTROL - AUTOMATIZAÇÃO AGRÍCOLAS E INDUSTRIAIS, LDA	30.000,00	22.500,00	22.500,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-023563	LOJAS INOVADORAS NUMA REDE DE DOCES REGIONAIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	108995020	MARIA DE FÁTIMA PIRES GALEGO	33.333,00	24.999,75	24.999,75	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-023736	AVALIAÇÃO DA QUALIDADE BIOLÓGICA E CARACTERIZAÇÃO NUTRICIONAL DE AZEITONA DE MESA BRITADA MAÇANILHA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	504414917	HELDER MADEIRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AZEITONAS UNIPESSOAL, LDA	32.500,00	24.375,00	24.375,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-023797	SOCIEDADE DA ÁGUA DE MONCHIQUE - IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	503171670	SOC. DA ÁGUA DE MONCHIQUE, SA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-023851	PRODUÇÃO DE PELLETS PARA VALORIZAÇÃO DO RESÍDUO GRANULADO NEGRO PROVENIENTE DA INDÚSTRIA CORTICEIRA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	501773622	NOVACORTIÇA - INDÚSTRIA CORTICEIRA, SA	24.000,00	18.000,00	18.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-023874	DETECÇÃO DE OPORTUNIDADES DE PROTECÇÃO DE DIREITOS DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL E IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE VIGILÂNCIA TECNOLÓGICA	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	508447402	SPAROS, LDA	8.900,00	6.675,00	6.675,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-024045	ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DO RUÍDO SUBMARINO POR MEIOS ROBOTIZADOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508398614	MARSENSING, LDA	33.093,00	24.819,75	24.819,75	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-024059	GESTÃO DE BIO-RESÍDUOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	507291565	DANDLEN & VASQUES, LDA	24.237,88	18.178,41	18.178,41	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-024309	PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	504772406	ROLEAR IV, LDA	33.333,33	25.000,00	25.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-024405	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE CONTROLO DA PRODUÇÃO DE AGREGADOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	506295419	BAPAR - EXTRACÇÃO E COMÉRCIO DE INERTES, LDA	13.500,00	10.125,00	10.125,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-025103	QUALIFICACAO DO QUINTABLANCA PALACE RESORT & SPA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	502733926	AGRILANCA-CASA AGRICOLA SA	702.626,37	215.817,50	215.817,50	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-025125	INTERNACIONALIZACAO DE SERVICOS DE ENGENHARIA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	506902480	CERTIGARVE - PROJECTOS E INSTALAÇÕES ESPECIAIS, LDA	408.176,48	210.487,72	210.487,72	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-025194	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO E APOSTA NA ECONOMIA DIGITAL, TIC E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA COMO FACTORES DE COMPETITIVIDADE NO MERCADO GLOBAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	503171670	SOC. DA ÁGUA DE MONCHIQUE, SA	332.007,12	184.445,34	184.445,34	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-025250	ORGANIZAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA SATARU	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510235271	SATARU INTERNACIONAL, LDA	236.209,95	106.294,48	106.294,48	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-025324	MARISOL - CONQUISTAR NOVOS MERCADOS EUROPEUS E AMÉRICA DO NORTE	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	507683072	BÖER & SIEBERT, LDA	54.214,00	34.287,86	34.287,86	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-025329	INTERNACIONALIZAÇÃO DA REFRESHLEMON	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509823890	REFRESHLEMON TOURISM, LDA	505.232,78	277.500,00	277.500,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-025505	QUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA DOLPHINS DRIVEN	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	507627288	DOLPHINS DRIVEN - ACTIVIDADES MARÍTIMO-TURÍSTICAS, LDA	87.405,00	39.853,75	39.853,75	1.192,00
	ALG-01-0101-FEDER-025607	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO COM MARCA E COLEÇÕES PRÓPRIAS E APOSTA NAS TIC E ECONOMIA DIGITAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509607225	SHCL - SHOESCLOSET, LDA	376.514,29	209.360,84	209.360,84	9.090,00
	ALG-01-0101-FEDER-025741	ROLEAR MAIS - QUALIFICAR PARA INTERNACIONALIZAR	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	509100562	ROLEAR MAIS-SOLUÇÕES E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS, SA	750.511,00	197.856,80	197.856,80	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-025809	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE EFICIENCIA ENERGÉTICA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	504901095	ALISIOS II - IMOBILIARIA E TURISMO SA	96.000,00	45.000,00	45.000,00	0,00

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALG-01-0101-FEDER-025891	REFORÇO DE CONTEÚDOS ON-LINE E INTERNACIONALIZAÇÃO DA FOUR GOLD WINDS RESORTS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	507261992	FOUR GOLD WINDS RESORTS - EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, SA	421.192,47	189.536,61	189.536,61	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-026159	INO BM (INOFORMAT EM NOVOS HORIZONTES, BRASIL E MOÇAMBIQUE)	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	507567862	INOFORMAT - SOLUÇÕES PARA A GESTÃO, LDA	59.000,00	26.550,00	26.550,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-026324	REFORÇO DA CAPACIDADE COMPETITIVA NO ÂMBITO INTERNACIONAL ASSENTE EM TRÊS FACTORES DINÂMICOS: SUSTENTABILIDADE, GESTÃO AMBIENTAL E INOVAÇÃO.	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	502110724	MORGAL INVESTIMENTOS HOTELEIROS E TURÍSTICOS, SA	641.606,42	295.437,36	295.437,36	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-026359	INTERNACIONALIZAÇÃO PROIBER	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	506976688	PROIBER - SOLUÇÕES E PRODUTOS PARA A CONSTRUÇÃO, LDA	39.069,00	21.371,05	21.371,05	1.600,00
	ALG-01-0101-FEDER-026427	REFORMULAÇÃO ESTRATÉGICA COM VISTA À INOVAÇÃO, INTERNACIONALIZAÇÃO, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRA.	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	500072949	NAVOTEL - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E TURÍSTICOS, SA	756.355,22	286.652,61	286.652,61	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-030110	WEAIM@IT	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510062180	WEAIM, UNIPESSOAL, LDA	17.000,00	12.750,00	12.750,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-030419	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SEGUNDO O REFERENCIAL NP EN ISO 9001:2008	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	505897920	APOIO VITAL CONSULTORES - CONSULTORIA FISCAL E DE GESTÃO, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-030459	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SEGUNDO O REFERENCIAL NP EN ISO 9001:2008	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	504809903	MJ HUBERT - SERVIÇOS DE CONSULTORIA EMPRESARIAL, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-030536	IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	501526331	ALGARPLAS - MAQUINAS E PRODUTOS QUIMICOS PARA A INDUSTRIA, LDA	15.500,00	11.625,00	11.625,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-030663	IMPLEMENTAÇÃO DE PLATAFORMA B2C PARA O SEGMENTO TURÍSTICO DE INCOMING	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	510429025	LUXURY ON TWO WHEELS, UNIPESSOAL, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-030699	PLANO DE COMERCIALIZAÇÃO E MARKETING	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508849519	AQUALGAR, LDA	19.140,00	14.355,00	14.355,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-030705	PLANO DE COMERCIALIZAÇÃO E MARKETING DO ATELIER INFORMÁTICO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	506193608	JOÃO SOEIRO - ATELIER INFORMÁTICO, UNIPESSOAL, LDA	19.140,00	14.355,00	14.355,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-030711	PLANO DE MARKETING E COMERCIALIZAÇÃO DA ECO-LAR	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	504567136	PAULO & ISABEL SANTOS, LDA	19.140,00	14.355,00	14.355,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-030716	PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA FERRO DESIGN	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	503577200	FERRODESIGN - ATELIER DE FERRO E DESIGN, LDA	19.140,00	14.355,00	14.355,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-030730	DESENVOLVIMENTO DE PLANO DE MARKETING E COMUNICAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	506383539	GEOFF MEADOWS CRUISES, UNIPESSOAL, LDA	19.140,00	14.355,00	14.355,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-030737	ESTUDO DE OPORTUNIDADES DE INTERNACIONALIZAÇÃO PARA ÁFRICA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	502231378	IMOLIVRA - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES DE TAVIRA, LDA	19.140,00	14.355,00	14.355,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-030755	COMERCIALIZAÇÃO E MARKETING DA MARGEM PRODUÇÕES	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509936407	MESTRE MARGEM - EVENTOS, UNIPESSOAL, LDA	19.140,00	14.355,00	14.355,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-030783	PLANO DE NEGÓCIOS DA LPRO BUSINESS INTERNATIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510423019	L PRO - BUSINESS INTERNATIONAL, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA	19.140,00	14.355,00	14.355,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-030788	COMERCIALIZAÇÃO E MARKETING DA OLICER	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	502473673	OLICER - FÁBRICA DE EXTRAÇÃO DE AZEITE E BAGAÇO E CERÂMICA, LDA	19.140,00	14.355,00	14.355,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-030794	PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA CONSULCAD	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	505684632	CONSULCAD - ENGENHARIA, CONSULTORIA E FORMAÇÃO, LDA	19.140,00	14.355,00	14.355,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-030804	PLANO DE NEGÓCIOS DA SEMPRE DESIGN	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510250742	SEMPRE INTERNACIONAL, LDA	19.140,00	14.355,00	14.355,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-030805	PLANO DE COMERCIALIZAÇÃO E MARKETING DA WEO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509705200	WEO, UNIPESSOAL, LDA	19.140,00	14.355,00	14.355,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-030842	REFORÇO DAS COMPETÊNCIAS COMERCIAIS	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Pequena empresa	503364363	PORTITOURS - AGÊNCIAS DE VIAGENS E TURISMO, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-030846	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SEGUNDO O REFERENCIAL NP EN ISO 9001:2008	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	504769740	PREVIGARB - ENGENHARIA DE SEGURANÇA, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-030898	PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO E MARKETING INTERNACIONAL DA ITELMATIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	505769328	ITELMATIS, LDA	19.140,00	14.355,00	14.355,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-030912	INOVLAB - OPTIMIZAÇÃO DE MÉTODOS ANALÍTICOS APLICADOS A ROTINAS DE CULTURAS E PROCESSAMENTO DE MICROALGAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	508102391	A4F- ALGAFUEL, SA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALG-01-0101-FEDER-030926	PLANO DE COMERCIALIZAÇÃO E MARKETING	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509951015	JOÃO FILIPE APOLÓNIA, LDA	19.140,00	14.355,00	14.355,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-030927	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SEGUNDO O REFERENCIAL NP EN ISO 9001:2008	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	503806480	BRUNO GEL - COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTARES E ULTRACONGELADOS, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-030928	INTEGRAÇÃO DO MODELO DE NEGÓCIO DA NEOMARCA NA ECONOMIA DIGITAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	503495140	NEOMARCA, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-030946	DINAMIZAÇÃO COMERCIAL E MARKETING NO SETOR DE EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	502098317	BELTRÃO COELHO (ALGARVE) - EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-030980	OPSA - OPTIMIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO SAL NOS TANQUES SOLARES DA SALEXPOR SA ATRAVÉS DA MONITORIZAÇÃO DA DINÂMICA DAS VARIAÇÕES DE SALINIDADE NO ESTUÁRIO DO GUADIANA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	500069670	COMPASAL - COMPANHIA SALINEIRA DO ALGARVE, LDA	19.975,57	14.981,68	14.981,68	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-031146	PLANO DE PROMOÇÃO INTERNACIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	507834348	ENGICONCEPT - CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, LDA	19.140,00	14.355,00	14.355,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-031191	PLANO DE COMERCIALIZAÇÃO E MARKETING PARA NOVO RESTAURANTE	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Pequena empresa	503908576	O GRELHA PEIXE - RESTAURANTE, LDA	19.140,00	14.355,00	14.355,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-031220	INTEGRAÇÃO DA DOLCE VITA NA ECONOMIA DIGITAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	502530200	LA DOLCE VITA - VESTUÁRIO E DECORAÇÕES, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-031257	PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA NAUTIBER	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	501220941	NAUTIBER - ESTALEIROS NAVAIS DO GUADIANA, LDA	19.140,00	14.355,00	14.355,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-031264	OTIMIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E REFORÇO DAS COMPETÊNCIAS GESTÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	502676892	J.C.NASCIMENTO, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-031271	ORGGESTIC QUICKANDTRUE	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509924174	QUICKANDTRUE CONSULTORIA UNIPessoal, LDA	19.500,00	14.625,00	14.625,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-031272	IDENTIFICAÇÃO DE PROPRIEDADES BIOLÓGICAS DE UM NOVO PRODUTO DE OVOS DE CARACOL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508633532	QUINTA DO BARRANCO - SOCIEDADE AGRÍCOLA UNIPessoal, LDA	19.787,89	14.840,92	14.840,92	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-031275	PLANO DE MARKETING E COMUNICAÇÃO PARA A EMPRESA LORISSTABILE	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	508159270	LORISSTABILE UNIPessoal, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-031309	INTEGRAÇÃO DA VIRGIL NA ECONOMIA DIGITAL	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	503585343	VIRGIL - INDÚSTRIAS HOTELEIRAS E SIMILARES, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-031344	PROMOÇÃO DAS MARCA PRÓPRIAS E INCREMENTO DAS VENDAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509120199	TIAGO PERES - LOJA DAS T-SHIRTS UNIPessoal, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-031402	ILUMINAR AS VENDAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	505028590	UMBRALUMEN ILUMINAÇÃO, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-031435	ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	901674311	JOSE AUGUSTO DE SOUSA HERDEIROS	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-031483	DESENVOLVIMENTO DE ESTUDO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA COM RECURSO A ENERGIA RENOVÁVEIS.	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	504567136	PAULO & ISABEL SANTOS, LDA	18.760,00	14.070,00	14.070,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-031524	ENGISPHERA-SERVIÇOS DE ENGENHARIA ONLINE	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509130054	ENGISPHERA-ENGENHARIA, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-031542	COMPETIR NO FUTURO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	501367624	LAURET SILVA E BRILHA, LDA	18.750,00	14.062,50	14.062,50	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-031547	DINAMIZAÇÃO COMERCIAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	504255061	J VELOSA INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-031578	EMPEM-ASFALTODROMO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510313620	ASFALTODROMO IMPORTAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PNEUS, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-031582	EMPE- INMOTIONS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510373674	PIORIMOMENTS, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-031588	EMPE_MOBIL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510338615	MOBIL4YOU, UNIPessoal, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-031652	PLANO DE NEGÓCIOS DA FUTURE CONCEPT	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	510102743	FUTURE CONCEPT, LDA	19.140,00	14.355,00	14.355,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-031745	AQUECIMENTO DE ÁGUAS (HOTEL E PISCINA DE 10X5X1,2)	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	502069139	VIDECA CONSTRUÇÕES E TURISMO, LDA	35.461,00	15.957,45	15.957,45	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-032291	QSPAROS ? MELHORIAS NA QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA SPAROS LDA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508447402	SPAROS, LDA	129.749,56	60.487,30	60.487,30	4.800,00
	ALG-01-0101-FEDER-032325	REPOSICIONAMENTO INTERNACIONAL DA PNL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	507724119	PORTUGAL NO LIMITS, UNIPessoal, LDA	196.831,02	90.028,96	90.028,96	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-032593	UACUSTICAEXPORT - EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS EM ACÚSTICA SUBMARINA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508398614	MARSENSING, LDA	28.730,56	18.646,92	18.646,92	0,00

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALG-01-0101-FEDER-032628	INTERNACIONALIZAÇÃO AMÉRICA LATINA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510500692	MATEUS FOLQUE - CONSULTORIA, UNIPESSOAL, LDA	110.060,00	49.527,00	49.527,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-032663	?LAGOS, A NOVA PORTA DO ALGARVE. ESTRATÉGIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO: MAXIMIZAÇÃO DA PROCURA, RETORNO E RENTABILIDADE?.	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	504665774	SONEL ALGARVE - ACTIVIDADES TURÍSTICAS, SA	120.742,70	54.334,22	54.334,22	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-032665	REFORÇO DE ESTRATÉGIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO E DA CAPACIDADE COMPETITIVA. ASSENTE NOS SEGUINTE PILARES (LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA): ORIENTAÇÃO PARA NOVOS MERCADOS (EXTERNOS); APOSTA EM OFERTA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	503727300	ALGAROSA - SOCIEDADE GESTORA DE HOTÉIS, LDA	160.059,02	72.026,56	72.026,56	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-032666	?CONHECER LOULÉ: DIFERENCIAÇÃO E MAXIMIZAÇÃO DA OFERTA; ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA PARA A EXPORTAÇÃO DIRECTA?	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	509678262	FILIFE CONTREIRAS, UNIPESSOAL, LDA	115.357,75	51.910,99	51.910,99	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-032792	PORTUGAL: THE PRODUCER'S DREAM!	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510293808	PRODPICTURE, PORTUGAL PRODUCTIONS, SA	729.650,00	275.375,00	275.375,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-032856	PLANO DE MARKETING E COMERCIALIZAÇÃO VISÃO PLUS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	504060554	JUAN ROBERT E GATARIKI - MATERIAL ÓPTICO, UNIPESSOAL, LDA	19.140,00	14.355,00	14.355,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-033029	CONCEÇÃO DE PLANO DE COMERCIALIZAÇÃO E MARKETING	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508582180	GEOSTUDING UNIPESSOAL, LDA	19.140,00	14.355,00	14.355,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-033030	PLANO DE MARKETING E COMUNICAÇÃO DA DREAMWAVE	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	506699056	DREAM WAVE - ACTIVIDADES MARÍTIMO-TURÍSTICAS, LDA	19.140,00	14.355,00	14.355,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-033080	ESTUDO PARA INTERNACIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE PERSONALIZAÇÃO DE PRANCHAS DE KITESURF	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	502607297	VINILSUL - PUBLICIDADE, LDA	19.140,00	14.355,00	14.355,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-033102	TECNOENSAIO RUMO À ACREDITAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508543460	TECNOENSAIO, LDA	10.066,33	7.549,75	7.549,75	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-033430	PLANO DE NEGÓCIOS DE SUPORTE AO LANÇAMENTO DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510443036	SWEETALGARVE, LDA	19.140,00	14.355,00	14.355,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-033432	PLANO DE NEGÓCIOS PARA LANÇAMENTO DAS ATIVIDADES DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510449778	LINDSEY BAKER, UNIPESSOAL, LDA	19.140,00	14.355,00	14.355,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-033436	CONSULTORIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO REGISTO INFORMATIZADO E AUTOMÁTICO DE FATURAS DE FORNECEDORES VIA SAF-T	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510231845	AWARENESS ACCOUNTING, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-033437	ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510229115	YOU ARE ONE UNIPESSOAL, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-033444	IMPACTCLOCK ON LINE	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510280986	IMPACTCLOCK, UNIPESSOAL, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-033455	PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA TOUCHCONCEPT	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	509899218	TOUCH CONCEPT - DECORAÇÃO DE ESPAÇOS, LDA	19.140,00	14.355,00	14.355,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-033468	AQUISIÇÃO DE PLANO DE COMERCIALIZAÇÃO E MARKETING	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	500879265	RIOSULTRAVEL - AGÊNCIA DE VIAGENS E ACTIVIDADES MARÍTIMO-TURÍSTICAS, LDA	19.140,00	14.355,00	14.355,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-033487	PLANO DE COMERCIALIZAÇÃO E MARKETING DA KUBIDOCE	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	243754329	FILIFE ANDRÉ DOS SANTOS MARTINS	19.140,00	14.355,00	14.355,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-033543	PLANO DE NEGÓCIOS PARA NOVO HOTEL RURAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510413528	LUAR SILVESTRE, LDA	19.500,00	14.625,00	14.625,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-033639	CONCEÇÃO DE PLANO DE MARKETING INTERNACIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509592171	CHECKNOW, LDA	19.500,00	14.625,00	14.625,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-033679	PLANO DE COMERCIALIZAÇÃO E MARKETING	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509125808	WORLD WIDE DESIGN - SOLUÇÕES WEB QUE FUNCIONAM, UNIPESSOAL, LDA	19.500,00	14.625,00	14.625,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-033726	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE NA RAISE - SYSTEMS INFORMÁTICA E SERVIÇOS LDA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508107920	RAISE - SYSTEMS INFORMÁTICA E SERVIÇOS, LDA	19.500,00	14.625,00	14.625,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-033794	REALIZAÇÃO DE PLANO DE MARKETING E COMUNICAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	507107373	JOLICONSULT - CONSULTORIA EM GESTÃO, UNIPESSOAL, LDA	19.500,00	14.625,00	14.625,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-034073	CONSULTORIA EM COMERCIALIZAÇÃO E MARKETING	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509754546	SKYDRAFT, UNIPESSOAL, LDA	19.500,00	14.625,00	14.625,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-034093	PLATAFORMA PARA DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO DIGITAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509827241	AWARENESS CONSULTING, UNIPESSOAL, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-034124	ESTUDO DE VIABILIDADE DE NOVOS INVESTIMENTOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	501203400	MBC - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, SA	19.500,00	14.625,00	14.625,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-034135	DEFINIÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE CONTROLO DE GESTÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	502231360	SATARU-PROJECTOS E CONSTRUÇÕES, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALG-01-0101-FEDER-034305	PLANO DE NEGÓCIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510305130	LABIRINTO DO PARAÍSO, LDA	19.500,00	14.625,00	14.625,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-034308	CONSULTORIA PARA IDENTIFICAÇÃO DE SISTEMA INFORMÁTICO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510511570	ARMÉNIO VIEGAS, UNIPESSOAL, LDA	19.980,00	14.985,00	14.985,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-034311	PLANO DE COMERCIALIZAÇÃO E MARKETING DA SIGMAWEB	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	505207370	SIGMAWEB, LDA	19.500,00	14.625,00	14.625,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-034312	PLANO DE MARKETING E PLANO DE COMUNICAÇÃO (INTEGRADO)	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508924219	CARLOS GUERREIRO GONÇALVES, UNIPESSOAL, LDA	19.500,00	14.625,00	14.625,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-034471	MACROMEDRONHO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509617654	CORTE VELADA - INVESTIGAÇÃO SOC. UNIPESSOAL, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-034609	PLANO DE NEGÓCIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510268137	CAPITALSTAGE - CONSTRUÇÕES UNIPESSOAL, LDA	19.500,00	14.625,00	14.625,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-034644	CONSULTORIA PARA ADAPTAÇÃO DO MODELO DE NEGÓCIO À ECONOMIA DIGITAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	507256077	DOP - DIGITAL OFFSET PRINT - IMPRESSÃO DE PUBLICAÇÕES, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-034733	PLANO DE NEGÓCIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510621295	DISTRIBUIÇÃO DE FELICIDADE, LDA	19.500,00	14.625,00	14.625,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-034773	CONSULTORIA PARA ANÁLISE DE REQUISITOS DE PLATAFORMA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	507504992	HIDROGNOSIS - AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, LDA	19.500,00	14.625,00	14.625,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-034827	PLANO INTEGRADO DE MARKETING E COMUNICAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	238807436	ALEXANDRU MOROZ	19.500,00	14.625,00	14.625,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-034848	AQUISIÇÃO DE PLANO DE NEGÓCIOS PARA LANÇAMENTO DA ATIVIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510219233	GOSTOMATIC, LDA	19.500,00	14.625,00	14.625,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-034919	ESTUDO PARA DEFINIÇÃO DE REQUISITOS DE SISTEMA INFORMÁTICO - HELPDESK	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508731780	LAYER3 SOLUTIONS, UNIPESSOAL, LDA	19.980,00	14.985,00	14.985,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-034946	CONSULTORIA PARA PLANO DE MARKETING	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509735487	MNETO CONSULTORES TI, UNIPESSOAL, LDA	19.500,00	14.625,00	14.625,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-034995	CYANO-ID - DESENVOLVIMENTO DE PROTOCOLOS PARA CONFIRMAÇÃO POR MÉTODOS MOLECULARES DA IDENTIFICAÇÃO DE CIANOBACTÉRIAS EM AMOSTRAS AMBIENTAIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508954100	AQUAEXAM, LDA	15.705,03	11.778,77	11.778,77	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-035112	ANÁLISE E ESPECIFICAÇÕES PARA INTEGRAÇÃO DO MODELO DE NEGÓCIO NA ECONOMIA DIGITAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509688110	COMIDAS SABOROSAS PONTO PT, LDA	19.500,00	14.625,00	14.625,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-035117	PLANO DE MARKETING E COMERCIALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509840825	HÉLIO GODINHO, UNIPESSOAL, LDA	19.500,00	14.625,00	14.625,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-035130	PLANO DE MARKETING E COMERCIALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508685877	VOP CAR - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, UNIPESSOAL, LDA	19.500,00	14.625,00	14.625,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-035429	PARAÍSO DE ALBUFEIRA: QUALIFICAÇÃO INTERNA E QUALIDADE AMBIENTAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	505016818	ALGARTEMÁTICO - GESTÃO E INOVAÇÃO, SA	759.290,00	233.754,50	233.754,50	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-035437	INTERNACIONALIZAÇÃO DO QUINTA BLANCA PALACE	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	502733926	AGRILANCA-CASA AGRICOLA SA	760.894,69	198.760,36	198.760,36	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-035460	LUXURY ON TWO WHEELS - O CAMINHO PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510429025	LUXURY ON TWO WHEELS, UNIPESSOAL, LDA	99.760,14	52.187,52	52.187,52	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-035482	ELABORAÇÃO PLANO DE NEGÓCIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510199682	SOM DAS ÁGUAS - UNIPESSOAL, LDA	19.500,00	14.625,00	14.625,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-035648	DIGITAL LUNAHOTEIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	504227750	STAROTEIS, SOCIEDADE HOTELEIRA, LDA	382.424,57	183.311,66	183.311,66	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-035699	PELCOR INTERNACIONAL 2014	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	501773622	NOVACORTIÇA - INDÚSTRIA CORTICEIRA, SA	384.261,88	169.836,44	169.836,44	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-035873	PLANO DE COMERCIALIZAÇÃO E MARKETING	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510201512	TRUE DEDICATION - CONSULTORIA E ENGENHARIA UNIPESSOAL, LDA	19.950,00	14.962,50	14.962,50	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-035877	ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510453520	SEEBOOT, LDA	19.950,00	14.962,50	14.962,50	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-035903	AQUISIÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	510649254	RUBEN RUFINO FARIA, LDA	19.950,00	14.962,50	14.962,50	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-035909	CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510396127	ALL MODAS, LDA	19.950,00	14.962,50	14.962,50	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-036258	CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509850243	PALCO VÁLIDO, LDA	19.950,00	14.962,50	14.962,50	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-036280	CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS DA MEGADOLPHIN	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510603769	MEGADOLPHIN - UNIPESSOAL, LDA	19.950,00	14.962,50	14.962,50	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-036324	POTENCIAÇÃO INTERNACIONAL DA BRITFIL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	500872864	BRITFIL - FÁBRICA NACIONAL DE BOMBAS, SA	177.074,37	102.153,47	102.153,47	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-036328	CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510436544	NÉLSON VICTORINO BIKES, UNIPESSOAL, LDA	19.950,00	14.962,50	14.962,50	0,00

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALG-01-0101-FEDER-036332	CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510535062	ANALINY - CONFORT & DECOR, LDA	19.950,00	14.962,50	14.962,50	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-036361	CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510565263	BUDGETORBIT - UNIPESSOAL, LDA	19.950,00	14.962,50	14.962,50	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-036363	ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE NEGÓCIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510670822	ENGENHARIALIQUIDA SUL - TECNOLOGIAS DE ÁGUA, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-036365	CONSULTORIA PARA A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE NEGÓCIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510597424	EVENTEAM, UNIPESSOAL, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-036366	ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE NEGÓCIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510657664	LOTUS STUDIO - ARQUITECTURA SUSTENTÁVEL, UNIPESSOAL, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-036464	CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510602274	ALVOR ADVENTURE GOLF, LDA	19.950,00	14.962,50	14.962,50	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-036501	CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510675050	HELENA MAK - MARKETING E TURISMO, UNIPESSOAL, LDA	19.950,00	14.962,50	14.962,50	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-036529	CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510530001	NEG - SERVIÇOS E GESTÃO DE PROPRIEDADES, LDA	19.950,00	14.962,50	14.962,50	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-036547	DINAMIZAÇÃO COMERCIAL E AÇÕES DE COMUNICAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	181704625	MARIA IRENE MARTINS RODRIGUES	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-036553	CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510544827	JOSÉ & JOAQUINA MOTA - SOMBRINHAS, LDA	19.950,00	14.962,50	14.962,50	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-036616	CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	510415962	GOLDEN & GREENER SEA, UNIPESSOAL, LDA	19.950,00	14.962,50	14.962,50	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-036894	AQUISIÇÃO DE PLANO DE NEGÓCIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508968968	ROTEIRO DE SIMETRIAS, LDA	19.950,00	14.962,50	14.962,50	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-036896	CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510682065	SIGMASSENSE UNIPESSOAL, LDA	19.950,00	14.962,50	14.962,50	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-036935	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ASSENTE NOS SEGUINTE PILARES (LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA): MODERNIZAÇÃO, SUSTENTABILIDADE, CRESCIMENTO, CONSOLIDAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO.	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	501169393	CONVAU CONTRUÇÕES VAU, LDA	109.914,89	49.461,70	49.461,70	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-036940	BIOAGLOM	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	501773622	NOVACORTIÇA - INDÚSTRIA CORTICEIRA, SA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-036996	AQUISIÇÃO DE PLANO DE NEGÓCIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510725759	ELENGOGENIAL, LDA	19.950,00	14.962,50	14.962,50	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-037392	PLURAL BIZ INTERNATIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	503581674	PLURAL BIZ CONSULTING - CONSULTORIA E GESTÃO, LDA	229.372,19	123.872,49	123.872,49	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-037479	CAPACITAR PARA INTERNACIONALIZAR	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	503536717	VISUALFORMA - FORMAÇÃO E PROGRAMAÇÃO EM NOVAS TECNOLOGIAS, LDA	413.160,00	170.605,59	170.605,59	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-037547	APJP EXPORT	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510406424	APJP-COMÉRCIO E TRANSFORMAÇÃO DE AUTOMÓVEIS E MÁQUINAS, UNIPESSOAL, LDA	39.500,00	24.525,00	24.525,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-037582	PROGRAMA DE INTERNACIONALIZAÇÃO VASCO DA GAMA [2013-2015]	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	500262799	SOCIEDADE TURÍSTICA VASCO DA GAMA, SA	114.939,99	55.762,49	55.762,49	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-037680	PLANO DE NEGÓCIOS PARA UNIDADE DE TURISMO RURAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510443362	ELSA MARTINS - TURISMO RURAL, UNIPESSOAL, LDA	19.950,00	14.962,50	14.962,50	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-037720	PLANO DE NEGÓCIOS PARA NOVAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO MARÍTIMO-TURÍSTICA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510309968	PASSEIODISSEIA, LDA	19.950,00	14.962,50	14.962,50	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-037741	CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510692249	GIRAFATALENTOSA, LDA	19.950,00	14.962,50	14.962,50	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-037818	PLANO INTEGRADO DE MARKETING E COMUNICAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510532020	CANELALICIOUS, LDA	19.950,00	14.962,50	14.962,50	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-038191	DESENVOLVIMENTO DE LINHA DE PRODUTOS ARTESANAIS À BASE DO FIGO DA INDIA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510443362	ELSA MARTINS - TURISMO RURAL, UNIPESSOAL, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-038199	ELABORAÇÃO DO PLANO DE MARKETING PARA A UNTAPPED EVENTS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510355404	UNTAPPED EVENTS, LDA	19.950,00	14.962,50	14.962,50	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-038412	CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE NEGÓCIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510666280	MASTERDREAM - DIGITAL MOVIE, LDA	19.950,00	14.962,50	14.962,50	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-038461	SAVANAPLANET - LDA - VENDA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ONLINE C/SUPORTE TÉCNICO 24/7	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510742211	SAVANAPLANET, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-038738	CONSULTORIA PARA ESTRATÉGIA DE WEBMARKETING	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510753299	LOGICABERTA, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-039114	PLANO DE MARKETING PARA ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510790380	NUNO NEVES, UNIPESSOAL, LDA	17.456,25	13.092,19	13.092,19	0,00

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALG-01-0101-FEDER-039116	DEFINIÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE CONTROLO DE GESTÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510793878	GOTASDESOL - SERVIÇOS TURÍSTICOS UNIPessoal, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-039192	PLANO DE MARKETING E COMUNICAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510764746	ARISTOFÓRMULA, LDA	19.950,00	14.962,50	14.962,50	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-039197	PLANO DE MARKETING DE ATIVIDADES MARÍTIMO-TURÍSTICAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510740758	EXUBEROCEANO, LDA	19.950,00	14.962,50	14.962,50	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-039813	VITOR 'S PLAZA: QUALIFICAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	500870497	ROCHALGARVE - PLANEAMENTO DE FÉRIAS PARA O TURISMO, SA	486.014,69	249.726,61	249.726,61	2.160,00
	ALG-01-0101-FEDER-039844	BSC IDT - CRIAÇÃO DE BASE DE DADOS E MATRIZ PARA AVALIAÇÃO DE RISCOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	506275787	BRUNO SOUSA COSTA, PROJECTOS E CONSTRUÇÕES, LDA	19.986,00	14.989,50	14.989,50	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-039985	ESTUDO QUÍMICO BIO-GUIADO DE EXTRACTOS NATURAIS DE ORIGEM MARINHA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510794190	SEA4US - BIOTECNOLOGIA E RECURSOS MARINHOS, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-040050	QUEEQUEG	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510766099	QUEEQUEG, LDA	19.850,00	14.887,50	14.887,50	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-040115	ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510776590	LAColoc - AGÊNCIA DE COLOCAÇÕES, LDA	19.500,00	14.625,00	14.625,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-040155	CAPTAÇÃO DE CLIENTES NOS MERCADOS EXTERNOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	503495140	NEOMARCA, LDA	102.300,00	46.035,00	46.035,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-040303	PROJETO DE QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA ACINET	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	504450611	ACINET - SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, LDA	277.949,38	152.607,22	152.607,22	3.200,00
	ALG-01-0101-FEDER-040382	HOTEL FARO - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, TIC E ECONOMIA DIGITAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	506908267	HOTMANAGEMENT EXPLORAÇÃO E GESTÃO HOTELEIRA, LDA	150.467,50	67.710,38	67.710,38	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-040412	SOUTHWEST - CHARTERS, SAILING ACADEMY & TRAINING CENTRE	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508572649	JUST DISCOVER, LDA	159.753,44	77.723,71	77.723,71	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-040449	INTERNACIONALIZAÇÃO DE PRODUTOS REGIONAIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	504414917	HELDER MADEIRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AZEITONAS UNIPessoal, LDA	68.550,00	30.847,50	30.847,50	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-040590	HOTEL RURAL - QUINTA DOS TESOUROS - INTERNACIONALIZAR E MAIS ALÉM...	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	506209172	MAIS ALÉM TURISMO NO ESPAÇO RURAL UNIPessoal, LDA	123.073,13	62.147,91	62.147,91	1.200,00
	ALG-01-0101-FEDER-040881	CONSOLIDAR E CRESCER - PLANO DE COMUNICAÇÃO E ACÇÃO COMERCIAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510748783	SMART STRATEGIES, UNIPessoal, LDA	18.000,00	13.500,00	13.500,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-040907	DESENVOLVIMENTO DE UMA PLATAFORMA ONLINE COM COMPONENTE E-COMMERCE	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510787410	ANGOLINK TRADING, LDA	17.500,00	13.125,00	13.125,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-040999	CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE NEGÓCIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	510828973	CASA DO POLVO DE SANTA LUZIA - TVR, LDA	19.950,00	14.962,50	14.962,50	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-042074	PRODUTOS REGIONAIS DO ALGARVE - PLATAFORMA DIGITAL PARA EXPORTAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	242981640	LEONARDO MIGUEL TAPADAS PIMENTA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-042187	PATENTE NACIONAL E INTERNACIONAL DE MOLÉCULAS DE ORIGEM MARINHA COM POTENCIAL TERAPÉUTICO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510794190	SEA4US - BIOTECNOLOGIA E RECURSOS MARINHOS, LDA	23.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-042213	QB WEB	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	510457800	Q B CONCEPT, LDA	14.800,00	11.100,00	11.100,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-042237	RECEITAS ALGARVIAS AO RUBRO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510690483	RECEITAS AO RUBRO UNIPessoal, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-042283	DESENVOLVIMENTO DO PROJECTO PARA DINAMIZAÇÃO COMERCIAL DA SOCIEDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510053262	GLORIOSALARM, LDA	15.000,00	11.250,00	11.250,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-042332	PLEASANT FUTURE	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510633617	PLEASANT TOURS, UNIPessoal, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-042391	ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE NEGÓCIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510671829	CARPACCIO & MULTIGUSTI, LDA	19.500,00	14.625,00	14.625,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-042398	CONSULTORIA NA CONCEÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510884202	TRIPACCESSIBLE, UNIPessoal, LDA	19.500,00	14.625,00	14.625,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-042416	CONCEÇÃO DO PLANO NEGÓCIO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510790208	NVANTAGENS - MARKETING DE INCENTIVOS, LDA	19.500,00	14.625,00	14.625,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-042589	ELABORAÇÃO DE PLANO DE NEGÓCIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510890032	SABORAJASMIM - UNIPessoal, LDA	18.000,00	13.500,00	13.500,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-042627	ORGANIZAÇÃO E GESTÃO PARA CRESCER	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510891543	NUNO & DÉBORA, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-042678	ELABORAÇÃO DE PLANO DE NEGÓCIOS PARA NOVA EMPRESA DE PASTELARIA E PANIFICAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510738460	FILIFE MARTINS - PASTELARIA E PANIFICAÇÃO, UNIPessoal, LDA	19.950,00	14.962,50	14.962,50	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-042683	ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510889921	CIDÁLIA MARGARIDA BRAZÃO LOURENÇO, UNIPessoal, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-042693	MELHOR ORGANIZAÇÃO, MAIS VENDAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510831249	RESERVINTEIRA, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-042757	ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510885454	CODIGASSERTIVO - CONSULTING & TRAINING UNIPessoal, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALG-01-0101-FEDER-042773	INOFOLAR - VALORIZAÇÃO DO FOLAR DE OLHÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	506911187	JOÃO MENDES & RITA, LDA	19.559,34	14.669,51	14.669,51	0,00
	ALG-01-0101-FEDER-042793	ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510893171	MARCO BAIOSA, UNIPESSOAL, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0102-FEDER-001460	ANYFISH - DESENVOLVIMENTO DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA PEIXES	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508447402	SPAROS, LDA	264.029,29	184.085,82	184.085,82	0,00
	ALG-01-0102-FEDER-001519	BEST MOBILE HUB - PORTAL AGREGADOR DE SERVIÇOS MÓVEIS - PREMIUM SMS E MOBILE WEB ? OFERECENDO NUM ÚNICO SITE INTERNET, SERVIÇOS MÓVEIS INOVADORES DIRIGIDOS QUER A EMPRESAS, QUER A UTILIZADORES INDIVID	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	504924907	INESTING - MARKETING TECNOLÓGICO, SA	211.140,00	95.013,00	95.013,00	0,00
	ALG-01-0102-FEDER-001586	GREENDIETS - GREENDIETS - FORMULAÇÃO E TESTE DE NOVAS DIETAS À BASE DE CONCENTRADOS DE MICROALGAS PA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	504032194	NECTON - COMPANHIA PORTUGUESA DE CULTURAS MARINHAS, SA	296.006,59	265.530,80	210.800,51	0,00
	ALG-01-0102-FEDER-002590	ALG-I&DT - NÚCLEO DE I&DT PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJECTOS NA ÁREA DE IT	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Média empresa	502420227	ALGARDATA - SISTEMAS INFORMÁTICOS, SA	311.807,96	124.723,18	124.723,18	0,00
	ALG-01-0102-FEDER-003397	ALFAETILICO - ESTUDO DA VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÓMICO-FINANCIERA DE UMA BIORREFINARIA DE POLPA DE	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Pequena empresa	503673790	AGRUPAMENTO DE ALFARROBA E AMÊNDOA, C.R.L.	320.318,41	304.693,94	243.433,24	0,00
	ALG-01-0102-FEDER-004583	CLARIFICAÇÃO DA GOMA DE ALFARROBA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	500002487	A INDUSTRIAL FARENSE, LDA	32.000,00	24.000,00	24.000,00	0,00
	ALG-01-0102-FEDER-004670	BIOORNAMENTAL-DIAGNÓSTICO DE PATOLOGIA ORNAMENTAL	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	503573140	BIOESTRATÉGIA - CONSULTADORA, FORMAÇÃO, MANAGEMENT, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, LDA	32.990,00	24.742,50	24.742,50	0,00
	ALG-01-0102-FEDER-004689	PRODUÇÃO DE POLIQUETAS COMO ALIMENTO PARA PEIXES REPRODUTORES EM AQUACULTURA	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	508498040	INOVSEA, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0102-FEDER-005495	PROTUR BOOKING - PLATAFORMA DE GESTÃO DE RESERVAS TURÍSTICAS ON-LINE	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Pequena empresa	503536717	VISUALFORMA - FORMAÇÃO E PROGRAMAÇÃO EM NOVAS TECNOLOGIAS, LDA	580.833,04	300.941,52	300.941,52	0,00
	ALG-01-0102-FEDER-006563	POTENCIAL DE APLICAÇÃO DE ESTÍMULOS ACÚSTICOS SUBAQUÁTICOS EM AQUACULTURA MARINHA	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	508398614	MARSENSING, LDA	20.000,00	15.000,00	15.000,00	0,00
	ALG-01-0102-FEDER-006567	CARACTERIZAÇÃO NUTRICIONAL E DEFINIÇÃO DO TEMPO DE VIDA DE PRATELEIRA DO CHOURIÇO DE ATUM	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	507094417	CONSERVAS DE PEIXE DÂMASO, UNIPESSOAL, LDA	32.455,00	24.341,25	24.341,25	0,00
	ALG-01-0102-FEDER-006633	ALGAPLEX - PRODUÇÃO CONTÍNUA DE MICROALGAS MIXOTRÓFICAS COM FIXAÇÃO DE DIÓXIDO DE CARBONO E DE AZOTO	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	508102391	A4F- ALGAFUEL, SA	208.315,89	145.821,12	145.821,12	0,00
	ALG-01-0102-FEDER-012733	PME GEST - DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO NO ERP DA INOFORMAT DE DOIS NOVOS MÓDULOS PARA APURAMENTO DE RESULTADOS POR CENTROS DE PROVEITOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	507567862	INOFORMAT - SOLUÇÕES PARA A GESTÃO, LDA	197.352,22	106.650,30	106.650,30	0,00
	ALG-01-0102-FEDER-013380	MICALA - DESENVOLVIMENTO DE UM ALIMENTO MICROENCAPSULADO PARA LARVAS DE PEIXES	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	508447402	SPAROS, LDA	316.773,84	280.557,80	241.573,41	0,00
	ALG-01-0102-FEDER-021595	INUTR - DESENVOLVIMENTO DE UM ALIMENTO QUE REDUZA OS EFEITOS DA DOENÇA DE INVERNO NA DOURADA COM RECURSO A INDICADORES MOLECULARES DE CONDIÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508447402	SPAROS, LDA	482.227,50	427.538,02	366.246,66	0,00
	ALG-01-0102-FEDER-023000	ZEBRAFEEDS - DIETAS PARA PEIXE-ZEBRA: APLICAÇÕES NO SECTOR FARMACÉUTICO E DA BIOMEDICINA.	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508447402	SPAROS, LDA	495.748,05	428.791,52	369.087,48	0,00
	ALG-01-0102-FEDER-023119	FOOTDATA - FOOTDATA - SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO PARA O FUTEBOL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	504924907	INESTING - MARKETING TECNOLÓGICO, SA	659.000,55	586.259,83	489.732,18	0,00
	ALG-01-0102-FEDER-030200	WEANTUNA - DESENVOLVIMENTO DE UMA DIETA DE ADAPTAÇÃO AO ALIMENTO INERTE PARA O ATUM	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508447402	SPAROS, LDA	349.226,97	293.819,47	263.553,25	0,00
	ALG-01-0102-FEDER-030260	MTI ? MANAGING THE INTELLIGENCE - GESTÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA UTILIZANDO OBJETOS INTELIGENTES, TÉCNICAS DE OPTIMIZAÇÃO E INTELIGENCIA AMBIENTE	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	506902480	CERTIGARVE - PROJECTOS E INSTALAÇÕES ESPECIAIS, LDA	576.414,25	458.274,42	409.699,26	0,00
	ALG-01-0102-FEDER-030307	MULTI VALOR RCD - OTIMIZAÇÃO DO PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO POR CARACTERIZAÇÃO MECÂNICA, FÍSICA, QUÍMICA E AMBIENTAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	507247620	MULTI TRIAGEM E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS, LDA	525.669,31	459.220,00	389.984,90	0,00
	ALG-01-0102-FEDER-033845	PRHOLO - O RELAÇÕES PÚBLICAS HOLOGRÁFICO REALISTA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508257468	SONHA PENSA IMAGINA COMUNICA, LDA	407.243,32	357.977,42	303.224,77	0,00

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALG-01-0102-FEDER-034130	I3FR - ENCAMINHAMENTO INTELIGENTE DE FROTAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS FRESCOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Não PME	509910300	X4DEV BUSINESS SOLUTIONS, SA	541.308,98	402.436,14	345.405,70	0,00
	ALG-01-0102-FEDER-038497	FEEDNETIX - DESENVOLVIMENTO DE UMA APLICAÇÃO INFORMÁTICA PARA MELHORAR O CUSTO-BENEFÍCIO DA ALIMENTAÇÃO EM PEIXES DE AQUACULTURA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508447402	SPAROS, LDA	434.403,23	331.125,90	331.125,90	0,00
	ALG-01-0102-FEDER-038798	CISCE - CONTROLO INTELIGENTE DE SISTEMAS DE CLIMATIZAÇÃO EM EDIFÍCIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	500883750	ROLEAR - AUTOMATIZAÇÕES, ESTUDOS E REPRESENTAÇÕES, SA	323.366,53	291.919,52	238.052,98	0,00
	ALG-01-0102-FEDER-038881	S-GREEN - SISTEMA DE GESTÃO INTELIGENTE INTEGRADA DA REGA EM TEMPO REAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	505769328	ITELMATIS, LDA	532.703,22	435.133,53	381.736,19	0,00
	ALG-01-0102-FEDER-038962	SRM - SMART REVENUE MANAGEMENT	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	503536717	VISUALFORMA - FORMAÇÃO E PROGRAMAÇÃO EM NOVAS TECNOLOGIAS, LDA	570.154,20	461.983,01	419.208,54	0,00
	ALG-01-0102-FEDER-039015	SOS-SYSTEMSOFFSHORE - DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES CUSTOMIZADAS PARA SISTEMAS DE APOIO À AQUICULTURA DE MOLUSCOS BIVALVES NA COSTA ATLÁNTICA.	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	500069115	COMPANHIA DE PESCARIAS DO ALGARVE, SA.	919.803,42	563.736,51	500.000,00	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-001000	UPGRADE DE PROCESSOS DE FABRICO	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Média empresa	501773622	NOVACORTIÇA - INDÚSTRIA CORTICEIRA, SA	154.124,00	69.355,80	69.355,80	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-001639	PARQUE DE DESPORTOS MOTORIZADOS DE PORTIMÃO - AUTÓDROMO INTERNACIONAL DO ALGARVE	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Não PME	504395688	PARKALGAR PARQUES TECNOLÓGICOS E DESPORTIVOS, SA	34.424.321,00	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-002751	PRODUÇÃO DE NOVOS SERVIÇOS COM ELEVADO CONTEÚDO TECNOLÓGICO, UTILIZANDO AS NOVAS TECNOLOGIAS E ADOÇÃO DE NOVOS MÉTODOS DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E ENERGÉTICOS	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Pequena empresa	504901095	ALISIOS II - IMOBILIARIA E TURISMO SA	259.348,30	142.641,57	142.641,57	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-002769	MONTRA DE QUALIDADE DE PORTUGAL PARA O MUNDO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508451957	MONTE DAS ESCANXINAS - CULTURA E TURISMO, LDA	555.019,00	360.762,35	360.762,35	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-004870	CRIAÇÃO DE CENTRO EQUESTRE	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	507801113	EQUINOSTRUM - CLUBE EQUESTRE E DE LAZER DE FARO, LDA	713.697,06	463.903,09	463.903,09	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-004907	AQUISIÇÃO DE CATAMARAN PARA PASSEIOS MARÍTIMO-TURÍSTICOS	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	508520770	MARES MARAVILHOSOS - ACTIVIDADES MARÍTIMO-TURÍSTICAS, LDA	641.858,34	417.207,92	417.207,92	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-005180	IMPLEMENTAÇÃO DE APARTAMENTOS TURÍSTICOS, ALDEAMENTO TURÍSTICO E HOTEL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	501068228	SAGRIMAR - EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS SA	26.113.087,07	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-005757	MAROPE ALGARVE	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Não PME	507856783	MAROPE ALGARVE - HOTÉIS DE PORTUGAL SA	25.002.914,92	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-006853	CRIAÇÃO DE EMPRESA DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Pequena empresa	508688396	REFLEXO DO PROGRESSO RESÍDUOS, LDA	937.705,73	703.279,30	703.279,30	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-006863	CRIAÇÃO DE HEALTH CLUB-WELLNESS CENTER (SPA)	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	508963761	SINGULAR CONCEITO, LDA	1.009.785,78	757.339,34	757.339,34	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-006875	TERTÚLIA ALGARVIA	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	508596734	GOOD MOMENTS - INDÚSTRIA CRIATIVA DE CULTURA E ALIMENTAÇÃO TRADICIONAL	376.862,92	244.960,90	244.960,90	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-007569	INSTALAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO NOVO DATACENTER	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Pequena empresa	505304775	FLESK - PRODUÇÕES DIGITAIS, LDA	337.571,22	219.421,29	219.421,29	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-007682	PROCESSAMENTO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO (RC&D)	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	501425845	GRUPO SILVA & SILVA, LDA	1.315.298,00	854.943,70	854.943,70	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-007754	INOVAÇÃO NA TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO SAL MARINHO ARTESANAL	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	507683072	BÖER & SIEBERT, LDA	179.138,22	116.618,72	116.618,72	954,00
	ALG-01-0103-FEDER-007775	CRIAÇÃO DE NOVA UNIDADE DE NEGÓCIO NO ALGARVE PARA PRESTAÇÃO DE NOVOS SERVIÇOS.	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Pequena empresa	503565393	RENASCIMENTO - GESTÃO E RECICLAGEM DE RESÍDUOS, LDA	359.074,30	233.398,30	233.398,30	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-008218	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA PRODUÇÃO DE CINEMA DIGITAL	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	505052989	FLAVOUR PRODUCTIONS - LABORATÓRIOS AUDIOVISUAIS E MULTIMÉDIA, LDA	172.937,68	129.703,26	129.703,26	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-008248	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA PRODUÇÃO DE VÍDEO	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Pequena empresa	501186972	PUBLIRÁDIO - PUBLICIDADE EXTERIOR SA	57.471,18	43.103,39	43.103,39	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-013175	QUINTA EVENTOS E DESCOBERTAS ? TRADI?O E DIVERS?O.	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	503727962	DESCOBERTAS MIL, LDA	345.714,80	259.286,10	259.286,10	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-013256	EXPANSÃO E REQUALIFICAÇÃO DE UMA UNIDADE DE TRANSFORMAÇÃO DE VIDRO PLANO	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Pequena empresa	500584095	VIDREIRA ALGARVIA, LDA	360.102,49	234.066,62	234.066,62	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-013391	CAPACITAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO 3D E PLATAFORMA DE MARKETING DIGITAL	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	508257468	SONHA PENSA IMAGINA COMUNICA, LDA	258.321,37	193.741,03	193.741,03	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-013425	ALGAREVENTOS - COZINHA INDUSTRIAL	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	509290884	ALGAREVENTOS, LDA	659.345,03	494.508,77	494.508,77	0,00

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALG-01-0103-FEDER-013560	PROJECTO ALGARVE	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Não PME	502095857	SPAST - SOC. PORTUGUESA DE ALUGUER E SERVIÇO DE TEXTÉIS, SA	2.991.503,91	1.346.176,76	1.346.176,76	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-013604	SAFERAD 2010	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	507428170	GYRAD - CONTROLO DE QUALIDADE E PROTECÇÃO RADIOLÓGICA, LDA	165.540,47	124.155,35	124.155,35	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-017444	AISOL - INOVAÇÃO CRESCIMENTO E INOVAÇÃO	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Não PME	502863145	AMORIM ISOLAMENTOS SA	766.306,74	420.278,24	420.278,24	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-017505	OPTIMIZAÇÃO DE CORTE E ACABAMENTOS	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Não PME	500096872	LITOGRAFICA DO SUL, SA	676.260,00	303.482,35	303.482,35	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-017649	RECONVERSÃO DE ALOJAMENTO LOCAL EM HOTEL E REMODELAÇÃO DE RESTAURANTE	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	505169274	ROCHA DA GRALHEIRA - EXPLORAÇÃO DE RESTAURANTES, UNIPESSOAL, LDA	420.027,82	314.973,50	314.973,50	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-017726	AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE PRODUÇÃO E PROJEÇÃO DE HOLOGRAMAS	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	508257468	SONHA PENSA IMAGINA COMUNICA, LDA	392.118,00	253.912,59	253.912,59	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-017914	CRIAÇÃO DE EMPRESA PARA O DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES INOVADORAS DE COMUNICAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE MEIOS PUBLICITÁRIOS - PRODUTO 360º	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	509720382	MEDIA 360, LDA	1.375.500,00	894.075,00	894.075,00	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-017942	REQUALIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO CASAS DO MOINHO	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	508566215	CASAS DO MOINHO - INVESTIMENTOS TURÍSTICOS, LDA	198.897,50	148.770,38	148.770,38	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-017943	CRIAÇÃO DE REDE DE PAINÉIS PUBLICITÁRIOS ELECTRÓNICOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509247822	PROSPERITAS - AGÊNCIA DE PUBLICIDADE, LDA	1.025.250,00	666.412,50	666.412,50	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-017987	CRIAÇÃO E REMODELAÇÃO DE PRODUTO TURISCO NO AMBITO DO TURISMO EM ESPAÇO RURAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	504134582	QUINTA DA FONTE DO BISPO - TURISMO RURAL, LDA	2.620.172,94	1.965.129,71	1.965.129,71	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-018018	ANIMAÇÃO TURÍSTICA - QUALIFICAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DE SERVIÇOS	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Pequena empresa	502519479	ANIMARIS - ANIMAÇÃO TURÍSTICA, LDA	827.850,00	620.887,50	620.887,50	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-018028	INOVAÇÃO PRODUTIVA E INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Pequena empresa	503697109	VINILCONSTA PUBLICIDADE E SERVIÇOS, LDA	992.105,39	644.789,95	644.789,95	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-022345	CRIAÇÃO DE PRODUTORA DE CINEMA E AUDIOVISUAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509840558	ORIGINAL FEATURES, LDA	647.113,24	420.623,61	420.623,61	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-022471	BELIZE II	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	506574717	VÁRZEAMAR - ACTIVIDADES MARÍTIMO TURÍSTICAS, LDA	755.715,85	566.390,89	566.390,89	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-022528	INSTALAÇÃO DE EMPRESA DE ALUGUER DE CÂMARAS DIGITAIS	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	509864570	HHA DIGITAL FILM, UNIPESSOAL, LDA	826.855,25	537.455,91	537.455,91	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-026457	AQUISIÇÃO DE CATAMARAN PARA AVISTAMENTO DE GOLFINHOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	507627288	DOLPHINS DRIVEN - ACTIVIDADES MARÍTIMO-TURÍSTICAS, LDA	803.000,00	602.250,00	602.250,00	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-026479	REQUALIFICAÇÃO DO EUROTEL DE TAVIRA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	500272450	GRACER - SOC. DE TURISMO DO ALGARVE SA	3.223.618,49	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-026516	AQUISIÇÃO DE CATAMARANS DE PASSAGEIROS PARA LAGOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	507621077	JCT 28 ADVENTURE CRUISES, LDA	993.900,00	745.425,00	745.425,00	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-026518	AUMENTO DA CAPACIDADE PRODUTIVA E AUTOMATIZAÇÃO DE PROCESSO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	505304775	FLESK - PRODUÇÕES DIGITAIS, LDA	354.984,23	230.739,75	230.739,75	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-026528	REQUALIFICAÇÃO, AMPLIAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO DO HOTEL ALCAZAR 4 **	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	503781223	BAJOMICO - ORGANIZAÇÕES HOTELEIRAS E SIMILARES, LDA	1.259.607,04	944.705,28	944.705,28	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-026529	MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE PRODUÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	505824442	GARCEZ E RIBEIRO, PUBLICIDADE, LDA	866.455,00	563.195,75	563.195,75	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-026561	CENTRO NÁUTICO SOPROMAR	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	503081027	SOPROMAR - ESTALEIRO NAVAL DE LAGOS, LDA	2.404.823,65	1.803.617,74	1.803.617,74	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-026565	EQUIPAMENTOS E SOLUÇÕES DE APLICAÇÃO DE FERTILIZANTES E DE ACESSORIA AGRONÓMICA E RECURSO A APLICAÇÕES TI'S EM CLOUD COMPUTING	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	503420344	HUBEL VERDE - ENGENHARIA AGRONÓMICA, SA	145.802,44	94.771,59	94.771,59	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-026577	PLATAFORMA REGIONAL MULTIMÉDIA DE INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	509840906	CANALALGARVE - SOC. JORNALÍSTICA E EDITORIAL, LDA	1.265.023,53	822.265,29	822.265,29	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-026603	INVESTIMENTO EM EQUIPAMENTO TÉCNICO PARA A NEW LIGHT PICTURES	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510140769	NEW LIGHT PICTURES, LDA	69.877,00	52.407,75	52.407,75	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-026613	CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CENTRAIS DE COMANDO E DE MISTURA DE SOLUÇÕES PARA PRODUÇÃO HIDROPÓNICA E SERVIÇO DE GESTÃO E DE REPORTE 24 HORAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	501352481	HUBEL ENGENHARIA SERVIÇOS E IMOBILIÁRIO, LDA	501.186,00	375.889,50	375.889,50	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-026902	EQUIPAMENTO PRODUTIVO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA NOVOS SERVIÇOS E PRODUTOS DE CONTAGEM, CONTROLO E TRATAMENTO DE ÁGUA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	503550841	HUBEL INDUSTRIA DA ÁGUA, AMBIENTE E OBRAS PÚBLICAS, SA	235.558,71	153.113,16	153.113,16	0,00

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALG-01-0103-FEDER-026991	PLATAFORMA DE COMERCIALIZAÇÃO DE FOTOGRAFIA E SERVIÇOS FOTOGRÁFICOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510024467	GLOBAL STILLS, LDA	666.686,50	500.014,88	500.014,88	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-027018	UNIVERSO VIRTUAL - CHRONICLES OF POWER	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508599814	UNIVERSO VIRTUAL -, LDA	278.489,36	181.018,08	181.018,08	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-027074	ONDAS VIVAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	502217235	MUNDO AQUÁTICO - PARQUES OCEANOGRÁFICOS DE ENTRETENIMENTO EDUCATIVO, S.A	3.086.143,77	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-027117	TASTE IT - CRIAÇÃO DE UMA EMPRESA DE TI PARA LANÇAR O PROJETO "TASTE IT" QUE IRÁ MODERNIZAR E REVOLUCIONAR AS INDÚSTRIAS E PMES MAIS TRADICIONAIS ATRAVÉS DA IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÕES TIC	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510254454	A TASTE OF IT, LDA	99.503,00	74.627,25	74.627,25	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-027171	IMPLEMENTAÇÃO DE MEIOS PARA AUMENTO DA EFICIÊNCIA, QUALIDADE E INOVAÇÃO EMPRESARIAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	501773622	NOVACORTIÇA - INDÚSTRIA CORTICEIRA, SA	487.561,00	316.914,65	316.914,65	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-027282	CRESCIMENTO PRODUTIVO COM RECURSO A QUALIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	507291565	DANDLEN & VASQUES, LDA	89.587,00	67.190,25	67.190,25	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-031792	INSTALAÇÃO E PROMOÇÃO DA UNYKVIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510104576	UNYKVIS, LDA	147.600,00	110.700,00	110.700,00	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-031802	CRIAÇÃO DE PRODUTO TURÍSTICO INOVADOR EM ESPAÇO RURAL - AGROTURISMO VALE PALHEIRO/ALJEZUR (VP2012)	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	507171942	SPACECON - CONSULTORIA IMOBILIÁRIA, UNIPessoal, LDA	863.412,91	561.218,39	561.218,39	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-031827	CRIAÇÃO DE EMPREENHIMENTO DE TURISMO DE NATUREZA COM FORTE APOSTA EM ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA E DIRECIONADO PARA O MERCADO INTERNACIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510436820	CASAMODESTA, LDA	244.853,91	183.640,43	183.640,43	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-031877	WILDCAT	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510105513	VARZEAMAR VILAMOURA - ACTIVIDADES MARÍTIMO TURÍSTICAS, LDA	428.500,00	321.375,00	321.375,00	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-031899	IMAGINE JEWELLERY	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	503373117	HORACERTA- COMERCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ARTIGOS DE OUVIVESARIA E RELOJOARIA, LDA	161.490,00	105.604,50	105.604,50	3.392,00
	ALG-01-0103-FEDER-031916	INSTALAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE PROCESSO INOVADOR DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510141773	WILDAROUND, LDA	1.460.965,26	949.627,42	949.627,42	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-031924	ALGARVE EASY GUIDE	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	509840906	CANALALGARVE - SOC. JORNALÍSTICA E EDITORIAL, LDA	1.432.554,00	931.160,10	931.160,10	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-031955	CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE PRODUTIVA PARA A PRODUÇÃO DE PRODUTOS SALINOS ORIENTADOS AO SECTOR ALIMENTAR GOURMET	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	504309986	CAPITALMOURA - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA	194.870,44	126.665,79	126.665,79	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-031991	MARTIM TAQUELIM-RESTAURAÇÃO E BARES, LDA.	Auxílios de Estado	Concluída	Algarve	Micro empresa	509587577	MARTIM TAQUELIM - RESTAURAÇÃO E BARES, UNIPessoal, LDA	834.521,00	542.438,65	542.438,65	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-033236	EDIFICAÇÃO DE UM RESTAURANTE PANORÂMICO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	504901095	ALISIOS II - IMOBILIARIA E TURISMO SA	288.656,99	187.627,04	187.627,04	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-033285	CRIAÇÃO E PROMOÇÃO DE SISTEMA DE FIDELIZAÇÃO APLICADO DO TURISMO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510463720	PROCESSCARD UNIPessoal, LDA	1.307.630,00	849.959,50	849.959,50	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-033304	CRIAÇÃO DE RESTAURANTE PARA PROMOÇÃO DA GASTRONOMIA REGIONAL EM CABANAS DE TAVIRA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	503908576	O GRELHA PEIXE - RESTAURANTE, LDA	1.252.226,44	813.947,19	813.947,19	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-033309	AQUISIÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE JETBOAT DE 48 LUGARES	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510467520	DOLPHINOCEAN, LDA	488.750,00	317.687,50	317.687,50	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-033352	LUXURY ON TWO WHEELS - QUALIFICAR, INOVAR E INTERNACIONALIZAR O TURISMO PORTUGUÊS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510429025	LUXURY ON TWO WHEELS, UNIPessoal, LDA	105.865,56	79.399,17	79.399,17	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-033370	ALBUFEIRA SOL HOTEL APARTAMENTO & SPA - "A NEW START"	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	504573667	CONFORHOTEIS - GESTÃO DE HOTÉIS, LDA	1.855.023,61	1.020.262,99	1.020.262,99	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-033404	COMPLEXO TURISTICO DE TIRO AO PRATO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508584256	CASTELLO SPORTING CLUB, UNIPessoal, LDA	985.703,95	640.707,57	640.707,57	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-033420	HOTEL MARTINHAL ? NOVAS ÁREAS DE NEGÓCIO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	507261992	FOUR GOLD WINDS RESORTS - EMPREENHIMENTOS TURÍSTICOS, SA	608.228,19	334.525,50	334.525,50	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-035946	AQUISIÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE CATAMARAM DE 120 PASSAGEIROS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510449778	LINDSEY BAKER, UNIPessoal, LDA	882.800,00	662.100,00	662.100,00	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-035951	ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO TURISTICA EM MOTOCICLOS TODO-O-TERRENO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510649254	RUBEN RUFINO FARIA, LDA	146.764,52	95.396,94	95.396,94	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-035979	CRIAÇÃO DE EMPRESA DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510662870	WAKESALINAS, LDA	141.175,07	105.881,30	105.881,30	0,00

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALG-01-0103-FEDER-036018	SPINPROD - PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO COMERCIAL DE UMA GAMA DE ALIMENTOS PARA PEIXES NA SPAROS LDA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508447402	SPAROS, LDA	154.960,00	100.724,00	100.724,00	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-036183	PROJETO CORTICAPE PARA O FUTURO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	500077762	CORTICAPE, SOCIEDADE DE CÁPSULAS PARA CORTIÇA, LDA	228.760,00	148.694,00	148.694,00	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-038764	AQUISIÇÃO E PROMOÇÃO DE CATAMARAN DE PASSAGEIROS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510603769	MEGADOLPHIN - UNIPESSOAL, LDA	1.457.600,00	947.440,00	947.440,00	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-039038	AUMENTAR A CAPACIDADE E CRIAR NOVOS SERVIÇOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	501842128	HOTEL ALBA - ACTIVIDADE HOTELEIRA, LDA	739.852,93	480.904,40	480.904,40	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-039094	NOVOS CIRCUITOS MARITIMO-TURISTICOS INOVADORES	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510309968	PASSEIODISSEIA, LDA	712.852,00	463.353,80	463.353,80	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-039127	PASSEIOS TURÍSTICOS NÁUTICOS EM ALBUFEIRA E PORTIMÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510789420	X RIDE, LDA	492.942,20	320.412,43	320.412,43	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-039143	THE PRO PUTTING GARDEN - ADVENTURE GOLF LAGOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510746934	PRO PUTTING, LDA	120.964,19	90.723,14	90.723,14	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-039147	CIRCUITOS MARITIMO-TURISTICOS EM CATAMARAN NO SOTAVENTO ALGARVIO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510582540	DEUSESREBELDES, UNIPESSOAL, LDA	851.970,00	553.780,50	553.780,50	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-039201	DESENVOLVIMENTO E ADEQUAÇÃO DO HOTEL JÚPITER AOS NOVOS DESAFIOS DE MERCADO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	500161143	JÚPITER - INDÚSTRIA HOTELEIRA, SA.	2.177.520,01	1.197.636,00	1.197.636,00	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-039203	SERVIÇOS DE PRODUÇÃO DE PUBLICIDADE, CINEMA E TELEVISÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510666280	MASTERDREAM - DIGITAL MOVIE, LDA	999.888,30	749.916,23	749.916,23	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-039237	PROJETO DE ARQUITETURA DE APOIO DE PRAIA SIMPLES COM EQUIPAMENTO ASSOCIADO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	505276909	ALFAZEMA - RESTAURANTES, LDA	571.318,93	371.357,30	371.357,30	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-039347	CIRCUITOS TURISTICOS EM AIRBOAT	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510740758	EXUBEROCEANO, LDA	220.500,00	165.375,00	165.375,00	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-039413	PRODUÇÃO DE SUPORTES DE INFORMAÇÃO ELETRÓNICOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510764746	ARISTOFÓRMULA, LDA	772.765,50	579.574,13	579.574,13	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-039453	PRAIA VERDE BOUTIQUE HOTEL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	510364390	SUMMER PORTUGAL RESORTS SA	1.041.368,21	680.963,13	680.963,13	21.726,90
	ALG-01-0103-FEDER-039486	HOTEL FARO - INOVAÇÃO E NOVOS SERVIÇOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	506908267	HOTMANAGEMENT EXPLORAÇÃO E GESTÃO HOTELEIRA, LDA	258.146,25	167.795,06	167.795,06	0,00
	ALG-01-0103-FEDER-039683	EMPRESA DE SOLUÇÕES INTEGRADAS DE CASA DIGITAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510435556	LIVTC PORTUGAL, LDA	142.367,00	106.775,25	106.775,25	0,00
	ALG-01-011A-FEDER-035706	TALHO CARNES D' MALHADA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	503921920	CARNES D' MALHADA - COMÉRCIO DE CARNES, LDA	37.244,65	24.910,63	24.910,63	0,00
	ALG-01-011A-FEDER-036722	MELHORIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS CLIENTES	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	504932268	DIRESCAPE - REPARAÇÃO AUTOMÓVEL, LDA	33.100,31	20.700,44	20.700,44	0,00
	ALG-01-011A-FEDER-036768	CONSERVAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	502331640	SABINO & SABINO-HOTELARIA & TURISMO, LDA	12.544,96	10.045,46	10.045,46	0,00
	ALG-01-011A-FEDER-036868	JOVIMODA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	205827756	JOÃO PAULO JUSTINO GUERREIRO	24.853,64	14.942,14	14.942,14	0,00
	ALG-01-011A-FEDER-038166	FUN RIVER - BTT	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509214428	FUN RIVER, ANIMAÇÃO TURÍSTICA, LDA	12.445,96	9.995,96	9.995,96	0,00
	ALG-01-011A-FEDER-040791	VALORIZAÇÃO E CRESCIMENTO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	510091849	ERRE2CONTROLCONTA, LDA	29.861,73	27.381,70	27.381,70	0,00
	ALG-01-011A-FEDER-040817	DESENVOLVIMENTO DE LOJA ON-LINE	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508137888	SOFTSOLUTIONS II - SOLUÇÕES DE INFORMÁTICA	29.851,67	27.376,67	27.376,67	0,00
	ALG-01-011A-FEDER-042854	CRESCIMENTO VALORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509135110	MERGNORMA, LDA	23.844,90	21.354,90	21.354,90	0,00
	ALG-01-011A-FEDER-042988	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADE DE CERTIFICAÇÃO DE REDES DE TELECOMUNICAÇÕES	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508712009	JOÃO CARLOS ANTUNES, UNIPESSOAL, LDA	30.785,86	18.537,08	18.537,08	0,00
	ALG-01-011A-FEDER-043025	AQUISIÇÃO DE MAQUINARIA PARA DIVERSIFICAÇÃO DA ATIVIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509495702	MESTRE TENDA, LDA	43.814,90	31.339,90	31.339,90	0,00
	ALG-01-011A-FEDER-043026	GUERREIROS DO RIO RECUPERAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509668798	BLUELAND ACTIVIDADES HOTELEIRAS, LDA	10.020,64	7.525,64	7.525,64	0,00
	ALG-01-011A-FEDER-043050	RWLIFE INFORMATICA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509292380	RIVER WATER LIFE, LDA	9.980,64	7.505,64	7.505,64	0,00
	ALG-01-0123-FEDER-000001	Linhas de Crédito PME Investe I e II FINOVA	Engenharia Financeira	Aprovada	Algarve	Soc. Púb. Inv. Soc. Cap. Risco, Invest. Inst. s/ controle na emp.	502218835	PME Investimentos - Sociedade de Investimento, SA	11.742.820,03	11.742.820,03	3.264.475,38	0,00
	ALG-01-0123-FEDER-000002	Linha Investe QREN	Engenharia Financeira	Aprovada	Algarve	Soc. Púb. Inv. Soc. Cap. Risco, Invest. Inst. s/ controle na emp.	503271055	SPGM - Sociedade de Investimento, SA	633.937,50	633.937,50	633.937,50	0,00

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE	
													1
	ALG-01-0123-FEDER-000003	FCR Revitalizar Lisboa, Alentejo e Algarve	Engenharia Financeira	Aprovada	Algarve	Soc. Púb. Inv. Soc. Cap. Risco, Invest. Inst. s/ controle na emp.	502218835	PME Investimentos - Sociedade de Investimento, SA	20.114.000,00	10.057.000,00	10.057.000,00	0,00	
	ALG-01-0128-FEDER-000001	ALGARVE 2015 EMPREENDER e INOVAR +	Público	Aprovada	Algarve	Instituições do Ensino Superior	505387271	UNIVERSIDADE DO ALGARVE	587.448,00	587.448,00	469.958,40	0,00	
	ALG-01-0128-FEDER-000005	INTERSECTOR Variedade Relacionada no Algarve	Público	Aprovada	Algarve	Instituições do Ensino Superior	505387271	UNIVERSIDADE DO ALGARVE	316.602,00	316.602,00	253.281,60	0,00	
	ALG-01-0128-FEDER-000007	ALGARVE POSITIVO	Público	Aprovada	Algarve	Não PME	501090665	ACRAL - Associação do Comércio e Serviços da Região do Algarve	466.644,00	466.644,00	373.315,20	0,00	
Melhoria da Envolvente para a Inovação Empresarial									8	12.378.369	12.378.369	9.148.639	0
	ALG-01-0363-FEDER-000002	Plataforma de Demonstração Solar	Público	Concluída	Algarve	Associações Empresariais	510010490	Enercoutim - Associação Empresarial de Energia Solar de Alcoutim	193.939,60	193.939,60	135.757,73	0,00	
	ALG-01-0363-FEDER-000005	Área Industrial de Santa Margarida, Tavira	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	505873567	Empet - Parques Empresariais de Tavira, E.M.	3.882.785,56	3.882.785,56	2.912.089,17	0,00	
	ALG-01-0363-FEDER-000007	AE Loulé Acolher, Qualificar e Promover	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	1.115.930,00	1.115.930,00	781.151,00	0,00	
	ALG-01-0363-FEDER-000011	Área de Acolhimento Empresarial de Monchique	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506826961	Município Monchique	824.676,00	824.676,00	618.507,00	0,00	
	ALG-01-0363-FEDER-000012	Edifício Multifuncional de Empresas Dinamização e Equipamento	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506801969	Município Castro Marim	76.752,50	76.752,50	57.564,38	0,00	
	ALG-01-0363-FEDER-000013	Parque empresarial de VRSA Projeto técnico de execução	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508160570	VRSA Sociedade de Gestão Urbana E.M. SA	71.250,00	71.250,00	53.437,50	0,00	
	ALG-01-0363-FEDER-000014	Plataforma de Demonstração Solar 2ª fase	Público	Aprovada	Algarve	Associações Empresariais	510010490	Enercoutim - Associação Empresarial de Energia Solar de Alcoutim	1.392.879,17	1.392.879,17	975.015,42	0,00	
	ALG-01-0364-FEDER-000001	UAlg Business Lab UAlg BLab	Público	Aprovada	Algarve	Instituições do Ensino Superior	505387271	UNIVERSIDADE DO ALGARVE	4.820.156,00	4.820.156,00	3.615.117,00	0,00	
Valorização do cluster Turismo Lazer									3	6.855.691	6.855.691	4.623.676	0
	ALG-01-0432-FEDER-000001	Req. Urbanística Zona Costeira Quarteira/Vilamoura	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	3.349.530,00	3.349.530,00	2.344.671,00	0,00	
	ALG-01-0450-FEDER-000001	Beneficiação da E.N. 125 em Al Mancil	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	2.248.420,00	2.248.420,00	1.461.473,00	0,00	
	ALG-01-0450-FEDER-000002	Beneficiação da VNC 520 (Almancil-Quinta do Lago)	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	1.257.740,95	1.257.740,95	817.531,61	0,00	
Modernização e Qualificação da Administração Pública / Desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento									20	13.359.398	13.359.398	9.323.463	0
	ALG-01-0526-FEDER-000002	Facturação Electrónica	Público	Aprovada	Algarve	Agências e associações de desenvolvimento regional e local	503420360	Globalgarve, Cooperação e Desenvolvimento, SA	281.105,72	281.105,72	168.663,43	0,00	
	ALG-01-0526-FEDER-000003	Disponibilização dos Planos Municipais de Ordenamento do Território na Internet	Público	Concluída	Algarve	Agências e associações de desenvolvimento regional e local	503420360	Globalgarve, Cooperação e Desenvolvimento, SA	52.031,42	52.031,42	31.218,84	0,00	
	ALG-01-0526-FEDER-000004	Loja do Município de Faro	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	506579425	Município de Faro	106.479,54	106.479,54	53.239,77	0,00	
	ALG-01-0526-FEDER-000005	Desmaterialização e Desburocratização de Processos na CCDR Algarve	Público	Concluída	Algarve	Administração Direta Serviços Periféricos	600075818	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve	185.886,26	185.886,26	92.943,13	0,00	
	ALG-01-0526-FEDER-000007	Processo de Modernização Administrativa Município de Tavira	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	235.649,59	235.649,59	117.824,79	0,00	

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE	
													1
PO303 (a)	Expansão das Lojas do Cidadão na Região do Algarve		Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, I.P.	1.984.650	1.984.650	1.190.790		
ALG-01-0526-FEDER-000014	Loja de Tavira Rede de Expansão das Lojas do Cidadão de 2ª geração		Público	Concluída	Algarve	Administração Indireta Serviços Personalizados	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, IP	111.492,02	111.492,02	66.895,21	0,00	
ALG-01-0526-FEDER-000016	Modernização Administrativa na UALG		Público	Concluída	Algarve	Instituições do Ensino Superior	505387271	UNIVERSIDADE DO ALGARVE	1.330.588,00	1.330.588,00	864.882,20	0,00	
ALG-01-0526-FEDER-000017	Simplex Autárquico Municípios do Algarve Central em Rede		Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506579425	Município de Faro	2.895.706,54	2.895.706,54	2.171.779,90	0,00	
ALG-01-0526-FEDER-000019	Simplex Autárquico CRM Gestão do Relacionamento com os Municípios		Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502971096	AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve	1.876.941,09	1.876.941,09	1.407.705,78	0,00	
ALG-01-0526-FEDER-000020	Reengenharia processos e eficiência tecnológica		Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	508789230	Turismo do Algarve	282.049,00	282.049,00	183.331,85	0,00	
ALG-01-0526-FEDER-000023	Modernização da infraestrutura tecnológica		Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	506867307	FREGUESIA DE ALBUFEIRA	23.521,29	23.521,29	15.288,83	0,00	
ALG-01-0526-FEDER-000026	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVABALÇÃO ÚNICO E DIGITAL		Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508160570	VRSA Sociedade de Gestão Urbana E.M. SA	724.785,92	724.785,92	471.110,85	0,00	
ALG-01-0526-FEDER-000027	Modernização Administrativa da Ambiolhão		Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	509680780	Ambiolhão - Empresa Municipal de Ambiente de Olhão, EM	809.812,83	809.812,83	526.378,34	0,00	
ALG-01-0526-FEDER-000029	Reestruturação tecnológica da FCT da Univ. Algarv		Público	Aprovada	Algarve	Instituições do Ensino Superior	505387271	UNIVERSIDADE DO ALGARVE	825.000,00	825.000,00	536.250,00	0,00	
ALG-01-0526-FEDER-000032	MAIntermunicipal 2.0		Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502971096	AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve	2.263.207,76	2.263.207,76	1.697.405,82	0,00	
ALG-01-0526-FEDER-000033	Racionalização TIC e Moderniz. Administrativa CCDD		Público	Aprovada	Algarve	Administração Direta Serviços Periféricos	600075818	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve	278.902,00	278.902,00	181.286,30	0,00	
ALG-01-0526-FEDER-000034	Modernização Administrativa do concelho de CM		Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506801969	Município Castro Marim	221.140,47	221.140,47	143.741,31	0,00	
ALG-01-0526-FEDER-000035	Plataformas informáticas para o cidadão		Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	504915266	INFRAMOURA, EM	80.500,00	80.500,00	52.325,00	0,00	
PO 305 (a)	Rede de Espaços do Cidadão		Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, I.P.	450.000	450.000	337.500		
ALG-01-0526-FEDER-000037	Rede de Espaços do Cidadão		Público	Aprovada	Algarve	Administração Indireta Serviços Personalizados	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, IP	377.027,00	377.027,00	282.770,25	0,00	
ALG-01-0566-FEDER-000001	Apetrechamento tecnológico das EB1 do Algarve		Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	502971096	AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve	397.571,07	397.571,07	258.421,20	0,00	
Promoção Institucional da Região									16	4.896.026	4.896.026	3.438.087	0
ALG-01-0627-FEDER-000001	Âncoras do Guadiana		Público	Concluída	Algarve	Agências e associações de desenvolvimento regional e local	504408755	Odiana - Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana	30.275,72	30.275,72	19.679,22	0,00	

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE	
													1
	ALG-01-0627-FEDER-000002	Ações Preparatórias do Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos (PROVERE)	Público	Concluída	Algarve	Agências e associações de desenvolvimento regional e local	502091835	Associação In Loco	18.851,22	18.851,22	12.253,29	0,00	
	ALG-01-0627-FEDER-000003	Elaboração de Estratégia de Eficiência Colectiva e Programa de Acção PROVERE	Público	Concluída	Algarve	Fundações, organizações não governamentais (ONG) e outras associações	502064404	Almargem - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve	30.502,64	30.502,64	19.826,72	0,00	
	ALG-01-0627-FEDER-000004	Promoção e Capacitação Institucional Articular para Intervir	Público	Concluída	Algarve	Administração Direta Serviços Periféricos	600075818	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve	976.893,49	976.893,49	683.825,43	0,00	
	ALG-01-0627-FEDER-000010	Âncoras do Guadiana 3.ª Fase Projecto de Animação, Gestão e Coordenação de Parceria	Público	Concluída	Algarve	Agências e associações de desenvolvimento regional e local	504408755	Odiana - Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana	138.267,35	138.267,35	103.700,50	0,00	
	ALG-01-0627-FEDER-000011	Algarve Sustentável 3.ª Fase Projecto de Animação, Gestão e Coordenação da Parceria PROVERE	Público	Concluída	Algarve	Fundações, organizações não governamentais (ONG) e outras associações	502064404	Almargem - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve	158.740,75	158.740,75	119.055,40	0,00	
	ALG-01-0627-FEDER-000012	Modernizar para Capacitar e Agilizar	Público	Aprovada	Algarve	Administração Direta Serviços Periféricos	600075818	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve	360.170,00	360.170,00	252.119,00	0,00	
	ALG-01-0627-FEDER-000013	ARTICULAR PARA INTERVIR 2ª FASE	Público	Aprovada	Algarve	Administração Direta Serviços Periféricos	600075818	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve	962.816,00	962.816,00	673.971,20	0,00	
	ALG-01-0627-FEDER-000014	Valorização e Dinamização Turística da Ria Formosa	Público	Aprovada	Algarve	Administração Indireta Serviços Personalizados	508666236	Turismo de Portugal, I.P.	86.100,00	86.100,00	60.270,00	0,00	
	ALG-01-0627-FEDER-000015	Capacitação estratégica do Turismo do Algarve	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	508789230	Turismo do Algarve	209.250,00	209.250,00	146.475,00	0,00	
	ALG-01-0627-FEDER-000016	AMAL Rede Regional de Apoio ao Desenvolvimento	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502971096	AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve	55.658,00	55.658,00	38.961,00	0,00	
	ALG-01-0627-FEDER-000018	UNIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS	Público	Aprovada	Algarve	Agências e associações de desenvolvimento regional e local	504408755	Odiana - Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana	720.207,82	720.207,82	504.145,47	0,00	
	ALG-01-0627-FEDER-000019	Selo de Qualidade Turística	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins lucrativos	500985537	Associação dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve	248.531,20	248.531,20	173.971,84	0,00	
	ALG-01-0627-FEDER-000020	CATAPLANA ALGARVIA	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins lucrativos	513048499	TERTULIA ALGARVIA – Centro de Conhecimento em Cultura e Alimentação Tradicional do Algarve	257.532,03	257.532,03	180.272,42	0,00	
	ALG-01-0627-FEDER-000021	MAR E MONTANHA – CIRCUITOS GASTRONÓMICOS ALGARVE	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins lucrativos	510797334	ASPAS E PARENTESES - ASSOCIAÇÃO	222.144,28	222.144,28	155.501,00	0,00	
	ALG-01-0627-FEDER-000022	InovTrad	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	503714593	Ambifaro - Agência Para o Desenvolvimento Económico de Faro E.M.	420.085,00	420.085,00	294.059,50	0,00	
EP2 - Protecção e Qualificação Ambiental									88	35.629.070	35.629.070	24.492.543	0
Áreas Classificadas e Biodiversidade									4	1.442.166	1.442.166	937.408	0
	ALG-02-0730-FEDER-000002	Conservação/Valorização de Praias de Vila do Bispo	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	509264514	Polis Litoral Sudoeste. – Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Cos	658.603,76	658.603,76	428.092,44	0,00	
	ALG-02-0730-FEDER-000003	Conserv. e Valorização da Praia de Vale Figueiras	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	509264514	Polis Litoral Sudoeste. – Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Cos	175.673,00	175.673,00	114.187,45	0,00	

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE	
													1
	ALG-02-0730-FEDER-000004	Req. e Valorização das Paisagens Protegidas Locais	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	29.669,03	29.669,03	19.284,87	0,00	
	ALG-02-0730-FEDER-000005	Criação do Parque Ribeirinho do Ludo fase 1	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508683424	Sociedade Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa,	578.220,00	578.220,00	375.843,00	0,00	
Monitorização, Informação e Promoção Ambiental e Eficiência Energética									55	9.514.426	9.514.426	6.263.844	0
	ALG-02-0931-FEDER-000001	Plano de Gestão da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve (RH 8)	Público	Concluída	Algarve	Administração Indireta Serviços Personalizados	508609720	Administração da Região Hidrográfica do Algarve, IP	1.182.478,39	1.182.478,39	768.610,95	0,00	
	ALG-02-0931-FEDER-000002	Melhoria da Monitorização da Qualidade do Ar no Algarve	Público	Concluída	Algarve	Administração Direta Serviços Periféricos	600075818	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve	182.527,86	182.527,86	118.643,09	0,00	
	ALG-02-0931-FEDER-000004	Recuperação e Valorização dos Açudes de Alcaria Cova, Galaxos, Várzea	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	506772446	Município Alcoutim	432.734,73	432.734,73	281.277,57	0,00	
	ALG-02-0931-FEDER-000006	Reconstrução dos Açudes junto às Povoações de Bentos e Fernandilho	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506772446	Município Alcoutim	319.738,78	319.738,78	207.830,21	0,00	
	ALG-02-0931-FEDER-000008	Estação de Biodiversidade de Loulé	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	21.036,35	21.036,35	13.673,63	0,00	
	ALG-02-0931-FEDER-000009	Controlo de risco de cheia e valorização das margens da ribeira da Torre Portimão	Público	Aprovada	Algarve	Administração Indireta Serviços Personalizados	510306624	Agência Portuguesa do Ambiente, IP	339.832,66	339.832,66	220.891,23	0,00	
	ALG-02-0931-FEDER-000011	Agenda 21 Local de Monchique	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506826961	Município Monchique	40.700,00	40.700,00	26.455,00	0,00	
	ALG-02-0931-FEDER-000015	Elaboração do Plano de Ordenamento da Albufeira de Odeleite	Público	Concluída	Algarve	Administração Indireta Serviços Personalizados	503237965	INSTITUTO DA ÁGUA . I.P	89.329,26	89.329,26	44.664,63	0,00	
	ALG-02-0931-FEDER-000017	Parque de Merendas e Autocaravanismo do Pereiro	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	506772446	Município Alcoutim	201.089,06	201.089,06	140.762,34	0,00	
	ALG-02-0931-FEDER-000018	Pólo Museológico da Água Equipamento e Conteúdos	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	224.160,00	224.160,00	156.912,00	0,00	
	ALG-02-0931-FEDER-000020	Via Algarviana 2	Público	Aprovada	Algarve	Fundações, organizações não governamentais (ONG) e outras associações	502064404	Almargem - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve	1.201.415,24	1.201.415,24	840.990,65	0,00	
	ALG-02-0931-FEDER-000021	Estação de Biodiversidade de São Brás de Alportel	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	503219924	Câmara Municipal de São Brás de Alportel	17.909,28	17.909,28	12.536,49	0,00	
	ALG-02-0931-FEDER-000022	Cultivo sustentável de halófitas na RNSCMVRSa	Público	Aprovada	Algarve	Instituições do Ensino Superior	503724645	Instituto Superior Don Afonso III	212.754,44	212.754,44	148.928,10	0,00	
	ALG-02-0931-FEDER-000023	Remo. do Sist de comportas e rep. dos açudes PMSF	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	506804240	Município de Lagoa	57.039,02	57.039,02	37.075,36	0,00	
	ALG-02-0965-FEDER-000003	Eficiência Energética Centro Apoio Idosos Portimão	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins lucrativos	500875839	CENTRO DE APOIO A IDOSOS - CATRAIA	34.402,49	34.402,49	22.361,62	0,00	
	ALG-02-0965-FEDER-000004	Eficiência energeticoambiental Fundação Irene Rolo	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins lucrativos	501426892	FUNDAÇÃO IRENE ROLO	181.976,00	181.976,00	118.284,40	0,00	
	ALG-02-0965-FEDER-000008	Energia Sistema Solar Térmico CNSC	Público	Concluída	Algarve	Entidade Privada sem fins lucrativos	500903662	Casa de Nossa Senhora da Conceição	37.297,94	37.297,94	24.243,65	0,00	
	ALG-02-0965-FEDER-000010	SCMP – melhoria de eficiência energética	Público	Concluída	Algarve	Entidade Privada sem fins lucrativos	501226320	Santa Casa da Misericórdia de Portimão	31.791,36	31.791,36	20.664,37	0,00	
	ALG-02-0965-FEDER-000011	Eficiência Energética	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins lucrativos	502512326	Associação Desportiva e Recreativa - Centro Cultural e Social Quinta S. Pedro	50.750,00	50.750,00	32.987,50	0,00	
	ALG-02-0965-FEDER-000013	Casa do Povo de OlhãoEficiência Energética	Público	Concluída	Algarve	Entidade Privada sem fins lucrativos	500960216	Casa do Povo do Concelho de Olhão	41.881,18	41.881,18	27.222,77	0,00	
	ALG-02-0965-FEDER-000014	Instalação de Reguladores de Fluxo Luminoso Município de Vila do Bispo	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	506730573	Município de Vila do Bispo	40.861,05	40.861,05	26.559,68	0,00	
	ALG-02-0965-FEDER-000017	Instalação de Reguladores de Fluxo Luminoso Município de Aljezur	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	505932512	Município de Aljezur	43.992,54	43.992,54	28.595,15	0,00	
	ALG-02-0965-FEDER-000018	Instalação de Reguladores de Fluxo Luminoso Município de Loulé	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	225.226,71	225.226,71	146.397,36	0,00	

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALG-02-0965-FEDER-000019	Instalação de Reguladores de fluxo luminoso Município de Lagoa	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506804240	Município de Lagoa	135.636,92	135.636,92	88.164,00	0,00
	ALG-02-0965-FEDER-000022	Reguladores do Fluxo Luminoso no Concelho de Olhão	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506321894	Município de Olhão	219.286,00	219.286,00	142.535,90	0,00
	ALG-02-0965-FEDER-000024	Instalação de Reguladores de Fluxo Luminoso no Concelho de Alcoutim	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506772446	Município Alcoutim	52.615,05	52.615,05	34.199,77	0,00
	ALG-02-0965-FEDER-000026	Eficiência Energética na ETA de Tavira	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	505176300	Águas do Algarve, SA	485.300,00	485.300,00	315.445,00	0,00
	ALG-02-0965-FEDER-000027	Eficiência Energética na ETA de Alcantarilha	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	505176300	Águas do Algarve, SA	485.300,00	485.300,00	315.445,00	0,00
	ALG-02-0965-FEDER-000031	Eficiência energética no Parque de Saúde	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins lucrativos	501226320	Santa Casa da Misericórdia de Portimão	109.740,00	109.740,00	71.331,00	0,00
	ALG-02-0965-FEDER-000036	Sistema Solar Térmico Pavilhão Municipal de Loulé	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	23.449,95	23.449,95	15.242,47	0,00
	ALG-02-0965-FEDER-000038	Sistema Solar Térmico Estádio Municipal de Olhão	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506321894	Município de Olhão	41.780,00	41.780,00	27.157,00	0,00
	ALG-02-0965-FEDER-000044	Eficiência Energética CAI Lar Diogo Gonçalves	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins lucrativos	500875839	CENTRO DE APOIO A IDOSOS - CATRAIA	55.020,00	55.020,00	35.763,00	0,00
	ALG-02-0965-FEDER-000047	Energia solar térmica piscinas e campo de futebol	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	505932512	Município de Aljezur	222.720,00	222.720,00	144.768,00	0,00
	ALG-02-0965-FEDER-000054	Produção de Energia Elétrica Fotovoltaica da ALGAR	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	503600270	ALGAR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	204.280,00	204.280,00	132.782,00	0,00
	ALG-02-0965-FEDER-000059	Eficiência Energética Montagem e Eletrificação de Equip. no Município de Lagoa	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506804240	Município de Lagoa	34.580,00	34.580,00	22.477,00	0,00
	ALG-02-0965-FEDER-000062	ONSC EFICIENCIA ENERGÉTICA	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins lucrativos	501102850	OBRA DE NOSSA SENHORA DAS CANDEIAS	27.600,00	27.600,00	17.940,00	0,00
	ALG-02-0965-FEDER-000063	Eficiência Energética da IP Aljezur	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	505932512	Município de Aljezur	79.040,00	79.040,00	51.376,00	0,00
	ALG-02-0965-FEDER-000064	Melhoria da EEIP no concelho de Castro Marim	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506801969	Município Castro Marim	123.076,92	123.076,92	80.000,00	0,00
	ALG-02-0965-FEDER-000065	INSTALAÇÃO DE CENTRAL FOTOVOLTAICA	Público	Aprovada	Algarve	Administração Indireta Serviços Personalizados	501442600	Instituto do Emprego e Formação Profissional, Instituto público	346.500,00	346.500,00	225.225,00	0,00
	ALG-02-0965-FEDER-000066	Energia – Utilização Racional de Energia e EE ARPI	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins lucrativos	501649042	Associação dos Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Faro	26.220,00	26.220,00	17.043,00	0,00
	ALG-02-0965-FEDER-000069	Eficiência Energética na Iluminação Pública	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	505170876	Município de Lagos	183.060,00	183.060,00	118.989,00	0,00
	ALG-02-0965-FEDER-000070	Substituição Luminárias de Grande Consumo por LED	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	247.960,00	247.960,00	161.174,00	0,00
	ALG-02-0965-FEDER-000072	Reguladores de Fluxo Luminoso e Balastos	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506730573	Município de Vila do Bispo	123.076,92	123.076,92	80.000,00	0,00
	ALG-02-0965-FEDER-000074	Valorização de Biomassa nas Piscinas Cobertas	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	503219924	Câmara Municipal de São Brás de Alportel	111.720,00	111.720,00	72.618,00	0,00
	ALG-02-0965-FEDER-000075	Impulso Verde da Universidade do Algarve	Público	Aprovada	Algarve	Instituições do Ensino Superior	505387271	UNIVERSIDADE DO ALGARVE	344.800,00	344.800,00	224.120,00	0,00
	ALG-02-0965-FEDER-000076	Inst.D.F.Gomes"Casa dos Rapazes" Efic. Energética	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins lucrativos	500868395	INSTITUTO D. FRANCISCO GOMES	205.960,00	205.960,00	133.874,00	0,00
	ALG-02-0965-FEDER-000077	C.A.S.L.A.S."Creche" Efic. Energética	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins lucrativos	500877270	Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos	65.760,00	65.760,00	42.744,00	0,00
	ALG-02-0965-FEDER-000078	C.A.S.L.A.S."Lar" Efic. Energética	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins lucrativos	500877270	Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos	71.340,00	71.340,00	46.371,00	0,00

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE	
													1
	ALG-02-0965-FEDER-000082	FADS CI Montenegro	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins lucrativos	503826260	Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social	73.260,00	73.260,00	47.619,00	0,00	
	ALG-02-0965-FEDER-000084	FADS Creche Faro	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins lucrativos	503826260	Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social	31.600,00	31.600,00	20.540,00	0,00	
	ALG-02-0965-FEDER-000085	Fads ATL Faro	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins lucrativos	503826260	Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social	22.560,00	22.560,00	14.664,00	0,00	
	ALG-02-0965-FEDER-000087	FADS Jardim Infância de Faro	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins lucrativos	503826260	Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social	11.380,00	11.380,00	7.397,00	0,00	
	ALG-02-0965-FEDER-000088	Fads CI Olhão	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins lucrativos	503826260	Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social	17.360,00	17.360,00	11.284,00	0,00	
	ALG-02-0965-FEDER-000089	Eficiencia Energética da SCS João de Deus	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins lucrativos	502247169	CENTRO CULTURAL E SOCIAL JOÃO DE DEUS	86.920,00	86.920,00	56.498,00	0,00	
	ALG-02-0965-FEDER-000090	Inst.D.F.Gomes*Relógio Gambelas*Efic.Energética	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins lucrativos	500868395	INSTITUTO D. FRANCISCO GOMES	34.600,00	34.600,00	22.490,00	0,00	
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos									2	3.486.205	3.486.205	2.963.274	0
	ALG-02-1036-FEDER-000004	Reequip. Estratégico da Protecção Civil do Algarve	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502971096	AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve	3.474.842,00	3.474.842,00	2.953.615,70	0,00	
	ALG-02-1036-FEDER-000005	Elaboração do Projecto Técnico do Centro Municipal de Protecção Civil de Monchique	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506826961	Município Monchique	11.363,00	11.363,00	9.658,55	0,00	
Ordenamento e Valorização da Orla Costeira									27	21.186.273	21.186.273	14.328.017	0
	ALG-02-1132-FEDER-000001	Requalificação da Rua dos Pescadores e Largo Central Salema	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	506730573	Município de Vila do Bispo	614.735,76	614.735,76	430.315,03	0,00	
	ALG-02-1132-FEDER-000002	Requalificação da Baixa de Carvoeiro	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	506804240	Município de Lagoa	127.006,91	127.006,91	76.204,14	0,00	
	ALG-02-1132-FEDER-000003	Requalificação da Frente de Mar de Armação de Pêra Nascente	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	506818837	Município de Silves	1.428.973,00	1.428.973,00	857.383,80	0,00	
	ALG-02-1132-FEDER-000005	Valorização do Litoral Concelho de Vila do Bispo	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	506730573	Município de Vila do Bispo	44.208,00	44.208,00	26.524,80	0,00	
	ALG-02-1132-FEDER-000012	Requalificação do Litoral de Carvoeiro	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	506804240	Município de Lagoa	611.896,64	611.896,64	428.327,64	0,00	
	ALG-02-1132-FEDER-000015	Planos de Praia da Ria FormosaProj. Execução	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508683424	Sociedade Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa,	275.874,62	275.874,62	193.112,23	0,00	
	ALG-02-1132-FEDER-000016	Req.espaços ribeirinhosParq.PPProj.Execução	Público	Concluída	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508683424	Sociedade Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa,	499.878,30	499.878,30	349.914,81	0,00	
	ALG-02-1132-FEDER-000017	Requalificação FrenteMar Armação PêraPoente	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	506818837	Município de Silves	1.556.040,00	1.556.040,00	933.624,00	0,00	
	ALG-02-1132-FEDER-000018	Requalificação Paisagística da Marginal de Cabanas	Público	Concluída	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508683424	Sociedade Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa,	1.867.513,62	1.867.513,62	1.120.508,17	0,00	
	ALG-02-1132-FEDER-000024	Req. acesso e estacionamento da Praia do Barranco	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	506730573	Município de Vila do Bispo	148.683,13	148.683,13	104.078,19	0,00	
	ALG-02-1132-FEDER-000027	Qualidade e Segurança no Litoral do Algarve(QUASE)	Público	Aprovada	Algarve	Administração Indireta Serviços Personalizados	510306624	Agência Portuguesa do Ambiente, IP	861.460,00	861.460,00	603.022,00	0,00	
	ALG-02-1132-FEDER-000030	Criação do Parque Ribeirinho de Faro	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508683424	Sociedade Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa,	3.341.777,84	3.341.777,84	2.339.244,49	0,00	
	ALG-02-1132-FEDER-000032	Arranjo da Orla Costeira da Praia da Boca do Rio	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	509264514	Polis Litoral Sudoeste. – Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Cos	170.030,00	170.030,00	119.021,00	0,00	

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
ALG-02-1132-FEDER-000033	Arranjo da Orla Costeira da Praia da Amoreira	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	509264514	Polis Litoral Sudoeste. – Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Cos	280.412,53	280.412,53	196.288,77	0,00	
ALG-02-1132-FEDER-000035	Req. Paisag Ligação de Pedras del Rei Sta Luzia	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508683424	Sociedade Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa,	578.410,00	578.410,00	404.887,00	0,00	
ALG-02-1132-FEDER-000036	Perc Pedonal Lacem (Fábrica)/Manta Rota	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508683424	Sociedade Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa,	556.940,00	556.940,00	389.858,00	0,00	
ALG-02-1132-FEDER-000037	Plano Mobilidade e Orden. Circulação na R. Formosa	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508683424	Sociedade Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa,	234.470,00	234.470,00	164.129,00	0,00	
ALG-02-1132-FEDER-000039	Criação do Parque Subaquático Ocean Revival	Público	Aprovada	Algarve	Agências e associações de desenvolvimento regional e local	509932703	MUSUBMAR - Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Turismo Subaquático	3.000.000,00	3.000.000,00	2.100.000,00	0,00	
ALG-02-1132-FEDER-000040	AVATAREstud. Ações de Valorização Litoral Algarve	Público	Aprovada	Algarve	Administração Indireta Serviços Personalizados	510306624	Agência Portuguesa do Ambiente, IP	69.067,40	69.067,40	48.347,18	0,00	
ALG-02-1132-FEDER-000041	PERNAS Percursos da Natureza em arribas	Público	Aprovada	Algarve	Administração Indireta Serviços Personalizados	510306624	Agência Portuguesa do Ambiente, IP	40.180,00	40.180,00	28.126,00	0,00	
ALG-02-1132-FEDER-000042	Planos de Req e Valorização do Litoral do Algarve	Público	Aprovada	Algarve	Administração Indireta Serviços Personalizados	510306624	Agência Portuguesa do Ambiente, IP	101.585,00	101.585,00	71.109,50	0,00	
ALG-02-1132-FEDER-000050	Passadiço sobrelevado Manta Rota	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508160570	VRSA Sociedade de Gestão Urbana E.M. SA	276.620,00	276.620,00	193.634,00	0,00	
ALG-02-1132-FEDER-000051	Implementação do Plano de Praia dos Cavacos	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508683424	Sociedade Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa,	385.590,00	385.590,00	269.913,00	0,00	
ALG-02-1132-FEDER-000053	Parque Ribeirinho Poente de Olhão	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508683424	Sociedade Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa,	3.079.220,00	3.079.220,00	2.155.454,00	0,00	
ALG-02-1132-FEDER-000054	Passadiços de acesso e mobilidadepraia de ALVOR	Público	Aprovada	Algarve	Administração Indireta Serviços Personalizados	510306624	Agência Portuguesa do Ambiente, IP	500.000,00	500.000,00	350.000,00	0,00	
ALG-02-1132-FEDER-000058	Recuperação e Valorização Ambiental do Vale do Olival e Parque Urbano de Armação de Pêra	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506818837	Município de Silves	100.000,00	100.000,00	70.000,00	0,00	
ALG-02-1132-FEDER-000059	Conservação Valorização Litoral da Costa Vicentina	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	509264514	Polis Litoral Sudoeste. – Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Cos	435.700,00	435.700,00	304.990,00	0,00	
EP3 - Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano								113	104.770.161	104.770.161	64.291.769	0
Parcerias para a Regeneração Urbana								52	17.218.821	17.218.821	11.117.160	0
	PO104001135 (a)	Centro Histórico e Zona Ribeirinha de Tavira	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	2.240.000	2.240.000	1.344.000	
	ALG-03-1241-FEDER-000001	Núcleo Museológico da Água e Requalificação da Envolvente	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	313.386	313.386	188.032	
	ALG-03-1241-FEDER-000002	Reabilitação do Imóvel do Gaveto no Largo da Misericórdia	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	38.769	38.769	23.261	

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALG-03-1241-FEDER-000004	Núcleo Museológico Islâmico, Posto de Turismo e Galeria	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	698.524	698.524	454.041	
	ALG-03-1241-FEDER-000005	Promoção da Baixa de Tavira e Animação	Público	Aprovada	Algarve	Associações Empresariais	507985435	Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira - UAC Tavira	110.000	110.000	71.500	
	ALG-03-1241-FEDER-000008	Promoção do Plano de Parceria para a Regeneração Urbana PRU Tavira	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	2.601	2.601	1.691	
	ALG-03-1241-FEDER-000010	Recuperação da Igreja da Misericórdia Restaus Diversos PRU Tavira	Público	Concluída	Algarve	Entidade Privada sem fins lucrativos	501281800	Santa Casa da Misericórdia de Tavira	58.003	58.003	37.702	
	ALG-03-1241-FEDER-000011	Arraiais do Mundo PRU Tavira	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	40.000	40.000	26.000	
	ALG-03-1241-FEDER-000012	Música nas Igrejas PRU Tavira	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	54.750	54.750	35.588	
	ALG-03-1241-FEDER-000020	Igreja da Misericórdia Equipamento PRU Tavira	Público	Concluída	Algarve	Entidade Privada sem fins lucrativos	501281800	Santa Casa da Misericórdia de Tavira	5.182	5.182	3.109	
	ALG-03-1241-FEDER-000021	Recuperação da Casa do Despacho PRU Tavira	Público	Concluída	Algarve	Entidade Privada sem fins lucrativos	501281800	Santa Casa da Misericórdia de Tavira	42.142	42.142	25.285	
	ALG-03-1241-FEDER-000022	Casa do Despacho Equipamento PRU Tavira	Público	Concluída	Algarve	Entidade Privada sem fins lucrativos	501281800	Santa Casa da Misericórdia de Tavira	8.497	8.497	5.098	
	ALG-03-1241-FEDER-000026	Recuperação da Igreja da Nossa Senhora das Ondas PRU Tavira	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	376.936	376.936	245.009	
	ALG-03-1241-FEDER-000033	Parque Verde do Séqua 2ª Fase PRU Tavira	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	751.340	751.340	488.371	
	PO104001136 (a)	Reintegrar o Centro Histórico Medieval no Centro de Loulé	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	2.673.333	2.673.333	1.604.000	
	ALG-03-1241-FEDER-000003	CineTeatro Louletano	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	1.081.500	1.081.500	648.900	
	ALG-03-1241-FEDER-000006	Projecto de Dinamização do Comércio Tradicional Noite Branca	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	107.844	107.844	70.099	
	ALG-03-1241-FEDER-000007	Estudo da Sinalética no Centro Histórico de Loulé	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	108.828	108.828	70.738	
	ALG-03-1241-FEDER-000009	Estudo acerca da Imagem do Comércio de Loulé PRU Loulé	Público	Concluída	Algarve	Associações Empresariais	508103053	Centro Loulé - Associação para o Desenvolvimento e Inovação do Comércio de Loulé	12.000	12.000	7.200	
	ALG-03-1241-FEDER-000014	Programa Universidade de Verão PRU Loulé	Público	Concluída	Algarve	Instituições do Ensino Superior	505387271	Universidade do Algarve	4.769	4.769	3.100	
	ALG-03-1241-FEDER-000015	Prog. Requalificação/Reordenamento Publ. Exterior PRU Loulé	Público	Concluída	Algarve	Associações Empresariais	508103053	Centro Loulé - Associação para o Desenvolvimento e Inovação do Comércio de Loulé	30.000	30.000	19.500	
	ALG-03-1241-FEDER-000016	Programa de Requalificação das Portas e Montras dos Estabelecimentos Comerciais PRU Loulé	Público	Concluída	Algarve	Associações Empresariais	508103053	Centro Loulé - Associação para o Desenvolvimento e Inovação do Comércio de Loulé	24.000	24.000	15.600	
	ALG-03-1241-FEDER-000018	Estudo de Req. da Envolve do Largo da Matriz e Jardim dos Amuados PRU Loulé	Público	Concluída	Algarve	Instituições do Ensino Superior	505387271	Universidade do Algarve	7.450	7.450	4.843	
	ALG-03-1241-FEDER-000019	Proj. Dinamização Act. Económicas e Culturais MML PRU Loulé	Público	Concluída	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	505493870	Loulé Concelho Global, EM	44.066	44.066	28.643	
	ALG-03-1241-FEDER-000023	Ações de Comunicação e Divulgação PRU Loulé	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	10.000	10.000	6.500	
	ALG-03-1241-FEDER-000028	Largo Bernardo Lopes e Praça República Iluminação PRU Loulé	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	235.488	235.488	153.067	
	ALG-03-1241-FEDER-000034	Requalificação do Parque Municipal de Loulé PRU Loulé	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	2.453.209	2.453.209	1.594.586	
	PO104001137 (a)	Centro Histórico e Frente Ribeirinha de Olhão	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506321894	Município de Olhão	1.753.333	1.753.333	1.052.000	
	ALG-03-1241-FEDER-000017	Elaboração do Plano Pormenor do Centro Histórico PRU Olhão	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506321894	Município de Olhão	343.942	343.942	223.562	
	ALG-03-1241-FEDER-000030	Requalificação dos Largos da Zona Histórica de Olhão PRU Olhão	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506321894	Município de Olhão	564.214	564.214	366.739	

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALG-03-1241-FEDER-000031	Programa de Animação da Parceria Local PRU de Olhão	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	504667521	Fesnima - Empresa Pública de Animação de Olhão, EM.	27.060	27.060	17.589	
	ALG-03-1274-FEDER-000003	Praça AfonsoIII e Zona Envolvente Loulé	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	821.380,00	821.380,00	533.897,00	0,00
	ALG-03-1274-FEDER-000004	Programa de Ações Integradas da Vila Adentro de Faro	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506579425	Município de Faro	408.040,00	408.040,00	265.226,00	0,00
	ALG-03-1274-FEDER-000005	Reabilitação Urbana da Cidade de Lagos	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	507684532	Futurlagos - Entidade Empresarial Municipal para o Desenvolvimento, E.E.M.	2.587.980,00	2.587.980,00	1.682.187,00	0,00
	ALG-03-1274-FEDER-000006	Intervenção de Arte em Espaço Público Emblemático Olhão	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	506321894	Município de Olhão	184.500,00	184.500,00	119.925,00	0,00
	ALG-03-1274-FEDER-000008	Requalificação Urbana da Figueira Área 1 Vila do Bispo	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506730573	Município de Vila do Bispo	250.000,00	250.000,00	162.500,00	0,00
	ALG-03-1274-FEDER-000009	Reabilitação do Centro Histórico de VRSA	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508160570	VRSA Sociedade de Gestão Urbana E.M. SA	717.080,00	717.080,00	466.102,00	0,00
	ALG-03-1274-FEDER-000010	Requalificação Urbana da Envolvente à Estação de Loulé	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	250.000,00	250.000,00	162.500,00	0,00
	ALG-03-1274-FEDER-000014	Reabilitação Urbana da Cidade de Lagos Fase II	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	507684532	Futurlagos - Entidade Empresarial Municipal para o Desenvolvimento, E.E.M.	530.300,00	530.300,00	344.695,00	0,00
	ALG-03-1274-FEDER-000015	Requalificação do Cine Teatro António Pinheiro Tavira	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	88.680,00	88.680,00	57.642,00	0,00
	ALG-03-1274-FEDER-000018	Reabilitação Urbana da Cidade de Lagos Fase III	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	507684532	Futurlagos - Entidade Empresarial Municipal para o Desenvolvimento, E.E.M.	794.420,00	794.420,00	516.373,00	0,00
	ALG-03-1274-FEDER-000019	Intervenção Urbana na Cidade de Lagoa	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506804240	Município de Lagoa	299.680,00	299.680,00	194.792,00	0,00
	ALG-03-1274-FEDER-000020	Reabilitação Urbana de S. Brás de Alportel Parque da Vila	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	503219924	Câmara Municipal de São Brás de Alportel	98.760,00	98.760,00	64.194,00	0,00
	ALG-03-1274-FEDER-000021	Reabilitação Urbana de S. Brás de Alportel Praça da República e Av. da Liberdade	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	503219924	Câmara Municipal de São Brás de Alportel	191.700,00	191.700,00	124.605,00	0,00
	ALG-03-1274-FEDER-000022	Museu Zero Centro de Arte D1g1tal Projeto	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins lucrativos	501749497	Instituto Lusíada de Cultura	250.000,00	250.000,00	162.500,00	0,00
	ALG-03-1274-FEDER-000023	Restauro Coro Alto e Arco CapelaMor Igreja das Ondas Tavira	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	77.360,00	77.360,00	50.284,00	0,00
	ALG-03-1274-FEDER-000024	Reabilitação Troço Muralha Rua dos Pelames Tavira	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	42.400,00	42.400,00	27.560,00	0,00
	ALG-03-1274-FEDER-000025	Reabilitação do Edifício contíguo à Igreja das Ondas Tavira	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	75.620,00	75.620,00	49.153,00	0,00
	ALG-03-1274-FEDER-000026	Reabilitação de uma Sala do Palácio da Galeria Tavira	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	76.120,00	76.120,00	49.478,00	0,00
	ALG-03-1274-FEDER-000027	Frentes Ribeirinhas e Zona Envolvente Tavira	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	876.380,00	876.380,00	569.647,00	0,00
	ALG-03-1274-FEDER-000029	Recuperação e Consolidação de Troço de Muralha de Castro Marim	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506801969	Município Castro Marim	163.760,00	163.760,00	106.444,00	0,00
	ALG-03-1274-FEDER-000030	Obras de Conservação na Ermida de S. Roque Tavira	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	228.040,00	228.040,00	148.226,00	0,00

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE	
													1
	ALG-03-1274-FEDER-000032	Requalificação da Frente Ribeirinha Poente VRSA	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508160570	VRSA Sociedade de Gestão Urbana E.M. SA	404.160,00	404.160,00	262.704,00	0,00	
	ALG-03-1274-FEDER-000033	Reabilitação do Edifício da Alfândega VRSA	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508160570	VRSA Sociedade de Gestão Urbana E.M. SA	150.000,00	150.000,00	97.500,00	0,00	
	ALG-03-1274-FEDER-000034	Reabilitação do Edifício do Balneário Público VRSA	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508160570	VRSA Sociedade de Gestão Urbana E.M. SA	97.960,00	97.960,00	63.674,00	0,00	
Competitividade da rede Urbana Regional									8	3.951.859	3.951.859	2.568.708	0
	ALG-03-1340-FEDER-000001	Formação e Criação Artística em Rede	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins lucrativos	503704563	DEVIR, Associação de Actividades Culturais	389.508,35	389.508,35	253.180,43	0,00	
	ALG-03-1340-FEDER-000002	Produção e Internacionalização Cultural	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins lucrativos	504043560	ACTA - A Companhia de Teatro do Algarve	213.090,09	213.090,09	138.508,56	0,00	
	ALG-03-1340-FEDER-000006	Gestão InterMunicipal do Programa Estratégico Algarve Central	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	506579425	Município de Faro	9.441,63	9.441,63	6.137,06	0,00	
	ALG-03-1340-FEDER-000007	Energias Renováveis e Eficiência Energética	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	427.228,80	427.228,80	277.698,71	0,00	
	ALG-03-1340-FEDER-000008	Museus em Rede	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	503219924	Câmara Municipal de São Brás de Alportel	658.105,16	658.105,16	427.768,35	0,00	
	ALG-03-1340-FEDER-000009	Simplex Autárquico Lojas dos Municípios em Rede	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506579425	Município de Faro	1.125.364,48	1.125.364,48	731.486,90	0,00	
	ALG-03-1340-FEDER-000010	Centros de Experimentação e Criação Artística	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	898.286,00	898.286,00	583.885,90	0,00	
	ALG-03-1340-FEDER-000011	Estudo da Mobilidade Interurbana	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	506321894	Município de Olhão	230.834,10	230.834,10	150.042,17	0,00	
Equipamentos Coletivos / Estruturantes									27	40.259.586	40.259.586	24.898.323	0
	ALG-03-1444-FEDER-000001	Ampliação da EB1 n.º 6 e construção de Jardim de Infância	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	506321894	Município de Olhão	1.491.912,09	1.491.912,09	969.742,85	0,00	
	ALG-03-1444-FEDER-000002	Jardim de Infância de Ferragudo	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	506804240	Município de Lagoa	228.713,40	228.713,40	148.663,71	0,00	
	ALG-03-1444-FEDER-000003	Nova Escola EB1 com Jardim de Infância (junto à EB 2/3 José Carlos Maia)	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	506321894	Município de Olhão	2.505.075,68	2.505.075,68	1.628.299,18	0,00	
	ALG-03-1444-FEDER-000004	Centro Escolar EB 1 / JI de Vale de Rãs	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	2.923.810,62	2.923.810,62	1.900.476,90	0,00	
	ALG-03-1444-FEDER-000005	Construção da EB 1 e JI de Vale Pedras	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	503539473	Município de Albufeira	1.979.231,21	1.979.231,21	1.286.500,28	0,00	
	ALG-03-1444-FEDER-000006	Escola de Santo António	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	506833224	Município de Vila Real de Santo António	1.756.384,79	1.756.384,79	878.192,40	0,00	
	ALG-03-1444-FEDER-000007	EB 1 da Correeira	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	503539473	Município de Albufeira	42.798,43	42.798,43	21.399,22	0,00	
	ALG-03-1444-FEDER-000008	Centro Escolar EB 1 / JI de Almancil	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	2.615.339,99	2.615.339,99	1.699.970,99	0,00	
	ALG-03-1444-FEDER-000018	Escola EB1 e JI do Pontal	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	505309939	Município de Portimão	3.405.026,08	3.405.026,08	2.724.020,85	0,00	
	ALG-03-1444-FEDER-000027	Ampliação da EB1 n.º 1 de Lagos (Escola do Bairro Operário)	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	505170876	Município de Lagos	912.525,00	912.525,00	593.141,25	0,00	
	ALG-03-1444-FEDER-000029	Ampliação da EB1/JI de Moncarapacho	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506321894	Município de Olhão	1.254.839,06	1.254.839,06	1.003.871,25	0,00	
	ALG-03-1444-FEDER-000030	Requalificação e Ampliação da Escola EB1 de Vale de Carneiros Faro	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	506579425	Município de Faro	599.652,37	599.652,37	389.774,04	0,00	
	ALG-03-1444-FEDER-000031	Construção do Centro Escolar da Horta do Carmo (EB + JI)	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	2.326.614,00	2.326.614,00	1.861.291,20	0,00	
	ALG-03-1444-FEDER-000034	Ampliação do Centro Escolar de Monte Gordo	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506833224	Município de Vila Real de Santo António	587.779,33	587.779,33	382.056,56	0,00	
	ALG-03-1444-FEDER-000036	Centro Escolar da Lejana Faro	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506579425	Município de Faro	2.476.144,40	2.476.144,40	1.609.493,86	0,00	

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE	
													1
	ALG-03-1444-FEDER-000037	Centro Escolar da Guia Albufeira	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	503539473	Município de Albufeira	998.564,82	998.564,82	649.067,13	0,00	
	ALG-03-1444-FEDER-000038	Centro Escolar EB 1 / JI da Fonte Santa	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	1.836.699,00	1.836.699,00	1.193.854,35	0,00	
	ALG-03-1447-FEDER-000001	Promontório de Sagres Requalificação e Valorização	Público	Aprovada	Algarve	Administração Direta Serviços Periféricos	600083012	Direção Regional de Cultura do Algarve	2.926.918,30	2.926.918,30	1.167.840,40	0,00	
	ALG-03-1447-FEDER-000003	Promontório de Sagres 2.ª fase	Público	Aprovada	Algarve	Administração Direta Serviços Periféricos	600083012	Direção Regional de Cultura do Algarve	4.076.575,00	4.076.575,00	1.301.242,74	0,00	
	ALG-03-1448-FEDER-000001	Conclusão do centro de saúde de Portimão	Público	Concluída	Algarve	Administração Indireta Serviços Personalizados	503148709	Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P.	2.510.113,31	2.510.113,31	1.631.573,64	0,00	
	ALG-03-1448-FEDER-000002	Instalação de novas unidades funcionais de saúde conc. C. Marim, Lagos, Loulé e Olhão	Público	Aprovada	Algarve	Administração Indireta Serviços Personalizados	503148709	Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P.	734.307,00	734.307,00	477.299,55	0,00	
	ALG-03-1448-FEDER-000003	Equipamento de Novas Unidades Funcionais de Saúde	Público	Concluída	Algarve	Administração Indireta Serviços Personalizados	503148709	Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P.	821.578,10	821.578,10	534.025,77	0,00	
	ALG-03-1452-FEDER-000001	Algarve Cultural Um Programa de Acção em Rede	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	506971635	TMF- Teatro Municipal de Faro, EM	200.852,80	200.852,80	120.511,67	0,00	
	ALG-03-1452-FEDER-000002	Algarve Central Programação Cultural em Rede	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	506579425	Município de Faro	356.298,21	356.298,21	213.778,91	0,00	
	ALG-03-1452-FEDER-000003	ARTESUL	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	600086305	Teatro Municipal de Faro Serviços Municipalizados	303.292,72	303.292,72	181.975,64	0,00	
	ALG-03-1452-FEDER-000005	Melhoria das Condições Técnicas do Centro Cultural António Aleixo	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506833224	Município de Vila Real de Santo António	42.260,00	42.260,00	35.921,00	0,00	
	ALG-03-1452-FEDER-000006	Dinamização dos Equipamentos Culturais em Faro	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506579425	Município de Faro	346.280,00	346.280,00	294.338,00	0,00	
Acessibilidade e Mobilidade para Reforço do Sistema Urbano									25	28.339.896	28.339.896	18.207.578	0
	ALG-03-1550-FEDER-000001	E.M. Altura-Furnazinhas – Troço Eira Verde/Furnaz.	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506801969	Município Castro Marim	3.120.000,00	3.120.000,00	2.028.000,00	0,00	
	ALG-03-1550-FEDER-000002	Circular de S. Brás 2ª Fase e Obras Complementares	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	503219924	Câmara Municipal de São Brás de Alportel	1.422.365,95	1.422.365,95	711.182,98	0,00	
	ALG-03-1550-FEDER-000003	Beneficiação da EN 122.1/EN 124 Alcoutim	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506772446	Município Alcoutim	1.860.585,94	1.860.585,94	1.209.380,86	0,00	
	ALG-03-1550-FEDER-000005	Benef. e Constr. da EM 537 Burgau/Boca Rio/Salema	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	506730573	Município de Vila do Bispo	984.941,65	984.941,65	640.212,07	0,00	
	ALG-03-1550-FEDER-000006	Repavimentação da ER 267 Aljezur Limite do C.	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	505932512	Município de Aljezur	1.378.105,17	1.378.105,17	895.768,36	0,00	
	ALG-03-1550-FEDER-000008	Avenida Poente de Castro Marim (E.M. 1256)	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	506801969	Município Castro Marim	770.585,22	770.585,22	500.880,39	0,00	
	ALG-03-1550-FEDER-000010	Construção de Ciclovia: Almancil – Quinta do Lago	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	891.740,00	891.740,00	579.631,00	0,00	
	ALG-03-1550-FEDER-000011	Beneficiação da EN1254 (Entre Valados e Goncinha) Loulé	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	2.650.308,00	2.650.308,00	1.722.700,20	0,00	
	ALG-03-1550-FEDER-000013	Construção da Avenida Nascente de Loulé	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	1.809.650,00	1.809.650,00	1.176.272,50	0,00	
	ALG-03-1550-FEDER-000014	Plano de Mobilidade Ciclável de Loulé – Cicloulé	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	38.500,00	38.500,00	25.025,00	0,00	
	ALG-03-1550-FEDER-000015	Rede de Ecovias/Ciclovias no Concelho de Faro	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506579425	Município de Faro	47.600,00	47.600,00	30.940,00	0,00	
	ALG-03-1550-FEDER-000016	Circular de S. Brás de Alportel Fase 3.1	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	503219924	Câmara Municipal de São Brás de Alportel	862.500,00	862.500,00	560.625,00	0,00	
	ALG-03-1550-FEDER-000017	Repavimentação e Requalificação da Estrada de Porches Lagoa	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	506804240	Município de Lagoa	242.130,72	242.130,72	157.384,96	0,00	

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE	
													1
	ALG-03-1550-FEDER-000018	EM 507 – Pavimentação da EN 122 a Alcoutim	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	506772446	Município Alcoutim	747.073,49	747.073,49	485.597,75	0,00	
	ALG-03-1550-FEDER-000021	Acesso e Circular Nascente de Quarteira Loulé	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	3.383.820,00	3.383.820,00	2.199.483,00	0,00	
	ALG-03-1550-FEDER-000023	Beneficiação da EN 124 2.ª Fase Alcoutim	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506772446	Município Alcoutim	1.133.100,00	1.133.100,00	736.515,00	0,00	
	ALG-03-1550-FEDER-000025	Conclusão do Acesso de Conceição a Cabanas	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	368.530,00	368.530,00	239.544,50	0,00	
	ALG-03-1550-FEDER-000027	Valorização da EN1256 Projeto Castro Marim	Público	Concluída	Algarve	Administração Autónoma Local	506801969	Município Castro Marim	24.600,00	24.600,00	15.990,00	0,00	
	ALG-03-1550-FEDER-000030	Ecovia e Ciclovias da Costa Vicentina	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	509264514	Polis Litoral Sudoeste. – Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Cos	384.540,00	384.540,00	249.951,00	0,00	
	ALG-03-1550-FEDER-000031	Circular de S. Brás de Alportel Fase 3.2	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	503219924	Câmara Municipal de São Brás de Alportel	1.091.360,00	1.091.360,00	709.384,00	0,00	
	ALG-03-1550-FEDER-000032	Reabilitação da EN 124 no Concelho de Loulé	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	2.403.540,00	2.403.540,00	1.562.301,00	0,00	
	ALG-03-1550-FEDER-000033	Intervenção de Recuperação da Ponte D. Maria II Lagos	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	505170876	Município de Lagos	1.174.080,00	1.174.080,00	763.152,00	0,00	
	ALG-03-1550-FEDER-000034	Construção de Rotunda na Entrada Norte de Vila Real Sto Antonio	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506833224	Município de Vila Real de Santo António	206.240,00	206.240,00	134.056,00	0,00	
	ALG-03-1550-FEDER-000037	Valorização da EN 1256 Empreitada Castro Marim	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506801969	Município Castro Marim	1.278.880,00	1.278.880,00	831.272,00	0,00	
	ALG-03-1550-FEDER-000039	Reabilitação da Ciclovía na Estrada de Quarteira Vilamoura	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	504915266	INFRAMOURA, EM	65.120,00	65.120,00	42.328,00	0,00	
Iniciativa Jessica									1	15.000.000	15.000.000	7.500.000	0
	ALG-03-1898-FEDER-000001	Iniciativa JESSICA Algarve	Público	Aprovada	Algarve	Soc. Púb. Inv. Soc. Cap. Risco, Invest. Inst. s/ controle na emp.	3752805	JESSICA Holding Fund	15.000.000	15.000.000	7.500.000	0	
EP4 - Assistência Técnica									9	8.419.323	8.419.323	6.752.853	0
Assistência Técnica									9	8.419.323	8.419.323	6.752.853	0
	ALG-04-1873-FEDER-000001	Assistência Técnica I CCDRALG PO Algarve 20072013	Público	Concluída	Algarve	Administração Direta Serviços Periféricos	600075818	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve	281.378	281.378	196.964	0	
	ALG-04-1873-FEDER-000002	Assistência Técnica AICEP 20082009	Público	Concluída	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	506320120	Aicep - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE	12.329	12.329	8.630	0	
	ALG-04-1873-FEDER-000003	Assistência Técnica AMAL PO Algarve 21	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502971096	AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve	450.092	450.092	354.505	0	
	ALG-04-1873-FEDER-000004	Assistência Técnica II CCDRALG PO Algarve 21 20072013	Público	Aprovada	Algarve	Administração Direta Serviços Periféricos	600075818	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve	6.445.429	6.445.429	5.019.337	0	
	ALG-04-1873-FEDER-000005	Assistência Técnica AICEP 2010 2015	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	506320120	Aicep - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE	87.830	87.830	69.323	0	
	ALG-04-1873-FEDER-000006	Assistência Técnica ADI	Público	Aprovada	Algarve	Administração Indireta Serviços Personalizados	503024260	Agência de Inovação, S.A.	40.617	40.617	32.692	0	
	ALG-04-1873-FEDER-000007	Assistência Técnica Turismo de Portugal	Público	Aprovada	Algarve	Administração Indireta Serviços Personalizados	508666236	Turismo de Portugal, I.P.	87.917	87.917	74.730	0	

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.2014 (valores acumulados)

Unid: euro

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALG-04-1873-FEDER-000008	AT IAPMEI	Público	Aprovada	Algarve	Administração Indireta Serviços Personalizados	501373357	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento	113.731	113.731	96.671	0
	ALG-04-1873-FEDER-000009	Assistência Técnica III CCDRALG PO Algarve 21	Público	Aprovada	Algarve	Administração Direta Serviços Periféricos	600075818	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve	900.000	900.000	900.000	0

(a) Trata-se de Planos de Ação que a 31/12/2014 já dispunham de operações aprovadas, pelo que o valor considerado para efeitos de aprovações é o das operações individuais



Anexo XI - Regulamentação Específica/Calendário de concursos e/ou processos de candidatura por Eixo Prioritário

Designação de Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação/ alteração dos Critérios de selecção aprovados pela Comissão de Acompanhamento de...	Concursos do ano 2014		
			Cód. Concurso / refª concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (Portaria nº 1462/2007 de 15-11, Portaria nº 711/2008 de 31-07, Portaria nº 353-B/2009 de 03-04, Portaria nº 1102/2010 de 25-10 e Portaria nº 274/2012 de 6-09)	14-11-2007 09-06-2011			
	Sistema de Incentivos à Inovação (Portaria nº 1464/2007 de 15-11, Portaria nº 353-C/2009 de 03-04, Portaria nº 1103/2010 de 25-10 e Portaria nº 274/2012 de 6-09)	14-11-2007			
	Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (Portaria nº 1463/2007 de 15-11, Portaria nº 250/2008 de 04-04, Portaria nº 353-A/2009 de 03-04, Portaria nº 1101/2010 de 25-10, Portaria nº 47-A/2012 de 24-02, Portaria nº 233-A/2012 de 6-08 e Portaria nº 369/2012 de 6-11, Portaria nº 262/2014 de 16/12)	14-11-2007 09-06-2011			
	Sistema de Incentivos de Apoio local a Micro Empresas (SIAM) (Portaria nº 68/2013 de 15-02, Declaração de Retificação nº 19-A/2013 de 28-03 e Portaria nº 261/2014 de 16/12)				
	Sistema de Apoio a Acções Colectivas (CMC POR em 04/04/2008 e CMC POFC em 08/05/2008, alterações em 13/01/2012, 14/01/2012, 08/08/2012, 14/11/2012 e 28/06/2013)	08-04-2008			
	Apoios à Formação Profissional (CMC POR e CMC POFC em 30/04/2008)	-			
	Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (CMC POR e CMC POFC em 02/07/2008, alterações em 31/12/2008, 11/05/2010, 09/10/2012 e 22/01/2013)	24-07-2008			
	Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística (CMC POR em 28/03/2008, alterações em 14/08/2009, 20/04/2010, 04/04/2011, 30/01/2012, 08/08/2012, 20/03/2012 e 28/06/2013)	08-04-2008			
	Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (CMC POR em 28/03/2008, alterações em 25/05/2009, 20/04/2010, 17/12/2010, 04/04/2011, 30/01/2012, 08/08/2012, 20/03/2012 e 28/06/2013)	08-04-2008			
	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (CMC POFC em 16/10/2007 e CMC POR em 13/12/2007, alterações em 14/08/2009, 20/04/2010, 07/12/2010, 04/04/2011, 20/03/2012, 11/04/2012, 08/08/2012, 13/08/2013 e 28/06/2013)	14-11-2007			
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento (CMC POR em 04/04/2008, alteração em 09/10/2008, alterações em 14/08/2009, 18/06/2010, 25/11/2010, 04/04/2011, 30/01/2012, 08/08/2012 e 20/03/2012)	08-04-2008			
	Promoção e Capacitação Institucional (CMC POR em 01/04/2008, alterações em 14/08/2009, 20/04/2010, 07/12/2010, 04/04/2011, 30/01/2012, 08/08/2012, 20/03/2012 e 28/06/2013)	08-04-2008			
	tal	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados (CMC POR em 09/10/2007, alterações em 14/08/2009, 20/04/2010, 04/04/2011, 30/01/2012, 08/08/2012, 20/03/2012 e 28/06/2013)	14-11-2007		
Optimização da Gestão de Resíduos (CMC POR em 08/02/2008, alterações em 17/04/2009, 14/08/2009, 20/04/2010, 04/04/2011, 30/01/2012, 20/03/2012, 08/08/2012 e 02/04/2013)		03-03-2008			



Anexo XI - Regulamentação Específica/Calendário de concursos e/ou processos de candidatura por Eixo Prioritário

Designação de Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação/ alteração dos Critérios de selecção aprovados pela Comissão de Acompanhamento de...	Concursos do ano 2014		
			Cód. Concurso / refª concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
EP2 - Protecção e Qualificação Ambiental	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental (CMC POR em 09/10/2007, alterações em 28/5/2009, 14/08/2009, 20/04/2010, 14/10/2010, 04/04/2011, 30/01/2012, 20/03/2012, 08/08/2012 e 28/06/2013)	14-11-2007			
	Energia (CMC POR em 28/03/2008, alterações em 14/08/2009, 09/07/2010, 04/04/2011, 30/01/2012, 20/03/2012, 08/08/2012, 28/06/2013)	08-04-2008			
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais (CMC POR em 08/02/2008, alterações em 17/04/2009, 14/08/2009, 20/04/2010, 30/01/2012, 20/03/2012, 08/08/2012 e 02/04/2013)	03-03-2008			
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais (CMC POR em 08/02/2008, alterações em 17/04/2009, 14/08/2009, 20/04/2010, 30/01/2012, 20/03/2012 e 08/08/2012)	03-03-2008			
	Acções de Valorização do Litoral (CMC POR em 09/10/2007, alterações em 08/02/2009, 20/04/2010, 04/04/2011, 30/01/2012, 20/03/2012, 08/08/2012 e 28/06/2013)	14-11-2007			
EP3 - Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano	Política de Cidades-Parcerias para a Regeneração Urbana (CMC POR em 09/10/2007, alteração em 14/08/2009, 20/04/2010, 04/04/2011 e revogado pela Reabilitação Urbana em 16/06/2011)	14-11-2007 02-11-2010			
	Reabilitação Urbana (CMC POR em 16/06/2011, alterações em 30/01/2012, 20/03/2012, 14/05/2012, 08/08/2012, 02/04/2013, 28/06/2013 e 20/02/2014)	26-07-2011			
	Política de Cidades-Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação (CMC POR em 09/10/2007, alterações em 20/04/2010 e 04/04/2011)	14-11-2007			
	Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar (CMC POR em 09/10/2007, alterações em 19/11/2008, 17/04/2009, 25/09/2009, 20/04/2010, 14/10/2010, 04/04/2011, 30/01/2012, 20/03/2012, 08/08/2012 e 28/06/2013)	08-04-2008 08/11/2010			
	Rede de Equipamentos Culturais (CMC POR em 28/03/2008, alterações em 23/04/2008, 31/01/2009, 14/08/2009, 25/09/2009, 20/04/2010, 01/02/2011, 04/04/2011, 30/01/2012, 20/03/2012, 08/08/2012 e 28/06/2013)	08-04-2008			
	Património Cultural (CMC POR em 09/10/2007, alterações em 30/01/2009, 20/04/2010, 06/12/2010, 04/04/2011, 30/01/2012, 20/03/2012, 08/08/2012 e 28/06/2013)	14-11-2007			
	Saúde (CMC POR em 09/10/2007, alterações em 15/07/2008, 04/04/2011, 30/01/2012, 20/03/2012 e 08/08/2012)	14-11-2007			
	Equipamentos para a Coesão Local (CMC POR em 26/03/2008, alterações em 17/04/2009, 14/08/2009, 20/04/2010, 04/04/2011, 30/01/2012, 20/03/2012 e 08/08/2012)	08-04-2008			
	Mobilidade Territorial (CMC POVT em 15/10/2007 e CMC POR em 06/11/2007, alterações em 14 e 21/04/09 e 14, 31/08/2009, 20/04/2010, 04/04/2011, 30/01/2012, 20/03/2012, 08/08/2012 e 28/06/2013)	03-03-2008			
EP4 - Assist. Técnica	Assistência Técnica (CMC POR em 19/03/2008, alterações em 05/06/2009, 30/01/2012, 02/04/2013 e 28/06/2013)	08-04-2008			
Transversal	Enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva (CMC POFC, CMC POR, MADRP e MTSS em 08/05/2008)	-			
TOTAL	28+1		0 (h)	0 (h)	0 (h)

(a) Concursos que estiveram abertos no ano.

(b) Concursos que abriram no ano.

(c) Concursos que encerraram no ano.

(d) Concurso anulado em 2009.

(e) Tipologias não elegíveis ao PO Algarve21 a partir da reprogramação ao PO de 2011.

(f) Passou a ser considerado o concurso em contínuo para projectos de regime especial com os códigos ALG-03-2007-00 e ALG-03-2008-00 (sem dotação atribuída)

(g) 37 processos de selecção (35 concursos + 2 convites)

(h) Os concursos encerraram no ano de 2013. Não houve concursos em 2014, apenas decisões.



ALGARVE 21
PROGRAMA OPERACIONAL

PROGRAMA: PO ALGARVE21

OBJECTIVO: CONVERGÊNCIA (Phasing Out)

CÓDIGO CCI: 2007PT161PO005

DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2012) 9482 de 12-12-2012

Anexo XIII - Realização Financeira (31/12/2014)

unid: euro

Eixo Prioritário	Despesas pagas pelos beneficiários ¹	Contribuição pública correspondente	Despesa Privada	Despesas pagas aos beneficiários ²	Total dos pagamentos recebidos da Comissão
Eixo Prioritário 1	160.604.252	77.798.327	82.805.925	70.202.880	-
FEDER	160.604.252	77.798.327	82.805.925	70.202.880	
Despesas correspondentes à intervenção do FSE	0				
Eixo Prioritário 2	20.028.266	20.028.266	0	13.648.312	-
FEDER	20.028.266	20.028.266	0	13.648.312	
Despesas correspondentes à intervenção do FSE	0				
Eixo Prioritário 3	78.848.094	78.848.094	0	51.582.477	-
FEDER	78.848.094	78.848.094	0	51.582.477	
Despesas correspondentes à intervenção do FSE	0				
Eixo Prioritário 4	7.656.349	7.656.349	0	6.007.360	-
FEDER	7.656.349	7.656.349	0	6.007.360	
Despesas correspondentes à intervenção do FSE	0				
Total PO	267.136.961	184.331.036	82.805.925	141.441.029	166.204.415
Total das regiões que beneficiam de apoio transitório no total geral	267.136.961	184.331.036	82.805.925	141.441.029	166.204.415
Total das regiões que não beneficiam de apoio transitório no total geral					
Total das despesas correspondentes à intervenção do FSE no total geral	0	0	0	0	0

Notas de Preenchimento:

¹ Despesas pagas pelos beneficiários incluídas no pedido de pagamento enviado à Autoridade de Gestão. Corresponde a Custo Total Elegível Executado.

² Despesas pagas pelo organismo responsável pelo pagamento aos beneficiários, com base em informação a fornecer pela Entidade Pagadora (IFDR / OI).



Anexo XIV: Projetos Concluídos e em Conclusão por Eixo Prioritário

unid: euro

Projetos / EP /PO	N.º Proj.	Aprovado		Executado	
		Custo Total Elegível	Fundo	Custo Total Elegível	Fundo
Eixo Prioritário 1	215	154.194.393,90	48.888.345,98	117.531.049,76	41.125.150,31
Encerrados com saldo pago	102	30.594.473,48	18.075.260,34	28.028.675,29	16.657.863,03
Concluídos com relatório final (AG)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Concluídos física e financeiramente (a aguardar relatório final)	39	19.125.038,42	12.553.349,58	15.270.477,31	10.566.163,84
Concluídos fisicamente	74	104.474.882,00	18.259.736,06	74.231.897,16	13.901.123,44
Eixo Prioritário 2	35	10.613.111,66	6.765.819,96	10.581.283,68	6.745.231,79
Encerrados com saldo pago	24	9.532.732,41	6.047.607,13	9.532.732,41	6.047.607,13
Concluídos com relatório final (AG)	1	52.615,05	34.199,77	52.615,05	34.199,77
Concluídos física e financeiramente (a aguardar relatório final)	9	852.091,20	569.825,61	834.439,60	558.452,08
Concluídos fisicamente	1	175.673,00	114.187,45	161.496,62	104.972,81
Eixo Prioritário 3	61	42.316.154,49	27.618.316,35	41.244.113,14	27.571.489,41
Encerrados com saldo pago	46	27.946.901,67	18.313.473,71	27.900.111,89	18.283.060,35
Concluídos com relatório final (AG)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Concluídos física e financeiramente (a aguardar relatório final)	15	14.369.252,82	9.304.842,64	13.344.001,25	9.288.429,06
Concluídos fisicamente	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Eixo Prioritário 4	2	293.706,61	205.594,63	293.706,20	205.594,34
Encerrados com saldo pago	2	293.706,61	205.594,63	293.706,20	205.594,34
Concluídos com relatório final (AG)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Concluídos física e financeiramente (a aguardar relatório final)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Concluídos fisicamente	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Total PO	313	207.417.366,66	83.478.076,92	169.650.152,78	75.647.465,85
Encerrados com saldo pago (a)	174	68.367.814,17	42.641.935,81	65.755.225,79	41.194.124,85
Concluídos com relatório final (AG) (b)	1	52.615,05	34.199,77	52.615,05	34.199,77
Concluídos física e financeiramente (a aguardar relatório final) (c)	63	34.346.382,44	22.428.017,83	29.448.918,16	20.413.044,98
Concluídos fisicamente (d)	75	104.650.555,00	18.373.923,51	74.393.393,78	14.006.096,25

(a) Projetos encerrados com saldo pago. Trata-se de operações concluídas com saldo final pago, ou seja, correspondendo ao estado 9 da MOF.

(b) Projetos concluídos com relatório final (AG). Trata-se de operações com relatório aprovado pela AG mas sem saldo final pago.

(c) Projetos concluídos física e financeiramente (a aguardar relatório final ou em análise). Trata-se de operações concluídas física e financeiramente, cujo relatório final ou não foi ainda submetido ou foi já submetido à Autoridade de gestão, mas ainda não foi aprovado, com despesa validada.

(d) Projetos concluídos fisicamente. Trata-se de operações fisicamente concluídas (em funcionamento, ou em condições de entrarem em funcionamento) mas que aguardam encerramento financeiro no beneficiário ou na Autoridade de Gestão/ OI.



Anexo XV – Legislação Relevante (2007 – 2013)

Diploma	Data de Publicação	Resumo
RCM 25/2006	10-03-2006	Aprova as orientações fundamentais para elaboração do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e programas operacionais para o período de 2007-2013
Reg. (CE) 1080/2006	05-07-2006	Relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
Reg. (CE) 1081/2006	05-07-2006	Relativo ao Fundo Social Europeu
Reg. (CE) 1083/2006	11-07-2006	Estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão
Reg. (CE) 1084/2006	11-07-2006	Institui o Fundo de Coesão e revoga o Reg. (CE) n.º 1164/94
Rect. Reg. (CE) 1083/2006	01-09-2006	Altera o Anexo IV relativo às "Categorias de despesas" do Regulamento (CE) n.º 1083/2006
Adenda Reg. (CE) 1083/2006	21-12-2006	Altera o Anexo III relativo aos "Limites máximos aplicáveis às taxas de co-financiamento" do Regulamento (CE) n.º 1083/2006
Rect. Reg. (CE) 1083/2006	02-02-2007	Nova alteração ao Anexo III (limites máximos aplicáveis às taxas de co-financiamento) do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão
Rect. Reg. (CE) 1828/2006	15-02-2007	Apresentação de um conjunto de regras pormenorizadas relativas à administração dos instrumentos financeiros da coesão.
2007/C 68/06	24-03-2007	Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para 2007-2013 — Mapa nacional dos auxílios estatais com finalidade regional, aprovado pela Comissão em 7.2.2007
RCM 86/2007	03-07-2007	Aprova o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para o período 2007-2013.
DL 287/2007	17-08-2007	Aprova o enquadramento nacional dos sistemas de incentivos ao investimento das empresas, que define as condições e as regras a observar pelos sistemas de incentivos ao investimento nas empresas aplicáveis no território do continente durante o período de 2007 a 2013
DL 312/2007	17-09-2007	Define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN) e dos respectivos programas operacionais.
Desp. 23 021/2007	04-10-2007	SEOTC (19.09.2007): Aprova o lançamento, com carácter experimental e demonstrativo, de acções preparatórias com vista à eficaz implementação do instrumento de política Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação financiado pelos Programas Operacionais Regionais 2007-2013, no âmbito da Política das Cidades POLIS XXI
Com. Minist. Coord. QREN	04-10-2007	Aprova o Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão
Com. Minist. Coord. POR	09-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Acções de Valorização do Litoral
Com. Minist. Coord. POR	09-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
Com. Minist. Coord. POR	09-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados
Com. Minist. Coord. POR	09-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana
Com. Minist. Coord. POR	09-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação
Com. Minist. Coord. POR	09-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Saúde
Com. Minist. Coord. POR	09-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Património Cultural
Com. Minist. Coord. POR	09-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Requalificação da rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar
Com Minist Coord POVT	15-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Mobilidade Territorial
Com. Minist. Coord. POR	06-11-2007	
Com. Minist Coord POF e Com Minist. Coord POR	16-10-2007 13-12-2007	Aprova o Regulamento Específico Sistema de Apoios à Modernização Administrativa
Port. 1462/2007	15-11-2007	Aprova o Regulamento do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT). Alterada pela Portaria 711/2008, de 31 de Julho

Diploma	Data de Publicação	Resumo
Port. 1463/2007	15-11-2007	Aprova o Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME). Alterada pela Portaria 250/2008, de 4 de Abril
Port. 1464/2007	15-11-2007	Aprova o Regulamento do Sistema de Incentivos à Inovação (SI Inovação)
COCOF 07/0037/03 (remetida pelo IFDR via Ofício n.º2580 de 30.06.2008)	29-11-2007	Orientações para a determinação das correcções financeiras a aplicar às despesas co-financiadas pelos fundos estruturais e pelo Fundo de Coesão em caso de incumprimento das regras em matéria de contratos públicos
DL 2/2008	04-01-2008	Define o modelo da governação dos instrumentos de programação do desenvolvimento rural para o período 2007-2013, financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, e estabelece a estrutura orgânica relativa ao exercício das funções de gestão, controlo, informação, acompanhamento e avaliação dos referidos instrumentos, nos termos dos regulamentos comunitários aplicáveis, designadamente os Regulamentos (CE) n.os 1290/2005, do Conselho, de 21 de Junho, e 1698/2005, do Conselho, de 20 de Setembro, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). (QREN). ALTERADO: pelo DL 66/2009, de 20.3, com republicação.
RCM 2/2008	07-01-2008	Cria a estrutura de missão para o Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER). Revoga: a RCM 112/2007, de 21.8. QREN.
Desp. Norm. 4-A/2008	24-01-2008	Fixa a natureza e os limites máximos de custos elegíveis, no âmbito do co-financiamento pelo FSE, e pelos FEDER, FEADER e FEP, quando lhes seja aplicável.
RCM 22/2008	07-02-2008	Altera a RCM 67/2007, de 9.5, que cria a estrutura de missão Agência Nacional para a Gestão do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida, ao abrigo do disposto no artigo 28.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e pelo DL 105/2007, de 3.4, que a republicou. (QREN).
Com. Minist. Coord. POR	08-02-2008	Aprova o Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Materiais
Com. Minist. Coord. POR	08-02-2008	Aprova o Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Imateriais
Com. Minist. Coord. POR	08-02-2008	Aprova o Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos
RCM 24/2008	13-02-2008	Cria a estrutura de missão responsável pelo exercício das funções do Observatório do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). Rectificada pela Decl. de Rectif. 19-A/2008, de 11.04.
RCM 25/2008	13-02-2008	Cria as estruturas de missão para os programas operacionais de assistência técnica do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo Social Europeu, bem como os secretariados técnicos dos programas operacionais do QREN. Rectificada pela Decl. de Rectif. 19-B/2008, de 11.04.
DL 37-A/2008	05-03-2008	Estabelece as regras gerais de aplicação dos programas de desenvolvimento rural (PDR) financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e aprovados nos termos do disposto no Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do Conselho, de 20 de Setembro, para o período de 2007 a 2013. Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER). (QREN). Cfr. Port. 596-B/2008, de 8.7, e outras portarias publicadas no mesmo dia. ALTERADO: pelo DL 66/2009, de 20.3, com republicação.
Port. 229-A/2008	06-03-2008	Aprova o Regulamento de Aplicação da Medida «Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas». ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 4.º do DL 37-A/2008, de 5.3. Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do Conselho, de 20 de Setembro, que estabelece as regras gerais do apoio ao desenvolvimento rural sustentável (...)
Port. 229-B/2008	06-03-2008	Aprova o Regulamento de Aplicação da Medida n.º 2.2, «Valorização de Modos de Produção», do Subprograma n.º 2 do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER) (...)
Port. 232-A/2008	11-03-2008	Aprova o Regulamento de Aplicação das Componentes Agro-Ambientais e Silvo-Ambientais da Medida n.º 2.4, «Intervenções Territoriais Integradas», do Subprograma n.º 2 do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, designado por PRODER, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 4.º do DL 37-A/2008, de 5.3. (QREN).
Ofício-Circular IFDR n.º0001165	18-03-2008	Boas práticas em matéria de verificações que devem ser efectuadas pelas Autoridades de gestão nos projectos co-financiados pelo FEDER e Fundo de Coesão
Deliberação sobre a contratualização com subvenção global (Aprovada pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais)	19-03-2008	Orientações para a contratualização com subvenção global entre as autoridades de gestão dos PO Regionais e as associações de municípios baseadas em NUTS III
Com. Minist. Coord. POR	28-03-2008	Aprova o Regulamento Específico Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica
Com. Minist. Coord. POR	28-03-2008	Aprova o Regulamento Específico Energia
Com. Minist. Coord. POR	28-03-2008	Aprova o Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais

Diploma	Data de Publicação	Resumo
Com. Minist. Coord. POR	01-04-2008	Aprova o Regulamento Específico Promoção e Capacitação Institucional
Com. Minist. Coord. POR e Com Minist Coord POFC	04-04-2008	Aprova o Regulamento Específico Sistema de Apoio a Acções Colectivas
Com. Minist. Coord. POR	04-04-2008	Aprova o Regulamento Específico Economia Digital e Sociedade do Conhecimento
Port. 250/2008	04-04-2008	Altera o Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME).
Port. 286/2008	11-04-2008	Altera a Port. 1211/2006, de 13.11, que regulamenta o Programa Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL), ao abrigo do disposto no artigo 13.º do DL 326/99, de 18.8, e no artigo 8.º do DL 94/2006, de 29.5. Com republicação. QREN.
DL 68/2008	14-04-2008	Estabelece a definição das unidades territoriais para efeitos de organização territorial das associações de municípios e áreas metropolitanas, para a participação em estruturas administrativas do Estado e nas estruturas de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN). NUTS.
DL 74/2008	22-04-2008	Altera e republica o Decreto-lei n.º312/2007, de 17 de Setembro, que define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN) e dos respectivos programas operacionais
Desp. 11 949/2008	28-04-2008	Estabelece o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e dos respectivos Programas Operacionais (PO).
RCM 72/2008	30-04-2008	Procede à primeira alteração às RCM 24/2008 e 25/2008, de 13 de Fevereiro, no sentido de clarificar o estatuto dos secretários técnicos das estruturas de missão dos programas operacionais e do Observatório do Quadro Referência Estratégico Nacional. (QREN).
RCM 75/2008	08-05-2008	Altera a RCM 155-A/2006, de 17.11, designando a estrutura de missão por ela criada para exercer, em acumulação e sem custos acrescidos, as funções de gestão a delegar pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Temático Valorização do Território, no âmbito dos financiamentos do Fundo de Coesão para o domínio de intervenção Prevenção e Gestão de Riscos. QREN.
Com. Minist. Coord. POR e Com Minist Coord POFC	08-05-2008	Aprovação da versão revista do Regulamento Específico Sistema de Apoio a Acções Colectivas
Com. Minist. Coord. POR e Com. Minist. Coord. POFC	08-05-2008	Define as condições e o modo de reconhecimento de Estratégias de Eficiência Colectiva, bem como a tipologia de incentivos públicos e respectivas condições de atribuição.
Port. 357-A/2008	09-05-2008	Aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.1.3, «Instalação de Jovens Agricultores», da medida n.º 1.1, «Inovação e desenvolvimento empresarial», integrada no subprograma n.º 1, «Promoção da competitividade», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PRODER, ao abrigo do disposto no artigo 4.º do DL 37-A/2008, de 5.3. QREN. ALTERADA: pela Port. 496-A/2008, de 23.6; Port. 1229-A/2008, de 27.10, 1.º Supl.
Desp. 13 083/2008	09-05-2008	SEAAAL (15.04.2008): Determina distribuição do contingente de estagiários a recrutar para a segunda edição do Programa Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL), pelas diferentes entidades, a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º do DL 94/2006, de 29.5. Autarquias. QREN.
DL 80/2008	16-05-2008	Define o modelo de governação do Programa Operacional Pesca 2007-2013, designado por PROMAR. (QREN). [CCDR Algarve].
DL 81/2008	16-05-2008	Estabelece o enquadramento nacional dos apoios a conceder ao sector da pesca no âmbito do Programa Operacional Pesca 2007-2013, designado por PROMAR. (QREN).
Desp. 14 439/2008	26-05-2008	Fixação das normas de transição a observar no sistema de auditoria e controlo do QCA III. Por força do disposto no n.º 6 do citado artigo 68.º, a transição entre o Observatório do QCA III e o Observatório do QREN produz efeitos mediante despacho do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, enquanto ministro que tutela, simultaneamente, o Observatório do QCA III e do Observatório do QREN.
Desp. 14 759/2008	28-05-2008	É criada a equipa de projecto designada por equipa para o reordenamento e requalificação da rede escolar, abreviadamente identificada por REDESCOLAR, a qual funciona na dependência directa da Ministra da Educação, com enquadramento nos PO Regionais do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007 -2013 e sedeadada em Faro.
COCOF 08/0020/03 (remetida pelo IFDR via e-mail em 04.06.2008)	29-05-2008	Nota de Orientações para a adopção de procedimentos simplificados na gestão de projectos submetidos a Programas Operacionais FEDER e Fundo de Coesão 2007-2013
RCM 90/2008	03-06-2008	Determina a realização de um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, designado «Polis Litoral - Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira»

Diploma	Data de Publicação	Resumo
Norma IFDR n.º01/2008 – Processo de Certificação de Despesas	04-06-2008	Define os modelos padronizados e as condições específicas aos quais deve obedecer a prestação de informação a transmitir pelas Autoridades de Gestão à Autoridade de Certificação, no âmbito do processo de certificação de despesas.
IFDR/UCGO - Transmissão da nota do Comité de Coordenação dos Fundos	05-06-2008	Definição de grandes projectos e conteúdo das decisões.
Desp. 16.068/2008	12-06-2008	MFAP / MAOTDR (02.06.2008) Regula os aspectos complementares do circuito financeiro do FEDER e do Fundo de Coesão, dotando-o de regras claras e de aplicação inequívoca a todas as entidades que intervêm nas funções de gestão e de pagamento.
D. Reg. 13/2008	18-06-2008	Altera o D. Reg. 84-A/2007, no que se refere a prazos
Protocolo para o estabelecimento o regime de fluxos financeiros entre o IFDR, IP a Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 e o IAPMEI, IP	24-06-2008	Define o regime de fluxos financeiros relativos aos sistemas de incentivos às empresas, no âmbito do Programa Operacional do Algarve, através de delegação, pelo IFDR, da competência de transferência directa para os beneficiários no IAPMEI, enquanto organismo intermédio responsável pela gestão de sistema de incentivos.
Protocolo para o estabelecimento o regime de fluxos financeiros celebrado entre o IFDR, IP a Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 e o Turismo de Portugal, IP	24-06-2008	Define o regime de fluxos financeiros relativos aos sistemas de incentivos às empresas, no âmbito do Programa Operacional do Algarve, através de delegação, pelo IFDR, da competência de transferência directa para os beneficiários no Turismo de Portugal, IP, enquanto organismo intermédio responsável pela gestão de sistema de incentivos.
Protocolo entre a Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 e o IAPMEI, IP no âmbito da Gestão dos Incentivos do QREN	24-06-2008	Define os procedimentos, prazos e demais condições aplicáveis no relacionamento entre a Autoridade de Gestão do PO Regional e o Organismo Técnico - IAPMEI, IP no âmbito do modelo de gestão dos Sistemas de Incentivos às empresas QREN
Protocolo entre a Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 e o Instituto do Turismo de Portugal, IP no âmbito da Gestão dos Incentivos do QREN	24-06-2008	Define os procedimentos, prazos e demais condições aplicáveis no relacionamento entre a Autoridade de Gestão do PO Regional e o Organismo Técnico – Turismo de Portugal, IP no âmbito do modelo de gestão dos Sistemas de Incentivos às empresas QREN
Protocolo entre a Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 e a AIECEP, EPE no âmbito da Gestão dos Incentivos do QREN	24-06-2008	Define os procedimentos, prazos e demais condições aplicáveis no relacionamento entre a Autoridade de Gestão do PO Regional e o Organismo Técnico – AIECEP, EPE no âmbito do modelo de gestão dos Sistemas de Incentivos às empresas QREN
Protocolo entre a Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 e a Agência de Inovação, SA no âmbito da Gestão dos Incentivos do QREN	24-06-2008	Define os procedimentos, prazos e demais condições aplicáveis no relacionamento entre a Autoridade de Gestão do PO Regional e o Organismo Técnico – Agência de Inovação, SA no âmbito do modelo de gestão dos Sistemas de Incentivos às empresas QREN
Com. Minist. Coord. POR e Com. Minist. Coord. POFC	02-07-2008	Aprova o Regulamento do SAFPRI - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação
Desp. 18 120/2008	07-07-2008	QCA III / QREN 2007-2013: Estabelece a relação nominativa do pessoal que transita da Estrutura de Apoio Técnico do POEFDS para a Estrutura de Missão do POPH.
Desp. 18 223/2008	08-07-2008	QREN 2007-2013: Programas Operacionais / Programa Operacional Potencial Humano (POPH) - Despachos de n.º 18223/2008 a n.º 18235/2008 do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Gabinete do Ministro, in: D.R. N.º 130/2008, Série II, de 8 de Julho: . Despacho n.º 18223/2008 - Aprovação do Regulamento Específico que Define o Regime de Acesso aos Apoios Concedidos no Âmbito da Tipologia de Intervenção n.º 2.3, «Formações Modulares Certificadas», do Eixo n.º 2» (implica Transição entre o QCA III e o QREN); (...)
Port. 596-B/2008	08-07-2008	Aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 2.4.1, «Apoio à Gestão das Intervenção Territoriais Integradas», da medida n.º 2.4, «Intervenções territoriais integradas», integrada no subprograma n.º 2, «Gestão sustentável do espaço rural», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PRODOR, ao abrigo do artigo 4.º do DL 37-A/2008, de 5.3. (QREN). (...)
Desp. 18.348/2008	09-07-2008	MAOTDR (25.06.2008) Assunção das responsabilidades inerentes ao Programa Operacional Regional do Algarve do QCA III pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Algarve do QREN.

Diploma	Data de Publicação	Resumo
Desp. 18.349/2008	09-07-2008	MAOTDR (25.06.2008) Nomeação da secretária técnica coordenadora do Programa Operacional Regional do Algarve responsável pela coordenação geral e acompanhamento das questões transversais.
Desp. 18 359/2008	09-07-2008	Governo / QREN 2007-2013 / Legislação-base / Emprego e Formação profissional / Fundos Estruturais / FSE / Programas Operacionais / Programa Operacional Potencial Humano (POPH) - Despachos de n.º 18359/2008 a n.º 18370/2008 do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Gabinete do Ministro - D.R. n.º 131, Série II de 2008-07-09: Despacho n.º 18359/2008 - Aprovação do regulamento específico que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da Tipologia de Intervenção 5.2 «Estágios Profissionais», (...)
Com. Minist. Coord. POR do Continente	15-07-2008	Aprovação da versão revista do Regulamento Específico da Saúde
Port. 711/2008	31-07-2008	Altera o Regulamento do Sistema de Incentivos à Investigação e desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT).
Anúncio 719/2008	19-08-2008	Governo / IFDR / QREN / Sistema de Informação / Anúncio de Concurso - Anúncio de Concurso n.º 719/2008 do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P. (IFDR, I.P.) Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - Descrição/objecto do concurso: Aquisição de serviços para produção de anúncio de televisão para promoção institucional da marca QREN, nos termos e condições definidos no programa de concurso e no caderno de encargos.
DL 175/2008	26-08-2008	Cria o FINOVA - Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação
Protocolo de articulação entre o FEDER e o FEADER celebrado entre as Autoridades de Gestão do PRODER e as Autoridades de gestão dos PO do QREN, no domínio da Agenda dos Factores de Competitividade	02-10-2008	Regula a articulação das intervenções do FEADER e do FEDER no que respeita aos Sistemas de Incentivos às Empresas do QREN.
Com. Minist. Coord. POR do Continente	09-10-2008	Aprovação da versão revista do Regulamento Específico Economia Digital e Sociedade do Conhecimento - EDSC
Norma IFDR n.º2/2008 Sistema Contabilístico de Dívidas	16-10-2008	Institui o Sistema Contabilístico de Dívidas FEDER e Fundo de Coesão, que visa assegurar toda a informação necessária ao acompanhamento individual de cada um dos processos de dívida por parte das Autoridade de Gestão, da Autoridade de Certificação, da Entidade Pagadora FEDER e do Fundo de Coesão e das Entidades Pagadoras dos Programas Operacionais.
Desp. 26 194/2008	20-10-2008	Nomeação dos coordenadores de unidade do Programa Operacional Regional do Algarve.
Desp. 26 863/2008	23-10-2008	Pessoal que transita para o Secretariado Técnico do PO Regional do Algarve do QREN.
Orientações Técnicas - IFDR/02/2008 - Transmissão da nota do Comité de Coordenação dos Fundos	27-10-2008	Publicação da lista de beneficiários - sistematiza o formato, a forma e a periodicidade da informação, a publicar por operação, relativa aos dados dos beneficiários de fundos comunitários
Desp. 27 671/2008	29-10-2008	Presidente da CCDR Algarve (17.10.2008): Delegação de competências na Directora de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira, para Outorgar em nome da CCDR -Algarve contratos ou outros acordos que interessem à prossecução das suas atribuições no âmbito do QREN.
Com. Minist. Coord. POR do Continente	19-11-2008	Aprovação da versão revista do Regulamento Específico Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar
Norma IFDR n.º 3/2008 - Procedimento de Contingência do registo contabilístico de dívidas FEDER e Fundo de Coesão	12-12-2008	Identifica os aspectos operacionais do procedimento de contingência adoptados pelo IFDR no âmbito do sistema de informação e de identificação dos elementos de informação e registo contabilístico de dívidas FEDER e Fundo de Coesão
Com. Minist. Coord. POR e Com. Minist. Coord. POFC	31-12-2008	Aprovação da versão revista do Regulamento do SAFPRI - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação
Com. Minist. Coord. POR do Continente	30-01-2009	Aprovação da revisão do Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais
Norma IFDR n.º 1/2009 - Parcerias público - privadas promovidas por municípios	30-01-2009	Identificação sumária da base legal das parcerias público - privadas e análise do enquadramento de parcerias público - privadas por municípios para efeito de co-financiamento, no âmbito do QREN, da construção e exploração de infra-estruturas colectivas em que o beneficiário seja uma empresa de direito privado
Desp. 4749/2009	09-02-2009	É aprovado o Regulamento Específico da Tipologia de Intervenção 6.12 — Apoio ao Investimento a Respostas Integradas de Apoio Social, do Eixo 6 — Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social (POPH), e das correspondentes tipologias de intervenção dos seus Eixos 8 — Algarve e Eixo 9 — Lisboa.

Diploma	Data de Publicação	Resumo
Desp. 5849/2009	20-02-2009	SEDR (11.12.2008): Nos termos do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho, determina a verificação do princípio da adicionalidade relativamente ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para 2007-2013. Atribuições do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP), estabelecidas no artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 51/2007, de 27 de Abril.
Portaria n.º 184/2009	20/02/2009	Aumento do limite por empresa dos auxílios concedidos ao abrigo do regime de minimis.
DL 65/2009	20/03/2009	Altera o enquadramento nacional dos sistemas de incentivos ao investimento das empresas, aprovado pelo DL 287/2007 de 17/08, ajustando-o ao actual contexto económico internacional (novas disposições de flexibilização)
DL 66/2009	20-03-2009	Procede à primeira alteração ao DL 2/2008, de 4.1, que definiu o modelo da governação dos instrumentos de programação do desenvolvimento rural para o período 2007-2013, financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), e estabelece a estrutura orgânica relativa ao exercício das funções de gestão, controlo, informação, acompanhamento e avaliação dos referidos instrumentos, e procede à primeira alteração ao DL 37-A/2008, de 5.3, que estabeleceu as regras gerais de aplicação dos programas de desenvolvimento rural (PDR) financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e aprovados nos termos do disposto no Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do Conselho, de 20 de Setembro, para o período de 2007 a 2013. Republica, como anexo I, o DL 2/2008, de 4.1, e, como anexo II, o DL 37-A/2008, de 5.3.
Portaria 353-A/2009	03/04/2009	Altera o Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME, aprovado pela Portaria 1463/2007 de 15/11, ajustando-o ao actual contexto económico internacional (novas disposições de flexibilização)
Portaria 353-B/2009	03/04/2009	Altera o Regulamento do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, aprovado pela Portaria 1462/2007 de 15/11, ajustando-o ao actual contexto económico internacional (novas disposições de flexibilização)
Portaria 353-C/2009	03/04/2009	Altera o Regulamento do Sistema de Incentivos à Inovação, aprovado pela Portaria 1464/2007 de 15/11, ajustando-o ao actual contexto económico internacional (novas disposições de flexibilização)
Reg. (CE) n.º 284/2009	07-04-2009	Altera o Regulamento (CE) n. 1083/2006 que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão, no que diz respeito a certas disposições relativas à gestão financeira
Com. Minist. Coord. POR do Continente	17-04-2009	Aprovação da revisão do Regulamento Específico da Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar
Com. Minist. Coord. POR do Continente	17-04-2009	Aprovação da revisão do Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Materiais
Com. Minist. Coord. POR do Continente	17-04-2009	Aprovação da revisão do Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Imateriais
Com. Minist. Coord. POR do Continente	17-04-2009	Aprovação da revisão do Regulamento Específico Equipamentos para a Coesão Local
Com. Minist. Coord. POR do Continente	21-04-2009	Aprovação da revisão do Regulamento Específico Mobilidade Territorial
DL 99/2009	28-04-2009	Procede à segunda alteração ao DL 312/2007, de 17.9, que define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional para o período 2007-2013 e dos respectivos programas operacionais. A comissão de acompanhamento e a comissão de gestão do QCA III mantêm-se em funções até 31 de Dezembro de 2009.
Reg. (CE) n.º 396/2009	06-05-2009	Regulamento (CE) n.o 396/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Maio de 2009, que altera o Regulamento (CE) n.o 1081/2006 relativo ao Fundo Social Europeu para alargar os tipos de custos.
Reg. (CE) n.º 397/2009	06-05-2009	Altera o Regulamento (CE) n.1080/2006 relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional no que respeita à elegibilidade dos investimentos em matéria de eficiência energética e de energias renováveis no sector da habitação
Declaração de Rectificação 33/2009	19/05/2009	Rectificação ao Anexo I do DL 65/2009 (limites máximos de incentivos às empresas, expressos em equivalente de subvenção bruta)
Com. Minist. Coord. POR do Continente	28-05-2009	Aprovação da revisão do Regulamento Específico Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
Com. Minist. Coord. POR do Continente	05-06-2009	Aprovação da revisão do Regulamento Específico Assistência Técnica
Com. Minist. Coord. POR do Continente	14-08-2009	Aprovação da revisão do Regulamento Específico Mobilidade Territorial
Com. Minist. Coord. POR do Continente	14-08-2009	Aprovação das alterações do Regulamento Específico Optimização da Gestão dos Resíduos

Diploma	Data de Publicação	Resumo
Com. Minist. Coord. POR do Continente	14-08-2009	Aprovação das alterações do Regulamento Específico promoção e Capacitação Institucional
Com. Minist. Coord. POR do Continente	14-08-2009	Revisão do Regulamento Específico Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística
Com. Minist. Coord. POR do Continente	14-08-2009	Aprovação da revisão do Regulamento Específico Equipamentos para a Coesão Local
RCM 74/2009	26-08-2009	Procede à primeira alteração à RCM 25/2008, de 13.2, que criou as estruturas de missão para os programas operacionais de assistência técnica do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo Social Europeu, bem como os secretariados técnicos dos programas operacionais do QREN.
Reg. (CE) n° 846/2009	01/09/2009	Altera o Regulamento (CE) n.o 1828/2006 da Comissão e prevê as normas de execução do Regulamento (CE) n.o 1083/2006 que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão e do Regulamento (CE) n.o 1080/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.
Com. Minist. Coord. QREN	18/09/2009	Revisão aprovada do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão.
RCM 91/2009	22-09-2009	Procede à segunda alteração à RCM 25/2008, de 13.2, que criou as estruturas de missão para os programas operacionais de assistência técnica do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo Social Europeu, bem como os secretariados técnicos dos programas operacionais do QREN.
Despacho MAOTDR n° 10/2009	24/09/2009	Fixa as regras comuns relativas a tipologias de despesas não elegíveis a financiamento pelo FEDER e Fundo de Coesão.
Com. Minist. Coord. POR do Continente	25-09-2009	Aprovação das alterações ao Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais
Desp. 22 143/2009	06-10-2009	SEDR (24.09.2009): Constituição do grupo de trabalho para a coordenação das Estratégias de Eficiência Colectiva PROVERE - Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos. Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, do Centro, do Alentejo e do Algarve. QREN. [CCDR Algarve]. Rectificado pela Decl. de Rectif. 2633/2009, D.R. II Série, de 28.10.2009.
REGULAMENTO (CE) N° 1177	30-11-2009	Altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos
Desp. 523/2010	08-01-2010	MEID (23.12.2009): Delegação de competências no Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e do Desenvolvimento (SEAID): Comissões de coordenação e desenvolvimento regional, em matéria de desenvolvimento regional e de fundos comunitários, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 17.º do DL 321/2009, de 11.12; Quadros comunitários de apoio e o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN); Programa de iniciativa INTERREG; Programas operacionais regionais do Continente (PO); âmbito do QCA III. Delegação também, nos restantes secretários de Estado.
Desp. 4967/2010	19-03-2010	MEID (11.03.2010): Renova a comissão de serviço da licenciada Maria Filomena Pinto Belchior Coelho, titular do cargo de secretária técnica do Programa Operacional Regional do Algarve.
Desp. 4968/2010	19-03-2010	MEID (11.03.2010): Nomeia o licenciado Rodrigo Manuel Ferreira Brum, para o cargo de secretário técnico do Programa Operacional Regional do Algarve, com efeitos a 1 de Março de 2010.
Desp. 6816/2010	19-04-2010	SEAL (08.04.2010): Determina a simplificação de procedimentos destinados a tornar mais simples e céleres a execução de investimentos de iniciativa municipal na operacionalização do QREN. Para efeitos da instrução do procedimento previsto no n.º 6 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, seja dispensada a apresentação de contrato de financiamento, sendo bastante a apresentação, pelo município interessado, de uma declaração, a emitir pela entidade de gestão, que ateste a aprovação da operação, fixe a taxa de co -financiamento, [QREN]. o valor do investimento total e do investimento elegível Despacho n.º 6816/2010. D.R. n.º 75, Série II de 2010-04-19
Deliberação da CMC do QREN	20/04/2010	Alteração ao Regulamento Geral do FEDER e do Fundo de Coesão.
Com. Minist. Coord. Do Continente	20-04-2010	Alteração aos regulamentos Específicos relativos a tipologias de investimento susceptíveis de financiamento pelos programas Operacionais Regionais do Continente
Regulamento (EU) N° 437	19-05-2010	Altera o Reg (CE) n.º 1080/2006 no que respeita à elegibilidade de intervenções habitacionais a favor de comunidades marginalizadas
D.Norm. 12/2010	21-05-2010	MEID/MADRP/MTSS: Alteração ao despacho normativo n.º 4-A/2008, de 24 de Janeiro, que fixa a natureza e os limites máximos dos custos considerados elegíveis para efeitos de co-financiamento pelo Fundo Social Europeu (FSE), pelo Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional (FEDER), pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e pelo Fundo Europeu das Pescas (FEP), para o período de programação de 2007-2013.

Diploma	Data de Publicação	Resumo
Com. Minist. Coord. POR do Continente	09-06-2010	Aprovação das alterações ao Regulamento Específico Energia
Regulamento (EU) N° 539	16-06-2010	Altera o Regulamento (CE) n. o 1083/2006 do Conselho que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão no que respeita à simplificação de certos requisitos e no que diz respeito a determinadas disposições referentes à gestão financeira
Com. Minist. Coord. POR do Continente	18-06-2010	Aprovação das alterações ao Regulamento Específico Energia Economia Digital e Sociedade do Conhecimento
Lei 31/2010	02-09-2010	Autoriza o Governo a criar um regime especial das expropriações necessárias à realização de infra-estruturas que integram candidaturas beneficiárias de co-financiamento por fundos comunitários, bem como das infra-estruturas afectas ao desenvolvimento de plataformas logísticas. (QREN).
Desp. 14 107/2010	08-09-2010	MAOT (06.08.2010):Simplificação do conteúdo dos documentos de enquadramento estratégico (DEE). No sentido da optimização da aplicação das verbas do QREN, designadamente as relativas à Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento inseridas no POVT — Eixo II e ao Ciclo Urbano da Água — vertente em baixa — modelo não verticalizado relativo aos POR, estipulam os respectivos regulamentos específicos a necessidade de elaboração de um documento de enquadramento estratégico (DEE).
Com. Minist. Coord. POR do Continente	14-10-2010	Aprovação do Regulamento Específico da Requalificação da Rede Escolar do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar
Com. Minist. Coord. POR do Continente	14-10-2010	Aprovação do Regulamento Específico Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
Portaria 1101/2010	25-10-2010	Alteração ao Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME,
Portaria 1102/2010	25-10-2010	Alterações ao Regulamento do Sistema de Incentivo à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
Portaria 1103/2010	25-10-2010	Alteração ao Regulamento do Sistema de Incentivos à Inovação,
Comissão de Acompanhamento	29-10-2010	Aprovação dos critérios de selecção das operações de Requalificação da Rede Escolar do 2º e 3º ciclo
Comissão de Acompanhamento	02-11-2010	Aprovação dos critérios de selecção da Iniciativa JESSICA
Com. Minist. Coord. POR do Continente	06-12-2010	Alteração ao Regulamento Específico Património Cultural
Com. Minist. Coord. POR do Continente	07-12-2010	Alteração ao Regulamento Específico Sistemas de Apoio à Modernização Administrativa
OG n° 1/2010	07-12-2010	Pagamento de Adiantamento inicial às operações aprovadas
OG n° 2/2010	07-12-2010	Penalização por incumprimento de prazos previstos para a realização das operações.
RAR 140/2010	20-12-2010	Recomenda ao Governo que accione os mecanismos necessários à concretização do Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE); Avalie a execução do PROVERE no que respeita à região do Algarve e promova as iniciativas necessárias para que o mesmo se assuma como uma resposta à crise e à fractura interior-litoral nesta região.
Com. Minist. Coord. POR do Continente	21-01-2011	Alteração ao regulamento geral do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Coesão
OG n° 3/2011	28-01-2011	Submissão de Pedidos de Pagamento da Assistência Técnica – CCCR Algarve
Com. Minist. Coord. POR do Continente	01-02-2011	Alteração ao Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais
Desp. 4835/2011	18-03-2011	MEID/MOPTC (): Extensão do período de elegibilidade das despesas das operações do Fundo de Coesão II, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 68.º do DL 312/2007, de 17.9, na redacção que lhe foi dada pelo DL 74/2008, de 22.4, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º do DL 191/2000, de 16.8. (QREN). Revoga: as alíneas g), o) e r) do n.º 1 do despacho n.º 14 303/2008, de 9 de Maio, publicado no DR, 2.ª série, n.º 99, de 23 de Maio de 2008.
Com. Minist. Coord. POR do Continente	04-04-2011	Alteração transversal aos regulamentos específicos relativos a tipologias de investimento susceptíveis de financiamento pelos programas operacionais regionais do continente.
Desp. 6572/2011	04-04-2011	Fixa as condições de acesso e de utilização no âmbito do Empréstimo Quadro (BEI) – QREN-EQ
Com. Minist. Coord. POR do Continente	30-05-2011	Deliberação aprovada “Eliminar compromissos sem capacidade de Execução”
Com. Minist. Coord. POR do Continente	30-05-2011	Deliberação aprovada “Revisão dos compromissos com baixa capacidade de Execução”
Comissão de Acompanhamento	09-06-2011	Clarificação dos critérios de selecção Vale IDT e Vale Inovação.

Diploma	Data de Publicação	Resumo
Com. Minist. Coord. POR do Continente	16-06-2011	Aprovação do Regulamento Específico Reabilitação Urbana
Comissão de Acompanhamento	13-07-2011	Aprovação dos critérios de seleção do Regulamento Específico Reabilitação Urbana
OG n.º 4/2011	20-07-2011	Modalidade de apresentação de candidaturas – Operações com projetos de execução aprovados previamente
OG n.º 5/2011	20-07-2011	Prazos de execução de operações aprovadas.
OG n.º 6/2011	20-07-2011	Rede Escolar – execução e gestão de overbooking.
OG n.º 7/2011	25-11-2011	Eixo 4 – Apresentação de candidaturas de Assistência Técnica.
Regulamento de Execução (UE) n.º 1236/2011, da Comissão	29-11-2011	Altera o Regulamento de Aplicação, Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão, de 8 de dezembro
Regulamento (UE) n.º 1310/2011, do Parlamento Europeu e do Conselho	13-12-2011	Altera o Regulamento Geral, Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 13 de julho, que estabelece as disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão;
Regulamento (UE) n.º 1311/2011, do Parlamento Europeu e do Conselho	13-12-2011	Altera também o Regulamento Geral, Regulamento (CE) n.º 1083/2006;
Decisão C (2011) 9358 final	15-12-2011	Altera a Decisão C (2007) 5067 que adota o “Programa Operacional Regional do Algarve 2007-2013”.
Com. Minist. Coord. do QREN	21-12-2011	Alteração do regulamento geral do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Coesão
Com. Minist. Coord. dos PO Regionais	13-01-2012	Sistema de Apoio a Ações Coletivas - Alteração do regulamento específico
Com. Minist. Coord. do POFC	14-01-2012	Sistema de Apoio a Ações Coletivas - Alteração do regulamento específico
Com. Minist. Coord. dos PO Regionais	30-01-2012	Alteração aos Regulamentos Específicos dos PO Regionais, relativos a tipologias de investimento suscetíveis de financiamento pelos PO Regionais do Continente, para consagrar as modificações decorrentes da reprogramação dos POR, aprovada em 15 de Dezembro de 2011 pela CE, permitindo ainda às Autoridades de Gestão adotar a modalidade de convite para apresentação de candidaturas.
RCM 17/2012	14-02-2012	Nomeia os membros das comissões diretivas dos programas operacionais temáticos Potencial Humano, Fatores de Competitividade e Valorização do Território, procedendo à alteração da Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2007, de 12 de outubro. Remuneração dos elementos das comissões diretivas.
Portaria 47-A/2012	24-02-2012	Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME - alterações ao Regulamento aprovado pela Portaria n.º 1463/2007
RCM 33/2012	15-03-2012	Determina a rescisão dos contratos de financiamento e das decisões relativas à aprovação de operações no âmbito dos Programas Operacionais do Quadro de Referência Estratégico Nacional, que estejam, há mais de seis meses, sem execução física e financeira. QREN.
Com. Minist. Coord. dos PO Regionais	20-03-2012	A CMC dos PO Regionais do Continente aprovou, por deliberação de 20 de Março de 2012, alterações nas taxas de cofinanciamento aplicáveis no âmbito dos PO Regionais do Continente e das tipologias de investimento a que se referem os vários Regulamentos Específicos abrangidos.
OG n.º 8/2012	09/04/2012	Sistema de Incentivos à Inovação – Prioridades no apoio a projetos do setor do turismo.
Com. Minist. Coord. dos PO Regionais	11-04-2012	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa - Alteração do regulamento específico
RCM 41/2012	12-04-2012	Nomeia vogais executivos e não executivos para as comissões diretivas dos programas operacionais regionais do continente, procedendo à alteração da Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2007, de 19 de outubro. Nomear como vogais não executivos da comissão diretiva do PO regional do Algarve, cujo presidente, responsável pela estrutura de missão, é, por inerência, o presidente da CCDR do Algarve, António Manuel Alinho Covas e José Macário Correia, este último por indicação da Associação Nacional de Municípios Portugueses.
Com. Minist. Coord. do QREN	8/05/2012	Suspensão da aprovação de operações – Deliberação aprovada por consulta escrita.
OG n.º 9/2012	31/07/2012	Plano de Ação (AMAL) – Execução e gestão de overbooking.
Portaria n.º 233-A/2012	06-08-2012	Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME - alterações ao Regulamento aprovado pela Portaria n.º 1463/2007
Com. Minist. Coord. dos PO Regionais	08-08-2012	Sistema de Apoio a Ações Coletivas - Alteração do regulamento específico
Com. Minist. Coord. dos PO Regionais	08-08-2012	Aumento das taxas de cofinanciamento.

Diploma	Data de Publicação	Resumo
Com. Minist. Coord. do QREN	13/08/2012	Orientações gerais para a gestão dos PO (anulação dos compromissos de aprovação de operações sem execução e a revisão dos que apresentam significativos défices de execução face às disposições da regulamentação geral e específica aplicável e dos compromissos contratuais assumidos pelos beneficiários).
RCM 76/2012	06-09-2012	Procede à 4ª alteração à Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de fevereiro, no que respeita à composição dos secretariados técnicos dos programas operacionais do Quadro Referência Estratégico Nacional. QREN.
Desp. 13 078/2012	04-10-2012	MEE (SEEDR) (): Exonera, do Programa Operacional Regional do Algarve, o licenciado Rodrigo Manuel Ferreira Brum do cargo de secretário técnico da Unidade de Coordenação Geral e Projetos Especiais; a licenciada Maria Filomena Pinto Belchior Coelho do cargo de secretária técnica da Unidade de Encerramento do QCAIII e Questões Urbanas e nomeia como secretários técnicos do Programa Operacional Regional do Algarve a licenciada Maria Filomena Pinto Belchior Coelho no cargo de secretária técnica responsável pela Unidade de Coordenação Geral e Organização e Gestão, o mestre António José Conde Búzio Sampaio Ramos no cargo de secretário técnico responsável pela Unidade de Avaliação e Comunicação; a licenciada Ana Luísa dos Ramos Silva no cargo de secretária técnica responsável pela Unidade Fatores de competitividade nas Empresas (...).
Com. Minist. Coord. dos PO Regionais e Com. Minist. Coord. do POFC	09-10-2012	Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação - Alteração do regulamento específico
Portaria 369/2012	06-11-2012	Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME - alterações ao Regulamento aprovado pela Portaria n.º 1463/2007
Com. Minist. Coord. dos PO Regionais	14-11-2012	Sistema de Apoio a Ações Coletivas - Alteração do regulamento específico
Decisão C (2012) 9482 final	12-12-2012	Altera a Decisão C (2007) 5067 que adopta o “Programa Operacional Regional do Algarve 2007-2013”.
OG n.º 9/2012 (Aditamento)	02-01-2013	Plano de Ação (AMAL) – Execução e Gestão de Overbooking
Com. Minist. Coord. POFC e pela Com. Minist. Coord. dos PO Regionais do Continente	22/01/2013	Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação - Alteração do regulamento específico
Portaria n.º 68/2013	15/02/2013	Aprova o Regulamento do Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas (SIALM). Foi retificada através da Declaração de Retificação n.º 19/2013 no que diz respeito à correção de identificação das freguesias.
Despacho do MEE	08-03-2013	Determina que as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Fatores de Competitividade e Regionais do Continente poderão aceitar um overbooking global de 39%, com uma incidência por Programa Operacional de acordo com o proposto.
Decisão da Comissão Europeia Decisão C (2013) 1573	20/03/2013	Decisão da Comissão Europeia sobre a aprovação de orientações para o encerramento dos programas operacionais aprovados para intervenção do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, do Fundo Social Europeu e do Fundo de Coesão (2007-2013).
Com. Minist. Coord. do QREN	02-04-2013	Alteração ao Regulamento Geral FEDER e FC, relativo à aplicação do mecanismo Top-up.
Com. Minist. Coord. dos PO Regionais do Continente	02-04-2013	Alteração aos regulamentos específicos relativos a tipologias de investimento suscetíveis de financiamento pelos programas operacionais regionais do continente, sobre a transição para o POVTV de operações aprovadas nos POs de Convergência. Alteração ao Regulamento Específico da Assistência Técnica sobre a Taxa de Financiamento e modo de apresentação das candidaturas e revogação de alguns pontos da Reabilitação Urbana.
Desp. 5773/2013	03-05-2013	Exoneração, do PO Algarve, as licenciadas Josiana Guerreiro Martins Custódio — Coordenadora da Unidade do Eixo 1 e Apoio Geral, equiparada a cargo de direção intermédia de 1º grau e Ana Isabel Mascarenhas Neto — Coordenadora da Unidade do Eixo 2 e 3, equiparada a cargo de direção intermédia de 2º grau. 2 — Nomeação como Coordenadoras de Unidade do Programa Operacional do Algarve: a) Licenciada Josiana Guerreiro Martins Custódio — Coordenadora da Unidade do Eixo 1 (públicos) e Apoio Geral, equiparada a cargo de direção intermédia de 1º grau; b) Licenciada Ana Isabel Mascarenhas Neto — Coordenadora da Unidade do Eixo 2 e 3, equiparada a cargo de direção intermédia de 1º grau; c) Licenciada Maria Helena Guerreiro Viegas — Coordenadora da Unidade de Controlo Interno, equiparada a cargo de direção intermédia de 2º grau.
DL n.º 60/2013	09-05-2013	Atualiza o elenco de membros do XIX Governo Constitucional, constante da respetiva Lei Orgânica, abrangendo três organismos da coordenação técnica do QREN - IFDR, IGFSE e Observatório do QREN, que passam para uma nova tutela governamental - do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, sob a alçada da Presidência do Conselho de Ministros.

Diploma	Data de Publicação	Resumo
RCM 33/2013	20-05-2013	Define os Pressupostos do Acordo de Parceria a negociar entre o Estado Português e a Comissão Europeia, estabelecendo as principais linhas de intervenção dos fundos europeus estruturais e de investimento no ciclo 2014-2020.
RCM 36/2013	30/05/2013	Procede à primeira alteração à Resolução do Conselho de Ministros n.º 51-A/2012 , de 14 de junho, que aprova o Plano Estratégico de Iniciativas de Promoção de Empregabilidade Jovem - «Impulso Jovem»
RCM 39/2013	14-06-2013	Estabelece um novo modelo institucional de governação dos fundos europeus. (QFP - Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020). [CCDR Algarve].
Com. Minist. Coord. dos PO Regionais	28/06/2013	Aprovação pela CMC dos limites máximos para aprovação de operações nos Eixos 2 e 3 (projetos públicos).
Despacho n.º 10005/2013	31-05-2013	Fixa as condições de acesso e de utilização dos financiamentos no âmbito da 1.ª e 2.ª tranches do empréstimo-quadro contratado entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de Investimento.
Com. Minist. Coord. dos PO Regionais	13-08-2013	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA) - Alteração do regulamento específico
Com. Minist. Coord. dos PO Regionais do Continente	16-09-2013	Aumento das Taxas de Cofinanciamento.
DL 140/2013	18-10-2013	Cria a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.,(Agência, I.P.), e extingue o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P.,(IFDR, I.P.), o Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I.P., (IGFSE, I.P.), e a estrutura de missão Observatório do QREN. Sucessão: A Agência, I.P., sucede nas atribuições: a) Do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P.; b) Do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I.P.; c) Da estrutura de missão do Observatório do Quadro de Referência Estratégico Nacional. Revoga: O Decreto-Lei n.º 125/2012, de 20 de junho; b) O Decreto-Lei n.º 188/2012, de 22 de agosto; c) A Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2008, de 13 de fevereiro; d) A Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2011, de 28 de novembro. (IFDR, I.P.). [Cfr. Portaria n.º 351/2013, de 4.12, que aprova os estatutos da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.].
Com. Minist. Coord. dos PO Regionais	13-12-2013	A Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais aprovou, por consulta escrita, em 13 de dezembro de 2013, um conjunto de orientações de gestão que permitam a realização dos programas operacionais do QREN e, consequentemente, reduzir a sua sobreposição com a aplicação das medidas programáticas do período 2014-2020.

Anexo XVI - Ponto de Situação do Follow up das auditorias

N.º da Auditoria (Anexo G)	Nome da Auditoria	Entidade	N.º de Recomendações	Estado das Recomendações			
				Satisfeita	Situação Ultrapassada	Parcialmente Satisfeita	Não Satisfeita
1	Acção de controlo prévia ao envio da Declaração de Despesas e Pedido de Pagamento à Comissão Europeia 1º PP - Inf n.º 09/00742	IFDR - AC	3	3			
2	Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do Programa Operacional Regional do Algarve 2007-2013 (ALGARVE21) - Relatório 2010/1745	IGF	13	13			
1 CI	Verificações no local - 1.º PAC	AG - UCI	65	45	6		14
3	Auditoria no âmbito das regras de contratação pública - Relatório 2011/1610	IGF	9	9			
11	Controlo Interno aos Procedimentos de Gestão e Controlo da AG e OI	AG - UCI	23	17		1	5
4	Auditoria à segurança dos Sistemas de Informação do POAlgarve 21 - Relatório 2012/507	IGF	10				10
5	Auditoria de operações - Relatório n.º 1/2012/SC1/Algarve21	IFDR - E.S.	8	2			6
6	Acção de controlo previa da Declaração despesa. 2º Pedido de Certificação despesa do POAlgarve - Inf n.º12/000205	IFDR - AC	15	13	2		
7	Auditoria aos sistemas de gestão e controlo do FEDER no domínio da Igualdade de Oportunidades - Relatório 2012/1771	IGF	5	4		1	
8	Auditoria aos sistemas de gestão e controlo do FEDER no domínio dos custos indirectos - Processo n.º 2012/12/A2/398	IGF	5	5			
9	Auditoria ao cumprimento das regras ambientais - Processo n.º2012/12/A2/176	IGF	13	13			
10	Auditoria aos sistemas de gestão e controlo do FEDER no domínio da engenharia financeira - Relatório 2012/1741	IGF	4	2		2	
12	Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do Programa Operacional Regional do Algarve. Relatório 2013/1730	IGF	14	7		1	6
13	Auditoria de operações - Relatório 2013/1/SC1/ALG	IFDR - E.S.	2				2
14	Auditoria do Programa Operacional Fatores de Competitividade - Instrumentos de Engenharia Financeira	CE	1				1
15	Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do Programa Operacional Regional do Algarve (ALGARVE 21). Relatório 2014/1792	IGF	4				4
16	Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do Turismo de Portugal. Relatório 2014/1714	IGF	4				4
2 CI	Verificações no local - 2.º PAC	AG - UCI	25	2			23
17	Auditoria ao PO Algarve - 25/2014	TC	4				4
18	Auditoria de Operações n.º 2014/1/SC1/ALG	ADC	3		1		2
TOTAIS			230	135	9	5	81

Anexo XVII - JESSICA HOLDING FUND - Situação em 31/12/2014 (Contratos de Financiamento Assinados)

Designação da operação	Promotor	Concelho	Investimento total	Tranche JESSICA			Desembolsos		
				Fundo	FDU	Total JESSICA	Fundo	FDU	Total JESSICA
Construção do parque de estacionamento P6 com 459 lugares e zonas envolventes.	Círculo Digital - SA	Albufeira	3.508.538	750.000	750.000	1.500.000	675.000	675.000	1.350.000
SALVOR-SOCIEDADE DE INVESTIMENTO HOTELEIRO, S.A.	Pestana Mar Hotel	Alvor	7.600.000	1.500.000	1.500.000	3.000.000	450.000	450.000	900.000
MABOR Reabilitação de três edifícios contíguos existentes em estado de ruína no centro antigo da cidade de Portimão	Carvoeiro Branco Propriedades Unipessoal, Lda	Portimão	5.508.000	1.500.000	1.500.000	3.000.000	450.000	450.000	900.000
Reabilitação da Casa da Tocha (casa com dois pisos construída em 1907, situada no centro histórico de Portimão)	A2 a Sul, Lda	Portimão	92.945	32.500	32.500	65.000	19.688	19.688	39.376
Hostel Conii Portugal, Lda	Unidade de Alojamento Local - CONII Hostel	Quarteira	652.254	162.500	162.500	325.000	0	0	0
Reabilitação e dinamização económica do centro histórico pombalino de VRSA e Centro Comercial a Céu Aberto	SGU - VRSA Soc. Gestão Urbana, EM SA	VRSA	1.404.744	488.160	488.160	976.320	439.344	439.344	878.688
Reabilitação Grand'Algarve Hotel	Grand Algarve, Lda./SGU - VRSA Soc. Gestão Urbana, EM SA	VRSA	3.911.186	1.425.000	1.425.000	2.850.000	0	0	0
TOTAL			22.677.667	5.858.160	5.858.160	11.716.320	2.034.032	2.034.032	4.068.064